

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

CÉLIO TURINO

VIAGEM À SEMENTE
Uma anamnese da Cultura Viva

São Paulo
2023

CÉLIO TURINO

VIAGEM À SEMENTE
Uma anamnese da Cultura Viva

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades
Núcleo de Estudos das Diversidades, intolerâncias e conflitos
DIVERSITAS/USP
Sob orientação do professor Sergio Bairon

São Paulo
2023

VIAGEM À SEMENTE
Uma anamnese da Cultura Viva

Célio Turino
NUSP 243505

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades
Núcleo de Estudos das Diversidades, intolerâncias e conflitos
DIVERSITAS/USP
Sob orientação do professor Sergio Bairon

Esse exemplar corresponde à redação final
Da Tese de doutorado defendida e aprovada
Pela Banca Examinadora em / /2023

BANCA

Prof. Dr. Sérgio Bairon – orientador

Profa. Dra. Maria Librandi

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Prof. Dr. Marcelo Carnevale

Suplentes:

Profa. Dra. Lillian Amaral

Profa. Dra. Sandra Regina Chaves Nunes

Junho de 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T938v Turino, Célio
Viagem à Semente, uma anamnese da Cultura Viva /
Célio Turino; orientador Sérgio Bairon - São Paulo,
2023.
593 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Cultura. 2. Filosofia. 3. Políticas Públicas.
4. História. I. Bairon, Sérgio, orient. II. Título.

Universidade de São Paulo
VIAGEM À SEMENTE
Uma anamnese da Cultura Viva

“...reduziu sua percepção a essas realidades essenciais, renunciou à luz, que já lhe era acessória. Ignorava seu nome. Afastado o batismo, com seu sal desagradável, não quis mais o olfato nem o ouvido, nem sequer a vista. Suas mãos roçavam formas prazerosas. Era um ser totalmente sensível e tátil. O universo lhe entrava por todos os poros. Então fechou os olhos que só divisavam gigantes nebulosos e penetrou em um corpo quente, úmido, cheio de travas, que morria. O corpo, ao senti-lo envolto em sua substância, resvalou até a vida”

(Alejo Carpentier – VIAGEM À SEMENTE)

*“Hemos viajado de semilla en semilla,
que és la descolonización de nuestro cuerpo,
produciendo un ‘arte de abrazo’”*

(Iván Nogales – LA DESCOLONIZACIÓN DEL CUERPO – arte que se hace
abrazo)

“Uma semente é a palavra da Terra”

(Cecília Vicuña – poema SEMENTE)

SANKOFA – “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*”

(provérbio tradicional em idioma Akan – Gana, Togo, Costa do Marfim-
tradução: “não é tabu voltar atrás e buscar o que foi esquecido”)

“Tem que morrer pra germinar
Plantar n’algum lugar
Ressuscitar no chão nossa sementeura”

(canção Drão – letra de Gilberto Gil)

Resumo

Essa tese tem como foco de estudo a Cultura Viva e o título, “*Viagem à Semente*”, expressa um conceito-metáfora. Na primeira parte o tema, “*ÁRVORE, uma anamnese da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura - Teoria, conceitos e práticas*” realiza uma arqueologia histórico-analítica da construção da política pública da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, promovida pelo Ministério da Cultura do Governo do Brasil a partir de 2004, seus fundamentos conceituais, metodologia e aplicação. O programa Cultura Viva é uma política pública de identidade e diversidade cultural sedimentada nos territórios a partir dos Pontos de Cultura, que exercita a alteridade em processos de gestão compartilhada e transformadora. Tanto na escala, 3.500 Pontos de Cultura espalhados pelo país e mais de oito milhões de pessoas envolvidas, quanto na formulação teórica e conceitual, foi a política pública de cultura com maior alcance na história do Brasil. A partir de 2011 os conceitos, filosofia e política pública da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura se espalham pela América Latina, estando hoje presentes em 17 países, com o Movimento pela Cultura Viva Comunitária. Apesar dos êxitos inegáveis, enquanto os demais países da América Latina abraçavam a ideia, o programa sofreu percalços, dificuldades e desmontes justamente no Brasil, essas contradições também são analisadas na primeira parte dessa obra, bem como as estratégias de resistência e ação a partir de fora do Estado.

Na segunda parte, “*SEMENTES AO VENTO - Sentido, Memória, Narrativa e Verdade*”, são aprofundados conceitos decorrentes da prática, revelando a Cultura Viva em uma segunda dimensão, como filosofia da práxis, realizada em sentido amplo e coletivo, quando a aprendizagem se faz ao caminhar. Uma filosofia peripatética envolvendo milhares de pessoas, talvez milhões, em diferentes níveis de compreensão e ação. Nessa parte são apresentados os elementos fundamentais para a constituição da Cultura Viva enquanto filosofia. A depuração dos sentidos iniciada em diálogo com o senso comum; o conceito de Lugar, os fluxos e os fixos e os polissentidos e as multiidentidades; até que as comunidades, a partir da ação direta nos territórios, adquirem um senso de lugar, pelas microrresistências. Um outro conjunto de conceitos constitutivos diz respeito a legado e patrimônio, a complexidade da palavra tradição e as inevitáveis relações que precisam ser estabelecidas com a tradição e a ancestralidade, até para que aconteçam processos efetivos de transformação e emancipação social. Porém, há que passar pelo entendimento dos processos de desmemória e o perecimento da memória coletiva, bem como pelos diferentes níveis da memória, ativados pelo método da História em Anamnese, até fazer brotar as memórias em dormência. É quando a Cultura Viva precisa enfrentar as questões da colonialidade, racismo e patriarcado. Como exercício coletivo de filosofia da práxis, ou da libertação, as questões sobre narrativa e verdade, e como distingui-las.

Abstract

This thesis focuses on Living Culture and the title, “*Trip to the seed*”, expresses a concept-metaphor. In the first part the theme, “*TREE, an anamnesis of Living Culture and Culture Points - Theory, concepts and practices*” performs a historical-analytical archeology of the Living Culture and Culture Points public construction policy, promoted by the Government Culture Ministry of Brazil since 2004, its conceptual foundations, methodology and application. The Living Culture program is an identity and cultural diversity public policy sedimented on the territories based on the Culture Points, which exercises alterity in shared and transformative management processes. Both in scale, 3,500 Culture Points spread across the country and more than eight million people involved, as in theoretical and conceptual formulation, it was the public culture policy with the greatest reach in the history of Brazil. As of 2011, the concepts, philosophy and public policy of Living Culture and Culture Points spread throughout Latin America, and are now present in 17 countries, with the Movement for Community Living Culture. Despite the undeniable successes, while the other Latin American countries embraced the idea, the program suffered mishaps, difficulties and dismantling precisely in Brazil. These contradictions are also analyzed in the first part of this work, as well as the strategies of resistance and action from outside the State.

In the second part, “*SEEDS IN THE WIND - Sense, Memory, Narrative and Truth*”, concepts resulting from practice are deepened, revealing Living Culture in a second dimension, as a philosophy of praxis, carried out in a broad and collective sense, when learning is done by walking. A peripatetic philosophy involving thousands of people, perhaps millions, at different understanding levels and action. In this section, are presented the fundamental constitutive elements for the Living Culture as a philosophy. Depuration of the senses initiated in dialogue with the common sense; the concept of Place, the flowness and the steadiness, and the polysense, and the multi identities; until the communities, from direct action in the territories, acquire a sense of place, through micro-resistance. Another set of constitutive concepts concerns legacy and heritage, the complexity of the word "tradition" and the inevitable relationships that need to be established with the tradition and the ancestry, even for effective processes of transformation and social emancipation to take place. However, it is necessary to go through the understanding of the memory lack (desmemory) processes and the perishing of collective memory, as well as the different levels of memory, activated by the method of History in Anamnesis, until the dormant memories sprout. This is when Living Culture needs to face coloniality issues, racism and patriarchy. As a collective exercise in the philosophy of praxis, or of liberation, questions about narrative and truth, and how to distinguish between them.

Resumen

Esta tesis se centra en la Cultura Viva y el título, “*Viaje a la semilla*”, expresa un concepto-metáfora. En la primera parte el tema, *ÁRBOL, una anamnesis de la Cultura Viva e de los Puntos de Cultura - Teoría, conceptos y prácticas*”, realiza una arqueología histórico-analítica de la construcción de la política pública Cultura Viva y de los Puntos de Cultura, promovidos por el Ministerio de Cultura del Gobierno de Brasil desde 2004, sus fundamentos conceptuales, metodología y aplicación. El programa Cultura Viva es una política pública de identidad y diversidad cultural sedimentada en los territorios a través de los Puntos de Cultura, que ejerce la alteridad en procesos de gestión compartidos y transformadores. Tanto en escala, 3.500 Puntos de Cultura repartidos por todo el país y más de ocho millones de personas implicadas, y en la formulación teórica y conceptual, fue la política pública de cultura de mayor alcance en la historia de Brasil. A partir de 2011, los conceptos, la filosofía y la política pública de Cultura Viva y Puntos de Cultura se extendieron por toda América Latina y ya están presentes en 18 países, con el Movimiento Cultura Viva Comunitaria. A pesar de los innegables éxitos, mientras que otros países de Latinoamérica abrazaron la idea, el programa sufrió reveses, dificultades y desmantelamiento precisamente en Brasil, estas contradicciones también se analizan en la primera parte de este trabajo, así como las estrategias de resistencia y acción desde fuera del Estado.

En la segunda parte, *"SEMILLAS EN EL VIENTO - Sentido, memoria, narrativa y verdad"*, se profundizan los conceptos surgidos de la práctica, revelando Cultura Viva en una segunda dimensión, como filosofía de la praxis, realizada en un sentido amplio y colectivo, cuando el aprendizaje tiene lugar mientras se camina. Una filosofía peripatética que involucra a miles de personas, tal vez millones, en diferentes niveles de comprensión y acción. En esta parte se presentan los elementos fundamentales para la constitución de Cultura Viva como filosofía. La depuración de los sentidos iniciada en el diálogo con el sentido común; el concepto de lugar, los flujos y fijos, el polisentido, y las multi-identidades; hasta que las comunidades, a partir de la acción directa en los territorios, adquieran un sentido de lugar, por micro-resistencias. Otro conjunto de conceptos constitutivos se refiere al legado y al patrimonio, a la complejidad de la palabra tradición y a las inevitables relaciones que es necesario establecer con la tradición y la ancestralidad, incluso para que se produzcan procesos efectivos de transformación y emancipación social. Sin embargo, es necesario pasar por la comprensión de los procesos de desmemoria y del perecer de la memoria colectiva, así como de los diferentes niveles de memoria, activados por el método de la Historia en Anamnesis, hasta que broten las memorias dormidas. Es entonces cuando la Cultura Viva debe enfrentarse a los asuntos de la colonialidad, el racismo y el patriarcado como ejercicio colectivo de la filosofía de la praxis, o de la liberación, y la disputa sobre la narrativa y la verdad, y cómo distinguirlas.

Sumário

Resumo.....	iv
Abstract	v
Resumen.....	vi
CAVOUCAR – uma introdução.....	1
Parte I - ÁRVORE.....	24
1. Capinar	24
2. Germinação	34
3. Raiz – a busca por um Estado Integral	40
4. Tronco – quando se tentou cortar a Cultura Viva a machadadas.....	58
5. Tronco - os golpes a machadadas continuaram.....	68
6. Uma árvore é fonte de vida - não são números frios.....	80
7. Caule – por onde circula a seiva.....	88
8. Galhos e ramas.....	108
9. Copa.....	140
10. Frutos	166
11. À sombra da árvore, em busca da felicidade	172
12. Flores – a vida precisa de Arte	177
13. Teia.....	189
14. Seiva	214
15. Cipó – o chá da alteridade.....	230
16. O coração da Árvore - CORAZONAR - Cultura Viva Comunitária no coração da América	256
17. Arvoredo.....	285
18. E se?.....	319
Parte II - SEMENTES AO VENTO.....	322
1. A depuração dos sentidos	322
2. Lugar.....	338
3. Polissentidos e multiidentidades	345
4. Senso de lugar	355
5. Microrresistências.....	362
6. Legado e Patrimônio	369
7. Tradição.....	377
8. Desmemória – o perecimento da memória coletiva.....	392
9. Memória em multimodo	401
10. História em Anamnese	409
11. Memória em dormência.....	425

12. Colonialidade, racismo e patriarcado.....	436
13. Narrativa e verdade.....	453
PARA CONCLUIR E PARA A COLHEITA	483
BIBLIOGRAFIA.....	509
APÊNDICES	516

CAVOUCAR – uma introdução

Uma tese escrita em tempos de incerteza. O Vírus chegou! A peste se aproxima. As perdas, os desamparos, as dúvidas. Uma epidemia que não ensina nada, senão que é preciso se proteger. Ou não. Tudo mais é aprendizado a ser esquecido até a próxima peste, talvez uma guerra, ou o colapso climático, ou a fusão das três catástrofes, ou algo que nem imaginamos. Em meio à pandemia e regressões civilizatórias resolvi fazer uma viagem de volta, uma história em anamnese sobre os caminhos da Cultura Viva, sua gênese, conceitos, teoria, práticas e resultados. A partir da anamnese, expressa na primeira parte da tese, reflito sobre a práxis da cultura viva como se estivesse a selecionar sementes para o replantio, entrecruzando racionalidades e sentimentos que afloram e se auto-organizam. Nessa seleção fui refinando as sementes, aprofundando conceitos e explicitando filosofia. Tendo por inspiração o conto de Alejo Carpentier, pretendi realizar uma viagem teórica na forma de uma aventura encantada, apurando sementes para poder semear de novo.

Escolhi o método da anamnese porque, de algum tempo venho exercitando esse feito para análise e descrição da realidade, é um método que tem me auxiliado na compreensão de fenômenos que tenho observado pelas comunidades. Iniciado meio que de forma intuitiva, quando, ao visitar Pontos de Cultura pela América Latina, fui compondo histórias a partir de um processo amplo de coleta de informações, que intercalam memórias afetivas e comunitárias com processos históricos mais amplos, nas dimensões de cultura, sociedade, política e economia, afetos e subjetividades. Anamnese é uma técnica mais frequentemente utilizada por profissionais de saúde, buscando obter uma visão mais completa e precisa do paciente, adaptei-a para a minha relação com os agentes de diálogo, mais que objeto de estudo. Um misto entre pesquisa-ação, descrição densa da antropologia e micro-história, algo que fui apurando desde quando trabalhei em Museus, e que agora aplico em meus estudos e escrita como forma de compreensão da realidade

Pela história em anamnese é possível conhecer a condição do objeto em análise, com uma visão mais completa e precisa, porque acompanhada de perguntas sobre sensações, sentimentos, sintomas, a evolução ao longo do tempo. Do levantamento inicial vai-se cotejando outras fontes de informação, conhecimentos científicos, pesquisas,

referências históricas e literárias, percepções de terceiros, análises comparativas; em particular vou imaginando configurações com geometrias e matemáticas, sempre presentes no meu jeito de observar o mundo, mas essa parte não é necessária. A mim o método cai bem, até por traço de personalidade. Uma observação em forma de ausculta, como um médico (desses de velha escola) faz na relação com o paciente. Anamnese como parte fundamental do processo de diagnóstico, compreensão das causas, identificação dos fatores de risco, prevenção e promoção de soluções. No livro *“Por todos os caminhos – Pontos de Cultura na América Latina”* exercitei melhor esse método, contando e analisando histórias de comunidades e países a partir de um único ponto, por vezes de uma pessoa só. Também utilizo de conselhos de um bom amigo por leitura, que me acompanha desde o século passado, Norbert Elias. Seus escritos iluminam caminhos de quem quer ser orientado a olhar no microscópio e enxergar sutis processos de transformação social, a produção das maneiras de ser e o processo civilizador:

“Talvez pareça à primeira vista uma complicação dispensável estudar a gênese de cada formação histórica. Mas uma vez que todos os fenômenos históricos, tanto atitudes humanas como instituições sociais, realmente se ‘desenvolveram’ em alguma época, de que modo podem os sistemas de pensamento se revelar simples ou adequados para explicar esses fenômenos se, por uma espécie de abstração artificial, eles isolam os fenômenos de seu fluxo natural, histórico, privam-nos de seu caráter de movimento e processo, e tentam compreendê-los como se fossem formações estáticas, sem considerar como surgiram e como mudam?”¹

A peste chegou! O Covid. Contabilizado diariamente na televisão, o cheiro da morte estuprificava todos aqueles que o vírus não atingia. À velocidade do som uma onda de pressão ultrapassa a barreira dos mil. Madrugada de 20 de maio de 2020. Mil! Um número, uma cifra, um estrondo. 1.179 mortos em 24 horas. Uma morte a cada 73 segundos. 17.971 desde a primeira vítima, 63 dias antes. A velocidade do horror. No mesmo dia, um menino é assassinado em uma favela. O anúncio também veio pelas telas. *“-Os policiais chegaram atirando!”*, afirmou um primo, também menino. Só havia crianças na casa, deitadas no chão e com as mãos para cima. Mil disparos. Era um menino, quatorze anos. Era eu. Era nós. Mil cento e setenta e nove, eram muitos. Eram eu. Éramos nós. Uma marca, um espanto, um horror. Um deboche, um descaso, um desprezo. Um dia na vida de um país em desamparo. A morte, a destruidora de mundos, se fez mil, se fez um.

¹ ELIAS, Norbert – Prefácio a *“O processo civilizador”* – O PROCESSO CIVILIZADOR – uma história dos costumes, vol. 1, pg. 17 Jorge Zahar Editor, 1990

Sementes são grãos que se deitam na terra para germinar. Misteriosas, podem ser lugares ou seres. Um pequeno grão se faz árvore a erguer do chão, sementes enraízam na gente, nas comidas, nas flores, nos mundos e civilizações. São melhoradas, se adaptam, resistem a doenças e pragas, sucumbem, se hibridizam, criam novas sementes com novas características e variedades, se combinam, se cruzam, resistem. Dão florada que brotam dos sulcos da terra. Podem permanecer em dormência por anos, décadas, até florirem. *Viagem à semente*, um conto surrealista escrito pelo cubano Alejo Carpentier. A viagem à semente primordial, na natureza cíclica do universo tudo está interligado em um fio infinito de transformação.

O título, *Viagem à semente – uma anamnese da Cultura Viva*, foi escolhido pela opção em enfrentar uma viagem que é pessoal, mas sobretudo coletiva, revisitando fatos, explicitando e aprofundando conceitos, produzindo novas indagações, teoria e modelo lógico, sempre em diálogo com o presente, procurando apontar caminhos ao futuro. Todos os exemplos e estudos de caso que apresento nessa obra, de alguma forma, eu os vi e vivi. Cada pessoa e cada fato citado. São muitos e muitas, cada qual com uma singularidade, se eu pudesse relacionaria mais. Como agente ativo, havendo imaginado, planejado e implantado as ideias que possibilitaram a realização de desejos que são sementes de tanta gente e comunidades, utilizo esse texto como artefato narrativo. Como corpo que mergulha no objeto de estudo, “*Eu sou estudioso de mim mesmo*”, escreveu Heráclito em seus fragmentos, fui me misturando com o objeto, inclusive na forma narrativa. Produzindo, de certa forma, uma autoetnografia, com uso da memória e da experiência vivida, sentimentos, o mundo social à volta incorporado à descrição dos fenômenos (e por acaso alguém consegue fazer diferente?). Apesar da distância temporal, estando completamente imbricado nos fenômenos que busco documentar e refletir sobre, considere necessário me apresentar na viagem. Não sem antes assumir o compromisso com o necessário distanciamento na análise, combinando fontes documentais, depoimentos, bibliografia, método e rigor historiográfico, analítico e filosófico. Mas advirto que é uma viagem que é vivência. Vivências também são prova de veracidade, ainda mais em tempos de desamparo.

Da afirmação do desamparo também vem a emancipação. Da clausura nascem afetos inauditos a imaginarem outras formas de potência. O maravilhoso, o extraordinário e o fenomenal, também brotam do chão, desde que em solo bem preparado. Pequenos grãos de sementes e grandes revelações passam pelos mesmos sulcos da terra, são apresentados a partir de dimensões imaginárias, em redução temporal, cujo efeito de

regresso faz brotar o novo. Viagens são descobertas, linhas de partida, desvios, retornos. Quando a viagem é arte ela nos provoca mudanças de níveis e escalas, intensifica sensações, afetos, potências e sensibilidades, pela arte captamos a vida antes que ela se estabilize em organismos diferenciados e estanques, conseguindo imaginar a vida para além, para o vir-a-ser, nos transpomos de nós, e ao transpor, nos vemos.

Arte é semente para o entendimento de um mundo complexo e multidimensional, ela amalgama racionalidade, sensações e sentidos, ao desnovelar narrativas auxilia na descoberta da verdade. Um conhecimento isolado jamais poderá capturar a totalidade da realidade, há que levar em conta as emoções e interdependências, dos indivíduos e coletividades, das instituições culturais, sociais e políticas mais amplas, bem como dos processos de percepção, das tomadas decisórias, a formação dos conceitos, entendimentos e maneiras de ser. Formas de ser e conceitos líquidos, como parece acontecer em nosso tempo, ainda mais nessa parte do mundo, em que, não raro, para entender o Brasil (estendo à América Latina) “*é preciso se transformar em poeta*”, conforme Roger Bastide na apresentação do livro *Brasil, terra de contrastes*.

Lançando mão da poética usamos todas as dimensões da inteligência, produzindo uma compreensão mais completa e integrada dos fenômenos a serem estudados. A linguagem por imagens e metáforas nos leva a estar abertos à imprevisibilidade, de certa forma essa tese reflete, tanto a imprevisibilidade (em vários momentos eu mudei o objeto de análise, inclusive), quanto as fontes e formas de conhecimento, inclusive na opção por nomear os capítulos a partir de conceitos-metáfora. Fui misturando uma diversidade complementar, sem desviar da forma acadêmica, mas dando abertura às sensações, às múltiplas vozes, cadências e imprevisibilidades. A cultura viva, me refiro ao conceito, não ao programa, que também é complexo, é por demais complexa. Complexos são também os algoritmos a comandar a vida, cujo espaço de processamento e tempo de execução também são variáveis e quanto mais as dimensões da realidade aumentam, mais aumentam os efeitos e a complexidade dos problemas. Ao realizar a *Viagem à Semente* entendi ser possível descobrir a interconexão das coisas e a busca por significado em um mundo cada vez mais caótico, em torno do trabalho e reflexões que realizei e realizo, nos contatos que mantive e mantenho, nos propósitos e aspirações. Ao menos fez sentido para mim, espero que também faça sentido aos leitores.

Com essa obra revisito histórias e aprofundo conceitos, reflexões críticas e teorias, algumas formuladas a quente, de quando da ação, no momento da prática, outras, catadas por aí, ao longo do tempo, via leituras, experiências e escutas, incluindo o

momento da escrita da tese, com novas leituras, reflexões e fatos do momento. Foi uma pesquisa e escrita realizada em tempo de clausura e na saída dela. Não se trata de percurso com narrativa aut centrada, pelo contrário, mergulhei na produção de conhecimento buscando compreender trajetórias, afinando insights e conceitos, ou criando novos, quando os anteriores se mostraram insuficientes ou não estavam devidamente aprofundados. Daí o cuidado com método, provas documentais (que apresento em algumas centenas de notas de rodapé) e rigor analítico, entrelaçado com processos de lembrança, sentimentos, causas, projetos, aforismos. Este texto é um retrato do caminhado até aqui e da mirada para o que está por vir, caso alguém queira seguir na caminhada, dar continuidade e aperfeiçoar. Um texto que mistura reflexão acadêmica com introspecção e doses de encantamento e recordações. Dediquei-me para que a escrita reflita essa polifonia, incluindo muitos diálogos com outras vozes.

Oito de agosto de 2020. Cem mil. Nenhum poema. 143 dias após a primeira morte por Covid no Brasil o país alcança a marca dos cem mil mortos. Cem mil! 31 de dezembro de 2020, apenas uma certeza, em uma semana serão 200 mil. Mortos. Ano de 2021. Eu completaria sessenta anos de idade, quarenta e quatro dos quais em intenso ativismo social, político e cultural. Um abrolhar ativo, persistente, com muitas derrotas, insucessos, fracassos..., também com possibilidades de realização e efetividade na implementação de muitas ideias e trabalhos. Seria o segundo ano de uma clausura sem fim, quase total. Clausura só interrompida por outra tragédia, a fulminante agonia de minha mãe. Final de janeiro de 2021, as palavras sumiram da boca de minha mãe. Afasia. Meu dia acabou. Até então conversávamos todas as tardes por videochamada, dias antes havia percebido que algumas palavras desapareciam, mas de um dia para outro o sumiço foi total. Foi lancinante. Era câncer. Meses de interregno e toda minha atenção se voltou para ela. 19 de abril de 2021, minha mãe virou estrela. A estrela Elza.

No ano de 2020, tão logo a peste chegou, me voluntariei para a formulação de teoria, conceitos e método para mobilização social, no que resultou na lei de emergência cultural Aldir Blanc. O plano de mobilização de baixo para cima, sem uma única atividade presencial, envolvendo dezenas de milhares de pessoas na prática do consenso progressivo. Em dois meses conseguimos aprovar a lei Aldir Blanc, realizando a maior distribuição descentralizada de recursos federais para as artes e cultura na história do país. Um paradoxo em tempo de guerra cultural e ódio às artes e à cultura por parte do governo federal. Conseguimos vence-los. Depois, busca ativa, cursos, palestras, *lives* e seminários, para orientar a aplicação da lei. Não foi possível cuidar da tese.

“Tem que morrer pra germinar, plantar n’algum lugar”, como no verso do menestrel Gilberto Gil, ministro da Cultura durante o governo de Lula da Silva, com quem tive a honra de trabalhar. Foi uma viagem entre quatro paredes em meio à pandemia, uma *‘caminhadura’* pela estrada escura para *“ressuscitar no chão, nossa sementeira”*.

Esse retrospecto, essa volta em contexto de pandemia, não diz respeito somente a mim, mas às gerações do presente. Pensar o mundo em tempo de pandemia, e quantos mais colapsos que se aproximam, é o nosso desafio. Saber olhar para trás e compreender as razões de termos chegado a esse ocaso, quando sentimos que talvez o sol não mais alvoreça. Pandemia, colapso climático, desigualdades, injustiças, empregos que se desfazem, empresas que são fechadas, as pessoas se virando como podem ou então vagando às ruas. Famílias inteiras vivendo nos beirais das cidades, na fila para uma sopa ou catando comida no lixo. Uma sociedade que se rende ao fascismo, às violências, às desumanizações, às mentiras, agora chamadas por Fake News. Tempo do “cada um por si”, de negação da solidariedade, do ódio como cultura. O país em completa desavença. Como chegamos a isso?

O povo brasileiro na terceira década do século XXI vive um lapso. Há um desarranjo civilizatório, de valores, de ordem institucional e democrática, afetando a vida econômica e de costumes, a dimensão social e cultural. Era uma vez um país alimentado com tanta desigualdade, tantas ganâncias, tanta injustiça, que a covardia, o ódio e a ignorância, se fizeram poder. E instauraram a era da estupidez. Horrores, cizânia, brutalidade, perversidade, medos. O país foi se desfazendo em uma briga vulgar. Sem projeto, sem futuro, sem amor. Era uma vez um país. Um povo que se perde de seu lugar é um povo que perde o senso, o sentido. Gente que não se vê, que não sabe de onde veio nem para onde ir. Um país da exclusão, com gente que se despertence, por exclusiva e excluída. Cheio de estupidez e negacionismo, rejeitando, afastando, censurando, descartando, cancelando, mentindo, gritando, odiando.

A perda da consciência de lugar, a perda do ponto, leva à perda da consciência de si. Por quê da necessidade de retomar o ponto e a cultura viva? Quando decidi por mudar o objeto da tese (antes na temática “de um povo em si para um povo para si”), muito a partir de questões levantadas pelo meu orientador, Sérgio Bairon, me fiz essa pergunta. Para chegar à semente é necessário caminhar na floresta e para caminhar na floresta é preciso conhecer a árvore. Realizando a viagem a partir do que eu havia plantado, busquei a semente para compreender a árvore e enxergar a floresta. O que estávamos a fazer e como, e por qual razão foi descontinuado de forma tão abrupta, não

por conta de um golpe, mas sob o governo que deveria ter sido de continuidade, a partir de 2011. Descontinuidade abrupta que não aconteceu somente na cultura e que, pelo que apresento na tese, teve importante papel na desmobilização e descapacitação dos brasileiros para enfrentar os horrores que se abateriam sobre o país nos anos seguintes. Enfrento a tese não como abstração teórica, mas como ação com historicidade, que se desdobra no aprofundamento conceitual e marcos filosóficos. O reestudo sobre a Cultura Viva e os Pontos de Cultura foi o solo para a germinação de conceitos e filosofia que ora aprofundo.

Muito já escrevi sobre o tema, mas agora analiso em outra perspectiva, detalhando cada ação e estabelecendo interconexões entre elas, tentando compreender as possibilidades que estavam brotando, fazendo análises em contexto mais amplo e apresentando soluções para daqui adiante. Por vezes poderei parecer exaustivo, mas não há como observar os fenômenos sem recorrer ao telescópio e ao microscópio. Citações e registros, quando longos, foram colocados na condição de documentos, até para auxiliarem estudos futuros. Descrevo cada uma das Ações, exemplificando com pessoas e o impacto nas comunidades, incluindo notas que remetem a vídeos, outros documentos e escritos, como se estivesse a fazer um inventário do programa. Melhor dizendo, um memorial arqueológico. Ao apresentar as descrições e documentos, com dados, prova empírica, números e comparativos, vou aprofundando conceitos, teoria e filosofia que fizeram ideias virarem ação. Me meto na ação. Por vezes estarei puxando mitologias da Antiguidade, sobretudo da Grécia, retomo citações de memória, por afeto a tempos de juventude e para demonstrar que há muitos encontros na gênese dos mundos. Erisictão, o rei da Tessália comendo a própria filha, depois o próprio corpo, como metáfora do capitalismo; Ariadne desfazendo os fios de suas vestes para conduzir Teseu para fora do Labirinto; Mnemosine e suas filhas lindas, a história, a ciência e as artes. Estão aqui porque no subsolo todas as árvores conversam por suas raízes. Atravessando essas histórias, outras fui colhendo por aí, sobretudo pela América Latina, histórias das favelas, aldeias e *pueblos*, das lutas sociais e culturais. Todos os conhecimentos cabem neste mundo. Assim como cabemos todos.

Procurei escrever essa tese em polifonia. Leiam como se estivessem escutando muitas e diversas vozes, pois vou apresentando-as, por vezes em longas citações, como um continuum no texto. Dessa intenção resultou uma ampla compilação de falas e imagens, expressas em duas centenas de notas de rodapé, sempre procurando remeter a referências expressas com vivacidade; se possível, mesmo que em momento

adiante, assistam os vídeos, ou parte deles, são muito bons. Como cortar a conferência do cacique Aritana dos yawalapíti? Acontecida durante a primeira Teia dos Pontos de Cultura, “*Venha se ver e ser visto*”, realizada no edifício da Bienal de Artes em São Paulo, em 2006. A voz de sábio do Xingu, falecido por covid durante a pandemia. Na conferência ele conta como o idioma yawalapíti foi recuperado, em grande parte, pelo apoio que obtiveram a partir de quando se tornaram Ponto de Cultura. Eu poderia resumir o episódio conforme a frase anterior, mas a história não seria completa. Melhor escutar a história por inteiro. É muito diferente ler um resumo relatado por estudioso do que ouvir a canção cantada por uma velha senhora, Wantsu, já falecida, que era uma das cinco falantes plenas do idioma yawalapíti. Ela foi semente, raiz e tronco para a recuperação do idioma, agora compartilhado por toda a aldeia. A canção:

*‘Yamurikumalu
Ayawa, ayaua rinari
Iyawa riyari Yamurikumari nawikamina
Atsanbia putaya nupikani nukamani
Kamatawira’*

Traduzindo:

*‘As mulheres guerreiras
Yamirikumã merecem serem respeitadas
Vocês não sabem como eu estou me sentindo
E que eu morrerai’*

Uma língua! Só por isso já teria valido todo o esforço na idealização e implantação da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura. Uma língua a ressurgir tal qual a vida ressurgiu pelo tronco do Quarup. Além de experiências como essa, únicas e excepcionais, procurei demonstrar os conceitos em processo, utilizando de exemplos singelos, como o depoimento de uma mãe sobre o parto humanizado que realizou com o auxílio de doulas do Ponto de Cultura Cais do Parto. Tudo isso compõe a árvore. O diálogo entre jovens de Pontos de Cultura, reflexões e depoimentos realizados na primeira pessoa, nos mais diversos cantos do Brasil e da América Latina. Espero ter sido feliz ao apresentar essas falas misturadas às minhas. Tenham certeza que procurei honrar cada uma delas.

Em compensação, organizei a tese em dois capítulos apenas. Optei pela escrita dessa forma para estimular uma leitura integral, em conjunto e interconexão. Mas não se animem, são capítulos longos, aproximadamente 300 páginas na primeira parte e outras 160 páginas na segunda, além dessa introdução e das conclusões. Para facilitar a leitura e organização das ideias e conceitos encadeei a escrita em subcapítulos, em que

cada um remete ao seguinte, produzindo um fluxo contínuo, como no fluxo da seiva. As duas partes:

Parte 1 - Árvore.

Árvores tem desde raízes profundas a galhos que se estendem para o céu, até raízes expostas. São símbolo da estrutura do universo, com uma variedade de níveis de complexidade e manifestações. Escolhi o título árvore como conceito-metáfora, a explicar a conexão entre cultura viva e ponto de cultura, com as diferentes categorias e classificações na organização do conhecimento, gerando outros conceitos-metáfora: tronco, caule, galhos, ramos, flores, frutos, seiva, cipó. Cada qual nomeando um subcapítulo tematizado. Primeiro apresento o programa e princípios aparentes, para em seguida me debruçar no Troco, na essência do conceito de “gestão compartilhada e transformadora” e o tripé “autonomia/protagonismo/empoderamento”. Nessa parte discuto conceito de Estado e a relação Estado/Sociedade na busca por um Estado Integral, ampliado. Frestas e fendas se entreabriram após a primeira eleição de Lula à presidência da república, mais especificamente a partir de 2004, quando da formulação e implantação do programa Cultura Viva. Busquei analisa-las para, logo em seguida, tentar compreender como um Estado impermeável ao povo reagiu com tamanha fúria, tentando cortar a machadadas as novas relações que se apresentavam, e como governos de corte progressista sucumbem a essa lógica.

Após a apresentação do aparente e do processo de implementação, me dedico a demonstrar o florescimento e desmonte, o significado do que estávamos a construir e que foi abruptamente interrompido. Apresento os galhos e ramos, as ações e seus efeitos. Ponto de Cultura é um ponto na biologia da Cultura Viva, um conceito matemático, um ponto de apoio que sedimenta as Ações, que são alavancas. A Cultura Digital, os Agentes Cultura Viva, os Griôs, os Pontos de Memória, os Pontos de Leitura, os Pontinhos e Pontões, a Cultura e Saúde, a Economia Viva, Interações Estéticas, os Pontos de Mídia Livre... Trato cada uma delas na dimensão necessária, apresentando o conceito, descrevendo as ações e efeitos, conversando com os sentidos, sempre buscando fazê-lo em diálogo com a voz das pessoas envolvidas. Bem como das possibilidades e caminhos abertos, ou fechados.

Na primeira década do século XXI o Brasil foi vanguarda e referência mundial em cultura digital e software livre, realizamos uma ação em dimensões jamais alcançadas em outros lugares. Hoje, quando se fala em combater a cultura do ódio, as desorganizações mentais provocadas pelos ambientes das redes sociais, com manipulação

algorítmica e disseminação de Fake News, as soluções apresentadas mal conseguem sair do superficial, tratando o fenômeno apenas na dimensão de tecnologia, e não de Cultura, como fazíamos. Dessa redução surgem propostas como controle de redes, necessárias na dimensão das manipulações algorítmicas e no modelo de colonialismo de dados, mas insuficientes, e que podem abrir caminho para sociedades de controle em proporções jamais vistas, sob domínio de mega-empresas, as *Big Techs* a controlarem conteúdos a nosso pedido; ou então pela ênfase no chamado “letramento digital”, que segue em um viés muito técnico e pouco cultural. O vírus que estava sendo gestado há vinte anos ainda não era plenamente conhecido, mas aqui no Brasil, pela cultura digital e a cultura viva, já havíamos inventado a vacina e irei demonstrá-lo no subcapítulo específico.

Igualmente em alternativas para a ação cidadã da juventude, com os Agentes Cultura Viva, oferecendo aprendizagem-serviço, com bolsa para que jovens desenvolvessem trabalhos de arte e cultura em suas comunidades. Ou na relação entre Cultura e Saúde. Ou com a valorização dos conhecimentos da ancestralidade transmitidos pela oralidade, os Griôs. Ou em outras formas de economia nos ambientes comunitários, não a chamada economia criativa, que no fundo formata e submete os processos criativos à lógica econômica dominante, mas às economias vinculadas aos processos de vida. Foram muitas ações inovadoras e eficazes, que, se observadas em profundidade, apresentam soluções extremamente consistentes para problemas do presente e do futuro. Com os Pontos de Mídia Livre nos antecipamos à questão do financiamento e manutenção de uma comunicação democrática e comunitária, sem censura, dirigismo ou qualquer outra forma de controle, como direito social a prevenir a desinformação e pós-verdade. Assim, em graus variados, em todas as ações do programa.

Árvore é um ser vivo que fornece bons ares, sombra, alimento e beleza para os demais seres. A cultura viva é a interconexão entre os seres, é o fluxo contínuo da seiva, que não é unidirecional. A seiva parte da raiz, alimenta a árvore e é alimentada pelos frutos e folhas para voltar, transformar a raiz e realimentar a árvore. Pela árvore são representados diferentes conceitos e ideias, como o sentido da arte, realizando *Interações Estéticas*, mais de 300, conforme subcapítulo específico, Flores. Flores, porque a vida precisa de beleza e palavras floridas, é onde me debruço sobre a “*inutilidade da arte*”, como Mário de Andrade gostava de se referir. De todas as habilidades humanas a arte é a que melhor possibilita o encontro com a verdade, porque, pela “inutilidade” da arte são ativados todos os sentidos, incluindo a razão, e as sensações. Pela arte nos revelamos

inteiros, harmonizamos coração, cabeça e mãos. Sem arte não há cultura viva, nem cultura do encontro.

Como símbolo de beleza natural e simplicidade da vida, o conceito-metáfora *Árvore* e suas partes em fluxo se aproxima dos conceitos de cultura viva e ponto de cultura, que carregam a mesma simplicidade aparente, mas que são complexos. Conjuntos que contém e estão contidos em outros conjuntos, e se alimentam em fluxo. É o que procuro mostrar a partir da teoria de Vygotsky, com o *desenvolvimento proximal*, manifestados nas Teias e na aceleração de processos de desenvolvimento a partir delas. Em seguida apresento a eficácia de pequenas equações que desenvolvi e que sempre estiveram presentes na lógica da cultura viva e dos pontos de cultura: $[PC=(a+p)r]$, ou com a equação $Cultura + Natureza = Cultura Viva$.

O exercício da alteridade é aprofundando no estudo de caso com o povo Ashaninka, no Acre, no subcapítulo Cipó. Também trato do espalhamento da ideia pela América Latina, com a Cultura Viva Comunitária, produzindo um ir e vir criativo, como o fluxo da seiva. Assim vou caminhado no sentido da diversidade complementar. Até passar pelo arvoredo e as muitas vozes expressas ao final do texto, formando a síntese e o sentido. Finalizo a parte 1 com uma pergunta, porque perguntas são sementes.

Parte 2 - Sementes ao Vento.

Se no primeiro capítulo eu parto do concreto, do acontecido, para apresentar e aprofundar os conceitos, na segunda parte, que também poderia ser lado B, o diálogo é mais conceitual, tendo por decorrência o aprendizado adquirido com o cultivo da árvore da cultura viva. Começo pela depuração dos sentidos e a necessária comunicação com o senso comum. Não há transformação possível sem que aconteça esse diálogo. O senso comum carrega muitas sabedorias, mas também expressa muitos preconceitos e opressões, cabe saber realizar uma ação comunicativa, de forma sensível, não impositiva, mas com profundidade, para ir depurando sentidos, sensações e sensos. Como fazê-lo? Entendo que pela cultura viva, não mais na dimensão de programa de política pública ou conceito, mas como filosofia.

A partir do entendimento da cultura viva como filosofia, vou deslindando outros conceitos e ideias-chave, como vivência e experiência, até chegar ao conceito de Lugar, muito usado nos tempos atuais, no entanto, ao meu ver, superficialmente compreendido. Lugares são fluxos e fixos, como apontou o mestre Milton Santos, não havendo uma essência do lugar, eles são móveis, transmudam, absorvem pensamentos e

ideias de lugares outros, renunciando ao próprio lugar. Em uma perspectiva emancipatória, o lugar só impulsiona capacidade transgressora e revolucionária quando pessoas, grupos sociais, classes e comunidades, adquirem senso de lugar. Decidi enfrentar esse debate. Bem como os polissentidos, as multiidentidades e a ideia de identidade enquanto identificação, no que muito contribuem os estudos do pensador jamaicano, Stuart Hall.

Dos sentidos, sensos, lugares e identidades, parto para o papel da memória. Cultura é espaço e tempo compartilhados. A memória e o passado nos fazem ser o que somos, mesmo quando não sabemos sobre nosso passado e memória. Procuro aprofundar os conceitos de legado, patrimônio (a herança do pai) e tradição. Tradição, palavra difícil, que remete a entrega, também à traição. Mas que a carregamos, gostemos ou não. Sem um diálogo com as tradições e ancestralidades a humanidade não será capaz de superar a ordem de dominação, extração e exploração estabelecidas, mantidas também pela tradição. Tradição é ida e volta, permanência e imanência, modificação e transcendência, partida e chegada. Se tradições perpetuam explorações e opressões, por elas também se inventa e se supera dominações, conforme apontou Eric Hobsbawm, também os modernistas brasileiros. Seiva como fluxo vital que parte da raiz para alimentar a árvore, também sorve da árvore para alimentar a raiz no regresso, tradições são seiva. Cabe compreender e atuar a partir desse fenômeno complexo e instigante.

Tradições são entregas que se faz de uma geração a outra, conhecendo suas dinâmicas, o processo de como evoluem, suas diferenciações, reinterpretações e invenções, podendo servir para interesses completamente contraditórios e opostos. Seria possível incorporar um sentido transformador a elas? Da afirmação de lutas nacionais e emancipatórias à manutenção de ordens opressoras, tradições podem ser sequestradas pelo conservadorismo e reacionarismo político e de costumes, agora expresso na forma de tradicionalismo populista da extrema-direita. Como resgatá-las desse sequestro? Quando estáticas e idealizadas, na forma de tradições integristas, impõem ordens e normas de comportamento e submissão e opressão determinados por grupos dominantes. Quando o fio que liga tradição à ancestralidade e memória é cortado, se aniquila e destrói o conhecimento dos dominados, até que as mentes sejam povoadas por sentimentos de subordinação e sujeição em um fenômeno que se consolida na ordem capitalista dominante, iniciado pela dominação colonial e perpetuado pela colonialidade do poder. Por isso a cultura viva precisa compreender e atuar em torno dos processos de

perecimento da memória coletiva, as memórias em multimodo, a ativação das memórias em dormência.

Pelo método da história em anamnese entendo possível ir desvelando essas camadas da memória. Primeiro observando o todo, fazendo uma fotografia inicial, depois voltando para observar os detalhes, a comunidade de seres em torno daquela vida, para, em novo regresso, conversar com a árvore, e quantos regressos mais forem necessários, até que, ao final, seja possível se comunicar por apenas um sinal a condensar a história. Um sentido, um fio a religar os tempos. A *Whipala* andina é um exemplo desse pequeno e potente sinal. Subcapítulos vão por aí, mais conceituais, por vezes lançando mão de alguns exemplos a descreverem como os fenômenos se expressam. Sempre cavoucando a memórias e seus intrincados caminhos.

Onde chegar? A um debate sobre os efeitos da colonialidade, do racismo e do patriarcado em nossas construções mentais, algo que nos penetra muito além das aparências, que está expresso em nossas formas de ser, sentir e agir, e que nos mantém atados à dependência e subordinação. A colonialidade se perpetua para além do colonialismo, definindo nossa forma de pensar, raciocínio lógico, exclusão de outras formas de inteligência e conhecimento, relações com o outro, subserviências e condutas de ser. Ser colonizado, mesmo quando a colonização explicitamente política já tenha sido superada, é manter a colonialidade perpetuada nas mentes, nos impedindo de pensar diferente, de ousar seguir caminhos próprios e autônomos. Caminhamos e sempre voltamos ao mesmo lugar, perpetuando a dominação.

Perpetuação que se expressa pelo racismo, uma construção de desumanização do outro que está na gênese da dominação colonial. O próprio conceito de raça a separar e classificar os humanos é uma construção que surge no século XV, estando na gênese de genocídios e horrores sustentados pelo colonialismo. Dessa desumanização e aversão ao outro surge o racismo, tal qual conhecemos na idade contemporânea. Sem superar essa amarra não haverá libertação possível. Como também não haverá emancipação sem o desmantelamento da mentalidade patriarcal. O patriarcado é a primeira das tradições, com o patriarcado começaram as explorações e as dominâncias. A cultura, substantiva feminina, irá desmontá-lo, trato dessas questões em subcapítulo específico.

Decolonialidade, antirracismo e despatriarcalização são chaves para a superação de duas outras dominações decorrentes e interdependentes: a coisificação ou mercantilização do ser, e o especismo ou antropocentrismo. Essas são partes constitutivas da filosofia da Cultura Viva, que se faz no diálogo entre o ancestral, o pulsante e a

invenção. Ancestral que é presente e futuro, base para saltos civilizatórios, como os princípios do Bem Viver e do Ubuntu. Tomar o ancestral como futuro pressupõe compreender as dimensões de fluxo e as possibilidades de imaginação. Imaginações aprisionadas pelo enredamento entre narrativa e verdade, sendo necessário compreender como será possível desatar esse nó.

Narrativa e verdade são conceitos intercambiáveis, porém distintos. Deixe por último essas sementes a serem lançadas ao vento. Últimas sementes que são primeiras. Cultura Viva seria um método de investigação filosófica comunitária para alcançar a verdade partindo do que “já é”, do senso comum, para, em observação cuidadosa e atenta, chegar a uma compreensão mais profunda da realidade, identificando padrões e tendências no fluxo. Aparentemente algo ambicioso, mas que é demonstrável e foi exercitado ao menos em um período da implantação do programa Cultura Viva. É um método que não prescinde da lógica e da razão, ao contrário, se vale delas, mas acrescenta a dimensão do sensível, das emoções e intuições, até alcançar um método coletivo de investigação crítica pelo exercício contínuo nas Teias. Um método coletivo de busca da verdade que vai limpando camadas, e juntando sensações, explicações da realidade, produzindo exercícios puros de encantamento em meio à avaliação crítica de ideias, teorias e posturas, até oferecer uma compreensão mais completa e precisa da verdade, que é alcançada pelo ambiente comunitário e coletivo.

O mundo contemporâneo, de tão mediado e artificialmente construído, faz com que a realidade redunde em hiper-realidade, revertendo a noção do real, deixando de manter correspondência autônoma com a realidade em si. O real passa a ser indistinguível da representação e isso torna a discussão sobre as diferenças entre narrativa e verdade ainda mais fundamentais. Joguei *Sementes ao vento* por conta desse objetivo, que ao menos algumas caíam em bom solo, até brotarem com força.

Cultura Viva como um exercício coletivo de filosofia para abeirar o real em multiplicidade. Por ela nos aproximamos dos fatos, da leitura objetiva da realidade, dos processos e procedimentos, simbolismos e representações, à trama de interesses, às consequências. Nos achegamos daquilo que é sólido, mas que um dia desmancha. Também daquilo que não se toca, das imaginações, seus significados e ações. Uma aproximação à realidade em descrição densa, removendo camadas e produzindo entendimento acerca da realidade e de como ela é interpretada. Narrativas são respostas surgidas a partir de perguntas, gerando novas perguntas. Se quisermos conhecer a verdade há que saber perguntar. A resposta não está nas narrativas, está nas perguntas.

Findo os dois capítulos, a incerteza. O vírus que se recria pela hiperconcentração de vacinas. Enquanto países adquirem e estocavam cinco vezes mais vacinas que o necessário para imunizar suas populações, outros agonizam por falta das mesmas. Isso faz incubar novas variantes e a peste volta em novas formas: *Alpha, Beta, Gamma, Delta, Epsilon, Zeta, Eta, Theta, Iota, Kappa, Lambda...Ômicron*. Faltará alfabeto grego para nominar as pestes que virão. Ou a maioria da humanidade se une e redescobre o sentido do Comum ou não haverá humanidade. Seremos devorados. Pelo vírus, pelas bactérias, pelo colapso climático e eventos extremos. A falta de água, a falta de ar, os cataclismos, tormentas, furacões, tempestades, incêndios e desmoronamentos. Pela fome, pela desigualdade, pelo descaso. Comidos pela exclusão, pela maldade e falta de empatia, pelas ganâncias. 2022, a Rússia invade a Ucrânia. Toda guerra é uma guerra. Há sempre uma mãe chorando, um pai arrependido, um jovem cheio de medo matando outro jovem cheio de medo. Sempre uma casa em chamas, crianças em desespero, velhos desalojados. O horror! Toda guerra é uma guerra. 2023, já passou um ano de guerra. Outras se avistam em ameaça.

De quando a peste chegou, a clausura foi vivida em um apartamento em que a única proximidade humana, via contato físico, foi com minha amada companheira, Silvana; sem ela não teria prosseguido, muito menos resistido. A comida, os livros, tudo que necessitávamos chegava por serviço de entrega e somente eram utilizados após quarentena e higienização. As notícias do mundo, as conversas com a mãe, as filhas e netos, encontros com amigos, todos mediados por plataformas da internet. Invenções foram ensaiadas para tornar a aproximação mais cálida, encontros com a mesma comida e o vinho combinados entre amigos. Contatos tela a tela. A pandemia acelerou a descontinuidade interpretativa na relação com a realidade e o entorno, isso ficou muito evidente quando da ruptura da ordem espacial e temporal provocadas. Com dificuldades para compreender, explicar e até em se manter vivo, fomos vivendo o tempo vivido com sensação de desamparo, igualmente acelerada. Quando doença e morte estão à espreita os afetos circulam de outra forma, produzindo outros efeitos. A incerteza, a perda de renda, o não trabalho, a insegurança alimentar, a casa deixando de ser refúgio, a diluição das fronteiras entre casa e trabalho, o ensino à distância para crianças e adolescentes aumentando o fosso social, a perda de espaços de sociabilidade, o sentimento de solidão e perda de vínculos. Aqueles que estavam conosco em um dia já não estarão no outro. Uma sociedade desaba.

Tudo afetou e afeta a noção de tempo, espaço, e de vida. Enquanto em momentos de revolução o tempo é acelerado, nos momentos de involução o tempo perde continuidade até gerar um sentimento de desfazimento. Os projetos e expectativas de futuro desaparecem, assim como as percepções sobre o passado. As perspectivas de longo prazo vão sumindo e as aflições e incertezas tomam conta do lugar. O futuro entra em suspensão da mesma forma que o passado perde sentido e é esquecido. Vivendo o tempo presente, em que o dia seguinte é algo indeterminado, as pessoas saem em busca de um fio para se agarrar. O fio do tempo a equilibrar continuidade e descontinuidade. Um fio narrativo que consiga nos levar para fora do labirinto, tal qual o fio com que Ariadne conduziu Teseu. Para salvar o herói ateniense foi necessário que a heroína de Creta se desfizesse de suas vestes puxando um fio contínuo, foi o que permitiu o retorno à entrada do labirinto, que também é saída. Sem essa decisão, Teseu e Ariadne pereceriam no labirinto do Minotauro. Mesmo com a força e valentia do herói, mulher e homem seguiriam presos na rede de salas e galerias confusamente dispostas. Um emaranhado de passagens e claustros a confundir aqueles que adentravam naquele mundo de medos e incertezas. Perdida a entrada, perdida a saída. Saber puxar o fio narrativo até descomplicar o confuso e intricado dédalo é o único caminho possível para a emancipação, como em uma viagem à semente.

Paro. Reflito, respiro, medito. Esse povo, meu povo, ainda irá se encontrar como povo. E vai encontrar o seu fio até emergir como nunca se viu. Tantos lutaram e lutam por isso. Não terá sido em vão. Para reencontrar um fio de esperança recorro a Darcy Ribeiro:

“Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra.”²

Em um mundo tão desigual, desmemoriado e com perda de sentido, o Brasil está entre os países mais desiguais, desmemoriados e injustos. Falta sentido. O povo brasileiro passa por um momento de desencanto, quase anomia. Tantos os retrocessos, a perda de direitos, os obscurantismos, absurdos e descabros. A despeito disso não há revolta. Direitos trabalhistas foram desmontados, há insegurança quanto à aposentadoria, à educação, à saúde, pessoas mais vulneráveis são jogadas no desamparo, o país voltou

² RIBEIRO, Darcy – O POVO BRASILEIRO, pg. 449 – Companhia das Letras, 1995

ao mapa da fome. Um lugar em que não há lugar para o sentido. Até há gestos de indignação e repulsa, protestos, articulações, mas insuficientes, na maior parte reduzidos ao ambiente deletério das redes sociais. Vivendo em um turbilhão de retrocessos e sem que esses retrocessos encontrem resistência, a sensação é de um recuo aparentemente sem fim. É objetivo dessa obra tentar entender essa dinâmica, esse vai-e-vem que nos mantém atados e perdidos no labirinto. Não encontro resposta, mas ofereço perguntas.

A despeito dessa sensação, em meio aos retrocessos, à descontinuidade, incerteza e desamparo, também florescem continuidades nas relações de solidariedade popular, as vizinhas que repartem entre si o pouco que lhes falta, mutirões comunitários, o auxílio mútuo e redes de apoio popular, são as microrresistências que nos mantêm vivos e ativos. Pelas microrresistências espalhadas pelos rincões mais esquecidos seria possível perceber que também está em gestação um contraprocessos de ação radical, em que coletivos reaprendem a formular as ideias do sujeito. Vi e senti tantas ações assim, contadas às centenas, por todos os rincões desse vasto país, deste vasto continente. Não é possível que tenham se perdido completamente. Haveremos de reencontra-las. Conto-as à exaustão, gostaria de contar mais.

Das microrresistências será possível fazer surgir uma identidade de sentido entre os diversos agentes sociais, é o que tenho percebido ao longo de minha trajetória pública e agora reforçada por esse estudo. Por díspares que possam transparecer as causas, é possível encontrar um denominador comum a unificar lutas e programas para o devir. até que o ser opaco consiga emergir. Por vezes serei exaustivo nos exemplos, nas citações alongadas, mas lanço mão dessas tantas e diversas vozes porque sinto necessário comprovar, encantar, mostrar o vivido por aqueles que se recusam a ser coisa. São tantas as possibilidades. Por qual razão não as enxergamos? É preciso, é urgente e emergente. Que enxerguemos, escutemos, e partamos para a ação.

Transformações profundas estão germinando a partir da produção de sentidos e significados vindos desde “abaixo”, dos invisíveis, dos que foram silenciados, desprezados, descartados. A esses devemos dar ouvidos e sentidos. São sementes em dormência, que estão lá e vão florir. Um dia. Que esse dia venha logo. Nada é constante, e o corpo é etéreo, mas também “*a semente do devir de tudo*”, como em muitas vezes, estarei recorrendo a Heráclito, pois cultura é fluxo, e tudo flui. O corpo coletivo dos povos está em constante mutação, será desse fluxo que encontrar-se-á no particular a universalidade do ser. O Particular-Universal, como um saber de si e para si, que há de se

transformar em imaginação comum, sem subsumir a singularidade de cada um. Para encontrar o Particular-Universal somente indo atrás das tradições-semente.

Ao realizar a anamnese da Cultura Viva procuro demonstrar a influência da ancestralidade, das tradições e da memória, na determinação do que somos e de como nos localizamos na comunicação com o passado e na imaginação do futuro. Os lugares sociais, os sentidos e os sentidos são definidos por essa transmissão. Mas quando o fio da ancestralidade é cortado, as tradições são sequestradas e a memória é roubada, a alienação prospera, resultando em explorações, manipulações, dominação e opressão. Habitando um mundo hiperfragmentado, assimétrico na igualdade, na economia, na sociedade, na cultura, na política, assimétrico nos sonhos e no compartilhamento de memória e imaginação, qual seria a dinâmica das resistências no chão das comunidades? Como seria possível evitar a cooptação? Na anamnese vou apontando esses espaços de liberdade a moldarem processos mais potentes de fusão entre pensamento e prática.

Como conclusão por décadas de trabalho junto às comunidades: não há caminho possível para a emancipação sem o encontro, em nível de igualdade e respeito, com o senso comum e as formas de conhecimento tradicional, e dessas com o conhecimento científico e a práxis nas lutas sociais, políticas e na vida cotidiana. O que nos falta é compreender como o senso comum das sociedades foi sendo formado, para, a partir do senso comum, ir desvelando camadas, até que seja possível encontrar o sumo. Com esse sumo ir depurando os sentidos até alcançar um senso de lugar, com senso crítico e histórico. A árvore.

Viajar à semente tem o sentido de recuperar a árvore como um fio da memória e senso de lugar. E dessa recuperação ir agregando as múltiplas dimensões do conhecimento, as tradicionais e comunitárias, as práticas nas lutas populares e a inteligência coletiva, o senso histórico, o método científico, as lutas dos povos do mundo, o aprendizado, com os êxitos e fracassos, nas lutas individuais e coletivas. Até que chegue o momento em que será possível alcançar uma produção partilhada do conhecimento de forma ampla, em diversas camadas de solidariedade e união. Um exercício coletivo de filosofia, popular, comunitária, aberta, prática e reflexiva.

Os sistemas de dominação se consolidam através de manipulações narrativas que embaralham o senso de verdade, para isso contam com diversos aparatos ideológicos do poder de Estado e Mercado, via controle do sistema de educação, midiático, da manipulação sobre as crenças religiosas, da política, da desinformação. Tudo potencializado em escala nunca vista, por conta da manipulação e controle das redes

sociais via algoritmos. Verdades que são falsas, fatos que são mentiras, realidades que são ilusões. Civilizações sucumbem porque as sociedades tem o dom de se autoiludir.

Pelas ilusões pessoas e sociedades tomam as piores decisões, afetando a vida delas e das gerações que estão por vir. Ilusão, derivada do latim *Illusio*, ironia. Um artifício de retórica fingindo ser outra coisa, na forma de deboche, desconstruindo a realidade; literalmente: *In Ludo*, eu brinco. Com o passar dos séculos, ilusão ganha o significado de erro de percepção e julgamento. Engano tão presente nos processos de decisão coletiva das sociedades contemporâneas, e na forma espetacularizada de fazer política rasteira, de baixo nível. O desafio está em conseguir quebrar o código dessa falsa consciência. Como evitar o autoengano coletivo? A ilusão constrói poder, para quebra-la somente o domínio de códigos e referências simbólicas que ampliem a capacidade de percepção do real.

Quando a realidade se impõe, a ilusão se esvai. No entanto, é -ou parece que é- da natureza humana evitar a realidade. Criamos ilusões como fuga, mas também para nos satisfazermos, nos justificarmos. Por vezes é possível sair desse estado de ilusão. Um despertar coletivo pela imaginação que se torna ação. Mas que, por algum motivo, logo em seguida volta a se autoiludir. Ilusão e imaginação são pernas a mover um mesmo corpo, caminham juntas, havendo que compreender do que o corpo é capaz, e como:

“Até hoje ninguém definiu aquilo de que o corpo é capaz...mas dizem que seria impossível deduzir apenas das leis da Natureza, uma vez considerada exclusivamente como corpórea, as causas das edificações arquitetônicas, da pintura e coisas afins que só a arte humana produz, e que o corpo humano não conseguiria construir nenhum templo se não estivesse determinado e dirigido pela alma, mas eu já mostrei que tais pessoas não sabem do que é capaz o corpo e o que concluir do simples exame de sua natureza...”³

Pontos de Cultura são corpos comunitários a liberarem a força de existir e a potência de agir. Espinosa entendia o poder político como expressão do consentimento livre dos indivíduos, formando uma comunidade política. Ele segue atual e ainda insuficientemente compreendido. Os conceitos de Pontos de Cultura e da Cultura Viva bebem na fonte de Espinosa. O Ponto como comunidades políticas imaginadas, como expressão do desejo em viver em sociedade, não como uma criação natural, mas como resultado da vontade. A anomia social, os desencontros e corrupções, a incapacidade de imaginação coletiva e da construção do Bem Comum são resultado do estilhaçamento do

³ ESPINOSA, Baruch – *ÉTICA III, Teorema 2, Escólio* – apud. Psicologia da Arte, Vigotski, epígrafe. Ed. Martins Fontes, 2001

corpo político, que deixa de ser comunitário, fundado em uma comunidade política, para ser privado, individualista, amesquinhando-se cada vez mais.

As pernas da imaginação e da ilusão são puxadas em direções diferentes e opostas, prevalecendo apenas a perna da ilusão. Para sair desse furdúncio entendo, e é o que procuro demonstrar, que será necessário voltar à semente para semear de novo, até que em algum momento será possível constituir comunidades políticas capazes de agir em conjunto, pela imaginação coletiva, produzindo interesses comuns, como corpos comunitários. É a lógica da potência invertendo a lógica do poder. O poder político não pode estar concentrado nas mãos de grupos privilegiados, menos ainda de um único indivíduo, e sim, deve ser compartilhado entre os membros da comunidade política, daí a importância da imaginação compartilhada. Quando isso acontecer teremos o Estado Integral. Mas o caminho é longo e difícil. Falta imaginação.

Enquanto a ilusão é uma percepção distorcida da realidade, produzindo engano, a imaginação é a capacidade de ir além da realidade. Pela imaginação formulamos conceitos abstratos e geramos imagens mentais para superar a realidade iníqua. Como uma filosofia que parte do real, do que “já é”, a Cultura Viva inicia a caminhada pelas sensações e percepções, pelo encantamento e a poética, até depurar os sentidos rumo à cultura do encontro. Enquanto a ilusão se baseia no sensorial bruto, a imaginação se baseia na criatividade e na fantasia refinadas, é a seiva que volta da folha. Todavia, para terem um efeito no agir coletivo, criatividade e fantasia devem estar com os pés fincados no real, ativando o sujeito político e invertendo a ordem “natural” dominante, que impede e deprime a liberação da potência. Pela arte se libera a potência e a imaginação. Liberando a potência e a imaginação serão criadas e produzidas coisas novas e belas, solucionando coletivamente os problemas antigos. Enquanto a ilusão perturba a realidade, a imaginação gera novas realidades.

Voltando no tempo. 06 de maio de 2021, primeira dose da vacina contra a Covid-19. Não pude anunciar a boa nova para minha mãe, mesmo assim ela escutou. 19 de junho de 2021, foi alcançada a marca de meio milhão de mortos. 3 de dezembro de 2021, eu e Silvana tomamos a terceira dose de reforço de vacina contra o Covid. Foi em uma unidade básica de saúde do Sistema Único de Saúde. Na fila, senhoras ao meu lado cumprimentam um médico pelo nome, ele retribui o cumprimento, como amigos que se encontram. SUS, uma política pública do Brasil, imaginada por uma geração generosa e de coragem. Era tempo de ditadura, sequestros, torturas e assassinatos promovidos por agentes de Estado. Tempo da “Belíndia”, em que o Brasil era Bélgica e Índia; esse tempo

ainda é. Aos pobres, o acesso à saúde só era possível pela porta da caridade; trabalhadores com carteira assinada contavam com um sistema próprio, Inamps; a classe média, os planos de saúde; os ricos, o tratamento de saúde que o dinheiro pudesse comprar. Anos 1970/80, quando defender saúde pública gratuita, universal e de qualidade, falar em medicina preventiva, saúde da família e Postos de Saúde nas periferias, era coisa de comunista. Houve muita imaginação, muita dedicação. Muitos profissionais de saúde pública recém saídos das prisões da ditadura ou estudantes recém formados, muito movimento popular de saúde, clubes de mães, reuniões, assembleias, encontros, conferências nacionais. Uma política pública escrupulosamente imaginada e cultivada. Com ética, técnica e generosidade, até vir a ser inscrita na Constituição de 1988. Mesmo não plenamente aplicada, havia esperança.

Paixão e pensamento racional se misturam e se fundem, não há um pré-determinante. Aquele cumprimento ao médico de jaleco branco em meio a uma pandemia que começava a refecer, despertou sentimentos em mim. Nossa identidade e capacidade de ler o mundo, e de agir sobre o mundo, é fruto dessa mistura entre razão e emoção. A ideia eurocêntrica de que é possível domesticar a razão, para que ela não sofra influências da emoção, é uma falácia. Quando adolescente participei de vários movimentos populares, entre estes, o de saúde. Das mãos de um casal de médicos trabalhando em favelas recebi livros e documentos fundamentais para minha formação militante, essa memória voltou ao buscar vacina em uma unidade básica de saúde em meu bairro. Eu estava entrando em um daqueles “Postinhos” dos anos 70, e ele era bonito, bem administrado, humano, justo e eficiente. Foi um sonho.

Escrevo a realidade sonhada. Final de 2022, Lula vence Bolsonaro com 50,9% dos votos válidos. O que levou 58 milhões de brasileiras e brasileiros, ou 49,1% dos votos válidos a escolherem o ódio, o fascismo, o negacionismo e as ignorâncias, o egoísmo, o desamor e a cultura da morte? Ainda não encontramos resposta. 8 de janeiro de 2023, intentona golpista. Em plano insensato e temerário, milhares atacam os poderes da república, ocupando por algumas horas os edifícios do Congresso Nacional, Presidência da República e Supremo Tribunal Federal. O que nos aguarda para 2023 e anos seguintes? Não sei. Mas espero que esse trabalho ajude a enfrentar o que virá.

Agradecimentos e dedicatória

Sou grato e divido minha gratidão como um eco de alegria. Na melhor forma, fazendo florescer e frutificar as sementes que chegaram a mim. Agradeço à gente que resiste, às pessoas que seguem em seus lugares fazendo coisas boas e belas para os outros. Há muitas, tantas que não as posso contar. Irmãs de alma que se conectam pelas raízes das árvores e pela transpiração das folhas. Em todo canto, em muitos pontos. A essas, agradeço e dedico essa obra. Anônimas, procurei lançar luz e escuta a partir de muitos exemplos e citações presentes nesse trabalho, que procurei escrever em diálogo.

Sou grato também às autoras e autores utilizados como referência bibliográfica. Como disse, trato livros como amigos, guias a me aconselharem nos momentos de dúvida, parceiros de caminhada. Com eles converso, destemporalizando o tempo e desespacializando o espaço. Os mais diretamente vinculados a esse trabalho estão nas citações e bibliografia. Conhecimentos são sementes em fluxo contínuo que vão se espalhando, há quem pega e melhora (outros estragam, mas não vem ao caso). Somos devedores e gratos a tudo que vem sendo produzido em termos de pensamento e arte. Somos filhos e pais, mães e filhas, do conhecimento e da arte. Mesmo quando a ignorância, a bruteza e a feiura tentam nos dominar, o conhecimento, a sensibilidade e a arte, irão prevalecer.

Sou grato ao meu orientador, Sérgio Bairon, mestre sensível e profundo, e paciente, ao menos comigo. Sérgio foi um guia discreto, indicando caminhos, possibilidades de estudo. Um tecelão da gestão partilhada do conhecimento, espero haver correspondido à confiança. Sou grato à banca de qualificação, à Marília Librandi e Dennis de Oliveira, pelas observações precisas, que inclusive me levaram a mudar rumos, como a observação de Marília, de que eu escrevia sobre e sob a covid, com isso considere por bem explicitar esse lugar. À banca de doutorado, agora acrescida pelas professoras ... Agradeço igualmente à Teresa Teles, da secretaria do Diversitas/USP, várias foram as vezes em que ela me alertou e instruiu sobre prazos e procedimentos, bem como me salvou da perda desses. E ao Francesco Gosciola, designer gráfico, que gentilmente fez as geometrias que eu idealizava em pensamento.

Sou grato à minha companheira amada, Silvana Bragatto, com ela eu troco ideias e imaginações, ela corrige meu texto, me ajuda a não me dispersar, me dá paz, conforto, compreensão e amor. Somos cúmplices em tudo, não me vejo sem ela. A ela dedico essa obra e todas as outras.

Sou grato às minhas filhas, Mariana e Carolina, cada uma como semente brotando em outros lugares e sempre perto, mesmo que longe. Minhas filhas alegram meu

coração. Também dedico essa obra à minha mãe, Elza, raiz em memória. E aos meus netos, Beatriz e Pedro, sementes.

Parte I - ÁRVORE

Cultura Viva e Pontos de Cultura – teoria, conceitos e prática

1. Capinar

Em 06 de julho de 2004 foi lançado o programa nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária - Cultura Viva, pelo Ministério da Cultura do Brasil. Seu objetivo:

“promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade”, estimulando “a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural”. [Destinado às]: “populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural”⁴

O programa Cultura Viva previa a seleção de projetos por meio de editais públicos abertos às organizações culturais de base comunitária. Foi um programa de impacto, tanto pelos conceitos inovadores, como pela escala. Entre 2004 e 2010, período em que eu estive à frente da Secretaria da Cidadania Cultural no Ministério da Cultura, foram apoiadas 3.500 comunidades com Pontos de Cultura, em 1.100 municípios, envolvendo entre 8 a 9 milhões de pessoas, das quais 900.000 pessoas em atividades regulares de arte e cultura (cursos e oficinas culturais, participação em grupos artísticos ou coletivos de identidade e diversidade, cultura digital, saberes tradicionais, cineclubismo ou atividades de leitura, entre outras), em sua maioria jovens. Pelo programa foram gerados mais de 30.000 postos de trabalho nas comunidades⁵.

Posteriormente, a partir de 2011, a teoria e os conceitos da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura foram se espraiando por outros países, como movimento social da cultura e como política pública, sobretudo na América Latina⁶. Até 2021 essas ideias e ações estavam presentes em 17 países, além de contar com um programa internacional,

⁴ Portaria 156/2004 – Ministério da Cultura, incluída nos anexos dessa tese.

⁵ Dados IPEA - BARBOSA, Frederico e ARAÚJO, Erton orgs - CULTURA VIVA, avaliação do programa: arte, educação e cidadania, IPEA 2010 – Brasília/DF

⁶ Ver livro do autor, “POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina”, Edições SESC, 2020,

IberCulturaViva, da SEGIB (Secretaria Geral dos Estados Iberoamericanos)⁷. Coube a mim, na condição de secretário de programas e projetos culturais, depois secretaria da cidadania cultural, a idealização, conceituação, teoria e implantação do programa⁸.

Nesse período, desde 2004, tenho saído em viagens pelo Brasil e, desde o final de 2010, por países da América Latina, não somente na condição de formulador, gestor ou difusor do programa, como também na condição de estudioso e ativista; um misto entre historiador, gestor público, pensador da cultura, etnógrafo e militante, me defino assim. Essa condição permitiu uma experiência em escala, ampliando o campo de amostragem, algo que não aconteceria na dimensão de uma pesquisa acadêmica, sempre muito focada. Em seis anos de trabalho como secretário visitei ao menos 600 comunidades no Brasil, muitas com vários retornos; após de 2011, por toda a América Latina em ao menos 50 viagens, sempre em escuta apurada. Seria insensato e incompleto não expor essa experiência em plenitude, histórias que vi, senti e vivi, e que foram fundamentais, em seu conjunto, para o refinamento da teoria e conceitos ora apresentados.

As reflexões nesse estudo estão amparadas nessa experiência de duas décadas, por isso as explico desde o início. Foi um mergulho denso na ética, nos modos de fazer político e na estética produzidas em comunidades mais afastadas e invisibilizadas desse nosso vasto continente da solidão. Invisibilidade decorrente não apenas do sistema político, econômico e cultural dominante, como também pela incapacidade em perceber, sentir e agir da parte de partidos políticos e movimentos progressistas mais à esquerda, e

⁷ <https://iberculturaviva.org/o-programa/>

⁸ Como em toda política pública democrática, a concepção e consolidação do programa foi resultado de um processo de aprendizado e diálogo amplo, interno, com agentes públicos no Ministério da Cultura. Registro e agradeço a participação, no nome de Antônia Rangel, então chefe de gabinete, TT Catalão, diretor e posteriormente meu substituto na secretaria, já falecido, e aos gerentes do programa que foram se revezando no processo: Aldo Rocha, Elder Viana, Flávio de Castro, Elisiário Palermo, Juana Nunes, Ana Paula Gumy, Roselene Crepaldi, Elaine Tozzi, Patrícia Dornelles, Eliete Braga, Éric Meirelles e Manoel Correa, em nome dos quais estendo a todas trabalhadoras e trabalhadores do Ministério da Cultura, suas regionais e assessoramentos. Igualmente registro agradecimento aos agentes de cultura nas comunidades, incontáveis e de contribuição imensa, vários desses retratados em histórias em meu livro PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima. Da mesma forma, o programa não teria acontecido sem a validação e respaldo dos dirigentes do Ministério da Cultura, em especial, o ministro Gilberto Gil e Juca Ferreira, inicialmente secretário executivo e depois ministro. É necessário, no entanto, assumir a idealização na primeira pessoa, sobretudo nesse momento em que me encontro, como estudioso, defendendo tese de doutorado a partir de realização em que tive papel fundamental, tanto na condição de gestor público, como pensador e formulador de conceitos e teoria do programa. No livro “PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima” (Ed. Anita Garibaldi, 2009), sobretudo nos capítulos “Ponto de Cultura – a construção de uma política pública” e “O programa Cultura Viva”, descrevo todo o processo de conceitualização, teorização e gestão, assim como dou créditos, referências e método que levaram a essa concepção, espalhada coletivamente a partir do conceito da “gestão compartilhada e transformadora” entre Estado e grupos culturais de base comunitária.

mesmo da academia. Defendo que ainda não houve a suficiente compreensão sobre o potencial transformador, e impulsor, desses ambientes artesanais-comunitários, tecidos pelos “de baixo”. Tem faltado escuta sensível e olhar apurado para um novo emergir social.

Nos espaços comunitários e ancestrais a cultura é o ponto a urdir o tecido que funde ética-economia-ambiente-educação-estética em uma mesma trama. Uma urdidura que ganha forma pela mística, pelo modo performático de vida social, integrando racionalidade e emoção, saber científico e intuitivo. Nesses Pontos a experiência é resultado da expressão performática intensa, fruto de um sentido narrativo que conecta passado e presente, fazendo com que os sentidos e as emoções sejam redescobertos e revividos em ambientes de maravilhamento e êxtase. A percepção desse ato narrativo, que acontece principalmente via referências e linguagens não escritas, é que permite a realização da experiência de uma individualidade que se faz no coletivo.

Me sinto em condições de afirmar que um tecido diferente e delicado é fiado a partir dos espaços comunitários como os Pontos de Cultura e territórios de identidade. No Brasil e nos demais países da América Latina; talvez, também, por aí afora, em outros continentes, mas esses ainda não tive oportunidade de investigar com a mesma lupa. Me atenho a este canto do mundo, do Rio Grande à Patagônia, já suficientemente grande, como *Abya Ayala*, também traduzida por Pátria Grande, que prefiro traduzir conforme me foi ensinado pelos donos do idioma, o povo Cuna no Panamá, *Abya Ayala*, o sangue da montanha. A América Latina carrega em seu sangue todas as humanidades, resultado de milhares de anos de migrações e adaptações, também genocídio e desumanização, os horrores da escravidão, colonização feroz, novas ondas migratórias, exploração, ganância, violências e ódios contra os pobres. Um movimento constante de gentes, histórias e afetos que, em meio ao horror, se faz povo com identidade comum. Quem sabe um dia esse povo que habita o continente que atravessa o planeta de sul ao norte como um dorso, essa montanha que sangra, indique caminhos de paz e convivência aos demais povos do mundo.

Por traço de personalidade e consciência da função pública que exercia, procurei evitar viagens típicas de autoridade de governo a anunciar boas novas e inaugurações. Também evitava protocolos oficiais; definitivamente, detestava e detesto essa parte, que, quando houve, era-me a mais pesarosa. Viajava para escutar, para a observação silenciosa. Para me jogar no rio, me misturar nele para deixar de ser eu. Com meu corpo e o corpo de todos e todas que seguem se jogando no rio da cultura viva, o rio

também deixou de ser rio. As águas de um rio jamais são as mesmas, conforme Heráclito ensinou, e o rio deixa de ser rio, passando a incorporar também o nosso corpo quando mergulhamos nele. Regressei diversas vezes a determinadas comunidades e Pontos de Cultura, além da comunicação mantida à distância e em encontros por aí, em muitos casos até os dias atuais, estabelecendo relações de afeto, respeito e confiança.

Para demonstrar a evolução de uma organização cultural de base comunitária a partir de quando é reconhecida e apoiada como Ponto Cultura, realizei descrição densa sobre a ACARTES – Academia de Ciências e Artes do Pirambu, a maior favela da cidade de Fortaleza⁹. Foram cinco visitas ao longo de seis anos, além de encontros em outros momentos. A cada visita era possível perceber evoluções qualitativas, de estrutura também. O pequeno espaço cultural na favela foi crescendo, ganhando novos pavimentos, até um mirante de onde era possível avistar e sentir a brisa do mar; apesar de a favela estar em frente à praia, ela foi toda erigida de costas para a praia por conta dos ventos fortes no litoral cearense. Além das melhorias na estrutura, as mudanças qualitativas, a postura dos jovens, diálogos e percepção da realidade. Eles queriam fazer cinema, não uma sala, mas um longa-metragem, realizaram *O Poço da Pedra*¹⁰, inspirado em obra literária de um dos fundadores do Ponto de Cultura. Buscaram sustentabilidade econômica, conseguiram. Fabricaram guas e demais equipamentos para filmagem profissional de cinema e venderam os produtos a muitas empresas de audiovisual e a outros Pontos de Cultura pelo Brasil, sempre a um valor justo. Eles queriam vista para o mar, conseguiram. Fizeram um mirante acima do prédio do Ponto de Cultura incrustado na favela, com quatro pavimentos em um terreno com não mais que 10 metros de largura.

Fora do governo federal a vida foi me afastando do Brasil e fui recebendo diversos convites para falar sobre a Cultura Viva em países da América Latina e não só. Viajava a convite de movimentos comunitários ou dirigentes de cultura, para conferências, congressos e encontros, mas o que me mais estimulava eram as visitas e escapadas a comunidades, em favelas, *pueblos* e aldeias indígenas, conversas com os coletivos da cultura viva comunitária, com *los puntos de cultura*. Dessas imersões profundas surgiam novos vínculos, ternura, cumplicidade e continuidade, fazendo brotar novas ideias, projetos e reflexões. Em 2017 pude viajar só para escutar e escrever, como

⁹ Ler capítulo *Vista para o mar*, no livro PONTO DE CULTURA, o Brasil de baixo para cima, pgs 35 a 47.

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=ld3mirKIG1U>

sempre quis; dessas viagens resultou o livro *Por todos os caminhos – Pontos de Cultura na América Latina*¹¹.

É a partir desse laboratório prático, em mergulho efetivo de compromisso de vida e amorosidade, que desenvolvo as hipóteses e teorias apresentadas neste capítulo buscando extrair mais um pouco dos conceitos e filosofia inicialmente pensados. O programa Cultura Viva possibilitou, em escala consideravelmente ampliada, a quebra de hierarquias culturais e a construção de novas legitimidades, acelerando processos de partilha do sensível e de senso de lugar. Mais que um modelo teórico, a despeito do esforço de elaboração teórica ter estado presente desde o início, houve demonstração prática, experienciada, que questionou e subverteu fundamentos epistemológicos do pensamento crítico eurocêntrico, em que a rede da cultura viva comunitária foi um imenso laboratório vivo e interativo. Um laboratório de cultura política que permite a experimentação de uma política pública, realizada a partir da arte, das identidades e da diversidade cultural, semeado desde os “de abaixo”¹². Esse laboratório envolveu, de forma próxima, dezenas de milhares de pessoas, seguramente, talvez mais. Como se diz na “quebrada”, com tudo “junto e misturado”, ou, conforme o aforismo no Manifesto Antropófago: “*Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente*”¹³. Uma experiência de cultura antropófaga que se realiza a partir de um ponto. O Ponto de Cultura como microrrede agindo no território e a Cultura Viva como a macrorrede a articular o conjunto dos Pontos.

Essa tese não é sobre o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. Estou intensamente imbricado nessa construção e já escrevi bastante sobre o tema, outros tem realizado estudos com mais equidistância, gosto de lê-los e prefiro quando as análises e conclusões chegam por outros caminhos que não exatamente os que eu trilhei, mas, pelo impacto que a idealização e implementação do programa teve em minha vida, em meu aprendizado e amadurecimento ético e intelectual, o tema sempre volta. Isso tem-me sido pesaroso, confesso, me interesse por outros assuntos, mas o ponto sempre volta e eu sempre volto ao ponto. Que assim seja. Pontos serão meus pontos de partida e regresso

¹¹ Publicado pelas Edições SESC, 2020, em viagens organizadas por Silvana Bragatto, companheira de todos os caminhos, junto com o fotógrafo Mário Miranda, meu irmão, com o auxílio do Instituto Olga Kos, que financiou as viagens e sob a acolhida de dezenas de organizações comunitárias presentes nos 13 países por onde passei.

¹² Ver filme O ROSTO NO ESPELHO, de Renato Tapajós
https://www.youtube.com/watch?v=w09p_HIOcMs&t=26s

¹³ ANDRADE, Oswald, MANIFESTO ANTROPÓFAGO, 1928

nessa nova sementeira, agora em espiral. Vou escrever naquilo que os Pontos projetam além do relato do programa e refletindo sobre ele.

Ao construir uma política pública que incorpora uma estrutura de identidade aberta, não homogênea, em que as identidades são atravessadas por antagonismos, contradições, divisões e modificações, o programa Cultura Viva procurou quebrar hierarquias culturais, promovendo uma ruptura que deu início à construção de novas legitimidades socioculturais. Desconheço outro país que tenha assumido a intenção explícita, nessa escala e no curto espaço de seis anos, com um governo que tenha se aventurado com essa radicalidade. Talvez a União Soviética no período logo posterior à Revolução de 1917, mas que não foi além das grandes cidades e que logo se fechou em termos de transgressão cultural; ou o *Federal Art and National Culture*¹⁴, sob o governo Roosevelt, com uma intensa ação de política pública de identidade sob o período do *New Deal*, igualmente abortada; talvez Cuba pós-revolução, a experiência de lá foi esplêndida, sobretudo no rápido enfrentamento ao analfabetismo, na política para o cinema, mas foi algo diferente; o Chile à época de Allende, também interrompido; talvez a Itália nos anos 1960/70¹⁵; ou a França com as Casas de Cultura. Talvez. Mas não.

Houve e há particularidades no conceito de Cultura Viva que o diferencia das experiências acima citadas. Como política pública a promover a intersecção de multiidentidades o Cultura Viva foi, e é, experiência única. A unidade está no Ponto, um conceito geométrico, abstrato “-dá-me um ponto de apoio e eu moverei o mundo”, de Arquimedes, o matemático da Grécia antiga. Partindo desse conceito matemático formei convicção para o nome Ponto de Cultura, um ponto-conceito. Com esse trabalho espero demonstrar que o ponto-conceito vai além da política pública de cultura *stricto sensu*, e

¹⁴ O programa Federal Art Project, aconteceu nos anos 1930, sob o governo Roosevelt, como uma política para contratação de artistas e trabalhadores da cultura então desempregados. Mais que uma política de emprego em tempos de depressão econômica, foi uma ação de circulação cultural intensa, que intensificou debates sobre modernismo e modernidade na cultura, estabelecendo um debate cultural desde abaixo, sobre estética e identidade. Esse programa foi uma das referências que utilizei para a formulação conceitual do programa Cultura Viva - vide Jonathan Harris, *FEDERAL ART AND NATIONAL CULTURE – the politics of identity in New Deal America* – CAMBRIDGE University Press, 1995.

¹⁵ De todas as experiências que estudei, a mais interessante e próxima à ideia da rede dos Pontos de Cultura foi a ARCI (Associazione Ricreativa e Culturale Italiana), que chegou a contar com mais de um milhão de associados contribuintes. Fundada em 1956, sob inspiração do Partido Comunista Italiano e Partido Socialista, a partir da cidade de Florença, manteve centenas de espaços culturais espalhados por cidades e vilas de toda a Itália, mantidos de forma totalmente independente do Estado e do Mercado, via pequenas contribuições. Mas não era uma política pública de Estado, como aplicado no Cultura Viva, o que restringia seu campo de ação, inclusive pelo recorte ideológico/partidário, fato que não ocorreu no Brasil, mas que eu gostaria – e me empenharia- para que acontecesse a partir de agora, gerando meios de autofinanciamento.

diz respeito a ações que alavancam processos emancipatórios, via política pública ou não. Um ponto não é um ponto apenas, ele não é uno e está inserido no múltiplo, o que coloca a Identidade (Ponto de Cultura) em interação com a Diversidade (Cultura Viva), sendo que a identidade Ponto de Cultura carrega outras identidades, inclusive.

Por conta da abstração matemática, tudo coube. Todos couberam e foram se sentindo iguais na diferença. Não “apesar” da diferença, mas “a partir” da diferença. Isso distingue o Ponto de Cultura de outras políticas de identidade (políticas públicas ou movimentos sociais), construídas a partir do que é idêntico, daquilo que aparentemente aproxima, mas que também separa pessoas, coisas ou grupos. Pela interação permanente entre Identidade e Diversidade os Pontos vão se aproximando, por mais que exista diferenças aparentes entre eles. A unidade se estabelece pelo sentido e não pela forma, isso permite que ultrapassem a autoidentificação até se reconhecerem no “Outro”, por mais diferente que o “Outro” aparente ser. Um jogo de espelhos em que o exercício consiste em “*Se ver e ser visto*”. Não por acaso, o tema da primeira Teia dos Pontos de Cultura, acontecida no edifício da Bienal de Artes de São Paulo em 2006, quando os Pontos de Cultura somavam 450.

A rede dos Pontos de Cultura formou um laboratório para o exercício da alteridade, expresso na equação (identidade + alteridade = solidariedade). Como esse exercício, há outros, formando uma matemática da vida: (cultura + natureza = cultura viva); (trabalho + encantamento = transformação); (território + memória = cultura viva comunitária; ou, simplesmente, cultura); (tradição + invenção = criação); (des-envolver + re-envolver = com-viver); (potência + afeto = cultura do encontro). Essas pequenas equações foram realizadas no processo de construção do programa, sobretudo durante a tecitura da rede latino-americana da cultura viva comunitária, a partir de 2011. Por já estarem desenvolvidas com mais detalhe no livro *POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina*, de minha autoria, não serão retomadas na presente obra.

Se a ideia de identidade está associada à consciência que a pessoa, ou grupo, tem dela própria, como seria possível construir uma identidade a partir de si? Não existe identidade em essência, pura. Afinal, a consciência é atravessada por outras identidades e interesses. Há uma historicidade e uma espacialidade gerando imperceptíveis fronteiras de identidades sobrepostas, que podem se contradizer e que são aceleradas em nosso tempo, mais apropriado se referir às identidades como identificações em multiidentidades, pois não há um sujeito homogêneo e as fronteiras para a classificação de identidades estão diluídas.

Buscar a identidade apenas e tão somente pela taxionomia da diferenciação tem se revelado insuficiente para a compreensão dos fenômenos sociais, e para além da multiidentidade há a transidentidade. Retomarei o tema em capítulo específico, mas o que pude perceber a partir da observação do universo dos Pontos de Cultura em multiplicidade é que a identidade só consegue assumir um caráter emancipador, libertário, quando o sujeito se percebe em uma identidade multimodo, ou híbrida, havendo uma combinação entre a identidade construída “de dentro para fora” com a “de fora para dentro”.

A identidade Ponto de Cultura é encontrada na relação com outros Pontos, quando da identificação com o Outro, uma identidade não surge da “essência” de uma identidade já contida em nós, mas do preenchimento a partir de nosso exterior, das formas que imaginamos que os Outros nos veem. Apesar do sujeito estar sempre “partido” há uma fantasia sobre a unidade de identidade, que será sempre contraditória, o que significa que não há um “lugar de fala” puro. Mais adequado seria se referir às identidades como identificação, conforme Stuart Hall sugere. Identificação essa que, no caso dos Pontos de Cultura, se estabelece pelo sentido comum, e não por aquilo que é, mas sim pelo vir-a-ser. A identidade está na abertura, não no fechamento, está no que une para além, não no que separa para quem.

O Ponto como uma unidade a romper a apartação de identidades essencialistas, fantasiadas e inventadas. Quanto mais diferenças e diversidade houver, melhor para o fortalecimento da identidade comum. Novamente, um conceito matemático, em que o “conter” e o “estar contido” são condições fundamentais para a tecitura de uma identidade diversa. Somente a partir de uma identidade diversa, compreendida e estimulada na diversidade, será possível um Agir em sentido maiúsculo. Um Agir e um Estar num mundo em que “caibam outros mundos”, conforme a consigna zapatista. Ao atingir essa condição de identidade como ponte e não como muro, a identidade passa a ser uma alavanca para a transformação e a emancipação.

Como exercício para a multiidentidade, ou identidade multimodo, a busca por denominadores comuns. No caso da política pública, a começar pelo valor único de repasse aos Pontos de Cultura, à época (2004/10), no valor de R\$ 60.000,00/ano, equivalente a US\$ 24,000, ou US\$ 2,000/mês, em convênios trienais, assegurando continuidade e planificação comunitária. Independente da condição de cada Ponto, lugar, tamanho, forma, tradição, projetos, fosse proposta com origem em um remoto município ou de uma comunidade em grande centro, de grupos com grande experiência na formulação e gestão de projetos e parcerias ou novatos, cada qual teria que manejar o

mesmo recurso. Essa unidade permitiu que cada comunidade pudesse operar os recursos conforme sua realidade, suas necessidades e aspirações. Nos grandes centros, havendo maiores possibilidades de parcerias e ampliação do alcance, o recurso poderia não ser tão significativo, mas tinha o poder para impulsionar ações, colocando a comunidade em movimento criativo; com um selo de reconhecimento oficial as comunidades conseguiram mais e novos recursos e parcerias, e mais força para resistir às intolerâncias, inclusive do aparato de poder local. Nas pequenas localidades o reconhecimento como Ponto de Cultura, por sua vez, resultou na única possibilidade de recurso financeiro a ser acessada pela organização comunitária, que pela primeira vez puderam contar com recursos regulares e públicos, o impacto foi tão profundo a ponto de alterar até mesmo a correlação de forças com os poderes locais.

Em Arcoverde, agreste de Pernambuco, um grupo de jovens universitários, aliados a indígenas e assentados do MST, propôs um Ponto de Cultura. Um detalhe, foi o primeiro convênio de Ponto de Cultura que eu assinei como secretário, tornando-se o primeiro Ponto de Cultura oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro, isso em novembro de 2004, quatro meses após o lançamento oficial do programa. O Ponto de Cultura em Arcoverde ocupou uma estação de trem desativada, lá eles instalaram estúdio de gravação musical, emissora de rádio comunitária, espaço para oficinas, ensaios e apresentações. Transformaram-se em centro de referência de ação autônoma no município, o único que não estava atrelado aos poderes locais. Isso gerou conflitos, protestos da prefeitura, tentativas de desalojamento da estação de trem. Tive que mediar várias situações como a de Arcoverde, presenciei vários conflitos de poder pelo país afora, incluindo em áreas metropolitanas, conflitos que resultaram na quebra de hierarquias culturais e na construção de novas legitimidades nos territórios.

Com base nessa experiência posso afirmar que os Pontos de Cultura foram aceleradores de processos de partilha do sensível e de fortalecimento do senso de lugar. Mãe Beth de Oxum, do Ponto de Cultura Coco de Umbigada, de matriz africana, na cidade de Olinda, Pernambuco, assim descreveu o processo de quebra de hierarquias e construção de novas legitimidades em seu território:

“Nós, o povo de Santo, aqui em Pernambuco, estamos com a autoestima levantada [...] Os terreiros de candomblé sempre foram tratados com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela política, que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio de Campo das Princesas [sede do governo do estado de Pernambuco] estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os ibá [arranjos em cerâmica e panelas para oferendas], os ilu [instrumentos musicais, atabaques], os assentamentos [pedras sagradas]. Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: ‘O

que vocês querem?” Somos Ponto de Cultura reconhecidos pelo governo federal. E a zabumba que foi de nossos avós e tem mais de 150 anos, pode tocar a sambada, a ciranda, o samba de coco, o maracatu e todos os encontros de brincantes.”
(Beth de Oxum – Ponto de Cultura Memória e Produção da Cultura Popular – Coco de Umbigada; Olinda, Pernambuco)¹⁶

Em Araçuaí, vale do Jequitinhonha, norte do estado de Minas Gerais, jovens decidiram dar um presente para sua cidade: um cinema. O único do vale do Jequitinhonha. Uma bela sala, com imagem e som de qualidade, poltronas compradas de um antigo cinema, fechado há muitos anos. Um cinema simples, mas muito bonito, pintado com tinta de terra. Tudo feito pelos meninos e meninas de Araçuaí, a partir de um Ponto de Cultura que muito antes dessa política pública já era um Ponto de Cultura na prática, mesmo sem levar o nome. Trabalho iniciado por Tião Rocha, um educador que deixou a cadeira de professor universitário para fazer educação de um jeito diferente. Com outro Ponto de Cultura, o “*Ponto de Partida*”, da cidade de Barbacena, também em Minas Gerais, fizeram uma turnê, *Ser Tão Gerais*, com Milton Nascimento. Terminada a turnê a divisão do cachê resultaria em R\$ 2 mil para cada jovem participante, valor considerável à época (2005), além de recursos para a manutenção do Centro Cultural que eles mantinham em seu vale. Ao invés de repartirem o dinheiro para cada um, preferiram dar um presente para sua cidade. Um cinema.

*“Sabe, belo é povo como é belo todo amor
Aqui vive um povo que é mar e que é rio
E seu destino é um dia se juntar”*

Mas o dinheiro era insuficiente. Foi quando surgiu o edital para seleção dos primeiros Pontos de Cultura no Brasil. À época, cada Ponto de Cultura receberia R\$ 150.000,00, divididos em cinco parcelas semestrais. Mas era necessário que os proponentes aportassem 20% como contrapartida em dinheiro (R\$ 30.000,00). O dinheiro juntado pelos jovens foi o suficiente. Em março de 2008 fui ao Vale do Jequitinhonha inaugurar o cinema. A cidade toda em festa.

*“Aqui vive um povo que cultiva a qualidade
Ser mais sábio que quem o quer governar
A novidade é que o Brasil não é só litoral
É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul
Tem gente boa espalhada por esse Brasil
Que vai fazer desse lugar um bom país”*

¹⁶ *Apud.* Turino, Célio – PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pg. 65 – Editora Anita Garibaldi, 2. edição, 2010.

Foi na Praça que apresentaram outro espetáculo, “*Canto pra Nhá Terra*”. Milhares de pessoas foram ver o trabalho dos meninos e meninas da cidade. Araçuaí ganhou um presente. Um cinema¹⁷.

Exemplos como os anteriores foram e são muitos. Germinados por aí, no Brasil e pela América Latina, na Europa, Ásia, África, em todos os cantos do mundo. Arados há séculos, milênios. Gente com as costas curvadas que faz brotar a vida entre sofrimento e alegria. A cantoria da gente. A dança da gente. As histórias esquecidas, não percebidas, escondidas, silenciadas. Germinam. Coube (cabe) à Cultura Viva cavoucar a terra, remexer o húmus até fazer germinar mais. Ainda não foi o suficiente, mas um dia será. Não tardará rebentar a terra. É o que me move. É o que nos move:

“À esquerda, à direita, mais adiante, julgava reconhecer outros, sob os trigais, as cercas vivas, as árvores novas. Agora, em pleno céu, o céu de abril brilhava em toda sua glória, aquecendo a terra que germinava. Do flanco nutriz brotava a vida, os rebentos desabrochavam em folhas verdes, os campos estremeciam com o brotar da relva. Por todos os lados as sementes cresciam, alongavam-se, em seu caminho para o calor e a luz. Um transbordamento de seiva escorria sussurrante, o ruído dos germes expandia-se num grande beijo. E ainda, cada vez mais distintamente, como se estivessem mais próximos da superfície, os companheiros cavavam. Aos raios chamejantes do astro rei, naquela manhã de juventude, era daquele rumor que o campo estava cheio. Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra.” (Trechos finais de *Germinar*, de Émile Zola)

Um século e meio se passou. Do outro lado do Atlântico, surgia a Cultura Viva.

2. Germinação

Para fazer germinar as sementes há que tirar o capim, lavrar a terra, revolver o húmus. Não há conceito que se sustente sem que o ambiente esteja preparado e a terra sulcada. Foi o que aconteceu com o conceito de Cultura Viva e o ponto-semente. Primeiro, o chamado, a lavra, depois, a germinação. A unidade a partir da abstração Ponto foi o que possibilitou a coexistência entre Pontos de Cultura de Vanguarda Artística ou

¹⁷ Partes do texto sobre o Ponto de Cultura dos Meninos de Araçuaí são extratos de minha autoria, no capítulo *Araçuaí ganhou um presente*, em texto em que dialoga com a música “Notícias do Brasil”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, no livro *PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima*, Ed Anita Garibaldi, 2009, pgs. 11/12.

Cultura Digital, de universidades e grandes centros, com Pontos de culturas tradicionais, ou realizando ações socioeducativas em favelas, ou redes de cineastas indígenas, software livre em quilombos, ou experimentações como cinema e fotografia para cegos, música para surdos. Em cada Ponto, agentes jovens da Cultura Viva trabalhando com metarreciclagem de computadores, e recebendo uma bolsa do governo, ou em aprendizagem-serviço em artes circenses, ou como agentes de leitura a levarem livros e histórias para comunidades rurais, em lombo de burro ou bicicleta. Encontramos o denominador comum: o Ponto. Tudo mais era forma da diversidade, em que a riqueza está no conter e estar contido.

A Rádio da Associação das Prostitutas da Bahia, na cidade de Salvador se fortaleceu a partir de um Ponto de Cultura, assim como a rádio comunitária na Favela de Heliópolis, em São Paulo, que pôde renovar todo equipamento da rádio comunitária com recursos do Ponto de Cultura. Por não estar devidamente registrada no Ministério das Comunicações, um mês após a renovação dos equipamentos, inaugurada com a presença do ministro da cultura e do presidente da república, teve todo o patrimônio apreendido pela Polícia Federal. Um paradoxo. As contradições internas ao aparato estatal começaram a surgir. O mesmo governo federal que entregava recursos para a autonomia e protagonismo da comunidade, era o que apreendia o material e lacrava a rádio do povo da favela. Ao fato, conforme imprensa da época:

“Por volta das 10:30 h da manhã desta quinta (20), seis agentes da Polícia Federal e da Agencia Nacional de Telecomunicações (Anatel) fecharam a Rádio Heliópolis, na favela Heliópolis, zona sul de São Paulo, cumprindo uma ordem de busca e apreensão expedida pela 9ª Vara Criminal Federal.

Os equipamentos foram levados para a sede da PF, onde os coordenadores da rádio, João Miranda e Geronino Barbosa de Souza, o Gerô, prestaram depoimentos por cerca de três horas. Miranda, que assumiu a responsabilidade pela emissora, foi processado criminalmente e deve responder inquérito por crime de instalação ou utilização de telecomunicações em desacordo com a Lei.

Criada há 14 anos para, segundo Gerô, “informar a comunidade de Heliópolis sobre seus direitos e deveres”, a Rádio Comunitária Heliópolis hoje é o coração de uma das maiores favelas de São Paulo. Toca música, repassa informações sobre os serviços públicos de saúde, educação, cultura e outros, e criou um importante serviço de busca de crianças perdidas e desaparecidas.

Contando hoje com cerca de 200 pessoas envolvidas direta ou indiretamente no seu funcionamento [...] recebeu vários prêmios por seu trabalho de inclusão social, como o da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) em 2003 e de promoção da cidadania pela coordenação da Parada do Orgulho Gay em 2004, e foi o objeto do documentário *A Cidade do Sol nas Ondas do Rádio*, produzido pelo Instituto Itaú Cultural.

Considerada um símbolo da luta pela democratização da comunicação em São Paulo, a Associação Unas, que abriga a rádio, foi escolhida no ano passado como local para o lançamento do programa de Pontos de Cultura do Ministério da Cultura (MinC) em São Paulo, com a presença do ministro Gilberto Gil e do Presidente Lula. “- Foi nessa cerimônia também que o secretário de Programas e Políticas Culturais do MinC, Célio Turino, expressou o seu desejo de que todos os Pontos tivessem uma rádio comunitária”, lembra Gerô. Na ação desta quinta, um dos computadores apreendidos pela PF é do projeto do MinC.

O fechamento da emissora pegou seus coordenadores de surpresa, apesar da ciência de que, teoricamente, assim como todas as rádios comunitárias de São Paulo a Heliópolis estava na ilegalidade, uma vez que, apesar de ter o processo de regularização encaminhado no Ministério das Comunicações, este ainda não enviou ao município o chamado aviso de habilitação, que autoriza a operação de emissoras comunitárias.” (Repórter Brasil)¹⁸

O episódio aconteceu em 2006 e o convênio para reconhecimento da rádio como Ponto de Cultura foi duramente criticado pelos meios de imprensa, inclusive em editorial no jornal ‘Estado de São Paulo’. Evidentemente, por discordar da ousadia do Ministério da Cultura em garantir recursos destinados à compra de equipamentos em proveito de uma rádio comunitária em favela, sem que a mesma tivesse outorga do Ministério das Comunicações do mesmo governo. Além de prestar esclarecimentos eu me envolvi pessoalmente nas negociações posteriores, até que a Polícia Federal devolvesse os equipamentos ao Ponto de Cultura e a rádio comunitária recebesse a outorga definitiva. A rádio de Heliópolis funciona até os dias atuais e teve um papel decisivo no enfrentamento à pandemia de Covid.

Na primeira década do século XXI o termo pós-verdade ainda não havia ganhado alcance público. Somente em 2016 o *Oxford Dictionaries* elegeu o vocábulo pós-verdade como a palavra do ano no idioma inglês, no Brasil o termo foi chegando no mesmo período. Antes do neologismo da pós-verdade estar em vigor, o programa Cultura Viva já havia se antecipado à modelação da opinião pública via manipulação das emoções e crenças pessoais via controle dos meios de informação nas comunidades. O vírus das Fake News ainda não era plenamente percebido, mas já havíamos inventado a vacina, fortalecendo a comunicação comunitária como meio para a coesão social e a construção de sentidos comuns, fornecendo referenciais de sentido para a difusão de conhecimento e significações coletivas.

¹⁸ <https://reporterbrasil.org.br/2006/07/pf-fecha-radio-heliopolis-em-sp-local-e-ponto-de-cultura-do-minc/>

No território, no Ponto, os procedimentos de desinformação são muito mais difíceis de serem difundidos, isso porque é onde vida acontece em inteireza, quando os fenômenos são percebidos, experimentados e interpretados a partir dos reflexos na comunidade, dificultando o descolamento dos fatos via manipulações informacionais e dos afetos. Houvesse tido êxito ao lançar a proposta de uma rádio comunitária por Ponto de Cultura, conforme apresentei proposta na favela de Heliópolis, talvez o Brasil de hoje estivesse muito melhor aparelhado para enfrentar o lixo informacional e a guerra cultural propagada por meio de redes de desinformação e discursos de ódio. Mas sempre há tempo para recuperar as boas vacinas.

Com o Coco de Umbigada, em Olinda, Pernambuco, a vacina informacional se deu pela interação entre a cultura popular praticada no bairro do Guadalupe e a rádio comunitária *Amnésia*, criada pelo Ponto de Cultura. Os elementos utilizados para a criação da vacina podem ser observados abaixo, no diálogo entre integrantes do Ponto de Cultura Coco de Umbigada, Ronaldo Eli, coordenador do núcleo de comunicação, Quinho Caetés, músico e fundador da organização e, novamente, Mãe Beth de Oxum:

(Ronaldo Eli) “A cultura popular muitas vezes é vista como algo que deve ser trancado no armário, guardado com naftalina para a barata não comer, mas isso é uma visão totalmente equivocada do conceito de cultura, porque a cultura existe e se desenvolve na interação, a cultura é um processo. [...] Hoje a gente consegue, através do mérito de nossas ações, ter acesso a recursos que permitem a gente se manter e crescer. Este é um momento importante para a cultura popular do país.”

(Quinho Caetés) “Os instrumentos estavam quietos, ninguém fazia nada. Aí eu fui pegando os instrumentos de percussão da família, e foi aí que eu comecei a resgatar o Coco e hoje estou aí com a música, através do meu próprio povo, da minha própria família. [...] Hoje em dia o jovem no nosso Brasil está um pouco perdido, e é aí, com esse trabalho, que a gente consegue resgatar esse jovem [...] O Ministério [da Cultura] é um parceiro muito forte, faz com que a coisa fique muito mais rica, está dando uma mão, um passo à frente”

(Mãe Beth de Oxum) “A gente já tinha a brincadeira do Coco, a gente já fazia a sambada, mas não tinha o protagonismo que temos hoje, não tinha a autoestima, a dimensão social disso. Aqui em Pernambuco há muita riqueza cultural, mas, ao mesmo tempo, a gente não tem muito espaço, muita valorização, tudo sempre foi feito com muita dificuldade. A partir do momento que a gente passa a receber recursos para investir numa infraestrutura melhor, para trabalhar com dignidade, a gente muda um pouco de paradigma nessa coisa da autoestima com a cultura popular. O coco de umbigada é uma brincadeira que junta a comunidade, gera trabalho e renda, as pessoas vendem comida, vendem bebida, vendem CDs, numa logística justa e solidária. A sambada traz um pertencimento muito grande da brincadeira, e, nessa brincadeira, a gente tem a intenção de deixar clara a nossa origem, de onde a gente vem.”¹⁹

¹⁹ ALMANAQUE CULTURA VIVA, pgs 244/245 – Ministério da Cultura, 2009

Em latim, *Punctos* se refere a um lugar determinado, o lugar de sentido em que ocorre a intersecção de condições para realizações específicas. Traduzido ao inglês o substantivo *The point*, torna-se ainda mais compreensível: a realidade, a essência de um pensamento ou ação. Ao encontrar o Ponto encontra-se uma medida a identificar posição, forma e sentido. Identificada a posição, como no diálogo entre os integrantes do Ponto de Cultura Coco de Umbigada, alavanca-se movimentos de transformação e sem que as flores e os frutos se desprendam da raiz. A pós-verdade, ou fakenews, só prospera quando essa conexão é cortada. Está aí a essência da vacina informacional do Ponto Cultura: belas flores e bons frutos só brotam quando em conexão com a raiz.

Na Vila Mimosa, zona do baixo meretrício na cidade do Rio de Janeiro, o foco do Ponto de Cultura foi produção de moda lançada pelas prostitutas, com estilistas e modelos do lugar. Em Campinas, o Ponto de Cultura E-Jovem tinha foco na educação e ações socioculturais para jovens LGBT, em conflito familiar ou com a própria identidade. Como o E-Jovem de Campinas, outro Ponto de Cultura, em Juiz de Fora, teve por ênfase e proponentes, gays e lésbicas. No extremo sul do Brasil, dois Pontos de Cultura, formados por povos com identidades aparentemente antagônicas, ao se incorporarem à rede da Cultura Viva se encontraram e criaram um Coral Afropomerano. Foi a prática da alteridade gerando novas criações. Descrevo:

“No extremo sul do Brasil, em São Lourenço do Sul, cidade da Revolução Farroupilha, às margens da Lagoa dos Patos, há dois Pontos de Cultura: um de pomeranos, outro de quilombolas. Hoje atuam em conjunto, mas a convivência não era tranquila. Os quilombolas do sul são descendentes de escravizados que resistiram ao trabalho desumano a que eram submetidos pelos criadores de gado em suas fazendas de charque; para viver em liberdade fugiam para morros e regiões perdidas no meio da mata. Com a imigração alemã no século XIX, vieram os pomeranos, povo de origem eslava, germanizado há muitos séculos. Por não serem propriamente alemães, também sofriam discriminação em sua terra de origem; nas guerras eram obrigados a se alistar na infantaria, sendo os primeiros a morrer. Com o nazismo essa prática foi intensificada e milhares morreram na frente oriental. No início do século XXI há 500.000 descendentes de pomeranos na Alemanha, mas sua cultura e dialeto estão mais preservados nas colônias brasileiras que em sua terra de origem. Mesmo assim, se consideravam alemães. Como imigrantes, foi-lhes destinada a mesma terra habitada pelos quilombolas. Sentiam-se detentores de uma cultura superior à dos quilombolas e o relacionamento entre eles era tenso. Mas eslavo vem de escravo²⁰,

²⁰ Do Latim, *sclavus*, também do grego bizantino, *sklábos*, derivado de *sklabenós*, em referência aos povos da Europa Oriental, escravizados originalmente pelos romanos, e, na Idade Média, pelos Bizantinos e Muçulmanos, tanto do Oriente Médio como da Península Ibérica. De onde deriva *slave*, do idioma inglês. Povos eslavos, povos escravos, quando a Europa Oriental era uma reserva para captura de escravizados.

por isso foram tão humilhados e maltratados na pátria que julgavam sua. Quilombolas e pomeranos, ambos filhos da diáspora. Com o Ponto de Cultura criam o Coral Afro-Pomerano.”²¹

Cada Ponto de Cultura com uma identidade, uma particularidade, uma singularidade, mas todos se compreendendo em unidade. Foi a matemática que possibilitou a aceleração desses encontros, antes inusitados. Dessa unidade os agentes e gestores dos Pontos de Cultura passaram a se autorreferenciar como *Ponteiros*. A identidade foi estabelecida pelo sentido, não pela forma ou aparência, essa autoidentificação se manteve mesmo após anos de descaso, incompreensões e perseguições por parte das gestões de cultura que sucederam aquele período, a partir de 2011. O exemplo do Coral Afro-Pomerano sintetiza a capacidade de agregação do Ponto de Cultura, estimulando a Cultura do Encontro, aproximando os diferentes e acelerando processos de empatia, de encontro com o Outro. Pelo Ponto fomos rompendo preconceitos e imagens preconcebidas, quando o superficial e o aparente, impregnados pelo senso comum, induzem para caminhos opostos e antagônicos, impedindo a tão necessária prática da cultura do encontro.

Por fazer parte de um conjunto (que contém e está contido em outros conjuntos) o Ponto de Cultura não se limita a estereótipos e toda vez que se aproxima de um fecho, como um ponto de acumulação, se abre novamente, indo além do ponto limite. A organicidade da Cultura Viva resulta que a junção de pontos não se dá em uma reta, uma só dimensão, abrindo caminhos a várias dimensões e formatos.

O nosso projeto funciona há muito tempo, sempre fomos Ponto de Cultura, somente não tínhamos esse nome. Quando realizamos esse mesmo projeto em Igarassu, quase todos os alunos que concluíram o curso entraram no mercado de trabalho como desenhistas em produtoras, editoras de livros e agencias. A aprovação do Ponto de Cultura foi muito importante, pois o projeto estava parado. A verba mensal permite o funcionamento do projeto e garante equipamentos fundamentais para a finalização dos produtos audiovisuais produzidos com os alunos. E os recursos do Agente Jovem proporcionam uma renda para a família dos alunos e noção de cidadania para o jovem. O impacto na comunidade deve ser sentido aos poucos, pois nosso projeto trata de conscientização e formação, e os resultados esperados virão com o tempo” (Lula Gonzaga de Oliveira e Silva – Ponto de Cultura Cinema de Animação – Igarassu, Pernambuco)²²

²¹ *In*. PONTO DE CULTURA, o Brasil de baixo para cima, pg. 19, capítulo “Os silenciados querem ser vistos e se fazer ouvir” – obra do autor, Editora Anita Garibaldi, 2009.

²² ALMANAQUE CULTURA VIVA, pg. 188 – Ministério da Cultura, 2009

Para além de um programa de política cultural, o Cultura Viva é um conceito de Cultura Política, uma proposta para o exercício da prática cultural em um imenso laboratório coletivo, singular e plural. E detalhe importante, exercitado em escala de milhões; do contrário seria apenas vitrine sem mais incidência no tecido social espalhado pelo país. Depois que saí da função de Secretário da Cidadania Cultura no Ministério da Cultura, havendo viajado por três dezenas de países, da América Latina à Indonésia, passando pela Europa, tendo buscando outras referências bibliográficas pelo mundo, posso afirmar que não existiu e não existe nenhuma outra política pública de cultura e, especificamente de cultura política, na escala, dimensão e propósitos, que alcançamos no Brasil até 2010.

A transferência direta de recursos foi um dos aspectos da política pública, componente necessário, importante para assegurar o chão das comunidades, sua estabilidade e planejamento. Tocar no ponto, sedimentar a ação no território, liberar energias, como um *do-in* antropológico, conforme imagem poética presente no discurso de posse do ministro Gilberto Gil, antes da política pública da Cultura Viva vir a ser formulada. A partir do Ponto o organismo vivo da Cultura Viva foi sendo massageado. A escolha do nome Cultura Viva não é uma tautologia, afinal, toda cultura deveria ser percebida como viva. Mas não é. O oposto da cultura viva seria a cultura morta, fossilizada, em conserva, aquela que é controlada e burocratizada pelo Estado ou pelo Mercado, tornando-se pasteurizada, vulgar, descolada da dinâmica da vida. Daí a necessidade da afirmação, pois nem toda a cultura é viva.

Cultura Viva pressupõe o entendimento de que cultura é fluxo, está em movimento contínuo, sempre em processo. Ela germina pelo cultivo constante. Há tempos em que a terra deixa de ser arada, ainda assim, escorre o sussurrante ruído dos germes formando húmus no subsolo. Até que ela é remexida de forma industrial. Tratores e química, a uniformizam, padronizam, criando terra nua a fazer brotar uma só espécie. Mas os germes estão lá. No entorno brota vida diferente, potente, mesmo com as sementes estando em dormência. Pelo caule da Cultura Viva a raiz pulsa à copa, dá flores e frutos e retorna como semente.

3. Raiz – a busca por um Estado Integral

Germinada a semente há que fixar o vegetal em raiz, absorvendo os nutrientes para sustentar o tronco, o caule por onde passa a seiva. O conceito de Gestão

Compartilhada e Transformadora foi basilar para a construção teórica do programa Cultura Viva, deu régua e compasso para a prática exercitada na relação com os Pontos de Cultura. Antes conceito, criado a partir do Cultura Viva, as políticas públicas eram pensadas mais no sentido de serviços a serem prestados, o fazer “para” e não fazer “com”. O programa nasce com os postulados para a aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora já definidos no Catálogo de apresentação do programa Cultura Viva, escrito logo nos primeiros dias de concepção do programa, no início de junho de 2004, circulando em texto corrido desde então e publicado em forma de catálogo em novembro de 2004:

“COMPARTILHAR E TRANSFORMAR

Na busca por novos caminhos começamos a desenvolver a ideia de uma **gestão compartilhada e transformadora** para os Pontos de Cultura. A intenção é estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e Sociedade. Esta, no lugar de ser chamada apenas para dizer **o que** quer, começa a dizer **como** quer. Esse processo tem início com o edital para seleção dos Pontos, numa situação em que o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e o movimento social diz como e em que utilizará os recursos.

[...]

O modelo de gestão precisa ser flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura. Durante o processo, sem dúvida, haverá tensão: por um lado, o movimento social apropriando-se de mecanismos de gestão de recursos públicos, por outro lado, o Estado, com seu aparato burocrático, normas e regras rígidas.”²³

O tripé **autonomia-protagonismo-empoderamento** sustenta o conceito de gestão compartilhada e transformadora desenvolvido a partir do Cultura Viva. Ele foi apresentado previamente a todas organizações culturais de base comunitária que viriam a se tornar Ponto de Cultura, bem como a gestores de entes federados que, alguns anos após o lançamento do programa, seriam responsáveis por editais e redes de Pontos de Cultura em seus estados ou municípios. Foram três edições impressas, em um total de 4.500 exemplares, e cada Ponto de Cultura recebeu ao menos um exemplar. A interação com as organizações proponentes de Ponto de Cultura não foi somente técnico-burocrática, mas de espraiamento de conceitos e teoria e, sobretudo, de encantamento. Ao menos foi a intenção e desejo. Passados quase vinte anos, compreendo que esse foi fator que que

²³ Catálogo CULTURA VIVA – programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3ª Edição, pg. 33

explica, em grande medida, a sustentabilidade e persistência de mais de 4.000²⁴ organizações comunitárias que, em 2022, seguem se autorreferenciando e se autodeclarando Ponto de Cultura, mesmo com repasse de recursos interrompido, na maioria dos casos, há uma década ou mais.

Compreendidos como um ponto de equilíbrio, os Pontos de Cultura, no modelo teórico que eu desenvolvi, poderiam se exercitar na gestão local e na relação com o Estado, como uma ação orgânica, em um fazer contínuo, formando uma trama comunitária, ao mesmo tempo autônoma, protagonista e empoderada. Esse tripé e a relação entre os Pontos, em rede, é que possibilita a ampliação de força na relação com o Estado, bases teórico-conceituais que foram definidas no nascedouro do programa. Crédito a elas, mais até que à transferência de recursos, que foram significativos em determinado período, mas depois intermitentes, o principal êxito da experiência. As organizações culturais de base comunitária tomaram para si o sentido e os rumos da Cultura Viva, algo inusitado em termos de políticas públicas.

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci escreveu: *“na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é Estado”*. O ciclo dos chamados governos progressistas, neodesenvolvimentistas na América do Sul, na primeira década do século XXI, possibilitou uma reabertura simbólica para que a ação popular recuperasse visibilidade e respeito. Todavia, fracassos e retrocessos ocorridos na década seguinte indicam que houve uma equivocada compreensão do caráter do Estado, que deveria ter sido alargado na dimensão da sociedade civil-comunitária, e não foi. Ao menos não na dimensão necessária, alargando direitos para além do acesso a bens tangíveis (bens de consumo) ou intangíveis (educacionais, saúde). Faltou confiar mais nos processos de potência a partir dos de abaixo, seguiu-se uma visão que os colocava na condição de carentes, vulneráveis, mais como pacientes, receptores e beneficiários, não como agentes de sua própria transformação. Dessa inexata compreensão, não se realizou um Estado Integral, ampliado, ficando esses governos muito no marco formal do Estado. Houve um represamento, que impediu a realização de um Estado de novo tipo, mais moldado à feição do povo que emergia. Isso circunscreveu o acesso a direitos à dimensão política formal, repetindo e reforçando formas de Estado moldadas pela correlação de forças

²⁴ Plataforma de autodeclaração de Ponto de Cultura no extinto Ministério da Cultura <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-ponto-ou-ponto-de-cultura>
<https://iberculturaviva.org/minc-lanca-plataforma-que-permite-a-autodeclaracao-dos-pontos-de-cultura/>

anterior, quando acordos políticos foram realizados a partir das estruturas políticas dominantes se sobrepondo às mudanças mais de fundo.

Como resultado dos chamados “governos de coalisão”, o estrangulamento do ciclo progressista do início do século XX, com impeachment de Dilma Roussef no Brasil, retrocessos institucionais, sociais e políticos no Equador e Argentina, golpe de Estado na Bolívia, depois revertidos parcialmente, mas a um custo muito grande para o povo pobre. No momento da escrita dessa obra há uma retomada, em especial com a vitória de Lula da Silva no Brasil. A ver qual terá sido o aprendizado. Com o Cultura Viva houve uma fresta, uma fenda, que aproveitamos para colocar uma cunha e alargar a dimensão do Estado. Uma raiz diferente que se tentou fazer brotar. Mas foi uma fresta na borda do Estado, em um Ministério de menor peso (o que é um enorme equívoco, pois sem mudanças nas mentalidades, a partir da cultura, as transformações jamais serão duradouras), sem a necessária força política e reconhecimento, apesar da dimensão relativamente grande que, comparativamente a qualquer outra política pública de cultura, o programa teve. A raiz brotou. Pelo broto foi possível observar além do microscópio. Mas era um broto. Ainda insuficiente para tocar o centro do poder de Estado. A despeito da insuficiência, o programa Cultura Viva resultou em volume e efetividade que possibilitaram uma amostragem em razoável escala de como seguir por outros caminhos. Quiçá em novos brotos germinem a partir de agora, e o brota da Cultura Viva, por já bem formado, receba a devida atenção. Que em novos tempos se aprenda com a experiência. Em licença poética, o ministro Gilberto Gil, na carta de apresentação do programa Cultura Viva, indagava:

“Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...”

Vimos. Mas poderíamos ter visto mais. Ainda veremos. Confio, a raiz é forte. A teoria do Ponto de Cultura abre possibilidades para além da cultura em sentido restrito; por quê não Pontos de Cuidado com o ambiente, com o planeta e a Casa Comum? Pontos de Economia Popular, Circular, Solidária. Pontos de Mídia Livre. Pontos para a Cultura Esportiva e o lazer comunitário... Conforme pretendo demonstrar, essas possibilidades foram ensaiadas. Há muitos pontos de potência na sociedade. Brotos a serem percebidos, reconhecidos e estimulados, para além do que se convencionou definir como o campo da cultura. Pontos de Encontro e Equilíbrio na mediação Estado/Sociedade, dando uma nova feição ao Estado, a partir do comunitário e popular.

Um processo demorado, de certo, mas que em alguns momentos históricos pode, e deve, ser acelerado. Seguindo nessa trilha é possível produzir fissuras no sistema, e, a partir dessas fissuras, realizar fusões até que esferas distintas (o institucional, o político, o comunitário) estabeleçam novos pactos de governança e consenso. Um consenso organizado, consciente. Não vago e genérico como o praticado na democracia representativa, via parlamentarização e institucionalização da arena decisória. A produção de consenso em processo de educação permanente, de troca, respeito e equilíbrio entre as partes. Um Estado Ampliado, ou Integral, necessariamente é um Estado Educador, pois a forma de construção de consenso também educa, transforma e sedimenta novos patamares de política. Nesse entendimento o Ponto seria um ponto de apoio ao diálogo e prática permanentes de um Estado que deve estar à serviço de seu povo, não o contrário. Como raiz, o tripé autonomia-protagonismo-empoderamento. Conforme expresso no lançamento do programa:

“AUTONOMIA

‘Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural. Neste sentido, não é alguma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas a própria realização os atos concretos de participação e afirmação social.’

PROTAGONISMO

‘O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas. Entretanto, a gestão pública de cultura pensada nos marcos do liberalismo (“*cultura é um bom negócio!*”) e do iluminismo (“*levar luzes à inculta massa*”) não retira dos movimentos sociais apenas a sua autonomia, mas rouba-lhes o que talvez lhes seja ainda mais caro: seu protagonismo.

Quando as políticas não reconhecem a criação cultural da panela de Goiabeira do Espírito Santo, ou o mestre de brinquedos do Vale do Jequitinhonha, excluindo-os de pronto de seus objetivos ou, no máximo, tratando como folclore (“*Cultura em conserva*” nas palavras de Roger Bastide), e como expressões do “*simples*” da cultura, o protagonismo das comunidades é abafado. Esse não reconhecimento tem por matriz um conceito de cultura vinculado ao de civilização. Cultura é aí pensada como meio pelo qual se mede o ‘desenvolvimento’ e o ‘progresso’, a modernização da nação. E ‘*os simples*’ precisam ser escondidos, colocados em ‘seu devido lugar’: uma peça de museu, um artesanato ingênuo.

EMPODERAMENTO

‘Entendido como processo, o empoderamento social nos Pontos de Cultura pode ser caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder. Como o programa visa potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a

sustentabilidade da comunidade. Da mesma forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e a reconhecê-los.

UNINDO OS CONCEITOS

‘Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos. São conceitos em construção e seus significados só ganham relevância na proporção em que se relacionam e quando expressam as experiências dos próprios Pontos de Cultura, contribuindo para a construção de uma **gestão compartilhada e transformadora**’²⁵

O objetivo explícito do programa Cultura Viva é estimular a sociedade a experimentar/ensaiar novas relações com o Estado, bem como induzir a sociedade política/gestora dos aparatos de Estado a compreender e se predispor a essas novas presenças. Uma raiz a fazer brotar um Estado Ampliado ou Integral. Essa é a proposta. Quando se atua no ambiente comunitário e junto a movimentos sociais, por vezes há um desejo de negação do Estado, inclusive das organizações, ciosas pela manutenção sua autonomia. Igualmente em estudos etnográficos ou acadêmicos, que concentram o foco nas dinâmicas internas das comunidades, suas estratégias de convivência e recusa. Entretanto, os ambientes comunitários não são impermeáveis à relação Estado-Sociedade, por mais recusa que aconteça, o comunitário sofre interferências externas, do mercado, do estado, das igrejas, do sistema educacional, bem como das dinâmicas internas das comunidades, que também expressam interesses, incorporam ideologias e práticas. Interferências que atravessam o senso comum, consolidando modos de pensar a partir de práticas passadas e não plenamente refletidas, assim como há uma submissão à lógica da força e coerção dominantes, repetindo-as nos ambientes comunitários e de luta social, inclusive.

O Estado é a expressão política do modo de produção dominante que se reflete no modo de pensar e agir, no fazer político e “técnico” de suas organizações e aparatos. A feitura de um Estado de novo tipo depende, portanto, da compreensão de que o Estado não deveria ser somente a expressão do mundo econômico dominante e do encontro deste com a política, resultando em influências, ações e reações recíprocas, devendo incorporar uma clara intenção de mudança nessas relações, mesmo que de forma gradual. Ao transformar a pequena brecha entreaberta do Estado em um braço não “fazedor”, mas “reconhecedor” da ação nas e das comunidades o Cultura Viva buscou alargar a fenda na relação entre estrutura e superestrutura, na correlação de forças no aparato do Estado.

²⁵ Catálogo CULTURA VIVA, pgs. 33 a 35

Houve a intencionalidade em promover a ampliação da compreensão de Estado a partir do comunitário, como uma subcategoria no conceito gramsciano de Sociedade Civil. A comunidade como a base, o chão da sociedade, não necessariamente determinada e mediada por relações de trabalho, mas de convivência, afeto e legados compartilhados.

Procurando ativar novos atores, sempre existentes, mas relegados, mesmo no ambiente da sociedade civil, fomos ampliando o universo da cultura e da interpretação simbólica. Houve uma alteração no eixo da correlação de forças existente entre sociedade política e sociedade civil, sobretudo na esfera interna desta. No conceito de Estado Integral a tradicional definição de Estado ligada a governos é ampliada ao inserir a esfera da sociedade civil como também pertencente ao Estado. Com a teoria da Cultura Viva procurei trazer uma outra camada, a esfera do comunitário e do particularmente simbólico e artístico. No documento de apresentação do Cultura Viva essa intenção igualmente estava explicitada:

“A partir desta interação poderemos estar construindo um novo tipo de Estado, ampliado, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou. O Estado não se enfraquece (como acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato.”²⁶

Da mesma forma que o Estado se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato, a sociedade civil e os ambientes comunitários se fortalecem quando aprendem a dialogar com o Estado, dominando seus códigos e signos, estabelecendo novas relações. Não haveria Cultura Viva sem uma política de governo, depois de Estado, nem Pontos de Cultura conforme o conceito, para que isso acontecesse foi necessário que tivesse havido uma escolha política do povo brasileiro, em 2002, provocando um deslocamento na relação de força e no comando do governo federal. Por conta desse fato político foi aberta a possibilidade de pensar e executar uma política pública inovadora como a Cultura Viva. O conceito, a teoria e prática partiram da formulação em espaços de governo, não foram demandas da sociedade, no sentido e uma clareza prévia quanto ao formato, havia o desejo, práticas que já aconteciam, mas sem a teoria e os conceitos organizados. O Ponto de Cultura *já é*, isso estava claro na apresentação do programa, mas para ser Ponto integrado a um macrossistema, as organizações culturais de base comunitária precisariam ser potencializadas. Parte das

²⁶ Catálogo CULTURA VIVA – programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3ª Edição, pg. 33 – grifo nosso

ações já existiam nos territórios, algumas com bastante força, também interações entre algumas dessas organizações com atuações assemelhadas, mas não é possível afirmar que havia a Cultura Viva e os Pontos de Cultura enquanto conceito e teoria, mesmo enquanto prática em rede, mais ampla, para além das comunidades e interesses específicos. Faltava o impulso, a aceleração e a visão de conjunto.

Em meu livro sobre os Pontos de Cultura há o capítulo “*o Estado de baixo para cima*” em que analiso as alterações que começavam a acontecer a partir do Cultura Viva. Anos depois, percebo que foi mais uma licença poética, em relação a algo que eu pretendia que acontecesse, mas que não se efetivou. Houve o desencadear de um processo de interação Estado/comunidade, uma ação política com o objetivo explícito de viralizar (no sentido de afetar) e provocar mudanças qualitativas na relação entre Estado e comunidades culturais, até que produzissem processos irreversíveis. Um desencadeamento acontecido em condições desiguais de força e poder, ressalto. Mesmo com assimetria, a porta foi entreaberta. Para que a porta entreabrisse foi necessário teorizar, conceituar, sem isso nem a maçaneta teria sido movida. Uma maçaneta que foi movida de dentro, porque dependia da decisão política e ação de agentes de Estado. Da mesma forma, os agentes nas comunidades precisavam ser tocados, sentindo-se estimulados em responder ao chamado. Esse movimento aconteceu em momento simbólico específico, quando o país vivia a chegada à presidência da república, pela primeira vez, de um homem identificado com o rosto do povo, suas lutas, agruras e dificuldades, o presidente Lula. Compreender o simbolismo daquele momento histórico específico também é parte constitutiva para a compreensão do processo como um todo.

A partir desse momento simbólico-político foi possível dar forma a conceitos ainda em germinação, teorizar a partir desses conceitos e espalhar-los. Sementes foram espalhadas para que encontrassem novas sementes. As sementes daquilo que já é “*...sempre fomos Ponto de Cultura, somente não tínhamos esse nome os Pontos*”, conforme outro Lula, Lula Gonzaga do Ponto de Cultura Cinema de Animação, na cidade de Igarassu, Pernambuco. Porém, não houvesse teoria e prática política, as organizações culturais, cujos trabalhos funcionavam há muito, seguiriam como raízes isoladas. Em linguagem geométrica, pontos sem interconexão. Não havendo interconexão entre pontos linhas não são formadas. Realizando fabulosos trabalhos em suas comunidades, até interagindo com outros assemelhados, mas ainda assim, pontos isolados. Faltava o Ponto de Cultura a dar sentido e unidade às múltiplas experiências. Sem linha, imagens e ideias

não ganham forma. Sem imagens e ideias a geometria da vida fica incompleta e a transformação, se vier, virá de forma muito mais lenta.

Na geometria da vida não há distinção entre sociedade política e sociedade civil, essa diferença é puramente metodológica, não é orgânica. A chamada vida comunitária também é Estado. No mundo da vida não há separação entre os diversos níveis da realidade histórico-social (cultura, política, economia...) havendo um sentido abrangente do ser. Todavia, não é o que ocorre a partir dos manuais de políticas públicas, sobretudo as implantadas nas últimas décadas, via orientação de organismos internacionais (PNUD, Banco Mundial, etc) e mesmo em Universidades, sendo replicados mundo afora. Isso em países e momentos em que há um esmero para dar racionalidade e formatação às suas políticas públicas, pois na maioria dos casos nem há esse compromisso.

Apesar de os métodos formadores de políticas públicas representarem um avanço relativo, eles ainda são insuficientes, ineficazes e apartadores. Todos os campos da vida estão interligados. Nas últimas décadas há uma tendência para implantar políticas públicas em caráter não universalizante, marcadas pela chamada focalização. Identifica-se um problema para em seguida tentar solucioná-lo a partir do foco, pela ação direcionada, separando o fenômeno do conjunto de relações que o interpenetram, como resultado de uma pretensa racionalidade. Que leva a uma formatação inorgânica. A raiz da Cultura Viva leva à direção oposta da focalização e uniformização. Tudo que é “estranho”, diferente, inusitado, “fora da caixa”, interessa à Cultura Viva. Quanto mais diversidade, melhor. A Mata Atlântica é bela porque diversa, porque entre as copas verdes, também surgem ipês brancos, roxos e amarelos. E palmeiras e jequitibás.

A comunidade Yuba, de artistas-agricultores tornou-se Ponto de Cultura em 2010, localizados em Mirandópolis, na fronteira entre o estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Descendentes de imigrantes japoneses mantinham uma cultura muito própria em comunidade rural, o celeiro, à noite, era transformado em teatro e as mãos calejadas dedilham lindas canções ao piano. Bailarinas apresentam butô, kabuki, outros fazem cerâmica artística, outros são fotógrafos, pianistas, atores, figurinistas, iluminadores. Pela manhã colhem vagem e frutas. À noite, artistas novamente. Até que a diferença entre agricultor e artista desaparece. Como a comunidade Yuba, os jovens estudantes dos Centros Universitários de Cultura e Arte da UNE, ou do Galpão das Artes de Marabá, no sul do Pará. Todos os povos, todas as culturas, todos os lugares, tudo interessava e interessa à Cultura Viva.

Tudo coube e todos foram convidados a entrar. Como opção metodológica na escrita nessa obra, inclusive, optei por apresentar vários exemplos paralelos e aparentemente díspares. O estudo de caso é a diversidade, a rede e suas relações entre os desiguais que se reconhecem na diferença. Na Teia em Brasília (2008) os Pontos de Cultura criaram uma palavra de ordem para seus cortejos “- *Somos iguais e somos diferentes. Somos diferentes e somos iguais!*”. Chegamos a ela porque partimos da convicção de que igualdade e diferença se complementam e se fortalecem quando a cultura do encontro é promovida. Muitas raízes são necessárias para que surja uma floresta. A diversidade, o ancestral e o comunitário, a invenção e a imaginação, se encontram pela Cultura Viva. Quando esse encontro acontece ganham força para penetrar e modificar as relações sociais e o Estado.

Desse encontro seria possível cultivar um Estado de novo tipo. Estado que deve abarcar o conjunto de partes e contradições da sociedade até fazer surgir uma nova hegemonia. Pela paz e convivência, pelo encontro entre culturas, pelo futuro. O Mercado e as classes dominantes sabem bem o que significa o controle do Estado, tanto que são “unha e carne” com os aparatos estatais, ao contrário do que declaram e fazem transparecer em seus discursos. Donos do poder, donos do Estado. A história das classes dominantes é a história do Estado, famílias, clãs, grupos, classes sociais, corporações, foram se apropriando dos meios de decisão e controle social a partir de dentro, pela estrutura estatal. A fonte do poder dominante é resultado do domínio sobre o Estado. Nos primórdios, uma pequena fortificação, um trono de madeira e uma coroa, não importa, o fato é que colocaram e colocam a estrutura do Estado para servir aos seus interesses e ditames. Toda classe de espoliadores e aproveitadores age assim. As classes dominantes se fazem dominantes por controlarem o Estado e seus aparatos. Controlam e dependem do Estado, tornando-o instrumento para impor seus interesses, até prevalecerem na sociedade impondo suas ideias como as únicas válidas e possíveis de seguir. Combinam força (bruta e de coerção) com hegemonia ideológica.

Não haveria Mercantilismo e *laissez faire* sem a ação decidida dos reis absolutistas. Não existe liberalismo econômico sem o Estado. Muito menos neoliberalismo. O “*deixar fazer*” é uma mentira, pura ideologia que se impõe até os dias atuais. Para assegurar liberdade a deixar alguns fazerem o que quiserem é necessário impor e coagir aqueles a quem não se deixa fazer, sequer existir. Para a acumulação primitiva do Capital foi necessário desumanizar os povos originários na América, desaloja-los de suas terras ancestrais, explorando terras, colonizando lugares e mentes.

Para promover a Revolução Industrial no século XVIII foi necessário acumular capital a partir da desumanização de escravizados capturados na África, empreitando um triângulo comercial altamente rentável. As espoliações, genocídios e holocausto sobre povos colonizados só se impuseram por imposição dos Estados Europeus. Para que a burguesia pudesse extrair livremente a mais-valia das forças do trabalho, *idem*. Assim como para conter os trabalhadores em sua revolta.

O aparato jurídico liberal foi construído para permitir a liberdade para a circulação da mercadoria e do dinheiro. Na mesma medida o aparato judicial-policial é estruturado para a conter e reprimir manifestações que fujam desse ditame. Tal qual para garantir a espoliação sem limites do planeta. Quem garante que a poluição do ar, das águas, as matanças de animais e florestas, sigam impunes? Os Estados dos países dominantes, e os Estados dos países dominados, que se submetem a esses, a inação dos organismos internacionais. Mercados de massas necessitam uniformizar padrões estéticos, de consumo, isso também depende dos aparatos de Estado, do sistema de educação, de leis a permitirem a “livre-concorrência”, padronizações de comunicação e cultura. Para limitar a concorrência e assegurar a liberdade aos monopólios e cartéis, também. Daí a necessidade de o mundo comunitário igualmente disputar o Estado, que deveria ser comum a todos. Ainda que não plenamente compreendida e assumida, nem por aqueles que poderiam ser os principais beneficiários, esta é a raiz forte da Cultura Viva.

A partir da Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa a burguesia se apresentou para o comando do Estado. À disputa do Estado dedicaram todas as suas forças intelectuais e morais, objetivando organizar uma sociedade completa, moldada a seus interesses e semelhança. Um Estado não se consolida somente pela coerção, sendo necessário também desenvolver consenso na sociedade; como apontou Gramsci: Estado = sociedade política + sociedade civil. Há os aparatos de poder e as forças da sociedade, e esses interagem com a sociedade civil, reproduzindo valores e *modus operandi* consolidados a partir de ideias e valores das classes dominantes. Dentro da sociedade civil também há contradições, daí não se pode reduzir a compreensão de Estado e Sociedade Civil a conceitos simplórios, como se Estado fosse coerção e Sociedade Civil hegemonia. O Cultura Viva, explicitamente, procurou dar conta desse desafio, acelerando processos para ‘desesconder’ o Brasil:

“Precisamos descobrir o Brasil! Precisamos desconder o Brasil, mostra-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil: em lugar de conceitos

rígidos, noções líquidas; em lugar da reta, a curva. Precisamos fundir-nos com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas. Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem à realidade viva. Para compreender o Brasil precisamos nos transformar em poetas. Precisamos transformar o Brasil!

[...]

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, defrontamo-nos iniquidade, injustiças, maus cheiros, maus tratos... Milhões habitando periferias, favelas, cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade, indígenas sem direitos; um povo mestiço sem igualdade racial; os esquecidos; os desvalidos... Os sem Estado.”²⁷

Uma chamada aos Sem Estado para que ocupassem o Estado, surgida a partir do alargamento de frestas de espaços de poder no Estado. Aparentemente uma contradição. O chamado partiu da Sociedade Política, mesmo que em funções marginais e de menor visibilidade. No Brasil, o Cultura Viva surge a partir do Estado, da política, não havia uma demanda explicitada na sociedade, havia um desejo difuso. Mas para que se constituísse em semente foi necessário que houvesse quem conceituasse, teorizasse, colocasse em prática, na escala executada isso só seria possível a partir do Estado. Nos demais países da América Latina o caminho foi inverso, a demanda pela Cultura Viva e pelos Pontos de Cultura surge das comunidades e os governos foram acolhendo. Mas sem que tivesse havido a experiência em escala no Brasil, esse caminho inverso talvez não tivesse se realizado, continuando como expectativa e desejo difuso.

Por sociedade política deve-se entender a gestão do Estado em sentido restrito, composto por pessoas elegidas e por agentes públicos nomeados, também a burocracia estável, os aparatos de justiça, acusação e punição, o poder militar-policial. A despeito de os dois últimos (aparato de justiça e poder militar-policial) tentarem se apresentar como corpos de fora da política, eles a integram e são parte fundamental do sistema de suporte e manutenção do Estado-Político. Essas são as esferas do Estado-Governo, ou Estado-Político, reprodutoras de interesses e valores das classes dominantes, com poder de coerção. Todavia, essas esferas também refletem contradições e nelas é possível encontrar brechas, o que permite penetrações pela sociedade civil. Deste modo, não se pode reduzir a política de Estado apenas na dimensão a que foi circunscrita pelos poderes instituídos e o Estado está sempre em disputa. Da mesma forma, não cabe atribuir

²⁷ TURINO, Célio – Apresentação ao programa CULTURA VIVA, *Desescondendo o Brasil profundo*, in. Catálogo, pg 14 – Ministério da Cultura 2004

à Sociedade Civil, à parte que está fora do Estado-Político, uma ação pura, romantizada e exclusiva de contra-hegemonia. A Sociedade Civil também é composta de aparelhos privados de hegemonia, disseminando princípios e valores da classe dominante, assim como a Sociedade Civil pode penetrar o Estado com seus valores, o Estado também penetra a Sociedade Civil.

Na teoria dos Pontos o caminho se abre por frestas, arestas a alargarem e produzirem fissuras na relação Estado-Capital-Cultura. Não há uma única dimensão na vida social capaz de, exclusivamente, ter potencial para resolver as contradições nas demais esferas. A partir da cultura no ambiente comunitário-territorial floresce um potencial de desorganização de determinada ordem, foi o que percebi ao idealizar o programa Cultura Viva e propor os Pontos de Cultura. Não exatamente de mudanças graduais ou por meio de um reformismo desde o alcance a espaços de poder no Estado, nem exatamente insurrecionais, com tomada de poder desde fora, para mudança da lógica do poder, mas de resistência e afirmação de novas identidades a ocuparem seu espaço no Estado-Político, alterando o eixo lógico das duas possibilidades anteriores. Há uma mescla acontecida em círculos vivos, que vão do concreto ao abstrato, em movimentos contínuos, produzindo novas formas de interpretação do mundo, a depender do ângulo da luz, sombras, vibrações e variações. No comunitário o vazio e o cheio se completam, como em um cântaro. Mas para que o comunitário perceba essa relação, se faz necessária a ativação e a aceleração de processos a partir da cultura. Anthony Giddens apresenta interessante reflexão sobre o reordenamento dos domínios público e privado:

“Nas formas sociais modernas, o Estado e a sociedade civil se desenvolvem em conjunto como processos interligados de transformação. A condição para isso é paradoxalmente a capacidade que o Estado tem de influenciar muitos aspectos do comportamento diário. A sociedade civil é estruturada como o ‘outro lado’ da penetração do Estado na vida diária. Tanto o Estado como a sociedade, em uma palavra, são internamente referidos dentro dos sistemas reflexivos estabelecidos pela modernidade.”²⁸

Na sociedade civil desde abaixo, no chão das comunidades, há também um emaranhado de relações sociais que dissemina princípios e valores da classe dominante. O papel da cultura e da arte (sobretudo a arte) é o de produzir fraturas na estabilidade dessa correia de transmissão, lançando luz a novas impressões e expressões. O programa Cultura Viva, na escala produzida entre 2004/10, permitiu a emergência de novas

²⁸ GIDDENS, Anthony – MODERNIDADE E IDENTIDADE, pg. 141 – Jorge Zahar Editor, 2002

configurações na relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil, modificando a forma com que o poder era exercido pelos representantes do aparato de Estado, organizado à imagem, aos interesses e alma, das classes dominantes. Quando há uma recusa do mundo comunitário em se relacionar ou se apropriar do Estado, ou de parte dele, o que acontece é uma conformação e reprodução do papel pré-definido a eles pelos Donos do Poder, os “de baixo” só se revelam maduros e hegemônicos, em termos de colocação de suas ideias e valores a serem apresentados para o consenso social, quando se unificam como bloco histórico, tornando-se capazes de erigir um Estado de novo tipo, moldado à imagem de seu povo. É um desafio ainda a se realizar.

A organização do programa Cultura Viva através editais públicos representou esse chamado, um convite para que as organizações culturais de base comunitária se percebessem enquanto pontos de atração e impulsão para tecitura de novos processos de liderança simbólica, consenso e consentimento social. Os editais não foram somente um meio de gestão, mas parte conceitual do programa, um método de mapeamento, diálogo e arranjos colaborativos a se realizarem na implementação. Em seis anos de trabalho foram aproximadamente 30 editais diretamente organizados pelo Ministério da Cultura e, ao menos, 80 editais com entres federados (estados, distrito federal e municípios de maior porte). Todos com grande participação, o primeiro edital, 01/2004 teve 860 projetos inscritos, dos quais foram selecionados 272 Pontos de Cultura, o edital 02/2005, teve 2.500 inscritos e mais 450 Pontos de Cultura selecionados. Apenas em um edital estadual, quando da descentralização, em 2009, selecionamos 300 Pontos de Cultura no estado de São Paulo. Houve editais diretamente organizados pelo MinC, para Ações, como Pontinhos de Cultura, Agente Cultura Viva, Griôs, entre outros, que tiveram centenas de contemplados. Isso foi inédito em termos de política pública de cultura no Brasil. Até então nenhum outro programa havia alcançado essa escala de participação e organizações selecionadas.

Desde o Cultura Viva a marca de amplo acolhimento às propostas apresentadas -ainda que não universalizante, mas em proporção considerável- só foi superada com a implementação descentralizada da Lei Aldir Blanc, criada durante a pandemia de Covid a partir de mobilização construída de baixo para cima. Ressalto que a lei Aldir Blanc teve forte inspiração e motor de mobilização nos Pontos de Cultura e nos conceitos e teoria da Cultura Viva. Em média, para cada edital para cada edital do programa Cultura Viva, eram selecionados entre 20% e 30% dos inscritos, nenhuma outra seleção pública, até os dias atuais, nem com a aplicação da Lei Aldir Blanc, alcançou essa

proporção de selecionados. Exceto o Cultura Viva e mesmo sob a Aldir Blanc a quantidade de selecionados em relação aos inscritos é normalmente inferior a 5%, no que resulta uma grande exclusão. Não alcançamos a universalidade, que prescindiria de editais, mas foi o que de mais próximo se alcançou em termos de política pública de cultura na direção da universalidade.

Como país muito grande e desigual foi necessário fazer uma equação matemática para assegurar redução de desigualdades no processo de seleção. O cálculo partiu da seguinte ponderação: População (peso 6), IDH em relação inversa (peso 3), proporção de projetos encaminhados (peso 1). Com esse cálculo foi possível estabelecer a proporção de projetos destinados a cada unidade da federação, por exemplo: São Paulo, com 22,5% da população era contemplado, em média, com 18% dos projetos aprovados; por sua vez, regiões da Amazônia ou com baixo IDH, ou povos indígenas e quilombolas, recebiam, proporcionalmente, maior quantidade de projetos aprovados em relação à dimensão de suas populações no total do país. Essa experiência permitiu, quando da Lei Aldir Blanc, a construção de um modelo matemático mais simples (pela circunstância de tempo e de não estar no executivo – fiz o cálculo na mesa de casa, a mão, com a ajuda de uma assessora da deputada Jandira Feghali, Maria Beatriz Gonzales) para distribuição prévia de recursos às unidades da federação, que resultou na fórmula 80/20 (80% segundo população e 20% segundo Fundo de Participação dos Estados e Municípios). Essa fórmula permitiu distribuição mais equitativa de recursos aos entes federados, moralidade, publicidade, impessoalidade e previsibilidade no acesso a recursos públicos, eliminando favorecimentos ou negociações não republicanas.

Quando dos editais do Cultura Viva, no período em que eu presidi as Comissões de Seleção, também houve a possibilidade de ampliação dos contemplados, via novos recursos ou rearranjos no orçamento, além de construção de redes de colaboração. O primeiro edital, em 2004, por exemplo, previa a seleção de 100 Pontos de Cultura, mas consegui ampliar para 272, dada a qualidade e diversidade dos projetos que chegaram. Foi assim em praticamente todos os processos seletivos. Pena que depois houve tanta incompreensão sobre essa forma de atender mais gente, mais lugares, mais sonhos e essa possibilidade se fechou. Registro essas medidas técnicas para demonstrar que o edital não foi somente uma medida burocrática para seleção e conveniamento, mas um meio de diálogo e construção compartilhada de política pública. Algo ainda não compreendido pelos manuais e planilhas tecnocráticas de gestão, mas que demonstrou

grande eficácia no estabelecimento de novas formas de diálogo, confiança e colaboração na relação entre Estado e Sociedade, rumo a um Estado Integral. Um ensaio.

No discurso proferido na cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural, a 9 de novembro de 2004, o presidente Lula demonstrou o engajamento do governo federal com a proposta, apontando que a verdadeira cultura transcende fronteiras:

“O que estamos celebrando hoje é, acima de tudo, o reconhecimento ao que temos de mais caro na alma nacional: nossa cultura – presente na grande arte do futebol, aqui representada pelo rei Pelé, na encantadora música de Caetano e no imenso legado de Orlando Villas-Boas, Fernando Sabino, Rachel de Queiroz e, ainda, de nosso Renato Russo. [...]

Juntos, essas personalidades e esses grupos evidenciam a força de nossa identidade cultural. Uma identidade plural, nascida em meio à riqueza artística e imaginativa dos povos que deram origem à nação brasileira. E sempre manteve fértil diálogo entre a arte popular e a erudita, entre as expressões genuinamente brasileiras e aquelas recebidas de outros países.

E nós sabemos que tudo isso só é possível porque a verdadeira cultura transcende fronteiras, sejam elas entre países, etnias, classes sociais e religiões.

[...]

Uma política cultural contemporânea precisa ampliar o acesso aos bens e manifestações culturais, ao mesmo tempo expandindo a possibilidade de as pessoas darem vazão a seu espírito criador. Com os Pontos de Cultura, por exemplo, o companheiro Gilberto Gil e sua equipe começarão, em breve, a repassar às comunidades organizadas não só verba para seus projetos, mas também câmeras de vídeo e computadores.

Nosso objetivo é que os artistas populares consigam materializar sua criatividade também em produtos audiovisuais e digitais, usando a tecnologia como forma de divulgação. Duzentos e sessenta e dois Pontos já foram selecionados por meio de edital e os primeiros contratos estão sendo assinados. O que propiciará, não só às comunidades urbanas, mas também às indígenas e quilombolas, acesso aos meios de produção e expressão de sua riqueza cultural. Em 2005, mil comunidades terão sido selecionadas.

[...]

Com toda sua autonomia, com liberdade e sem nenhuma obrigação propagandística, a arte tem uma capacidade quase mágica de falar às mentes e aos corações dos cidadãos e cidadãs de qualquer nacionalidade, compartilhando sensibilidades. Por isso mesmo constitui poderoso instrumento de construção de paz.”²⁹

O Estado é uma abstração, mas é concebível em forma concreta, pelo que realiza e pelo que não realiza. No Brasil, como expressão de relações econômicas desiguais, concentradoras, marcadamente controlado pelas classes dominantes desde as capitanias hereditárias, consolidou-se um Estado marcado e conformado com a exclusão,

²⁹ LULA DA SILVA, Luiz Inácio – Discurso proferido na Cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural – Palácio do Planalto, Brasília, 9 de novembro de 2004 in. Catálogo Cultura Viva, pgs. 6/7

não só na perspectiva econômica como simbólica, e isso disciplinou o pensamento da nação. De um lado consolidou-se um Estado totalmente à serviço dos interesses do mercado e de grupos patrimonialistas, incluindo corporações burocráticas de Estado; de outro, um Estado impermeável, fechado aos novos atores sociais e às possibilidades de mudança. O Cultura Viva, desde o nascedouro, de forma explícita, pretendeu produzir uma fissura nessa conformação. Apesar das dificuldades, que foram enormes, conseguimos fincar uma cunha e alargar as arestas. Ou melhor, entreabrir a porta até poder escancara-la. Quem sabe um dia. Isso não foi possível, mas escrevo para que um dia o sujeito coletivo brasileiro perceba essa necessidade e talvez consiga não apenas entreabrir, mas escancarar as portas para que os estantes do povo estejam sempre presentes e à frente.

O Ponto de Cultura como arena na Esfera Pública, a exercitar correções normativas do Estado, relações internas e entre comunidades, e destas, entre o comunitário e o estatal. Evidentemente, foi onde houve mais tensões. O aparato de Estado não está preparado para dialogar com os novos agentes sociais advindos dos Pontos de Cultura (grupos de cultura de terreiro, jovens das favelas e periferias, indígenas se fazendo ouvir sem tutela, coletivos artísticos, etc...) e outros. Até como *habitus* da burocracia, reproduzido pelos servidores na forma como esses percebem o mundo social e como reagem a ele, burocratas são moldados pela cultura do Estado, no caso brasileiro, e via de regra mundial, de um Estado que não se prepara, e não deseja se preparar, para uma relação de igualdade e diálogo com os “de baixo”. Não me refiro somente ao burocrata de carreira, mas também àqueles que, em chegando ao Estado, ocupando espaços de poder, maiores ou menores, absorvem e se deixam moldar pelo *habitus* produzido por um Estado estruturado para a manutenção do *status quo*. Da mesma forma esses novos agentes convidados desde “abaixo”, não estavam -não estão- habituados, nem haviam se preparado e, em muitas situações, se mostravam refratários ao conhecimento e cumprimento de determinadas regras de gestão, que em determinadas circunstâncias se fazem necessárias, até para conseguirem cambia-las.

Enquanto eu estive na condição de secretário³⁰, como autoridade de Estado que procurava alargar frestas e arestas, mediei parte dessas tensões, conseguindo evitar imposições despropositadas do aparato burocrático, até malvadezas, naquilo que Max Weber definiu como “*burocracia sem alma*”. Ou seria desalmada? Apesar de o tema não

³⁰ Sistematizo esses percalços no capítulo *Não é Fácil*, no livro PUNTO DE CULTURA – O Brasil de baixo para cima, , pgs 147/170.

ser objeto dessa tese, cabe apresentar essa dimensão de dificuldades, que também teve o efeito de aprendizado, aprendizado duro, é fato, mas ainda assim, aprendizado na relação entre agentes de Estado e organizações culturais de base comunitária. Enquanto permaneci no governo foi possível mitigar essas tensões, mas depois a conduta foi de completa quebra de acordo com os grupos comunitários, partindo para o enfrentamento, perseguição e até criminalização dos mesmos, de maneira injusta, despropositada e desproporcional. Até porque se aprende tanto com eles. Que tal escutá-los?

“Em 2005 fomos selecionados como Ponto de Cultura pelo programa Cultura Viva e, desde então, não paramos de dialogar com o Ministério da Cultura. O mais importante foi a forma como tudo ocorreu; não fomos selecionados logo numa primeira vez, ainda não sabíamos como escrever um projeto para o governo federal, pois nunca essa oportunidade tinha chegado até nós; já numa segunda tentativa, mais amadurecida, conseguimos um projeto aprovado. Não conhecíamos ninguém, ninguém facilitou nada, pelo contrário, a nós, tudo era muito cobrado, muito solicitado, a burocracia era enorme, pensamos ter sido assim com os demais Pontos de Cultura também. Esse diálogo com o governo ainda está sendo construído, pois nunca tivemos a oportunidade de exercitar essa relação entre governo e a sociedade civil organizada.

Temos certeza que não somente os Pontos de Cultura, mas o próprio governo tem aprendido muito com essa relação. Percebemos que muitas arestas ainda faltam para serem aparadas; precisaremos afinar as violas para a moda sair bem bonita, mas isso faz parte do processo. Um exemplo é o fato de departamentos na esfera dos governos, sejam de âmbito municipal, estadual ou federal, ainda se relacionarem com o terceiro setor como se fossem de primeiro ou segundo setor. É necessário que os Pontos de Cultura respeitem o terceiro setor como terceiro, como aqueles que estão reinventando relações de gestão socio-educativa-cultural através do trabalho coletivo, não hierarquizado.

Os Pontos de Cultura constroem um jeito de gestão, relacionam-se com as questões de poder de forma circular, não verticalizada; o exercício da cidadania passa muito mais pelo processo horizontal das relações humanas e sociais. É o exercício da gestão compartilhada, onde não existe aquele que manda e os que obedecem, mas sim o cotidiano exercício do diálogo e da unidade, a Cultura de Paz permeia as ações, decisões e entendimentos. Ousamos dizer que cada Ponto constrói uma ‘Pedagogia’ com base no seu potencial, vocação, verdade, história e memória. São fazeres e saberes construídos comunitariamente.” (Jacqueline Baumgratz, Alcemir Palma e Rosa Ester Quadros – Carta do Pontão Pontinho Bola de Meia – Brasília, agosto de 2009)³¹

Escutaram?

³¹ In. LIVRO BRINCA BRASIL – Baumgratz Jacqueline, org – pg. 235 – Cia Cultural Bola de Meia, 2011

4. Tronco – quando se tentou cortar a Cultura Viva a machadadas

A raiz brotou e estava virando tronco. Na condição de ex-secretário da cidadania cultural, e por ter assinado mais de 800 convênios para Pontos de Cultura, Pontões e Redes (que por vezes acrescentavam centenas de Pontos de Cultura, totalizando 3.500), com muito pesar e dificuldade pessoal acompanhei as tentativas de desmontar o programa Cultura Viva a machadadas. Analisei esse período em artigo publicado em 2013, “*Era uma vez o programa Cultura Viva*”³², quando eu já não estava no governo. À época identifiquei cinco fatores para a compreensão do ciclo *encantamento – expansão - contenção - declínio* por que passou o programa Cultura Viva. Os fatores:

a) momento político determinado pelo simbolismo da eleição do presidente Lula, abrindo um novo ambiente para o protagonismo popular;

b) inclusão social como marca do novo ciclo;

c) na primeira fase do governo Lula houve algum espaço para experimentação de políticas públicas inovadoras, resultado de deslocamento de classes no exercício do poder, mesmo sem uma mudança na estrutura de poder;

d) a contenção começa na segunda fase. Por conta das limitações entre uma proposta reformista e de inclusão, mas subordinada à lógica de controle de um Estado mantido sob a velha ordem. A Cultura Viva se propunha (se propõe) ir além da inclusão, abrindo uma perspectiva ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades de emancipação. Exatamente por isso o indicador de êxito teria que ser medido pela “perda de controle” por parte do Estado e do Mercado; obviamente, surgiriam contradições, pois Estado é controle;

e) a partir de 2011, em novo governo, apesar de pretender-se de continuidade, as poucas frestas simbólicas foram fechadas e prevaleceu o império da técnica e da gestão conformada às regras do Estado dominante. O mundo dos sonhos e da experimentação não cabe nas planilhas. Houve o retrocesso e desmonte, e ele foi brutal.

Foram muitas manipulações e tentativas de criminalização do programa, quase um ódio institucional, em uma virulência e descaso difíceis de compreender, inclusive porque o governo, a partir de 2011, se pretendia de continuidade. Não se trata de idiossincrasias ou de características pessoais de gestores, mas de concepção, que foi replicada e aprofundada, independente das gestoras de plantão, e não restrito à secretaria

³² In. Revista do OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, n. 15, 2013, pgs. 21/26

que deveria cuidar do programa. O Cultura Viva foi concebido como um programa de encantamento social, e isso pressupõe novas relações de confiança entre a gestão de governo e o mundo comunitário. O componente da ternura, do afeto, da confiança, produzindo outros referenciais de sentido, incorporando sensibilidades e emoções, foi uma marca do programa desde o início, e esteve presente até 2010. O ambiente técnico-político instalado a partir de 2011 abandonou por completo essa dimensão fundante. A partir de então o marco nas relações seria definido pela técnica como ideologia, conforme Jürgen Habermas havia identificado algumas décadas antes:

“Na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoram-se as antigas legitimações. A secularização e o ‘desencantamento’ das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma ‘racionalidade’ crescente da ação social.

[...]

Hoje, a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia; e esta proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que assume em si todas as esferas da cultura.”³³

Pela racionalidade técnica da gestão do Estado se protege a legalidade da dominação, desqualificando saberes ancestrais e comunitários, e experimentações a vislumbrarem o alargamento do próprio sentido de Estado. Da busca por um Estado inclusivo e emancipador a um Estado que exclui, de um Estado que procurava iluminar as potências a um Estado que só via carências. Em relação ao Cultura Viva foi o caminho percorrido no curto espaço de seis anos. Essa atrofia e perversidade na construção da liberdade humana tem por racionalidade a demonstração da impossibilidade técnica da autonomia de os seres e as comunidades determinarem suas vidas. É reflexo de um conformismo, de uma rendição e submissão ao estabelecido. E o estabelecido é a ordem da dominação e do controle, A arrogância tecnocrática cria o mundo sem assombro, sem sonhos, sem autonomia:

“Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem ‘tratar’ sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.”³⁴

³³ HABERMAS, Jürgen – TÉCNICA E CIÊNCIA COMO IDEOLOGIA, pgs. 45/49 – Edições 70, Lisboa, 1970

³⁴ FREIRE, Paulo – PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, pg. 58 – PAZ eTERRA, 2004

O tecnocratismo imposto não foi uma tentativa de enquadramento de um programa de governo, foi uma tentativa de matar a Cultura Viva, enquanto conceito, concepção. Tentou-se cortar o tronco da árvore a machadadas, obrigando as comunidades a “*ver com olhar frio as suas relações recíprocas*” (K. Marx). O desmonte, as machadadas, não foram resultado de uma planificação racionalmente elaborada, mas uma adaptação passiva, conformista e conformada às regras de controle, dominação e desqualificação dos saberes do povo, do vivo, do pulsante. Uma maneira de ser da instituição. *Habitus* de gestão burocrática incorporado como discurso e ideologia dos governantes de plantão. Na prática também revelava uma inepta gestão técnica, mas esse foi um fator menor. Não houve nem alcance sobre o que se estava tentando destruir, cortar. Nem ternura, nem técnica, foi um desastre sucessivo, machadadas mal executadas, mas que resultaram em desmonte, quebra de confiança em meio a desonestidades e ardis. A diferença de relacionamento e tratamento foi por demais evidente, quase que imediata e ao longo dos anos seguintes só se agravou, até o fenecimento completo a partir do Golpe de Estado em 2016.

A bem da verdade houve alguma tentativa em cerzir o tecido esgarçado, a partir de 2015, mas insuficiente, demorada e pouco eficaz; como legado positivo dessa curta fase, a regulamentação da lei Cultura Viva, aprovada em 2014 e que foi resultado de mobilização de fora para dentro, como reação dos Pontos de Cultura ao processo de desmonte do programa então em curso. Uma lei produzida de “fora para dentro”, pela mobilização de parte dos Pontos de Cultura, que teve a acolhida no Congresso Nacional, a partir eficiente articulação e compromisso da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a quem registro meu agradecimento e confiança, estendendo as parabenizações aos mobilizadores dos Pontos de Cultura, que não nomeio para evitar injustiças.

Voltando a 2011. Em menos de três meses de novo governo, em meio a discursos de aparente festejo e reconhecimento do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, o que houve foi um *continuum* de desmonte, desqualificações e abusos tecnoburocráticos. Quebra de contratos, cortes imotivados de editais, descompromissos. E discursos de desqualificação dos Pontos de Cultura e seus processos de prestação de contas. Como idealizador e primeiro gestor do programa, afirmo, em seis anos de acompanhamento os resultados dos Pontos de Cultura que cheguei a implantar, quase sem exceção, se houve algum problema de desvio de recurso ou de execução aquém do definido em convênio, foi residual. Como método de gestão consegui criar um programa em que mais de 90% dos recursos totais (o custo de folha de pagamentos de servidores

públicos e assessores foi mínimo, assim como de outros meios de gestão) chegavam diretamente na ponta, beneficiando as comunidades, sem desperdício pelos meandros da burocracia. Cada real investido virou câmeras de vídeo em aldeias indígenas ou favelas, aulas de dança, teatro, lápis de cor, tinta guache para crianças pitarem, computadores, livros, bibliotecas. Isso não é comum em programas de Estado, quando o recurso chega na ponta ele já se esvaiu, perdendo-se nos escaninhos da burocracia, com os Pontos de Cultura 90% ou mais do total do programa viraram ações diretas nas comunidades. Construímos um programa praticamente à prova de desvios ou corrupções, por distribuição pulverizada dos recursos, em que o valor dos convênios era de R\$ 60.000,00/ano, para organizações comunitárias que já realizavam seu trabalho de forma voluntária. A segurança de que não haveria desvio esteve na boa seleção que foi feita. Desvios de verba pública acontecem quando os recursos são concentrados, quando pulverizados o risco e o possível ganho com o desvio é tão insignificante que nem vale a pena ser efetuado. Distribuir bem, de forma pulverizada, é a maior vacina contra as ganâncias.

Os 3.500 Pontos de Cultura, ou cumpriram todas as metas contratadas ou as superaram. No entanto, o discurso da nova gestão foi em sentido oposto. Nem haviam compreendido os princípios teóricos e conceituais do programa mas saiam gritando aos quatro cantos: “-*Vocês não sabem prestar contas!*”; “- *Vocês não estão preparados!*”; “- *A gestão anterior tinha boas ideias, mas não era boa de gestão*”; “-*precisaremos parar tudo*”. Acusavam de má gestão e de deficiências técnicas uma gestão que realizou o maior programa de identidade e diversidade cultural do mundo, tanto em termos quantitativos e qualitativos, que fez a ação do Ministério da Cultura chegar a 1.100 municípios, nas comunidades mais afastadas e no curto espaço de seis anos, partindo de um orçamento inicial de menos de R\$ 5 milhões (2004) e que realizou R\$ 745 milhões em seis anos, multiplicando o valor inicial por 149 vezes. Antes do Cultura Viva a ação federal da cultura que mais alcançara municípios no território nacional foi a do patrimônio histórico e artístico, através do IPHAN (Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional), que chegara a 200 municípios no início dos anos 2.000, após 70 anos de atividade ininterrupta. O discurso de desqualificação foi tão intenso e sem tréguas, que muitos gestores de Pontos de Cultura até acreditaram que eram desqualificados para a gestão e prestação de contas de trabalhos comunitários que eles próprios realizavam há anos. Trabalhos que realizavam tão bem e que foi por conta disso que foram escolhidos. Alguns pediam desculpa, humildemente se justificando pela “incapacidade” em prestar

contas, quando, em realidade, a incapacidade era do governo em conseguir analisar as contas. O peso do poder, quando mentiras são repetidas à exaustão, é avassalador e faz com que as vítimas acreditem que são elas as responsáveis pelo próprio infortúnio.

Mas houve resistência. No curto espaço de três meses de novo governo tudo parou. Provocando uma Caravana de Pontos de Cultura do estado de São Paulo à Brasília na tentativa de compreender e evitar as mudanças de rumo no Ministério da Cultura, um dia nacional de protesto nas localidades dos Pontos de Cultura de todo o país, e diversas tentativas de encontros e reuniões com a alta administração do novo Ministério da Cultura. Em seis meses de novo governo houve:

a) paralização total de repasse de recursos aos Pontos de Cultura, mesmo quando esses estavam totalmente em dia com suas obrigações;

b) cancelamento unilateral de três editais (Escola Viva, Agentes Cultura Viva e Pontões de Cultura), mesmo sem que houvesse base objetiva a justificar a interrupção;

c) retirada da rubrica do programa Cultura Viva do Orçamento da União (em agosto de 2011), diluindo-o no orçamento geral do Ministério (até 2010 o Cultura Viva era o único programa da Cultura com status de Programa Presidencial, assegurando prioridade na execução orçamentária).

Tal desmonte fez com que, a 25 de março de 2011 a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura lançasse uma Carta Aberta relatando as dificuldades de diálogo, que nos meses e anos seguintes só iria se agravar:

“Consideramos que o não atendimento ao convite pelas autoridades do MinC (pela segunda vez) é uma sinalização negativa sobre a importância que os novos gestores deste Ministério atribuem à interlocução com os movimentos sociais, atualmente organizados, como nunca antes na história deste país”³⁵

No percurso, resistência, tentativa de diálogo por parte dos Pontos de Cultura, promessas descumpridas da parte do governo, novas tentativas de diálogo, novos descumprimentos. Anos a fio, de 2011 a 2014, sem que houvesse eco por parte do Ministério da Cultura, por vezes havendo encontros e reuniões, mas sem escuta efetiva, sem devolutiva e sem efetividade. Faltou sensibilidade e disposição para compreender o que estavam a destruir, não entenderam os conceitos, os propósitos, os métodos. Não conseguiram ou não quiseram, ou ambos. Apesar do discurso técnico/competente,

³⁵ <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/pontos-de-cultura-voltam-a-criticar-indiferenca-do-minc/>

também houve incapacidade técnica e política. Faltou escuta, faltou diálogo e sobrou assédio. Para exemplificar, decidi colocar minha experiência pessoal, porque além do assédio aos Pontos de Cultura eu, na condição de idealizador e primeiro gestor, também sofri perseguições em incontáveis processos e manipulações. Todos resolvidos e esclarecidos, registro, mas a um custo pessoal, político e emocional absurdos. Apresento o impacto em minha vida, e apenas com um único exemplo, para não me estender (poderia utilizar muitos exemplos). Um momento peculiar em minha vida, em que houve manipulação de auditoria, falsificação de depoimento apresentado como se fosse meu, como forma para justificar abertura de processo sindicância. Depois, quando a comissão de sindicância constata que não houve nenhuma irregularidade em relação às denúncias apresentadas, no mesmo dia há uma troca abrupta da comissão, substituindo-a por outro que desconsiderou toda a apuração até então, sem nem se dar ao trabalho de argumentar as razões de tais desconsiderações.

Isso em um governo que deveria ter sido de continuidade, repito, e contra alguém que estava no mesmo campo político. Vivi e sofri lawfare a partir de atos de um governo que eu havia apoiado. E que segui apoiando no segundo turno de 2014, a despeito de tudo, porque sabia que o poder advir seria muito pior para a sociedade, como de fato foi. Utilizaram-se de minudências técnico-legais as mais despropositadas, contra mim e contra milhares de Pontos de Cultura. Lawfare produzido a partir do poder executivo. Recordo que na mesma semana em que a Câmara dos Deputados votava o afastamento da presidenta da república por conta de uma invenção tecnoburocrática, chamada de “pedaladas fiscais”, eu estava respondendo um processo administrativo disciplinar porque houve uma servidora terceirizada que havia trabalhado na etapa de análise documental de propostas inscritas no edital, e isso foi razão para cancelar todos os convênios em andamento, além de algumas outras acusações que, de tão absurdas, nem foram levadas adiante. A despeito disso saí em passeata por Brasília, contra o golpe de Estado midiático-judiciário-parlamentar-empresarial que estava a acontecer em 2016. Eu tinha essa consciência por décadas de militância social e política, mas quantas centenas, talvez milhares de gestores de Pontos de Cultura, não deram ombros por conta de estarem sofrendo lawfare semelhante da parte do poder executivo? Aqui reproduzo parte de Carta-defesa que entreguei à Controladoria Geral da União, referente ao processo para seleção de Pontos de Cultura, apenas para dar uma ideia do que se passava:

“Considerações iniciais

NÃO RECONHEÇO como sendo de minha autoria o depoimento que está inscrito nos autos entre as pgs. 235 e 237, do volume II. Ele está sob o título de Relatório (reunião realizada em 13/03/2012, às 10 h, no gabinete da secretária). Em nenhum momento, seja quando o convite para ir à Brasília, seja durante a reunião, foi-me informado que seria um depoimento para abertura de processo de sindicância. A reunião transcorreu como se fosse uma conversa entre um ex-secretário e a atual secretária, com a presença de outras pessoas que não do quadro do MinC. Em nenhum momento me comunicaram que estaria sendo elaborada Ata sobre aquele encontro. Mesmo que houvesse providência da elaboração de Ata ou gravação, eu deveria ter sido avisado previamente, para, ao final, conferir e assinar o que estava escrito. Não é razoável supor que não soubesse sobre uma providência básica para que um depoimento fundamental para abertura de processo administrativo tenha validade, ainda mais com todas as precauções processuais que foram prévia e cuidadosamente tomadas pela secretária da SCDC/MinC, conforme demonstro. Minha assinatura não consta nesse relatório, como se pode perceber, mas há uma lista de presença que assino, nela há o seguinte cabeçalho:

‘Complementação de informações no processo n. 01.400.006612/2009-11, referente ao edital n. 04 de 2009’(pg. 234, rasurada, sendo que há outro carimbo e assinatura acima, registre-se).

Abusaram de minha boa fé. Fui espontaneamente à Brasília, exclusivamente com o intuito de colaborar com a nova gestão e imbuído unicamente por consciência cívica. Para tanto tive que me ausentar do trabalho e deslocar-me de São Paulo a Brasília. Houvessem dito que havia um processo em curso [aberto contra mim] eu teria ido da mesma forma, no entanto minhas declarações seriam mais precisas e objetivando responder e esclarecer o parecer n. 32/2012/CONJUR/MinC/CGU/AGU e o despacho n. 03/2012-AECI/GM/MinC. Não foi o que ocorreu naquela reunião.

No relatório que atribuem como sendo meu depoimento foram incluídas frases e declarações que provocam nítida distorção. [...] Não houve espaço para o contraditório e, ao menos na parte que me toca, não foi respeitado o direito à ampla defesa, ou melhor, não houve defesa, nem ampla nem restrita, apenas simulação de defesa, agravada por indícios de manipulação do processo conforme conveniência de detentor de alto cargo público. Espero que a CGU tome providências para averiguar motivações e responsabilidades.”

Se fizeram isso contra um ex-secretário do Ministério da Cultura, em um governo que deveria ter sido de continuidade, imagine-se o que não fizeram com Pontos de Cultura espalhados por esse Brasil. Quanto à defesa apresentada acima, a Controladoria Geral da União não tomou providências, ao contrário, sequer se dignou a responder meu documento, assim como centenas, talvez milhares de defesas de Pontos de Cultura, seguindo como cúmplice e artífice de manipulações e assédios que levaram ao desmonte do programa Cultura Viva. Apenas no processo acima foram 13 denúncias

contra mim, 11 das quais arquivadas por absoluta improcedência³⁶, por evidentes mentiras e manipulações contidas na auditoria da CGU, registro. Um vergonhoso e desonroso assédio moral e abuso de autoridade. Passada uma década, duas outras acusações infundadas esperaram conclusão, mesmo estando prescritas. Por tão absurdas as registro por não ter nada a esconder, pedindo um pouco mais de paciência ao leitor (os meandros dos assédios são exaustivos, como Kafka tão bem demonstrou em literatura). As acusações que restaram:

- “a) houve uma funcionária terceirizada que participou da fase de análise documental dos projetos inscritos. A CGU alegou que esse serviço deveria ter sido executado exclusivamente por servidores de carreira; no entanto, à época havia apenas 5 servidores de carreira na secretaria que eu dirigia e o trabalho terceirizado naquelas condições era aceito, inclusive com acordo do Tribunal de Contas da União, e a funcionária era bastante qualificada, o que também é permitido;
- b) a comissão de seleção, presidida por mim, aprovou além dos 40 Pontões de Cultura inicialmente previstos (possibilidade prevista no edital, permitindo ampliação de selecionados quando houvesse disponibilidade orçamentária, o que foi o caso). A despeito da acusação, foram conveniados apenas 29 Pontões, menos que o previsto, portanto, tornando a denúncia inócua. Os Pontões pré-selecionados além dos 40 comporiam banco de reserva de projetos, como acontece em muitos editais. Havia orçamento para ampliação da rede e caso as novas gestoras assim decidissem poderiam fazê-lo ou não, pois não estavam obrigadas à ampliação, bastando interromper a chamada dos excedentes ou daqueles que não conseguiram apresentar toda a documentação no prazo regimental, sem trauma algum.”

Por essas duas acusações ainda pendentes, descumpriram contratos com 29 Pontões de Cultura em execução, sem que tenha sido apontada qualquer irregularidade cometida pelos mesmos. Perseguiram organizações culturais de base comunitária, a mim e ao meu sucessor, já falecido, também à gerente da área, funcionária de carreira de alta qualidade, que por conta do assédio sofreu paralisia facial só recuperando os movimentos meses após, estando hoje aposentada. Ao desmontar a rede de Pontões, que

³⁶ Acusações da auditoria da CGU, que levaram o governo a romper contrato com 29 convênios totalmente regulares em transcurso das atividades, conforme a própria CGU reconheceu. Relaciono mais duas conclusões de auditoria (todas as demais recomendações, no total de 13, foram no mesmo padrão) para registro do abuso de poder, manipulação e assédio: 1) dois projetos inscritos não haviam passado pela fase de análise documental e foram avaliados diretamente na comissão de mérito. Justificativa: à época as propostas chegavam pelo correio, em papel, e eram recebidas no protocolo geral do MinC, havia uma grande greve de carteiros, duas propostas chegaram quando estava instalada a comissão de mérito, decidimos avalia-las e depois encaminhar para análise documental, uma vez que o problema não havia sido dos dois proponentes; 2) a comissão da CGU disse que a reunião da comissão de mérito deveria ter sido cancelada por conta disso; 15 pessoas, de todo o Brasil, com custo de passagens, diárias, hospedagens, já em Brasília, uma decisão sem o menor parâmetro de economicidade e razoabilidade. Esse foi o padrão das 11 denúncias e por conta disso prejudicaram centenas de comunidades e mandaram interromper 29 convênios com Pontões, desestruturando todo o programa. Um crime. E não foi isolado.

tinha função de articuladora, capacitadora e difusora dentro da rede de Pontos de Cultura, abalaram o tronco do programa, afetando a rede como um todo. Desculpo-me pelo relato tedioso (administração pública é mormente tediosa, e cruel), mas ele se fez necessário para a compreensão de como procedimentos aparentemente técnicos servem a objetivos políticos inconfessáveis.

No caso, o desmonte do programa Cultura Viva e seus procedimentos transparentes de diálogo com a sociedade, em redes de colaboração, com os recursos chegando diretamente na ponta. Abandonando a lógica colaborativa a nova gestão adotou escolhas discricionárias e sem critérios públicos. No percurso de minha defesa descobri que o valor orçamentário retido pela abrupta e injustificada quebra de contrato com os 29 Pontões resultava em um total de R\$ 6,5 milhões. Dias depois dessa “liberação” de recursos, correspondente à segunda parcela de pagamentos aos Pontões, em valor médio de R\$ 220 mil por convênio, o recurso foi utilizado para pagamento de um único convênio. Esse sim escolhido de forma discricionária, sem qualquer edital ou processo transparente, e recebendo um valor nunca antes transferido a um único convênio e cujo recurso praticamente não chegou à ponta. Prestem atenção, trocaram 29 Pontões com funcionamento regular por um único convenio com valor igual à soma dos demais, que tiveram seus convênios interrompidos. Tempo depois esse mega-Pontão teve que ser interrompido por conta de denúncias de desvios, esses sim, comprovados. No entanto duas parcelas já haviam sido transferidas, no valor de quase R\$ 5 milhões. E assim, manipulações, ódios, assédios, mentiras, ardis, cizânias e desconstruções a machadadas seguiram sendo desferidas contra o programa Cultura Viva. Em razões que nem sempre são nobres, sequer de motivação política, mas que se impõem pela política.

Frei Betto, amigo que muito admiro e compartilho ideias, escreveu um livro com reflexões sobre a curta passagem dele no governo federal, quando convidado para coordenar o programa Fome Zero, depois transformado em Bolsa Família, “*A mosca azul – reflexão sobre o poder*”, é o título, tirado de um poema de Machado de Assis:

“A MOSCA AZUL

Era uma mosca azul, asas de ouro e granada,
Filha da China ou do Indostão,
Que entre as folhas brotou de uma rosa encarnada,
Em certa noite de verão.

E zumbia, e voava, e voava, e zumbia,
Refulgindo ao clarão do sol
E da lua – melhor do que refulgiria

Um brilhante do Grão-Mongol.

Um poleá que a viu, espantado e tristonho,
Um poleá lhe perguntou:
'Mosca, esse refulgir, que mais parece um sonho,
Dize, quem foi que to ensinou?'

Então ela, voando, e revoando, disse:
'Eu sou a vida, eu sou a flor
Das graças, o padrão da eterna meninice,
E mais glória, e mais amor.'

E ele deixou-se estar a contempla-la, mudo,
E tranquilo, como um faquir,
Como alguém que ficou deslembrando de tudo,
Sem comparar, nem refletir.

[...]

Então ele estende a mão calosa e tosca,
Afeita a só Carpinejar,
Com um gesto pegou na fulgurante mosca,
Curioso de a examinar.

Quis vê-la. Quis saber a causa do mistério,
E, fechando-a na mão, sorriu
De contente, ao pensar que ali tinha um império,
E para casa se partiu.

Alvorçado chega, examina, e parece
Que se houve nessa ocupação
Miudamente, como um homem que quisesse
Dissecar sua ilusão.

Dissecou-a, a tal ponto, e com tal arte, que ela,
Rota, baça, nojenta, vil,
Sucumbiu; e com isso esvaiu-se-lhe aquela
Visão fantástica e sutil.

Hoje, quando ele aí vai, de aloé e cardamomo
Na cabeça, com ar taful,
Dizem que ensandeceu, e que não sabe como
Perdeu a sua mosca azul³⁷

³⁷ *Apud. A MOSCA AZUL, Frei Betto, pgs. 11/13 – Rocco, 2006 – Machado de Assis, 'Ocidentais, in. Poesias Completas, 1901*

Frei Betto deixou o governo federal no início de 2004, poucos meses antes de eu entrar no governo. Uma pena, teríamos inventado boas realizações em comum. Na contracapa do livro há um texto do filósofo Leandro Konder, muito apropriado para a análise que ora em questão:

“A picada da mosca azul inocula nas pessoas doses concentradas de ambição do poder. As pessoas, então, são mais receptoras ao veneno da mosca quando vivem situações nas quais dispõem, de fato, de possibilidades mais concretas de exercer um poder maior. Isto é, quando as condições objetivas são favoráveis aos impulsos que estão sendo estimulados no plano subjetivo.”

Pausa.

5. *Tronco - os golpes a machadadas continuaram*

O tronco, é a base, a estrutura de uma árvore, é o caule principal, por isso me atenho nele enquanto conceito-metáfora, já em três subcapítulos. O tronco sustenta a árvore. Um programa que lançava novos paradigmas, cultivando uma nova cultura política, necessariamente resulta em novas relações entre Estado e Sociedade, buscando a simbiose para um Estado Integral. Se o tronco é golpeado as partes não conseguem sobreviver. Por isso continuo na análise a partir do tronco, com dados quantitativos e qualitativos. Sem compreender o que se fez com o tronco não há como compreender o que o que se tentou destruir e o que brotou adiante. Os ataques e incompreensões romperam uma associação recíproca, que permitiria uma vida em benefício para ambas partes, até que acontecesse, em processo histórico alongado a plena simbiose. Necessário exemplificar os efeitos na ponta, junto às organizações de base comunitária, que tornaram os Pontos de Cultura as maiores vítimas. O último processo que chegou a meu conhecimento foi em 2019, quase uma década após minha saída do cargo. Tratava-se de um Ponto de Cultura que não cheguei a visitar, localizado na fronteira entre o Brasil e Paraguai. Um coletivo de artistas que pretendia oferecer teatro e recreação cultural para crianças ribeirinhas no rio Paraná, por vezes realizando atividades nas ilhas, outras atravessando a margem para o lado paraguaio. Uma proposta singela pelo que pude observar, mas muito necessária, oferecendo arte e cultura para crianças que, sem isso, jamais teriam acesso a um espetáculo de teatro. Ocorre que, pelas condições de vida das crianças, habitando lugares de grande vulnerabilidade, o Ponto de Cultura decidiu utilizar recursos do convênio para compra de balas e guloseimas a serem distribuídas para as

crianças, no valor total de R\$ 1.783,00, 1,4% do valor total transferido pelo Ministério da Cultura.

No *meio do caminho* havia as balas e guloseimas, e essa despesa não estava prevista no plano de trabalho aprovado no ato da assinatura do convênio, nem houve comunicado prévio ao ministério da cultura, exigência contratual em convênios entre Governo e Sociedade Civil. Apesar de os contratos de convênio permitirem remanejamento no valor de 20% de cada rubrica, o que possibilitaria tal ajuste de despesa, mesmo sem consulta prévia. Porém, o Controle Interno não se ateuve à essa possibilidade legal. Nada que, em outras condições de compreensão e compromisso com as comunidades, não pudesse ser facilmente resolvido com um termo de ajuste, com o gestor público justificando a despesa por retroatividade, algo também previsto nos contratos. Os tempos eram outros, infelizmente.

O Ponto de Cultura, que aqui preservo o nome, cumpriu todas as etapas previstas no Plano de Trabalho, realizou as apresentações de teatro, oficinas artísticas e recreação para as crianças, até além do previsto. Há atestado da fiscalização do ministério da cultura dando quitação ao Objeto do convênio; repetindo, o próprio governo reconheceu que eles cumpriram todas atividades que haviam se comprometido a realizar, e não houve alteração no custo total do convênio. Mas, *no meio do caminho* havia as balas e guloseimas distribuídas às crianças. Em razão da despesa não prevista com as balas e guloseimas, plenamente justificável, começou um calvário burocrático para os gestores do Ponto de Cultura. Encurtando, para poupar o leitor de cada passo entre escaninhos de um Estado que odeia se relacionar com o povo quando este é protagonista. Em 2019 a auditoria técnica do Tribunal de Contas da União estava a exigir que a pequena organização cultural localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, levando arte para crianças de regiões periféricas e ribeirinhas, cujo valor total convênio foi de R\$ 145.000,00 em cinco parcelas semestrais a partir de 2005, mais o kit multimídia (estimado em R\$ 27 mil), restituísse R\$ 300.000,00 aos cofres públicos. Exatamente. Isso como punição por não haverem solicitado autorização prévia para as despesas com as balas e guloseimas para as crianças. A pequena organização comunitária teria que restituir a totalidade do valor do convênio, acrescida por multa e atualizações monetárias em índices incompreensíveis e abusivos, no dobro da totalidade do valor que eles haviam recebido. E que cumpriram plenamente com todas as realizações previstas no Plano de Trabalho, conforme atestado do próprio Ministério da Cultura, volto a registrar.

Não foi situação isolada, mas regra a partir de 2011, e não só na cultura. Erros de encaminhamento de gestão e de postura quando as pessoas estão em cargos de governo tem consequência prática, afetam a vida de milhões de pessoas, que nem conhecemos. Foi o caso. Como o Estado é uma máquina impessoal, há que compreender as responsabilidades a indicarem padrão aos demais membros da Instituição. Por anos eu pensei que os retrocessos em relação ao Cultura Viva fossem por conta de escolhas infelizes. Depois fui percebendo que não foram erros isolados no âmbito do Ministério da Cultura, o mesmo também se sucedeu com a economia solidária, agricultura familiar, educação popular, turismo de base comunitária, enfim. Ao tentar compreender a razão de tamanha atrofia e má vontade em relação a organizações comunitárias, pesquisando para essa tese, encontro um Decreto presidencial, de 31 de outubro de 2011 publicado no Diário Oficial da União. O Decreto presidencial determinou a suspensão de todos os contratos com entidades privadas sem fins lucrativos e Organizações Não Governamentais (ONGs) com o governo federal, com exceção da área de saúde. Segundo a Agência de Comunicação do Governo Federal:

“Mariana Jungmann

Repórter da Agência Brasil

Brasília – A presidenta Dilma Rousseff determinou a suspensão de contratos com organizações não governamentais (ONGs) e entidades privadas sem fins lucrativos até que seja avaliada a regularidade da execução do que foi contratado pelo governo até agora. Na semana passada, o ministro do Esporte, Orlando Silva, deixou o cargo após uma série de denúncias de irregularidades com ONGs contratadas pela pasta.

Segundo o *Blog do Planalto*, o decreto assinado pela presidenta, que deve ser publicado na edição de amanhã (31) do *Diário Oficial da União*, prevê ainda prazo de 30 dias para que a avaliação seja concluída por todos os órgãos e entidades da administração pública federal. A revisão vale para os contratos firmados até o dia 16 de setembro deste ano, mas a suspensão de repasses de verbas fica valendo para todas as entidades privadas sem fins lucrativos, bem como a proibição de novos contratos nesse período.

As únicas exceções previstas no decreto referem-se aos programas de proteção a pessoas ameaçadas; contratos firmados há mais de cinco anos com a mesma entidade e cujas prestações de contas tenham sempre sido aprovadas; e a transferências do Ministério da Saúde relacionadas ao pagamento de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Nesses casos, contudo, um parecer técnico assinado pelo ministro da pasta deverá atestar que o contrato se enquadra em situação de exceção.

Após concluída, a avaliação poderá resultar em dois caminhos: contratos cuja execução foi considerada regular poderão novamente receber verbas públicas autorizadas pelo ministro; ou contratos que apresentem problemas em sua execução serão mantidos em suspenso por 60 dias para que as organizações sejam

comunicadas. Em tal situação, as entidades poderão sanar os problemas apontados na avaliação ou ressarcir os cofres públicos pelo dinheiro investido e mal utilizado. Essas entidades podem ainda ser consideradas impedidas de celebrar contratos ou parcerias com a União pelo ministro da pasta à qual prestavam serviços ou pelo chefe da Controladoria-Geral da União (CGU).

Organizações sem fins lucrativos que não prestam corretamente contas dos contratos com o governo federal, que não cumprem o objetivo do contrato firmado, que praticam atos ilícitos na execução dos convênios ou que desviam injustificadamente os recursos pagos para outra finalidade poderão ser consideradas inadequadas na avaliação e sofrer as sanções previstas.”³⁸

Todos os Pontos de Cultura estavam enquadrados na categoria de Organizações Não Governamentais, assim como cooperativas de assentados rurais, catadores, organizações ambientais e outras. Estimo dezenas de milhares de organizações. A razão foram algumas denúncias surgidas em relação a convênios no Ministério de Esportes. Sem entrar no mérito específico das denúncias, que depois se revelaram exageradas, mas que resultaram na demissão do ministro da pasta por conta da compra de uma tapioca com cartão corporativo do ministério dos esportes, no que ficou conhecido como o *Caso da Tapioca*. O decreto presidencial colocou em suspeita todas as organizações da sociedade civil que atuavam em parceria com o Estado brasileiro e todos os gestores que fizeram parceria com elas. Foi o prenúncio da cultura de suspeição instalada no país, galgando alguns degraus no mal-estar social em relação à sensação de corrupção crônica no Estado, e de forma totalmente enviesada, falsa e espetacular.

Antes dessa fase, denúncias, conhecidas como o escândalo do *Mensalão*, abalaram a relação de confiança entre parte da sociedade e o recém instalado governo de Lula, mas que foram contornadas por conta de êxitos em política, economia e ações sociais inclusivas. Adentrando 2011. Com a nova presidência houve um conjunto de denúncias em ministérios, algumas infundadas, outras não, que resultaram em demissões sumárias de ministros, em série, num total de 7³⁹. Como resposta o gabinete presidencial tomou medidas imediatas contra os denunciados, aplacando a opinião pública. Muitas dessas denúncias nem vieram a ser comprovadas, mas que resultaram em demissões sem direito à defesa, como no caso do afastamento do ministro dos esportes por conta do pagamento de uma tapioca de R\$ 10,00 com uso do cartão corporativo a que ministros

³⁸ <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-30/decreto-suspende-convenios-com-ongs-ate-avaliacao-de-regularidade>

³⁹ <https://exame.com/brasil/os-escandalos-que-marcaram-o-governo-dilma-em-2011/>

tem direito. Medidas implacáveis que resultaram em grande popularidade à chefe do executivo, alçando-a ao impressionante índice de 75,7% de aprovação popular em agosto de 2012⁴⁰. De outro lado, as medidas araram o terreno para o ambiente de mal-estar e desconfiança social, que poucos anos depois se aprofundaria com a chamada *Operação Lava-Jato*, tornando a própria presidente da república vítima desta mesma cultura de desconfiança adubada sob o governo que ela dirigia.

O decreto presidencial de 31 de outubro 2011, interrompendo convênios e parcerias com as ONGs, insere-se nesse contexto. E as organizações de base comunitária foram o elo mais frágil. Não foi a única medida a provocar o desmonte de políticas públicas em que a sociedade era reconhecida em papel protagonista, mas teve grande e negativo efeito. Todos gestores públicos e organizações da sociedade civil em convenio com o Estado foram, a priori, colocados sob suspeição. Segundo o decreto, a interrupção dos contratos deveria durar trinta dias, com prorrogação por mais 60 dias, para posterior avaliação sobre pertinência de continuidade, cabendo às organizações o saneamento de eventuais irregularidades apontadas, ou o ressarcimento à União. Mas era uma medida impraticável.

De uma só vez foram interrompidos dezenas de milhares de contratos que teriam que ser revistos e auditados ao mesmo tempo. Um único contrato contém centenas, até milhares de subitens de despesa, metas, cronograma. Multiplique-se por dezenas de milhares de contratos. O Estado não dispunha (e não dispõe) de pessoal especializado na quantidade necessária para o cumprimento da tarefa, menos ainda de condições subjetivas para que os convênios fossem retomados. E fora a própria presidência da república que estava colocando todas as organizações da sociedade civil sob suspeição, assim como os poucos gestores do governo anterior que tiveram a ousadia em estabelecer uma relação mais equilibrada com a sociedade. Nem havia essa demanda pela suspensão unilateral dos convênios. Foi uma medida de espetáculo, infelizmente, agravada por uma imprensa e opinião pública escandalizando as parcerias de forma acrítica, criminalizando cada relação com a sociedade, o que impedia avaliações serenas e justas. Publicada a portaria caberia a servidores de quarto ou quinto escalão dar atestado para que os convênios pudessem ser retomados, encaminhando para assinatura dos ministros, lembrando que sete já haviam sido demitidos sumariamente. Enquanto isso tudo ficaria paralisado e os convênios só poderiam voltar a executar seus planos de trabalho e receber pagamentos

⁴⁰ <https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/popularidade-de-dilma-bate-recorde-757/>

após decisão ministerial. Se o alto escalão lançava tamanha suspeita contra organizações da sociedade civil e lavava as mãos, por qual razão o médio escalão assumiria as responsabilidades? Qualquer problema em um convênio, por mais sanável que fosse, era razão para acusações e suspeitas superdimensionadas. Tudo ficou paralisado.

Somente em convênios diretos do Ministério da Cultura com Pontos de Cultura foram aproximadamente 800, afora 2.700, via estados e municípios vinculados a redes locais. Para que o leitor menos familiarizado com os caminhos da burocracia compreenda. Seria o mesmo que, em caso de descoberta de alguma irregularidade no repasse de recursos a alguma Universidade Federal houvesse a decisão de suspender atividades e repasse de recursos a todas as demais Universidades Públicas, sem que pairasse qualquer suspeita objetiva em relação a essas. Ou se, em acontecendo suspeita de corrupção em alguma obra pública, todas as demais obras públicas do país tivessem que ser paralisadas, para só poderem ser retomadas após minuciosa auditoria em todas elas. Ou que se ordenasse o interrompimento de compras de merenda escolar ou medicamentos enquanto não fossem apurados todos os contratos similares, uma vez que em algum desses contratos houve suspeita de irregularidade. Não é ironia nem figura de linguagem, nem foram situações isoladas. Inacreditável, mas foi o que aconteceu no Brasil a partir de 2011. Um decreto precipitado, mal pensado, feito para dar resposta a pressões midiáticas, falso-moralistas, que resultou na criminalização e desmoralização de organizações de base comunitária que um dia pensaram em distribuir balas e guloseimas para crianças em alguma periferia qualquer.

Neste rastro, em 2013, dois anos depois do decreto, houve auditoria da Controladoria Geral da União – CGU- sobre o programa Cultura Viva em todo o Brasil, da qual participaram 82 auditores. Àquela altura, passados dois anos do Decreto presidencial, nenhuma transferência de recursos ou autorização para retomada dos planos de trabalho havia sido autorizada.

Qualquer manual de boas práticas administrativas orienta que o maior investimento de gestão deve ser nas áreas de execução das atividades finalísticas, seja em empresa privada, do terceiro setor, ou de Estado. Mas não é o que ocorre no Estado brasileiro. Enquanto órgãos de fiscalização e controle interno estavam (estão) inchados, com grande quantidade de pessoal e salários elevadíssimos, as áreas finalísticas, de atendimento direto à ponta da sociedade, foram abandonadas, deixadas sem pessoal na quantidade e capacitação necessárias, com represamento de concursos públicos, e, quando havidos, com salários muito baixos e precárias condições de trabalho. Para

exemplificar, quando eu assumi a secretaria de programas e projetos no Ministério da Cultura, em 2004, havia apenas 5 servidores de carreira. Em 2010, quando saí, após muito esforço, alcançávamos 10 servidores de carreira, e foi uma conquista. Não é muito diferente em outras áreas finalísticas do governo. Dez servidores de carreira, mais alguns gerentes de livre nomeação, para o acompanhamento de 3.500 Pontos de Cultura em todo o Brasil, além das demais ações. Desprovê-se a ponta, a execução, para privilegiar a suspeição, a vigilância, acusação e controle.

Centenas de inspeções de auditoria sobre pequenas organizações de base comunitária que haviam recebido pequeno montante de recursos públicos. O custo com o deslocamento de 82 auditores, passagens, hospedagens, diárias, o tempo de trabalho, afora os salários. Cada auditoria ultrapassava em muito o valor repassado às organizações de base comunitária. O salário mensal de um auditor equivalia ao repasse mensal para 5 Pontos de Cultura, organizações comunitárias que, com R\$ 5 mil por mês (R\$ 60 mil/ano), atendiam de forma regular a 300 pessoas, em sua maioria jovens, além de 3.000 em atividades artísticas esporádicas. Das centenas de inspeções e auditorias nada de grave foi encontrado, tanto que o resultado sequer foi publicizado. Talvez algum Ponto que tenha decidido doar pinceis e tintas para crianças em favela, ou algo assemelhado (há situações em que só a ironia dá conta), deva ter gerando algum processo similar ao do Ponto de Cultura que decidiu distribuir balas e guloseimas a crianças pelas barrancas do rio Paraná. Nada, absolutamente nada em termos de desvio de recursos. Nenhum real desviado, isso porque quando da escolha de um Ponto de Cultura, os principais critérios que levamos em conta são o histórico de realizações, o compromisso, a criatividade, os vínculos e laços comunitários. Na hora da seleção escolhemos bem. Entre os 600 Pontos de Cultura que visitei pessoalmente em seis anos, sempre vi mais, nunca menos do que foi comprometido nos convênios. Com pouco o povo pobre faz muito, enquanto com muito, os governos fazem pouco, essa tem sido a regra.

Entretanto, o terror estava instalado, colocando todos sob suspeição, gerando insegurança e desconfiança. Um poder assimétrico, nas posturas e atitudes, nos termos, no linguajar e na escrita atemorizadores. Claro que é necessário que aconteça fiscalização, eu mesmo estimulava que funcionários de acompanhamento visitassem a ponta, conhecessem no que resultavam aquelas planilhas e papéis frios que eles analisavam. Assim deve ser com todo órgão de fiscalização. Por trás de planilhas e decretos há vidas e sonhos a serem afetados. Mas o que aconteceu foram anos a fio sob suspeição, interrupção de recursos, instabilidade, insegurança, desamparo. Isso por conta da cultura

da desconfiança instalada, e com a popularidade presidencial sendo elevada às alturas por conta disso. Popularidade que se revelou efêmera e vazia, como a história demonstrou.

Em 2015 o orçamento efetivamente executado com o programa Cultura Viva foi de menos de R\$ 5 milhões, idem em 2016. Quando fui nomeado como secretário de programas e projetos (depois, secretaria da cidadania cultural) no Ministério da Cultura, em junho de 2004, coincidentemente a disponibilidade orçamentária da secretaria era no mesmo valor de R\$ 5 milhões. Só que em poucos meses eu já havia conseguido promover um salto orçamentário de 180%. Nos anos seguintes, de 2017 a 2022 nem há registro, tendo sido tendencial a zero. Os números são incontestes, assustam até a mim. Um retrato fiel de como se destruiu o programa do ponto de vista do governo, conforme tabela do próprio Ministério da Cultura, elaborada em 2014⁴¹:

Tabela 3 – Investimentos do Programa Cultura Viva – Nacional

Ano de Convênio*	Qtde de Projetos	Total			Pago até 2013 por ano de convênio	Execução Total %
		Total Minc	Contrapartida	Total Convênio		
2004	73	10.222.301,49	3.974.861,80	14.197.163,29	8.296.444,23	81,20%
2005	362	70.890.746,44	22.748.958,25	93.639.704,69	55.043.258,03	77,60%
2006	77	27.976.265,26	9.126.282,11	37.102.547,37	20.725.048,84	74,10%
2007	157	220.214.877,57	75.169.926,84	295.384.804,41	168.661.490,02	76,60%
2008	60	70.064.936,91	28.480.121,89	98.545.058,80	65.050.779,51	92,80%
2009	90	92.008.412,21	28.029.834,54	120.038.246,75	69.170.098,48	75,20%
2010	99	68.014.704,27	17.302.623,53	85.317.327,80	43.960.225,27	64,60%
2011	28	37.497.699,39	3.680.800,00	41.178.499,39	14.325.523,17	38,20%
2012	21	11.233.734,00	75.000,00	11.308.734,00	6.285.685,82	56,00%
2013	25	9.493.385,22	0	9.493.385,22	7.138.040,32	75,20%
Total geral	992	617.617.062,76	188.588.408,96	806.205.471,72	458.656.593,69	74,30%

* Não inclui premiações e bolsas de editais realizados pela SCDC

Fonte: DIGER/COEPP/DCDC/SCDC/MinC

Data: 07/08/13

A Diferença entre o período 2004/10 e o que aconteceu a partir de 2011 é abissal. Para além de qualquer discurso, números expressam política, compromisso social, entendimento conceitual, prioridades, empenho e capacidade de gestão. Logo nos primeiros seis meses de minha gestão, em 2004, a despeito de o orçamento disponível ser de R\$ 5 milhões, consegui viabilizar R\$ 14.197.163,29 (R\$ 10.222.301,49 em recursos do MinC e R\$ 3.974.861,80 em contrapartidas) para 73 projetos, dos quais R\$ 8,3 milhões pagos no mesmo ano. Nos anos seguintes o crescimento foi exponencial, em progressão geométrica, seguindo a mesma lógica matemática contida na concepção teórica e conceitual do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura.

Conforme tabela: 2005: 362 convênios com valor total de R\$ 93,6 milhões; 2006: 77 convênios e valor total de R\$ 37 milhões; 2007: mais 157 convênios e valor

⁴¹ https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MINC-Docmento_Base-Programa_Cultura_Viva-2013.pdf

total de R\$ 295 milhões. Necessário esclarecer que no ano de 2007 eu iniciei os convênios para redes estaduais e com municípios grandes, de modo que um único convênio incorporava dezenas e até centenas de Pontos de Cultura, com isso foi possível acrescentar mais 2.500 Pontos de Cultura à rede. Em 2008, mais 60 convênios com valor total de R\$ 98,5 milhões, igualmente incorporando muitos Pontos de Cultura em um único convênio, via redes municipais. 2009, mais 90 convênios e R\$ 120 milhões. Em 2010 mais 99 convênios e 85,3 milhões, iniciados por mim e concluídos por meu substituto, TT Catalão. O desmonte ocorrido a partir de 2011 é por demais evidente, os convênios novos foram reduzidos a apenas 28, e valor total de R\$ 41 milhões. Em 2012 uma queda ainda maior: 21 convênios e R\$ 11 milhões em valor total. Em 2013 apenas 25 convênios e valor total de R\$ 9,5 milhões (3,2% do orçamento que havia sido executado em 2007). Pós 2014: tendencial a zero.

Entre 2004 e 2013 foram firmados 992 convênios pelo Ministério da Cultura através do programa Cultura Viva. Desse total eu assinei e encaminhei 918, ou 92% de todos os convênios. O valor de investimento global do programa Cultura Viva foi de 806 milhões de reais transferidos à ponta, diretamente à ação cultural de base comunitária, de Pontos de Cultura, Pontões e Ações. Deste valor eu fui responsável por 745,6 milhões, ou 94% do total. Nem todos recursos do Cultura Viva foram do governo federal, havendo contrapartidas de estados, municípios e organizações da sociedade, demonstrando um comprometimento de um conjunto de governos e organizações sociais, além de envolver, de forma republicana, os principais partidos políticos do país, de situação e oposição. O consenso social estava sendo construído e o Cultura Viva caminhava para se tornar política de Estado, não do governo da União, mas do conjunto dos entes federados. As contrapartidas somaram R\$ 188,6 milhões, ou quase um quarto do total de R\$ 806 milhões investidos em 11 anos; deste valor, R\$ 185 milhões foram diretamente negociados por mim, 98% do total. Apresento esses dados com tristeza, porque é triste ver tamanha insensibilidade e desprezo a algo que custou tanto sacrifício e tantos sonhos.

Não foi simples o trabalho para a descentralização dos Pontos de Cultura via estados e municípios de maior porte. No final de 2007 negocieei pessoalmente com mais de 70 secretários de cultura no país, envolvendo todos os 26 governos estaduais, mais o distrito federal e aproximadamente 40 governos municipais. Essa descentralização incorporou recursos de aproximadamente R\$ 150 milhões em contrapartida dos entes federados e viabilizou mais 2.700 Pontos de Cultura de forma descentralizada. Por conta da crise de 2008 o recurso do governo federal só foi transferido ao final do ano e nos anos

de 2009 e 2010 houve um intenso trabalho de transferência de conceitos, teoria, metodologia e encantamento. Sim, encantamento, com os mais diversos governos, sem qualquer distinção política ou ideológica. Encantamento é a seiva. Todas as seleções foram paritárias, um terço do governo local, outro terço indicado pelo ministério da cultura e outro terço por representantes da sociedade; neste aspecto criamos outra inovação, pessoas de Pontos de Cultura e que estavam há mais tempo no programa, foram chamadas para participarem da seleção em estados e cidades diferentes daqueles em que atuavam. Foi um processo intenso de transferência de conhecimento, práticas, não somente com dirigentes das secretarias, mas, principalmente, com o corpo burocrático de cada secretaria de cultura. Um trabalho de intensidade absurda, com muito mais de 50 editais por ano. À época contávamos com pouco mais de 10 servidores de carreira, gerentes e subgerentes para executá-lo em todo o país; a esses servidores públicos, lotados na secretaria que eu dirigia ou nas regionais do ministério da cultura, registro meu agradecimento e homenagem.

Pela primeira vez o Sistema Nacional de Cultura estava sendo efetivamente executado no país. Sem que fosse necessário declarar, com esse método, foi possível colocar todos os entes federados envolvidos em um amplo exercício pelo Estado Integral. Uma pequena revolução pacífica, silenciosa, pelas bordas. Ela estava começando a acontecer e foi exitosa enquanto durou. A partir de 2011 o discurso e as atitudes do Ministério da Cultura deram um giro de 180 graus, isso também contaminou a relação com os governos locais, salvo exceções. O trabalho foi sendo desconstruído, passando a predominar uma visão burocrática e cheia de incompreensões em relação aos conceitos e princípios do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, afetando a ação descentralizada. Ainda assim, foi a descentralização havida que permitiu que o programa não fosse desmontado por completo.

Passados 18 anos do programa Cultura Viva é trágico perceber tamanho estrago. Quando deixei o Ministério da Cultura eu imaginava que seis anos haviam sido suficientes para consolidar o trabalho. Engano. A partir de 2011 veio o desmonte com uma virulência inimaginada. Não me refiro a discurso somente, mas à prática, à ausência de entrega de resultados e falta de respeito com o trabalho executado, sobretudo contra as organizações de base comunitária, conforme os dados demonstram. Só desmonte. No discurso sempre houve elogios ao programa, porém, acompanhados de senões tecnocráticos que resultaram na redução quase total na disponibilidade orçamentária para os anos seguintes. Incluindo descumprimento de contratos firmados, regulares e em plena

execução. Segundo dados da tabela produzida pelo próprio Ministério da Cultura na época, R\$ 159 milhões de recursos compromissados para a execução de convênios em andamento, com reconhecidos bons resultados à sociedade, foram unilateralmente interrompidos. Não se honrou compromissos. Houve calote. Fosse com bancos ou grandes empresas seria um grande escândalo a fazer a Bolsa de Valores cair e o dólar subir, a mídia comercial estamparia manchetes acusando o calote, como eram organizações de base comunitária, atuando no chão dos territórios, deu-se ombros.

Registro que essa não foi responsabilidade exclusiva de má gestão e descompromisso no Ministério da Cultura da época, a Controladoria Geral da União também não impediu que a descontinuidade acontecesse, nem houve monitoramento por parte do Ministério do Planejamento, que deveria ter atentado ao fato de 25,7% dos recursos empenhados em um programa não terem sido executados; ao menos não encontrei nenhum registro ou alerta, que deveria ter havido, conforme a lei e as boas práticas de gestão. Um quarto do valor total investido em um programa de governo, que até 2010 figurava na categoria de programa presidencial (status para programa prioritário), estava compromissado, empenhado, e não foi pago; virou superávit primário nas contas públicas.

Uma política pública brasileira que inspira dezenas de países, construída a partir da multiplicidade, inspirada no homem vitruviano de Da Vinci, do qual escreverei mais adiante, com conceitos matemáticos, sequência de Fibonacci (também tratarei adiante), a darem base a um programa de identidade e diversidade cultural, sedimentado nos territórios e articulado em rede. O exercício prático para um Estado de novo tipo, com eficácia comprovada e a baixo custo unitário, apontando um bom caminho para a realização do Estado Integral.

Para além da teoria e dos conceitos, algo muito bem compreendido e com alta aderência nas comunidades, realizando *democracia de alta intensidade*, conforme conceito de Boaventura de Sousa Santos O maior programa de identidade e diversidade cultural do mundo, alcançando mais de 8 milhões de pessoas em 3.500 comunidades, que se exercitavam na cultura do encontro e da paz, com autonomia, protagonismo e empoderamento sociocultural. Entre 800 e 900 mil pessoas, a maioria jovens, em atividades regulares de arte e cultura, em cursos, oficinas, coletivos artísticos ou clubes de leitura e cineclubes. Mais de 30 mil postos de trabalho de arte e cultura junto às comunidades nos rincões mais afastados do país. De um dia para outro, resultado de más escolhas, inépcia, decisão política equivocada e falta de visão e interesse, ou mescla, não

era mais acolhido pelo governo federal. Ao contrário, era atacado e perseguido, mesmo quando acompanhado de discursos elogiosos.

A paralisia, ou melhor, o assédio moral àqueles que executavam o programa, sobretudo na ponta, em ação orgânica com a sociedade, é incontestável. O argumento a justificar a paralisia foi de que as prestações de contas continham inconsistências e precisavam de revisão. Mas a cada esclarecimento advindo dos Pontos de Cultura o governo retornava com novas diligências, em um processo infundável. Foi cruel. Não eram argumentos honestos. Buscava-se “pelo em ovo” apenas com objetivo de protelar pagamentos, conforme evidenciado pelos dados na tabela acima. Em 2013 a disponibilidade orçamentária efetivamente executada (R\$ 9,4 milhões) mal conseguiria pagar a parcela anual para apenas 156 Pontos de Cultura (R\$ 60 mil/ano), sendo que havia 3.500. Protelar, jogar a culpa na gestão anterior, nos Pontos de Cultura que “não sabiam” prestar contas, foi uma maneira de não assumir a verdadeira razão do desmonte do Cultura Viva conforme os dados do próprio Ministério da Cultura apontam. Em agosto de 2011 houve a retirada da rubrica para o programa Cultura Viva do orçamento da União, acontecida quando do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA). Isso foi fatal, porque impediu o acompanhamento e monitoramento do programa, bem como o retirou do Plano Plurianual (PPA), sendo que o programa era todo ele desenhado de forma plurianual, em convênios de 3 anos, uma vez que cultura é processo. O drástico corte orçamentário a partir de então provocou o descompromisso com o programa a despeito de qualquer outro discurso ou declaração supostamente técnicos.

Caso as prestações de contas fossem liberadas nem haveria orçamento para a efetivação dos pagamentos, as gestoras sabiam disso. A decisão já estava tomada, os argumentos administrativos foram apenas desculpa para o desmonte. Em hipótese, supondo que os argumentos para a paralisia dos convênios fossem corretos, e todas as prestações de contas estivessem “erradas”, o que caberia a uma gestão pública compromissada com o programa? Cancelar os convênios e chamar novos editais, realizando contratos mais apropriados aos novos padrões de gestão. Não fizeram isso. A partir de 2011, somados todos os anos seguintes, houve apenas 74 novos convênios, a mesma quantidade de convênios que eu havia firmado nos primeiros seis meses do programa. Tentaram cortar a cutelo o tronco de uma árvore cuja copa se espalhava e dava sombra pelos territórios mais esquecidos deste vasto país. Quiseram moldar a árvore sob a fôrma das planilhas. A fôrma deforma a forma, já se disse.

Dois anos e meio de deformações haviam se passado. Era 2013. Literalmente, as ruas do Brasil estavam em chamas em junho daquele ano, um mal-estar social se revelava em catarse. E o maior programa de alcance territorial que o governo brasileiro havia construído, em vínculo de afeto e confiança nas comunidades, a partir da ternura, da arte e do protagonismo sociocultural, estava sendo combatido a facção por infundáveis diligências burocráticas e sem sentido. Em 2013 o governo federal do Brasil perdeu capacidade narrativa e de diálogo com as ruas e com parcelas significativas da juventude. Nos anos seguintes essa população seria manipulada pela cultura do ódio, da mentira, pelas narrativas falsas, pela cizânia, pelo negacionismo, pelas ignorâncias, pelo horror e o fascismo. Os Pontos de Cultura, por enraizados nas comunidades, todos com estúdio multimídia e ações efetivas de acolhimento e escuta, trabalhando com arte e cultura, refinando subjetividades, alimentando sonhos e fomentando emancipação, poderiam ter sido ponte para o reestabelecimento do diálogo perdido. Não foram. Diligências infinitas os feriam sob assédio moral da máquina burocrática, com questionamentos absolutamente descabidos, volto a registrar.

Acuados, sob intenso assédio moral burocrático, correndo risco de serem criminalizadas por conta de minudências, milhares de organizações de base comunitária deixaram de ser floresta e tiveram que resistir como árvores isoladas, cada qual sob um assédio específico. Muitos resistiram, outros sucumbiram. Era o Estado Político impedindo a realização do Estado Integral. Entre golpes de faca, facção e catana, agentes do governo machucaram o tronco da árvore que se abria em copa. E fecharam as frestas e fendas que haviam sido abertas para que houvesse no Brasil um Estado Ampliado, moldado à imagem de seu povo. Mas raiz e tronco resistiram e a semente não morreu.

6. Uma árvore é fonte de vida - não são números frios

Árvore como conceito-metáfora foi o modo que encontrei para demonstrar que Cultura Viva é biologia, é um ecossistema que contém e está contido em outros, um ser que é uma comunidade de seres. Com o desmonte abrupto do programa Cultura Viva houve gestores de Pontos de Cultura acusados nas suas comunidades de desviarem dinheiro que nem chegaram a receber. A transferência de recursos para convênios regulares e em andamento começava a atrasar ou era simplesmente interrompida sem qualquer satisfação, gerando intrigas, invejas e disputas internas no seio das comunidades, em cruel efeito colateral do descaso com os agentes culturais nos territórios. Também no

movimento como um todo, a ação do governo a partir de 2011 provocou cizânia, disputa por espaços políticos em poderes inexistentes, fazendo muitos abandonarem a efetividade nas comunidades pela disputa por representatividade formal nos espaços de poder. Ainda mais quando o Poder não estava disposto a estabelecer um diálogo sincero, muito menos a escuta-los. Era um poder que não valia nada.

Mesmo sem receberem recursos da União muitos Pontos de Cultura seguiram mantendo suas atividades por conta do compromisso comunitário, mas com incidência diminuída e desarranjos no chão das comunidades. Uma desestruturação de trabalho paciente e comprometido, realizado por anos. O prejuízo à sociedade foi incalculável, não apenas na política cultural *stricto sensu*, e que ainda merece estudo aprofundado, além do que apresento nessa obra. Em um Ponto de Cultura, no estado de Alagoas, jovens que haviam sido selecionados como *Agentes Cultura Viva*, e que passariam a receber uma bolsa mensal no valor de um terço do salário mínimo, jamais a receberam. Foi assim com um milhar de jovens, em dezenas de Pontos de Cultura. O recurso sequer oneraria o orçamento de 2011 e estava empenhado como restos a pagar no orçamento de 2010. A despeito disso as novas gestoras decidiram cancelar o edital com recursos empenhados e resultados divulgados, sem qualquer justificativa além de alguma mera formalidade inventada, que contradizia até mesmo o parecer autorizativo da advocacia da união. Os jovens, enquanto aguardavam o início das atividades e o recebimento das bolsas, souberam que em decisão interna da secretaria da cidadania cultural, que deveria cuidar do programa, sem qualquer justificativa plausível, teriam as bolsas canceladas.

Assim como foram abruptamente interrompidos os editais para Pontões de Cultura e de integração entre Pontos de Cultura e Escolas Públicas, na ação Escola Viva, o Prêmio Areté, para realização de eventos nos territórios abrangidos pelos Pontos de Cultura. Eu já não estava mais como secretário, certo dia recebi uma mensagem da gestora de um Ponto de Cultura das Alagoas, que nem foi endereçada a mim, mas que chegou a mim por alguma rede social. Ela dava o nome de um rapaz e disse que ele havia sido morto pela polícia, por ter se envolvido em pequenos furtos. Era um rapaz da comunidade que havia sido selecionado para ser Agente Cultura Viva. A única vez que o Estado lhe estendera a mão, abrindo um caminho de arte e cultura, tão logo apresentado à oportunidade, teve a mão recolhida. Talvez a tragédia pudesse ter acontecido mesmo caso ele tivesse participado do Ponto de Cultura como Agente Cultura Viva, mas jamais saberemos o efeito que a arte e a cultura teriam provocado na vida dele, e de tantos jovens que tiveram essa oportunidade bloqueada. No caso específico, mil jovens, para ser exato.

Faltou sensibilidade e avaliação da consequência dos atos decididos em Brasília e seus efeitos no chão das comunidades. Marcelo das Histórias, responsável pelo Pontão de Cultura Nina Griô, de Campinas, sintetizou a sensação que os Pontos de Cultura estavam vivendo em agosto de 2011, com o desmonte deliberado do programa:

“Até agora, existe uma distância imensa do projeto para a cultura praticado pelo governo Dilma em relação ao que se fazia no governo Lula. Foram criando inúmeros quebra-molas “técnicos” feitos a grosso modo para limitar os movimentos sociais que foram os grandes protagonistas no governo Lula para a área da cultura.”⁴²

Com os Pontões de Cultura, conforme citei anteriormente, houve interrupção abrupta de todos os convênios, sem que nenhuma irregularidade tivesse sido apontada. Convênios em funcionamento, com contrato assinado. E o Estado nunca retomou a transferência de recursos. Entre Pontões, Pontos de Cultura e editais temáticos foram milhares de interrupções e cancelamentos. Abaixo, apenas alguns exemplos (extraídos aleatoriamente de um dos processos de Auditoria da CGU) com o conteúdo das atividades de Pontões de Cultura, todos com atividades regulares e que tiveram seus trabalhos interrompidos e desrespeitados, sem qualquer justificativa plausível:

- a) Grupo Cultural NUC – GC NUC/MG – Pontão de Cultura e Gestão Cultural – valor total do convênio: R\$ 420.000,00, sendo que recebeu uma parcela de R\$ 140.000,00. Sediado na maior favela de Belo Horizonte, sua proposta envolve formação de gestores culturais e entidades comunitárias, principalmente em favelas da grande Belo Horizonte, combinando com rede de Hip Hop e cultura tradicional, com destaque para o grupo *Meninas de Sinhá* (grupo de idosas que resgatam cantigas tradicionais, já com diversos CDs, DVDs e prêmios);
- b) Instituto Preservarte/ Espírito Santo – Pontão de Multiplicação Cultural – Preservarte Capacitação em Luthieria – valor total do convênio R\$ 420.000,00, sendo que recebeu parcela de R\$ 140 mil. Sediado no interior do espírito Santo, transformou a cidade de João Neiva no maior polo de artesanato de instrumentos musicais do Brasil, trabalhando exclusivamente com madeira certificada e replantando milhares de mudas de pau-brasil;
- c) SOMOS – comunicação saúde e sexualidade / Rio Grande do Sul – Pontão de Cultura LGBT – valor total do convênio, R\$ 630.000,00, sendo que recebeu repasse de R\$ 210.000,00. Sediado na cidade de Porto Alegre, estabeleceu rede de formação, suporte e difusão junto às comunidades LGBT do Brasil, é o único Pontão com essa temática e seu trabalho tem reconhecimento nacional e internacional, sobretudo no combate à homofobia e prevenção à AIDS;
- d) Associação das entidades usuárias do Canal Comunitário – Cidade Livre/DF – TV em movimento, escola de mídia comunitária – valor total do convênio: R\$ 525.000,00 (recebeu um repasse de R\$ 175.000,00. Sediado em Brasília é o Canal de TV Comunitária com maior alcance e programação própria no país, inclusive com

⁴² <http://www.fndc.org.br/clipping/projeto-pontos-de-cultura-criado-pelo-governo-sofre-esvaziamento-e-deve-ir-a-justica-774117/>

transmissão aberta. O trabalho envolve formação de gestores, técnicos e programadores para canais comunitários em todo o país;

e) Movimento pró-Desenvolvimento Comunitário / AL – Pontão Oção de Leitura – valor total do convênio: R\$ 420.000,00 (recebeu parcela de R\$ 140 mil). Sediado em Palmeira dos índios, terra de Graciliano Raos, foi reconhecido pelo intenso e inovador trabalho de formação de leitores e agentes jovens de leitura no sertão de Alagoas, principalmente comunidades rurais. Com o Pontão iria estender esta experiência por todo semiárido brasileiro, desde *rádio-poste* com contação de estórias e poesia, distribuição de livros em balaios em jegues, bicicletas, até leitura nas casas dos camponeses. Foi o primeiro Pontão de Leitura.

f) ÁGUA – Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga / CE – Rede de Memórias das Serras do Ceará – valor total do convênio: R\$ 420.000,00 (recebeu R\$ 140 mil). Um dos primeiros Pontos de Cultura do Brasil, sediado no interior do Ceará, em área de serra e clima relativamente frio, transformaram Guaramiranga (10 mil habitantes) em uma das cidades mais musicais do Brasil, com diversas orquestras juvenis e com a realização de festivais artísticos com repercussão internacional. Com o Pontão estavam disseminando a experiência pelo interior do Ceará”

O Estado-político, como aparato de poder, independente de governos, se mais ou menos de esquerda, independente disso, não está preparado para dialogar com o povo em condições de igualdade, equilíbrio e respeito. A relação é muito assimétrica e o poder de quem exerce o poder de Estado é muito podre. Quando houve condições simbólicas e políticas mais adequadas, durante o governo Lula, sobretudo na fase inicial, foi possível avançar, testar caminhos, abrir frestas. Mas depois a tecnocracia foi ganhando corpo e se impôs. Como toda técnica é consolidada a partir do passado, do conhecimento, comportamentos e hábitos acumulados, ela tende ao conservadorismo, impedindo a inovação e a mudança. Quando aplicada em técnica de Estado e gestão da burocracia, ainda mais. Suponho que o decreto interrompendo convênios com organizações da sociedade civil em todo o governo federal não foi mal intencionado de forma premeditada. Intempestivo e tecnicamente mal elaborado, de certo, precipitado e oportunista, apenas para dar resposta a pressões midiáticas e de opinião pública manipulada, certamente, mas não fruto de uma má intenção. Não se trata de uma questão moral. Independente da intencionalidade ou motivações, por conta de um Decreto mal pensado e mal elaborado muita arte, muita coisa boa e bela foi destruída. Ao desferir machadadas contra o tronco da Cultura Viva, mataram sonhos. Foi isso.

Entretanto, não foi somente um decreto que resultou no desmonte de programas como o Cultura Viva, também houve incompreensões, falta de alcance em perceber o que se estava destruindo e incompetências no manejo do Estado. O Estado brasileiro que mal começara a abrir a porta, fechava-a novamente. Formalmente o

programa seguiu no Brasil, mas na prática os dados quantitativos e orçamentários do desmonte são incontestes. Foi vergonhoso o desmonte. Em algumas unidades da federação, em alguns municípios e estados, foi possível seguir por conta da descentralização iniciada em 2007, uma vez que ainda havia saldo de recursos repassados na época em que eu estava como secretário. Não obstante, era o próprio governo federal que agia para desmontar o programa, inviabilizando as Ações, diminuindo a abrangência. Com isso o entendimento e os compromissos locais também foram diminuindo.

Escrevendo hoje, como pensador da cultura, e não como gestor público, registro essa linha histórica e esses fatos na esperança de que, quem sabe no futuro, com novas mentalidades políticas, novos gestores e agentes públicos, se perceba que por trás de projetos e planilhas há sempre comunidades, pessoas, esperanças. Não são números frios. O tronco que sustenta a relação Estado/Sociedade, quiçá um dia, o tronco para sustentar um Estado Integral, pode realizar ou desfazer sonhos. Antes de qualquer decisão, gestores e políticos em espaços de poder, procurem conhecer esses sonhos, olhem para os sonhadores, procurem saber o que os números das planilhas estão construindo, ou destruindo. Façam podas bem feitas, não cortem o tronco.

Quando se está no poder pelo poder, a representatividade, alianças e imagem são tudo, pois são delas que emana o poder, o resto é descartável. Despreza-se o efeito que as ações de Estado acarretam na vida das pessoas, para o bem e para o mal. Descarta-se o que é perene, o que é vivo e pulsante, o que deveria ser cultivado e cuidado, para valorizar o aparente e superficial. Tudo por conta da sedução que uma representatividade abstrata, vazia, efêmera, produz. Um poder que não realiza nada, mas que inebria. O poder não vale tanto. A vida não pode ser tão pequena, não vale a pena.

Em 2014, por ação do movimento dos Pontos de Cultura, vinda de fora para dentro, foi aprovada a lei Cultura Viva no Congresso Nacional, evitando que o desmonte fosse completado. A lei inclui Cadastro Nacional de Pontos de Cultura⁴³, via autodeclaração, e mecanismos mais ágeis para transferência de recursos e prestação de contas. Porém, apesar de regulamentada no início de 2016, não chegou a ser executada, ao menos até 2022. Também em 2014 foi aprovada a lei 13.019 que instituiu Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Uma lei que apresentou avanços regulatórios na relação do Estado com a Sociedade, com bons mecanismos de contratualização, avaliação e sustentabilidade econômica, incluindo instrumentos para a

⁴³ <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificado-de-ponto-ou-pontao-de-cultura>

formalização de parcerias e colaboração, fomento a projetos de interesse público e acordos de cooperação para transferência de recursos, evitando os burocráticos convênios. A lei incorporou a ideia de que as Organizações da Sociedade Civil dão base para a democracia participativa e colaboram para a igualdade dos cidadãos. Neste sentido a lei deu passos para um Estado Ampliado, não saberia afirmar se intencionalmente ou não. Um bom caminho a apontar parcerias em políticas públicas, tornando-as mais próximas das pessoas, atendendo de maneira efetiva as diferentes realidades das comunidades brasileiras, possibilitando a criação de soluções diversificadas para os problemas de cada localidade, conforme os Pontos de Cultura demonstraram ser possível.

Sem dúvida era necessária uma forma mais segura e estável para essas relações. Todavia, àquele momento (2014 para 2015) a mediação com as organizações da sociedade civil já havia sido tornada tão esgarçada, o tecido estava tão puído, tão rasgado, que não houve tempo e meios para cerzir. O Golpe parlamentar-midiático-empresarial-judiciário estava a galope. O governo foi ficando cada vez mais acuado, ataques surgiam em turbilhão diário, numa hiperexcitação de denúncias, espetacularização, manipulação por *lawfare*, prisões arbitrárias, manipulação midiática, pós-verdade, quebra de vínculos e abusos de todo o tipo. Até que em 2016 aconteceu o golpe de Estado que destituiu a presidenta da república. Por mais erros administrativos, equívocos de gestão e inabilidade política que tenha havido, a presidenta Dilma era reconhecidamente uma mulher honesta e honrada, não havendo razão legal para o impeachment. Faltou povo para impedir o Golpe.

Realizando minha viagem pessoal à semente encontrei um documento que eu havia encaminhado à Controladoria Geral da União em abril de 2013. Eu já não estava como secretário há três anos, mas mantinha, e sigo mantendo, compromisso com o programa que idealizei e implantei, independente de cargo público. Recordo que escrevi a carta-defesa quando eu estava na Costa Rica, em regresso ao Brasil. Encaminhei-a formalmente à CGU. É um documento inédito, que deve estar perdido em algum escaninho da burocracia. Por sorte tenho a cópia, que vale pela vivacidade do momento. Reproduzo um trecho longo, e apenas na parte final (o texto total tem 31 páginas), para dar a exata medida do que estava se esvaindo:

“Atualmente o programa encontra-se reduzido a algumas centenas de Pontos de Cultura que, efetivamente, receberam recursos no período de um ano. Há ainda muitas entidades que se assumem como Ponto de Cultura, mas o fazem por adesão política aos princípios e fundamentos do programa, não mais por receberem algum apoio por parte do governo federal. Entre as dez ações, talvez uma ou duas

continuem acontecendo, com jovens, creio que 300 bolsas pelo Brasil todo, e interações Estéticas, esta promovida pela Funarte. Quanto à rede de Pontões, está praticamente imobilizada, em que os que se assumem como Pontão também o fazem mais na condição de adesão aos princípios e compromissos comunitários que por receberem recursos do governo. Também há vários Pontos de Cultura que, neste momento, passam por um cruel e injusto processo de assédio e criminalização por algum detalhe formal em suas prestações de contas. Problemas esses que poderiam ser resolvidos de outra maneira. Não interessa ao governo e seus órgãos de controle entender as razões (até para poder saná-las) de todo este prejuízo imposto à sociedade?

A brusca interrupção do processo de construção do programa Cultura Viva trouxe consequências muito graves para o governo e a sociedade. De um lado, o investimento público acumulado foi se esvaindo, de outro, a aproximação e confiança conquistadas junto a entidades culturais comunitárias também foi interrompida. Essa quebra traz consequências, sobretudo na perda de credibilidade, prejudicando ações comuns entre Estado e Sociedade. Há também as consequências diretas nas comunidades. A partir de abril [de 2013] a rede com 300 Pontos de Cultura, em 180 municípios do estado de São Paulo, deixa de existir com apoio governamental. Isso por exclusiva responsabilidade do MinC, pois o governo do estado adotou uma postura republicana e leal com o programa, que ao longo de três anos desenvolveu um honesto e eficiente trabalho de acompanhamento e atenção aos Pontos de Cultura; havia previsão orçamentária, inclusive, para a ampliação da rede a partir de 2013. Como a SCDC/MinC não se interessou, este dinheiro deve ter se deslocado para outras áreas da cultura. Mesmo que o MinC retome a proposta de rede dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo, com todos os trâmites de previsão orçamentária, processuais, de seleção e contrato, dificilmente esse recurso voltará à ponta em menos de um ano, talvez até mais tempo que isso [o fato é que nunca voltou]; são 180 municípios a descoberto e quase um milhão de pessoas prejudicadas, só no estado de São Paulo. O mesmo deve estar acontecendo em outros estados. Qual a consequência disso? Por vezes jovens em situação de risco, que haviam se animado com atividades de um Ponto de Cultura e que estavam saindo de uma vida em meio a drogas e violência, de um dia para outro, deixam de ter essas atividades a lhes oferecer um horizonte diferente. Há uma engenharia comunitária em que continuidade e credibilidade são fundamentais e essa dinâmica foi interrompida por erros de condução do MinC, sobretudo pós 2011. Também há situações em que professores e ativistas culturais oferecem seu trabalho, ganhando muito pouco (um ponto de cultura sobrevive com apenas R\$ 5 mil/mês), mas que precisam dessa pequena remuneração e, ao tê-la perdido, terão que buscar outros meios de sobrevivência e assim se distanciam do Ponto de Cultura. Quando, se em algum momento ocorrer a retomada do programa (espero que aconteça), esses laços esgarçados talvez não se recomponham e o trabalho terá que ser recomeçado todo ele de novo. Os jovens e frequentadores do Ponto podem ter se dispersado, os professores podem ter assumido outros compromissos. Este é um prejuízo incalculável, real e mensurável e cabe à CGU apurar.

Especificamente em relação ao edital dos Pontões. Mesmo em se admitindo a necessidade de interrupção do edital n. 04/2009, que, diga-se, estava previsto no próprio edital que a SCDC/MinC poderia fazê-lo a qualquer tempo, sem a necessidade desse processo que trouxe tanto dano à continuidade do Cultura Viva e

às pessoas que o desenvolveram com tanta dedicação, eficiência e honestidade. Mesmo assim, e sem prejuízo para a abertura de eventual processo para averiguação de responsabilidades, seria necessário dar conta de um problema real e identificado. Havia, e há, necessidade de uma rede para a capacitação dos Pontos de Cultura em Gestão, isso estava previsto no edital de Pontões e foram selecionadas propostas muito boas. Em tendo acontecido a interrupção dos convênios, como de fato houve ao final de 2011, teria sido necessário encontrar alternativas. E havia alternativas. A SCDC/MinC poderia ter lançado novo edital, conforme suas novas preocupações, também poderia ter realizado acordos com universidades públicas, de modo que estas suprissem as necessidades de gestão dos Pontos, e isto poderia ser realizado facilmente, via transferência direta de orçamento, uma vez que são entidades federais. Não fez. Assim como não buscou alternativa para manter conectada a rede de 400 Pontos de Leitura. Eram bibliotecas criadas pelo povo, em favelas, assentamentos rurais, esse acompanhamento também foi perdido com a falta de apresentação de alguma alternativa. Assim como deixou a Ação Griô no desamparo, em que apenas um Pontão de Cultura foi mantido. Qual a consequência disso, o que os números frios não contam? Os Griôs são mestres da cultura popular, por vezes analfabetos, mas com muita sabedoria ancestral, alguns que antes estavam com baixa autoestima, levados ao alcoolismo, como mestres indígenas amargurados pelo definhamento de seus povos. Com a Ação Griô eles se recuperaram e ensinaram suas comunidades, retomando seu papel de liderança e respeito, que todos anciãos merecem. Ao terem a Ação interrompida, ao não receberem a bolsa de um salário mínimo, ao não terem os Pontos a lhes acompanhar, sabe-se deus o que pode ter acontecido com suas vidas. Alguma alternativa, qualquer que fosse, deveria ter sido encontrada. Por que não foi? Não é papel da CGU apurar isso? Por que só medem pontes e asfalto (mormente mal realizados) e não o investimento em gente? Por que só papel e não vida?

Enquanto isso, o que foi realizado pela SCDC/MinC ao longo dos últimos anos? O que, efetivamente, se transformou em realidade na ponta? Quantos violinos chegaram nas mãos de crianças nesse período, ou melhor, quantos violinos deixaram de ser fabricados? Um dos Pontões, na cidade de João Neiva, o PRESERVARTE que os srs impedem de continuar, tinha por proposta produzir violinos, violas e violoncelos, e o fez, mesmo com os poucos recursos transferidos pelo governo (R\$ 140 mil), transformando a serra do Espírito Santo no maior polo de produção artesanal destes instrumentos musicais, mas com a interrupção não poderá continuar fazendo. Quantas aulas de capoeira, de balé, quantas rodas de leitura que aconteciam e agora deixarão de acontecer? Mesmo que a CGU não queira visitar a ponta, há como mensurar. Quantos convênios novos foram assinados, quantas redes estaduais, quantos Pontões de Cultura, quantas Ações e para quanta gente? É só olhar as planilhas. [à época eu não sabia, hoje sei, praticamente nenhum]

É isso. De repente, ao encerrar minha defesa, me dou conta que há uma semana, desde quando vi esse torpe processo pela primeira vez e todas as induções nele contidas, depois de dedicar dezenas de horas ao seu estudo e redação [o texto completo tem 31 páginas], não faço outra coisa que não seja pensar em tudo de bom e justo que realizamos com o Cultura Viva, nas pessoas que se encantaram, nas belezas que descondemos, nos sonhos que sonhamos.

Não tenho mais o que dizer. Mas sigo com a esperança de que um dia o Estado esteja a serviço de seu povo. (Célio Turino)”

Como não tenho o documento em arquivo de computador, tive que datilografar novamente para inserir nesse texto. Ao reproduzir cada palavra, cada linha, fiz minha viagem pessoal à semente, descobrindo também a razão de haver relutado tanto em escrever esse capítulo e incorporar a história e a análise da Cultura Viva nesta obra. Voltar à semente é dolorido. Saber o que poderia ter sido, e o que não foi. Descrever tantos erros políticos e poderes podres, por tantas incompreensões, inépcias, crueldades, pior ainda. “*Tenho tão nítido o Brasil que pode ser, que há de ser, que me dói o Brasil que é*” (Darcy Ribeiro). Faltou força para ter evitado o desmonte. Queria ter tido mais força, mais respaldo, até candidato a deputado com a pauta da defesa da Cultura Viva eu me lancei, mas não foi possível, faltou apoio. Fracassei como fracassou Darcy Ribeiro⁴⁴. Como resultado da derrota sofrida pelo programa Cultura Viva, a cultura, o povo e o país, perderam uma linda oportunidade. Não digo que era a “salvação geral da nação”, longe disso, mas sei que a Cultura Viva e os Pontos de Cultura, tal qual concebidos e cultivados no início, fazem falta ao país de hoje. Faltou visão e generosidade. Quando falta generosidade na política pública o bem comum deixa de ser o grande objetivo da política. É quando prevalece a tristeza, a cizânia e a mesquinhez. Interrompo a escrita. Retomo em outro dia. Meu corpo dói.

7. Caule – por onde circula a seiva

Ainda no tronco, agora apresentado como caule, mais abstrato, interno, menos aparente, ainda assim, uma haste a sustentar a árvore. Pelo talo é que circula a seiva bruta que vai da raiz às folhas e que volta elaborada em novas composições, das folhas à raiz. A despeito das machadadas, machetes e facões, não conseguiram cortar o tronco da Cultura Viva. Machucaram muito, mas pelo caule a boa seiva circulou, circula e circulará. O que preservou e preserva a Cultura Viva e os Pontos de Cultura é o sentido, da direção, os valores filosóficos por onde circula a seiva.

O Estado, quando se relaciona com o povo, com os de abaixo, os coloca na condição de carente, jamais como potente. Há deficiências e vulnerabilidades no chão das sociedades e procura-se atende-las, com maior ou menor grau de eficácia e empenho,

⁴⁴ “Fracassei em tudo o que tentei na vida / Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui / Tentei salvar os índios, não consegui / Tentei fazer uma universidade séria e fracassei / Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei / Mas os fracassos são minhas vitórias / Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu” – Darcy Ribeiro.

também com indiferença e desprezo, não importa, sempre é uma relação de cima para baixo, colonizadora, ou iluminista, quando ilustrada. Não importa. É uma ação de cima para baixo, colonizadora a partir da fabricação de um discurso técnico-competente.

A política inicial do Ministério da Cultura sob o governo Lula não seriam os Pontos de Cultura, seriam as BACs (Bases de Apoio à Cultura), construções pré-fabricadas a serem instaladas em territórios de vulnerabilidade, com investimento concentrado em obra e não em atividade, cascas ocas a ocuparem “terrenos vazios”. O Cultura Viva caminhou em outra direção, com isso os muitos percalços e atrofias que foram surgindo no percurso. Quando apresentei a proposta inverti a lógica. O ministro Gilberto Gil e secretariado compreenderam e apoiaram o giro de 180 graus em relação ao inicialmente pretendido. Nosso foco foi a potência a ser encontrada nas comunidades. Quando do início da implantação do Cultura Viva, antes do primeiro Ponto de Cultura ter realizado convênio (o primeiro Ponto de Cultura foi oficializado em novembro de 2004), Gil fez um pronunciamento sobre o programa, em Berlim, Alemanha, a 2 de setembro de 2004:

“Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a ‘pesca’ que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. Ao contrário, elas crescem, elas se consolidam, elas se desdobram e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura da esfera midiática e nacional. [...]

O Ministério da Cultura entra com os conceitos, os recursos, o acompanhamento, o treinamento dos monitores, a articulação institucional e a rede – aspecto vital do programa. Todos os Pontos de Cultura estão em rede, a fim de trocar informações, experiências e realizações. Os parceiros locais, por sua vez, entram com os espaços, a gestão e um punhado de compromissos: responsabilidade, transparência, fidelidade aos conceitos, inserção comunitária, democracia, intercâmbio. Os Pontos de Cultura terão a cara de seus usuários.

[...]

Trata-se, pois, de um programa flexível, que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade. Um programa que será não o que o governante pensa ser certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada de grandioso, certamente. Mas sua multiplicação integrada, com banda larga, sites, emissoras de TV e rádio comunitárias, programas na TV pública e jornais comunitários, deve produzir uma revolução silenciosa no país, invertendo o fluxo do processo histórico. Agora será da periferia à periferia: depois ao centro.

[...]

O programa Cultura Viva é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, implica

a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples *'deixar fazer'*, pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio *do-in antropológico*. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações.

Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa. Veremos...”⁴⁵

O Ponto é um ponto de apoio para a alavanca, como no enunciado de Arquimedes, também um ponto de mediação na relação Estado-político e Estado-comunidade. Quando irrigado com reconhecimento e recursos, a mola se descomprime, *“se abrem as comportas de uma represa”*. O Ponto de Cultura também poderia ser representado pelo caule, a haste que produz, recebe e irradia cultura. Essa dimensão enquanto práxis na teoria do agir comunicativo, esteve presente desde a concepção do programa, passando pelos seis anos pelo qual eu estive à frente do mesmo. Foi algo explícito, estimulado, presente em minhas falas, textos e nas práticas do programa:

“Há risco de que, neste processo, a sociedade vá se burocratizando, perdendo espontaneidade e até mesmo sendo cooptada. Diante desta perspectiva, o elemento político surge como o único capaz de evitar a cooptação das entidades que integram a sociedade civil, preservando relativamente sua autonomia. Nesse caso, entende-se por cooptação a contaminação do “mundo da vida” pelo “mundo dos sistemas” (Estado, Mercado). Para se contrapor a isso poderemos encorajar uma ação que desenvolva e fortaleça as estruturas que possam promover um melhor entendimento e uma melhor comunicação entre esses “mundos”. Quem sabe um Ponto de Cultura seja um elo de *‘Ação Comunicativa’*, como na teoria de Jürgen Habermas?”⁴⁶

Os Pontos de Cultura não partem de uma razão instrumental, em que há uma plena racionalização de processos, ao contrário, o componente fundamental é o afeto, o envolvimento com a comunidade, as relações de confiança, por isso a importância e a estimulação à experiência e à percepção, conforme apresentarei adiante. A Cultura Viva parte do afeto e da ternura, do encantamento, e daí à razão. Não há o desejo de domínio sobre o mundo natural e comunitário e sim uma adequação dos processos de política pública ao fluxo da vida, que se nega a ser domesticada, ou deveria se negar. Sem a dimensão poética não é possível compreender, e absorver os conceitos, a Cultura Viva e os Pontos de Cultura. A poesia foi e tem que ser parte intrínseca do programa, algo inusual

⁴⁵ GIL, Gilberto – Pronunciamento sobre o programa CULTURA VIVA, Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004.

⁴⁶ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 33 – grifo do autor

em política pública, reconheço. Pela poética, pelo encantamento, vai sendo exercitada a Ação Comunicativa em rede, dando escala ao processo. Igualmente inusual, procurando exemplos comparados não encontrei nenhuma outra política pública, no Brasil ou demais países, com esse grau de elaboração e na dimensão que alcançamos. Especificamente à Ação Comunicativa, Jürgen Habermas, fundamenta sua teoria discursiva da ética em dois passos:

Primeiro, um princípio de universalização (U) é introduzido como regra de argumentação para discursos práticos; em seguida, essa regra é fundamentada a partir de pressupostos pragmáticos da argumentação em geral, em conexão com a explicitação do sentido de validade normativas. O princípio da universalização pode ser compreendido – de acordo com o modelo do ‘*reflective equilibrium*’ de Rawls – como uma reconstrução de instituições da vida cotidiana, que estão na base da avaliação imparcial de conflitos de ação morais. O segundo passo, destinado a demonstrar a validade universal de U, validade essa que ultrapassa a perspectiva de uma cultura determinada, baseia-se na comprovação pragmático-transcendental de pressupostos universais e necessários da argumentação.”⁴⁷

Ao elaborar a teoria procurei colocar o Ponto de Cultura como realizador da síntese do princípio U. A universalização em que a validade “*ultrapassa a perspectiva de uma cultura determinada*”. De certo que durante a implantação do programa não seria com argumentação filosófica abstrata que eu conseguiria dar compreensão à teoria, tanto em relação a agentes do Estado-Político, como da Sociedade Civil, daqueles que se integravam como Pontos de Cultura. A demonstração deu-se na prática, via Ações do programa Cultura Viva, que funcionaram como agregadores de similitudes e culturas determinadas. Não foi um estudo de caso, a observação de Ponto determinado, mas algo que aconteceu na escala de milhares de organizações culturais de base comunitária e milhões de pessoas envolvidas, em exercício contínuo, conforme pretendo demonstrar, e por isso mesmo lanço mão de incontáveis exemplos, aparentemente díspares e sem similitude. Assumidamente o Cultura Viva é um programa de filosofia política em sentido amplo, não partidário ou ideológico, *stricto sensu*, pois isso seria a morte do programa.

A cultura não é um campo autônomo da política, ela é um lugar de diferenças e lutas sociais que engendram uma pluralidade de sujeitos e formas de opressão. Há uma pluralidade e indeterminação social que precisa ser cultivada, “*há que cultivar as virtudes do povo*”, escreveu um psicanalista social, padre jesuíta assassinado na guerra civil

⁴⁷ HABERMAS, Jürgen – CONSCIÊNCIA MORAL E AGIR COMUNICATIVO, pg. 143 – Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1989

salvadorenha, Ignacio Martín-Baró, cujo pensamento tomei contato em minhas viagens à El Salvador⁴⁸. Há uma disputa de interpretações do mundo, zonas cinzentas, mescla de valores morais, naquilo que Laclau chama de “*jogo das semi-identidades*”. Das ambiguidades há interações, que provocam influências mútuas, havendo manifestações de conflito e aderência às ações coletivas a comporem um imaginário político comum.

A chave para o êxito da experiência atravessada pelo caule da Cultura Viva esteve na amplitude, na via de mão dupla, como acontece com os caules vegetais, permitindo que todos circulassem em condições de igualdade. De religiões de matriz africana a pontos de cultura administrados por cristãos com ênfase no ensino musical, como batistas, ou muçulmanos, ou sem religião, de sofisticadas sensibilizações artísticas a grupos mais singelos, da ancestralidade à cultura digital. Todos couberam e cabem. Essa pluralidade da Cultura Viva permitiu que os participantes transcendessem suas perspectivas iniciais, criando novos sentidos a partir do exercício da alteridade. A seiva bruta sai da raiz e volta como seiva elaborada entre as muitas folhas, ciente desse fluxo, o programa jamais teve restrição de tópicos, linguagens ou temáticas. Do apuro estético a ações socioeducativas, passando por arranjos econômicos de caráter popular e solidário, da semente crioula ao software livre, caminhando das linguagens artísticas convencionadas como belas artes às tradições, de territórios de identidades a multiidentidades, fomos produzindo um encontro com o Universal.

Uma política pública de filosofia política, com teoria amparada em conceitos filosóficos profundos que conseguiu ser compreendida de maneira simples pelos mais variados agentes de cultura, no Brasil e fora do Brasil. E utilizando os mesmos termos e referências filosóficas, sem afetação, a partir do diálogo com o experienciado. O Universal do Ponto de Cultura está na possibilidade de reversibilidade de tudo isso, no poder de refazer e reescrever o que não foi escrito e o que não foi feito. No Ponto de Cultura é possível encontrar o Particular-Universal (P + U) e dele desencadear a ação emancipatória.

O Particular em cada Ponto de Cultura pressupõe as necessárias conexões e transições com o Universal. Quando o particular se tranca em si ele se emaranha e perde subjetividade livre e criativa. Emaranhado, permite que a mercantilização invada o seu domínio, deixando de ser particular/comunitário para a ser comandado pela lógica da mercadoria. Cultura é tão necessária à reprodução humana quanto o ar, a água. Quando o

⁴⁸ Ignacio Martín-Baró – PSICOLOGIA SOCIAL DE LA GUERRA, UCA Editores, El Salvador, 2000

domínio cultural é invadido pela mercadorização ele é desconfigurado, torna-se terra pobre que se presta somente à monocultura a ser fertilizada quimicamente, no lugar da beleza são cultivadas as feiuras, das virtudes a desvirtude, gerando embuste, engano, engodo, enredo. A química dos valores do mercado vai uniformizando padrões, pasteuriza a vida, promove a ostentação, o superficial, o raso. O médio-medíocre em que o patamar da mediocridade é cada vez mais rebaixado. Até sobrar o feio, o vulgar e o ódio.

O particular conectado é que permite discernir e reconhecer o particular sem subsumi-lo ao universal. Pela abstração “ponto” é possível alcançar a experiência na análise das coisas do mundo, aquilo que sempre esteve no território, ao redor da vida comunitária, mas que não era percebido, nem reconhecido, nem visto, nem escutado. Escuta-se, se vê, se percebe e se reconhece, pelo contato com o Outro. É o Outro que define as referências que nos definem. Conectar um Ponto ao outro tem essa função. O particular-universal resulta do bom olho e do bom ouvido (e do apuro dos demais sentidos) que alteram a própria razão, tornando-a razão sensível:

“Queira-se ou não, o sensível não é mais um fator secundário na construção da realidade social. Numerosos são os indícios que, ao contrário, acentuam seu aspecto essencial. Assim, ao término desta reflexão, não é inútil insistir sobre a verdadeira conversão de espírito, necessária a todos os observadores sociais, para compreender as importantes mutações em ação nessa pós-modernidade. Em suma, o sensível não é apenas um momento que se poderia ou deveria superar, no quadro de um saber que progressivamente se depura. É preciso considera-lo como elemento central no ato de conhecimento. Enquanto que permite, justamente, estar em perfeita congruência com a sensibilidade social difusa de que se tratou.”⁴⁹

O poder separa a identidade da alteridade, aparta os sujeitos, impedindo-os de se encontrarem no Outro, de se perceberem no diferente, no distinto, no diverso. Essa fratura entre identidade e alteridade é uma das razões da concentração do poder monocultor e colonizador, resultante de uma visão essencialista da identidade. Assim, o poder se impõe e impede o surgimento de sujeitos autônomos, tornando-os incapazes de construir uma unidade entre si, condenando-os à reprodução da lógica do sistema, imposta de cima para baixo, que define as identidades, inclusive. Mudanças, quando há, não passam de lampejos a serem logo apagados ou conformados. Novos patamares, evidentemente, vão cintilando, mas em brilho momentâneo, até sumirem no contato com a luz forte do poder.

⁴⁹ MAFFESOLI, Michel, ELOGIO DA RAZÃO SENSÍVEL, pg. 189 – Editora VOZES, 2001

A iluminação provocada a partir do chamamento aos Pontos de Cultura buscou alcançar as estrelas a partir do coração e da consciência, naquilo que Mário de Andrade descreveu como *estrela de brilho inútil*, na obra *Macunaíma*. Os brilhos estão lá, mas não são percebidos como indicadores de caminhos ou luminosidade poderosa. É na aparente inutilidade que reside a “utilidade” do brilho distante, e *inútil* das estrelas. Brilho inalcançável? Não. Desapercebidos, seguem em constelações ao calor dos afetos, da criatividade e da invenção, como uma sensibilidade social difusa.

Todavia, se para o pensamento eurocêntrico essa ideia pode transparecer uma novidade, que é também regresso à própria ancestralidade, no mundo latino-americano e junto a demais povos que mantiveram sua conexão com a raiz ancestral, essa é uma prática cotidiana. Por isso, inclusive, a Cultura Viva Comunitária lastreou de forma tão potente e natural pela América Latina. Práticas cotidianas vinculadas ao ancestral e ao comunitário, reprimidas, dominadas, sufocadas, mas que ainda assim sobrevivem nas fissuras do sistema. Como sulcos, preservam sementes que fazem brotar outras formas de sociabilidade e de *re-pensar*. Lançada a rede no Brasil e depois na América Latina, fomos em busca desses ponto-semente a serem cultivados em futuras plantações. Quem sabe um dia serão colhidos.

O Cultura Viva é uma proposta para semear a ideia de um Estado de novo tipo a partir da consciência da não separação de duas esferas interdependentes: o mundo da vida e o mundo dos sistemas. No ambiente comunitário o mundo se revela pelo corpóreo e pelo espiritual vivenciados na temporalidade e no território. Ativar a capacidade de “ver” o mundo a partir da partilha comum do tempo e do espaço produz uma redescoberta do mundo para além dos significados impostos pela colonialidade. O mundo vivido será sempre o mundo percebido, de modo que a totalidade só é alcançada a partir dos horizontes da percepção. O papel de uma ação cultural transformadora, de uma política cultural que se pretenda emancipatória, deve ser de o possibilitar o alargamento de horizontes, oferecendo microscópio e telescópio como ferramentas a serem utilizadas ao mesmo tempo. Uma combinação entre o micro e o macro, o próximo e o distante, o agora e o passado. Sensações imperceptíveis a olho nu, mas indispensáveis para o refinamento da subjetividade enquanto consciência iluminadora. O mundo que percebemos é definido pela horizonticidade, quanto mais largueza e possibilidades de horizontes houver, maior será a possibilidade de descobertas. Este é o ponto do Ponto.

Ponto de Cultura como um ponto de alargamento da horizonticidade e como mediação entre a esfera do mundo vivido e o mundo do pensamento abstrato, ou

científico, ou técnico. O pensamento eurocêntrico, a partir dos séculos XVII/XVIII promoveu um descolamento entre esses mundos, separando o mundo vivenciado do mundo da experiência científica, separando razão da emoção, cabeça do corpo, arte da técnica. No entanto, essa pretensa objetividade é apenas uma idealização da razão. Husserl, outro referente que me auxiliou bastante na elaboração conceitual do programa, empreende uma crítica às implicações existenciais e éticas da atividade concreta do fazer científico descolado do sentido. Ele faz isso impregnado pelo horror à Grande Guerra de 1914/18, em que a ciência e a técnica foram utilizadas para o morticínio industrial, bem como pela ascensão posterior do nazismo. Como matemático e filósofo, Husserl argumentava que a consciência transcendental estabelece limites ao conhecimento possível, exatamente por conta da separação entre ciência e mundo da vida, ou a oposição entre objetivismo e transcendentalismo. Enquanto para o objetivismo o mundo “verdadeiro” seria o mundo das verdades objetivas e universalmente válidas, para o transcendentalismo o chamado mundo verdadeiro seria encontrado na experiência subjetiva.

No espaço comunitário objetivismo e transcendentalismo se encontram, seja como movimento reflexo ou em ação reflexiva. Sabedorias acumuladas por gerações, misturando intuição, razão, sobrevivência, imagens e ideias externas, idealizações, se transformam em senso comum. As dimensões do habitar, se alimentar, vida em família, amizades, trabalho, afetos, ternura, despeito, invejas, ciúme, egoísmo e generosidade, tudo se entrelaça, contribuindo para a formação de um ambiente comum de interpretação da verdade. Todavia, no mundo contemporâneo, notadamente marcado pelo neoliberalismo – nos dias atuais, hiperneoliberalismo- a ação comunitária perde relevo no mundo público, sendo orientada por uma razão técnica. Isso retira da práxis política o seu caráter essencialmente público, de encontro e debate entre comuns, transformando a vida, os desejos, as horas e a própria alma, em mercadoria. Afeta o Ser comunitário, que não é imune à manipulação dos algoritmos na fabricação de desejos, ódios, cizânia, afetos, resultando em mais alienação e dominação das populações.

O contradito está na estimulação das polifonias e consonâncias, naquilo que fortalece a vida experienciada no território e na partilha de memória, produzindo uma vida imaginada pela projeção do tempo e do espaço compartilhados; “-A cabeça pensa onde os pés pisam”, diz Frei Betto. Quando da apresentação da Ação Griô⁵⁰, procurei

⁵⁰ Sobre a ação Griô detalharei mais adiante.

ressaltar sobre a necessidade do reestabelecimento de um diálogo intergeracional e multissetorial, como meio a evitar que na, reprodução e estimulação do tradicional também se reproduzissem valores carregados de preconceitos e ideologias dominantes (e de opressão), que estão incorporadas no senso comum:

“Quando o candomblé preserva sua fonte de cultura e convivência como espaço sagrado, ele está preservando a vida. Quando um reisado sobrevive porque todos da comunidade se dão, oferecem algo, nem que seja um prato de comida para os caminhantes, ele está conservando uma cultura vital para a construção de um país mais justo e solidário, rompendo com o ciclo de alienação/vulgarização da vida.

O contrário da sacralização da vida e da convivência econômica da partilha é a banalização da vida, transformada em mercadoria, absolutamente desrespeitada, a exemplo da violência nos grandes centros urbanos. Neste espaço de convivência há momentos em que a vida não vale mais nada.

No entanto, manter apenas a louvação da tradição não resolve. Afinal, como demonstrou Eric Hobsbawm, as tradições são inventadas e construídas historicamente, incorporando preconceitos e ideologias.”⁵¹

O desafio está na capacidade de fazer essa depuração de modo não dirigista, que não venha “de cima para baixo”. Não sendo assim, seria apenas a reprodução de velhos processos de colonialidade, mesmo com aparente boa intenção. Uma depuração que só é possível acontecer quando em relação mais equilibrada e horizontal entre os saberes. O caminho será alcançado pelo reestabelecimento de um diálogo multissetorial e intergeracional amparado no mundo da vida, do conhecimento científico e das tradições em processo de ressignificação e equilíbrio. Caminhando vai se desenhando um método para a recuperação da filosofia da práxis a conter em si os elementos para a construção de uma filosofia de busca da unidade e verdade, a puxar o fio para uma vida emancipada. O princípio U. O universal no Ponto é encontrado quando há uma fusão entre a filosofia do “simples”, do senso comum, com concepções elaboradas. A partir dessa fusão vão sendo tecidas novas ideias e imaginações comuns. Começando por re-cordar, no sentido de voltar ao coração. Anos mais tarde, em minhas caminhadas pelos demais países da América Latina, tomei contato com o conceito *Corazonar*, desconhecido por mim quando da idealização do Cultura Viva:

“CORAZONAR não é simplesmente um neologismo, mas implica pensar um modo de romper a fragmentação que a colonialidade do poder fez da condição humana, desde a racionalidade colonial do Ocidente, RAZONAR tem sido o centro da constituição do humano, desde um ponto de vista semântico, que com uma só palavra denota a ausência da afetividade, a RAZÃO é o centro, e nela a afetividade não aparece nem na periferia.

⁵¹ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 28

CORAZONAR, busca reintegrar a dimensão de totalidade da condição humana, pois nossa humanidade repousa tanto nas dimensões da afetividade quanto da razão. No CORAZONAR não há centro, há um descentramento do centro hegemônico marcado pela razão; o que o CORAZONAR faz é descentrar, deslocar, fraturar a hegemonia da razão e colocar em primeiro lugar algo que o poder negou, o coração e dar afetividade à razão; CORAZON-AR, portanto, é o coração não exclui, não invisibiliza a razão, ao contrário, o CO-RAZONAR nutre a afetividade, de modo que descoloniza o caráter perverso, conquistador e colonial que historicamente há tido.”⁵²

Da América Latina, a partir das sabedorias ancestrais e comunitárias, surgiria um conceito a unificar a razão e sensibilidade: *Corazonar*, a fenomenologia do mundo da vida ao lado do saber científico, razão e emoção, arte e técnica, intuição e ciência. *Corazonar*, pensar com o coração, sentir com a razão. Sem levar esse nome, foi o que pretendi apresentar com o Cultura Viva e que, em certa medida aconteceu, com a rede dos Pontos de Cultura. Pontos descentrados que se aproximam para formar linhas e ideias, formas novas, a partir do encantamento, da emoção e da razão expressas na Cultura Viva Comunitária.

Em maneira diversa, todas as pessoas participam de uma concepção de mundo. O papel da Cultura Viva é contribuir para que a partir do mundo percebido como preexistente comecem a ser elaborados novos e originais modos de interpretação da vida. Sem concepção de mundo não há reconhecimento das identidades individuais e coletivas, donde a necessidade de entrar na identificação de identidades. Identidades não são fixas e carregam consigo concepções preexistentes, trazendo valores outros, por vezes opostos à raiz da identidade, incorporados no processo de construção do sujeito. Valores opostos se hibridizam no processo histórico, geracional, por coação e violência, ou formas brandas, pelos afetos familiares e pela transmissão da educação e cultura via colonialidade do poder. Com isso valores e visões de mundo são assimilados de forma inconsciente e não intencional. Não há identidade pura, isso só seria possível em comunidades ultrafechadas, impermeáveis a influências externas, também não há identidades fixas, imutáveis. A formação da identidade incorpora um cabedal de consciência, concepções de mundo, percepções, influências e cada parte desse cabedal vai modificando e criando novas concepções. A relação Ponto de Cultura (Particular) e Cultura Viva (Universal) vai nesse sentido, até uma fusão.

⁵² GUERRERO ARIAS, Patricio – CORAZONAR – uma antropología comprometida con la vida, pg. 61 – FONDEC – Paraguai, 2007 – tradução do autor.

Do afloramento das contradições entre concepções de mundo, incorporadas na linguagem, nos valores e aspirações, e o ser e o vir-a-ser, surge uma mistura em “*coloração*”, para usar termo gramsciano. Apesar de a concepção de mundo parecer ordenada na mente de indivíduos, comunidades ou sociedades, essas são sempre contraditórias, por vezes antagônicas, mas que convivem no exercício mental e no fazer cotidiano. O homem violento e rude também pode se revelar um bom vizinho nos momentos de necessidade; o parente afável que se transforma no mais fanático militante reacionário; ou a jovem de ideias progressistas que se revela mesquinha e egoísta. São muitos exemplos, que em tempos de regressão civilizatória saltam aos olhos e ouvidos.

Escrevendo essa tese quase vinte anos após a formulação do programa Cultura Viva, me pergunto o que teria acontecido com o Brasil caso a massagem proposta pelo *do-in antropológico* tivesse seguido seu curso de continuidade. Ao invés de haver alcançado 1.100 municípios, quem sabe 5.000 municípios, ao invés de 3.500 comunidades com Ponto de Cultura, 20.000 (a meta para 2020, segundo o plano nacional de cultura, eram 15.000). Um fluxo contínuo de estimulação e potência a partir das comunidades e entre as comunidades. Para além do quantitativo, em processos qualitativos de afecção, produzindo novos saltos qualitativos, como é da natureza da dialética, resultando em novos padrões. A água, a depender das condições de temperatura e pressão, tem o estado modificado, do sólido para o líquido e o gasoso; com a especificidade das intervenções sociais e culturais ocorre o mesmo. Novas e orgânicas invenções teriam sido experimentadas em padrão nunca visto. Lamentavelmente houve um tropeço, mais que isso, foi houve machadadas a cortar a cortarem os galhos a darem descanso ao voo do pássaro que saiu da gaiola. Não houve a volta à gaiola, mas muitos pássaros seguiram sem experimentar o voo fora da gaiola. Ainda assim alguns, um bom tanto, voaram e voam. Voam até se abrigarem na árvore da Cultura Viva.

Com o Cultura Viva foi possível entrelaçar fatores espontâneos a fatores conscientes do sujeito, isso foi intencional. Inicialmente fatores vindos por externalidades, a partir do Estado, de decisão política e ação de governo. Em segunda etapa, com a rede um pouco mais tecida, pela relação direta entre os Pontos, sedimentados nos territórios e alavancados na relação intrarrede, via Teias. Usei o conceito de *Desenvolvimento Proximal*, de Vygotsky:

“Aqui estamos tentando mais uma experimentação com o Cultura Viva. O educador russo, Vygotsky, no livro *A Formação Social da Mente*, propunha o desenvolvimento proximal como uma abordagem para o processo de construção do conhecimento. Seu estudo original refere-se ao aprendizado infantil, mas pode ser

transposto para a sociedade. A ideia é a de que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo que produz, cria e transforma cultura. O papel da coordenação [do programa], neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos Pontos de Cultura, o de mediador.”⁵³

O Ponto como base para a afirmação de novos consensos sociais tecidos a partir da relação direta com outros Pontos. Um consenso progressivo composto a partir do conceito de uma *vida activa* (na expressão de Hannah Arendt), que foi condensada no Ponto pela equação *produção-obra-ação*. Sempre com recorte artístico-cultural. Produção como as atividades que correspondem à manutenção da vida. Obra como o que transcende o naturalmente dado, modificando o mundo. Ação como aquilo que nos diferencia e é mediado pela política. Uma *vida activa* a colocar as pessoas em contato umas com as outras, sob o manto da pluralidade. O chamado foi para que as comunidades reunidas em torno dos Pontos de Cultura ativassem sua capacidade para fazer algo novo, que se faz ainda mais novo quando no contato com o diverso. Produção-obra-ação a tecer o tempo futuro. Pela arte, pela cultura, pelo afeto, pelas sabedorias ancestrais e pelo saber daquilo que ainda não existe. Ocupar-se do Belo, do que não é nem útil; a “*estrela de brilho inútil*” de Mário de Andrade, que tanto tem me iluminado. A luz vital. Quando as comunidades agem, falam, se mostram, elas se fazem ver, se descoisificam, encontram seu lugar no mundo. A partir do Ponto se encontra o senso de lugar. As organizações que melhor responderam ao convite, produzindo uma subjetividade livre e criativa, ao mesmo tempo inovadora e ancestral, foram as vinculadas às comunidades tradicionais:

“Uma outra parcela das organizações sociais que, inclusive, tem respondido de forma original e imediata aos apelos do Cultura Viva, é vinculada às comunidades tradicionais e iniciativas não propriamente de caráter reivindicatório, definidas como aquelas organizações das comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares, como a capoeira, etc. Se, por um lado, o “estar à margem” imunizou suas organizações dos dilemas dos movimentos sociais tradicionais, preservando sua fluidez e agilidade, por outro, guetizou-os e apartou-os de um movimento de mudanças mais largo.”⁵⁴

Essa apartação de movimentos propriamente políticos, por mudanças, foi positiva para o Cultura Viva. Quando esses coletivos foram se aproximando ao programa a aceleração de processos havida com eles foi mais intensa que com os demais. Com a

⁵³ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 37

⁵⁴ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 36

macrorrede da Cultura Viva pretendi recriar uma *Ágora* para o exercício ético-político-simbólico visando a experimentação do vir-a-ser. Um exercício para o florescimento de um Estado Integral, ou ampliado. Algo ainda bem pela franja, pelas bordas e arestas, mas que foi acontecendo. Talvez também por isso, a aceitação e compreensão do significado do *Ser Ponto de Cultura*, do estado de espírito, do se sentir *ponteiro*, se deu mais pela borda, pelos historicamente mais aliados e menos organizados. Como isso se deu? Pela dimensão do encantamento em um mundo desencantado:

“Quanto mais o pensamento sobre o ‘sentido’ do mundo se tornou sistemático, quanto mais o próprio mundo passou a ser racionalizado na sua organização exterior, quanto mais se sublimou a experiência consciente dos seus conteúdos irracionais, tanto mais – num exato paralelismo com tudo isso – aquilo que constituía o conteúdo específico do religioso começou a tornar-se mais alheio ao mundo, mais estranho à vida organizada. E não foi só o pensamento teórico que desencantou o mundo, ao conduzir por essa via, mas também, precisamente, a tentativa empreendida pela ética religiosa para racionalizar o mundo em termos éticos práticos”.⁵⁵

Max Weber aponta que a desmagificação da natureza é resultado de um longo processo histórico. Enquanto a religião cristã considerava a magia algo profano e a ciência a considerava irracional, essa apartação dos saberes da animalidade do ser humano foi consolidando uma modernidade desencantada, que resulta em um Mundo Desencantado. Além da expulsão da magia na relação de mediação entre humanos e natureza, a perda de sentido subjetivo provocou e provoca a impossibilidade de uma visão partilhada de mundo. E o Comum foi desaparecendo. Roubando os Mistérios do Mundo rouba-se o mundo comum. A água deixa de ser sagrada, os morros, os bosques, tudo é repartido, cortado, cercado. Em nome de uma pretensa ética religiosa e de uma racionalidade científica construiu-se uma ideia do controle do mundo, ampliando a sensação de perda e desamparo, pois o mundo é ordenado de fora, por regras e cânones incompreensíveis à maioria. Nesse mundo a cerca marca.

O desencantamento resultou em uma semicrença, fazendo com que as pessoas “acreditem sem acreditar”. Até que, sem se darem conta, adotaram um sistema de sentido como refúgio ao mundo desencantado e à sensação de sofrimento e desamparo. Não exatamente uma fé, porque destituída da transcendência com o divino, mas um estado mental que assume algo como verdadeiro, por mais despropositado que aparente ser. De

⁵⁵ WEBER, Max – SOCIOLOGIA DAS RELIGIÕES E CONSIDERAÇÃO INTERMEDIÁRIA – Consideração Intermediária: teoria dos graus e orientações da rejeição religiosa do mundo – pg. 355 - Relógio D’Água, Lisboa-Portugal, 2006

um mundo desencantado surge um sistema de crença via adesão incondicional a hipóteses desacompanhadas de evidências ou parâmetros éticos. Um sistema que incorpora elementos contraditórios, em que uma hipótese desdiz a outra, e ainda assim coexistem. Apesar de diferente no conteúdo, na forma o sistema de crença se assemelha à fé. No fundo há dúvida, mas como as pessoas se fiam a manipulações narrativas e não comprováveis, elas não conseguem voltar atrás, se aferrando ainda mais às inverdades que adotaram, o que torna o Sistema de Crença ainda mais forte. Do Sistema de Crença se constrói um imaginário à base da mentira, criando um mundo paralelo. Egoísmo e ignorância tornam-se virtudes em mundos simbólicos e imaginários empobrecidos.

Dessa mistura entre racionalidade e sistema de crença surgem os fundamentalismos do século XXI, tornando as pessoas cada vez mais propensas a “crer” em “verdades” inventadas, por mais absurdas que possam parecer. Terra plana, ou movimentos antivacina, teorias da conspiração e negacionismos, por mais estapafúrdios que aparentem ser, ganham aura de verdade e certeza religiosa como resposta a um infortúnio da vida que não se consegue explicar. Culpar imigrantes pelo desemprego em determinado país, mesmo quando os nativos sequer se interessam pelos empregos subalternos oferecidos ao imigrante, não importa, o que vale é a justificativa ao infortúnio cujas verdadeiras razões não se compreende. O Sistema de Crença se alimenta das frustrações cotidianas, da ausência de sentido em que a única ambição está na acumulação de bens, que para a maioria nunca chegam e para a minoria nunca bastam. É uma forma de ordenar as ganâncias ante o fracasso, o desespero e a desesperança.

O mundo desencantado reordena os sentidos através do baralhamento narrativo, como meio de ocultar a realidade social e inverte-la. Sempre atribuindo a culpa ao Outro, ao estranho e desconhecido, ao comunista escondido atrás da porta, ao estrangeiro, àquele que é de fora, à abortista e à “ideologia de gênero”, ao “sistema”. Mesmo quando os culpadores e críticos ao “sistema” são parte do Sistema e o reproduzem. Não importa o objeto da negação, nem o encadeamento lógico, o que vale é negar a alteridade e construir identidades fixas e inventadas; a “civilização judaico-cristã”, os “cidadãos de bem”, o “conservadorismo-moralismo nos costumes e o liberalismo na economia”. Pelas identidades fixas e inventadas se sedimentam os elementos de autoafirmação e de negação do Outro. Não é exatamente um fascismo tal qual o fenômeno de massas do século XX, mas é um comportamento igualmente totalitário e totalizador, agora em transcendência tecnológica e em fusão com o fundamentalismo religioso. Um Sistema de crença parido pela desinformação e o

desafeto, gerando comportamento semifascista, aproximado a este pela pulsão de morte e destruição.

O Sistema de crença semifascista é um fenômeno autocrático do século XXI, deslocado da historicidade e que produz uma remitificação e uma tribalização do mundo contemporâneo. Faz uma amalgama entre fundamentalismo religioso com tecnologia e transcendência. Quando o inconsciente se cruza com ideologia e religião, o Sistema de Crença passa a ser percebido como missão divina. É um Sistema que oferece respostas claras, mesmo quando absurdas e evidentemente falsas, e simplórias em relação ao que fazer em tempos de aturdimento e quebra de autoridades definitivas. E é seguido por muitos, uma vez que as pessoas vivenciam uma sensação de pertencimento ao grupo, cultivando “amizades” e recebendo recompensas emocionais -por vezes monetárias- e reconhecimento pelo compartilhamento de ideal comum. O Sistema só funciona quando fechado e de multidão ao mesmo tempo, é o que tem acontecido no Brasil pós eleições presidenciais de 2022. Milhares de pessoas se aferram a uma crença golpista, negando o resultado das eleições, acampadas na frente de quartéis, rogando por intervenção militar e autoritarismo em nome da democracia. Algo contraditório, mas que ganha lógica no sistema fechado de compartilhamento de lealdades e emoções em ambientes desterritorializados e destemporalizados. Ao perderem as referências de território e tempo, as pessoas tornam-se vulneráveis às manipulações narrativas e promovem tentativas de golpe de Estado, como a ocorrida no Brasil a 8 de janeiro de 2023.

O Ponto de Cultura foi uma antecipação preventiva à essa tragédia psicossocial. Por multissetorial e ancorado no território, estimulando redes de afetos e partilha do sensível, o Ponto de Cultura vai tecendo linhas de tempo e sensibilidades, e entrelaçando-as com outros Pontos, propiciando outras formas de percepção e consciência. A tragédia psicossocial do extremismo radicalizado em um Sistema de Crença semifascista precisa ser tratada urgentemente, antes que aqueles não capturados por esse Sistema entrem em Sistema oposto e igualmente fechado. Se isso ocorrer, a cultura do encontro tornar-se-á impossível, havendo apenas a barbárie como alternativa. Pelo caule da Cultura Viva passa a cultura de paz e do encontro. Na massa, na multidão, os indivíduos tem sua capacidade intelectual diminuída e a afetividade intensificada e nesse turbilhão as inibições instintivas do Eu são suprimidas e o indivíduo estabelece uma ligação ao líder, em uma sensação quase carnal, mesmo sem nunca haver encontrado presencialmente esse líder, sequer havendo tocado ou se aproximado, havendo uma aceleração frenética de percepção de identidade, vinculada ao líder e à multidão, até que

a pessoa saia de si. Quanto mais igual o comportamento de grupo, maior a percepção de pertencimento, e maior a adesão ao grupo, gerando um sistema de autorreconhecimento e de recompensas emocionais. É o inconsciente se cruzando com a ideologia, gerando ações que, em outros ambientes, jamais seriam adotadas pelo indivíduo.

Motivados pela falta, por vidas sem sentido, por motivos vários, os aderentes ao Sistema de Crença semifascista encontram sentido no grupo de acolhida, que por sua vez é acolhido na multidão. E a multidão gera monstros, já disse e já se viu. Se unem no ódio inconsciente, e às vezes conscientes, a tudo que os atemoriza e rejeitam, sempre de forma covarde, por isso contra os mais fracos, aos pobres, àqueles que os servem, às mulheres que se emancipam, às construções raciais que julgam inferiores e ameaçadoras. É algo contraditório, podem ser afáveis com vizinhos e ao mesmo tempo violentos, amam o animal de estimação e ao mesmo tempo louvam as queimadas a matarem milhões de animais. Por deslocados de processos reais de aferição da realidade, indivíduos de classes ou identidades distintas, se unem no ódio, gerando um comportamento robótico, homogêneo. Independe das motivações para a adesão, porque a homogeneidade no comportamento se estabelece após a adesão (uso de cores, bandeiras). Essa tragédia fundamentalista, autoritária, semifascista, cimentada no ódio, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, é mundial. No Brasil aparecendo de forma exacerbada, com o chamado bolsonarismo, no momento em que escrevo, o maior movimento identitário do país, armado, perigoso e sem escrúpulos, pronto para adotar métodos terroristas e de violência extrema. A retomada dos Pontos de Cultura em dimensão de escala, potencializando-os por todos os cantos do país, pode ser estratégica para deter e desarmar essa escalada de horror.

O Ponto de Cultura tem uma função terapêutica, psicossocial nas comunidades, evitando a dissonância cognitiva em que indivíduos e grupos são levados a tomar decisões contraditórias entre si. Incoerentes, mas que mesmo assim são tomadas porque referendadas pelo Sistema de Crença. Quando deslocado do tempo e do território, quando o indivíduo e grupos são colonizados pela manipulação narrativa, ao ter que decidir o indivíduo decide pelo grupo, pelas lealdades urdidas no Sistema de Crença, renunciando a si, abandonando valores que até há pouco tempo eram outros. A multidão é que passa a ancorar a subjetividade, fazendo as pessoas saírem de si e adotarem comportamento de seita, assumindo verdades retóricas -Deus, Pátria, Família, como consignas do fascismo de antes e de hoje. Quando a seita é de milhões, o que se destrói é um país.

O desafio do Ponto de Cultura sempre foi o de encontrar a singularidade na multidão, articulando os diferentes, colocando pontos em conexão. Isso esteve presente desde o início da ideia, não sei se devidamente compreendido. Reescrevo para reafirmar. É urgente e emergente retomar a proposta nas dimensões e necessidades de um Brasil -e não só- à beira de um colapso civilizatório. Por descentrado e Particular-Universal, o Ponto de Cultura ativa os afetos alegres, os sentimentos, ou *afecções do corpo*, como apontava Espinosa, fazendo aumentar ou diminuir a potência do agir. Enquanto no Sistema de Crença semifascista ativa os afetos tristes (medo, ódio...), deprimindo a potência emancipadora e aumentando a capacidade destrutiva, o convite aos Pontos de Cultura, na tradição mais escancaradamente antropofágica, foi para a ativação dos afetos alegres, as afeções da criatividade, da ciranda juntando mãos com mãos, como na ciranda de Lia de Itamaracá, *ponteira*, de primeira hora. Só assim conseguiremos vencer o moralismo retórico e violento.

Há um outro paradoxo no Sistema de Crença semifascista, ao mesmo tempo em que rejeitam o método científico, através do negacionismo da ciência, ele se reproduz, se utiliza e se multiplica através das estratégias e ferramentas tecnocientíficas, como no uso da manipulação algorítmica para a disseminação de desinformação, as chamadas Fake News. Isso acontece porque a virtualização do mundo, via redes e algoritmos, produz uma pluralização de mundos de vida no mesmo ritmo em que provoca uma desertificação de sentidos, implodindo o senso de lugar. O que permite a captura das pessoas ao Sistema de Crença semifascista é perda do senso de lugar. Na mesma intensidade em que o mundo manipulado por algoritmos extrai sentidos, esses são reordenados, provocando um deslocamento geográfico da experiência, que deixa de ser transmitida pela memória, território e comunidade, para ser experimentada na segmentação, surgida pelo deslocamento da ligação das pessoas entre si, desfazendo laços e vínculos reais, no mundo do trabalho, na comunidade ou no lazer e espaços públicos. Até fazer surgir o prevalecimento de uma experiência artificial, transmitida através das redes sociais, experiências sem referência na vida vivida, formatando novos vínculos de identidade e sistema de crenças até produzirem uma reterritorialização do mundo.

O Bolsonarismo e o Trumpismo são os reflexos mais visíveis dessa reterritorialização virtualizada que reordena a vida social e coloca as pessoas à mercê de uma autoridade invisível, manipulada (e manipuladora) por algoritmos, dando base para a emergência de um semifascismo, ou o totalitarismo do século XXI. Agências de checagem, censura, controle, cancelamento, nada disso será suficiente ou eficaz para fazer

frente às realidades manipuladas por algoritmos e a remitificação. São necessários, mas insuficientes. Ou a sociedade adquire a capacidade de discernir por seus próprios meios, ou não haverá alternativa e as pessoas estarão condenadas à escravização informacional e ao totalitarismo. Até que a pulsão de morte e destruição se realize. É urgente e emergente que abandonemos a noção de paciência histórica e adotemos o conceito de urgência histórica. Não há tempo a perder.

Realizando a viagem à semente percebo que todos esses aspectos, que estão bem evidenciados no Brasil de 2022, já estavam identificados (e eram identificáveis) em 2004. O Cultura Viva procurou se antecipar ao que estava por vir, conceitualmente e em ação prática. Parcialmente deu conta desse enfrentamento, poderia ter sido mais eficaz, caso não houvesse tanta incompreensão e tanto desmonte. As condições e tendências já eram percebíveis em 2004, mas foram adiadas por conta do chamado “*boom das commodities*”, que possibilitou políticas públicas inclusivas e consumo popular de massas, sem que fosse necessário produzir mudanças estruturais que evitassem a onda que estaria por vir na década seguinte. Em sendo menos percebidas, não houve prioridade política para evita-las, sequer entendimento de que era necessário se antecipar e evitar. Mas o Cultura Viva apresentou respostas e caminhos, conforme demonstro adiante.

Decidi escrever esse capítulo, com referências e exemplos à exaustão, na esperança de que desta vez se compreenda a tempo de evitar. É preciso reunir todas as energias transformadoras e solidárias de nosso povo para deter o que está por vir. A resposta que encontramos e que agora precisa ser ainda mais apresentada, está no conceito de reencantamento do mundo. Atribui-se a diversos pensadores europeus o conceito de reencantamento do mundo, ou magificação, todos com profundas e sensíveis contribuições, vários utilizados como referência nessa obra. Porém, os verdadeiros autores são os guardiões das sabedorias ancestrais, as mestras e mestres das culturais populares e tradicionais, que jamais perderam suas conexões com os “encantados”; a esses sujeitos coletivos espalhados por aí, mormente desconsiderados, dedico minha reverência e gratidão. O reencantamento do mundo passa pela remobilização das energias coletivas, conectando indivíduo à comunidade dando-lhe condições de impulso (“*dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo*” – novamente, Arquimedes), e da conexão das comunidades à natureza (*Cultura + Natureza = Cultura Viva*). O Brasil só conseguirá sair do labirinto em que se meteu quando compreender que a sua potência está na Natureza e Cultura. Pelo encantamento social são produzidos processos de significação profunda, de densa tomada de sentido. E este convite esteve presente desde

o nascedouro do programa Cultura Viva, conforme o primeiro chamado: “*um programa de encantamento e mobilização das energias sociais*”.

Com o conceito de reencantamento do mundo busquei, através do Cultura Viva, escavar as profundezas de um mundo castigado pela injustiça e as desigualdades (cenário bem brasileiro e latino-americano), até o encontro com uma poética da vida a reconectar pessoas no sentido da sabedoria:

“...não para conhecer o mundo, mas para intuir os caminhos que nos farão andar para sermos melhores. A sabedoria consiste na arte de descobrir por detrás da dor, a esperança” (El viejo Antonio – interlocutor dos zapatistas, em Chiapas, México)⁵⁶

Em 2004 já era possível perceber que não haveria outro caminho a enfrentar o mundo da pós-verdade, das manipulações algorítmicas, das FakeNews em escala pós-industrial. Mesmo antes desses conceitos estarem explicitados e dicionarizados, pois já eram praticados e percebíveis. Havia estudos, análises, bibliografia e indicadores a apontarem o que estaria por vir. A começar por Guy Debord e *A sociedade do Espetáculo*, outro importante referencial teórico para a formulação do programa.

Cultura é espaço e tempo compartilhados. Quando a partilha de espaço, de territórios, de tempo, memórias, é fraturada, o mundo se desencanta. O reencantamento proposto aos Pontos de Cultura teve (tem) o sentido de um chamado ao fazer cultural integrado, indivíduo-comunidade, identidade-alteridade, tradição-invenção. Isso só é possível quando realizado no território, no encontro com o lugar, no Ponto. Lugar espacial e de memória. O Ponto como base para descoisificar a existência humana. Algo aparentemente pretencioso, mas que não é. É simples, porque realizado no fazer cotidiano. Pela simplicidade, pela poética da vida, é possível abrir novos sentidos para o ser e estar no mundo. Fazer junto com os outros, em comunidade, alargando o sentido de comunidade até que aconteça o encontro com os “estranhos”, levando à descoberta da riqueza contida na diversidade e na diferença. E assim encontrar forças para enfrentar o mundo da pós-verdade que estaria por vir de forma avassaladora. O gigante *Piaimã* da rapsódia de Macunaíma.

Em teoria, conceito e programa, o Cultura Viva atuou -nos anos iniciais- no campo das superestruturas, como um “*sistema de trincheiras na guerra moderna*”⁵⁷, a

⁵⁶ Assumi a secretaria de programas e projetos culturais, no Ministério da Cultura, em junho de 2004, alguns meses antes, em fevereiro do mesmo, estive em Chiapas, México, essa viagem foi determinante na inspiração para vários conceitos e práticas aplicadas a partir da formulação do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura.

⁵⁷ GRAMSCI – Cadernos do Cárcere, 6, 368 – Civilização Brasileira, 2004

partir de base material e do espírito que é o fazer cultural nas e pelas comunidades. No comunitário reside uma realidade objetiva e operante, mesmo que distorcida. No comunitário se funde o tangível com o intangível. O papel do Ponto é o de depurar essas distorções e ilusões, até fazer brotar novos elementos de consciência e criticidade, em que a autoconsciência significa ser transparente com si mesmo. No entanto essa missão só pode ter eficácia quando realizada a partir de dentro, pelos próprios agentes da comunidade. Do contrário seria uma mera substituição da colonialidade, uma imposição e submissão. Todo organismo passa por tempos de sonolência, paralisia, repetição e estagnação, como também por períodos de clareza, energia e entusiasmo. O desafio esteve em acelerar esses períodos, desconstruindo sequelas reproduzidas pela herança de opressão, inércia e passividade, consolidadas no imaginário do senso comum. Pontos de Cultura também poderiam ser chamados de Pontos de Libertação. Pontos a sustentarem zonas liberadas da influência das forças inconscientes impostas pelas classes dominantes através da colonialidade do poder. Daí a consigna “Desesconder”:

“Precisamos descobrir o Brasil! Precisamos desesconder o Brasil, mostra-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil: em lugar de conceitos rígidos, noções líquidas; em lugar da reta, a curva. Precisamos fundir-nos com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas. Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem em contato com a realidade viva. Para compreender o Brasil precisamos nos transformar em poeta. Precisamos transformar o Brasil!”⁵⁸

Um convite para que os “*sem Estado*”, para que os milhões de brasileiros excluídos – a maioria-, trabalhadores sem emprego, camponeses sem-terra, famílias sem-teto, jovens sem-futuro, estudantes sem educação de qualidade... Um convite ao país dos mil povos; mil povos a viverem sem ter encontrado equidade e igualdade racial, de gênero. Um convite aos esquecidos, aos desvalidos. Um chamado para que se apropriassem do Estado, moldando-o à sua semelhança. Naquele momento (2004) havia uma fenda, uma fresta, alargamos um pouco e a porta ficou entreaberta. Pela porta entreaberta entraram a solidariedade popular, a criatividade, a jinga, a alegria e a invenção. Entrou um mundo poliédrico e multicolor. O desejo era (é) que esse mundo encantado se sobrepusesse ao mundo da injustiça, da tristeza, da feiura e falta de sentido.

⁵⁸ TURINO, Célio – Desescondendo o Brasil profundo – in. Catálogo Cultura Viva, pg 14 (fazendo referência, em licença poética, ao poema Hino Nacional, de Carlos Drummond de Andrade, Carta do Descobrimento, de Pero Vaz de Caminha e Brasil, país de contrastes, de Roger Bastide “o sociólogo que quis compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta”)

Alicerces para um Estado Ampliado, Integral, a partir da gestão compartilhada e transformadora. No texto do prefácio ao Catálogo eu escrevi de forma explícita:

“O Cultura Viva deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado Ampliado”.

O caule permitiu a circulação dos sentidos, princípios e valores, como uma porta entreaberta. Alguns entraram, se aproximaram e se encantaram. E a seiva circulou.

8. Galhos e ramas

E do tronco nasceram galhos e ramas, outros troncos a se ramificarem em um todo conectado. Cada ação da Cultura Viva é um galho, uma rama, guarda suas diferenciações ao mesmo tempo em que é um particular-conectado, um particular-universal. A árvore da vida se faz a partir dessas particularidades universalizantes, assim ela existe em harmonia e é educadora. Um Estado educador foi o método para iniciar a experiência por um Estado Integral. O Cultura Viva assumiu explicitamente a ideia de um Estado ético, com isso fomos tateando, corpo técnico junto com as pessoas dos Pontos, até conseguir abrir picadas e trilhas para a caminhada cultural e moral dos Pontos de Cultura. Com tato, em desníveis de compreensão, com idas, e voltas, percalços e descaminhos, e tropeços, e mais voltas, e barreiras. Ainda assim, caminhamos. Por mais sinuosa e difícil que tenha sido a caminhada, o Sentido sempre foi apontado. Não foi uma ação espontaneísta, houve a imaginação prévia, a teorização, o espalhamento dos conceitos, e muito trabalho e dedicação. Segundo Marilena Chauí:

“A imaginação inverte a ordem natural, transformando os produtos da ação em modelos universais abstratos, postos como valores e medidas das ações concretas. Numa palavra, a imaginação, nascida da causalidade inadequada, põe essa causalidade como norma do real e da ação”⁵⁹

Desde o início, quando o programa foi lançado, houve a preocupação em apresentar ao conjunto da sociedade a ideia, os conceitos, objetivos e metas. Não na forma de slides-resumo, como em *powerpoint*. Definitivamente, não me adapto a essas formas quadradas de exposição. Mas apresentando o texto completo, que inclusive deu origem a comentários sarcásticos, ridicularizando a peregrinação. Abaixo, crítica publicada em outubro de 2004 na revista *Continente Multicultural*, de autoria do poeta pernambucano

⁵⁹ Chauí, Marilena – *POLÍTICA EM ESPINOSA*, pg. 153 – Companhia das Letras, 2009

Alberto Cunha de Melo, tão logo o programa Cultura Viva foi anunciado, ainda em fase de divulgação:

“Até que enfim surgiu um coelho na cartola do ministro Gilberto Gil, um ano e oito meses depois de não sei quantas centenas (ou milhares?) de reuniões, mesas redondas, encontros e seminários, dentro e fora do Ministério da Cultura [...] Falo do lançamento, em agosto passado, do *Cultura Viva* – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania e sua “base de articulação”, os Pontos de Cultura.

O programa é um catatau de 15 páginas, em espaço um, que, por dever de ofício, li duas vezes, fazendo anotações, mas apesar disso continuo engatinhando em busca de uma síntese compreensível para a quantidade enorme de ações enumeradas, e só me importo de ser chamado de burro pelo(s) autor(es), porque assim estará(ão) chamando também a policlientela, ou seja, o público alvo, no caso duvidoso de que ele leia atentamente todo o documento. [...]

Para quem está acostumado com ações culturais tópicas e perversamente concentradas, que vem da lei federal de incentivos e suas congêneres estaduais e municipais, desde o governo Sarney, impondo-nos o simulacro de política cultural, o *Programa Cultura Viva* e seus Pontos de Cultura, previstos para atuar capilarmente em todo território nacional, são, para mim, embora ainda meio empulhado com o longo texto que os explica, a primeira tentativa séria de autêntica política cultural nesta Nova República. [...]

Diferentemente daquelas experiências internacionais [em referência às Casas de Cultura no México, Cuba e França, ou os Art-Centers na Inglaterra, citados em parágrafo anterior], os Pontos previstos no Brasil não contarão com prédios próprios, construídos pelo poder central. As comunidades interessadas deverão procurar espaços ociosos públicos ou privados ou instalar-se em “*um grande centro cultural ou museu*”. Para um país do tamanho do Brasil a ideia é excelente, mas o único risco é a insegurança quanto à disposição continuada desses espaços. Outra coisa simpática é a não-definição de programação ou atividade, pois as comunidades variam em vocações artísticas e condições materiais. O que achei estranho foi a frase que considera o Ponto “*como um do-in cultural e localizado, mas integrado*”. Parece-me que ele deve massagear a clientela e não furá-la com agulhas, como a acupuntura... [...] Também sobreí ao ler que “*o Cultura Viva é, sobretudo, um programa de mobilização e encantamento social*”. Que encantamento é esse, meu Deus? Com certeza não é naquele sentido nordestino: “cadê o povo? Se encantou”.⁶⁰

Reproduzo partes do artigo por duas razões: a) é o primeiro registro sistematizado e público de análise e crítica ao programa Cultura Viva, realizada em revista especializada de cultura e indo além do simples anúncio do programa; b) apesar do sarcasmo bem humorado ele apresenta observações que merecem diálogo.

⁶⁰ CUNHA DE MELO, Alberto – O MINC E SEU DO-IN CULTURAL – *in*. Revista CONTINENTE Multicultural, n. 46 – outubro de 2004, Pernambuco - pg.32/33

Respondendo ao autor. Poeta sagaz, de escrita inteligente, que lamento não haver podido dar resposta pessoalmente, por já falecido. O Cultura Viva não foi resultado de infindáveis reuniões e seminários, o escrevi em duas noites adentrando pela madrugada, em um quarto de hotel em Brasília, alguns dias antes de minha nomeação ser publicada no Diário Oficial da União. Escrevi com objetivo de apresentar a ideia para validação pelo ministro Gilberto Gil, em reunião que não levou mais de meia hora. A cópia de 15 páginas analisada pelo autor do artigo deve ter sido um resumo, em verdade eu saia pelo Brasil distribuindo o texto completo, que depois foi a base para o Catálogo Cultura Viva, aqui reproduzido em diversas partes, que tinha com 32 páginas, cuja íntegra está no anexo; provavelmente a regional do ministério da cultura em Pernambuco resolveu cortar trechos por também considerar o texto um tanto quanto longo, ainda mais para apresentação junto ao público de base comunitária. O Catálogo do programa teve três impressões, totalizando 4.500 exemplares, e foi distribuído a cada Ponto de Cultura; antes do catálogo impresso eu devo ter distribuído o texto original, impresso artesanalmente, em centenas de cópias. Distribuí assim porque entendia que uma gestão compartilhada e transformadora só pode sê-lo de fato se compartilhar conceitos, teoria, método, objetivos e metas entre todos, nivelando conhecimento e sentidos⁶¹. Diferente do que supôs o autor, ele foi lido e compreendido, se não pela totalidade dos proponentes de Pontos de Cultura, certamente por uma grande parcela. Atribuo a esse fato a sustentabilidade dos Pontos de Cultura que, mesmo após terem sofrido perseguições, interrupção no repasse de verba e criminalização, seguiram se assumindo enquanto Ponto de Cultura, independente das dificuldades e percalços.

Desconheço outra política pública em que tenha acontecido algo semelhante. Em que o compartilhamento de teoria e método tenha acontecido não com gestores e intelectuais, mas sim, junto ao público beneficiário, a pessoas do povo. Um programa que tenha seguido ativo apesar do desmonte provocado pelo governo, sustentado apenas pela força da ideia. Mais que o recurso direto, as ideias e ações formam o maior legado do programa Cultura Viva. Ação de um Estado Educador, um Estado que compartilha

⁶¹ Repeti essa prática quando da aprovação da lei Aldir Blanc, da qual tive participação intensa na formulação conceitual e estratégia de mobilização e encantamento, como voluntário, fora de função em governo. Participei de incontáveis encontros e reuniões, além de haver ministrado cursos e realizado curadoria de seminário para a aplicação da lei Aldir Blanc. Novamente houve sarcasmo e alguns diziam que estávamos realizando uma pós-graduação para aplicação de uma lei. Eu respondia que no Brasil há leis que “pegam” e outras que “não pegam” exatamente pela falta de compartilhamento de princípios e sentidos entre os futuros beneficiários. Milhares de pessoas participaram dos cursos que oferecemos pela internet, e a lei Aldir Blanc, em muito inspirada na experiência adquirida com o Cultura Viva, pegou.

sentidos, princípios e conceitos, muito mais que o oferecimento de serviços, transferência de renda ou atendimento a demandas; necessários, mas insuficientes para uma transformação social mais profunda.

Outro aspecto a comentar a partir do artigo foi a percepção do autor em relação ao conceito de encantamento social. De fato, no nordeste do Brasil, a cultura popular se refere aos encantados como aos mortos, aos que nos deixaram, mas cujo espírito segue povoando o mundo dos vivos. Mas foi exatamente isso que eu quis explicitar com o conceito. O que dá força e liga à cultura é o que se transmite por gerações e empolga as ações futuras, é o intangível. É o encantamento que dá vida e entusiasmo à cultura viva.

Um Estado Educador tem por objetivo criar consensos, não pela coação ou imposição, mas pela adesão, pela partilha. Saímos de um Estado que impõe e começamos a praticar um Estado que dispõe. Conforme definido no primeiro edital para chamamento público, e seguido em todos os demais editais que estiveram sob minha orientação, o Ministério da Cultura apresentava previamente os recursos de que dispunha para cada Ponto de Cultura, sempre no mesmo valor, sem imposição do que deveria ser feito com os recursos, cabendo aos proponentes dizer como iriam aplicar os recursos, de acordo com suas necessidades e imaginação. Essa foi uma grande arena para o exercício de consenso progressivo em escala. Só se predispõem a buscar consensos aqueles que o fazem a partir de um ato de consciência; lembrando de um aforismo de Marx no prefácio à “Crítica da Economia política”: *“Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”*.

O convite para que organizações culturais de base comunitária se aproximassem do Cultura Viva, na forma como foi elaborado o edital, teve a intenção de criar uma plataforma para o exercício do consenso progressivo ao mesmo tempo em que respeitava e mantinha particularidades. Manter a rede de Pontos de Cultura apenas em suas singularidades e incentivar a aproximação deles entre si já teria um grande efeito, mas confiava de que era possível ir além. Para acelerar o encontro do Particular-Universal, espalhando experiências, campos de abordagem, temáticas, formas, lancei mão de Ações, que foram os galhos e ramos do programa.

Ações para tirar os Pontos de Cultura da zona de conforto, apresentando novos caminhos, instigando reflexões, ideias inusitadas. Pelas Ações do programa Cultura Viva, algumas incorporadas a partir da rede que se iniciava, em planificação prévia, mas também pela interação entre pontos, valorizamos o Particular-Universal

encontrado na rede de Pontos. Ponto de Cultura, como o nome diz. Um ponto para a sedimentação da Ação Cultural nos territórios, a partir do protagonismo das comunidades. Ponto que também é rede, microrredes a atuarem no território. A microrrede do Ponto se articula com a macrorrede da Cultura Viva. Do encontro entre o Ponto e a Cultura Viva foram (vão) acontecendo Ações para a ativação do organismo vivo, essa é a ideia. Sem os galhos e as ramas não há árvore, só tronco seco.

Sem o *do-in*, sem o ponto da acupuntura, não há ativação das energias. Entre 2004 e 2010 foram realizadas um conjunto de nove ações, como agulhas da acupuntura, instigando, liberando energias do organismo vivo e facilitando processos de interação entre os diferentes, em ambientes de liberdade e igualdade. Destinadas não somente aos Pontos de Cultura, pois abertas a inscrições advindas de fora da rede dos Pontos. Com isso novas portas de entrada e conexões foram sendo abertas, havendo Pontos de Cultura realizando determinadas Ações e não outras, conforme vocação e interesse, bem como organizações da sociedade que, em ainda não sendo Ponto, também puderam acessar os recursos via editais das Ações. Ao final do período, em 2010, havíamos realizado mais de uma dezena de diferentes Ações, algumas com mais de 500 contemplados. No conjunto das Ações apenas uma era obrigatória e comum a todos os Pontos de Cultura: a Cultura Digital.

Começando pela *Cultura Digital*:

“Com a Cultura Digital as comunidades poderão gravar sua própria imagem, como acontece com o Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias, com os povos Ashaninka e Kaxinawá, no estado do Acre, em que há uma inversão no tradicional processo de registro da imagem audiovisual das manifestações populares. Ao invés de serem filmados por um olhar externo, os índios são capacitados para utilizar uma câmera de filmagem, fazer roteiros e edição, e assim se apresentarem por eles mesmos. Outro Ponto de Cultura, *Thydewá – índios online*, apresenta um processo semelhante, interligando em rede os índios do nordeste brasileiro, principalmente nos estados da Bahia e Alagoas; as comunidades estão sendo capacitadas para produzir a sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo seu protagonismo.

Com a Cultura Digital cada Ponto recebe um estúdio multimídia. Nada sofisticado, quase caseiro (mesa em dois canais de áudio, filmadora gravador digital e dois computadores que funciona como ilha de edição), mas que permite gravar um CD, produzir um vídeo, colocar uma rádio no ar e uma página na internet, tudo com programas em software livre. O equipamento digital deixa de ser apenas um meio, uma ferramenta, e passa a ser entendido em sua dimensão filosófica, por isso o tratamos como cultura. [...]

A manipulação destas tecnologias em software livre assume uma dimensão estratégica, não pela questão dos custos dos programas, o que já seria justificável, mas pelo conceito. Operar em software livre significa que o código fonte dos programas estará aberto, podendo ser modificado e melhorado por toda comunidade que o utiliza. Isto é autonomia, poder. Ao contrário de capacitar as pessoas apenas para aprender a “mexer” nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretendemos que nos Pontos de Cultura elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação. O software livre traz consigo conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo, estabelecendo um novo patamar de vida social.”⁶²

A Cultura Digital a dar meios e filosofia para a composição de narrativas a partir dos sujeitos, desde “abaixo”, polifônica. Para os primeiros Pontos de Cultura houve a distribuição direta dos equipamentos para os estúdios multimídia. Mas essa solução se revelou muito burocrática e de difícil logística porque os equipamentos tinham que ser comprados separadamente – os computadores, as câmeras de vídeo, os microfones e mesa de áudio, os estabilizadores- e a chegada dos equipamentos não coincidia no tempo, gerando custos para armazenagem. Recordo que, após o recebimento da maioria dos equipamentos, a entrega dos kits aos Pontos de Cultura ficou paralisada por meses devido ao não recebimento de estabilizadores de energia, uma vez que a empresa que havia vencido a licitação teve falência decretada. Como não poderíamos distribuir os demais equipamentos sem os estabilizadores, fomos obrigados a alugar um grande galpão para armazenagem dos kits até a realização de novo licitação. E prazo para recurso, prazo para entrega, e mais custos, e etc, etc. Com isso optamos pela transferência direta de recursos para a maioria dos Pontos de Cultura, cabendo utilizar a verba correspondente no estúdio multimídia, conforme necessidade de cada um (foi Aldo Rocha quem apresentou essa solução, assim como várias outras que agilizaram os processos de gestão). Um trabalho que envolveu muita gente. Destas, destaco Cláudio Prado, e em seu nome reverencio à toda turma da Cultura Digital. Foram muitos e muitas envolvidas e envolvidos.

Junto à distribuição dos kits multimídia foram realizadas 82 Oficinas de Conhecimentos Livres por todo Brasil, de quilombos e aldeias indígenas a favelas e assentamentos rurais. Naquela época o Brasil foi vanguarda mundial em software livre, formando redes de colaboração hacker ao redor do planeta. A despeito de ter havido um desmonte abrupto na Ação de Cultura Digital no Ministério da Cultura, logo a 1 de janeiro de 2011, quando as licenças em Creative Commons foram retiradas do site do ministério

⁶² Catálogo CULTURA VIVA, pgs 24/25

em um efeito simbólico, até a interrupção de todas as Oficinas de Conhecimentos Livres, Metarreciclagem e demais iniciativas, a influência brasileira em Cultura Digital repercute mundo afora até os dias atuais. Abaixo, entrevista com Francesca Bria, componente da Diretoria Geral para a Sociedade da Informação da Comissão Europeia:

“No governo de Lula o Brasil era um ator progressista – em todo o tipo de debates globais e internacionais em todas as instituições. [...] Primeiro de tudo, ele [em referência a Gilberto Gil, então ministro da cultura] tal como o resto da administração de Lula, não tinha receio de seguir políticas contrárias às grandes empresas tecnológicas, em vez disso insistiu em remodelar a política governamental, incluindo em matéria de aquisições e em torno do software livre e de código aberto [...] Gil lançou um programa chamado Pontos de Cultura, um programa de governo para promover o acesso à informação e conhecimento e à sua produção de baixo para cima, incluindo favelas e partes que estavam excluídas da esfera da cultura. Isso teve algumas semelhanças com o que tentávamos fazer com os *hackerlabs* na Europa, mas no Brasil não estava limitado a hackers e ativistas.

Em vez disso, era parte de um grande incentivo do Governo, com Gil e o ministério a conduzir esse esforço para democratizar o acesso à cultura produzida por meio de tecnologias digitais. Houve também esforços paralelos para impulsionar a inclusão digital e a literacia digital, com programas bastantes radicais e ambiciosos, incluindo grandes investimentos públicos em infraestruturas digitais e conectividade de banda larga pública e aberta, e a digitalização de serviços da administração pública utilizando software livre e de código aberto para promover a autonomia tecnológica alinhada com objetivos de desenvolvimento nacional.

Assim que percebi o que estava a acontecer no Brasil, comecei imediatamente a pensar como aplicar estas experiências na Europa. Primeiro, o foco era regional; nessa altura eu estava a trabalhar na administração da região de Lázio e fui instrumental no estabelecimento do programa de colaboração entre Lázio e o Brasil dentro do enquadramento da Sociedade Digital Europeia, houve esforços para traduzir as experiências dos Pontos de Cultura localmente na Itália.”⁶³

Em 2004 não havia programas de edição de áudio e vídeo em software livre, ou os que existiam eram muito insipientes. Desenvolve-los foi opção política do governo brasileiro. Além de evitar o pagamento de programas de software proprietário, com código fonte fechado, tínhamos por princípio a defesa do software livre, como dimensão filosófica. Mas como desenvolver os programas de áudio e vídeo em software livre a partir de redes colaborativas? Chamamos hackers do Brasil e do mundo para colaborarem na programação. Contando com um pequeno núcleo profissionalizado, centenas, talvez milhares de desenvolvedores anônimos, espalhados pelo mundo, foram contribuindo, criando as ferramentas de software em trabalho colaborativo e voluntário, conforme a

⁶³ BRIA, Francesca, in. https://shifter.pt/2022/02/francesca-bria/?doing_wp_cron=1666392264.7409639358520507812500

ética hacker. Não foram apenas os Pontos de Cultura e as comunidades brasileiras que se beneficiaram, mas a comunidade de software livre do planeta.

Um novo Particular-Universal era alcançado. Para além do tangível, em que a unidade não se deu por uma identidade em si, de representatividade, mas pela ideia abstrata da busca por um mundo sem donos, com código fonte aberto, em contínua transformação. “*De cada um de acordo com suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades*”, disse alguém de ideia generosa. Entre todas as ações de desmonte promovidas pelo Ministério da Cultura a partir de 2011 essa foi a primeira a acontecer e a mais enfurecida, talvez por conta da prática radical do enunciado acima, pois o que se fazia era a distribuição dos meios de produção aos produtores e criadores. De repente, jovens pós graduados em engenharia eletrônica ou da ciência da computação se descobriam lado a lado com representantes de comunidades rurais e ancestrais, trocando softwares por sementes crioulas, ambas sem proprietários. Troca de sementes para um saber coletivo, o conceito da Cultura Viva propiciou isso.

Na periferia de Teresina, capital do estado do Piauí, foi aberto um Ponto de Cultura, formado por jovens do Núcleo de Referência da Cultura Hip Hop – Questão de Ideologia. Desse trabalho surgiu o Pontão de Cultura Preto Ghoéz Vive. Em 2004 Preto Ghóez (Mário Vicente Góis) morreu aos 33 anos, em acidente de trânsito no sul do Brasil, era um rapper nascido no estado do Maranhão e que vivia em São Paulo, foi vocalista do grupo *Clã Nordestino- Todo ódio à burguesia* e um dos idealizadores do projeto “*Fome de Livro na Quebrada*” junto ao Ministério da Cultura. Preto Ghóez participou do início do programa Cultura Viva. Em um dos encontros que tivemos, após eu explicar a ideia do Ponto de Cultura, Preto Ghoéz sintetizou:

“Ponto de Cultura para nós é um barato que consegue traduzir o que é diversidade, todo mundo usa diversidade, parece que a diversidade é muro, né. A diversidade a palavra diversidade só é boa quando ela é feita para unir. Quando ela deixa de ser muro para virar ponte.”⁶⁴

A diversidade não somente nas formas, conteúdos e sentidos, como na apropriação tecnológica, a diversidade para unir, para virar ponte. O Pontão *Preto Ghoéz Vive* estava instalado em uma Escola Pública desativada, na periferia de Teresina e oferecia Estúdio para gravações musicais, estúdio de design para capa de discos e

⁶⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=2kbaE4OgXZQ> – Apesar de o vídeo ter o Título Pontos de Cultura 2005, a gravação foi feita em 2004, poucos dias após eu ter assumido a função de Secretário de Programas e Projetos no Ministério da Cultura.

cartazes, telecentro e inclusão digital (com aproximadamente 200 participantes por dia). Além de laboratório de meta-reciclagem, com reaproveitamento de peças de computadores inutilizados (à época, versões 386, 486), que eram recondicionados, incluindo pintura em grafite na carcaça, para serem depois adquiridos pelo governo do estado do Piauí, que os utilizava na instalação de telecentros em escolas públicas. Uma engenhosa prática de economia circular com sucata tecnológica, antecipada pelo Cultura Viva, e que gerava recursos adicionais para o Pontão de Cultura.

Quando visitei o Ponto de Cultura, em 2007, 20 bandas de música, compostas por jovens da periferia de Teresina e Timon já haviam gravado seus CDs naquele estúdio – 15 de Hip Hop, 3 de reggae, 2 de rock. Pelo Pontão passaram mais de 2.000 jovens, de bairros da zona sul de Teresina a vilas na vizinha cidade de Timon, no Maranhão. E o Pontão seguiu abrindo ramos, fazendo pontes entre cultura hip hop (50 jovens em street dance), cultura digital, capoeira e lutas marciais (200 alunos em capoeira e 150 em caratê), cursinho pré-vestibular (120 alunos) e rádio comunitária. Escutando um dos coordenadores do Pontão, Gil BV:

“A associação de Hip Hop Questão Ideológica é uma entidade que trabalha a divulgação do Hip Hop através de ferramentas livres, e acredita em um hip hop que trate as questões sociais, raciais, de gênero, e outras temáticas, como aspectos da sociedade brasileira e mundial que devem e podem ser trabalhados na melhoria e transformação do mundo via cultura hip hop, como um agente social, um movimento hip hop crítico e político, sem perder sua riqueza cultural e sempre apostando na autonomia da cultura.”⁶⁵

O software livre como semente para práticas colaborativas mais generosas, estimulando um sistema de trocas mais equilibrado e feliz. Na apresentação do programa essas questões estavam mais que explicitadas:

“A concentração dos meios de produção nunca ocorreu de forma tão impositiva e centralizada como nos tempos atuais. Concentração que acontece a partir do aprisionamento do conhecimento e da transformação deste em instrumento para a acumulação do capital. Conhecimentos milenares são apropriados e patenteados por indivíduos e corporações, com o objetivo único de sua mercantilização, condenando, muitas vezes, milhões de pessoas à morte, como no caso da AIDS. A patente de semente modificadas geneticamente, por exemplo, em poucas décadas poderá subtrair um direito humano básico, que é o de plantar e colher seu próprio alimento, obrigando a nova compra de sementes a cada plantação. Assim também acontece com o código fonte da tecnologia da informação, que é monopólio mundial de, praticamente, uma única empresa. [...]

⁶⁵ In. ALMANAQUE Cultura Viva, pg. 247, produzido para o II Congresso de Cultura Iberoamericana – 30 de setembro a 3 de outubro de 2009- MinC, 2009

A era digital coloca o mundo diante de uma encruzilhada que envolve paradigmas éticos e sociais. Por um lado, podemos caminhar para um modelo de concentração de poder e capital nunca antes imaginados. Por outro, é possível fazer surgir novos processos de produção cultural e econômica cada vez mais descentralizados, baseados na colaboração e no compartilhamento veloz de informação. Optamos pelo segundo,⁶⁶

A partir de um Ponto de Cultura, a Casa de Cultura Tainã⁶⁷, de Campinas, estado de São Paulo, foi estruturada a rede Mocambos. Uma rede de software livre que chegou a alcançar 120 comunidades quilombolas em todo país em 2012, com acesso à internet e centros digitais, e mais 80 em processo de implementação. Seu objetivo era, e segue sendo, o desenvolvimento de ferramentas de comunicação livre e independente, buscando promover infraestrutura própria e desatrelada das grandes empresas de Tecnologia da Comunicação. Tendo por princípio básico o software livre, desenvolveram a *baobaxia*, uma rede própria de internet, em referência à árvore ancestral africana, o Baobá. Uma rede descentralizada e sincronizada entre servidores locais nas comunidades, formando espaço digital para depósito de criações e acervo com foco na cultura negra e quilombola. Segundo TC Silva⁶⁸, cuidador da Tainã e articulador da cultura digital com a rede Mocambos:

“As tecnologias africanas contribuíram para a sobrevivência da humanidade. A tecnologia não nasceu aqui ou na Grécia. Tem outros fatores que foram negados, muitas apropriações de saberes. Inventaram a lógica das patentes, do acúmulo de poder, de domínio e essas lógicas não respeitam as histórias verdadeiras, elas constroem histórias de acordo com sua convicção. [...] A gente está nessa luta para tentar melhorar a comunicação, a apropriação de tecnologias para uma comunicação mais humana. Nesse ponto a gente tem mais uma vez como referência o Baobá.”⁶⁹

Como a Mocambos, outras redes foram alavancadas a partir dos Pontos de Cultura, gerando todo um sistema de Metarreclagem, como o exemplificado com o Pontão de Cultura a partir do Hip-hop. O principal objetivo com os centros de metarreclagem foi transformar equipamentos, tidos como ultrapassados, em novos equipamentos com tecnologias apropriadas ao desenvolvimento social. Uma ação de economia circular, apesar de à época esse termo não ser comumente utilizado, rompendo

⁶⁶ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 26

⁶⁷ A Casa de Cultura Tainã, foi uma referência para que eu pudesse evoluir na consolidação do conceito de Ponto de Cultura. Trato disso no livro PUNTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, capítulo “Ponto de Cultura – a construção de uma política pública”, pgs. 63/82.

⁶⁸ Meu parceiro e amigo desde meus tempos de adolescência em Campinas, quando comecei a trabalhar na secretaria de cultura do município, em 1977.

⁶⁹ <http://laboratoriodeculturadigital.redelivre.org.br/2013/08/12/uma-rede-em-torno-dos-baobas/>

com a ideia do consumo de curto prazo e a cultura do descarte, que está levando o planeta a uma situação insustentável. Pelos princípios de redução, reutilização e reciclagem, a Cultura Viva gerou postos de trabalho, sobretudo para jovens nas comunidades, aprendizagem e apropriação tecnológica:

“Por meio da reutilização de máquinas e componentes usados, várias comunidades podem se apropriar de forma criativa e soberana da tecnologia, decapando computadores, dominando seus códigos e fontes, e até mesmo pintando seu invólucro, cobrindo-o com arte. Além de representar um reaproveitamento de máquinas e redução de custos, a meta-reciclagem visa a criação de identidade do usuário com a máquina, assegurando autonomia tecnológica voltada para o êxito e a continuidade dos Pontos de Cultura”⁷⁰

Passados quase vinte anos o fosso entre tecnologia e pessoas só se agravou, intensificando a dependência tecnológica das pessoas, comunidades e países em relação às *BigTechs*, mais poderosas que a maioria dos Estados. Um fosso a colonizar as mentes como nunca antes uma empreitada colonial e totalitária conseguiu alcançar. Com a *Ação da Cultura Digital* no programa Cultura Viva e demais atividades e pronunciamentos do Ministério da Cultura, o Brasil na primeira década do século XXI foi referência e vanguarda mundial. Inclusive por compreender o fenômeno não apenas na dimensão tecnológica, como cultural. Software livre não significa software grátis, ao contrário, por ter código fonte aberto, ele requer mais serviços descentralizados, gerando muitos empregos. Passados vinte anos é possível afirmar que, caso o governo federal não tivesse interrompido essa ação, hoje no país haveria uma comunidade com 500 mil, talvez um milhão ou mais, de pessoas trabalhando diretamente como desenvolvedores de software livre. Postos de trabalho de qualidade, executados por indivíduos emancipados em redes de colaboração, sobretudo jovens, em sua maioria advindos das comunidades mais excluídas e afastadas.

Um belo exemplo ilustrativo seria o filme *O menino que descobriu o vento*⁷¹, produzido em 2018, pelo serviço de streaming, Netflix. É uma história real, passada em uma pequena cidade no Malawi, sul da África. O filme retrata uma iniciativa individual, a partir da inteligência de um menino, que precisando dar solução para o bombeamento de água no sítio de seus pais, o menino visitava um depósito de lixo tecnológico despejado por países europeus e dali ia tirando materiais para soluções tecnológicas adaptadas às

⁷⁰ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 26

⁷¹ <https://www.netflix.com/br/title/80200047>

necessidades locais. Exemplo de metarreciclagem. No caso do filme, sem que tivesse havido política pública a estimular a imaginação do menino e de outros, existindo apenas o lixão para descarte de sucata tecnológica vinda da Europa. Imaginem o quanto dessa potência criadora não tem sido desperdiçada mundo afora. Com uma política pública exequível e de baixo custo unitário, via ação da Cultura Digital do Programa Cultura Viva, é possível impulsionar e acelerar processos criativos e inovadores nos cantos mais esquecidos deste vasto mundo desigual e injusto. Imaginem esse processo ao longo de décadas e aplicado nos demais países que atualmente adotam a Cultura Viva Comunitária como política pública, e nos que ainda irão adotá-la. Imaginem!

Agentes Cultura Viva

Um ponto no meio do mundo, onde a linha do equador atravessa, na fronteira norte do Brasil, na zona rural de Rorainópolis⁷², sul do estado de Roraima. O Ponto de Cultura “*A Bruxa tá solta*”, concentrava suas atividades em quatro escolas estaduais, nas comunidades de Vila Jundiá, Vila Equador, Vila Martins Pereira e Vila Nova Colina. Ir de uma vila a outra exige horas de estrada poeirenta, ou de navegação por rio. Em 2007 um total de 240 crianças e jovens participavam de cursos e oficinas culturais, com apresentação de espetáculos, pesquisas sobre a memória local e teatro:

“O foco das atividades no teatro permitiu tomar histórias dos pioneiros do assentamento original do Anauá como principais subsídios para a produção dramaturgica. Encenando a vida dos seus pais e avós, os alunos tem a oportunidade de conhecer e reelaborar as narrativas fundadoras da comunidade onde vivem, colaborando para a consolidação de elos identitários, num agrupamento humano tão recente e diversificado como Rorainópolis.” (Catarina Ribeiro)⁷³

Um dos núcleos contava com telecentro conectado à internet por satélite⁷⁴, auxiliando a comunidade, desde a entrega de declarações de ITR (Imposto Territorial Rural) até em registros de memória. Em outro núcleo, a Ação Griô – Mestres do Saber, formando dois grupos de Griôs: pescadores contadores de histórias e artesãs especialistas no uso de fibras naturais. Integrando esses conhecimentos à Cultura Digital o Ponto de Cultura impulsionou projetos de desenvolvimento sustentável, de moda da floresta à

⁷² Município com aproximadamente 30.000 habitantes em 2009, formado às margens da rodovia BR-174, que liga Manuas a Boa Vista e desta à Venezuela.

⁷³ Almanaque CULTURA VIVA, pg. 74 – Ver vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=Pv07Wa27iNA> e <https://www.youtube.com/watch?v=4brbORFM0YQ>

⁷⁴ Programa G-sac, do Ministério das Comunicações, em parceria com o Cultura Viva, do MinC

mosaico. Alinhando as diversas ações e atividades nos Pontos de Cultura, os *Agentes Jovens da Cultura Viva*.

Assim como na Amazônia, o Ponto de Cultura Cinema de Animação, em Igarassu, litoral norte da região metropolitana de Recife. Igarassu, em tupi-guarani, significa Canoa Grande. Tal qual uma grande canoa eles foram percorrendo outros Pontos de Cultura com Oficinas Itinerantes de cinema de animação. O estúdio de desenho animado era adaptado num jipe, que percorria o estado de Pernambuco, da Zona da Mata ao Sertão, passando pelo agreste. Dessas Oficinas foram produzidos vários videoclipes animados, junto a outros Pontos de Cultura: “*Estrela de Lia*” (da Lia da ciranda de Itamaracá); *Boi da Macuca*; *Coco de Umbigada*; e *Estrela de Ouro*, do Maracatu, em que filhos de mestre Luiz Caboclo participaram da feitura de um vídeo animação sobre o Maracatu⁷⁵. Percebe-se o quanto se movimenta a partir de um Ponto de Cultura? Oficinas de desenho e animação, contatos entre comunidades, ações de tecnologia, resgates de histórias, memórias. E jovens agentes da Cultura Viva.

Entre 2005 e 2006 foram 11.000 Bolsas para Agentes Jovens Cultura Viva, distribuídos por 200 Pontos de Cultura. Jovens das comunidades, entre 16 e 24 anos, que se exercitaram em cidadania e trabalhos artísticos a partir da ação em suas comunidades, para isso recebiam uma Bolsa (em 2005/06 no valor de R\$ 150,00 mensais ou US\$ 70/mês) para aprendizagem-serviço nos Pontos de Cultura. Aprendendo com os Pontos de Cultura, trabalhando e sonhando em suas comunidades. Jovens iniciados nos Pontos de Cultura, que hoje são cineastas, agentes públicos, artistas, professores, agentes de transformação em suas comunidades.

Uma das maiores recompensas e satisfações que recebi e recebo pelo trabalho que executei junto ao Ministério da Cultura, tem sido, até hoje, encontrar jovens que passaram por essa experiência. É a minha paga. Infelizmente, essa também foi uma Ação interrompida no Cultura Viva. Por incompreensões no próprio governo federal, ainda em 2007, uma vez que os recursos para a Bolsa vinham de um outro Ministério, o do Trabalho. Como o Ministério da Cultura não conseguiu recursos para custeá-las diretamente, houve a interrupção. Relato essa derrota, que considero pessoal, por ter sido incapaz de me fazer compreender dentro do governo. No livro *PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima* registrei impressões de uma reunião interministerial que participei, tentando retomar o projeto em 2007. Novamente não tive êxito:

⁷⁵ Ver programa Cultura Ponto a Ponto <https://www.youtube.com/watch?v=89yY1bBIJ3Q>

“Fui com espírito aberto, esperança, apresentei dados, argumentei. Não consegui. Uma reunião de mais de 12 horas. Parecia que falávamos em línguas diferentes. O ambiente foi ficando tenso, quando eu falava de emancipação, diziam que estava desconsiderando as outras propostas, quando tentava conciliar, diziam que estava atrapalhando o andamento da reunião.

‘- Por que você não aceita colocar cultura em qualificação profissional?’

‘- Se ainda fosse para os jovens animarem os intervalos das aulas’ (ai, meu Deus!)

‘- Você não ouve!’

‘-Melhor colocar outra pessoa para representar o Ministério da Cultura’

‘- Quer impor suas ideias’; ‘-Outra interrupção!’; ‘-Você não colabora’

Saí arrasado da reunião. Antônia Rangel, chefe de gabinete, estava comigo. Era noite. Pedi para ficar só. Sentei no meio do gramado da Esplanada dos Ministérios. O Congresso Nacional à Frente, os prédios em ambos os lados, os carros passando. Fazia frio. Naquela noite chorei.”

Ainda assim, a ideia dos Agentes Jovens da Cultura Viva, que hoje prefiro conceituar como Agentes Jovens da Comunidade, segue viva em histórias e depoimentos, como de uma Jovem musicista que passou pela aprendizagem-serviço como Agente Jovem da Cultura Viva:

“Aqui todo mundo é dono, todo mundo é gestor disso aqui. Não tem essa coisa de organograma, de a pessoa ser subordinada de outra. Não sei que é subordinado seu, eu acho que é um trabalho que é de todo mundo e que todo mundo faz a sua parte, e o resultado é isso que o PIM se tornou hoje. Não é bagunçado e nem por isso a gestão é centralizada. Nós temos cerca de 800 gestores no PIM.

É o empoderamento. Você se empoderar de uma coisa que é sua. E isso aqui é nosso” (Vanessa Paim, flautista, posteriormente monitora do Programa de Integração pela Música - Ponto de Cultura PIM, de Vassouras, estado do Rio de Janeiro)⁷⁶

O processo transformador desencadeado com os Pontos de Cultura e os Agentes Cultura Viva pode ser melhor compreendido, passo a passo, pela entrevista concedida por Alembert Quindins (AQ), músico, e Rosiane Mendonça (RM), arqueóloga. Idealizadores e mentores do Ponto de Cultura Fundação Casa Grande, em Nova Olinda, sertão do Cariri no sul do estado do Ceará. Eles descrevem desde a fase de implantação, o antes e depois de terem se tornado Ponto de Cultura, com os Agentes Jovens, também com Agentes Mirins:

“AQ – “Foi uma casa de herança que ninguém cuidava, então fizemos o projeto e pedimos para a família que doasse para a *Fundação*. A casa estava caindo aos pedaços e precisava ser restaurada para criarmos o Memorial do Homem do Kariri. Nasceu aí o primeiro programa que é o de memória e, com o tempo, fomos expandindo os programas e crescendo as atividades.

⁷⁶ ALMANAQUE CULTURA VIVA, pg 235

RM – Na verdade, o que fez a gente crescer não foi uma decisão só nossa, mas as crianças contribuíram muito. Quando a gente iniciou a reforma, as crianças contribuíram muito, que viviam brincando soltas, vinham para cá. Mas era menino demais, mas era muito mesmo, então percebemos que era preciso fazer alguma coisa para eles, a fazer algumas atividades, e eles começaram a ver a gente explicando o Museu e começaram a explicar também e recebiam também visitas. Eles começaram a limpar a casa e também arrumavam, a partir daí começou uma amizade e eles mesmos foram propondo atividades e nós só fomos encaminhando...

AQ – Hoje tem um conselho, que foi eleito em 2007, mas foi um processo porque tudo aqui nasceu de forma muito espontânea.

RM – Pois é, eles cresceram com a Casa também. Então, esses que acompanharam desde o início, eles foram adquirindo cada vez mais responsabilidade com os que foram chegando com os programas, com as propostas. Várias ideias surgiram deles próprios, como a TV. Então instituímos um conselho cultural formado por eles.

AQ – Temos o papel de um professor, mas essa figura não é constante. Ela não é constante porque a Fundação, durante esses 16 anos, aprendeu a viver com pouco recurso, e com pouco recurso ela não tem como pagar muitos professores que estejam aqui sempre à disposição. Contamos com pessoas que vem aqui e dão uma contribuição, por exemplo, na mostra de teatro aparecem iluminadores, pessoas que mexem com programas de edição. Então, eles passam informações para os meninos e os meninos repassam o restante para outras crianças. Por exemplo, a Assessoria de Imprensa foi um projeto que a gente fez recentemente e previu a contratação de um profissional de Comunicação. Durante um ano foi feito o acompanhamento nessa área de linguagem, e o profissional vai instruindo os meninos na criação de site, na manutenção de conteúdos para blogs. Por exemplo, a cobertura é feita pelos meninos, mas a pessoa, que mora em São Paulo, fica observando como os meninos estão escrevendo e bola, junto com eles, uma planilha de acompanhamento, uma programação da assessoria de imprensa. Os meninos fazem a cobertura de rádio, a cobertura de site...

RM – O nosso pensamento não é formar editor, radialista, é formar cidadão. Que ele tenha uma bodega lá na esquina, mas que a bodega dele seja diferente, e que dentro da casa ele tenha um acervo musical, um acervo de livros, ferramenta que cada vez mais está ausente dos lares hoje no Brasil, principalmente no interior, onde a massificação é maior. [nota: entrevista concedida em 2007]. Os meninos que frequentam a Casa desde pequenos entram em uma peça, em um espetáculo, em um teatro, e brincam nesses espaços. Quando crescem descobrem que o teatro é a casa onde eles brincam e isso possibilita uma vivência emocional e profissional que não é medida par ao currículo, mas que pode facilitar a vida do trabalho dessa criança. Hoje o iluminador e o diretor técnico do teatro que o SESC Cariri inaugurou [entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato] são da *Fundação*.

AQ – Mas muitas vezes as pessoas acham que, no Nordeste, ficar tocando uma rabeça ou participando de um embolado ou batendo em um pandeiro é mais original que empunha guitarra. Eu acho, por exemplo, que o reisado é uma manifestação popular nordestina de raiz de uma época, porque quando o reisado chegou existiam os índios Cariri. Na realidade, eu acho que é o homem do seu tempo e suas ferramentas que mostram sua brasilidade. Os meninos tocam música, produzem programas de rádio, então, chegou uma pessoa aqui e disse: ‘-Vocês tem um programa de jazz na cidade de Nova Olinda? - Por que vocês tem um programa de

jazz?’ Eu respondi: *‘Na sua cidade não tem programa de jazz?’* Ele respondeu que não tinha. Se o Brasil não estiver tocando música boa, vou escutar música da Finlândia, da Groenlândia... Quando se tem um universo de qualidade, existe a possibilidade de se quebrar paradigmas. Por isso temos filmes do Andrei Tarkovski, do Akira Kurosawa aqui na Casa Grande. Temos computadores e os meninos estão ali brincando de bola, de carrinho e boneca. Chega a hora do laboratório, eles vão ao banheiro, lavam as mãos, mexem com os aparelhos de edição, de imagem, de gravação de áudio, depois voltam para brincar de pião. Tudo isso pode conviver nesse tempo.”⁷⁷

Pelos depoimentos acima, tanto da jovem musicista, que iniciou seu ofício como Agente Jovem de Cultura Viva, no interior do estado do Rio de Janeiro, como dos mentores da Fundação Casa Grande, no Cariri, como na Amazônia brasileira com a *Bruxa tá solta*, ou com o Cinema de Animação em Pernambuco, se demonstra os efeitos de um processo de aprendizagem permanente, integral com os Jovens, que se dá através do ambiente comunitário. *“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”*, diz o provérbio africano. Com o Ponto de Cultura a comunidade é a educadora, esse foi (é) o sentido do Agente Jovem da Cultura Viva. Em tese de doutorado, depois publicada em artigo, a pesquisadora Patrícia Dorneles conclui:

“Participar do Ponto de Cultura potencializou a descoberta de prazeres novos, e a compreensão de que se pode romper com o destino dado aos pobres, que se resume, na visão deles, em aceitar que a vida só serve para estudar e trabalhar para sobreviver. A experiência no Ponto de Cultura potencializou a descoberta do encorajamento, de que se pode escolher a vida que se quer levar. [...]

Os Agentes Cultura Viva entrevistados apontam que se sentem diferentes dos outros adolescentes de sua comunidade, a partir da experiência no Ponto de Cultura. Além de se sentirem mais criativos e críticos, acreditam que adquiriram um compromisso mais engajado com a comunidade, do qual imaginam que os outros adolescentes, que não participam da ação cultural do Ponto, não tenham. A atenção e ampliação do olhar sobre a comunidade, o que acontece nela e quais são as suas dificuldades, os fizeram apostar mais na ação coletiva, inclusive como propositores de pequenos movimentos de organização e mobilização comunitária.”⁷⁸

Através do Ponto de Cultura Casa Grande acompanhei uma das experiências mais radicais de protagonismo infanto-juvenil que já conheci. Mesmo para os padrões da

⁷⁷ In. ALMANAQUE CULTURA VIVA, pgs 317 a 321, entrevista concedida a Thereza Dantas.

⁷⁸ DORNELES, Patrícia – JOVENS, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: experiências estéticas e de engajamento nas ações culturais dos Pontos de Cultura da região Sul, pg 143 in. *Políticas Culturais em Revista*, 2(7) 2014

https://www.researchgate.net/publication/324959171_JOVENS_TERRITORIO_E_TERRITORIALIDADE_EXPERIENCIAS_ESTETICAS_E_DE_ENGAJAMENTO_NAS_ACOES_CULTURAIS_DOS_PONTOS_DE_CULTURA_DA_REGIAO_SUL

macrorrede Cultura Viva, em que a poliexperiência é bastante ousada e diversa. Algum desavisado que cruzar a Chapada do Araripe (onde se situa Nova Olinda) irá se surpreender caso sintonize a rádio Casa Grande. Ouvirá programação variada e de qualidade, de aboios sertanejos a seleções musicais de Milles Davis, tudo idealizado e comentado pelas crianças e jovens do Ponto de Cultura. Assim como a qualidade do acervo da videoteca, que em 2006/07 englobava do novo cinema pernambucano ao neorealismo italiano, ou dogma dinamarquês. Com a Televisão Casa Grande idem. Os jovens criaram o Sem Canal, em analogia a famoso cinejornal dos anos 60 e 70, o Canal Cem. Inicialmente tentaram realizar a transmissão por ondas, mas o canal fechado pela Agência de Telecomunicações, sob a alegação de que poderia interferir na comunicação com aviões, que mal se avista nos céus. Mas eles não se deram por vencidos, e passaram a exibir os programas de TV nos muros da cidade. Ou no teatro que eles mantem, em belo e original projeto.

O que surpreende é a radical aposta na autogestão infantojuvenil do espaço. Sem haverem partido de pedagogias ou métodos pré-definidos, foram criando, inventando e intercambiando. Muitos intercâmbios, com gente de todo o Brasil e de fora do país, que foi se achegando. Toda essa intensa prática impulsionou o turismo de base comunitária na cidade, ativando a economia. A partir da ação das crianças e jovens foram abertas hospedarias nas casas das famílias, pais e avós dessas crianças e jovens⁷⁹. Com isso a riqueza foi melhor distribuída. Criam muito, inventam. Até que um dia as crianças foram convidadas para gravar música para trilha sonora do filme francês de animação, “*As bicicletas de Beleville*”. Aqui incorporo o vídeo-documentário sobre a participação das crianças na composição da trilha sonora para a animação francesa, vale a pena assistir⁸⁰. Por mais que eu tente explicar em palavras, só as imagens, falas e realizações das próprias crianças e jovens, podem expressar toda a riqueza dessa aventura poética. Pura imaginação que vira realidade. E que segue lá na chapada do Araripe, terra de Sertão que um dia foi mar.

Em Vassouras, com o PIM, houve (há) experiência semelhante. Uma iniciativa que começa com a revitalização da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição. Dessas tantas bandas, fanfarras e filarmônicas espalhadas pelas cidades do

⁷⁹ Vídeo sobre turismo de base comunitária em Nova Olinda

<https://www.youtube.com/watch?v=iLejYkChxuM>

⁸⁰ Programação realizada pelas crianças e jovens da Casa Grande (roteiro a apresentação, edição). Vídeo de 2008, as crianças cresceram e há outras chegando

<https://www.youtube.com/watch?v=jfc9xEWGrEM>

interior do Brasil. Claudio Moreira, filho do fundador da Sociedade Musical, junto com sua esposa, Célia Pinheiro Moreira, começou trabalho de iniciação musical para crianças, ainda na década de 1980. 39 alunos no início. Com apoios locais foram ampliando o trabalho. Em 2004 o PIM foi um dos 72 primeiros Pontos de Cultura conveniados. Impulsionados como Ponto de Cultura, em 2008 tornaram-se Pontão de Cultura, ampliando a abrangência para municípios vizinhos, na antiga zona cafeeira no sul do estado do Rio de Janeiro. Nas palavras do pesquisador musical Egeu Laus:

“O PIM é um fenômeno que só se explica pelo poder contagiante que tem a cultura como ferramenta de transformação social e humana. No início, os professores voluntários, em sua maioria do Rio de Janeiro, pagavam de seu próprio bolso as passagens para dar aulas em Vassouras. O PIM atende, hoje, mais de 800 jovens em três municípios, com aulas para 17 instrumentos e mais canto coral e teoria musical, oficinas de gestão cultural e eventos, audiovisual, rádio e estúdio, elaboração e gestão de projetos. É um caso especial de sucesso, com envolvimento de uma cidade num projeto de cultura e inclusão social [...] Como toda iniciativa independente no campo da cultura o PIM enfrenta dificuldades, principalmente frente às decisões do poder executivo local, que se modifica constantemente a cada quatro anos. O PIM parece ter encontrado na gestão compartilhada o modelo adequado para administrar suas expectativas. Um exemplo contado por Célia, se os alunos resolvem produzir uma festa junina, eles assumem o controle e realizam a festa e resta à coordenação todo apoio que lhe for solicitado.”⁸¹

Foi assim. E pode ser muito mais.

A despeito de não ter havido continuidade, seja por incompreensões ou falta de interesse em meio ao gigantismo do Estado, sigo defendendo, refletindo e aprofundando a ideia. Em 2016, a convite do Papa Francisco e do programa criado por ele, *Scholas Occurrentes* [Escolas do Encontro], fiz uma apresentação na Academia de Ciência do Vaticano, retornando nos anos seguintes. Posteriormente, pude organizar, através do Instituto Casa Comum, um Seminário Internacional em Castelgandolfo (Castelo Pontifício de verão, na Itália), em 2018, quando a experiência foi conceituada como Agente Jovem da Comunidade⁸². No cálculo que realizei para a apresentação ao Papa Francisco, caso os Estados de todo o mundo concordassem em reverter o equivalente a 1,5 % do orçamento militar do planeta (US\$ 1,8 bilhões em 2014) para um programa voltado à aprendizagem-serviço comunitário, de paz, destinado a jovens entre 16 e 24 anos, seria possível criar um Fundo Internacional no valor anual de US\$ 27 bilhões. Esse

⁸¹ ALMANAQUE CULTURA VIVA, pg. 234

⁸² <https://institutocasacomum.org/seminario-em-castelgandolfo-vila-pontificia-italia/> e <https://institutocasacomum.org/agentes-jovens-guardioes/>

recurso permitiria o pagamento mensal de uma bolsa no valor de US\$ 150 para 10 milhões de *Agentes Jovens da Comunidade* por ano, em todos os países.

Os Agentes Jovens da Comunidade receberiam capacitação em cultura, artes, tecnologia, ambiente, cidadania e o que mais contribua para a cultura do encontro e da paz. A capacitação dar-se-ia em 200 mil Pontos de Encontro (conceito alargado de Ponto de Cultura) que, para oferecerem a aprendizagem-serviço e acompanhamento a núcleos de 50 jovens receberiam o valor anual de US\$ 45 mil. Se as pessoas e os governos se conformaram em apartar os jovens durante um ou dois anos para que recebam um treinamento militar, como recrutas a serem preparados para a guerra e a morte, por que também não oferecer a preparação para a paz e o convívio comunitário e cidadão? Essa é a ideia. É simples, lógica e viável. Mas não se aplica.

Há alguns anos tenho me dedicado a aprimorar e apresentar a proposta, incorporando o conceito de *investimento-semente*, um recurso destinado aos Agentes Jovens para aplicarem em melhorias em suas comunidades, ao final do período de aprendizagem-serviço e conforme critério, planejamento e execução definida por eles. Uma forma de dar um presente às suas comunidades. Como o que os meninos e meninas de Araçuaí fizeram ao ofertar um cinema para a cidade deles, via Ponto de Cultura local. Também me dedico a juntar pessoas em torno da ideia, já contando com apoio explícito do Papa Francisco, talvez os governos do Chile e Colômbia, que se interessaram em implanta-la, ao menos foi o retorno que obtive após viagens e encontros que realizei em 2022. Adoraria que o Brasil também voltasse a implantar a ideia.

À primeira vista, parece uma proposta irrealizável, utópica, mas não é. É tão viável e possível como são os Pontos de Cultura. Basta imaginar, desejar, juntar pessoas e fazer. Dediquei o livro *POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina* a demonstrar a viabilidade da proposta. Na introdução ao livro, sob o título *IMAGINE*, apresento a ideia, o que fazer e como fazer. Concluo com um convite à imaginação coletiva, explicitando teoria, conceitos e dando exemplos em diversos Pontos de Cultura espalhados pela América Latina. Essa proposta também é resultado de 20 anos de trabalho, iniciado quando estive como diretor de promoções esportivas, lazer e recreação na prefeitura da cidade de São Paulo (2001/04). Pela prefeitura de São Paulo foram 5.500 jovens como Agentes Jovens de Lazer e a experiência está sistematizada no livro que organizei, *O LAZER NOS PROGRAMAS SOCIAIS* (Editora Anita Garibaldi, 2003). Depois, no Ministério da Cultura, pude experimenta-la em escala um pouco maior, com 11 mil Agentes Jovens da Cultura Viva. Agora o desejo seria oferecer a oportunidade

para um milhão de jovens por ano, em todo o Brasil. Quem sabe a ideia seja acolhida algum dia, seja onde for.

Imaginem. Imaginar como sugeriu Yoko Ono a John Lennon, no que resultou na composição da música Imagine. Com apenas 1,5% do orçamento militar do planeta (isso em 2014, pois o valor deve ter se ampliado), é possível assegurar aprendizagem-serviço para 200 milhões de jovens em 20 anos de ação contínua, 2,5% da população mundial. Jovens das periferias do mundo, também os de classe média e mesmo de elite econômica, que igualmente são excluídos do contato com a cultura dos povos, junto com imigrantes, refugiados do mundo. Todos, todas e todes se exercitando em experiências imersivas em suas próprias comunidades, ou em outras comunidades, criando novas ideias e tecnologias, com afeto comunitário, inventando em comum. Também o exercício estimulante de pensar em investimentos para as comunidades em que atuam. Nada grandioso, algo como US\$ 400/500 em recurso disponibilizado por jovem, que pode se somar ao recurso dos demais. Isso resultaria em projetos coletivos, viabilizando a possibilidade real de executarem a ideia, vê-la acontecer.

Para o Brasil tenho sugerido um milhão de Agentes Jovens da Comunidade por ano, a um custo total de R\$ 10 bilhões, ou 0,12% do PIB. 20 milhões de Agentes Jovens da Comunidade em 20 anos. Isso muda o mundo para melhor, muda o Brasil. E pode evitar o colapso civilizatório que se faz cada vez mais presente através da cultura do ódio e da negação do Outro. Poderia curar o Brasil de tanto ódio, injustiças, violências, ignorâncias e iniquidades. Um cultivo comunitário a se fazer com a juventude. Das comunidades, para as comunidades, cultivando o comum. É preciso, é possível, é viável. É urgente e emergente.

Ação Griô

Até o lançamento da Ação Griô pelo programa Cultura Viva, em 2005, a palavra, o termo e o conceito, mal eram conhecidos no Brasil. Quando usado, era na forma afrancesada, *Griot*, apesar de a palavra ter origem no português, *Gritadores*. Mercadores de escravizados, também conhecidos por *negreiros* ou *brasileiros*, designavam por Gritadores os mestres das sabedorias dos povos africanos. Griôs eram bibliotecas vivas, homens ativos, chegavam tocando instrumentos musicais desconhecidos aos portugueses, também as vestes, o cabelo, falavam em idioma incompreensível para eles. E gritavam, e gritavam. Os escravizadores os temiam por considera-los feiticeiros, por

isso os Griôs conseguiram adentrar nos portos sem que fossem molestados. Assim conseguiram falar aos povos capturados que permaneciam acorrentados por semanas, aguardando serem embarcados na travessia marítima rumo à escravização. Esses homens gritavam a sabedoria de seus povos para que os cativos não se esquecessem delas. Griô, os gritadores da memória ancestral.

Com a Ação Griô e a pedagogia Griô, desenvolvida por Lillian Pacheco e Márcio Caires, houve uma valorização do saber popular transmitido pela oralidade, mestres nos mais variados conhecimentos. De rezadeiras a encantadores, brincantes, contadores de histórias, foram reconhecidos, respeitados e dignificados pelo programa Cultura Viva. Dois anos após o lançamento do programa, em 2006, iniciamos uma Ação oferecendo bolsas, no valor de um salário mínimo, para 700 mestres Griôs, também para Griôs aprendizes. Objetivo: integrar o saber popular, transmitido pela oralidade com o aprendizado nas Escolas Públicas. A integração entre o saber dos mestres e das mestras da cultura popular e o saber formal transmitido pelas escolas.

A incorporação da Ação Griô ao programa Cultura Viva não foi pensada desde o início. Contar essa história é relevante porque ela exemplifica o primeiro Particular-Universal identificado a partir dos Pontos de Cultura. Foi logo após a seleção dos primeiros Pontos, em 2004, após eu haver lido o projeto do Grãos de Luz e Griô, de Lençóis, Bahia, para Ponto de Cultura. Lillian Pacheco e Márcio Caires resgatam essa memória, no livro organizado por eles, NAÇÃO GRIÔ. Reproduzo trechos de conversa trocada com eles, por e-mail, quando ainda não nos conhecíamos pessoalmente:

“Célio Turino: ‘Gostaria de aproveitar para solicitar mais informações sobre o projeto Griô (a palavra é francesa ou africana? Em qual idioma?). Na verdade eu escrevia Griot (também está correto?). Por favor, mandem informações sobre os Griots, sobre os mestres dos saberes, detentores da memória coletiva. Depois poderei explicar melhor, mas estamos com a intenção de um programa dirigido para a cultura imaterial e incorpora-lo como outra ação do Ponto de Cultura e gostaria de dar o nome de griô. Enfim, a experiência de vocês e toda informação sobre os Griots africanos será bem-vinda.

Márcio Griô e Lillian Pacheco: “Para começar a conversa, pedimos a permissão e a benção de nossos griôs e mestres para sermos coerentes com a história e o saber da tradição oral.

Gratos pela honra de poder conversar com você sobre assunto com que trabalhamos há 8 anos em Lençóis, Bahia. Essa conversa é compriiida. Dá para ler alguns livros, caminhar pelo noroeste da África e pelo sertão da Bahia, por todos os cantos do Brasil, conhecendo um universo encantador, o universo da tradição oral, bem diferente da tradição escrita.

Temos diversos sonhos e projetos de vida concretos realizados e em realização com essa história dos Griôs – essa caminhada é a caminhada de nossa própria vida.

A palavra é mesmo Griot e é absolutamente francesa. A importância de ter sido criada uma palavra em francês está na comunicação que foi aberta para diversas línguas do mundo, criando visibilidade para o valor deste lugar social tão presente no noroeste da África, que, nas línguas e dialetos africanos, tem diversos nomes, como, por exemplo, o Dieli, em banaman. Nós resolvemos abrasileirar a palavra Griot. Então criamos a palavra Griô e estamos cultivando-a no Brasil.

[...]

Vamos lançar um livro – a Pedagogia Griô- e um jogo da trilha Griô, que conta nossa caminhada e nossa proposta pedagógica nas escolas. Se quiser vir u dia caminhar por alguma comunidade, será um prazer recebe-lo.

Precisamos contribuir com a criação deste programa que você se referiu. Seria um grande sonho ele ter uma filosofia de educação e um resultado político inspirado no projeto Grãos de Luz e Griô em Lençóis – Bahia, porque sabemos do encanto para a educação e para a vida em família e em comunidade, para as ciências e para o mundo da escrita que estamos construindo aqui. ’’⁸³

Foi assim que começou. Um conceito que se espalhou pelo país por conta de uma política pública, hoje tema de diversas teses, dissertações de mestrado, artigos científicos, práticas pedagógicas nas escolas. Mais uma vez: “*dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo*”. Com a Ação Griô o saber comunitário, a sabedoria das avós e dos avôs, dos mestres brincantes, das rezadeiras e dos raizeiros, em que o conhecimento farmacológico vem junto com os encantados, com a reza, os mestres fabricantes de tambores, mestres da capoeira, do samba, em sua maioria afroindígenas, mas também ao lado de sábias e sábios do conhecimento imigrante europeu, árabe, japonês. Até mestres construtores de Taikô passaram a se afirmar como Griôs. E são. As vozes dos *Gritadores* da África, presente no grito da capoeira, no grito do samba, que muitas vezes nem se sabia a razão de um grito para colocar uma escola de samba na avenida, vem do grito dos Griôs. Agora se sabe de onde vem.

O Particular-Universal extraído a partir da ancestralidade africana, em pé de igualdade com outros conceitos tornados Particular-Universal, como a democracia, que é referenciada na Atenas da Antiguidade, em prática nada assemelhada com o que se entende por democracia nos dias atuais, registre-se. A democracia como um valor universal vem de um lugar que seria considerado selvagem e não democrático, caso primeiro fossem apresentadas as maneiras de ser daquele povo àquela época. A descrição do pancrário, a atual luta greco-romana, em que era permitido furar os olhos do adversário ou arrancar-lhe a língua com uma mordida, em uma luta de morte para a diversão da

⁸³ In. NAÇÃO GRIÔ – o parto mítico da identidade do povo brasileiro – Lillian Pacheco e Marcio Caires, org – pgs. 12/13 - Grãos de Luz e Griô, Lencóis, Bahia, 2007

plateia, não seria exatamente a descrição de hábitos civilizados, ou a prática da pedofilia com os Efebos, ou a misoginia e submissão das mulheres, em um mundo em que apenas homens bem nascidos tinham direito a opinião e voto. Não são exemplos de democracia ou de uma sociedade de filósofos, a despeito disso, a democracia nascida e experimentada em Atenas se transformou em valor Universal. Por qual razão particularidades africanas, ou de outros povos, não poderiam também serem reconhecidas naquilo que contem de universal? O Particular-Universal há em todas as culturas. Por conta do colonialismo e da colonialidade não há o mesmo esforço em reconhecer o Universal nas expressões desses povos.

Somente após a Ação Griô do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura do Brasil, é que universidades começaram a cogitar na possibilidade de reconhecer mestres do saber popular como saberes a serem reconhecidos pela academia, dando-lhes título de mestre ou doutor. Antes não havia isso. Ainda em 2022 esse reconhecimento por parte da Academia segue controverso. Mas os Griôs seguem por aí.

“Na Cana você vive como escravo, não é? E na Cultura não, na cultura você trabalha com o que você sabe, e você é reconhecido, e você sente o carinho e o trabalho com o povo. E a cana... Deus me livre de voltar nunca mais!”⁸⁴

A declaração acima é de Luiz Caboclo, Mestre Caboclo do Maracatu Estrela de Ouro, lembrando dos tempos em que trabalhava nos canaviais de Pernambuco. A partir do Ponto de Cultura ele teve seu trabalho reconhecido – e remunerado via apresentações e gravações – como Brincante de Maracatu, depois como Griô. Ele complementa que, desde então, seus quatro filhos também participam do Maracatu:

“São três homens e uma mulher, o mais novo brinca de Caboclo de Pena, dois brincam de Caboclo de Lança e a menina sai de baiana”⁸⁵

O Coordenador pedagógico do Ponto de Cultura Estrela de Ouro de Aliança, Severino Vicente, analisa:

“Houve uma valorização muito grande. Eles começaram a se sentir bem consigo mesmos. O Ponto de Cultura abriu uma perspectiva nova para eles. Eles começaram a se sentir importantes. Eles começaram a ter a consciência de que são efetivamente mestres e criadores da cultura brasileira”⁸⁶

⁸⁴ In. ALMANAQUE Cultura Viva, pg. 257

⁸⁵ Idem, pg. 257

⁸⁶ Ibidem. Pg. 258

Mais um pouco de diálogo entre mestres e Griôs, de diversos Pontos e lugares. A fala é deles, eles são os guardiões das sabedorias ancestrais, as bibliotecas vivas. Os escutemos na primeira voz:

“- É uma pessoa mais vivida, que tem mais conhecimento, que guarda aquilo que aprendeu e sabe transmitir. Principalmente me relação às crianças, eu fiquei muito mais conhecida e criamos uma afinidade maior: eles vêm abraçam, chamam pelo nome” (Griô Laurita)

“- Plantar é o que considero mais importante. Saber limpar o arroz, o feijão e o milho pra planta crescer. Se não souber tirar o arroz pede tudo. Tudo tem sua época certa de plantar e de colher, a lua certa. Porque sem alimento ninguém sobrevive e hoje em dia nenhuma criança sabe de onde vem o alimento” (Griô Miuza)

“- O projeto Griô foi importantíssimo para fazer renascer as festas e comemorações entre griôs. Os nossos bailes fazem com que Pirenópolis viva de novo. Jovens da cidade e de outros lugares já estão participando junto com a gente.” (Griô Nô Sanfoneiro)

“- A Ação Griô levantou o Boi de Floriano, ‘Terror das Ondas’, que tava caído por muito tempo. Foi a Ação que deu essa força para o Boi renascer novamente e tocar ele para frente. O pessoal que não dançava mais agora voltou [...] E tem também a parte do Reis [reisado] que é uma parte finíssima, maravilhosa que temos porque o Reis ele saía todo ano e não ‘tava’ saindo mais” (Seu Ademarzinho)⁸⁷

A Ação Griô realizou um encontro entre a tradição oral, transmitida pela ancestralidade, com a educação formal. Mediando este encontro, os Pontos de Cultura. Uma transmissão de conhecimento realizada pela poética, pelo abraço, intensificando a ternura e vínculos de confiança, que foi sistematizada como pedagogia por Lillian Pacheco⁸⁸ a partir diversas referências teóricas e metodológicas, de Paulo Freire à educação biocêntrica. Com o espraiamento, outras práticas e pedagogias foram se adentrando, exatamente por essa direção espiralada na transmissão do conhecimento, presente na cultura popular. Sempre pedindo licença aos mais velhos e aos da chegada. Respeitando a voz dos que fizeram, milhares de pessoas durante o processo, mais alguns comentários. Igualmente extraídos de diversos pontos do país, do ponto de vista de educadores na escola, de jovens e de Griôs aprendizes:

“- A relação da Escola com a Ação Griô é de parceria e encantamento. Todos os educadores do turno matutino estão inseridos nas atividades. Buscamos nessas atividades reconhecer e ampliar o respeito à diversidade e à identidade de cada indivíduo, através da interação dos mestres com o conhecimento prévio de cada criança e educador, fazendo as rodas de contação de histórias, de cantigas e

⁸⁷ Fragmentos de depoimentos de mestres Griôs em diversas regiões do Brasil in. NAÇÃO GRIÔ – Lillian Pacheco e Márcio Caires org. Grãos de Luz e Griô

⁸⁸ Ver PACHECO, Lillian -PEDAGOGIA GRIÔ – a reinvenção da roda da vida- Associação Grãos de Luz e Griô, Lençóis, Bahia, 2006

vivências uma perpetuação das tradições orais” Educadora Maria do Socorro de Andrade Borges – Casarão de Ofícios)

“- As crianças e adolescentes reconhecem suas origens, e, em consequência, se reconhecem nas histórias contadas pelos avós e avós, nas brincadeiras de roda e de rua, nas cantigas e rimas trazidas com tanta afetividade pelos mestres. Os educadores do projeto têm assimilado de forma efetiva esses conteúdos e transformando suas práticas pedagógicas a partir desse encontro de saberes e gerações” (Educadora Ana Lúcia Costa)

“- “A parceria com o projeto Ação Griô da Fundação Terra Mirim foi muito válida dentro da nossa unidade escolar. Nossos alunos tiveram oportunidade de conhecer melhor sua cultura. A integração entre educadores e educadoras foi muito interessante também. Cada educador, dentro de sua disciplina, criou metodologias diferentes para apresentar os conteúdos do trabalho”. (Eliaana Tranqüilino – diretora da Escola Municipal Maria Amélia – Simões Filho, Ba)

“- A partir do projeto aprendi a dar mais importância à história, o encanto que ela dá nas nossas vidas e um rumo diferente também. Aprendi como juntar o mundo da criança com o mundo da tradição oral e levar o saber, que é fundamental para elas, que se encontram em um tipo de distúrbio causado pelas cenas de novelas, filmes e desenhos” (Sandro Espantinho – Griô aprendiz)⁸⁹

Há muitos gritadores por aí. Agora conhecidos por Griôs. No período em que eu estive como secretário da cidadania cultural a Ação Griô alcançou 700 mestres Griôs e Griôs aprendizes (jovens a fazer a conexão de saberes), uma centena de Pontos de Cultura, 200, ou mais, unidades escolares, um milhão de professores e 120.000 estudantes. Custo unitário pequeno, mesmo em custo total, o investimento federal não mais que US\$ 2 milhões em seis anos, muito pouco para o elevado impacto, deveria ter sido mais. Uma Ação que reverbera até os dias atuais e, certamente, irá além. Imaginem se ao invés de o aporte de recursos e reconhecimento ter sido interrompido pelo Ministério da Cultura, caso a Ação tivesse um suporte crescente e contínuo. Não apenas do governo federal, mas de governos estaduais e municipais, também de apoios privados, pois a Ação pode acontecer independente de política pública centralizada. Mestres Griôs há em todos os municípios e rincões do país. Jovens querendo aprender, idem. Educadores dispostos a produzir intercâmbio de saberes, igualmente. Estudantes querendo aprender, mais ainda. É possível juntar os fios e não somente no Brasil. No livro *“Por todos os caminhos”* eu relato experiência em uma escola nos Andes, *Pukllasunchis* (Jogamos, em quéchua), na cidade de Cusco, Peru:

“Me aproximo de um grupo que está tendo aula com um professor comunero (como eles chamam os professores com saberes da comunidade). Ele abaixa e indica uma área no chão, em meio à grama. ‘-Não existe erva daninha, todas tem um uso e um

⁸⁹ *Idem*. Fragmentos em Nação Griô

sentido’, diz aos alunos, apontando para uma erva em forma de trevo: ‘Essa *aznapa* indica que há água no subsolo’. São plantas que avisam se o solo é fértil. Há ervas que só nascem se há sais minerais no solo. Aí vocês saberão que não adianta plantar’. O professor *comunero* fala sobre a força interior das plantas, a alma, o espírito presente em cada ser, fala sobre a energia. Caminhar no campo e ver outras formas de vida é o método de ensino no colégio Pukllasunschis.”⁹⁰

Griôs no Brasil, professores *comuneros* no Peru, mestres da cultura e do saber popular, em todo canto há. O importante é saber reconhecer e reconstruir a identidade coletiva a partir de um senso de lugar que preserve da memória coletiva, reconectando gerações a partir do fio da ancestralidade. Saber integrar conhecimentos ancestrais e comunitários à educação formal, à ciência, ao estudo das artes e da linguagem.

Toda história se faz desde um lugar (lugar-território, lugar-memória), por isso a Cultura Viva considera as dimensões espacial-temporal dos processos históricos, mestres da sabedoria ancestral são os grandes guardiões dos lugares e é a partir dos lugares que se constroem horizontes de sentido. A educação que separa saberes é incapaz de produzir intercâmbio e conexões, é uma educação empobrecedora, formatadora, de colocar na forma. Uma educação que liberta é aquela que integra sabedorias, que é tecida a partir de afetos, unindo conhecimentos científicos e intuitivos, mágicos, saber de laboratório com saberes da vida. Compreender esse tecido com todos os seus fios é contextualizar os processos de conhecimentos percebendo que a prática humana está conectada a lugares atravessados por historicidade. Griôs conectam lugares e histórias.

Escola Viva

Integrando Cultura, Educação e Comunidade, a Ação *Escola Viva* e os Prêmios Cultura Viva. Um triângulo mais que necessário. Até óbvio. Mas não praticado na maior parte do sistema educacional, ou descontinuado quando escolas se fecham intramuros o saber perde horizontes de sentido. Houve Pontos e Pontões com ênfase na Escola Viva, assim como o prêmio Cultura Viva, na mesma temática, que recebeu 2.683 inscrições, vindas de 874 municípios brasileiros, contando com a participação de 300 avaliadores de todo o país. Entre os contemplados: a Cultura Casa-Verde, na unidade escolar Areolino Leônico da Silva, periferia de Teresina, Piauí; ou a rádio instrumental educativa CBM, no município de Serra, Espírito Santo; ou Brasileirinho, tons da aquarela

⁹⁰ TURINO, Célio – POR TODOS OS CAMINHOS, pg 243 – SESC Editora, 2020

cultural de nosso país, no Rio de Janeiro; ou o projeto História da Gente, da Fundação Palavra Mágica, em Ribeirão Preto, levando iniciação e gosto pela leitura em todas as unidades escolares da cidade; ou Ação Educativa da Bienal do Mercosul, em Porto Alegre, com ênfase nas artes visuais; ou a Fundação Acesita em Timóteo, Minas Gerais, com ênfase em música.

Pontos de Cultura, Fundações empresariais, gestores públicos foram premiados por iniciativas singulares, e grupos informais, pessoas físicas, organizações da sociedade civil. A diversidade para além da ação nas comunidades, envolvendo os mais diversos agentes. Houve muitos recortes e muita beleza. Com a Escola Viva a intenção foi resgatar o conceito de Escola-Parque, de Anísio Teixeira em complementariedade aos Parques Infantis, da época de Mário de Andrade na direção de cultura na cidade de São Paulo, pelos idos dos anos 1935. Uma educação em tempo integral, acontecida fora da Escola, no contraturno do horário escolar, ocupando espaços da comunidade, sob o acolhimento das comunidades, integrando artes, patrimônio cultural, equipamentos comunitários e escola, com conhecimento da cultura brasileira, escolas abertas nos finais de semana e recreio nas férias

Abro parêntesis. Das muitas políticas públicas que pude contribuir em minha trajetória como gestor público o *Recreio nas Férias* é que me traz as melhores lembranças e tenho o maior carinho. O iniciei em 1990, quando secretário de cultura em Campinas, ainda muito jovem, tinha 29 anos de idade. Era uma proposta do governo Federal, Collor o presidente, o país estava dividido, como nos tempos atuais e vivendo uma grave crise econômica, com insegurança alimentar atingindo grande parcela da População. A proposta visava oferecer refeições aos estudantes no período de férias, com algumas atividades recreativas na Escola. Os recursos destinados a Campinas seriam de aproximadamente US\$ 100 mil, valor bastante significativo para a época. Coube a mim, como secretário de cultura, esportes e turismo, executar a proposta. Subvertemos por completo a proposta do governo federal e fomos além da simples recreação em espaço escolar, junto ao oferecimento de merenda. Utilizamos espaços comunitários, ruas foram fechadas ao trânsito para atividades de lazer, museus, centros esportivos, bibliotecas públicas e teatros foram os locais de acolhida, em ação de turismo social, com passeio em locomotiva de maria-fumaça, visitas a fazendas e observatório astronômico; até em presídio instalamos unidade do Recreio, para filhas e filhos dos presidiários.

A meta seria para atender 30.000 crianças e jovens, mas alcançamos 90.000 em cada uma das três edições do Recreio, oferecendo atividades artístico-recreativas-

ambientais. Praticamente todos os artistas, agentes culturais e ambientais da cidade foram contratados, também agentes comunitários e presidiários com habilidades para o trabalho de recreação e cultura, atuando na unidade no presídio. Dessa experiência intensa surgiram as Casas de Cultura em gestão compartilhada com a comunidade e que deram origem ao conceito de Ponto de Cultura, anos depois aplicado pelo Ministério da Cultura. Relato esse processo no livro *Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima*. Quando estive como diretor de promoções esportivas, lazer e recreação na cidade de São Paulo (2001/04) pude levar a experiência do Recreio nas Férias para a cidade de São Paulo, com média de 200.000 crianças e jovens por edição⁹¹. Recordo uma passagem que me marcou quando da realização do Recreio nas Férias em São Paulo, logo em sua primeira edição, e que me levou a incorporar a proposta da Escola Viva como uma Ação no Cultura Viva:

“- *Aqui até o ar é diferente!*”, disse um garoto do distrito de Ermelino Matarazzo ao visitar pela primeira vez o Parque do Ibirapuera. Aqueles que tem o Parque como extensão do seu quintal podem achar estranha uma informação destas; afinal, São Paulo parece tão homogeneamente poluída. Mas provavelmente esse garoto vive ao lado de uma via expressa, talvez ais de uma, a marginal Tietê bem ao lado. Sua casa, coo a de tantos outros, construída em loteamento popular, desses que destroem todas as árvores, otimizando espaço de modo a garantir lucro em cada palmo de terra. Vivendo sem sombra, sem recantos e sem paisagem, o ar, de fato deve ser mais pesado, carrega mais dióxido de carbono, arde ao penetrar nas narinas. Um parque como o Ibirapuera, um milhão e meio de metros quadrados, com lagos, muito verde, árvores de diferentes tipos, museus, marquise, caminhos, quadras e brinquedos, mesmo que cercado de carros por todos os lados, de fato, desse ter um ‘ar diferente’. O menino que participou do Recreio percebeu essa diferença e, quem sabe, ao voltar para casa, também se questione sobre o porquê de um parque tão bonito ficar tão distante de sua vida. No momento em que a percepção dos participantes [de uma política pública] atinge esse estágio, a atividade ‘passeio’ ganha um sentido transformador.”⁹²

A resposta daquele menino me deixou desconcertado. Havia me mudado para São Paulo há poucos meses, sofro de asma e o ar na cidade parecia-me igualmente poluído. Mas não, em um mundo desigual, até o ar é desigualmente distribuído, afeta mais os olhos, arde mais nas narinas, arranha mais na garganta de uns que de outros. A sutileza da percepção do menino revelou o ajuste fino nas percepções que uma atividade aparentemente singela, levar crianças para passear no parque, pode provocar. Quando

⁹¹ Para sistematizar a experiência em São Paulo realizamos um Seminário em conjunto com o Sesc-SP, contando com a participação de diversos especialistas. Desse seminário organizei o livro *RECREIO NAS FÉRIAS – Célio Turino org. - IMK, 2004*

⁹² TURINO, Célio – *RECREIO NAS FÉRIAS – uma estratégia para a implantação de uma política pública de lazer e educação em tempos de férias – in. RECREIO NAS FÉRIAS, pg. 11 – IMK, 2004*

instado a pensar em um programa de descentralização cultural que resultou nos Pontos de Cultura aquele encontro ecoava em minha cabeça. Fecho parêntesis.

O sentido da Ação *Escola Viva* e do Prêmio Cultura Viva foi o de aguçar as sutilezas da percepção e, a partir delas, costurar uma trama entre cultura, educação e saberes da comunidade, rumo a uma educação integral. Um esforço para compreender o presente, fazendo uma interseção entre o passado vivo e o futuro que vai nascer, rearticulando escola e vida. Problema que vem de há muito tempo e que Mário de Andrade chamou atenção em uma crônica publicada no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, a 21 de julho de 1940:

“No momento em que o adolescente deixa a escola porque o Estado considera concluída a sua tarefa de socializar a criança, a prática tem mostrado quotidianamente que a simples concessão do diploma de grupo escolar serve para criar um problema maior: o adolescente desambientado em seu meio e, necessariamente, desocupado. Estamos formando levas e levas de milhares de indivíduos sem finalidade na vida, sem orientação futura, mental e psicologicamente inaptos a integrar-se na sociedade em que devem e vão viver porque, pedagogicamente, foram impreparados para uma função assentada na comunidade patrícia.”⁹³

Problema percebido por Mário de Andrade em 1940 e que, de lá para cá, só se agravou e que alguns anos antes ele tentou equacionar quando esteve como diretor de Cultura na cidade de São Paulo, 1935/38, com os Parques Infantis e a proposta de uma pedagogia infantil macunaímica. Analisei essa política pública em minha dissertação de mestrado, NA TRILHA DE MACUNAÍMA – ensaio para uma política pública de lazer (Unicamp, 2004)⁹⁴, em que dedico um capítulo a estudar os Parques Infantis na gestão de Mário de Andrade. O modelo para os Parques Infantis seria o de uma Praça Pública que as crianças poderiam frequentar livremente, no contraturno escolar, como em um permanente Recreio com atividades culturais e recreativas orientadas. As crianças, em idades diversas, passavam a maior parte do tempo brincando e usufruindo do espaço externo, em um aprendizado espontâneo. Apesar de as atividades serem orientadas e monitoradas, não havia preocupação em impor ritmo ou produtividade de aprendizado. Conforme Ana Lúcia Goulart, professora da faculdade de educação na Unicamp:

“Embora não existisse currículo por disciplinas, e nem uma preocupação em alfabetizar ou transmitir conhecimentos escolares, não podemos negar que os

⁹³ *Apud.* “Currículo e Cultura – aquilo que vem sendo denominado de Escola Viva – o que é?” – NOGUEIRA, Adriano e SIMÕES, Chico, *in.* CULTURA VIVA, ESCOLA VIVA – pg. 16 - ano XIX, n. 6, MEC, 2009

⁹⁴ <https://docplayer.com.br/7382800-Na-trilha-de-macunaima-ensaio-para-uma-politica-publica-de-lazer.html>

fundamentos do ‘ensino de história’ adequados à faixa etária em questão estavam sendo desenvolvidos. O Parque Infantil estava muito mais voltado para o conhecimento artístico e a produção cultural. De fato, as crianças brincavam o dia todo, muitas vezes eram brincadeiras orientadas e tantas outras propiciavam, através do lúdico, reviver as tradições nacionais manifestas artisticamente através do desenho, da dança, etc..”⁹⁵

O aprender brincando em respeito à capacidade criadora e colaborativa do ser humano, com atividades de teatro, desenho, marcenaria, jardinagem, modelagem, trabalhos manuais (bordados, tapeçaria), valsa, danças indígenas, gravuras, bailados populares, leitura com biblioteca e prateleiras de livros, clubinho das crianças para interlocução com gestores dos Parques Infantis, aparelhos de brincar, joguinhos, tanque de areia, jogos de damas, dominós, ginástica, roda, corrida, banho de sol... Essas eram as atividades “curriculares” em um Parque Infantil onde a proposta era acolher a criança como ela é. Quando cheguei ao Ministério da Cultura eu estava imbuído dessas ideias e estudos e pude encontrar a realização desses princípios em muitos Pontos de Cultura. Como relatado anteriormente, com a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda, na Chapada do Araripe, ou com os Meninos de Ceilândia, no Distrito Federal, que, a partir da Cultura Popular realizou o projeto “O menino, as raízes e o som” junto a 17 Escolas Públicas do Distrito Federal, oferecendo oficinas de música de bandas de frevo e de pífano, danças e literatura de cordel:

Mulheres, crianças, jovens e adolescentes participam das atividades da Associação Cultural Menino de Ceilândia. Difundir todo tipo de cultura popular e educar oferecendo espaço para desenvolver a criatividade de pessoas da comunidade é um dos objetivos do Ponto de Cultura.” (Ailton Vélez da Silva, coordenador do Ponto de Cultura)⁹⁶

Não há como implantar Pontos de Cultura sem realizar a necessária articulação com a Escola, são espaços correlacionais, cabendo instigar o ambiente escolar a fluir e fruir expressões variadas das formações culturais do entorno, buscando uma melhor compreensão do Brasil e do Mundo. Uma compreensão que se faz a partir das percepções existentes na comunidade, entre festas e encontros comunitários como formas de aprendizado, gerando senso de lugar, sentidos, pertencimentos. Até que identidades vão sendo descortinadas a partir de jogos e brincadeiras, memórias escritas no corpo, nos movimentos, nas sutilezas a serem descobertas na espacialidade e na temporalidade:

⁹⁵ GOULART DE FARIA, Ana Lúcia – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E CULTURA, pg. 200 – CROTEZ Editora, 1999

⁹⁶ *In.* ALMANAQUE CULTURA VIVA, pg. 127 – Ministério da Cultura, 2009

“A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo dessas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiando e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas.”⁹⁷

Como Ser de relação, os humanos são capazes de interferir na realidade de forma consciente. A aproximação entre Escola e Comunidade, mediatizada pelo Ponto de Cultura possibilita que estudantes não apenas estejam no mundo, mas estejam com o mundo, em um conhecimento que não se esgota em padronizações, por incorporar saberes corpóreos, afetos, memórias sensíveis. Nesse jogo de sensações e conhecimentos, racionalizados ou sensoriais, vai sendo constituída uma pluralidade a amparar o enfrentamento de novos desafios, preparando as pessoas para o Agir Comunicativo e transformador. Conforme afirma Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*, ninguém educa ninguém, nem a si mesmo, as pessoas se educam mediatizadas pelo mundo. Com o *Escola Viva* o objetivo esteve em demonstrar que o centro do mundo está na comunidade. E, a partir da comunidade, tecer um mundo em que caibam outros mundos.

COEPI, um Ponto de Cultura em que cabem outros mundos, Comunidade Educativa de Pirinópolis, estado de Goiás, uma cidade histórica na roda das pedras preciosas no Brasil do século XVIII, a cem quilômetros da capital federal. Começaram como uma Escola aberta, a exemplo dos Parques Infantis criados por Mário de Andrade, oferecendo atividades de artes, capoeira, circo, meio ambiente, multimídia no contraturno do horário escolar, para crianças de seis a doze anos (a mesma faixa do Parque Infantil), depois estendida para jovens até 17. Com o Ponto de Cultura puderam intensificar as ações, com oficinas de cerâmica, Catira, organização de festas juninas, Sarau ambiental, programa semanal na rádio local, com participação de Griôs e artistas locais, também um mini Museu do Cerrado. Vamos ouvir os participantes, começando por Tadeu Ribeiro da Costa, coordenador do núcleo multimídia, 26 anos em 2015, que participa do COEPI desde quando tinha dez anos de idade:

“A COEPI tem uma vida, e com isso ela acolhe as pessoas. Quem frequenta a COEPI está sempre sorrindo, de bem com a vida. Isso não é porque são os diretores que fazem isso. É o próprio espaço que propicia isso. É um espaço que, se qualquer um

⁹⁷ FREIRE, Paulo – Educação como prática da liberdade, pg. 43 – PAZ E TERRA - 1967

quiser vir aqui pegar um limão, pode vir e pegar um limão, e não vai ter ninguém dizendo ‘Ei, você não pode pegar um limão’”.

COEPI é um Ponto de Cultura Escola Viva como se fosse um grande quintal, tem instalações edificadas, em bioconstrução na arquitetura do cerrado e muito quintal, área verde, pomar. Foram tornados Ponto de Cultura em 2005, logo com o primeiro edital. Com a chegada dos recursos duplicaram a oferta de oficinas, atendendo mais de 200 pessoas, incluindo adultos e idosos, com cursos de sucata, barro, mosaico, flauta, balé, informática, destacando-se em muitos domínios. Escutando Patrícia Ferraz, coordenadora do Ponto de Cultura:

“O governo foi empoderando a sociedade para entrar em conselhos, exigir isso e aquilo, dando mais ferramentas. A gente também foi se apropriando desses espaços. A gente chegou, numa época, em 2009, que a gente estava em onze conselhos do município: educação, saúde, meio ambiente, criança, assistência social, pelo amor de deus!...” Botaram a gente para participar de tudo.

Diogo Damasceno, 29 anos, participando desde o início do Ponto de Cultura, como Agente Jovem, complementa:

“A COEPI demonstra muito isso na prática, ligando as oficinas nesse contexto. Então as Ações têm uma interface de sempre buscar a reflexão também, a história do reproduzir, da mudança de hábito, de atitude. O fato de investir em projetos que são da comunidade, de investir na juventude como a COEPI tem investido, não só no caso de oferecer oficinas, mas de ser uma parceira, de oferecer o CNPJ, oferecer espaço, o apoio institucional, tudo que ela pode oferecer. Para que essa juventude também, numa condição política, possa também promover mudanças. Num determinado momento, a cidade estava discutindo o plano diretor da cidade, e a juventude estava lá, potencializada pela instituição, para poder intervir no plano diretor, como agora na questão dos resíduos sólidos. As coisas vão interferir em nossas vidas. Então porquê que a juventude não está envolvida, na prática, com o que vai ser decidido? Tanto na condição de aprender, localmente, quanto de intervir, politicamente.”

Para finalizar, a história de Alex:

Iniciou pulando o muro da COEPI. Ele era hiperativo. Não conseguia fazer as oficinas. Ele pulava o muro, jogava bola, ia embora. Aí conseguíamos trazer ele para dentro. E ele começou a fazer várias oficinas. Ele tentava sair, mas a gente insistia, que ele ia continuar. Ele ficou. Ele virou diretor, estimulamos ele a fazer faculdade. Teve época que ele tinha parado de estudar. Ele voltou a estudar, fez Engenharia Ambiental. Agora, ontem, ele saiu também da diretoria, como eu. [...] E a gente sabe que, só de ver o próprio Alex e alguns outros que tiveram aqui com a gente, e como hoje eles se transformaram. Ele veio de uma família altamente fragilizada,

emocionalmente. Irmão traficante, isso e aquilo outro, e você vê a pessoa dizer: ‘não, eu vou mudar’⁹⁸

Isso é Escola Viva. Há muitas por aí.

9. *Copa*

E a árvore se abriu em copa, de galhos e ramas, outros galhos e outras ramas vão surgindo. Novos contornos, detalhes, colorações, mas ainda assim, conceitos-metáfora de um particular-universal que é conectado, por isso folhudo e copado. A árvore foi ficando frondosa entre *Pontões e Pontinhos de Cultura*, e *Cultura e Saúde*, e *Pontos de Memória*, *Pontos de Leitura*, *Pontos de Mídia Livre...* E *Economia Viva*, e *Tuxauas e Aretés...* Também pequenos brotos distantes com *Pontos de Cultura para brasileiros residentes no exterior*. E *Asas e Teias*, com seminários, exposições, encontros, estudos... No balanço da árvore a beleza foi composta pela sinfonia do vento. “*Ele me coisa. Ele me rã. Ele me árvore. De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os ocasos.*” (Manoel de Barros, *Mundo Pequeno I*, in. *Cantigas por um passarinho à toa*). E a copa da árvore abraçou o vento que vem de algum lugar e vai para algum lugar.

Na Copa da árvore da Cultura Viva há até aquilo que deixei de citar, como em toda árvore da abundância. Os detalhes só vistos por alguns, porque localizados em ângulos fora do alcance da visão para outros. A visão que se faz a partir de ângulos. Há até o que ainda não foi inventado e não foi visto e escutado, mas é imaginado. A sinfonia dos ventos. Não seria possível compreender a ideia de Ponto de Cultura e da Cultura Viva sem entender essa dimensão múltipla e orgânica. Inefável até. Ramos e galhos vão delineando caminhos, sentidos e direções, até formarem uma copada entre sons e silêncio, luz e sombra.

A interação entre identidade e sentidos. O ser e o vir-a-ser resulta em ações conceituais e abstratas, mas com forte resultado prático, fincado nos territórios e na memória. Chega e se esvai com o vento. Para cada uma das Ações do Cultura Viva houve dezenas, centenas de contemplados, mesorredes foram compostas (teatro em comunidade, audiovisual, pessoas com deficiências, quilombolas, dança contemporânea..., o que

⁹⁸ Excertos do relatório Ponto de Cultura Interarte-COEPI, produzido por pesquisadores da Universidade Nacional de Brasília -UNB- in. PROGRAMA CULTURA VIVA – impactos e transformações sociais, pgs. 109/118 – BRASIL, Mário e RIBEIRO, Hugo (orgs.) OPCULT – Observatório de Políticas Públicas Culturais – UNB, 2016

fosse), alcançando milhares de pessoas, para além dos territórios de atuação dos Pontos de Cultura. Como o próprio nome diz, Cultura Viva. E com raiz forte para aguentar o vento.

Quando se reduz a ideia da Cultura Viva apenas à transferência de recursos para organizações culturais de base comunitária, o sentido do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura é mutilado. Quando das ‘*machadadas*’ a manutenção do repasse de recursos por parte de alguns governos estaduais e municipais, foi uma forma de irrigação a impedir que a planta secasse. Em tempos de falta d’água e agressões toda gota é bem vinda e necessária. Mas o que aconteceu a partir da segunda década do século XXI, preciso reconhecer, foi empobrecedor. Houve uma mutilação à árvore por poda malfeita.

Como as sementes cultivadas e melhoradas há milênios, dessas que não são patenteadas nem foram geneticamente modificadas para impedir o autocultivo, os Pontos de Cultura são sementes sem dono. Mas é necessário ter quem cuide, como um software-livre com código-fonte aberto e disponibilizado desde o início, a quem quiser contribuir, aperfeiçoar e cultivar. Depois de lançado o Ponto, o limite é a potência das redes, a imaginação coletiva. Ativando e instigando as atividades nos territórios, as Ações convergentes, por vezes inusitadas. Preferencialmente com nomes lúdicos e poéticos em referência à identidade, como *Griô, Tuxaua, Pontinho, Pontão...* A vida precisa de poesia.

Pontões

Pontões foram criados para atuarem como articuladores, capacitadores e difusores em rede, geridos em consórcio entre Pontos de Cultura, um por um Ponto com capacidade muito própria e que mereça ganhar alcance. O valor transferido é maior que o de um Ponto de Cultura, observando hoje, considero que o ideal é de até cinco vezes mais, não além disso. Cinco ($2+3=5$), respeitando a sequência de Fibonacci. Para o equilíbrio na rede é necessário preservar uma geometria e proporcionalidade na distribuição de recursos; essa preocupação sempre esteve presente, desde a concepção do programa, assegurando equilibrada distribuição regional de recursos, no início eu fazia cálculos à mão, de cabeça, evitando que uma unidade da federação fosse mais bem aquinhoadada que outra, inclusive compensando assimetrias (custo amazônico, regiões com menor IDH, grupos historicamente alijados, temáticas...).

Para que a árvore cresça frondosa cabe respeitar essa proporcionalidade, da mesma forma que é necessário manter um valor único para todos os Pontos de Cultura,

em todo território nacional. O papel do Pontão é o de repassar conhecimentos, articular iniciativas em torno de uma temática, como um nó a dar sustentação à rede. Com o Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô percebi que era necessário dar escala ao que realizavam na Chapada Diamantina, no interior do estado da Bahia. Griôs há em todos os lugares e com todos os povos. Tornados Pontão, percebemos que era necessário dar sustentação e equilíbrio à rede, que se distribuía por todo território nacional. Novos Pontões foram criados, em um total de seis. Com isso a própria rede de articulação foi melhor distribuída, de Lençóis, a *Regional Bahia*, onde tudo começou; de Pernambuco, a *Regional Ventre do Sol*, dos estados de Alagoas ao Rio Grande do Norte; a *Regional Brasil Central*, De Brasília ao Espírito Santo, passando por Minas Gerais e Goiás; a *Regional das Águas*, do Ceará à Amazônia; ao estado do Rio de Janeiro coube uma regional específica; de São Paulo para o sul, a *Regional da Terra*, com 9 Pontos de Cultura e as demais com 8. Essa é a lógica, como se fosse uma renda, há o *Pontinho*, o Ponto, o *Pontão*, e com isso vai se dando forma à rede.

Chegamos a quase uma centena de Pontões em seis anos de trabalho. Em torno desses, uma média de 13 (5+8=13) Pontos de Cultura para cada Pontão, abarcando próximo de um milhão de Pontos de Cultura conectados a Pontões, nas mais variadas temáticas, também por território. O objetivo seria envolver a totalidade dos Pontos de Cultura (3.500 em 2010) conectados em rede com ao menos um Pontão de Cultura. Como demonstrei anteriormente, a partir de 2011 houve uma quebra abrupta dessa lógica, infelizmente. Caso não tivesse havido a interrupção o Brasil teria experimentado a mais vanguardista proposta de autogestão comunitária em política pública no mundo. Ainda retomaremos esse conceito, se não no Brasil, em algum país que compreenda o conceito da Cultura Viva em totalidade. Isso vai acontecer, e espero que em mais de um país. Qual o sentido disso? Imaginem. Vincent Carelli fez um convite à imaginação:

“Imaginem quando nossos filhos e netos puderem, desde cedo nas escolas, se familiarizar e se interessar pela diversidade das culturas indígenas deste país, e estabelecer uma relação lúdica e criativa com a diversidade. Será um privilégio para nós, um redescobrimto do Brasil. Ao conhecer esses povos, teremos mais chance de respeitá-los, e aqueles que serão vistos, se sentirem mais reconhecidos.”⁹⁹

A diversidade indígena, negra, imigrante, cabocla, caiçara, periférica. Há tantas diversidades. Vincent Carelli, brasileiro de origem belga, dedicou a vida à causa

⁹⁹ CARELLI, Vincent - Um novo olhar, uma nova imagem, in. VÍDEO NAS ALDEIAS – 25 anos-, pg. 51 – Vídeo nas Aldeias, 2011

indígena, em particular repassando conceitos e técnicas do audiovisual, formando uma das mais belas redes de cineastas indígenas no mundo. O indígena na frente e atrás das câmeras, autor do argumento, roteiro, filmagem, atores, direção, montagem e finalização. Pelo Vídeo nas Aldeias foram realizados mais de uma centena de filmes em curta e média metragem, documentais e de ficção, produzidos pelos mais variados povos indígenas. O Vídeo nas Aldeias foi um dos primeiros Pontões de Cultura, Vincent relata o significado deste fato no impulsionamento do que talvez seja a maior rede de cineastas indígenas no mundo, pouco conhecida no Brasil, mas bastante reconhecida no exterior, inclusive com inúmeros prêmios internacionais. O caminho, em três momentos:

“Depois de dezoito anos de trabalho financiado pela cooperação internacional e muito pouca visibilidade nacional, no governo Lula, e o ministro Gilberto Gil e sua equipe realizaram uma verdadeira revolução nas políticas públicas da cultura. Assumindo que ‘o Brasil não conhece o Brasil’, e que num ‘País de todos’, todo cidadão deve ter não só direito de consumir, como de produzir cultura desde a sua perspectiva, se iniciou uma nova era de valorização da diversidade cultural brasileira, e se democratizou o acesso aos subsídios da cultura.

[...]

Neste contexto, o programa Cultura Viva, que subsidiou Pontos de Cultura por todo o Brasil, deu um apoio considerável à rede de aldeias atendidas pelo Vídeo nas Aldeias, possibilitando a compra de melhores câmeras e equipamentos para edição de filmes nas aldeias, dando-lhes maior autonomia de produção, a realização de inúmeras oficinas de formação e encontros e a publicação de coleção de DVDs Cineastas Indígenas, com a compilação dos melhores filmes de autoria indígena.

[...]

Num momento em que vários países da América Latina implantam programas e formulam leis inspiradas no modelo brasileiro da Cultura Viva, o Brasil parece abandonar os avanços do governo Lula e voltar a uma política elitista de subsídio cultural. No PAC do governo – Programa de Aceleração do Crescimento- não devemos nos esquecer que o ‘PAC da Cultura e da Educação’ talvez sejam os mais importantes deles.”¹⁰⁰

No que Joaquim Manã, em idioma *Manã Bai* complementa:

*“Agora a gente trabalha com vídeo, mas a gente já fazia livros. Eu pensava: ‘se eu escrever para meu povo, eles vão poder ler e continuar praticando nossa cultura. Com o vídeo, todos vão poder aprender, não só os alunos que sabem ler e escrever, mas também as crianças, os velhos, todos vão acompanhar [...]’. Se a gente tivesse o vídeo antigamente, a gente veria os rituais que nosso povo fazia, e os sábios que já se foram.”*¹⁰¹

¹⁰⁰ CARELLI, Vincent - Um novo olhar, uma nova imagem, in. VÍDEO NAS ALDEIAS – 25 anos-, pg. 50 – Vídeo nas Aldeias, 2011

¹⁰¹ VÍDEO NAS ALDEIAS – pg 119

Pontão *Video nas Aldeias*, uma rede a perpetuar os sábios que já se foram. Houve tempo no Brasil em que tivemos quase uma centena de Pontões de Cultura nas mais diferentes temáticas e territórios. Grandes e frondosos jequitibás a avistarem o mar de copas das árvores, verdes em todos os tons, também o rosa, o roxo, o branco e o amarelo. Não há como impedir o jequitibá de subir às alturas. Ele vai subir.

Pontinhos

Pontinhos para o lúdico e a cultura da infância. A cultura popular, as brincadeiras infantis, do Moçambique e a Folia de Reis, o jongo, as *trocinhas* e trava-línguas, as brincadeiras de criança. Uma rede foi potencializada a partir do Ponto de Cultura Bola de Meia, no Vale do Paraíba Paulista, que depois se estendeu por todo Brasil. Mais de 300 *Pontinhos* e alguns *Pontões*. Pelos Pontos e *Pontinhos* se descortina a linguagem metafórica, cifrada, do Jongo:

“Ei campo quimô / ei campo quimô/ piquira tá curiando/ piquira tá curiando” - canção do Jongo, quando nas senzalas cujos versos eram introduzidos para avisar da chegada do feitor, ou algum “olheiro”, que poderia descobrir a trama de uma fuga ou rebelião (“*ei campo quimô*” – o campo queimou), mas percebida a tempo pelos escravizados, porque havia alguém observando (“*tá curiando*”) a movimentação na fazenda, normalmente um menino em vigia (“*piquira*”- um peixinho).

Canções indecifráveis para o público leigo passaram a ganhar sentido a partir da historicidade e contextualização. No refrão “*o cumbi virô, ei, ei, ei / o cumbi virô, ei, ei, ei / cumbi, á, á, á, á, á / cumbi, á, á, á, á*”. Cumbi é também chamado por “*sole*” em referência irônica a senhor, tratado por *Sinhô*, em que *sole* seria o Sol. O senhor de tudo e de todos na fazenda e que aparece de repente. “*Virô*”. No Jongo, praticado até os dias atuais na região das antigas fazendas cafeeiras do vale do Paraíba (também no sul do estado do Rio de Janeiro e na região de Campinas), que tiveram grande concentração de mão de obra escravizada, se canta numa mistura de idioma bantu com português arcaico. Nessa mistura idiomática se reproduz a autoidentificação de um povo que foi mantido escravizado que, ao mesmo tempo em que era mantido cativo, eram livre em sua cultura e sabiam da potencia que tinham, que tem. Por isso se perpetuam até os dias atuais, em histórias e canções passadas de avós para netos.

“Junta, junta, mosquito polva! Marimbondo chegou agora / Junta, junta, mosquito polva!”.

Marimbondo é o feitor e o mosquitinho pólvora os escravizados, que sabem da força que tem quando se juntam. A transmissão da cultura infantil contém elementos da cultura adulta, mas ela é reproduzida de forma consistente quando transmitida entre as crianças, a de dez anos orientando a brincadeira para a criança de oito anos, a de oito introduzindo a criança de seis. Uma pequena interrupção nessa linha tênue de passagem de conhecimento já é suficiente para quebrar a linha, fazendo a cultura infantil definhar até o sumiço da brincadeira. É quase uma linha horizontal de transmissão de cultura, despersonalizada, que nem se conhece a autoria, mas que é repassada entre crianças. Florestan Fernandes analisou esse fenômeno no ensaio *Trocinhas do Bom Retiro*, bairro paulistano popular, característico pela chegada de imigrantes de diversas origens, também bairro de infância de Florestan. Roger Bastide, no prefácio ao ensaio *Trocinhas do Bom Retiro* assinala que o estudo da cultura da criança ainda era (é) um domínio bastante negligenciado:

“Há entre o mundo dos adultos e o das crianças, como que um mar tenebroso, impedindo a comunicação. Que somos nós, para as crianças que brincam ao nosso redor, senão sombras?”¹⁰²

Antes de ir trabalhar no ministério da cultura estive como diretor de lazer e recreação na prefeitura da cidade de São Paulo e procurei compreender o universo da cultura infantil e a produção das maneiras de ser a partir de jogos, brincadeiras e divertimento. Quando no ministério da cultura saí em busca de boas práticas entre Pontos de Cultura, com o mesmo desejo que se sucedeu com a Ação Griô, procurando espriair experiências, práticas e conceitos em torno do lúdico e da Cultura Infantil. Encontrei lindas experiências e uma delas foi o Ponto de Cultura Bola de Meia, de São José dos Campos, vale do Paraíba, interior de São Paulo:

“O velho modelo ‘aquele que sabe manda’ e ‘aquele que ainda não sabe, obedece’. Este modelo verticalizado vai se repetindo nas ações dos profissionais que trabalham na escola, na cartografia das salas de aula, onde um estudante senta atrás do outro, em fila, durante 4 horas ou mais, olhando a nuca de seus colegas e os olhos de seus amigos. Esse tipo de atitude provoca sutilmente um deslocamento social e psicológico complexo e estrutural. Pois sem a prática da roda, das relações circulares, onde todos podem se olhar, a tendência é o exercício do individualismo, do ostracismo.

Cada vez, nós educadores, artistas, monitores dos Pontos de Cultura, nos deparamos com muitas dificuldades sociais de crianças, as ‘sociopatias’ em maior ou menor

¹⁰² BASTIDE, Roger – prefácio à Trocinha do Bom Retiro, Revista do Arquivo Municipal-SP, 1947

grau. É comum encontrar crianças extremamente tímidas, inseguras, agressivas, aspectos sociais agravados pela falta de contato visual, direto franco.

Por isso os Pontos de Cultura reinventam outra relação de ensinar e aprender num contexto de cultura, do brincar, do descobrir o mundo. Cada Ponto de acordo com sua vocação propõe uma nova metodologia, uma prática educativa mais significativa, a Educação Circular, Pedagogia da Roda, onde todos podem contribuir com seus pensamentos, ideias e ações. Aqui no Ponto de Cultura Bola de Meia, além da roda de memória, do acolhimento, também utilizamos as cantigas de roda, as brincadeiras tradicionais trazidas pelas próprias crianças com modificações de sua temporalidade e também os brinquedos construídos pelas próprias mãos, os carrinhos de rolimã, as cordas, os elásticos, os barbantes, os papéis, a reutilização de materiais recicláveis e a bola, é claro. Passamos a bola de meia para que cada criança possa falar e assim vamos exercitando o lugar de fala do outro, um exercício lúdico que aos poucos vai dando lugar a um respeito natural, fluente, da palavra de cada um.” (Jacqueline Baumgratz)¹⁰³

A reprodução social a partir da cultura da infância é repassada pelos próprios grupos de graças, que se encarregam de transmiti-la através de rodas, troças, adivinhas e brincadeiras. Segundo Walter Benjamin a verdadeira essência da educação deveria ser a observação, e o melhor momento para a observação está no tempo das brincadeiras, do lazer, da contemplação. No Pontinho a criança se encontra consigo mesma, e com outras crianças, se vê nelas. Ao se situar na realidade social entre pares a criança ganha condições de enfrentar a realidade e rompe com determinações. Uma educação que se faz com jogo, fantasia e brincadeira até ir alcançando certo grau de autonomia de ação e ser capaz de sobreviver e forjar uma vida em relações de reciprocidade e interdependência. Se quisermos caminhar no sentido da civilização e não do egoísmo e da barbárie, há que começar com as crianças, muitos tentaram, não conseguiram, mas experimentaram, abriram caminhos, portas generosas que se entreabriram, por elas muitos passaram, brincando jogando, se divertindo, pulando corda e rolando bambolê. A ação do Ponto de Cultura se tornou Pontão. Pontão não, *Pontinho de Cultura*.

Cultura e Saúde

Em 2007 o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde celebraram acordo de cooperação para ações conjuntas, surge a *Ação Cultura e Saúde* do programa Cultura Viva. Uma Ação para promover o diálogo entre práticas tradicionais de saúde e tratamentos contemporâneos e científicos, o Ser humano como um ser integral, a saúde

¹⁰³ BAUMGRATZ, Jacqueline – Educador Brincante, Feliz Estudante! *In*. Livro Brinca Brasil, vol. 1 – pg 13 – Cia Cultural Bola de Meia.

como qualidade de vida e a cultura como expressão do autocuidado e do cuidado com o outro.

No primeiro edital foram 41 Instituições contempladas, do maior hospital público do Rio Grande do Sul, o *Grupo Hospitalar Conceição* a Pontos de Cultura com raizeiras e raizeiros, pessoas com deficiências intelectuais, surdos, cegos, medicina indígena, quilombola, ervas medicinais. A rede *Cultura e Saúde* contou com 120 projetos. De todas as iniciativas, a mais espalhada e entusiasticamente recebida, foram os Pontos de Cultura de Parteiras e Doulas. Em 2010 eram mais de 60.000 parteiras no Brasil e a rede Cultura e Saúde ajudou a impulsionar a luta pela regulamentação da profissão de doulas e parteiras. Em muitas partes do país as parteiras são as únicas a garantir o primeiro direito humano, que é o de nascer bem, um parto humanizado para mãe e filho. O mesmo com as doulas, a mulher que serve, conforme o significado da palavra, que vem do grego. Doulas, as mulheres que dão suporte físico e emocional às gestantes, antes e depois do parto. O Ponto de Cultura *Cais do Parto*, de Olinda, Pernambuco, foi uma das referências para essa rede:

“Nós não fazemos o parto, quem faz é a mulher. É a mulher que vira do avesso para colocar seu filho no mundo. E isso vai fazer uma diferença social. Essa criança vai ser trazida com o que a gente considera como o primeiro direito humano, o direito de nascer bem. O desafio é você fazer com que a sociedade compreenda que a mulher está perdendo o seu direito de parir. Com o empoderamento da mulher do seu parir, ela começa a conduzir, a mudar a sociedade de uma forma diferente. Cada parteira, na sua região, tem uma cultura e isso tem que ser preservado através dos rituais, das rezas, das bênçãos, da medicina popular. [...] Em 2004 entre o Ministério da Cultura com a proposta dos Pontos de Cultura, que dá um avanço na visibilidade, na questão do trabalho em equipe. Várias instituições começaram a se conhecer, já que aqui em Olinda mesmo, eram oito Pontos de Cultura, e até então a gente não se conhecia direito. A partir disso você começa a criar outras parcerias, a partir do Ponto você começa a ter esse entrosamento.” (Marcele Carvalho – doula e parteira, coordenadora do Ponto de Cultura Cais do Parto, que à época do depoimento, 2009, já havia participado de cerca de 400 partos)¹⁰⁴

Os Pontos de Cultura da rede *Cultura e Saúde* tiveram um relevante papel na transmissão de conhecimentos nas redes básicas de saúde, junto a unidades de Saúde da Família, realizando rodas de conversa com profissionais de saúde e usuários, ajudando no cultivo de farmácias vivas, a sabedoria das plantas, as ervas. Em ação integrada com CAPS (unidades de atendimento psicossocial), foram realizadas inúmeras oficinas de artes a pessoas com transtornos mentais, em todo o país. Muitas ações espalhadas pelo

¹⁰⁴ Almanaque CULTURA VIVA – pg. 191.

Brasil, rádios produzidas por pessoas em tratamento mental, em Campinas, em Santos, exposições de arte. Hoje, escrevendo em retrospecto, fico imaginando. Se conseguimos chegar a 120 Pontos de Cultura e Saúde em 2010 (o melhor momento da rede), o que não teria acontecido caso houvesse 1.200 Pontos de Cultura e Saúde em 2020? Como medir o impacto do que não aconteceu? Qual o melhor indicador? Que tal escutar uma mãe? Ticiane Alves, que teve dois partos acompanhados pela equipe do Ponto de Cultura Cais do Parto:

“Foi um momento incrível, ele [Tucuaã, o filho mais velho, então com 3 anos] fez questão de estar comigo toda hora, ele alisava minha barriga, ele me beijava, e meu marido também. Nos dois partos meu amigo estava muito presente, que é outra coisa importante, é muito bom quando você tem o seu parto com o seu companheiro, em harmonia. A comparação que eu faço é que no hospital a gente começa a ficar só: não pode entrar sua mãe, não pode entrar seu marido, uma vez ou outra é que pode, quando é em hospital particular, quando se conhece o médico.”¹⁰⁵

Passados 13 anos de depoimentos como o acima, o movimento por parto humanizado está mais forte, há mais hospitais públicos que incorporam essa lógica. Que começou como política pública com as parteiras das ilhas Bailinque no Amapá, em Olinda, Pernambuco, com o Cais do Parto. Tantas mulheres anônimas, tanta gente boa guardando os segredos da vida. As medicinas da floresta, das raízes. Tantas mulheres e homens que servem ao próximo. Doulas, as que cuidam, os que cuidam. Cada uma deu o seu ponto na renda que vai sendo tecida pela cultura viva do bem cuidar.

Pontos de Memória

Organizados pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), os Pontos de Memória partem do conceito e da teoria que embasou a Cultura Viva e os Pontos de Cultura. Os primeiros 12 Pontos de Memória começaram em 2009. Em 2011 eram 60:

“Na esteira dos Pontos de Cultura e inspirado por realizações como a do Museu da Maré/RJ [Museu em favela, no complexo da Maré, montado a partir de um Ponto de Cultura e que conta a história da comunidade] os idealizadores do projeto e os técnicos que compuseram a equipe se propuseram a fazer que esses grupos se apropriassem de conceitos e de ferramentas da Museologia Social para melhor

¹⁰⁵ *Idem*. Pg. 190

exercerem seu direito à memória” (Cintia Maria Rodrigues Oliveira – coordenadora de Museologia Social – IBRAM)¹⁰⁶

Junto aos Pontos de Memória, os *Agentes da Memória*, jovens, identificados na comunidade, a realizarem o plano de ação em suas comunidades. No Museu Comunitário na grande São Pedro, em Vitória; no Taquaril, em Belo Horizonte; na Brasilândia, suas Vilas e seus Jardins ao pé da serra na zona norte de São Paulo; com o Museu Cultura Periférica, em Maceió; em Nazaré da Mata, às margens do rio Madeira, em Rondônia... Muitos Pontos a ativar inventários participativos, a escolher memórias e patrimônios relevantes às suas comunidades. Muitas Agentes de Memória a fazer poesia a partir de suas descobertas:

“Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro

Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro

Parada Seis, Sentido Bairro/Centro

[e vice-versa]

Sofia pensava no seu bairro

Como mais uma periferia:

Longe de tudo,

Local onde apenas dormia.

Museus, no seu pensamento

Locais que contam histórias,

De uma grande minoria

Com farsantes trajetórias.

Porém, contudo, todavia,

Entre-um-tanto

Entrou no ônibus Pinheiro,

Parada vinte e quatro,

Para a lida de mais um dia,

E, pela janela, parada seis,

Parou o olhar:

Avistou um Museu Comunitário

Passou a frequentar.

Aprende que distante

Pode ser relativo.

Periférico:

Depende do ponto de referência

¹⁰⁶ PONTOS DE MEMÓRIA: metodologia e práticas de Museologia Social, pg. 8 - IBRAM, 2016
<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Pontos-de-Mem%C3%B3ria-Portugu%C3%AAs.pdf>

Que a História é feita no presente e,
Alguns museus, na sua essência,
Escutam diferentes histórias,
Contadas pela pequena maioria

(autora: Camila Albani Petró)¹⁰⁷

Pontos de Leitura

Foram 600 Pontos de Leitura com investimento de R\$ 12 milhões em compra de acervo bibliográfico, 500 livros por Ponto, metade em obras de ficção, outra metade dividida entre obras locais, livros de referência, infantis. Também computador, impressora, mobiliário básico. Pequenos Pontos de Leitura a serem instalados em qualquer lugar. E *Agentes Jovens de Leitura* a visitarem famílias em favelas, assentamentos rurais, ribeirinhos, incentivando a leitura, lendo poesia, literatura infantil, contos, crônicas, trechos de livros, contação de histórias. Agentes jovens a se deslocarem de bicicleta ou barco, com livros no embornal. Barca das Letras, navegando pelas águas da Amazônia:

“A ideia surgiu do desejo de fazer algo pelo coletivo, fazer a minha parte nesse universo de possibilidades que é o voluntariado. Mas não queria fazer algo no campo do assistencialismo. Queria algo que ajudasse na liberdade das pessoas. [...] As primeiras atividades junto às comunidades aconteceram em uma viagem pelas comunidades da Reserva Extrativista do Rio Cajari, no sul do estado do Amapá. [...] Este foi o primeiro contato com as crianças das comunidades, onde levei apenas gibis e comecei a ver o imenso interesse das crianças por aquele universo novo que estava sendo apresentado a elas. Ali eu vi que ia dar certo o projeto, pela receptividade carinhosa tanto das crianças quanto dos adultos. [...] À noite, após o jantar, sentado à beira da ponte da Comunidade Santo Antonio do Ajuruxi fiquei admirando a bela lua e pensando em um nome para nossa biblioteca. Mas um nome que expressasse aquilo que tínhamos nos tornados até aquele momento. Foi então que pensei: ora, se as pessoas usavam canos no seu dia a dia para ir e vir pelos rios, transportar o alimento diário (peixe, açaí, farinha) e quando ficava velha a transformavam em uma horta que ia ajudar na alimentação do corpo, ora, então também poderiam usar essa canoa para alimentar a alma, enchendo-a de livros e transformando em uma biblioteca para a comunidade, denominada ‘Barca das Letras’. E assim foi...” (Jonas Banhos, auditor fiscal, idealizador e impulsor da Barca das Letras pelos Igarapés da

¹⁰⁷ *Idem*. Pg. 39

Amazônia, onde ele chega vestido de palhaço encantando crianças, jovens, adultos e velhos)¹⁰⁸

Nascia um dos mais lindos Pontos de Leitura que conheci (também uma amizade, dessas que se cultiva à distância, mas que sempre se mantém) e um Navio Biblioteca, navegando em infindáveis igarapés, divulgando empatia e alteridade. E um poema:

“Navio Biblioteca
Um navio de guerra chega ao cais!
-Vão tomar de assalto.
-Saquear a cidade.
-Escravizar o povo.
-Que bom! Grita o palhaço.
-É velho navio aposentado
Armado até os dentes
Com livros.
(Francisco Mendes)

Jonas Banhos, o palhaço Ribeirinho, junta muita gente ao lado dele. Gente que vai e vem, e assim segue pelas águas e montanhas, pelos sonhos, fantasias e imaginações a perder de vista. Singrando o mar de água doce, levando livros, letras e brincadeiras para o povo das margens dos rios. E navega tanto pelas águas amazônicas que já consegue falar com o boto. *Afuá, afuá...*, a língua do boto. Também nome de uma cidade ribeirinha na ilha do Marajó. Eu estive lá, uma cidade em palafitas. Se comunicando em afuá, a Barca das Letras segue pelos igarapés. *Afuá, afuá...*

Pontos de Mídia Livre

A primeira chamada pública para Pontos de Mídia Livre foi anunciada por mim no Fórum Social Mundial realizado na Amazônia, em Belém do Pará, a 29 de janeiro de 2009. R\$ 3.2 milhões em investimento (US\$ 1,6 milhão) a financiar a comunicação livre como um direito humano básico, o direito à informação polifônica, democrática, vinda das comunidades; inicialmente para contemplar 40 propostas, depois ampliada para 60. Foi uma Ação resultante de demanda do Fórum dos Blogueiros Progressistas, em 2008, quando vários agentes de midialivrisimo, sobretudo jornalistas independentes,

¹⁰⁸ BANHOS, Jonas e BATISTA, Pedro César, orgs – BARCA DAS LETRAS: cartas de navegação e utopias, pgs 31/33 – Editora Cronos, 2022

perceberam que a solução encontrada para a ação cultural nos territórios, via Ponto de Cultura, seria uma boa alternativa para a Mídia Livre. O conceito-chave é mesmo, comunicação livre e democrática como direito humano fundamental, assim como o direito à cultura e ao protagonismo sociocultural nos territórios, realizada pelas comunidades, deve ser financiada por políticas públicas. Todavia, o ministério das comunicações sequer cogitava uma política nesse sentido, nem como experimentação piloto. Todo debate sobre o financiamento da comunicação profissional no país, seguia, e segue, no velho modelo de financiamento via venda de espaços publicitários, assinaturas ou compras avulsas. Mal se dando conta do que viria a se passar nos anos seguintes.

Ao final de 2008 eu realizei reunião com representantes dos blogueiros progressistas (Antônio Martins, *Le Monde Diplomatic*, e Altamiro Borges, Centro de Estudos de Midia, Barão de Itararé) em São Paulo, um mês depois o edital para chamamento dos primeiros Pontos de Mídia Livre estaria lançado. Nesse ínterim, representantes de TVs Comunitárias (à época aproximadamente oitenta em atuação no país) encontraram-se com o ministro da cultura, Juca Ferreira, pedindo que esse campo também fosse incluído entre os programas e ações do ministério. Juca pediu para que eu os atendesse. No mesmo dia decidi incorporar as TVs Comunitárias e também as Rádios Comunitárias (essas não chegaram a explicitar demanda) no conceito de Mídia Livre. Nascia mais uma Ação a interconectar os Pontos. Mário Jéfferson Leite Melo, diretor Presidente TV CIDADE DE TAUBATÉ, conta como foi essa história, inclusive mostrando os desdobramentos. TVs e rádios comunitárias, quando imbuídas desse propósito, tem um compromisso e impacto nos territórios que é único. Durante o enfrentamento à pandemia de Covid, várias transmitiram aulas à distância, por suas ondas, atendendo a crianças e jovens sem acesso à internet em banda larga; ações de solidariedade, muita coisa boa e bela, necessária e única, se faz através de rádios e tvs comunitárias. Mário Jefferson também relata um caso específico, quando a cidade histórica de São Luiz do Paraitinga sofreu uma terrível enchente, quando a Igreja Matriz, erguida no século XVIII, em taipa, veio abaixo, dissolvida pelas águas que tomaram a cidade, outras edificações centenárias também, gente que perdeu tudo, alguns a vida. Foi o então Pontão de Cultura da TV Cidade de Taubaté, que teve um papel de primeira hora, fundamental na mobilização da solidariedade e enfrentamento à catástrofe que se abateu sobre a cidade de São Luiz do Paraitinga:

“O nosso encontro, enquanto TVs Comunitárias, com as políticas públicas do Ministério da Cultura se deu de forma efervescente no ano de 2009. A TV COMUNITÁRIA de Taubaté, que foi criada em 2002, procurava formas de sustentabilidade e enriquecimento de sua grade de programação. Junto a outros dirigentes, fomos até o então Ministro da Cultura JUCA FERREIRA reivindicar participação nos processos de editais, foi então que, por telefone, o Ministro falou com seu Secretário Nacional de Políticas Culturais, o historiador Célio Turino, que de imediato, apresentou uma forma republicana de participação através de “Prêmios”. Falou da construção do projeto “Ponto de Mídia Livre”, que estava sendo criado para atender as demandas das mídias alternativas. Foi um dos mais

abrangentes projetos já pensados para o setor e, com sinal verde, naquele mesmo ano já foi publicado o primeiro edital de Mídia Livre.

Depois, o entrelaçamento com o então gestor cultural, Célio Turino, foi se fortificando e de lá, passamos a PONTÃO DE CULTURA com o projeto Central de Mídia Distribuição e Produção Cultural. Muito antes de se falar em “trabalho em rede”, Célio Turino já havia desencadeado o projeto “Brasil de Ponto a Ponto”, onde os trabalhadores de Cultura participavam contando suas experiências e fomentando a necessidade do trabalho integrado. Tive a oportunidade de caminhar ao lado do Turino em diversas localidades, registrando suas palestras e encontros com o povo da cultura e, até em momentos difíceis como foi o caso de São Luiz do Paraitinga, na sua catástrofe, onde até sua Igreja caía em ruínas com a força das águas, e lá estava ele, interrompendo suas férias para ajudar a população através de recursos substanciais na reconstrução de seu patrimônio histórico cultural.”

Abro parêntesis. Ao longo de 40 anos como servidor público (gosto de me apresentar como servidor, aquele que serve) construí uma teoria que me orienta nas funções públicas que exerci: o tempo, a agilidade, são componentes fundamentais na formulação e execução de políticas públicas. Desde Campinas, quando trabalhei como agente cultural em bairros periféricos e favelas no tempo da ditadura, organizando cineclubes e feiras de arte, passando pela direção de museus da cidade, depois secretário de cultura e turismo, ou quando diretor de lazer e recreação na cidade de São Paulo, ou quando no Ministério da Cultura, como secretário de programas e projetos, logo transformada em secretaria da cidadania cultural. Gestor público que não mostra a que veio logo nos primeiros dias é comido pelo sistema. Nos tempos atuais nem há tempo para “governo de cem dias”, há que chegar com diagnóstico preciso, clareza de propósitos e agir. A consulta democrática se dá no convite à ação coletiva, a partir de propósitos comuns, cuja medida é definida no território. A democracia real é a que acontece no fazer coletivo, compartilhando ideias e sentidos, e que vai sendo moldada no processo. Em todos os momentos em que estive em cargo público busquei agir assim e não me arrependo. Em dois dias o conceito, método, custos e metas para o Cultura Viva estavam prontos, em 40 dias o programa já estava na rua, em seis meses os primeiros Pontos estavam em ação. Agi dessa forma em outras políticas públicas anteriormente aplicadas por mim, sei da dificuldade, mas não me arrependo. Se a ideia é boa e necessária ela tem que ganhar formato, teoria, diretriz, os conceitos precisam ser claramente apresentados, e a proposta tem que ser rapidamente colocada em prática. A ordem e a permanência são da lógica de todo Sistema histórico, havendo um conjunto de normas e regras a impedir as mudanças, impondo o conformismo. Quem se conforma se deforma. O Estado é uma

fôrma necessária, assim como o poder, mas quem não sabe lidar com ela, se deforma. Fecho parêntesis.

Em 2008 já era possível antever o transbordamento das matrizes tradicionais de comunicação, no modelo Broadcast, quando a emissão e transmissão da informação por meio de sons e imagens se dá de forma centralizada. Com a internet em banda larga a polifonia estava posta. Seria questão de tempo transformar cada pessoa de posse de um smartfone em uma emissora de rádio, ou televisão, ou jornal. À época os smartphones ainda não haviam chegado ao grande público, mas já era possível antever. A qualidade da informação, se lixo informacional ou conteúdos reflexivos vinculadas a processos comunitários e de vida, a forma, se de afeto ou de ódio, seria completamente alterada, inclusive no modo de remuneração. Era premente experimentar formas de financiamento público para a informação relevante, e sem censura ou dirigismo, que fossem um antídoto aos discursos de ódio. Surgem os Pontos de Mídia Livre como resultado do diálogo estabelecido com os blogueiros progressistas e comunicação comunitária. Barbara Szaniecki, que participou do processo, analisa o ocorrido:

Nesse sentido, os “Pontos de Mídia” que o governo Lula, através do Ministério da Cultura começa a implementar como iniciativa pública, são uma tentativa de conceitualizar um projeto que tem como objetivo favorecer a proliferação dos avanços das tecnologias digitais e a multiplicação das informações e dos canais de comunicação, em particular das mídias independentes com maior potencial de experimentação. Esse projeto assume como premissa que essa proliferação é essencial para o desenvolvimento de uma política de comunicação e informação, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de condições necessárias e suficientes para tornar mais democrático o processo de constituição da opinião pública, além das tradicionais mediações privadas e estatais. As mídias independentes, com efeito, são o elo forte (e não o elo fraco) desse processo, posto que são as únicas capazes de radicalizar o sentido do trabalho colaborativo a serviço da informação e da comunicação.”¹⁰⁹

Houve uma convergência de análise entre o que estávamos elaborando conceitualmente no Ministério da Cultura e o movimento social pela democratização da mídia, entre pensadoras e ativistas. De um lado era possível perceber a crise de Mediação, em que os meios de comunicação tradicionais já não conseguiriam “pautar” a opinião pública através do monopólio de informação. De outro, as formas de comunicação vindas das bordas, propiciadas pela internet e redes sociais que engatinhavam, bem como pelos

¹⁰⁹ SZANIECKI, Barbara e SILVA, Geraldo – PONTOS DE MÍDIA – in. *LUGAR COMUM*, n. 27, pg. 96
https://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810120832Pontos%20de%20Midia%20-%20Barbara%20Szaniecki%20e%20Geraldo%20Silva.pdf

meios de gravação e difusão audiovisuais, que cresceriam exponencialmente na década seguinte. No meio disso a necessidade em assegurar informações com um mínimo de apuro, ética e credibilidade, no que remete à questão do financiamento. Do que procurei coletar de experiências semelhantes pelo mundo, não encontrei nenhuma conceitualmente tão avançada e democrática como os Pontos de Mídia Livre.

Exemplos de projetos contemplados como Ponto de Mídia Livre: difusão de poesia e informações em sacos de papel de padarias, para embrulhar pão; rede Mocarongo para comunicação em comunidades ribeirinhas no rio Tapajós, via sistema de autofalantes; Observatório das Favelas; Ônibus-Ponto de Mídia, para comunicação performática, com o veículo em movimento; e sites e blogs sobre cultura, meio ambiente, comportamento, notícias; e Rádios Comunitárias; e TVs comunitárias.

Uma rede em dinâmica colaborativa através do compartilhamento de conteúdo de comunicação e cultura, ligando comunicação e vida social a partir da proximidade e da cooperação, foi o conceito inicial. Assim como o desenvolvimento de produtos midiáticos interativos. Infelizmente nessa parte não pôde ser plenamente executada, por descontinuidade, também por incompreensão, talvez a ideia estivesse além do momento, mas chegamos a desenvolver uma plataforma autônoma, para compartilhamento de vídeos, fotos e notícias, a Xemelê, abasileirando o código XML. Uma iniciativa de comunicação pública não estatal, fomentando inicialmente veículos de alcance comunitário e nacional em determinadas temáticas. Apesar de inspirada nos Pontos de Cultura e conceitualmente semelhante, inclusive na mecânica de transferência de recursos, há que fazer uma distinção entre Pontos de Cultura e Pontos de Mídia Livre, pois há especificidades, apesar de complementares. Após a experimentação poderia ter se transformado em uma boa solução de financiamento da comunicação em escala, sobretudo pela origem comunitária, atravessada pela dinâmica dos movimentos, sendo radicalmente polifônica.

A Mídia Livre, comunitária, polifônica, que, a partir desse conceito e Ação pode ter presença em todas as comunidades e territórios do país, de qualquer país. É vital para a contenção da disseminação de notícias falsas, negacionismo e o estabelecimento de um controle cidadão e democrático nas sociedades. No entanto o rumo vai em sentido contrário, não somente no Brasil. Nos Estados Unidos surgem os “desertos de notícias”, com o fechamento de 2 mil jornais locais nos últimos 15 anos. Pela diminuição de meios independentes de financiamento (assinantes, compradores avulsos e anúncios

comerciais), somente na Alemanha, a circulação dos grandes jornais caiu 45% nos últimos 20 anos.

Como resposta, sobretudo nos países do hemisfério ocidental, desde 2018 vem sendo desenvolvido o Fórum sobre informação e democracia, com apoio da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), objetivando apresentar soluções para a Comunicação como direito humano fundamental e base para a convivência em sociedades democráticas. Dessa articulação surgiu o relatório *Um Novo Pacto pelo Jornalismo* (que utiliza a expressão *New Deal*, em referência às reformas implementadas nos EUA nos anos 1930 para recuperar a economia do país após a Grande Depressão). “*O objetivo é repensar o jornalismo, não como ‘setor de mídia’, mas como elemento central da liberdade de imprensa e de expressão*”, afirma Christophe Deloire, secretário-geral da RSF e presidente do Fórum. Todas as questões atualmente levantadas em países como Estados Unidos e Alemanha já haviam sido solucionadas conceitualmente no Brasil com a política pública da Cultura Viva e os Pontos de Mídia Livre. Sameer Padania, um dos impulsores do *Novo Pacto pelo Jornalismo*, explica as razões e o que o movimento internacional tem procurado:

“- As forças que minam o velho jornalismo e tentam restringi-lo, controlá-lo e extingui-lo em alguns lugares estão ficando mais fortes, e as técnicas e as frentes a partir das quais isso acontece estão se multiplicando.”

Sameer é um dos autores do relatório desenvolvido pelo Fórum sobre Informação e Democracia, com o apoio da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF). O objetivo é dar um novo impulso aos órgãos de mídia – impressa, digital ou linear – e mantê-los sobrevivendo, por vitais para a democracia. Eles perceberam que a realização do *Novo Pacto* só será possível se os governos e as instituições fundamentais nas sociedades democráticas assumirem o financiamento direto à Comunicação Livre. Entre as recomendações que os países destinem 0,1% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para o jornalismo profissional, que no Cultura Viva colocamos como algo mais amplo e conceituado como Mídia Livre. Outro caminho, que aqui apresento como sugestão, seria um imposto sobre o faturamento das redes sociais, algo entre 2% e 5%, que seria destinado a um Fundo para a Mídia Livre, afinal, se as redes sociais são os principais difusores da desinformação, pós-verdade e cultura do ódio, nada mais justo que paguem um imposto para financiar o antídoto.

O princípio é o mesmo que ensaiamos com os Pontos de Mídia, com o governo se comprometendo a respeitar e apoiar uma independência ilimitada, tanto

editorial quanto estrutural, como foco em projetos inovadores, aberto a diversos formatos, digitais ou não. Pelo formato do Ponto de Mídia Livre as soluções são sob medida porque se adequam à realidade de cada agente de mídia, como no conceito de Ponto de Cultura. Via articulação em rede, conectando Pontos de Mídia Livre locais, temáticos, regionais ou nacionais, será possível tecer uma visão e uma plataforma para o espectro mais amplo. Plataformas de compartilhamento a partir de grupos de afinidade e interesse, compartilhando conteúdos e informações em um fluxo contínuo de ideias e criações. Com isso se assegura o financiamento da Mídia Livre, de forma ética, democrática, comunitária ou profissional, não por meio de anúncios, que sempre implicam em alguma forma de controle ou censura, que combinada a redes de assinantes e contribuintes dá sustentabilidade coletiva à comunicação. Não por meio de manipulações ou dirigismos, mas porque a coletividade construiu um consenso de que a Comunicação Comunitária e a mídia livre são vitais. Ao lado do financiamento de base pública, assegurando um patamar mínimo de sustentabilidade, também anúncios, incentivos fiscais, monetizações, assinantes, contribuintes, cupons para que cidadãos indiquem a quais mídias querem destinar recursos, o que for. Tudo é possível e melhor quando o alicerce regular e justo para a manutenção democrática e equilibrada está assegurado.

*‘Vários governos já falaram sobre a necessidade de apoiar o jornalismo independente, preservar a liberdade de imprensa e assegurar que os cidadãos tenham acesso à informação. Eles precisam agora agir e exercer liderança nessas questões’, disse Padania.’*¹¹⁰

No Brasil, mesmo que de forma experimental e limitada, e feita por um ministério que não o das Comunicações, nós agimos. Da mesma forma que todo município precisa contar com uma Escola, uma Biblioteca, uma unidade básica de saúde, um Ponto de Cultura, uma câmara de vereadores, também precisa de Pontos de Mídia Livre e Comunicação Comunitária, não controlados pelos poderes locais. O mesmo em escala regional, estadual, nacional. Esse fomento tem que ter de origem diferente da verba publicitária, que ao final sempre implica em atrelamento e subordinação. Uma política pública com acesso universal, evitando qualquer forma de controle Estatal/político-partidário sobre os conteúdos jornalísticos, de criação e informações. Vale destacar conclusão em artigo de Bárbara Szaniecki e Geraldo Silva, sobre as contradições no

¹¹⁰ In. <https://outraspalavras.net/outrasmidias/contra-a-crise-do-jornalismo-o-possivel-papel-do-estado/>

interior do governo Lula e o fato de uma iniciativa inovadora no trato da Mídia haver partido do Ministério da Cultura e não das Comunicações:

“O fato de a iniciativa governamental dos Pontos de Mídia ter como protagonista o Ministério da Cultura e não o Ministério das Comunicações, revela claramente o posicionamento das forças políticas em conflito. Sem dúvida, as políticas de comunicação do governo Lula têm sido, até agora, bastante controvertidas. A escolha de Hélio Costa como ministro das comunicações, cujo principal triunfo à frente da carteira foi a escolha do padrão japonês de integração digital e o posicionamento¹¹¹ vantajoso dos principais conglomerados de mídia nesse contexto, representa, de fato, um impasse do governo perante as forças que postulam uma política de democratização da informação e da opinião pública. [...] Contudo, uma das virtudes do governo Lula tem sido a de deixar brechas ou espaços de ação política que possibilitam pensar alternativas de radicalização democrática. Os Pontos de Mídia significam um avanço nesse sentido. Porém, será preciso não apenas que iniciativas como essa se consolidem como política pública, mas que também ocupem espaço institucional que lhes corresponde: o Ministério das Comunicações.”¹¹²

Afora a experiência dos *Pontos de Mídia Livre*, o que sucede no Brasil e nos demais países, com maior ou menor grau de democracia, resvala em formas de controle, via cota de verbas publicitárias ou subsídios à circulação e distribuição, preservando a mídia dominante e amiga. Os Pontos de Mídia Livre, pela forma das chamadas públicas e prática, seguiram em caminho oposto, escancaradamente livre e experimental. Depois que eu saí do governo houve a tentativa de alguns editais na temática, porém, de alcance bastante inferior ao primeiro, de 2009. Em 2015 houve um edital, um tanto quanto mais restrito que o primeiro e que mesmo assim se efetivou, interrompido pelo Golpe de Estado de 2016.

Ao lado dos Pontos de Mídia Livre havíamos iniciado uma política para assinatura de revistas impressas nas temáticas de juventude, cultura, negritude, ambiente. Ao todo foram 10 publicações, cada uma devendo distribuir 5.000 exemplares a Pontos de Cultura e Bibliotecas Comunitárias. Foi algo bem sucedido, os recursos eram suficientes para o trabalho, incluindo a distribuição direta, e foram importantes para sustentar uma dezena de revistas impressas. Era um contrato que previa renovações automáticas por até cinco anos, quando eu saí do governo deixei os recursos alocados, no entanto, de forma abrupta, sem qualquer motivação, a nova gestão do MinC, em 2011, decidiu interromper as assinaturas, no que acarretou até mesmo no fechamento de algumas dessas publicações.

¹¹² SZANIECKI, Barbara e SILVA, Geraldo – PONTOS DE MÍDIA – in. *LUGAR COMUM*, n. 27, pg. 101

A despeito das dificuldades e descontinuidade, o conceito de Ponto de Mídia Livre permanece. Quem sabe algum governo, no Brasil ou em outro país, o adote com toda a prioridade que merece. Nesses tempos de guerra híbrida, lixo informacional, pós-verdade, negacionismo e cultura do ódio, a Mídia Livre e Comunitária é mais que necessária para a democratização da informação, tanto no acesso quanto na produção. Quanto mais informada uma sociedade, melhor ela estará aparelhada para processar a quantidade incalculável de estímulos e poluições produzidos pelas novas tecnologias da informação e comunicação. É vacina.

Cultura e comunicação são indissociáveis. O ideal em organização de governos, seria coloca-las lado a lado, em um só ministério, pelo sentido comum das ações. O ato de comunicar só é realizado em contexto cultural e uma cultura só se realiza quando comunicada. Todas as esferas da vida prática, do cotidiano, associadas a campos de poder e disputa, às elaborações do pensamento e ideologias, estão contidas e expressas na relação entre cultura e comunicação. Compreender essa dimensão resulta em um deslocamento de ênfase, quando a abordagem por transformações sociais deixa de ser economicista e com foco nas estruturas para uma maior atenção às questões culturais, maneiras de ser e interpretar o mundo e ao papel da sociedade na definição de um equilíbrio de forças. A fusão entre comunicação e cultura abre uma outra perspectiva para a transformação social. Comunicação contempla transmissão, recepção e resposta e esses não são fatores meramente técnico. Por princípio, cada Ponto de Cultura é um Ponto de Mídia Livre, mas cabe especificidade, desde que integrada à mesma copa da árvore, nutrida pela mesma seiva e raiz.

Pela ação conjunta Comunicação/Cultura encontramos uma Cultura Comum. Mas mesmo sendo algo comum a toda sociedade ela não é igual a todos. O desafio para uma cultura comum reside em assegurar acesso equilibrado às condições materiais e de informação (a base seria a escola pública, de qualidade, gratuita, laica e universal). É quando o encontro entre cultura e comunicação produz o salto dialético, ou quântico, a possibilitar transformações qualitativas no ordenamento social. Se a cultura é algo privilegiado de poucos, ela também é herança de novas classes que emergem. A cultura que grita da ancestralidade traz também a voz para a libertação da cultura dominante.

Todavia, tanto os valores da dominação como da libertação são constantemente reformulados e ressignificados, interagindo entre si. Daí o papel ainda mais estratégico da interação entre cultura e comunicação, pois essas desempenham papel crucial na manutenção e funcionamento do sistema dominante. Não há como falar em

hegemonia sem compreender a árvore por cujo caule passam os líquidos da cultura e da comunicação. Para Raymond Williams, hegemonia vai além da cultura, se relacionando com todo processo social, distribuições específicas de poder e influência. Sem essa compreensão, a ação cultural em pontos isolados, por maior que seja a quantidade e diversidade torna-se incompleta, daí há que dar as mãos à comunicação. Da mesma forma, enquanto a comunicação não der as mãos à cultura, ela restará impotente e servil ao poder dominante. Em Williams, hegemonia:

“É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores -constitutivo e constituidor- que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas da sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma ‘cultura’, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes”¹¹³

Os significados e valores que organizam a vida comum são elaborados a partir da interação entre comunicação e cultura. Desse modo, a busca por uma hegemonia é sempre processual, fruto de renovação e recriação contínuas, também de resistência, mas não só, tornando a descoberta do Particular-Universal uma chave a abrir portas nesse processo. Uma hegemonia não significa uma ação totalizante e uniformizadora, nem totalitária, uma relação de complexidade que envolve confrontos e negociações, que em todas as partes, também carrega o residual e o emergente. Cabe aos subalternos, aos “de baixo” compreender esse processo e se apoderar dos meios para o estabelecimento de maior equilíbrio nas relações de poder. A Mídia Livre é mais um ponto, mais que um ponto, um ponto-cruz, nessa rede, dando tamanho e aparência uniforme à rede, mas cada um com o seu desenho.

Economia Viva.

¹¹³ Williams, Raymond – CULTURA e SOCIEDADE, pg. 113 – Editora Nacional, 1969

À época ganhava força o conceito de economia criativa, vindo a Inglaterra¹¹⁴ e Austrália, em alguns países também conhecido por *Economia Laranja*, conforme proposta do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Segundo o conceito de economia criativa a lógica está em perceber a criatividade como negócio, transformada em meio para gerar emprego, ganhar dinheiro, capital e lucro, demonstrando a natureza e a relação entre economia e criatividade. Evidente que conhecimento, criatividade e imaginação geram economia. Ao longo da história milhões de pessoas viveram e vivem a partir de cultura e da arte. E isso é muito bom. Vale repetir citação colocada anteriormente, na voz do mestre Luiz Caboclo, do Maracatu Estrela de Ouro, falando dos tempos em que cortava cana e na mudança que a Cultura Viva resultou na vida dele (e de tantos):

“Na Cana você vive como escravo, não é? E na Cultura não, na cultura você trabalha com o que você sabe, e você é reconhecido, e você sente o carinho e o trabalho com o povo. E a cana... Deus me livre de voltar nunca mais!”¹¹⁵

O problema com o conceito de Economia Criativa tal qual aplicado pelos países hegemônicos do capitalismo é a subordinação da Arte, da cultura, da imaginação e da criatividade, aos princípios e valores da economia dominante. A Economia também é expressão de cultura e o capitalismo se estabelece a partir de uma ética e moral a definir valores e modos de ser. Ao lado da exploração do capital sobre o trabalho e do uso intensivo dos bens comuns extraídos da natureza, o desejo pela acumulação infinita em um mundo finito compõe o tripé da acumulação capitalista, coisificando relações e impondo uma ética que está levando o planeta ao colapso. A exploração da natureza e dos seres humanos está submetida a essa lógica, egoísta, individualista, competitiva, alienante, coisificadora.

Quando a “economia criativa” é capturada pela ética capitalista, s desejos, as subjetividades e a criatividade passam a ser fonte de valor e acumulação. Por isso optamos por um outro conceito, de Economia Viva, uma economia vinculada aos processos de vida, que não explora nem aliena, que se percebe como parte da Casa Comum, do planeta, da comunidade, incentivando arranjos econômicos cooperativos, circulares, sem explorar o trabalho alheio, nem a natureza. Uma economia do comum, que pede permissão à natureza, nossa mãe dadivosa, que nada nega aos seres que a habitam, desde que usem

¹¹⁴ Conceito formulado por John Howkins a partir do livro *“The Creative Economy: how people make Money from ideas”*, de 2001, no Brasil publicado com o título *“Economia criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas”* Ed. M.Books 2012

¹¹⁵ In. ALMANAQUE Cultura Viva, pg. 257

seus furtos com respeito, que pede permissão e colabora com a coletividade no sentido do bem comum.

A Cultura Viva tentou apontar em direção contrária àquela em que arte e cultura se subordinam acriticamente aos ditames da economia dominante. Evitando que a arte e a cultura sejam comidas por ela, mastigadas, engolidas e cuspidas. Os valores da partilha, do respeito, da solidariedade e do compartilhamento, podem ser mais fortes que a força das coisas, mas para que isso aconteça é necessário começar. Começamos pelas bordas, pelos Pontos. Partindo desses princípios, em 2009 foi lançada a *Ação Economia Viva*, como uma proposta de fomento a iniciativas econômicas das comunidades, a partir dos Pontos Cultura. Um dos selecionados foi o Ponto de Cultura da União de Mulheres do Campo Limpo, na zona sul em São Paulo. Com o recurso recebido elas puderam criar um Banco Comunitário e Moeda Local. À moeda deram o nome de Solano, em homenagem ao poeta negro e comunista, Solano Trindade:

“Só nas estações / quando vai parando / lentamente começa a dizer / se tem gente com fome / dá de comer / se tem gente com fome / dá de comer / se tem gente com fome / dá de comer / Mas o freio de ar / todo autoritário / manda o trem calar / Pisiuuuuuuuuu” (Solano Trindade, poema Tem gente com fome – da série Poemas da luta do povo)

Uma *Economia Viva* a fazer calar o trem das economias que matam. Uma economia viva que se faz de baixo para cima, pela força do povo empobrecido e explorado. Não um povo carente, e sim potente, faltando apenas um ponto de apoio e uma alavanca para que consiga mover o mundo. A iniciativa surgida pelo Ponto de Cultura da União de Mulheres do Campo Limpo segue como Agência Solano Trindade, a moeda Solano se consolidou e é usada regularmente em aproximadamente 200 estabelecimentos comerciais e de serviços na zona sul da cidade de São Paulo, eles seguem com microempréstimos a moradores da região... E foram além.

Pela Agência Solano Trindade houve o empreendimento na formação de uma cozinha solidária, horta comunitária, armazém orgânico e cardápio vegano. Iniciativas que seguem nos dias atuais, mantida e mantendo recursos na comunidade, articulando o comércio de vizinhança, a economia solidária, sendo inspiração para inúmeras dissertações e teses¹¹⁶. Em 2021, Thiago Vinícius, que começou como Agente Cultura Viva no Ponto de Cultura, entrou na lista “*World’s 50 Best Restaurants*”, um dos

¹¹⁶ Vide FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA: um estudo de caso - Luciana Raimundo - Catálogo de Livros ED (ufsc.br) entre outras

principais reconhecimentos internacionais para a nova gastronomia, por conta do projeto “*Organicamente Rango*”. Ele é um dos 50 jovens de diversos países que estão transformando a gastronomia no mundo. Ao saber do prêmio, o jovem da quebrada, declarou:

“Estamos muito felizes com esse prêmio, porque ele coloca a periferia no circuito gastronômico de São Paulo, que é conhecido no mundo, mas tem poucos representantes da periferia. A nossa maior felicidade, porém, é poder coroar o trabalho desenvolvido pela Tia Nice e por todas as mães da quebrada. Essas mulheres produzem o alimento que ajuda todos nós a lutarmos todos os dias contra a violência, o racismo, o transporte lotado e as desigualdades. Esse prêmio coroa o trabalho de todas as mães da periferia.”¹¹⁷

O conhecimento e a criatividade fluem mais quando liberados. Por isso Economia Viva como oposto à economia morta, aquela que transforma tudo e todos em coisa. O chamado por Economia Viva foi uma forma de convidar as pessoas, a partir dos Ponto de Cultura e organizações comunitárias, a pensar em como organizar a economia de um modo diferente, a construção do bem viver, a sustentabilidade da vida social em meio à riqueza cultural e ambiental, que não são recursos a serem explorados indefinidamente, mas potência a impulsionarem um mundo mais bonito, em que haja o suficiente para todos. Isso é economia pensada a partir da cultura, que deve ser generosa para ser justa.

Nós somos o que fazemos de nós. Podemos nos fazer em um ambiente de ganancias, egoísmo, competição e exploração, em que apenas poucos ganharão e muitos perderão, ou podemos nos fazer em outro sentido, a partir da ideia da solidariedade e da colaboração, com respeito ao próximo. É uma questão cultural, que se coloca entre a economia das ganancias e acumulação infinita, em que nada basta, ou uma economia do suficiente, do digno, do bom e do justo para todas e todos, e todes. Uma economia em que caibam todos, esse é o sentido de uma Economia Viva, que se move por decisão cultural ao escolher a cooperação, a criatividade e a beleza como caminhos a compartilhar.

Areté, Tuxaua e Asas

¹¹⁷ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/20/jovem-do-capao-redondo-em-sp-entra-para-lista-de-50-lideres-que-transformam-a-gastronomia-no-mundo.ghtml> Ver também: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/14/armazem-organico-resgata-cultura-alimentar-das-favelas-a-periferia-e-phd-em-alimentacao>

Areté, dia festivo em Tupi, ou excelência e virtude em grego antigo. *Areté – Eventos em Rede*, um edital para financiar festivais, encontros, mostras, feiras, realizadas por Pontos de Cultura e organizações da sociedade civil em parceria com Pontos de Cultura. Houve apenas uma edição, com 113 contemplados, em prêmios que foram de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil¹¹⁸. Entre os selecionados, propostas como: *Encontro de mestras e mestres da cultura popular – A peleja de Nêgo Chico contra a cabeça de Cuia*, no município de Santa Rita, no Maranhão; ou um *Festival de Teatro no Interior do estado do Amapá*; ou um encontro de *Adélias, Marias, Franciscas...* em Itaúna, Minas Gerais; ou *Arte Musical na Foz do Chico* [o rio São Francisco], em Piaçabuçu, Alagoas; ou *Mostra Ribeirão em Cena, de Teatro*, em Ribeirão Preto, São Paulo; ou *ECOS, gritos que se perdem*, no Rio de Janeiro; ou *Sambadas do Amaro Branco*, em Olinda; ou *BR 174 – via de mão dupla*, [a estrada que atravessa as terras do povo Waimiri-Atroari] em Boa Vista, Roraima. Eventos que jamais haviam recebido recursos públicos para serem realizados, e que, provavelmente, não mais receberam nos anos seguintes. Um Brasil que foi se revelando dos sulcos da terra, dos mais afastados e esquecidos.

E *Tuxaua*. Também do Tupi, em referência aos mediadores, não propriamente caciques, mas mediadores entre povos e aldeias indígenas, destinado a lideranças de reconhecido trabalho nos Pontos de Cultura. Como mediadores na rede, um valor de R\$ 49.400,00 em 2011 (aproximadamente US\$ 20 mil), para cada um dos contemplados, permitindo que pudessem se manter e também promover suas atividades de articulação entre Pontos. Foram 40 contemplados em todo o país, em propostas como: “*Escola Caiçara Itinerante – semeando novas lideranças e perpetuando a cultura de povos tradicionais*”, “*Cultura e Economia Solidária pela sustentabilidade dos Pontos de Cultura*”, “*Uso sustentável de software livre*”, “*Terreiros da Tradição*”. “*Lutheria de instrumentos percussivos em rede*”, “*Cibercidadania indígena*”, “*Etno-fotografia*”, “*Mulheres em rede*”. Sempre com esse princípio, reconhecendo e potencializando ideias, pessoas, organizações, esse é o sentido da Cultura Viva, que passa pelo ponto, mas vai além, e, ao ir além, tece a rede em forma de renda.

E *Asas*. Há que ter asas para que a cultura voe. Um prêmio livre, para reconhecer e apoiar as melhores práticas entre os Pontos de Cultura e Ações apoiadas pelo Cultura Viva. Diferente dos demais editais e chamadas públicas, o prêmio Asas foi

¹¹⁸<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/culturaviva/confira-os-113-ganhadores-do-premio-arete/index.html>

criado para que os contemplados pudessem utilizar o recurso (R\$ 80.000,00) da forma que melhor conviesse a suas necessidades, fosse investimento em aquisição de edifício ou terreno, obra, equipamentos. Foram 66 os contemplados. Um deles:

“Hoje acordei com a imensa alegria de ver publicado no Diário Oficial da União que o Ponto de Cultura Estrela de Ouro foi contemplado com o Prêmio Asas. Esse reconhecimento nos fez ver um filme que começou lá em 1998 quando eu conversava com Zé Lourenço na praça do Arsenal, em Recife; e ele tentava me convencer a trabalhar com o Maracatu Estrela de Ouro. Me fez ver todos da Chã de Camará carregando telha, tijolo, cimento e madeira para erguer a casa sede do Ponto. Ver Jarbas de prancheta na mão fazendo cálculos de arquitetura para que nada desse errado. Ver o professor Severino Vicente ensinando como ensina até hoje lições de vida e de amor à cultura. Ver Luiz Caboclo, Mestre Zé Duda, Biu do Coco, Mestre Mariano comprando instrumentos e tecidos para renovar os brinquedos. Me fez ver as mulheres vestidas de baianas e também carregando água para fazer comida e lavar roupas. Pai Mário recebendo o espírito de Mestre Batista. A comunidade dançando nas festas de Terreiro. A jaca cortada no terraço. Ploc no computador. O coco gravando CD. O caboclinho gravando CD. TT Catalão suando poesia. Célio comendo feijoada. A velha guarda da Mangueira emocionada. Tâmis abaixada fazendo pesquisa. O apito de Zé Duda chamando a caboclada. E Lourenço carregando sua pasta. Minha Valéria encantada trabalhando nos bastidores orientando toda a equipe. Cândida fazendo todo mundo se tocar e se respeitar. Nós todos na França com Laure e Luiz pelas ruas de Paris depois de um show de sucesso. Os lançamentos dos livros. Ângelo produzindo o Festival Canavial. Ângelo Aimberê abrindo mais uma conta e nos protegendo no Branco do Brasil, Eberdan fazendo de tudo um pouco, sem medo de aprender. Théo gravando mais um CD. Angélica organizando cada documento. Wanessa ensinando com paciência e beleza. Professora Isa, invertendo o lado da gola para mostrar a nossa construção. André Dib levando nossa história para os quatro cantos do mundo. Jorge Mautner, Afonjah e Jacobina no meio do Maracatu. Lula Gonzaga ensinando cinema. A foto de mestre Batista na sala olhando a mim brincar um pouco com as crianças. Enfim, tantas imagens, tantos dias, tantos projetos, tanto trabalho, tantos prêmios. Mas esse prêmio é maior que todos os outros, porque ele confirma que nós estamos contribuindo para que o Brasil tenha uma política cultural democrática. Porque ele não premia apenas uma parte do Ponto de Cultura Estrela de Ouro. Ele premia a todos. Ele confirma para o Brasil e para o mundo que em Aliança existe um grupo de pessoas que está mudando a história do Carnaval.

São 11 anos que me fizeram entender melhor o mundo e saber que no coletivo o indivíduo se revela e caminha com mais firmeza nos pés. Quero agradecer a todos que imprimiram em mim algo de humano, algo de paixão, algo que levarei para sempre. Quero agradecer a todos por terem acreditado que esse projeto de vida não é uma loucura, é uma construção no terreno do improvável, no terreno do sensível e que se tornou uma pequena subversão para a construção do BRASIL VIVO.” (Afonso de Oliveira – Ponto de Cultura Maracatu Estrela de Ouro de Aliança – Pernambuco)¹¹⁹

¹¹⁹ *Apud.* PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pgs. 253/254

Pontos de Cultura são assim. E por aí fomos trepando na árvore. Sempre surgia um novo galho, uma nova rama, uma folha a balançar. A árvore da Cultura Viva é viva e as machadadas não conseguiram cortar o tronco. Fincada em raízes fortes, dança com o vento e dá sombra.

10. *Frutos*

Uma árvore que é arvoredo dá muitos frutos, eles vão se espalhando, alcançando outras árvores até germinar noutros lugares. Uma árvore umbrosa, que dá muita sombra, alimento e beleza. Não houve limite para a criatividade. Um método de gestão em rede aplicado em política pública que assegurou meios para que as comunidades organizadas pelo Ponto de Cultura tivessem (tenham) condições materiais e simbólicas para a resolução de problemas locais, elegidos por eles, a partir da imaginação e da inventividade comuns. Para isso recebiam recursos financeiros, aprendizagem e articulação horizontal em rede, difusão de seus trabalhos, estímulos e novas ideias. A teoria, os conceitos, a forma do chamado pelas Ações, veio do Estado, por vezes já pré-elaborada, em outras a partir de escuta. O Estado ouvia e propunha, mas a solução para cada Ação vem da comunidade, e com especificidades em cada projeto, em um novo processo participativo, em que o povo diz “como quer fazer” e não somente “o que demanda”. A forma Ponto não deforma os processos vividos nos territórios, que se apropriam do Ponto de acordo com suas necessidades, desejos e possibilidades, jamais o inverso. O Ponto é o múltiplo no Uno, a unidade na diversidade, que comporta a particularidade e a contingência e assim se faz Universal.

Cultura Viva, assim mesmo, no singular, é a expressão da diversidade complementar, quanto mais variada em termos de expressões, temáticas, origens étnicas, melhor. Quando integra tudo isso em amálgama, melhor ainda. E quando incorpora novas diferenças, ainda mais. Até alcançar o inusitado, o profundo. Houve (há) Pontos de Cultura Cigana, de Cultura Paraguaia, de Taikô, Cultura Palestina, afrodescendentes, povo de terreiro, indígenas, imigrantes europeus... O periférico que se recusa a se ver e ser visto como periférico, porque ele é um ponto e um ponto não tem centro.

E os Pontos vão além do componente étnico ou identitário, integram linguagens, públicos. Por exemplo: cegos (*Cinema em Palavras*), surdos (*percussão e contação de histórias*), áreas de interesse (comunidades de cultura digital, audiovisual,

teatro, rádios e tvs comunitárias...). Com o Cultura Viva foi possível ir muito além do “mito fundador” do povo brasileiro, o mito das três raças constitutivas. Ir além é belo, potente, expressa uma cultura viva, em constante movimento, sempre inacabada. Como Paulo Freire escreveu: “*onde há vida há inacabamento*”. Nós somos um povo inacabado e que bom sermos assim. Quando da apresentação do programa ao presidente Lula, ele fez uma única observação, que eu interpretei como pedido:

“-Não se esqueçam dos brasileiros que vivem no exterior. Eu venho de família migrante no próprio país, sei como é viver longe de casa. Só a lembrança e a cultura permitem que sigamos vivendo com esperança” (Luíz Inácio LULA da Silva)

Talvez o presidente nem se recorde de que fez a observação, mas eu me lembro e atendi ao pedido. Foi numa tarde de outubro de 2004, no gabinete da presidência, tenho até a foto. O presidente estava acompanhado de José Dirceu, então ministro da Casa Civil, da Cultura, Gilberto Gil, Juca Ferreira, o secretário executivo, mais Elder Vieira, Eric Meirelles e Uirá, um jovem estagiário, adolescente, que depois veio a ser Tuxaua para trabalhos em cultura digital. Assim foi criada a Ação *Pontos de Cultura no exterior*:

“Como parte integrante da política externa traçada pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, fundada na cooperação internacional e na afirmação do país como Nação soberana, o Cultura Viva planeja localizar Pontos de Cultura nas comunidades de brasileiros residentes no exterior, nos países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Cada Ponto receberá US\$ 30 mil/ano, ao longo de 3 anos, que serão captados junto a empresas, organismos multilaterais e governos amigos. Esses Pontos conectados aos Pontos do território brasileiro formarão uma rede internacional de produção compartilhada e de trocas de produtos simbólicos, fortalecendo a relação sul-sul, horizontalizando a relação sul-norte e colaborando para a construção de uma corrente solidária e contra-hegemônica”¹²⁰

Pontos de Cultura no exterior, para comunidades de brasileiros emigrados, depois para as pessoas que quisessem se juntar, da nacionalidade que fosse. Houve muitos Pontos de Cultura em Academias de Capoeira, com grupos de teatro, biblioteca em Connecticut com obras em idioma português. Também em universidades, Paris-Nanterre, Berkeley, em Viena, na Áustria. Inaugurei alguns Pontos de Cultura no exterior, nos Estados Unidos, na Europa. No Brasil, recusava todos os convites, que foram muitos, para inaugurar Pontos de Cultura, visitei muitos, 600 aproximadamente, ia para visita-los, conhece-los, escutá-los. Mas me negava a inaugurar por uma questão de princípio

¹²⁰ Catálogo CULTURA VIVA, pg. 22

conceitual, um Ponto de Cultura não se cria, se potencializa, não é algo que se inaugura, portanto. Ponto de Cultura já é. O papel do governo é potencializar aquilo que o povo já faz. Cumprir à risca esse automandamento. As únicas exceções que me permiti foram em relação aos Pontos de Cultura no exterior, pelo efeito simbólico da presença.

Junto com o ministro Gilberto Gil inauguramos Pontos de Cultura, em Fort Lauderdale, na Flórida, em Oakland/San Francisco, instalado em uma academia de capoeira. Em viagem de Nova York a Boston, em uma cidade em Connecticut, a *Main Street* mais parecia uma rua central de cidade do interior de Goiás ou Minas Gerais, tantos eram os brasileiros, ao final a inauguração do Ponto de Cultura terminou com uma apresentação à capela, de Gilberto Gil e todos cantando, o prefeito e autoridades da cidade, inclusive. Recordo de um Ponto de Cultura que fui inaugurar sozinho, a Academia de Capoeira do mestre João Grande, entre os bairros do Bronx e Queens, em Nova York. Fui de metrô. Era uma edificação antiga e mal conservada, subi a escada. Encontrei uma embaixada não oficial do Brasil. O embaixador era um homem negro, do povo, mestre de capoeira, um velho e forte mestre, que dormia na própria academia, em um pequeno quarto. Em torno do mestre de capoeira, jovens de muitos países, norte-americanos de várias etnias, aprendendo a jogar capoeira, falar português e conhecer as vozes d'África transplantadas para o Brasil, agora falando ao mundo. Estavam emocionados, foi a primeira, e talvez única, vez que um representante do Estado brasileiro os visitou. Naquela fria tarde de inverno novaiorquino fiz uma inauguração solene. Ao final, mestre João Grande disse:

“-Tive que sair do meu país para ser reconhecido pelo governo do meu país”

Cultura Viva e Ponto de Cultura são uma criação genuinamente brasileira, aperfeiçoada pelos movimentos de cultura comunitária nos demais países da América Latina. Pelo que acompanho em políticas públicas no exterior, percebo que o enfoque dado aos Pontos de Cultura é absolutamente diferente do praticado em países tidos como modelo para políticas culturais, conforme já disse no início. Há uma prática intercultural e o Ponto de Cultura expressa a autonomia e protagonismo sociocultural potencializado na articulação em rede, gerando empoderamento e contato com os diferentes. Ele cresce na diversidade, e na adversidade. É uma equação que pressupõe o fortalecimento do fazer cultural dos grupos sociais e comunidades e os grupos se desenvolvem na troca entre diferentes formas de expressão e interpretação do mundo.

Diferente de centros culturais comunitários ou Casas de Cultura feitos e mantidos pelos governos, os Pontos de Cultura não são equipamentos culturais do governo, não são um serviço voltado para o atendimento às comunidades, visando atender determinadas carências. Pontos de Cultura são o próprio movimento cultural da sociedade. É a comunidade fazendo o serviço para si, que é desenvolvido respeitando as especificidades, desejos e vontades de cada comunidade, que é reconhecida, respeitada e apoiada pelo Estado, através do Ponto de Cultura. Não seguimos a tradição anglo-saxã de cultura e a Cultura Viva não trabalha com o conceito de multiculturalismo e sim de interculturalidade, mais adequado à tradição cultural brasileira e dos países mestiços da América Latina. Não é o respeito à diferença mantendo cada qual no seu quadrado, é o gozo na mistura, pela amálgama. Não há quadrado, há círculos espiralados. Ponto de Cultura foi a estratégia do governo federal para ‘incluir’ os que estão à margem os circuitos formais de cultura, reconhece-los, legitima-los e potencializa-los. Mesmo com os retrocessos e incompreensões, posso afirmar que tivemos muito êxito.

Recuperar um idioma a partir de um Ponto de Cultura, isso aconteceu. Como medir a grandeza de uma realização dessa natureza? Fazer renascer um idioma! Com o Ponto de Cultura Yawalapíti, que assinei com o cacique Aritana, de quem me tornei amigo, o principal legado foi a recuperação do idioma yawalapíti. Com uma população de 280 pessoas havia somente sete falantes plenos. Recuperar o idioma de um povo. Só por isso já teria valido a pena todo o trabalho e as dificuldades posteriores. Pelo idioma revivem memórias, sabedorias, interpretações de mundo. Uma Língua!

“O canto vinha bem do fundo escuro da casa de palha. Ali morava uma velha, Wantsu. Uma das cinco yawalapíti a ter pleno domínio do idioma. Para os mais jovens, algumas estrofes pareciam incompreensíveis. Era yawalapíti clássico. Sim, clássico porque clássico é tudo aquilo que serve de modelo para o novo. Wantsu cantou músicas que nem os homens mais velhos se lembravam, tirou do fundo de sua alma, como que vindo do tempo em que as mulheres, além de cantar, tocavam a jacuí.

‘Yamurikumalu

Ayawa, ayaua rinari

Iyawa riyari Yamurikumari nawikamina

Atsanbia putaya nupikani nukamani

Kamatawira’

Traduzindo:

‘As mulheres guerreiras

Yamirikumã merecem serem respeitadas

Vocês não sabem como eu estou me sentindo

E que eu morrerrei’

Como no kuarup, os yawalapíti revivem. E revivem pelo canto de uma mulher. Como com os yawalapíti, a cultura brasileira, apesar da pressão, resiste. É resiliente, entra pontos de apoio e alavancas. E, ao se mover, se recria.”¹²¹

Essa história aconteceu. Cacique Aritana, presente na I Teia, na Bienal de São Paulo, deu uma conferência magna sobre o processo de recriação do idioma yawalapíti, proferida a 6 de abril de 2006, foi no SESC Vila Mariana, como parte do Seminário *CULTURA VIVA: contribuições étnicas, identidades e diversidade cultural*. Por tão profunda e completa, impossível condensar em resumo. Ouçamos Aritana expressando a voz de seu povo, que revive na cultura viva, como o tronco do Quarup:

“Primeiramente havia poucos yawalapítis. Meu pai, meus avós e tios, eram 12 yawalapítis. Vocês lembram o branco que estava no Xingu, chamado Orlando Vilas-Boas? Quando ele apareceu no Xingu eu nem tinha nascido, mas para mi foi o primeiro branco que apareceu por lá. Meu pai era jovem, tinha mais ou menos 18 anos e ele pegou meu pai, que conhecia os yawalapítis, e o levou com ele para fazer a missão no rio Xingu. Eu não vou contar tudo, vou contar uma pequena parte da história.

Quando Vilas-Boas chegou a esse local, Tuatuari, onde estamos morando agora, encontrou próximo a uma aldeia uma camaiurá. Nessa época não havia mais aldeia nem yawalapítis: ficaram apenas doze espalhados por vários cantos, tinham ido para a aldeia dos outros, cos camaiurás, se espalharam e não tinham mais aldeia. Quando meu pai chegou com Orlando nessa aldeia camaiurá havia três yawalapítis. Eles sentiram muitas saudades quando viram meu pai. Esses três se juntaram e depois chamaram mais um que estava em outra aldeia, e então juntaram doze yawalapítis. Perguntaram a eles onde havia sido a aldeia, e eles apontaram esse local atual. Eles foram até lá e não tinha mais nada, a mata fechou. Então começaram a trabalhar lá, abriram a mata e começaram a plantar.

Meu pai conheceu uma índia camaiurá e se casou com ela. Orlando tinha muita história, foi ele quem pegou a camaiurá e a casou com meu pai. Quando eu nasci, fui conhecer a aldeia yawalapíti e só tinha uma casa e doze yawalapítis. Hoje, nós somos em 280 na aldeia.

O que falo aqui é da cultura. Acho que esse Ministério da Cultura é para todos, para índios, negros, todos. Estou vendo uma grande ajuda. O yawalapíti é uma língua que está morrendo. Da população atual, de 280 pessoas, apenas sete falam yawalapíti. Essa é a nossa maior preocupação. E a nossa grande luta é trazer essa língua de volta, para a rapaziada falar, para as crianças aprenderem a falar com os pais, com a mãe. E por que é que morreu essa língua? Meu pai casou com uma camaiurá, que é de outra língua. O irmão dele casou com outra índia de outra língua. Eu, quando cresci, casei com uma de outra tribo, não era yawalapíti. Então, entre os yawalapíti são faladas muitas línguas. Fala-se kuikuro, o camaiurá, o calapalo.

Acho que os meninos, quando nascem, aprendem mais com a mãe, não com o pai. Então, por isso que a língua yawalapíti está morrendo. Eu falo isso com tristeza, estou preocupado. E é por isso que estamos lutando agora, para que essa língua seja

¹²¹ TURINO, Célio – PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pg. 30 – Ed. Anita Garibaldi, 2009

passada para os rapazes e para as crianças. O que eu estou fazendo agora? Com a ajuda do Ministério da Cultura, eu procurei uma professora bilingue [uma doutoranda em linguística na Unicamp, Jaqueline Medeiros de França]. Eu sou o professor dela, ensinei minha língua a ela e, com a nossa orientação, vai passar para os pequenos agora. Sei que é muito difícil mostrar aos jovens a importância de manter nossos costumes, mas eles estão vendo, através de muita conversa, que é melhor ser o que a gente é: índio.

Então, hoje, a língua, os cantos, a música, não existem. Uma senhora que se chama Wantsu, que tem 60 ou 70 anos – e que não pude trazer comigo, pois seu velho marido não deixou – ela é yawalapíti. Ela passou tudo o que sabia sobre a língua e os cantos. Ela trouxe isso de volta para nós.

E essa é nossa maior preocupação. E não só com a cultura do índio que temos que nos preocupar. Como eu sempre falo em minha aldeia, como liderança, do outro lado temos que saber da cultura do branco também. Temos que saber das duas. Primeiro a nossa cultura, depois a outra.

Sempre fomos enganados, explorados. Então, para isso não acontecer mais, temos que aprender e capacitar. Só com um lado não fica bom. Por isso sempre estou falando em conhecer a nossa cultura e a do branco.

Agora temos escola na aldeia [no caso específico, o Ponto de Cultura, que se mistura com a Escola], onde o pessoal aprende. Aprende também a escrever em nossa língua, yawalapíti, que é bem diferente.”¹²²

Foram muitas histórias. Mas de todas, essa é a que mais me toca, sobretudo pelo convívio e aprendizado com Aritana, falecido por Covid, que também atingiu o Xingu. Uma língua revivendo como o tronco do Quarup faz reviver. Uma língua! O Maracatu se reinventando na voz de quem faz Maracatu. Lá no Chã de Camará, se reinventando com o violino de Jorge Mautner e a rabeça de Nelson Jacobina, tendo mestre Duda como o mestre. O cinema dos Ikepeng, também no Xingu, fazendo do cinema uma ferramenta para a recuperação da terra do Jatobá, de onde eles foram tirados e para onde querem voltar, que atualmente é terra nua, sem floresta, coberta por soja e pasto. Pelo Vídeo nas Aldeias eu fui convidado para a sessão de lançamento do filme na terra dos Ikepeng. A narrativa na primeira pessoa, mas sem receio de contar com a solidariedade dos outros. O apoio externo, quando desinteressado e não colonizador é sempre bem-vindo. Feito isso, as partes ganham condições de estabelecer um diálogo muito mais respeitoso e igualitário, sem hierarquia entre culturas. Isso é cultura viva. Uma língua!

Outro componente fundamental ao programa Cultura Viva é o encantamento. Como já escrevi, atribuo ao encantamento um dos grandes fatores de sucessos do

¹²² ARITANA, cacique do povo yawalapíti, sábio poliglota, líder dos muitos povos do Alto Xingu, um dos maiores estadistas que conheci. *In*. TEIA – rede de cultura e cidadania, pgs. 154/155 – Ministério da Cultura, 2007

programa. Com encantamento quebramos hierarquias culturais e construímos novas legitimidades em uma relação direta entre Estado e Sociedade, até que um dia seja possível moldar o Estado de um jeito diferente. O Ponto de Cultura funciona como mediador em diversas relações. Na relação entre arte e senso comum nas comunidades, entre tradição e invenção, e relação entre Estado e Sociedade. Pela poesia se encontra a verdade das coisas.

Certamente há dificuldades em todas essas dimensões, mas a que mais se explicita está na mediação entre sociedade e o aparato burocrático do Estado, que não está preparado para mudanças desse tipo. A sociedade também não estava (está?) preparada para essa mudança tão profunda, reconheço. Porém, por desigual e assimétrico na relação com o poder, o aparato de Estado se revelou mais cruel. Apesar disso, houve mudanças qualitativas, tanto de um lado como de outro. A felicidade, quando vem, toca e encanta, e nos enche de poesia.

11. *À sombra da árvore, em busca da felicidade*

Umbrosa árvore, não há nada de sombrio em sua sombra, ao contrário, à sombra a árvore encontramos quietude, paz e felicidade. Mário Brasil, compositor, professor na Universidade Nacional de Brasília, *ponteiro* e pensador da cultura, junto a outros pesquisadores, coordenou estudo para a medição de novos paradigmas em indicadores a avaliar o programa Cultura Viva, via o Observatório de Políticas Públicas Culturais da UNB. Ele sugere que a melhor identificação do impacto para as ações dos Pontos de Cultura em suas comunidades deveria ser através do indicador de Felicidade Interna Bruta, o FIB.

O termo FIB, em inglês GNH (*Gross National Happiness*) tem origem no Butão, país incrustado no Himalaia. Desde a unificação daquele reino, em 1729, quando Zhabdrung Rinpoche escreveu o Código Legal (equivalente à Constituição), o país se rege pelo seguinte princípio:

“se o governo não pode criar felicidade para seu povo (dekidk) não há propósito para o governo existir”

A partir do final do século XX o Butão vem empreendendo esforços para a construção de indicadores a medir o que faz políticas públicas incidirem sobre a felicidade coletiva. Partindo desse pressuposto, Mário Brasil e sua equipe estabelece relações

ideológicas entre o FIB e o Programa Cultura Viva, em que o sentido do desenvolvimento deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas, da sociedade e da relação do presente com o futuro em um desenvolvimento integral e sustentável só é possível quando características locais e culturais são levadas em consideração, com protagonismo local. Acrescento que a aplicação do FIB se aproxima do conceito ameríndio do Bem Viver, como alternativa à própria ideia de desenvolvimento, em que uma vida boa e justa para todos implica em uma economia do suficiente que harmonize uma visão biocêntrica de mundo e não antropocêntrica. No estudo eles reconhecem que:

É possível relacionar os pilares formantes do Programa Cultura Viva (empoderamento, autonomia e protagonismo sociocultural) como uma política pública com interesse no bem-estar social, e a própria criação da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural e transformação do Programa Cultura Viva em Lei, são exemplos de ações governamentais que criam condições facilitadoras para o FIB. [ao que citam discurso do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley]: *‘A busca pelo FIB pela sociedade precisa ser refletida na estrutura organizacional do seu governo. Isso implica na criação de ministérios ou departamentos que correspondam àquelas funções ou domínios que promovam ou criem condições facilitadoras para o FIB. Estas deveriam tipicamente incluir tais agências como ministérios para o bem-estar psicológico, vitalidade comunitária, resiliência cultural e integridade ecológica, etc.’*¹²³

Nessa perspectiva o estudo de pesquisadores da UNB procurou uma série de índices, utilizados e validados no Brasil, que poderiam servir de indicadores para o Cultura Viva, tento por horizonte (horizonte perdido? - conforme o filme sobre *Shangri-lá*) a Felicidade Interna Bruta, criando um misto entre quatro indicadores: Índice de Qualidade de Vida da OMS (1992), Índice de Desenvolvimento Humano (1990), Indicadores de Qualidade de Vida Calvert-Henderson (2000) e Indicador de Felicidade Interna Bruta, FIB (1972). Particularmente, após minhas muitas viagens pela América Latina, eu acrescentaria dois outros índices a construir: Índice de Bem Viver (economia do suficiente e as três harmonias – indivíduo, comunidade, coletividade da vida) e Índice Ubuntu (quando se reconhece que a humanidade de uma pessoa só acontece quando em relação com a humanidade das outras pessoas, conforme a tradução “*eu sou porque nós somos*”). Se um dia tiver oportunidade trabalharei esses índices ao lado do FIB. Segundo o estudo, os domínios e conceitos para a construção de um índice FIB/Cultura Viva, seriam:

¹²³ BRASIL, Mário Lima e LEONARDO RIBEIRO, Hugo – PROGRAMA CULTURA VIVA, impactos e transformações sociais, pg. 81 – UNB (Universidade Nacional de Brasília), 2016

- a) *Bem-Estar psicológico*: medido pela satisfação com a vida, as emoções, a autoestima e senso de pertencimento; espiritualidade (altruísmo abnegação, compaixão), sensação de paz e senso de propósito.
- b) *Saúde*: a nutrição, o cuidado com o corpo, a saúde mental, os exercícios e a higiene.
- c) *Educação e valores éticos e morais*: a curiosidade pelo conhecimento, nível de escolaridade, a pedagogia da autonomia, valorização da diversidade, a prática da alteridade.
- d) *Cultura*: a identidade e diversidade culturais, a relação com as tradições, as linguagens e domínios artísticos, organização e sistematização de fontes históricas, a fluência das artes e do pensamento.
- e) *Uso do Tempo*: Lazer e tempo livre, o tempo comunitário, o tempo com a família, o tempo no trabalho e na mobilidade; e como a cultura influenciou na forma que a pessoa passou a organizar seu tempo.
- f) *Boa Governança*: percepção do investimento público em áreas fundamentais à vida em comunidade e, especificamente na cultura, e nos Pontos de Cultura e de como alavancam soluções nos lugares.
- g) *Vitalidade Comunitária*: A importância e compartilhamento de projetos comuns, o senso de Bem Comum e compromisso coletivo; de outro lado, marginalização, desrespeitos, violências e as mudanças provocadas nas comunidades.
- h) *Diversidade Ecológica* (meio ambiente): o cuidado com a Casa Comum, a preservação da biodiversidade; práticas circulares de produção e consumo, a qualidade do ar, da água e da ambiência, as práticas desencadeadas.
- i) *Padrão de Vida*: Tudo resultando na pergunta sobre como os Pontos de Cultura podem auxiliar as pessoas a melhorar seu padrão de vida, com acesso à informação (ponto de internet ou biblioteca comunitária), às artes e à descoberta de sentidos.¹²⁴

Na sequência os pesquisadores aplicaram um questionário com oito Pontos de Cultura localizados no Centro-Oeste Brasileiro, usando essas referências sobre os dados coletados a partir do seguinte problema: “*Os Pontos de Cultura participaram e*

¹²⁴ BRASIL, Mário Lima e LEONARDO RIBEIRO, Hugo – PROGRAMA CULTURA VIVA, impactos e transformações sociais, pgs. 90/105 – UNB (Universidade Nacional de Brasília), 2016

tiveram influência na transformação social das comunidades nas quais estão inseridos?

No que eles concluem:

“Mais de uma década depois de sua implementação, podemos dizer que o programa Cultura Viva deu certo. Atingiu muitos de seus objetivos e, como disse Turino, ‘desvelou o Brasil’. Mas nem tudo deu certo em iguais proporções. Houve o que não deu certo.

Detectou-se que o processo de federalização do Programa Cultura Viva teve vários pontos positivos. A ideia de descentralizar os recursos como forma de ampliar o programa para atingir áreas remotas e fazer com que os ideais do programa fossem incorporados pelas instâncias estaduais e municipais (a chamada capilaridade), resultou num certo nível de autonomia dessas instâncias em relação à esfera federal. Inclusive a grande expansão do PCV só se tornou possível por causa desse compartilhamento de gestão, resultando numa maior visibilidade e fortalecimento do programa.

Contudo. No contexto dessa pesquisa, a descentralização dos recursos, como já previa Célio Turino, traria três problemas: a) descentralização das informações sobre a existência e atuação sobre os novos pontos conveniados; b) manipulação ou perseguição política local; c) risco de burocratismo local.

[...]

Parece-nos que esse processo de federalização aconteceu sem que o MinC estivesse preparado para supervisionar e solicitar os dados sobre os novos PC conveniados. E esse problema se arrasta até os dias atuais, quase uma década depois. Quando estivemos no MinC para solicitar os dados disponíveis, nos foi informado que a falta ou desatualização) de informações no banco de dados disponibilizado se devia ao fato da dificuldade de comunicação das instâncias estaduais e municipais com o MinC. Essa falta de informações sobre os Pontos de Cultura existentes refletiu-se diretamente na fase de preparação dessa pesquisa.

[...]

Como esse estudo procurou demonstrar, a felicidade não está relacionada com o acúmulo de bens. Os indicadores do FIB foram desenvolvidos com a intenção de analisar como a felicidade se apresenta nos mais diferentes aspectos. E o bem-estar social é um dos indicadores que mais afeta o nível de felicidade de uma comunidade. Por isso espera-se que o Estado desenvolva ou identifique estudos analíticos que possam estimar o impacto de potenciais políticas públicas de felicidade/bem-estar da sociedade. Essa pesquisa pode ser entendida como um desses estudos, ao demonstrar como pequenas ações podem afetar a qualidade de vida de uma comunidade”¹²⁵

O estudo dos pesquisadores da UNB é significativo por um conjunto de aspectos. Primeiro porque ele acontece entre os anos de 2015 e 2016, quando o desmonte do programa Cultura Viva por conta do Ministério da Cultura já estava em fase aguda. As últimas transferências de recursos haviam acontecido em 2013, no ínfimo valor (em

¹²⁵ BRASIL, Mário Lima e LEONARDO RIBEIRO, Hugo – PROGRAMA CULTURA VIVA, impactos e transformações sociais, pgs. 187/200 – UNB (Universidade Nacional de Brasília), 2016

relação à dimensão do programa) de R\$ 7 milhões. A título de comparação, em 2007 havíamos transferido R\$ 168 milhões, 24 vezes mais; no ano da idealização do programa, quando partimos do ponto-zero, o orçamento realizado foi o dobro do acontecido em 2013. E o calote de R\$ 159 milhões em contratos assinados e não cumpridos pelo MinC persistia. Ainda assim os pesquisadores encontraram Pontos de Cultura atuantes, com portas abertas, executando atividades regulares para suas comunidades, e que continuavam se identificando como Ponto de Cultura. Alguns dos Pontos de Cultura pesquisados: Pirinópolis (*COEPI*) e Caldas Novas (*CEJUVI*), estado de Goiás; no Distrito Federal, *Caminhos Audiovisuais e Ludocriarte*; no estado do Mato Grosso, *Faces da Cultura e Só falta você*; no Mato Grosso do Sul, *Yokone Kopenoti e Pájaro Campana*¹²⁶. Imaginem um serviço público, uma repartição, em que, por anos a fio os funcionários não recebessem salários, nem recursos para manutenção, e ainda assim o serviço seguisse aberto. Apesar de todas as agressões, difamações, perseguições, incompetência, descaso, os Pontos de Cultura seguiram abertos. Isso é muito revelador de como absorveram os conceitos e princípios do programa, tomando o programa para si. Mantiveram-se abertos por compromisso comunitário, apesar de o governo lhes dar as costas.

Um segundo aspecto é que havia um descontrole sobre o acompanhamento dos Pontos de Cultura por parte do MinC. Isso não dependia de dinheiro, pois a verba já havia sido descentralizada para estados e municípios, a estrutura da secretaria da cidadania e diversidade cultural estava lá, havia funcionários, meios de acompanhamento de dados, e nem isso mantiveram atualizado, revelando descaso e incompetência, para além de qualquer justificativa ou desculpa.

Um terceiro aspecto é que a rede conseguiu se manter ativa por conta da descentralização federativa acontecida a partir de 2007. Foi acertada a descentralização, porém os problemas que eu havia apontado como riscos aconteceram. Em graus diferenciados por estado ou município, mas aconteceram. Houve um certo burocratismo e redução da ideia da Cultura Viva apenas como transferência direta de recursos a organizações culturais de base comunitária, deixando de acontecer as outras ações, que animavam a rede, isso trouxe uma diferenciação de entendimento entre os Pontos de

¹²⁶ Ver ANÁLISE DOS PONTOS DE CULTURA in. PROGRAMA CULTURA VIVA, impactos e transformações sociais, pgs. 107 a 180.

Cultura que se incorporaram à rede até 2007/08, aproximadamente 800 em convênios diretos, e os que entraram depois.

O encantamento, a poética do programa, foi em um crescente até a Teia de 2010 em Fortaleza. Depois tudo ficou mais bruto, planilhado e tecnocrático, aliado a isso, ataques e difamações contra o programa que vinham do próprio Ministério da Cultura que deveria cuidar do programa, com interrupção nas prestações de contas, calote e quebra de contrato, a praticamente o fim das Ações do Cultura Viva. Ações que formavam a Copa da Árvore. Essas podas mal feitas foram impondo uma visão distorcida para os Pontos de Cultura que achegaram há menos tempo, via redes descentralizadas, a partir de 2009/2010. Não foi a descentralização em si. Se as gestoras maiores agiam com tamanho descaso contra o programa, por qual razão gestores municipais ou estaduais agiriam de forma diferente? Alguns agiram de forma diferente. Comprometida e eficaz, cabendo registro ao estado de São Paulo, à época governado pelo maior partido de oposição, com isso uma rede com 300 Pontos de Cultura no estado seguiu bem, apesar do foco mantido apenas na Ação Ponto de Cultura e não nas demais. Mas na maioria das outras unidades da federação houve a descontinuidade inclusive com a manutenção e repasse de recursos aos Pontos de Cultura. A despeito disso, a rede as árvores dos Pontos de Cultura seguiram se equilibrando nos pontos em que podia se apoiar.

Quarto e quinto aspectos: o programa deu certo e deve ser medido pela Felicidade Interna Bruta que distribui!

12. Flores – a vida precisa de Arte

Assim como sombra, remanso e descanso, a vida precisa de flores. Sem beleza, sem palavra florida e sem arte, não há Cultura Viva. Foram realizadas 352 residências artísticas em quatro edições, envolvendo 200 Pontos de Cultura. O objetivo foi apoiar o intercâmbio entre artistas profissionais e comunidades através da Ação *Interações Estéticas* que visava a criação de obras artísticas inéditas a partir dos Pontos de Cultura em interação com artistas das mais diversas linguagens. Não para os artistas levarem sua arte para as comunidades, mas para aprenderem com os Pontos e os Pontos aprenderem com eles, criarem junto, artistas profissionais e artistas dos territórios.

Arte como ponto de encontro entre mundos, aproximando tradições, vida cotidiana e invenções imaginativas. Vanguardas artísticas e gente do povo que um dia ainda irá se descobrir vanguarda. Arte como ponte entre o tangível e o intangível, um

convite a experiências com aquilo que não se tem contato no dia a dia, arte para ir além, sedimentando a dimensão do coletivo, experimentando linguagens a expressarem o mundo banal de forma poética, transcendente. Arte como habilidade (do latim, *ars*) para elaborar sonhos e ideais, para aproximar sentidos e emoções que, em vida, uma pessoa ou comunidade jamais alcançaria na intensidade e complexidade que a vida nos impõe. Arte para sensibilizar e distribuir interpretações de mundo e conhecimentos de toda ordem. Reflexiva, sensorial, tátil, auditiva, gustativa, visual, profunda, interagindo com o inusitado, com o belo. Na forma de ser, pensar e agir. Arte para enfrentar a realidade e a superar. Arte para desterritorializar o território e destemporalizar o tempo.

A propriedade única da arte é o maravilhamento, o encantamento. A Cultura Viva jamais poderia prescindir da Arte. Mormente, políticas públicas de cultura voltadas a ações de base comunitária, ou com enfoque social, tem uma visão rebaixada da arte, como se aos pobres, ao povo, pudesse ser ofertada uma arte de segunda classe, em que o importante é o fazer coletivo, a expressão, sem o devido cuidado em alcançar o profundo. O sublime e o extraordinário até podem acontecer, mas como decorrência excepcional. E quando ocorrem busca-se deslocar os indivíduos mais destacados para um aprimoramento fora de seus contextos de vida. Com as *Interações Estéticas na Cultura Viva* houve o caminho inverso, buscando aprimorar o fazer artístico nas próprias comunidades. Irineu Palmira foi um desses artistas profissionais que apresentou proposta para interação estética e residência artística em Ponto de Cultura, *Canto das Artes*¹²⁷, em Taquaruçu, estado de Tocantins, com o projeto “*E se a gente quiser?*”:

“Eu tinha visitado o Tocantins uma única vez. Diante do edital, a pesquisa para escolher o Ponto de Cultura levou-me ao Canto das Artes, onde me identifiquei não só com a mineirice de Tharson e Betânia, seus dirigentes, mas também com a sensação de que ali realizavam um trabalho com propósito.

Pelas características do Distrito de Taquaruçu, decidi usar a temática do meio ambiente como fio condutor para o processo de composição. Meu cronograma de ações contemplava, entre outras coisas, a apresentação da história da MPB em atividades que precediam as rodas de criação onde, aprendendo sobre a realidade do lugar, eu os conduzia no processo de composição. No quarto mês de trabalho, percebendo a extensão de significados contidos naquela construção, considerei importante materializar o resultado dos trabalhos. Providenciei o registro de todos esses compositores na Abramus e, com o apoio de três empresas que se encantaram com o projeto, viabilizei a gravação do CD e a tiragem de 1000 unidades, que foram distribuídas entre todos os participantes.

¹²⁷ <https://conexaoto.com.br/2014/10/23/em-taquaruçu-ponto-de-cultura-canto-das-artes-abre-inscricoes-para-oficinas-de-udio-e-video>

Nossa interação expandiu minha percepção sobre o Brasil profundo. Nos pequenos, descortinou a sensação de pertencimento, protagonismo e elevação de auto estima, sentimentos impressos nas canções e, ao longo do processo, confirmados pelas famílias”.¹²⁸

Meses de partilha do sensível. Mais que meses, o músico Irineu Palmira e a esposa Silvana, a partir da *Interação Estética* se estabeleceram no estado de Tocantins por seis anos, realizando outros trabalhos que decorreram daí, incluindo contribuição na gestão pública de cultura junto ao governo estadual. Tudo a partir de um Ponto de Cultura em uma localidade com cinco mil habitantes, na rota entre a moderna capital, Palmas, e o Jalapão, oferecendo oficinas de arte, rádio comunitária e cineclube aos habitantes do lugar. Da interação estética, letra e música das canções foram compostas pelos jovens lugar, fazendo surgir versos assim:

“Vivo em uma cidade
Que dá gosto de falar
Moro em Taquaruçu
Melhor lugar que aqui não há

Tomo banho de cachoeira
De riacho e ribeirão
Vez em quando na Roncadeira
Música em meu coração”
(CIDADE ENCANTO, Irineu Palmira e Jovi Moura)

Ou:
“Vai na fonte
Vai no roçado
Veste a água
E beija a semente”
(REALEZA, Irineu Palmira e Célio Pedreira)

Como na interação estética no Tocantins, em 2010 houve uma ação de Interação Estética com artistas do Reino Unido. Quinze ao todo. Artistas do Reino Unido vieram para o Brasil, para residência artística em Pontos de Cultura e na sequência os 15 Pontos de Cultura foram até Instituições do Reino Unido. Mais um passo dado. Eu havia saído do governo há pouco tempo, mas como havia idealizado e implementado da ação,

¹²⁸ Resultado musical produzido com os jovens do Ponto de Cultura Canto das Artes:
<https://soundcloud.com/e-se-a-gente-quiser>

executada pela FUNARTE¹²⁹, fui convidado pelos organizadores da ação na Inglaterra para acompanhá-los. Registro uma dessas Interações, que me foi particularmente querida, o Ponto de Cultura *Casa das Fases*, na cidade de Londrina, estado do Paraná, com atuação junto a pessoas idosas, sobretudo senhoras. Há um capítulo sobre essa experiência no livro *Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima*, de minha autoria, *Caixas de Memória*. Tive oportunidade visitá-las e interagir à distância com algumas dessas senhoras, por carta e durante bons anos. As encenações teatrais são intimistas, acontecidas a partir de pequenas caixas acopladas ao corpo das narradoras, em que as lembranças de cada atriz ou ator, vão sendo apresentadas para um espectador apenas. Desse trabalho surgiu a Interação e o intercâmbio abaixo:

“-*Nenhum livro contará nossa história*’. Por isso sentam e ouvem histórias umas das outras, tirando os elementos necessários para construir suas peças de teatro. [as histórias:]

‘-*Minha mãe me dava o peito e eu escutava. O ouvido colado ao peito dela... Oh, meu deus!*’

‘- *Se eu morasse na roça ia ser uma carpideira, uma puxadeira de terço, uma cantadeira.*’

‘- *Aí, me enchi de perguntas e, linda, saí pela rua: ‘-Nunca mais vou passar fome! – Nunca mais vou passar fome!’*

[...]

O Ponto de Cultura Casa das Fases, de Londrina, Paraná, com ação de teatro e memória junto a pessoas idosas, havia regressado de uma viagem à Dinamarca, em que participaram do Magdalena Project, organizado por Julia Valey e realizado no Odin Teatre, fundado por Eugenio Barba. Agora fazem parte de uma rede mundial de mulheres no teatro contemporâneo. Na Dinamarca apresentaram dois trabalhos: um workshop para idosos da cidade de Holstebro, que resultou na performance “Du Ma Ikke Glemme Mig” (Não se esqueças de mim – conforme canção brasileira) e uma apresentação da peça ‘*Para dores femininas*’, encenada para uma pessoa de cada vez, em uma caixa escura, com duração de quatro minutos (público total de 150 pessoas em 4 dias).”¹³⁰

Como com a Interação Estética apresentada acima, a intenção seria realizar intercâmbios com diversos países, anualmente, começando pelo Reino Unido; infelizmente não houve sequência. Entre 30 de junho e 1 de agosto de 2009 houve o Seminário Interações Estéticas, reunindo aproximadamente 200 convidados, entre artistas, críticos de arte e representantes dos Pontos de Cultura. A partir daí, um Circuito Interações Estéticas, via quatro festivais nacionais de cultura e arte contemporânea, dando

¹²⁹ Fundação Nacional das Artes. O recurso era da secretaria da cidadania cultural, que o repassava para execução pela Funarte, em parceria que deu muito certo.

¹³⁰ In. PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pg. 175

difusão aos trabalhos produzidos, na forma de exposições de arte a mostra de processos (não somente com os resultados, mas apresentando os processos para a chegada aos resultados artísticos), mesas de diálogo e mostra de audiovisual. Foi uma tentativa de partilha do sensível, das relações entre política e estética. Conforme Rancière:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.”¹³¹

O programa Cultura Viva fomentou práticas estéticas como forma de visibilidade e sentido da ação cultural nos territórios, nas mais diversas dimensões. Maneiras de fazer expressando as maneiras de ser, como espaço de atividades públicas e referência de lugares e partilhamento/embaralhamento de identidades, que se misturam. Da mistura se cria e se consegue perceber as próprias origens e os sentidos de futuro, desde que haja uma conexão entre raiz e copa, como um caule a atravessar o troco, os galhos e ramos. Segundo Platão a *boa forma de arte* revela a *forma coreográfica da comunidade*. Do partilhamento estético há o encontro com a política, em criações sensíveis. Como houve com a Interação *Foto Sensível*, junto ao Ponto de Cultura Baleeira, em colônia de pescadores na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina:

“Na belíssima Armação do Pântano do Sul, na Ilha de Santa Catarina, onde é situado o Ponto de Cultura Baleeira [...] o projeto Foto sensível propôs uma interação estética entre práticas nos campos da fotografia, memória, educação patrimonial e audiovisual [...] Foram desenvolvidas ações de levantamento, identificação e digitalização de fotografias antigas sobre a comunidade da Armação. Além do registro dos principais espaços, ofícios e personagens de referência do local, a pesquisa buscou fotografias de engenhos de farinha, colheitas de café, pesca, renda de bilros, terno de reis, festas do divino, boi-de-mamão, procissões, carnaval e outras temáticas identificadoras. Através de imagens praticamente esquecidas, guardadas há tempos pelo tempo, dispersas em diferentes acervos públicos e principalmente particulares, buscou-se reunir e trazer à cena os segredos guardados nas fotografias do passado. Lembranças que permanecem presentes, impregnando de sentido o imaginário de várias gerações. Memórias compartilhadas que, ao serem valorizadas pela linguagem artística, fortalecem o sentimento de pertencimento, auto-estima e identificação cultural das pessoas envolvidas.” (Tati Costa)¹³²

¹³¹ RANCIÈRE, Jacques – A PARTILHA DO SENSÍVEL, estética e política, pg. 15 – Editora 34 - 2009

¹³² <https://camaraclara.org.br/ribeirao/index.htm>

Interações estéticas a aproximarem duas categorias: o consciente comunitário-histórico e o conceito de belo, produzindo um belo-sensível, fazendo recordar, de voltar ao coração. A arte de um pensamento tornado vida, que “*existe porque a vida não basta*” (Ferreira Gullar). Da comunidade de pescadores a sofisticadas criações artísticas da imagem, tudo coube e cabe nas Interações Estéticas da Cultura Viva. O simbólico como motor das ações sociais e de transformação, exercitando o contato com outras estéticas e poéticas, produzindo teias de significado. Significados que se entrelaçam, não apenas como construções metafóricas sobre a realidade, mas como referências de sentido para a ação social.

Da mesma forma que houve Interações Estéticas entre artistas profissionais e Pontos de Cultura, via editais, objetivando uma criação comum, também convidei dois grandes artistas brasileiros e curadores de arte para organizarem exposições, Emanuel Araújo e Bené Fonteles. A exposição “*Viva Cultura Viva do povo brasileiro*”, realizada no Museu AfroBrasil em 2006, resultou em belíssimo catálogo. Emanuel visitou livremente os Pontos de Cultura, viajando de São Paulo aos interiores do nordeste, também Centro-Oeste, cabendo selecionar aquilo que ele considerasse mais relevante. Acompanhando-o, Walter Firmo, um fotógrafo excepcional. Abaixo, considerações de Emanuel na apresentação do catálogo:

“Por isso se deve considerar que, nessa exposição, como para alguns pesquisadores, a expressão ‘arte popular’ serve para designar aos criadores populares um lugar na produção artística em geral, lugar de uma autenticidade criadora que, embora não desenraizada da produção de uma comunidade em que se embasa, no entanto não se confina a ela nem sede à sedução fácil do mercado. Assim, o que se persegue aqui é a tentativa de estabelecer parâmetros pelos quais se pudesse aferir a criação artística popular, legitimando-a a partir de cânones semelhantes aos que são utilizados em relação à arte erudita, já que é esse método que conhecemos. Por essa razão organizamos esta exposição de obras de arte popular a partir de três vertentes - ancestralidade, arcaísmos e permanência- que tendem agrupar esteticamente os artistas populares em uma possível linguagem canônica.

[...]

Se por um lado pode parecer impossível agrupar tantas e tantas linguagens, o certo é que saindo da perspectiva acadêmica, podemos provocar o olhar de quem vê e até tocar nos sentidos que as próprias obras sugerem. Essa empreitada tem mesmo o sentido da cultura viva, extravagante e anárquica, para poder juntar simbolicamente o grande halo de permanência e ausências de uma história não totalmente concretizada.

[...]

Testemunhar a Cultura Viva do povo brasileiro em toda essa diversidade de ações e criações é realmente algo singular. Assim que oferecemos uma exposição livre, cuja função é agregar ao gesto criativo dos mais diversos criadores, eruditos, populares,

urbanos, rurais -em uma palavra, brasileiros- formas de análise despidas de preconceito. Livre como a comoção da própria vida latente, pulsando, sem os paradigmas da mistificação, que congela, que esquece, que discrimina, que separa em vez de unir num só zumbido toda a grandeza de um povo que não se explica nem se define.”¹³³

Bené Fonteles fez a curadoria para a exposição “*NEM É ERUDITO NEM É POPULAR – arte e diversidade cultural no Brasil*”, acontecida no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, 2007 e no Museu Nacional, em Brasília, em 2008, ambas acompanhando as respectivas Teias dos Pontos de Cultura. Abaixo, considerações de Bené, no catálogo da exposição, publicado em 2009:

“Fazer arte é transformar o ordinário em extraordinário. Isso é o que faz o povo brasileiro com sua surpreendente criatividade, ao armar estratégias de sobre vivência da oca à senzala, da tapera à favela. [...]

Agora já não mais se defende uma identidade cultural brasileira, portadora de uma carteira onde se estampa a cara de um xenófobo. Mário de Andrade em plena década de 40 já preferia uma *Entidade Universal Brasileira*.

Vários artistas assumiram essa *Entidade* como forma de ver e compreender a poética do mundo a partir da precária realidade do país. Poderia então se falar que muitos artistas se valeram de uma estética da precariedade, usada com sofisticada e sensível inteligência construtiva, inspirada inclusive na herança cultural do índio e do negro e *transcriada* pelo ser caboclo, um brasileiro singular e plural. O resultado é uma arte de transfiguração da rude realidade brasileira, que dialoga sem fronteira. [...]

Pelo Brasil tenho viajado há quase quatro décadas, *roído de infernal curiosidade pelo outro* (Carlos Drummond) e com profunda admiração pela engenhosa criatividade de meu povo: uma mistura feliz e generosa de nativos e gentes vindas d’além do Oceano Atlântico, com uma vasta mitopoética de seus muitos deuses e ancestrais. [...]

Amar e compreender a complexidade desta diversidade cultural e espiritual da *entidade universal brasileira*, transformando-a em arte de reflexão e transgressão da linguagem contemporânea, tem sido o meu maior e prazeroso desafio. Com as mostras e edição deste livro, damos um testemunho de fé nestes grandes *milagres* de um povo ainda feliz no *extremo ocidente*.”¹³⁴

A ideia com as 352 *Interações Estéticas* e as duas exposições foi estabelecer um entre-lugar, aproximando os diferentes e apagando fronteiras a partir da estética, desencadeando um aprendizado para um olhar em conjunto, a busca do comum e de seus sentidos. Da partilha do sensível se realiza a produção partilhada do conhecimento, desde

¹³³ ARAÚJO, Emanuel – VIVA CULTURA VIVA DO POVO BRASILEIRO, catálogo da exposição, pgs. 42/48/57 – Museu AfroBrasil, 2007

¹³⁴ FONTELES, Bené – FAZER ARTE É TRANSFORMAR O ORDINÁRIO EM EXTRAORDINÁRIO, in. Catálogo Nem é Erudito nem é popular, pgs. 71/73 – Ministério da Cultura, 2009

a fruição do belo, do maravilhamento, ativando as capacidades de fabricação de sentidos. Um jogo, um ir e vir estético-político, lançando luz ao que antes não estava iluminado. Com essa ação minha intenção foi produzir um balançar com as ondas da sensibilidade, e Juana Nunes, gerente na secretaria da cidadania cultural, teve um papel fundamental, junto com sua equipe. A arte está ligada aos modos de vida, às práticas, às maneiras de ser e de como as pessoas sustentam a existência. Pela arte os mundos se encontram, até acontecer o rompimento de fronteiras territoriais e temporais. Mas se a arte une, ela também pode separar, por isso a ativação das interações, dos diálogos, por mais inusitados que pudessem transparecer à primeira vista. As interações foram as mais diversas, produzindo um jogo de espelhos a ativar sensações e sentidos.

Jorge Mautner, poeta, filósofo, músico, querido intérprete do Brasil, foi convidado por Gilberto Gil e por mim para, junto com Nelson Jacobina, a visitar 50 Pontos de Cultura e fazer interações poéticas com Pontos de Cultura. Posteriormente ele foi contemplado com o prêmio Interações Estéticas, desse intercâmbio saiu o CD *Kaosnavial*, e o filme *Maracatu Atômico Kaosnavial*¹³⁵. É de Mautner a letra e música do hino à Cultura Viva:

“No horizonte a força da esperança
Os pontos de Cultura somos todos nós
Na enlaçante amizade magnética
Abraçados em rede cibernética
Irradiando, comunicando, absorvendo, interagindo
Com inteligência emocional
Toda informação que vai surgindo
Imaginação, coletiva e individual
Das sabedorias e universos das diversidades culturais
Do Brasil-Universal!!!!
Ideologia do coração que recomenda
Ecologia é também distribuição de renda
É uma teia que desencadeia
A gloriosa emoção
De fazer acontecer a Segunda Abolição
Dos direitos humanos em ação
Na atitude da inclusão de todos em plenitude
Da diferença na igualdade que é irmã da liberdade
Por todo Brasil, por toda parte
Desobediência civil, em forma de arte!!!!”

¹³⁵ https://www.youtube.com/results?search_query=Kaosnavial e <https://www.youtube.com/watch?v=xxlwX2B00zA>

A busca pelo Brasil-Universal a partir de pontos que se conectam, formando linhas, ideias e imaginações, produzindo uma fusão completa, vida cotidiana, território, memória, desfazendo espaço e tempo e reconstruindo-o em forma de arte. O Particular-Universal de um país ativando a capacidade de transcendência. Em toda ação humana há emoções, pela arte aprendemos a melhor lidar com elas, a estabelecer relações comunicativas com o inusitado, o diferente. É isso que faz a arte tão necessária e única. Pela arte os indivíduos e comunidades conseguem dar o passo seguinte à autoidentificação, podendo se encontrar com o Outro e se perceber no Outro. Como passo seguinte a evolução na personalidade, na construção de significados e sentidos, até o encontro do Comum. Pela arte os povos se reconhecem, exercitam empatia. De todas as habilidades humanas a arte é a que melhor propicia o encontro com a alteridade, não o Outro superficialmente diferente e apenas tolerado, mas o reconhecimento de si no Outro, produzindo um deslocamento na percepção. Através de um jogo profundo, ininterrupto, as interações estéticas, enquanto houve a Ação, aconteceram exercícios cotidianos de “se ver e ser visto”, como em um jogo de espelhos. Não a arte como espetáculo, mas a arte como vida, persistindo na existência criativa e criadora, a desvelar a realidade a partir da beleza.

“...a essência do belo justamente não consiste em estar em frente e diametralmente oposto à realidade, mas que a beleza, por mais inesperadamente que se possa apresentar, é como uma fiança de que com toda ordem do real, com todas as imperfeições, maldades, equívocos, unilateralidades, perturbações funestas, contudo o verdadeiro não jaz inalcançável à distância, mas está ao nosso alcance. É função ontológica do belo cobrir o abismo entre o ideal e o real.”¹³⁶

Não basta que o propósito seja justo e bom, é preciso que ele chegue ao coração das pessoas, que ele desperte a luminosidade, a potência contida em cada ser. Quando isso acontece, beleza e arte se realizam e se encontram com a verdade. Uma flor que desperta o fascínio, o encanto, o sorriso e a alegria, tem a capacidade de transcender o mundo das coisas tristes, do utilitarismo e da coisificação, em que tudo é pautado pelo jogo de interesses. Esse poder mágico que irradia beleza só é possível porque carrega em si a Verdade e Bondade, a gratuidade do universo. É belo porque é inteiro. Ir ao encontro da Arte e do Belo tem que ser a práxis da Cultura Viva. Esse enunciado não foi -não é-

¹³⁶ GADAMER- Hans-Georg – A ATUALIDADE DO BELO – a arte como jogo, símbolo e festa – pg. 28 – Tempo Brasileiro, 1985

plenamente compreendido, como também não foi compreendido o enunciado do príncipe Mishkin na obra *O Idiota*, de Dostoievski: “*a beleza salvará o mundo*”.

Não foi, não é fácil, apresentar esse sentido da Cultura Viva ao público geral, por vezes há dificuldade até mesmo no ambiente interno. Em um mundo utilitarista/funcional, sobretudo no campo da política, mas não só, a mecânica da transferência de pequenos recursos orçamentários para organizações culturais de base comunitária é até compreendida e apoiada, como uma concessão. Já que não é possível garantir bons equipamentos culturais ou programação artística regular, ao menos se admite que as comunidades recebam um pequeno repasse de verbas para a realização de suas atividades e expressões de cultura local, assegurando a realização de espetáculos de pequeno porte, uma pequena infraestrutura, alguns materiais, verba para algumas oficinas e cursos de arte. Mesmo setores “ilustrados” da cultura interpretam os Pontos de Cultura dessa maneira, como uma alternativa circunscrita à cultura popular ou a ações sociais em áreas de vulnerabilidade, em que arte é ferramenta e não fim. Ainda assim, essa visão reducionista acerca de toda a potencialidade da Cultura Viva é bastante descumprida, conforme demonstrei nos capítulos sobre o *Tronco* e as tentativas de corta-lo a machadadas, registro.

A arte tem potencial para a transformação social, as culturas tradicionais e populares têm grande vitalidade e necessitam de aporte regular, a maioria dos Pontos de Cultura estão localizados em territórios de alta vulnerabilidade e exclusão, mas a dimensão do Ponto vai além, bem como o sentido de transformação social. Arte é muito mais que instrumental, e essa questão segue pouco compreendida em muitos círculos, mesmo entre aqueles que pretendem a transformação social. Para responder a essa questão, formulei a pergunta a uma amiga muito querida, Inês Sanguinetti, bailarina argentina, cuja história conto em capítulo do meu livro *Por todos os caminhos*. Inês é destacada impulsora da Cultura Viva Comunitária na América Latina e fundadora da organização *Crear vale la pena*¹³⁷, na região metropolitana de Buenos Aires. Perguntei a Inês: O que é arte para a transformação social? A resposta:

“Perguntei a Silvia Ponce, paciente de uma comunidade terapêutica na Argentina: ‘O que é a arte para a transformação social?’

Ela disse de uma só vez: *‘Saia, respire. Viva a vida de outro lugar. Uma forma de arte para quebrar a rotina. Sentir-se contida. Um jogo para reviver minha*

¹³⁷ <https://www.clubensayos.com/Temas-Variados/Crear-Vale-La-Pena/2368790.html> e <https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&ei=UTF-8&p=Crear+vale+la+pena&type=E211BR1348G0#id=3&vid=f857c51fe9977d47304786daa35e960b&action=click>

verdadeira essência. Aprenda a falar sobre mim em metáforas. Pensar sobre mim, me recriar. Sentir que o tempo voa. Deixa-me guiar. Eu me perdi e agora estou me encontrando."

Se deixarmos de ver a arte como a soma das representações artísticas e passarmos a vê-la como o conjunto de processos e práticas que os seres humanos criam para conviver uns com os outros, passamos a entender a arte como uma das necessidades básicas mais fundamentais para o desenvolvimento da vida.

Milhares de artistas estão criando espaços como os descritos por Silvia, a partir de uma perspectiva muito distante das Belas Artes. Isso em cada lugar nos torna capazes de intervir de novo na realidade, criando espaços grupais focados naquilo que um corpo expressivo pode sonhar, planejar, conhecer. Criar de tal forma que aqueles espaços que sentimos anônimos, violentos, precários, maníacos e cinzentos possam ser habitados por impulsos que ajudem a reconhecer a beleza dos ambientes humanos, a riqueza de sua diversidade. E então a curiosidade pela alteridade (*otredades*) estarão longe da desconfiança que a convivência local e planetária gera. Arte para Transformação Social é nossa decisão pessoal e conjunta - já há 20 anos - de tornar a experiência criativa acessível a todos. Um caminho coletivo de encontros "*de uma voz a um tu que entende*", como diz maravilhosamente Paul Celán. (Inês Sanguinetti, desde Buenos Aires, 15/01/2023 – tradução do autor)

Só o sentimento permite encontrar as sutilezas mais profundas que compõem uma obra de arte. Pelas artes alcançamos a representação simbólica dos sentidos, dos traços emocionais, intelectuais, espirituais e materiais da sociedade. Descortinando modos de vida, sistemas de valores e crenças, a arte elabora uma gramática representacional dos sentidos, como nenhuma outra linguagem humana pode fazê-lo. Essa é a potência transformadora da arte, não como ação instrumental-discursiva-ideológica, mas como gramática para a vida:

“Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação para aprender a realidade do meio ambiente e desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada.”¹³⁸

Pelos Pontos de Cultura é possível demonstrar isso. Reduzir a dimensão da arte à inclusão social seria um equívoco a reforçar comportamentos de hierarquização e deslegitimação cultural. Apesar das interpretações de alcance limitado da parte do mundo político, também do mundo utilitarista do Mercado, de “gestores” e mesmo de parte de intelectuais e artistas, que ainda não compreenderam a dimensão do fazer artístico vinculado aos processos de vida. No chão das comunidades esse equívoco não existe. Não é uma compreensão teórica, é uma prática de vida, expressa no cotidiano singelo, que se

¹³⁸ BARBOSA, Ana Mae – Arte/educação como mediação cultural e social, pg. 21- Editora da UNESP, 2009

realiza com poética, pelas “palavras floridas”, transformando o ordinário em extraordinário. As palavras floridas são uma necessidade em si, como as flores. É nesse momento que elas ganham um sentido de transformação.

Como um fenômeno humano decorrente da relação direta com o ambiente físico, social, cultural e transcendente, a Arte é uma reação estética às representações que indivíduos, comunidades e sociedades fazem do mundo. Com a exposição *‘Nem é erudito nem é popular’*, sob curadoria de Bené Fonteles, procuramos desconstruir a dualidade entre arte popular e arte erudita, demonstrando que a arte brasileira se faz e se refaz a partir das interações estéticas entre as raízes da cultura popular, ou tradicional, e a vanguarda artística e estética. Com aquela exposição, também com a exposição sob curadoria de Emanuel Araújo, eu pretendi apresentar os Pontos de Cultura como espaço para a expressão mesma de criadores, artistas. Ponto.

Criações ímpares e já em curso, feitas a partir do ambiente comunitário, subvertendo espaços, promovendo sobreposições, com valor universal e trans-histórico. Não necessariamente determinada pela base material das comunidades em que as criações acontecem, mas como um caminho que transcende e transforma. “*A arte é um caminho que leva para regiões que o tempo e o espaço não regem*” (Marcel Duchamp). As *Interações Estéticas* foram uma tentativa em adentrar por esse caminho. Os conceitos de Belo e de Arte tem empregos múltiplos. Na Cultura Viva preferi usar por referência a metáfora “*Estrela de Brilho Inútil*” contida na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade. O brilho inatingível e quase apagado das estrelas de tempos distantes, e que ainda assim nos ilumina e inspira.

A obra de arte que comove é aquela que o coração confirma e que pode ser sentida de imediato. A boa Arte não depende de um ato reflexivo, intelectualizado, simplesmente toca, como um sopro sublime (novamente, Mário de Andrade). Tomadas pelo assombro as pessoas ativam as energias de entrada, da fruição e movimentam as energias de saída, da ação. O que é belo se expressa em inteireza, o que é inteiro se revela na boniteza, conforme Paulo Freire. Platão, no diálogo *Fedro*, descreve que pela arte há o encontro com o verdadeiro. Não à toa, as chamadas guerras culturais, manipuladas pela extrema-direita no mundo, tem por estratégia iniciar a luta pelo ataque às artes. Furtando o belo e a arte da alma humana, afasta-se as pessoas da verdade. Arrancadas da verdade, as coletividades tornam-se escravizadas, suscetíveis a manipulações de todo tipo, marcadas pela violência, a rudeza e o vulgar. A ação das *Interações Estéticas* chegou a 10% da rede dos Pontos de Cultura, teria sido necessário continuar mais, alcançando mais

Pontos e por mais tempo, com mais trocas simbólicas, até cobrir o abismo entre o ideal e o real. Faltou tempo e continuidade para demonstrar que só o sensível poderia enfrentar o horror.

“Queira-se ou não, o sensível não é mais um fator secundário na construção da realidade social. Numerosos são os indícios que, ao contrário, acentuam seu aspecto essencial. Assim, ao término dessa reflexão, não é inútil insistir sobre a verdadeira conversão de espírito, necessária a todos os observadores sociais, para compreender as importantes mutações em ação nesta pós-modernidade. Em suma, o sensível não é apenas um momento que se poderia ou deveria superar, no quadro de um saber que progressivamente se depura. É preciso considera-lo como elemento central no ato de conhecimento. Elemento que permite, justamente, estar em perfeita congruência com a sensibilidade social difusa de que se tratou.”¹³⁹

A sensibilidade social difusa foi ativada em outra direção a partir de 2013, infelizmente, e os que estavam no comando do Estado sequer compreenderam o que estava a acontecer. Uma destruição criadora se colocava em marcha, ativando os afetos tristes, a depressão da potência, o ódio, ressentimentos, desamparo, frustrações e ignorâncias de todo tipo. Uma nova estação de clima ia tomando conta de parte considerável do país. Justamente no mesmo momento em que as *Interações Estéticas* e o diálogo intercultural perdiam corpo. Para mover as coisas há que estar, de modo orgânico, vinculado a elas, produzindo uma propensão natural. Todavia, esse vínculo foi sendo desfeito. Uma fratura foi criada pelo próprio governo federal, que não compreendeu o sentido do Ponto de Cultura como um enraizamento da reflexão em relações de afeto, ternura e arte. O Brasil estava mudando de estação. A paisagem com a folhagem solta e plumosa viraria outonal.

13. *Teia*

Foram muitas flores, frutos, folhas, galhos e ramas a compor a bela copa. São muitas copas a comporem o arvoredo, quando as árvores conversam entre si, pelas raízes, pelas copas, formando teias. Dentre todos, o principal ambiente a apresentar a vitalidade criadora da árvore Cultura Viva e dos Pontos de Cultura foram e são as *Teias*. Entre os galhos as aranhas tecem suas teias a unirem as partes. Há muitas na árvore da abundância. Concebidas como lugares para o entrelaçamento entre Pontos de Cultura as Teias são espaços de mediação entre o que é cultivado nos territórios e o encontro entre os demais

¹³⁹ MAFFESOLLI, Michel – Elogio da Razão Sensível, pg 189 – Editora VOZES, 2001

Pontos e tudo que fazem, incluindo o que ainda virão a fazer e aquilo que nem foi pensado. Era necessário colocar todas e todos e todes, todo mundo, em um só lugar, para exercitarem o desenvolvimento proximal. Para se verem e serem vistos. Para inventar.

Antes da realização das Teias a pessoa que mais tinha noção de conjunto sobre o que estava acontecendo na rede dos Pontos de Cultura era eu, que viajava a difundir o programa que estava sendo germinado. De forma parcial, outros dois assessores, que foram entrando em diferentes momentos, Manoel Correa, que depois foi trabalhar com audiovisual na Cultura Viva e o TT Catalão, que veio a me substituir como secretário, poeta e amigo querido já falecido. O que estava sendo tecido precisava ser mostrado em conjunto. Era necessário que muitos percebessem melhor a delicada e forte trama que estava sendo tecida. Agentes do Ministério da Cultura e mesmo o povo dos Pontos de Cultura, ou pesquisadores que começavam a se interessar pelo que estava acontecendo, viam parcialmente, a partir de seus lugares, por visitas isoladas, notícias, encontros com partes do programa. Faltava conhecer o conjunto. Para além do mínimo denominador comum há o máximo denominador comum, que ainda nem foi plenamente conhecido, um dia será. Provavelmente não no meu tempo de vida, mas será. Os Pontos começavam - apenas começavam- a formar linhas.

Quem sabe pela Teia se percebessem como árvore, pensei, para, quem sabe um dia, não mais árvore e sim floresta. Quem sabe um dia. Inicialmente pensei em dar nome de Quarup, a cerimônia de morte, vida e ressurreição, em que o criador, *Mavutsinin* renasce ao brotar do tronco do Quarup. A síntese com a realização do encontro entre os Pontos de Cultura seria essa. Mas dar o nome de uma cerimônia tão sagrada e própria aos povos do Alto do Xingu talvez não fosse apropriado, algo de difícil compreensão à maioria. Apesar de ter sido uma sugestão de meu amigo, cacique Aritana, quando estive com ele na aldeia yawalapíti, no Xingu e falei da intenção de uma cerimônia para juntar todos os Pontos de Cultura. Teia seria uma imagem mais inteligível e visual. A primeira Teia aconteceu em abril de 2006. Espaço de práxis cultural, social e política a urdir a rede em uma mesma trama, unindo três dimensões:

- a) encantamento (via apresentações artísticas e performáticas);
- b) reflexão (via seminários, exposições, conferências e mesas);
- c) organização, (via encontros nacionais dos pontos de cultura e formação de comissões organizativas).

O sentir, o pensar e o agir. Enquanto estive como secretário da cidadania cultural, entre 2004/10, aconteceram dezenas de Teias estaduais e regionais. Somadas aos

82 Encontros de Conhecimentos Livres foram perto de 150 Encontros/Teias em diversos tamanhos, temáticas e locais. Me dou conta dessa quantidade somente agora. Sabia que haviam sido muitas, de todas as formas, medidas e lugares; nos Encontros de Conhecimentos Livres estive em alguns, mas nas Teias, quando adotamos esse nome, em 2006, em praticamente todas. De 2.000 dias em que estive no governo, houve uma Teia a cada duas semanas, em uma média de 3 dias por evento, o que resulta em estar acontecendo alguma Teia em algum lugar em 20% tempo do programa. Esclareço os números porque as Teias não foram um único encontro, mas múltiplos, mais que um evento, um processo continuado de troca de conhecimentos e afetos. Vez por outra recebo convites e notícias de novas Teias dos Pontos de Cultura, em autogestão, a acontecerem por aí. Não na mesma quantidade e intensidade da fase em que pude impulsioná-las, mas seguem. Sempre haverá aranhas habilidosas e dispostas a seguirem tecendo teias e rendas.

Das Teias mais visíveis, as Teias Nacionais. Foram quatro no período em que eu estive como secretário e houve uma quinta, em 2014, depois, não mais:

- a) 2006, sob o tema “*Venha se ver e ser visto*”, realizada no edifício da Bienal de São Paulo;
- b) 2007, sob o tema “*Tudo de Todos*”, realizada no Palácio das Artes, em Belo Horizonte;
- c) 2008, sob o lema “*Iguais na Diferença*” na Esplanada dos Ministérios, em Brasília;
- d) 2010, “*Tambores Digitais*”, no Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza;
- e) 2014, “*Teia da Diversidade*”, em Natal (em diversos lugares da cidade).

O objetivo das Teias, além do espriamento dos conceitos e da organização, foi recuperar a importância da espontaneidade popular, a criatividade em suas diversas formas, sem preconceitos, desde as manifestações mais “ingênuas” às mais elaboradas. Com as Teias foi possível desencadear um nexo entre espontaneidade e aceleração de processos, como uma plataforma de educação pelos sentidos, ativada pelo encantamento ao provocar uma explosão de emoções a partir da celebração, das artes e da ternura.

Com as Teias encontrei o ambiente para colocar em prática o conceito de *Desenvolvimento Proximal* de Vygotsky. Recorri ao educador e psicanalista russo para compreender como o contato entre pontos poderia ativar saltos qualitativos nos processos de percepção, interpretação e transformação do mundo, colocando próximos/distantes, diferentes/semelhantes em ambiente comum. A partir de pontos aparentemente tão

diversos e diferentes entre si seria possível promover a aceleração de processos de vínculo e desenvolvimento sociocultural:

“Essa diferença entre doze e oito ou entre nove e oito, é o que nós chamamos de zona de desenvolvimento proximal. Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. [...]

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento, ao invés de ‘frutos’ do desenvolvimento. O nível do desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente.”¹⁴⁰

A partir de uma teoria aplicada à educação infantil foi possível fazer com que Pontos, antes isolados, fossem se percebendo enquanto movimento e semelhança. O conceito de *Desenvolvimento proximal* está presente desde a formulação do Cultura Viva, é um conceito-chave, que teve por objetivo evitar o dirigismo, tanto de Estado, como as imposições e modelações do Mercado, evitando a pasteurização de processos criativos, depurando preconceitos e segregações, presentes nas expressões culturais contemporâneas e passadas, incorporadas nas tradições, que vão acumulando camadas de preconceitos, pecados, e virtudes, do povo. “*Há que cultivar as virtudes do povo*”, disse outro psicanalista que gosto muito e cujo pensamento tem muita proximidade com a proposta da Cultura Viva, o padre jesuíta salvadorenho, Martin-Baró, assassinado pelas forças paramilitares durante a Guerra Civil em El Salvador, em 1989. No documento de lançamento do programa Cultura Viva deixei essa preocupação bem explícita:

“Por isso, faz-se tão necessário buscar uma cultura viva, pujante, que incorpore a ideia de mudança. Mudança que só é real se envolver uma efetiva transformação de conceitos e métodos. Principalmente se for resultado de uma efetiva consciência da sociedade. E consciência não se impõe.

Aqui estamos tentando mais uma experimentação com o Cultura Viva. O educador russo, Vygotsky, no livro *A formação social da mente*, propunha o **desenvolvimento proximal** como uma nova abordagem para o processo de construção do conhecimento. Seu estudo original refere-se ao aprendizado infantil, mas pode ser transposto para a sociedade. A ideia é de que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de Mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo, que

¹⁴⁰ VYGOTSKY, L. S. – A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE, pg 112/13 Martins Fontes, 2003

produz, cria e transforma a cultura. O papel da coordenação, neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos Pontos de Cultura, o de mediador.”¹⁴¹

As Teias foram a tentativa de criação de ambientes acelerados para a facilitação de contatos entre Pontos, também a disposição para a imprevisibilidade e perda de controle. Em várias ocasiões usei o termo “*perda de controle*” como referência para o principal indicador de êxito do programa Cultura Viva, isso porque, quando o Estado perde o controle é a sociedade que se empodera. A defesa desse princípio gerou diversas incompreensões, atritos e desgastes com os organismos de controle do governo, registro. Não há como pensar em Cultura Viva sem a dimensão do caos, desordem, incerteza, mas incerteza, desordem e caos também geram equilíbrio. Percebi que é necessário um *desenvolvimento proximal* a gerar equilíbrio, que se faz a partir do mergulho profundo na alteridade.

Alteridade é outro princípio fundamental na Cultura Viva, pois sem partilhar as experiências dos sentidos a identidade não se completa e essa incompletude torna as identidades ilhadas, incapazes de sentir-com. A lógica da Cultura Viva é a lógica da descoberta e da partilha, até o momento em que a identidade deixa de ser ilha para se perceber arquipélago, ou árvore para se sentir floresta, seguindo a lógica dos conceitos-metáfora que tenho utilizado. As Teias foram os ambientes para que os Pontos pudessem sair da ilha e se verem de fora. E, ao avistar a ilha de origem, também poderiam avistar as outras ilhas, identificando-se com aquilo que há de comum entre elas. Na Teia da vida tudo está interligado.

O caminho encontrado foi aproximar encantamento/celebração com processos reflexivos e organizativos e assim ir tecendo a rede da Cultura Viva, em forma de teia de aranha. Mas isso não se deu em um único momento. Foram várias teias, regionais, temáticas, encontros de conhecimentos livres, programas de televisão, vasta produção audiovisual, incluindo o longa-metragem “*O rosto no espelho*”, sob direção de Renato Tapajós, cujo link recoloco novamente¹⁴². Para além das Teias Nacionais, mais vistosas, esse foi o sentido da Teia, formado em multiteias. No livro Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima, publicado em 2009, procurei deixar o sentido multiteias:

“Como as ações se encontram? Como os Pontos se interligam? A Teia. Um construir constante que também precisa ser presencial, unindo, em um só lugar, encantamento (mostra artística), reflexão (seminários e registro) e organização (Fórum dos Pontos de Cultura). E entre as Teias? Encontros de Conhecimentos Livres, o iTeia [um site

¹⁴¹ Catálogo CULTURA VIVA, pg 35 – Ministério da Cultura, 2004

¹⁴² https://www.youtube.com/watch?v=w09p_HIOcMs&t=135s

que construímos, para conexão entre os Pontos, hoje inativo], os portais, as redes colaborativas, os programas de TV, Cultura Ponto a Ponto, Ponto Brasil, Amálgama Brasil, a webrádio Cultura Viva [uma das primeiras webrádios do país, igualmente inativada a partir de 2011]”¹⁴³

O objetivo das Teias é a depuração do senso comum, limpar camadas e tecer redes. Há tortuosidades no modo de pensar a partir do senso comum, com conceitos, concepções filosóficas e ideologias (mesmo sem serem explicitadas) se misturando nas práticas, como névoa. Esse nevoeiro do senso comum provoca um embaçamento na observação da realidade, encobre enfoques e resulta em verdades acabadas, até o estabelecimento da ideia de que algo pré-existente, presente em determinados comportamentos autoritários e de preconceito é assim “*porque sempre foi assim*”. O senso comum, quando não depurado, é conservador, mesmo que de resistência, podendo ser reacionário. Quem atualmente melhor percebe esse fenômeno tem sido a extrema direita, que manipula conservadorismos até transforma-los em reacionarismo e autoritarismo.

Marilena Chauí, escreveu um pequeno e profundo livro, *Conformismo e Resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*, há quase quarenta anos. Na obra ela refuta a ideia de que a cultura popular seja uma totalidade e que carrega em si uma dimensão emancipadora e de resistência, destacando que há práticas ambíguas e dispersas que caracterizariam a cultura popular mais como um misto entre conformismo e resistência. À época em que o livro foi escrito, 1986, ela identificava todos os traços de uma sociedade autoritária, ainda incapaz de se desvencilhar de uma história de violências, hierarquias e desprezos:

“O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e republicanismo. Indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades europeias e norte-americanas, não parecem alcançar a realidade social brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma de tutela e do favor (jamais o direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio

¹⁴³ TURINO, Célio – PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pg. 239/240 Ed. Anita Garibaldi, 2009

(dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes).”¹⁴⁴

No Brasil de 2022 esses traços estão ainda mais acentuados. O que teria dado errado? Por qual razão fomos incapazes, enquanto nação, de reverter o quadro descrito pela filósofa brasileira? Ao menos 50% da população brasileira, talvez mais, segue com o autoritarismo, a prática da violência e o conformismo em relação às explorações e opressões como algo muito presente nas mentalidades e práticas cotidianas. Não somente nas classes dominantes e as relativamente abastadas, mas também no veio popular, que preserva a manutenção de relações de tutela e favor, o conformismo abafando a disposição para a transgressão libertadora, o arbítrio como forma política escolhida. Há, igualmente, pontos de luminosidade, sem dúvida, há muita potência criadora, muitas ações de resistência, pontos de utopia. Essa é a contradição. Mas a despeito de treze anos de governo reformista e popular, por alguma razão falhamos na construção de uma mentalidade libertadora mais abrangente. Não me refiro aos golpes e manipulações havidos desde acima, mas a parcelas consideráveis na mentalidade popular, fragilizada ante à produção de desinformação que manipula ressentimentos, ódio e paranoia.

O capitalismo comunicativo captura desejos de transformação e os reduz a uma expressão pública da individualidade deixando as pessoas suscetíveis a uma cultura da violência, do descarte, do desprezo ao outro, mesmo no chão das comunidades. Os traços apontados por Marilena Chauí seguem como feridas não cicatrizadas, que ora se abrem em pústula, alimentando o fascismo e todo tipo de reacionarismo. Quando eu pensei a Teia, mais que uma proposta de Encontro para os Pontos de Cultura, tinha por objetivo criar um laboratório de filosofia coletiva ampliada, reunindo milhares de pessoas no mesmo espaço, a partir de perguntas e questões instigadoras, apresentadas não por um método totalmente racional, mas sensível. Um laboratório em tempo real disposto em uma arena diversa.

Apesar de contraditória e multiforme, a partir de muitos sentidos comuns, novos conceitos e verdades se difundiram, formando novos processos de conhecimento e práticas compartilhadas no “laboratório” das Teias. Griôs, por exemplo, a palavra abrasileirada nem era conhecida, mesmo no termo afrancesado, *Griot*, mal se valorizava o conhecimento transmitido pela oralidade da matriz africana; passados quase 20 anos

¹⁴⁴ CHAUI, Marilena – CONFORMISMO E RESISTÊNCIA – aspectos da cultura popular no Brasil, pgs 47/48 – Editora Brasiliense, 1986.

há quase um consenso em torno do valor dessa sabedoria ancestral contida nas bibliotecas vivas trazidas de África, os *Gritadores* a filosofarem a alma de seus povos, daí, Griô. Foi a partir das Teias que esse conceito se tornou melhor conhecido e reconhecido, e hoje é comum as pessoas se referirem aos mestres do saber popular transmitido pela oralidade como Griôs. Um Quarup aconteceu ao lado da Oca do Ibirapuera, com os yawalapitis realizando o ritual de vida/morte e renascimento ao lado de um monumento da arquitetura em concreto na maior metrópole do país. A I Feira Nacional da Economia Solidária ao lado dos Pontos de Cultura. O software livre ao lado das sementes crioulas, produzindo antenas de compartilhamento de sinal de internet com sucata, com latas de leite em pó, mostrando como é possível conquistar autonomia tecnológica, mesmo com recursos simples. Uma demonstração da força da criatividade e do encontro, gerando expansividade a partir de sentidos e reflexividade. A invenção coletiva de um Brasil imaginado estava a acontecer.

As Teias foram um ambiente a captar as ambiguidades e a ativar a perplexidade dos dominados, daqueles que sempre tiveram que entrar pela porta dos fundos. O momento do caos, em que hierarquias culturais foram chacoalhadas até fazerem surgir novas legitimidades, que, por sua vez, também seriam questionadas. Não por elemento externo e sim pelos próprios participantes da Teia. Na primeira Teia Nacional, em abril de 2006, contávamos 450 Pontos de Cultura, com aproximadamente 3.000 representantes dos Pontos de Cultura e 50.000 visitantes, pois aberta ao público. Nela entrelaçamos cultura com economia solidária, por propósitos comuns. Para a aceleração de processos a escolha simbólica dos locais e cidades a sediarem as Teias não era uma decisão menor. A primeira Teia teve que acontecer em São Paulo, na sede da Bienal de Artes, cânone da chamada “arte consagrada”, ícone das tendências culturais. Assim como os demais locais para as Teias Nacionais foram pensados sempre na perspectiva de confrontos simbólico entre o senso comum e os lugares narrativos de poder:

“Tinha que ser lá, como foram as dependências do Teatro Municipal de São Paulo, em uma semana curta, de Arte Moderna, em 1922. Agora, a arte sem escola, vinda da periferia, de todas as periferias, fosse geográfica, estética ou social. Foi bonito ver a entrada de todos aqueles Pontos naquele enorme prédio de arquitetura moderna”¹⁴⁵

¹⁴⁵ TURINO, Célio – PONTO DE CULTURA, o Brasil de baixo para cima, pg. 107 – Ed. Anita Garibaldi, 2009

Os Pontos de Cultura não podem ser interpretados como algo diluído, unicamente como expressão do senso comum, ao contrário, gestores e agentes constituem-se em intelectuais orgânicos no meio do senso comum comunitário, são agentes de mediação, educação e transformação social nesses territórios. Entretanto, por conta da organicidade, absolutamente necessária e positiva, também incorporam elementos de análise a partir do senso comum. Aqui me refiro à dinâmica dos Pontos de Cultura, por objeto de ação e estudo, mas essa dimensão também acontece nas demais organizações de natureza comunitária e sindical. O desafio das Teias esteve em encontrar pontos de reflexão e questionamento, promovendo uma inflexão transformadora, com capacidade para ultrapassar grupos sociais homogêneos, podendo provocar sinapses coletivas, de caráter emancipador, no que demandava uma nova cultura e uma nova filosofia. Previstos como plataformas de aceleração de processos a partir de sentidos, sensações e sentidos, entre os Pontos de Cultura, um conjunto de elementos de política cultural e filosofia política foi sendo elaborado e difundido coletivamente à época da realização das Teias. No discurso de abertura na III Teia Nacional dos Pontos de Cultura, realizada em Brasília em 2008 o conceito estava consolidado:

“Cultura Viva é um processo de empoderamento na prática, um processo de transformação, o que está sendo evidenciado aqui. Ainda temos muito caminho pela frente, estamos dando passos significativos que vão transformar nossas vidas, a do país e, por que não, a do planeta [...] A ideia matriz da proposta é a construção da cultura viva em uma dialética triangular: organização, reflexão, encantamento. A própria Teia.”¹⁴⁶

As Teias foram encontros de sonhos comuns, sempre a partir de uma ideia-chave: “*venha se ver e ser visto*”. A ideia foi mostrar o rosto do Brasil no espelho. Houve ônibus partindo de Canarana, Mato Grosso, com os Yawalapíti do Xingu, em direção à São Paulo, em 3 mil km de viagem, e da aldeia à Canarana, outras 24 horas de barco. Outro ônibus, com meninos e meninas da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que pela primeira vez se hospedariam em hotel, e que foi de quatro estrelas. Recordo bem desse momento, a hospedagem seria em hotéis três estrelas, para todos, mas no caso daquela delegação da favela, por equívoco de produção, foram alojados em um hotel muito inferior, em área perigosa no centro da cidade. Eram crianças e adolescentes com alguns

¹⁴⁶ TURINO, Célio – in. Abertura do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura - http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7292/1/485.%20Teia_Brasilia_2Forum_%20Nacional_Cultura_2008.pdf

acompanhantes adultos, de um Ponto de Cultura que era brinquedoteca. Quando eu soube me dirigi diretamente ao hotel e exigi que o produtor os hospedasse em hotel melhor. Por conta do adiantar da hora só havia vagas no hotel Hilton, próximo à praça da república, no centro de São Paulo. Assim foi. Independente do custo, não se pode economizar à custa da dignidade da hospedagem dos convidados, ainda mais com crianças e jovens vindos de uma favela. O produtor percebeu que havia cometido um equívoco e corrigiu o erro e assumiu o custo, importante fazer o registro.

Acompanhei a entrada dos meninos e meninas já na madrugada, todos muito bem comportados, olhando com admiração ao hotel que se abria a eles. Por precaução deixei meu cartão de visitas com a gerente. Ao final da estadia acompanhei as crianças no café da manhã. Foi quando recebi uma gentil mensagem da gerente do hotel, agradecendo pelo bom comportamento e pela lição de humanidade que as crianças haviam transmitido naqueles dias. Isso não foi um detalhe. Foi parte da Teia, parte da produção compartilhada do conhecimento realizada pela quebra de hierarquias em ambiente de aprendizado a partir de atitudes e exemplos sutis. Conforme palavras do coordenador da Teia Brasília, em 2008, Chico Simões, *ponteiro* e palhaço mamulengueiro:

“A Teia é um encontro de sonhos, uma rede de sonhos, completa, diferente, nova. Uma Teia que se descobre a cada momento, a cada ponto, a cada diferença, se descobre nessa luta para que sejamos iguais no direito. Ela tem um formato novo, uma configuração que incomoda muita gente, inclusive a nós. Mas nos fascina e como desafio estamos chegando à terceira Teia no planalto central do Brasil. Brasília começa assim a cumprir a sua vocação, porque, apesar de ter quarenta e oito anos de idade, quando tinha quatro anos sofreu um golpe militar e viveu vinte anos isolada, sob uma ditadura ferrenha. De vinte anos para cá é que ela começa a retomar seu plano original. Pela primeira vez Brasília vai ver, na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes, a diversidade cultural brasileira, vai sentir a força dessa diversidade cultural”¹⁴⁷

As Teias como palco para a realização do potencial enunciativo e criativo da comunidade dos Pontos de Cultura, quebrando espaços de poder para produzirem um conjunto de operações singulares e sutis em cada participante que se percebia no turbilhão da diversidade. Nesse turbilhão, maneiras de ser, de falar, de caminhar, de se

¹⁴⁷ SIMÕES, Chico – Abertura da III Teia Nacional dos Pontos de Cultura – Brasília, 2008
https://www.academia.edu/31891715/II_F%C3%B3rum_nacional_dos_Pontos_de_Cultura_Relat%C3%B3rio_Documentos_e_Resolu%C3%A7%C3%B5es

expressar, seriam observadas de forma intensa, sedutora. A afirmação da identidade através das “*artes do fazer*”, conforme conceito de Michel de Certeau. A Teia como um lugar por excelência da liberdade e da criatividade, promovendo interação social e possibilitando a reapropriação de elementos de culturas preexistentes, tornando-as comuns e extraordinárias ao mesmo tempo. “-*Somos iguais. E somos diferentes!*”, repetiram diversas vezes os *ponteiros* pelas alamedas das Teias.

É a relação social que determina o indivíduo, não o inverso, nessa relação a apreensão de teoria e conceitos só pode acontecer a partir de práticas sociais que efetivem diálogo com o mínimo possível de ruído. Quando eu estive ao lado dos meninos e meninas da favela da Rocinha, acompanhando a hospedagem deles, não estava lá apenas como indivíduo, mas como autoridade de Estado, como secretário nacional, e essa presença tinha que estar expressa em atitudes, sem que fossem necessárias palavras. Fiz por compromisso com as ideias anarquistas de meu avô, honrando minha mãe, servidora pública por toda a vida, convicto de que esse deve ser o papel de todo servidor público, independente do cargo: servir, jamais servir-se. Houve uma ética pessoal, mas também uma teoria de como agentes públicos devem se comportar quando no poder. Quando autoridades de Estado se descolam, de forma desproporcional, das condições de vida e das preocupações do povo a quem deveriam servir, o abismo entre povo e Estado se estabelece. E o Estado se torna opressor. Manter proximidade com as agruras do povo, tratar as pessoas como qualquer um gostaria de ser tratado, é o primeiro passo para o Estado Integral. Fora disso é retórica vã.

Pelo impacto dos discursos programáticos apresentados na primeira Teia Nacional, necessário apresentar trechos dos discursos proferidos por Gilberto Gil, Juca Ferreira, então secretário executivo e por mim. Eles sintetizam o que havia sido acumulado até aquele momento, e quais seriam os marcos conceituais de um programa de Estado que se pretendia fazer de baixo para cima:

Gilberto Gil, “*No princípio era o Ponto*”:

“A nossa Teia era urgente. Precisávamos mostrar as ferramentas deste programa libertário em forma e conteúdo: nunca uma política pública brasileira na área da cultura se relacionou com tamanha intensidade com a sociedade, incentivando a autonomia e praticando a gestão compartilhada.

É quando o Ponto vira linha que as ferramentas são necessárias para firmar o ato no meio das pessoas e alterar as coisas. Deste ato vem a necessidade da atitude que decide. Nesta teia de relações e até contradições, criamos modelos novos de aliança

entre comunidades e governos. E caminhamos em construção, corrigindo desvios no curso e aperfeiçoando o processo.

Quando os Pontos de Cultura desenham linhas comuns a partir de imensas diversidades de cada um, conseguimos mover consciências para fazer da vida uma benção de luz e luta onde a arte é arte do encontro e a cultura é o meio ambiente.

Tudo partiu do ponto e o ponto que faz a linha é o ponto que se entrelaça e desfaz o nó da impotência para formar a teia. É a teia que sustenta a força coletiva da rede. [...] Possa mais gente perceber os diferentes matizes das nossas matrizes. E assim possamos aprofundar nosso olhar e sentir pelo contato com a arte e os muitos pontos de vista desses grupos e pessoas formadoras dos Pontos.

Tomara essa Teia ajude a eliminar preconceitos e leituras apressadas, idiotizadas pela mídia espetacular, que generalizam a expressão popular em ritos redundantes sobre pobreza, periferia e violência. Tomara a Teia, também atue no campo estético, ao percebermos que a cultura está em movimento e as misturas ocorrem sem a redoma do exótico folclore, preso em caricaturas sentimentais do purismo alheio a essas comunidades.

O Estado Brasileiro, os governos, as chamadas autoridades precisam agradecer a presença desses autores e construtores da mutante alma nacional: agradecer a chance de caminarmos ao encontro da criação, uma criação que não ficou parada no tempo, pois se enganam os que querem estagnar a cultura popular, em nome da pureza do fetiche dos acadêmicos ou do estreito saudosismo ideológico, incapazes de sentir o vigor da transformação permanente das misturas ricas e vivas do povo, sempre assimilando técnicas, ferramentas, influências para engolir tudo, processar e devolver cenários diferentes.

[...]

Este programa faz do Estado o meio que potencializa o que já vem sendo feito em nova escala, daí a importância do pensar orgânico, do agir em rede, de tecer a teia. O Estado não censura nem interfere no que pensar, no que dizer, no que escrever, falar, dançar, gravar, filmar ou mostrar.

Este programa, como todo o Ministério, concebe cultura além das artes e do mercado. Esse programa tem esse princípio do ‘A fim’, nossa gente que não se entrega, não se dobra, não se curva: a fim de querer, a fim de fazer, a fim de tecer, a fim de acontecer.

Que seja a primeira Teia da grande rede que ainda temos pela frente, dentro e fora do governo. Nós desatamos os nós!”

Juca Ferreira, “*Dos Pontos às Pontes*”:

“Durante a Teia de 2006 o prédio da Bienal de São Paulo abrigou um dos eventos mais simbólicos já organizados no Brasil. Milhares de pessoas vivenciaram, durante quatro dias, o mais profundo sentido de brasilidade. Mais do que uma visão moderna da cultura brasileira, cujo marco se deu em outro evento igualmente emblemático, em São Paulo na semana de 22, o que vimos na Teia foi a materialização de uma visão pós-moderna do ser brasileiro.

Identidades que transbordam as tradicionais categorias e que se reinventam a todo momento desfilavam numa espécie de caos criativo, criando intersecções e sobreposições insólitas auxiliadas por uma organização propositalmente não setorializada do espaço. Palco de encontros onde a visão do outro confirma e reforça

o reconhecimento das semelhanças na diversidade. A Teia foi, muito além da vitrine, uma oportunidade de convivência e interação entre as diferentes formas brasileiras de estar no mundo.

Os circuitos e curtos-circuitos que se formavam, naturalmente no sobe e desce das rampas da Bienal criavam uma grande colagem de subjetividades composta pelos que estavam para ver e os que queriam ser vistos. E na reciprocidade se transformavam em sujeitos, representantes de si mesmos, na afirmação de seus valores próprios e soberanos. Por isso a Teia não foi uma exposição, com uma ordem imposta de compreensão, ela foi um acontecimento onde aqueles que dela participaram tinham que estar preparados para os inesperados ‘indesfechos’. Não havia expectadores, mas tão somente interlocutores.

[...]

Neste sentido, a escolha do prédio que abriga a maior exposição de arte internacional do Brasil foi, mais do que estratégica, uma tentativa deliberada de reconstruir e ressignificar o espaço para que ele não seja, como nos alerta Milton Santos, ‘o veículo das desigualdades sociais’.

Se a Teia teve, por um lado, uma dimensão de celebração de rituais de identidade, encontro de expressões e expressividades, desfile de etnias, sotaques, gestos e modos que em festa exaltam um multifacetado humanismo universal; por outro, teve uma dimensão de revolução, pois as mudanças na dinâmica social que a atuação destas entidades culturais está provocando em suas comunidades foram impulsionadas através dos contatos e reflexões que transformaram a Bienal no lugar do conhecimento e do reconhecimento.

[...]

Para o Ministério da Cultura aquela foi uma grande ocasião para se comparar como uma política pública reverbera de distintas maneiras nas diversas realidades locais e, mais do que isso, de aprender com as idiosincrasias criativas que propõem soluções atiladas e falhas que o Estado só tardiamente é capaz de detectar. Foi, portanto, um momento privilegiado de diagnóstico, de sondar e sonar, para ver a profundidade do impacto das ações propostas, identificar problemas e corrigir rumos.”

Célio Turino, “*Teia*”:

“Chegamos!

Veio gente de todos os cantos. Os yawalapíti deixaram sua aldeia no alto Xingu, viajaram de barco, tomaram ônibus em Canarana, no Mato Grosso, desceram para Brasília e aqui estão. Outros vieram além da linha do equador, ‘*A bruxa tá solta*’, na fronteira com a Guiana. Também os que vieram do sul, juntando barro com chimarrão, ‘*Chibarro*’, de Pelotas; ou dos canaviais da Zona da Mata pernambucana, ‘*Maracatu Estrela*’, de Aliança. Ou descendo os morros, enfrentando a guerra civil nas favelas e, juntos, mães e filhos, trazem o ‘*Jongo da Serrinha*’, do Rio de Janeiro. E também estão aqueles de tão perto (e ao mesmo tempo de tão longe), mas que nunca puderam adentrar num espaço como o da Bienal de São Paulo, menos ainda como protagonistas, gente dos extremos de São Paulo, do Capão Redondo à Cidade Tiradentes.

Não foi fácil chegar até aqui, mas se olharmos para trás vamos perceber esse jeito diferente de o governo se relacionar com a sociedade, de reverenciar o nosso povo,

de compartilhar, começou há menos de três anos. [...] Antes de oferecer estruturas estáticas, buscamos fortalecer o fluxo, o pulsante, a vida. Deixamos de lado as ideias de estruturas pré-moldadas [em referência à ideia original, com a construção de pequenos centros culturais nas periferias, as BACs – Bases de Apoio à Cultura] e formas prontas, que, apesar de vistosas (e caras) só resultam na adaptação da realidade às estruturas artificiais. Nosso caminho foi o inverso, a estrutura é que tem que se adaptar à vida, olhamos para o fluxo da vida, por isso potencializar o que já existe. [...] Com isso vamos compondo a rede, ou melhor, tecendo a rede. E de forma diferente, mudando a tradicional relação entre Estado e Sociedade; no lugar de concentrar, liberar energias; no lugar de impor, dispor.

Chamamos esse novo conceito de Potencialização das Energias Sociais. E potencialização com encantamento. Encantamento de quem busca na raiz de nossa cultura os elementos para nossa emancipação. Onde encontrar mais espírito de partilha que na tradição popular? Como uma Folia de Reis sobrevive por séculos? É pela troca, pela generosidade de cada morador, que contribui com um prato de comida ou adereço, que faz com que os caminhantes continuem na folia. O que pode haver de mais sagrado que uma nascente de água ou cachoeira? Templos de Candomblé, sagrados porque a vida tem que ser sagrada. Ou então o nosso futebol, gingado, com molejo, um balé em campo que encanta o mundo. De onde veio se não da ginga da capoeira e dos tombos na luta pela liberdade? Capoeira, uma luta que é dança.

[...]

‘Uni-vos!’, disse Marx em seu manifesto. Hoje temos Pontos de Cultura das favelas, periferias, trabalhadores sem-terra, moradores de pequenos municípios, índios, quilombolas... E nos unimos com arte. Sim, porque a arte é a habilidade de nosso povo; um povo que se transforma no contato com o outro e que depois retoma suas raízes em novas bases. A alienação do Mercado, a indústria cultural, ditatorial e impositiva, a brutalidade da vida cotidiana submetida à busca incansável pelo dinheiro, tentam desmoralizar esse jeito brasileiro de ser, apresentando o nosso ‘jeitinho’ como sinônimo de algo ruim. Uma forma malandra (a malandragem dos ‘de cima’, dos que se impõem pelo monopólio da informação) de fazer com que tenhamos vergonha de nós mesmos, de nos tratar pejorativamente e assim fazer com que milhões se submetam à esse ser onipresente e onisciente que é o Mercado. Que também poderia ser chamado de Piaimã, o gigante comedor de gente na rapsódia de Macunaíma. Assim, vão dirigindo nossos gostos, pasteurizando nossos dias, roubando nossa alma.

Nos unimos com e pela arte. E com ‘jeitinho’. Foi desta forma que a arte da periferia (seja geográfica, social, cultural) chegou à Bienal de São Paulo.”¹⁴⁸

Foi um jogo simbólico. A primeira disputa simbólica na escolha dos lugares e espaços culturais a abrigarem as Teias Nacionais: a Bienal das Artes, em São Paulo; o Palácio das Artes, em Belo Horizonte; a Esplanada dos Ministérios em Brasília; o Dragão do Mar em Fortaleza. Na terceira Teia sentimo-nos maduros para a ocupação do espaço

¹⁴⁸ GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca, TURINO, Célio. In. *TEIA – rede de cultura e cidadania*, pgs. 8 a 13 – Ministério da Cultura, 2007

político, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, com um cortejo que denominamos *Reproclamação da República desde dos Pontos de Cultura*, que aconteceu na mesma data de 15 de novembro. Na ocasião, TT Catalão, poeta, que acompanhou a implantação do programa Cultura Viva em vários momentos, homem sensível, bom amigo, que depois veio a me substituir como secretário da cidadania cultural, permanecendo na função até o início de 2011, escreveu versos que ficaram registrados no Manifesto “*Pontos de Cultura: o parto de um novo movimento cultural e político*”:

“Uma mola potente que se solta
Pra romper os limites da mecânica
E projeta-se com força tão titânica
Que para os velhos limites nunca volta
Ou um pássaro que chora de revolta
E na gaiola descobre uma abertura
Ou a água que encontra a rachadura
Na tenaz da parede da barragem,
Eis o ritmo, o trajeto e a viagem
Do disparo dos Pontos de Cultura”¹⁴⁹

Do disparo potente dos Pontos de Cultura, pretendíamos que a mola se soltasse nas Teias. Foram momentos em buscamos romper com a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento produzido pelo senso comum, entre cultura popular e cultura erudita. A ideia foi apresentar novas legitimidades, até o momento em que essas fronteiras ficassem diluídas. As Teias foram condensadores e aceleradores de uma filosofia da prática, profunda, encantada, terna. E que pôde ser exercitada em um laboratório de escala, com milhares de pessoas reunidas, de todos os cantos do país, de todas as expressões de nossa diversidade, realizando encontros intergeracionais, interracializados, interculturais, interreligiosos, poliafetivos. Gente de todos os gêneros, de todas as experiências, o erudito popular e o erudito acadêmico, o sofisticado e o simples, o sensorial e o reflexivo. Beleza coletiva a refletir verdade. Uma dimensão de experiência que só a política pública pode permitir, por conta da escala, dos custos, da capacidade de atração de apoios e parcerias, inspirando propostas e sonhos futuros. Uma gestão partilhada do conhecimento executada em processo contínuo, a romper as fronteiras ostensivas, delimitadas pelo método científico e acadêmico ou pela

¹⁴⁹ Catálogo do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Brasília, 2008, versos do poeta TTCatalão, já falecido, ao amigo, minha lembrança.

rédea do poder. Uma nova cultura política deveria ser assim, com as gentes fazendo filosofia de forma coletiva.

Com a II Teia Nacional, poucas semanas antes de sua realização, quase cancelei o evento. Decisão minha, não intempestiva e voluntariosa, mas necessária. O evento estava previsto para acontecer no Paço das Artes e em seus arredores, no centro de Belo Horizonte. Tinha que ser lá porque era o mais prestigioso espaço de artes em Minas Gerais. Por questões de agenda de última hora, alguma demanda de uso do auditório para outra atividade, o governo do estado ofereceu o Centro de Convenções, um bom local, mas distante do centro da cidade e sem o peso simbólico. Respondi que se assim fosse iríamos para outro estado. A Teia “*tudo de todos*” foi mantida em Minas Gerais e foi um sucesso. Em Brasília, com a terceira Teia Nacional, o Cortejo da Reproclamação da República em pleno 15 de novembro de 2008, com a Esplanada dos Ministérios tomada pela potência da diversidade cultural brasileira. No caminho, povos indígenas de diversas etnias adentram na Catedral de Brasília, nus, pintados. Em círculo, realizam uma das mais belas e profundas cerimônias religiosas que já participei. A alma ancestral brasileira se fazia presente em roda, sob a arquitetura de Oscar Niemayer, com muitas e coloridas mãos.

Na quarta Teia Nacional a costura narrativa ganhou mais uma camada e partia da base das lutas sociais no Brasil. Foi no estado do Ceará, no Centro Cultural Dragão do Mar em Fortaleza, um espaço a homenagear o jangadeiro Francisco José do Nascimento, homem mestiço, de origem humilde, também conhecido por Chico da Matilde. A província do Ceará foi a primeira a libertar os escravos no Brasil, a 25 de março de 1884. À época a região vinha de uma grande seca e a principal fonte de recursos para os fazendeiros foi vender seus escravizados para as plantações de café em São Paulo, uma vez que o tráfico negreiro a partir da África estava proibido. Devido ao pouco declive no litoral do Ceará os barcos precisavam ficar distantes da praia e o transporte para os navios só podia ser feito em pequenas jangadas. Cabia aos jangadeiros transportar aquelas almas infelizes rumo à nova escravidão. Em 1881 os jangadeiros iniciaram uma greve humanitária. Um homem gritou: “- *Nos portos do Ceará não embarcam mais escravos!*”, era Chico da Matilde, o líder da greve. Pelo ato de heroísmo ele ficou conhecido em todo país e navegou de jangada do norte do Brasil à Corte, passando por todas as capitais e sendo recebido por multidões. Sua Jangada foi símbolo do abolicionismo, o primeiro movimento popular de massas abranger o todo o país. José do

Patrocínio, líder abolicionista, deu a Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, a alcunha de Dragão do Mar. Para minha surpresa, poucos representantes dos Pontos de Cultura conheciam a história. A conheceram na Teia. Àquela altura eram 2.500 Pontos de Cultura, com seis mil participantes e 30.000 visitantes. Foi a última atividade que realizei como Secretário da Cidadania Cultural. Meu desejo era de que a cada nova Teia uma história como essa fosse desvelada. Teias como viagens à semente, pontos a tecerem história.

Não foi bem assim que se sucedeu. Tivesse seguido o ritmo teriam acontecido 8 Teias Nacionais entre 2010 e 2022, uma a cada ano e meio. Cada qual com uma temática, uma história a ser desvelada e compartilhada entre multidões. Porém, a descontinuidade foi abissal e aconteceu apenas mais uma Teia Nacional, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em 2014. Depois, não mais. As Teias, em número bastante reduzido, seguem, mas em alcance regional ou estadual, com um total de não muito além de 10 em 12 anos. Perto das 150 realizadas em seis anos, muito ínfimo. Estive presente na V Teia, em Natal, mas pareceu-me bastante diluída, os Pontos de Cultura em convênio direto com o Ministério da Cultura já não recebiam recursos há quatro anos, os vinculados a redes estaduais ou municipais mantinham uma vitalidade porque a descentralização para estados e municípios maiores permitiu que esses continuassem recebendo recursos anuais, no entanto o ambiente era burocrático e formal, até aconteciam momentos performáticos, apresentações artísticas, mas que perderam o fio. Em Natal, seguindo a lógica da Teia de Fortaleza, caberia homenagear Nísia Floresta, por exemplo, a primeira feminista brasileira, no início do século XIX. E assim a cada nova Teia, fosse nacional ou estadual e regional, sempre um tema, uma personagem a desesconder.

Por descontinuidade e incompreensões, não foi dessa vez que um bloco intelectual moral, a partir dos de baixo, dos subalternos, pôde ser tecido com os fios da teia da emancipação. A despeito da descontinuidade, houve avanços e tecituras, e teias seguem por aí, formando finas rendas. Algum dia emergirão com toda força, beleza e potência que os fios dos Pontos contêm.

“No que dizia respeito à relação efetiva das forças, o discurso de lucidez trapaceava com as palavras falsificadas e também com a proibição de dizer, para mostrar em toda a parte uma injustiça -não só a dos poderes estabelecidos mas, de modo mais

profundo, a da história: reconhecia nesta injustiça uma ordem das coisas em que nada autorizava a esperar mudança”¹⁵⁰

Tentamos. Com as Teias, minha intenção, e que foi acompanhada por muita gente boa, foi tentar subverter a “*relação efetiva das forças*” numa tentativa de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Também uma busca por alterar as formas de apreensão do conhecimento e dos significados, rompendo com tipos específicos de saber. Saberes que sustentam e determinam o poder e que precisam ceder lugar a outras emergências. Da mesma forma que poderes específicos, a burguesia com os burgos autônomos durante a Idade Média, o conhecimento científico e acadêmico com as universidades e centros de pesquisa, o militar com a caserna, enfim, estávamos ensaiando um poder autônomo na produção coletiva dos saberes e fazeres a partir da cultura.

A Teia como um método de participação popular a ser aplicado além da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura. Teias da Bolsa Família, das Mudanças Climáticas, do protagonismo juvenil, do antirracismo, por exemplo. “*Tudo junto e misturado*”, não só como encontros racionais, com mesas e seminários, com conferencistas e plateia, mas como algo que se funde em sensações, quando o corpo fala e a memória grita. Do que acompanho os movimentos populares o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) precede seus encontros com a chamada “Mística”, em que há uma representação prévia de histórias e temáticas, em forma artística, mas que depois segue o curso racional dos encontros. Os Acampamentos Terra Livre, dos povos indígenas do Brasil, que anualmente realiza encontros em Brasília, seria o que mais se aproxima de uma Teia, por totalmente performático e sensorial, e a partir daí toma decisões coletivas e encaminha formas de luta e programa. Sob a distância do tempo e até do envolvimento, considero que a experiência das Teias dos Pontos de Cultura poderiam ser melhor observadas como alternativa para tornar a participação popular mais efetiva e dinâmica, principalmente porque inclui outras formas de expressão que não somente a palavra.

Nas Teias conseguimos incorporar o conhecimento animal, irracional, perturbador e intruso, na fronteira do chamado conhecimento racional e científico. Ao menos nos colocamos no desafio. Enquanto o conhecimento formal e acadêmico desconfia sistematicamente da experiência imediata das sabedorias populares,

¹⁵⁰ CERTEAU, Michel de – A INVENÇÃO DO COTIDIANO, pg. 72 - VOZES, 2014

misturadas à diversas formas de percepção, as sabedorias ancestrais e populares partem de outros sentidos que não os mentais, fazendo uso das expressões corporais, da intuição, de narrativas não lineares. O Saber popular é diferente da ciência, que é baseada no rigor das medições, nas métricas, desqualificando as qualidades intrínsecas do objeto, as subjetividades e as formas de análise não racionais, em que conhecer significa quantificar, dividir e classificar, e depois determinar as relações entre o que se separou, até encontrar as condições iniciais e definir as leis da natureza. Essa é a forma que a epistemologia ocidental, eurocêntrica, se estruturou, afirmando-se como método científico universal e tornando as demais formas de aquisição de conhecimento como algo inferior. Essa forma não pode ser reproduzida nos encontros de diálogo com a sociedade, enrijecendo Conferências de participação popular. Pelas Teias dos Pontos de Cultura buscamos recompor pontos nodais de articulação para o exercício de novos sujeitos e a criação de novas legitimidades, praticando a equação: Teia = sentir+pensar+agir.

Novas legitimidades, identidades e criações surgidas em ambiente absolutamente diversos. Quanto mais diversos, melhor. Quanto mais “estranhos”, melhor ainda. No conteúdo e na forma. Mudar a forma não é efeito ou atributo, mas a preliminar para novas legitimidades e poderes. Por isso produz, permite e comanda os processos de saber e poder. Visualmente seria uma Teia com movimento em caracol, promovendo saltos interpretativos, com novas formas de ação e compromisso, em que o Estado-político se mistura com o Estado-povo. O Estado Integral só se fará assim, quando perceber o povo não mais como paciente, carente, mas como potência, como agente de suas próprias transformações.

O Cultura Viva foi (quicá é, e seguirá sendo) uma política pública pensada a partir das naturezas em mudança no mundo, exercitado em um país periférico, o Brasil. Depois acontecido no ambiente latino-americano, com os Congressos da Cultura Viva Comunitária, todos autogestionados e com participação média de mil pessoas de duas dezenas de países, sobre o qual tratarei um pouco adiante. No Brasil aconteceram em circunstância de profundas mudanças simbólicas e de deslocamento do poder. Foram “Ruptura CONtradição”, nas palavras do amigo TT Catalão. Usamos a estratégia da ocupação simbólica, territorial e política, aberta ao conflito, dessa ocupação fomos tecendo a rede, buscando equilíbrio e consistência. Teias descentradas, em que cada um, e todos, e todas, e todes, podem ser centros. Centro ao expressar suas realidades,

sustentando e justificando a trama da teia. Com o simbolismo das Teias a mensagem foi: periferias e identidades são móveis. Territorialmente podem estar apartadas dos poderes econômico, político e até simbólico, mas pela arte e cultura podem redefinir lugares, tornando-se centros cheios de sentido. E além.

Teias foram muitas, difícil até contabiliza-las. Como apresentei no início desse subcapítulo, chegamos a aproximadamente 150 no período em que estive como secretário. Espalhadas pelos territórios, em Teias estaduais, regionais, municipais, temáticas, virtuais. Mesmo nos dias atuais, em que houve o desmonte, o desestímulo e até abandono, vivo recebendo convites para participar de alguma Teia, em Campinas, no Rio Grande do Sul, Teias virtuais durante a pandemia, organizadas em autogestão.

Para além das Teias, houve Seminários, estudos, encontros de reflexão, o programa exibido pela TVE, Cultura Ponto a Ponto¹⁵¹, o Pontão do LabCulturaViva, através da Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, auxiliando na produção audiovisual de 36 Pontos de Cultura, criando uma rede de formação para o audiovisual. Isso também é conceito de Teia. Com o Laboratório Cultura Viva foi possível experimentar metodologias de capacitação aberta para o audiovisual, mobilizando Pontos de Cultura para se apropriarem de forma coletiva e colaborativa das linguagens audiovisuais, repertórios, tecnologias. Uma Teia a se explicitar na linguagem da hipermídia, não letrada, mas audiovisual, desconstruindo linguagens do poder.

Exemplos de documentários produzidos a partir do LabCulturaViva:

Loas aos Reis Congo – viagem estético-poética pelo Maracutu Reis de Paus e *Guardiãs da Memória* – o universo do sertão povoado por encantados e santos, as rezadeiras do sertão e a capacidade de cura, as senhoras a salvarem almas - Ponto de Cultura Ancorando no Poço da Draga Ubuntu, Ceará;

Vozes do Rio Negro – os mitos e paisagens durante a travessia do rio, partindo da estação das barcas, o movimento dos carregadores de barcos – Ponto de Cultura Kuai Tema, Camanaus, estado do Amazonas;

151

<https://www.youtube.com/watch?v=GOqH1ePRTWE&list=PLbSKwkr2ES4ed4EV1vLuSONiKn2WVBJm1> ou <https://www.youtube.com/watch?v=Y1awasBFk0A> ou https://www.youtube.com/watch?v=Aeut5M_Rfy4 ou ... (há muitos programas “Cultura ponto a ponto” a serem localizados na internet, pontos são muitos, e o trabalho realizado também)

Xarute, o cotidiano do mestre Xarute, seu lugar, trabalho, a transmissão de saberes e *Bacaba e Buriti*, a trajetória de dois emboladores, desde meninos, no norte do Brasil – Ponto de Cultura Usina Cultura, Boa Vista, Roraima;

Izumi, a história do ceramista, imigrante japonês, Shugo Izumi – Ponto de Cultura Arte do Portão ao Tanque, Atibaia, São Paulo.

Foram muitos, nas mais diversas temáticas, LGBTQIA+, Samba, povos imigrantes, negros, caipiras, caboclos, sob a *Luz de Solano Trindade*, ou dos *Kujá* do povo Kaingang. Vídeos autorais, em ficção: *O futuro da Semente*, do Ponto de Cultura Raízes do Cerrado, em Cocalzinho, Goiás; *A cidade dos brinquedos perdidos*, em animação; *Mombyrigui Ro Ju*, a migração dos Guarani. Muitos filmes, muitas Teias sensoriais. A participação não pode ser medida unicamente pelo discurso racional, pela oratória de representantes, há outras formas de expressão, a dança, as mãos dadas, o audiovisual, a poética. Tudo isso forma uma Teia. Esse emaranhado compõe a trama das Teias. Assim como Caravanas.

Certo dia, em 2006, eu encontrei uma Caravana que percorria a América Latina, liderada por Alberto Ruz, *El Coyote*, e Veronica Sacta, ela equatoriana, ele mexicano. Conto a história da Caravana em capítulo no livro *Por todos os caminhos*. Uma caravana que remonta ao massacre na Praça de Tlatelolco no México, em 1968. O fato é que em 2006, depois de muito percorrer o mundo, incluindo longas paradas, um velho ônibus em estilo escolar dos EUA, muito utilizado na América Central e todo pintado em multicores, mais um pequeno caminhão e um furgão, havia chegado à Brasília. Caravana *Arco Íris por la Paz*¹⁵², com gente de todo mundo, umas vinte pessoas nas mais diversas habilidades, que iam se rodiziando na viagem (ao todo 450 pessoas participaram da caravana por algum momento e em algum lugar da América Latina). Estavam exaustos e sem recursos para seguir viagem. Haviam adentrado ao Brasil para atender ao *Chamado do Beija-Flor*, em encontro acontecido na Chapada dos Veadeiros, no Planalto Central, igualmente com gente de todo mundo. Gilberto Gil pediu para que eu os conhecesse e os auxiliasse no que fosse possível.

Assim nasceu o Pontão Itinerante *Caravana Cultura Viva*, composto por gente de muitos lugares, promovendo encontros com antigas e novas sabedorias. Como aranhas criativas foram tecendo os fios da Teia entre Pontos. Eles permaneceram no Brasil por quatro anos e promoveram interações estéticas em ao menos uma centena

¹⁵² <https://www.youtube.com/watch?v=m2jNLOhU3Jg>

localidades de todo o país. Agora *El Coyote*¹⁵³ vive na ecovila de Huehucoytl, em Tepoztlán, no deserto de Morelos, México, e segue semeando ideias pelos direitos da natureza. Seguimos nos comunicando à distância. Com a palavra, *El Coyote*:

“Por quatro anos, adotando o nome de Pontão Itinerante Caravana Cultura Viva percorremos treze estados do Brasil, convivendo com mais de em diferentes comunidades, levando um programa educacional-vivencial que integrou arte e ecologia paa promover uma cultura de paz e sustentabilidade. O programa Cultura Viva estabeleceu no Brasil uma transformadora relação entre o Estado e a Sociedade Civil organizada. Ofereceu aos habitantes das comunidades mais desfavorecidas social e economicamente, de todos os gêneros, idades e estratos sociais, a possibilidade de mostrar-se e dar a conhecer suas ricas e variadas manifestações culturais ao resto do país e do mundo. Um dos propósitos foi cambiar a atitude dos cidadãos, para passar de serem consumidores passivos para produtores de cultura. Foram fomentadas ações que permitiram a multiplicação de milhares de agentes culturais comprometidos com o cuidado com a natureza, como protagonistas de um processo que integrou a inclusão econômica, cultural, política, ecológica, espiritual e educativa, contribuindo para constituir uma verdadeira cidadania emancipadora. A Pedagogia empregada pela Caravana em seu recorrido de 4 anos pelo Brasil, foi vincular-se com os Pontos de Cultura de cada localidade visitada. Os responsáveis pelo Ponto anfitrião realizavam todas as gestões em sua comunidade para invitar o grupo itinerante. Nos asseguravam um lugar protegido para estabelecermos e realizarmos nosso trabalho. Ademais, convocavam a involucrar o resto dos habitantes da zona visitada. Utilizamos uma pedagogia nômade, como a chamávamos desde 1999, e a seguimos complementando com as aprendizagens dos anos posteriores. Obtivemos uma confirmação em nosso passo pelo Brasil, ao conhecer melhor em que consistia a bioeducação e a pedagogia do oprimido, como uma metodologia crítica, experimental e extra-muros, desenvolvida pelo mundialmente reconhecido pedagogo Paulo Freire. A pedagogia nômade é um conjunto de padrões de des-aprendizagem social, psicológica e espiritual. Estávamos a construir um sistema pedagógico espontâneo e eternamente cambiante, que não dependia do que pensávamos sobre ele, mas simplesmente do que ocorria na comunidade sempre em fluxo. Sem planejarmos, praticamos o que hoje em educação progressiva se conhece como aprendizagem sobre projetos (Project based learning) ou aprendizagem experiencial. A diferença com regimes pedagógicos acadêmicos é que ninguém nos impunha o que teríamos que aprender e sim aquilo que nós mesmos íamos respondendo de maneira emergente à medida que os retos e revelações iam se manifestando no dia a dia. O tempo de parada da Caravana em cada Ponto de Cultura variava entre dez dias a três semanas, dependendo das possibilidades e interesses de cada comunidade. Uma vez estabelecido o acampamento, em cada ocasião se dava início uma campanha de difusão mediante atividades artísticas nos bairros e localidades. Ela era acompanhada de um amplo oferecimento de um menu de oficinas e cursos, que incluíam não somente a parte criativa, como a sensibilização ambiental e a implementação de tecnologias apropriadas para melhorar a qualidade de vida dos

¹⁵³ <https://www.youtube.com/watch?v=bTwcqKHVLRQ> e <https://www.youtube.com/watch?v=huvtVVvJKAA>

habitantes. Igualmente logramos uma considerável transmissão de ferramentas sociais e dinâmicas para fortalecer tanto a autoestima, o crescimento e empoderamento das pessoas, como do tecido comunitário. Os cursos e oficinas foram majoritariamente dirigidos a crianças, adolescentes e jovens, mulheres e pessoas da terceira idade. Os mesmos participantes escolhiam os cursos que mais lhes interessavam e dessa maneira a experiência de intercâmbio foi desenhada especificamente para cada lugar.

Ao término da estada, no último dia antes da partida, sempre festejamos com um festival comunitário em que os distintos grupos receptores das oficinas puderam mostrar aos seus vizinhos os logros de suas aprendizagens. Os grupos locais compartilhavam suas próprias manifestações culturais com os membros da Caravana, e seu grupo artístico oferecia um espetáculo multicultural. Encerrávamos com uma grande festa cooperativa e de agradecimentos mútuos.

A Caravana teve o privilégio e a oportunidade de acompanhar por quase quatro anos o processo de crescimento do programa Cultura Viva, contribuindo para o fortalecimento não só dos Pontos de Cultura como da nascente rede acional dos Pontos de Cultura. Pela caravana participamos da organização das TEIAS. Toda a experiência recolhida por quase uma década nos distintos países visitados pela Caravana Arco-Íris pela Paz antes de ingressar no Brasil, contribuiu para a implementação de uma muito particular eco-pedagogia nômade, que neste país pode ser aplicada exitosamente pelo programa Cultura Viva.

Ao modo de conclusão, gostaria de ressaltar que o programa Cultura Viva, idealizado e coordenado por Célio Turino por vários anos no Brasil, foi o único programa que conhecemos em seu gênero até então em nossa larga peregrinação. Atualmente se há estendido por toda América Latina. Tem sido um processo que muitos brasileiros e não brasileiros consideramos uma verdadeira revolução silenciosa que está contribuindo para a construção desse outro mundo possível que os Fóruns Sociais Mundiais vêm propondo desde anos para uma verdadeira cultura sustentável de paz, a nível local, biorregional e planetário.”¹⁵⁴

TEIAS não são meros encontros para reflexão, organização e celebração, são tecituras permanentes feitas por aranhas caravaneras como a gente da Carava Arco-Íris, gente de todos os lugares, que foi se achegando, permanecendo por alguns meses e depois partindo, mas deixando aportes, conhecimentos, aprendizagens, afetos, amizades que se guardam por toda a vida.

Nesse processo também realizamos o “Seminário Internacional do programa Cultura Viva – novos Mapas Conceituais”, realizado de 18 a 20 de novembro de 2009, na cidade de Pirenópolis, Goiás, coordenado pela então minha chefe de gabinete, Antônia Rangel, sempre muito diligente e comprometida. Importante perceber o olhar externo sobre o que estava a se passar no Brasil. Paolo Buccieri, antropólogo italiano, estudioso

¹⁵⁴ RUZ, Alberto, ECOBAIRROS em América Latina – alternativas comunitárias para la transición hacia la sustentabilidade urbana – pgs. 27/31 – Ed. HUEHUECOYTL-CASA, - México, 2021 (tradução do autor)

convidado apresentou uma análise/depoimento sobre o método de produção partilhada do conhecimento no ambiente dos Pontos de Cultura. Necessário o relato, pelo descritivo do processo e pelas impressões provocadas em um estudioso europeu que, pela primeira vez, tomava contato com o caos da Cultura Viva no Brasil:

“Chego a Pirenópolis no dia 19, onde espero encontrar mais um dos muitos maçantes Seminários Internacionais nos moldes que já participei – tradicional e estruturado de acordo com o formato clássico: uma mesa de discussão e uma plateia de participantes. Mas a surpresa é grande. O formato do Seminário presume, como está escrito em sua proposta ‘uma contraposição de linguagens e estéticas reunidas em dois espaços: círculos de convergência e grupos aglutinadores’. Não entendo bem e estou intrigado.

Depois de me registrar, começo a vagar entre as salas onde se encontram os vários ‘Grupos Aglutinadores’ – são grupos de 20-30 pessoas, subdivididos por temas como Arte e Transformação, Cultura Digital, Cultura e Juventude e muitos outros mais. Tais grupos são compostos por representantes de iniciativas culturais promovidas em todo território brasileiro, que se encontram dialogando, trocando experiências sobre as ações realizadas, sobre seus trabalhos e discutindo suas iniciativas comuns. Eu não tenho tempo para descobrir em que sala entrei, qual tema é tratado, mas sou imediatamente tragado, incorporado e convidado a juntar-me ao grupo, que, reunido num círculo inicia um ritual de aproximação e de agradecimento guiado por uma sacerdotisa do Candomblé.

Embalados pela cadência do canto, ritmados pelo tambor abraçado por uma religiosa participante do grupo, têm início os movimentos rituais [...]. Percebo a dinâmica subjetiva da reunião, nenhuma abordagem formal, nenhuma divisão entre mesa e plateia, - a inexistência do padrão interlocutor e espectador- mas ao contrário, ao invés de desempenhar um papel de liderança há um compartilhamento total. Todos são interlocutores, estão no mesmo plano. E ainda mais. Utilizam dinâmicas de grupo que vem de outras culturas [...]. Continuo minha jornada em novas salas onde são realizadas reuniões com outros grupos. Alternam os temas, os argumentos, mas a forma não muda. Os participantes são informais, das vestimentas aos diálogos. Todas as experiências e projetos expostos ilustram um panorama amplo e diversificado, mostrando a imensa dimensão do Brasil, não tanto do ponto de vista geográfico, mas especialmente, como uma coleção multicolorida e brilhante de vidas, diferentes modos de existir, que produzem ideias culturais articuladas e imaginativas.

Estou no dia seguinte e participo do Círculo de Convergência – lugar de discussão e do confronto de propostas- mais uma vez fico impressionado com a dinâmica do que ocorre. Um grande ritual coletivo, conduzido por Mães de Santo de várias regiões, abre e fecha o debate de onde participam mais de cem pessoas, entre representantes indígenas, quilombolas, acadêmicos, pesquisadores e Secretários do Ministério da Cultura. Todos juntos, envolvidos na performance, igualmente participando da dança e dos debates que se alternam. É uma festa, a festa como elemento de celebração de um sucesso apoderado e dividido por todos os membros do grupo, a festa como linguagem compartilhada entre índios, representantes do poder público, intelectuais, quilombolas...[...]

É inevitável fazer comparações com o que acontece na Itália e na Europa em geral, nos últimos tempos. Um lugar em que a sua cultura única, onde a diversidade étnica

e cultural é ignorada, rejeitada e relegada para as margens da ilegalidade, naquela Europa que ainda é muitas vezes vista como o berço da cultura, da civilização, do conhecimento e da prosperidade.

Minha mente é forçada a se lembrar da recente lei que proíbe a construção das minaretes muçulmanas na Áustria; o incêndio dos acampamentos ciganos na periferia de Nápoles; a perseguição e expulsão de 1.200 trabalhadores africanos empregados nas explorações agrícolas em Rosarno, no sul da Itália; as políticas cada vez mais restritivas da Comunidade Europeia causando centenas de mortes de emigrantes a cada ano nos mares do Mediterrâneo. Recordo-me da política obsessiva de alguns países europeus, incluindo a Itália, para salvaguardar a identidade cultural e religiosa (cristã) para evitar o surgimento de uma cultura sincrética na velha Europa. E penso nos contínuos levantes norte-africanos -das ex-colônias francesas- na periferia de Paris, que não conseguem finalizar o processo de ‘integração’ tão desejado pela política governamental.

Já a integração coloca-se como um conceito decrépito e obsoleto, que expressa claramente a abordagem autoritária e estreita em relação ao diferente ‘você só pode entrar e viver em meu país se abandonar seus traços culturais e ser como EU, como Nós. Caso contrário, volte para casa!’

Como conciliar tudo isso com a perspectiva que se apresenta a mim, depois de ter observado as dinâmicas políticas e socioculturais em desenvolvimento no Brasil? [...] Talvez a minha curiosidade antropológica me leve a enfatizar esse processo de emancipação cultural? Mas como antropólogo, fico alegre em face das respostas que o Brasil está me oferecendo sobre esses aspectos. Um país que tem feito da promoção da diversidade (étnica, cultural, social, religiosa) o seu objetivo mais nobre, onde finalmente está acontecendo um verdadeiro e real processo de democratização social e cultural.”¹⁵⁵

Talvez o texto tenha sido escrito sob o forte impacto do contato com a imersão provocada pelo Seminário Internacional do programa Cultura Viva. A metodologia transgressora, unindo razão e emoção, corporeidade, um mergulho no diverso, no diferente em encontro de saberes. Tudo isso pode ter impactado o relato de Paolo Buccieri, mas inegável a qualidade da descrição densa, característica dos antropólogos, as conexões, a análise comparada entre o que estava a se suceder no Brasil e no Velho Mundo, em texto escrito em 2009. Em relação à Europa pode-se dizer que os fatos só se agravaram, resultando em um continente mergulhado em conflitos e a tentar conter a chegada dos diferentes, ou buscando disciplina-los aos seus padrões. Em 2022 com o velho continente mergulhado em ambiente ainda mais radicalizado por comportamentos fascistas em um mundo de pós-verdade, intolerâncias e guerra. Quanto ao Brasil, aquele “*objetivo mais nobre*” desandou. Compreender as razões por haver desandado seria tema para outra tese e o que houve a partir de 2011, com o desmonte do programa Cultura

¹⁵⁵ BUCCIERI, Paolo – O FUTURO JÁ É AQUI! In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA, pgs. 40/42 – Ministério da Cultura, 2009

Viva, foi apenas um dos muitos tropeços que estariam por vir. Mas cabe inquirir: qual patamar o Brasil poderia ter alcançado em 2022 caso houvesse apostado com mais ênfase nas imensas possibilidades da diversidade cultural brasileira?

Nunca saberemos. Mas sempre há tempo para recuperar sonhos e caminhos. Cabe ter sabedoria para refazer o voo com a cabeça voltada para trás, *Sankofa*, e ter coragem para viajar à semente e plantar de novo, *Germinal*.

14. *Seiva*

Optei por utilizar conceitos-metáfora porque a compreensão de Cultura Viva e Ponto de Cultura, desde a concepção, carrega um pensamento em multiplicidade, vivo, orgânico, pulsante. A seiva, além de tudo, assim como a árvore em sua especificidade, é um substantivo feminino. O líquido da seiva circula pelas diversas partes da árvore e vai se modificando nessa circulação, parte seiva bruta da raiz para retornar como seiva elaborada pelas folhas. É a combinação entre biologia (Cultura Viva) e matemática (Ponto de Cultura e Teias). Apliquei a sequência de Fibonacci, tendo o ponto como função geradora a desencadear o movimento em caracol (além da opção em nomear os encontros por Quarup, quase optei por Caracol, para só depois fixar em Teia). A Teia é a visibilidade da Cultura Viva, que se complementa em forma matricial, quiçá matriarcal, um dia. Em torno do Ponto, as Ações a gerarem movimentos e abordagens interativas. Não exatamente elípticos e sim em espiral, como a forma do caracol. Através de Fibonacci eu pude encontrar o Mínimo Denominador Comum; por exemplo: o valor de repasse aos Pontos de Cultura precisa ser igual, e que começou por 5 (R\$ 5.000,00/mês para cada Ponto de Cultura), depois outros. Do Mínimo Denominador Comum ao Máximo Denominador Comum, que seria a redescoberta do sentido do Comum para as coletividades. Esse movimento foi interrompido, como já apresentei, mas a intenção segue expressa nas logomarcas de Ponto de Cultura e Cultura Viva, em que o “Ponto” é o Homem Vitruviano (de Da Vinci) estilizado que se encaixa na Cultura Viva (três “homens vitruvianos” se encaixando). Essa é a seiva da Cultura Viva, que se apresentou em um conceito-logomarca:



A sequência de Fibonacci está intimamente ligada à natureza, vide as imagens como sementes, as folhas, as pétalas das flores, as pinhas, até as copas das árvores. Da mais conhecida e reconhecida é a espiral em caracol. A medida 1 que se repete em segunda vez, pois 1 é somado a zero, a terceira medida resulta em 2 (1+1), o quarto movimento resulta 3 (2+1), o quinto movimento tem 5 (3+2) por resultado. Depois o salto. 8 (5+3), 13 (8+5), 21 (13+8), ... O salto do Desenvolvimento Proximal de Vygotsky tornar-se-ia visível na Teia tendo por base a medida do humano expressa pela equação matemático-artística do Homem Vitruviano tornado multiplicidade pela sequência de Fibonacci. Um tratado de filosofia em imagens vivas. Não o humano no centro, mas o humano como referência para as coisas do mundo. Desde criança sou fascinado pelo desenho de Da Vinci, poder experimentá-lo em um programa de governo com a escala obtida com a Cultura Viva foi uma oportunidade única e agradeço imensamente ter recebido a confiança que me permitiu realizar essa demonstração em uma política pública. Tudo começa por um Ponto e se revela na potência. Pontos de Cultura são Potência, jamais Carência, é o primeiro enunciado do programa. Potência que só é possível perceber quando interligada a algo mais amplo. Por quinze séculos sábios da Europa tentaram decifrar os estudos sobre proporcionalidade deixados pelo arquiteto romano, Vitruvius: *“um palmo é a largura de quatro dedos, um pé é a largura de quatro palmos, um antebraço é a largura de seis palmos, a altura de um homem é quatro antebraços...”*. Da Vinci demonstrou que aquelas medidas se revelariam em arte, a simetria básica do humano e, por extensão, do universo. O quadrado e o círculo. Tudo contido em um Ponto e expresso em uma Teia.

A Cultura Viva e os Pontos de Cultura são inspirados nos aforismos de Heráclito (*Tudo flui*) e Arquimedes (*dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo*), nos estudos de proporção de Marcos Vitruvius Polião, na unidade matemático-artística com o Homem Vitruviano de Da Vinci. Equações de proporção, simetria e harmonia estabelecidas há milênios e que se revelaram em um programa absolutamente contemporâneo, que envolveu mais de 8 milhões de pessoas no Brasil e se espalhou pela América Latina, como movimento, como política pública e, de certa forma, como filosofia política. Considero que a matriz matemático-filosófica contida nos conceitos de Ponto de Cultura e Cultura Viva tenham sido a razão para um espalhamento acontecido de forma tão natural, não impositiva, tanto da ideia, quanto das práticas e da política pública. Na execução essas ideias e conceitos, mesmo quando não totalmente explicitadas, são bem compreendidas no chão das comunidades, independente das

diferenças aparentes entre povos, sejam povos de raiz, guardiões das sabedorias ancestrais, sejam povos que tiveram cortada essa ligação. O que ativa a potência, a capacidade de agir e transformar as realidades, é perceber o humano como ponto de referência, não para se sobrepor, muito menos para fazer o mundo girar à sua volta, mas para dar a dimensão de quem somos e do que podemos quando interligados a outros.

Da raiz aos frutos que retornam em semente, conduzida pelo caule a seiva é o líquido do tempo. Quando se viu, muito se passou. Foram muitos os estudos, análises e interpretações sobre o que estava a se fazer com o Cultura Viva e os Pontos de Cultura, conceitos nascidos no Brasil, mas abertos ao mundo, por isso o interesse, a relação e o diálogo com pensadores de diversos países. A identidade, quando fechada em si mesma, não liberta, só aprisiona, nos empareda no particular e reproduz a recusa em reconhecer a humanidade integral. Por outro lado, não cabe cair no vazio do universal, que é também uma construção de poder. Pela cultura viva aprofundamos todos os particulares que existem, produzindo um *“universal enriquecido com tudo o que é particular”*, conforme Aimé Césaire. Um universal rico porque resultado do aprofundamento e da coexistência entre cada particular, que se revela universal. Decolonizar é se colocar em condição de diálogo, sem hierarquias ou subalternidade, recuperando conhecimentos em mão dupla para a reconstrução da humanidade que resiste a ser coisa. Nas palavras de Aimé Césaire:

“Não vou sepultar-me num qualquer particularismo. Mas também não pretendo perder-me num universalismo sem carne”¹⁵⁶

Nessa busca pelos distintos olhares, Gilberto Gil e eu fizemos convite para Candace Slater, professora de literatura na Universidade da Califórnia (Berkeley), grande estudiosa da cultura popular brasileira, que observasse o encontro entre política e poética, o sonho-história, ativados a partir dos Pontos de Cultura. Desse convite ela realizou diversas visitas pelos interiores do nordeste brasileiro, incluindo várias orientações acadêmicas com alunos dela, conforme relato abaixo:

“Cinco anos atrás, quando Gilberto Gil e Célio Turino vieram visitar a Universidade da Califórnia em Berkeley, os Pontos de Cultura estavam surgindo. Ainda me lembro de ouvi-los falar sobre a forma como um número de organizações de artes, antes sem relação e trabalhando em comunidades marginalizadas, estavam agora unidas através de um sítio eletrônico. Recordo também das animadas reações do público na universidade, bem como em São Francisco, onde Gil e Célio foram falar com a multidão de imigrantes brasileiros.

¹⁵⁶ CÉSAIRE, Aimé – LETTER TO MAURICE THOREZ, 1957, pg. 15 – Présence Africaine - Paris

Duas palavras-chave que marcam essas descrições iniciais dos Pontos eram ‘resgate’ e ‘cidadania cultural’. Por si mesmos esses termos são abstratos e, francamente, algo difícil de imaginar. No entanto, quando comecei a visitar alguns dos primeiros Pontos poucos meses depois, as várias traduções a esses termos eram necessariamente submetidos, na prática, tornaram-se mais claros. ‘Resgate’, por exemplo, pode aparecer como os mais velhos ritmos brasileiros, realizados em tambores de aço novos. Poderia aparecer em um projeto de reciclagem de jornais onde os adolescentes dividem as tarefas de um modo que lembra a produção de mandioca no velho estilo das Casas de Farinha. ‘Cidadania Cultural’ poderia, de forma semelhante, tomar a forma de fotos de uma floresta ou favela em que crianças em idade escolar ficam juntas em grandes mapas do Brasil.

A difusão de termos inicialmente difusos, na experiência diária me levou a começar a pensar sobre a relação entre política e poética. Ninguém confundiria uma palavra da outra – as diferentes letras do meio garantem sua divisão contínua. Ao mesmo tempo, o início e a conclusão idênticos sugerem uma ligação parcial entre os dois. Como eu visitei um e depois outro Ponto, eu comecei a ver o programa como uma tentativa contínua de negociar a diferença que estava no meio díspar dessas palavras. Política (política e políticas) tornou-se poéticas (ideias sobre, ou a prática de, a artes poéticas), quando um termo abstrato como ‘cidadania’ se tornou um retrato próprio. Poética passou por uma transformação semelhante quando essas auto-representações individuais aderiram ao retrato de um grupo.”¹⁵⁷

Quando fizemos o convite à Candace, nosso entendimento era de que o Eu e o Outro não se confrontam, não se constituindo enquanto entidades distintas. O Outro afeta o Eu de forma inconsciente, de modo que o Outro não pode ser visto como uma entidade exterior, mas como algo que está dentro do Eu, do indivíduo, como expressão na gênese do Eu. O jogo entre distintos olhares se fez tão presente nos marcos conceituais do Cultura Viva por metáfora da alteridade brasileira, circulando através do caule. “*O não está nem na saída nem na chegada*” conforme Guimarães Rosa, “*ele se dispõe para a gente é no meio da travessia*”. A metáfora da alteridade como valor fundamental para a afirmação do devir, incluindo a busca por um novo léxico a partir das expressões e ações (griôs, tuxauas, pontos, pontinhos, pontões...), procurando decifrar estruturas simbólicas a representar maneiras pelo qual o povo brasileiro se relaciona entre si e com o mundo. Empreendemos uma travessia político/poética em amor profundo aos pobres e excluídos, que pulsam através do caule conceitual do programa, conforme outro estudioso, Giuseppe Cocco, percebeu:

“Reencontramos aqui a dimensão paradigmática dos Pontos, trata-se de uma política do comum voltada ao reconhecimento da potência produtiva constituída pela multidão dos pobres, uma potência que tem como motor o amor, ou seja, a própria

¹⁵⁷ SLATER, Candace – POLÍTICA/POÉTICA in. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – novos mapas conceituais, pg. 30 – Ministério da Cultura, 2009 – Antônia Rangel org.

dinâmica da produção cultural como produção de sentido e alegria. Na política do comum a multidão dos pobres afirma sua potência e o devir-Brasil no mundo nos permite pensar um devir-pobre do mundo, ou seja, pela produção de riqueza cujo sentido é imanente às formas de cooperação e conhecimento (amor) entre as singularidades que se mantêm tais.”¹⁵⁸

Outro amigo do programa, Paul Heritage, da Universidade de Londres, e do People’s Palace Projects, parte de outro prisma, de um sonho intenso que estava a acontecer e que diferenciava o Cultura Viva de todas as demais políticas públicas praticadas pelo mundo. Ele atuou na relação mais direta com os artistas e as interações estéticas, havendo organizado o intercâmbio entre 15 Pontos de Cultura e Centros Culturais do Reino Unido, conforme apresentei no subcapítulo *Flores*, com as Interações Estéticas que buscamos promover e acelerar. Em olhar atento Paul compreendeu o DNA contido na semente do programa, desde a concepção:

“O Cultura Viva não tenta implementar ou programar ou produzir. Em vez disso, responde às energias culturais que são tão vitais nas maneiras pelas quais as comunidades e os indivíduos se definem e defendem. Isso é contrário à dinâmica familiar de programas governamentais que trabalham de cima para baixo, onde as agências estatais determinam prioridades culturais relacionadas com modelos pré-estabelecidos criados em resposta às realidades do passado. Apesar da falta de qualquer modelo semelhante no âmbito dos atuais modelos de financiamento das artes britânicas, o Cultura Viva encontra uma ressonância na retórica política que acompanha a busca de soluções para as sociedades de fragmentação da Europa contemporânea. Políticos de todo o espectro político estão procurando maneiras significativas em que a responsabilidade social e as prioridades da comunidade possam ser determinadas em níveis mais locais e o Cultura Viva é um exemplo de credibilidade de como o Estado pode aprender a deixar de ir de seu controle e a sociedade pode recuperar o poder para trazer suas próprias transformações.”¹⁵⁹

O casal Maria Benites, argentina, e Bernd Fichtner, alemão, da Universidade de Siegen, ambos do Instituto Vygotsky, reconheceram na prática dos Pontos de Cultura como um novo paradigma no processo de aprender e ensinar em comunidade. O destaque na importância dos corpos (os Pontos), no caráter performático das práticas culturais, nos processos miméticos de aprendizagem. O Ponto de Cultura como a mediação entre multidão e singularidade, em que o sujeito político é a Multitude, conforme Espinosa. Considero mais apropriado o uso da palavra Multitude que Multidão, pelas distorções que

¹⁵⁸ COCCO, Giuseppe – OS PONTOS DE CULTURA: um novo léxico para uma política dos pobres e do amor-*in*. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – novos mapas conceituais, pg. 35 – Ministério da Cultura, 2009 – Antônia Rangel org.

¹⁵⁹ HERITAGE, Paul – SALVE! SALVE! Brasil um sonho intenso - *in*. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – novos mapas conceituais, pg. 42 – Ministério da Cultura, 2009 – Antônia Rangel org.

a palavra carrega, apesar de presente tanto em Espinosa como em Antônio Negri e Michael Hardt, em conceito contemporâneo.

O Cultura Viva, enquanto uma política pública de filosofia política, mais até que de política cultural *stricto sensu*, se funda na ideia de uma inteligência e um devir coletivo que se faz em Multitude. Como uma comunidade de Pontos o “programa” Cultura Viva buscou revalorizar o múltiplo, mantendo um estreito vínculo entre o conceito da cultura viva e a multiplicidade de Pontos (de Cultura). Não teve força, faltou volume, tempo, pressão, compreensão, temperatura, sustentação política, para conseguir demonstrar plenamente o salto qualitativo que estava sendo gestado a partir da ebulição nas teias. Mas ele estava a acontecer, conforme os depoimentos e análises em olhar externo demonstram. A descontinuidade e o desmonte sofridos foram fatais. Jogou-se água na fervura e a ebulição estava acontecendo não alcançou o salto qualitativo. Caso a fervura seguisse, teria sido possível demonstrar de forma ainda mais clara a relação entre a potência constituinte da multiplicidade de Pontos na relação com o Estado Político, provocando uma alteração na qualidade do Estado, ampliando-o no sentido do Estado Integral. Nas Teias dava-se sentido e realidade ao caos e à desordem multitudinária, a partir da estética, da ética e da percepção coletiva. Maria Benites e Bernd Flichtner, fundindo olhar latino com germânico, perceberam o que estava a acontecer:

“A experiência da Teia, em 2007, foi um *shock*, um verdadeiro *shock* de liberdade, de criatividade, de algo que dificilmente conseguiremos descrever. Na Europa temos inúmeras atividades culturais, museus, concertos, bibliotecas, livrarias, etc, então não nos surpreende a chamada cultura universal. O que nos deixou “sem fôlego nem alento” foi a maravilha do descobrimento de uma outra cultura que não tínhamos noção que existia no Brasil. Durante a semana da Teia, submergimos em um céu de liberdade, banhados e abençoados por centenas de novas formas de representação de um povo tão diverso como o povo brasileiro. Foi uma experiência inenarrável. Não queremos citar nenhuma atividade em especial, seria injusto, porque tudo, absolutamente tudo o que vimos nos deixou com a sensação de que tínhamos que rever conceitos que mais pareciam pré-conceitos ou ré-juízos.

Os Pontos de Cultura são em si e per se “re-evolucionários”, eles partem de uma real apropriação da cultura (com o significado do termo apropriação da perspectiva de A. Leontiev) que naturalmente existe no povo, nas comunidades. [...] Cada Ponto tem a sua própria gênese e sua própria evolução. O programa Cultura Viva colabora em dar subsídios tanto materiais como tecnológicos, tanto teóricos como de gestão. E os Pontos explodem em uma sinfonia de linguagens e propostas que dificilmente as palavras poderão descrever.

[...]

Todos os anos vamos ao Brasil por 4 ou 5 meses, conhecemos a realidade brasileira de perto, porém, nunca tínhamos participado de uma proposta semelhante. Proposta onde não haveria protagonismo individual, não haveria autoria singular, seríamos

sujeitos em frente a uma discussão sobre um projeto empírico produzido conjuntamente. [...] A Abertura foi realmente um abrir portas para um modelo de comunicação sem ruídos nem interferências [...] citando veladamente o mais importante artigo de Walter Benjamin, e onde esse artigo é concretizado nos Pontos de Cultura, a verdadeira inclusão digital, aquela que vai permitir desmitificar a mídia, a indústria do entretenimento, que vai democratizar o direito à representação.

Palavra interessante essa de REPRESENTAÇÃO: Ato ou efeito de representar / Exposição, exibição / Ideia que concebemos do mundo ou de uma coisa / Ato de representar, de desempenhar papéis em teatro, representação de uma comédia, de um drama / Reprodução por meio da escultura, da pintura, da gravura / representação de uma batalha / Reclamação ou protesto a uma autoridade / Importância de um cargo, de uma posição pública, etc.

Também poderia ser apresentar novamente, ser apresentado por outro, mas não é reapresentação, é representação a palavra que interessa. O cinema e a fotografia são formas de representação de uma realidade recortada. Quando esses sistemas de representação são convertidos em instrumentos de ideologias de elites, são sistemas deformantes e alienantes (do ponto de vista marxista).

Sentados ouvindo atentamente as palavras dos responsáveis, várias vezes os olhos ficaram marejados, toda nossa vida lutamos para que estas ideias finalmente encontrassem um lugar definido no mundo concreto daqueles que são donos só de sua própria vida, aqueles que dando a vida tem tão pouco direito a vive-la.

A Abertura terminou numa ciranda onde uma jovem, que depois fui conhecer e é maravilhosa, encabeçou um ‘trenzinho’ que foi se fechando em caracol. O mais emocionante é que ela carregava o seu filho e, no final, ficou o bebê como centro de toda essa multidão de pessoas que trabalham na cultura, pela cultura e com a cultura. Nunca o conceito de ‘multidão’ de Spinoza foi tão vivo, tão real e tão poético.”¹⁶⁰

Cultura Viva é a realização do conceito de Multidão em Espinosa. Quando eu escrevi o primeiro marco conceitual do programa o conceito já estava presente, porém, pouco percebido, mesmo por aqueles que apoiavam efusivamente o programa. Outros princípios destacaram-se mais, como ir ao encontro das manifestações culturais do povo brasileiro em suas mais variadas expressões, sem o ranço iluminista de “levar luzes” às comunidades, mas em iluminar as potências criativas localizadas nas comunidades mais esquecidas e afastadas, ativando as potências e não as carências (igualmente, Espinosa), o maravilhamento, o encantamento. A poética-potente realizada em uma política pública construída desde o Estado, mas dentro de uma lógica “de baixo para cima”. Isso já era suficiente para que o programa andasse e prosperasse, de modo que a realização da Multidão enquanto inteligência coletiva a promover um salto emancipatório foi sendo deixada para a percepção no fazer, até que um dia acontecesse naturalmente. Como

¹⁶⁰ BENITES, Maria e FLICHTNER, Bernd – SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA VIVA - in. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva – novos mapas conceituais, pgs. 38/39 – Ministério da Cultura, 2009 – Antônia Rangel org.

sabemos, não aconteceu. Com o relato de Maria e Bernd, pela primeira vez eu pude escutar essa minha percepção na voz de outros. Já haviam se passado cinco anos do início do programa. A teoria estava sendo confirmada na voz de um lindo casal de intelectuais generosos e com anos de atividade, ela mais para as artes a partir da América Latina, ele mais para o perfil de filósofo e educador germânico. Ao que eles concluem:

“O que mais aplaudimos, respeitamos e nos congratulamos é com o Programa Cultura Viva como um todo, não conhecemos outro projeto semelhante em todo o mundo, porque ele tem três qualidades que geralmente nunca vem juntas:

- 1) Proposta Política Estatal ou Pública clara e consistente;
- 2) Real colaboração entre Comunidade e Ministério da Cultura;
- 3) Respeito profundo à diversidade cultural, religiosa, étnica e social,

Enfim, esperamos que este projeto tenha a continuidade, porque o Brasil merece!¹⁶¹

Não houve continuidade efetiva, conforme sabemos. Creio que nem compreensão do que estavam a destruir. O tempo passou e o desmonte do programa foi evidente. Ainda assim, muito sobreviveu, sementes permaneceram em dormência, outras foram brotando aqui e acolá, mais ainda fora do Brasil. Qual terá sido a razão? Na Cultura Viva não há qualquer forma prévia, há um múltiplo que não deriva de uma unidade primordial, nem mantém uma relação com o uno, seja como sujeito ou objeto, como imagem ou mundo. Há uma versatilidade plural a partir do Ponto e o ponto é a abstração matemática que dá forma à multiplicidade:

“As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para ‘voltar’ no sujeito. Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que podem crescer sem que mude de natureza”¹⁶²

Das multiplicidades rizomáticas extraí a metáfora para o título desse capítulo, *Árvore*, narrando a história da cultura viva e dos pontos de cultura em um fôlego só. No exercício narrativo fui apresentando os conceitos, abrindo o DNA da semente crioula, o código-fonte do software livre da Cultura Viva, assim como novas reflexões foram surgindo, tentativas em compreender o que deu errado, as razões da virulência no desmonte, o que foi e o que poderia ter sido, o que se perdeu e o que se pode recuperar. O Ponto não contém em si noções de unidade ou essência de uma identidade primordial

¹⁶¹ Idem, pg. 39

¹⁶² DELEIZE, Gilles e GUATARRI, Félix – *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 1 pg. 16 – Editora 34, 1995

e homogênea, seja por laços étnicos, linguísticos, estéticos ou de tradição. A unidade se revela nas singularidades de cada Ponto, que, apesar de aparentemente diferentes entre si, transparecem em modos comuns de ser. Quando o Ponto encontra com a Cultura Viva ele realiza o vir-a-ser, a descoberta dos sentidos, o devir do Comum. Em teoria, seria o momento em que o povo deixa de ser “em si” para se tornar povo “para si”. Melhor dizendo, Multitude. Pelo conceito de Multitude e Multiplicidade, o Cultura Viva e os Pontos de Cultura foram encontrando seu lugar. Como se diz na cultura caipira de onde venho: *“é o balanço da carroça que faz as melancias encontrarem o seu lugar”*.

O real não é uniforme e está em permanente processo de constituição. Assim, não há que imaginar um modelo prévio, que pré-configura como um Ponto de Cultura deve ser. Ele é o que veio a ser, pelas origens e determinações próprias e singulares de seu meio, cuja realidade é distinta de outros. Mas que carrega semelhanças, padrões que só puderam ser adequadamente percebidos pela matemática do ponto. Tanto que hoje, ideia, teoria e prática, se estendem como movimento continental pela América Latina. Extrapolaram o Brasil e foram além. Nesse ir além, escrevendo ao final de 2022, posso afirmar que o interregno, os desmontes, tropeços e incompreensões surgidos no Brasil pós-2011 e que ainda não encontraram o rumo, colocam o país em que se originaram os conceitos de Cultura Viva e Ponto de Cultura em atraso e retrocesso em relação aos demais. Mas sempre há tempo para que as melancias caídas no percurso sejam recuperadas e voltem à carroça.

Todas as citações/relatos/reflexões aconteceram no “Seminário Internacional do programa Cultura Viva – novos mapas conceituais”, na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás, entre os dias 18 e 20 de novembro de 2009. Foi um encontro em formato aberto, que envolveu gestores do Ministério da Cultura, de entes federados que estavam implantando redes de Pontos em estados e municípios, agentes dos Pontos de Cultura e intelectuais brasileiros e estrangeiros. Selecionei os olhares externos, realizados por intelectuais e ativistas com conhecimento profundo sobre a realidade brasileira e seus campos de reflexão, seja na literatura, sociologia, artes e filosofia para apresentar o como estávamos sendo vistos no exato momento em que o programa se consolidava. Um espelho externo a refletir imagens ainda não plenamente enxergadas.

Do que conheço em políticas públicas foi o maior programa construído de “baixo para cima” que tenha se realizado no mundo, ao menos em termos de gestão compartilhada na perspectiva do Estado Integral. Quando eu já não estava no governo, em período que era fortemente atacado pelos aparatos de controle do novo governo que

deveria ter sido de continuidade, quando inquirido eu respondia (rindo internamente, apesar dos momentos de tensão e vil assédio) que o método que eu aplicava era o “*from botton up*”, usando o termo em inglês, que sempre é melhor aceito pelas mentes colonizadas.

Além dessas reflexões, no Brasil, até 2014, haviam sido defendidas 36 dissertações de mestrado e teses de doutorado, em todas as regiões do país, conforme levantamento realizado pelo OPCULT (Observatório de Políticas Públicas Culturais, da Universidade Nacional de Brasília, UNB)¹⁶³. Nesses estudos, com os mais variados enfoques, João Domingues, um dos primeiros pesquisadores sobre o programa Cultura Viva destacou que:

“A simplicidade do conceito do Cultura Viva é inversamente proporcional ao impacto de sua realização. Ao reconfigurar a engenharia de transferência de recursos públicos e colocar a tecnologia digital a serviço da produção e circulação dos bens culturais das classes populares e de seu desenvolvimento econômico, o programa acena com a possibilidade de construção de novos consensos, a partir da construção de uma rede solidária de atores com experiências culturais diversas, e com um processo político-pedagógico de sua inserção na gestão cultural”.¹⁶⁴

Essa constatação é de 2008, quando o conjunto de ações ainda não havia sido plenamente implantado, havendo aproximadamente 750 Pontos de Cultura em atividade, que chegariam a 3.500 em 2010. Mas já era possível perceber o que estava a acontecer. Aparentemente o conceito é simples “*potenciar o que já existe, assegurando o fazer cultural das comunidades*”. Mas a simplicidade da solução só foi possível porque a teoria partiu da compreensão de que a Diversidade Cultural é um Sistema Complexo. Diversidade cultural não é a soma de unidades estanques, mas a emergência de propriedades coletivas a partir de unidades que interagem entre si. Dessa interação surgem novas qualidades na feição de cada unidade e na formação de novas qualidades no comportamento coletivo, fruto de uma relação não linear. A Cultura Viva acelera a interação entre os Pontos (organizações culturais de base comunitária), potencializando a aproximação entre eles, fazendo com que as partes afluam com mais intensidade.

Que partes seriam essas? As identidades, a construção comunitária de senso e sentido, a construção de novos consensos e léxicos, a ideia de lugar, ou lugares, os

¹⁶³ BRASIL, Mário Lima e RIBEIRO, Hugo Leonardo - PROGRAMA CULTURA VIVA – impactos e transformações sociais. OPCULT – Observatório de Políticas Públicas Culturais, Brasília, 2016

¹⁶⁴ DOMINGUES, João – PROGRAMA CULTURA VIVA: políticas culturais para a emancipação das classes populares – UERJ – dissertação de mestrado - 2008, pg. 200
<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/14919>

processos narrativos de construção de verdade. Os Pontos são corpos que carregam em si outros corpos. Ao se comporem em multiplicidade não obliteram a singularidade, ao contrário, multiplicidade e singularidade se vinculam. Corpos são compostos por relações com tantos outros corpos havendo uma proporção entre movimento e repouso, sendo que todos os corpos variam de infinitas maneiras, até formar a natureza inteira em que o particular se encontra com o universal:

“Acrescente a isso que o Todo é antes uma entidade da razão não difere do universal, exceto que o universal é feito de vários indivisíveis não unidos, enquanto o Todo é feito de vários indivisíveis unidos. E também nisso: que o universal inclui partes do mesmo gênero, enquanto o todo inclui partes do mesmo e de diferentes gêneros”¹⁶⁵

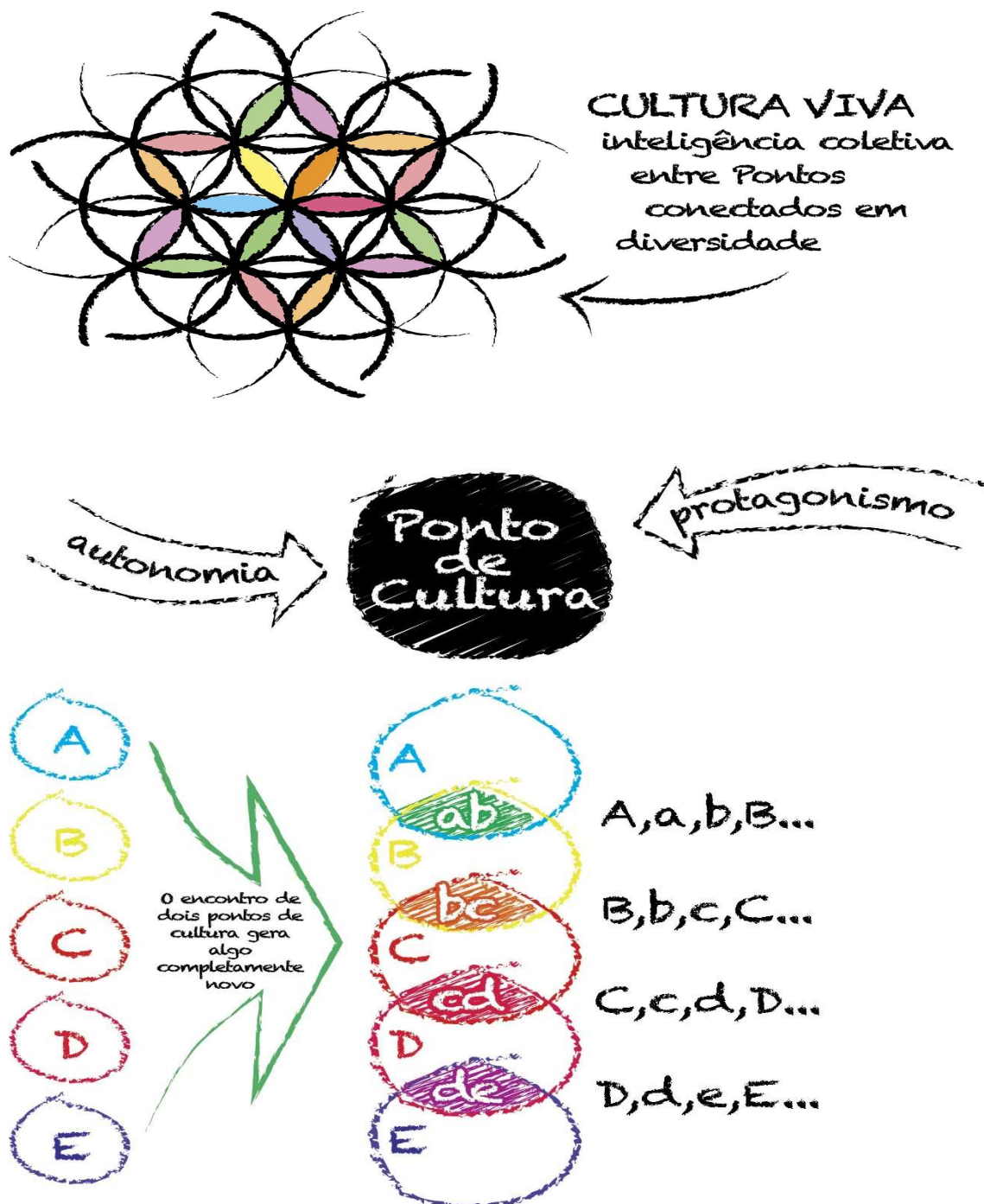
Espinosa foi inspiração sempre presente, praticamente em diálogo. O desafio da Cultura Viva é colocar os indivisíveis unidos, mesmo que de natureza distintas e altamente heterogêneos. É isso que dá riqueza e potência à proposta. A uniformidade e padronização seria a Cultura Morta. É a multiplicidade contida na natureza do Ponto que dá sentido à unidade expressa no conceito (me refiro ao conceito, não ao programa) de cultura viva. A aproximação entre Ponto e Cultura Viva se dá pelo fato de que ambos são constituídos pelo múltiplo, por isso afetam e são afetados. O mesmo em relação à ideia, às proposições e sentidos formulados em rede, não há um ser formal a definir ideias acabadas. Se fossem acabadas, acabou-se; conforme Paulo Freire “*onde há vida há inacabamento*”, citado logo no primeiro documento de apresentação do Cultura Viva, escrito em 2004. Cultura Viva é um processo orgânico de tecitura de uma inteligência coletiva que é acelerada nas Teias. Da aproximação acelerada entre diversos corpos a Cultura Viva vai limpando camadas, até chegar novamente ao ponto, que já não é mesmo ponto de quando foi incorporado ao processo. O Ponto é outro, e a Cultura Viva também. Observando esse processo cheguei a uma equação aparentemente simples:

$$PC = (a + p)^r$$

Ponto de Cultura = (autonomia + protagonismo) elevados à potência das redes. Com essa equação é possível recompor elementos constitutivos da vida comunitária em novas configurações, tornadas propriedades emergentes e não lineares, potenciando o que já existe e alterando-o ao mesmo tempo, em uma perspectiva da emancipação coletiva. Por isso a elevação à potência das redes, e quanto mais redes em intersecção melhor e mais potente. Sempre houve, desde o nascedouro, e talvez por isso

¹⁶⁵ ESPINOSA, Baruch – TRATADO BREVE, pg. 76 – Alianza Editorial, Madrid, 1990 (tradução do autor)

as incompreensões e má vontade dos poderes instituídos, a dimensão emancipatória, de transformar as relações de poder em algo, ao menos, mais equilibrado e menos desigual, até a constituição de uma autoridade partilhada, tornada força a partir das margens, da periferia que se torna ponto. No ponto não há a relação centro-periferia, todos são centro e todos são periféricos na relação de afetar e ser afetado, que só pode acontecer em equilíbrio quando os corpos preservam sua autonomia e protagonismo. Conforme geometrias abaixo:



$$PC = (a+p)^R$$

Ponto de Cultura igual a autonomia mais protagonismo,
elevado à potência das redes

Partindo da equação do Ponto de Cultura é possível desdobrar numa matemática da vida em que a Cultura Viva é uma inteligência coletiva formada a partir de pontos conectados em diversidade. Uma sabedoria que surge contrapondo-se à imanência do vivido, em transcendência. Na trama das teias, apesar de aparentemente caótica, há método sobre os procedimentos, levando a uma reflexão radical a partir das subjetividades até que fosse possível alcançar a unidade na diversidade. Foram muitas pequenas equações a transcender o empírico e modificar o olhar:

cultura + natureza = cultura viva;

trabalho + encantamento = transformação;

território + memória = cultura viva comunitária;

identidade + alteridade = solidariedade;

tradição + invenção = criação;

des)envolver + (re)envolver = (con)viver;

potência + afeto = cultura do encontro.

Essas equações estão melhor desenvolvidas em outro livro de minha autoria, Por Todos os Caminhos, no subcapítulo “*geometria e equação para a cultura do encontro*”, por isso não me alongarei. Coube, no entanto, explicitá-las para uma melhor compreensão sobre o modelo lógico em torno da teoria da Cultura Viva, que é toda matemática, em geometria orgânica. Há também diálogo com a teoria do Caos e o pensamento de Ilya Prigogine, assim como com Edgar Morin e a teoria da Complexidade. Foi a aplicação da teoria da complexidade em política pública que permitiu chegar à simplicidade no conceito. Por muitas vezes eu apresentava o Cultura Viva como uma política pública construtivista, fenomenológica, no que fui medianamente compreendido pelas plateias, mesmo acadêmicas. A propósito, sempre fui melhor compreendido junto ao público comunitário e de raiz, com base na ancestralidade, que em ambientes ilustrados ou técnicos. Tenho uma hipótese a respeito. A visão positivista de progresso segue muito presente nos círculos de educação formal, da academia à capacitação de quadros técnicos

de gestão pública e na formação partidária-militante, isso resulta numa hierarquização e classificação de temporalidades, espacialidades, experiências históricas, saberes, conhecimentos, povos, culturas.

Em imagem geométrica, a Cultura Viva provoca um rompimento com um pensamento mais quadrado, reto, nada redondo, criando um falso-objetivo que se impõe como superior. Essa visão está tão embebida nos processos formativos, tão impregnada, que até parece natural. Uma universalidade excludente, que não consegue enxergar o orgânico, a vida tortuosa, cheia de nuances e pulsações. Não há como planilhar a vida apesar de o pensamento colonial tentar impor suas planilhas.

Compreender a Cultura Viva em todas suas dimensões requer incorporar outras sabedorias e referenciais de sentido. Esse descentramento e desprendimento radical em relação à base epistemológica eurocêntrica é condição necessária para que brotem as sabedorias ancestrais, comunitárias e decoloniais. Radicalizei na fenomenologia como embrião da Cultura Viva por conta da abordagem transdisciplinar, absolutamente necessária para a observação dos fenômenos da Diversidade Cultural: percepção-percebido, recordação-recordado, ideação-ideado, imaginação-imaginado. Mas esse é um processo de investigação que só pode acontecer quando inexiste a separação entre pesquisador-pesquisado, cabendo aos próprios agentes a descoberta das estruturas específicas dos fenômenos do qual eles são parte e não observadores, pois o principal objetivo da cultura viva é compreender o fluxo imanente de vivências que constituem a consciência no ato de descrever a estrutura específica dos fenômenos. Não chegamos a este estágio.

Produzimos muito, muitas publicações, inclusive a revista Raiz¹⁶⁶, que foi uma porta-voz informal da Cultura Viva, ao menos nas primeiras edições, catálogos, pesquisas junto ao IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), edições de livros, além de toda a produção de pesquisadores independentes, incluindo os dois livros que publiquei e agora essa tese. O exercício para uma consciência coletiva não é simples, há muitas variáveis, interesses, diferentes níveis de compreensão e comprometimento. Faltou tempo e continuidade, mas mesmo que tivesse havido sequência, ainda assim seria (será) mais tempo de preparação da terra.

Como seria possível alcançar consciência coletiva em meio à diversidade cultural? Lançando essa pergunta logo em minha chegada ao Ministério da Cultura

¹⁶⁶ <https://raiz.art.br/revistas/> e <https://www.youtube.com/revistaraiz>

cheguei ao Ponto como unidade de condensação entre a lógica das categorias objetivas, como objeto, conteúdo, relação, pluralidade e unidade, e a lógica das categorias de significação, explicitando conceitos, proposição, conclusões. De certo, teria que decodificar a pergunta na forma de um convite a uma imaginação coletiva que transcendesse o espontâneo, de modo a indagar como a consciência coletiva funciona e como se estrutura para além de atitudes irrefletidas e ingênuas. A Diversidade só existe em multiplicidade, caberia encontrar uma unidade de sentido em meio da infinitos esboços e perspectivas. Lancei mão das reflexões de Edmund Husserl e suas *Investigações Lógicas*, mais especificamente quando ele trata das *Investigações sobre fenomenologia e teoria do conhecimento*:

“A identidade não vem a ser introduzida por meio de uma reflexão que compare e mediatize por conceitos, ela está aí desde o início, ela é uma vivência não expressa e não concebida. Em outras palavras: aquilo que, em relação aos atos, caracterizamos fenomenologicamente como preenchimento, em relação aos objetos dos dois lados - ao objeto intuído, por um lado e ao objeto pensado, por outro- deve ser expresso como uma vivência de identidade, uma consciência de identidade, um ato de identificação.”¹⁶⁷

Para formular teoria e método de uma política pública decolonial e orgânica não é necessário abandonar referenciais do pensamento europeu, ao contrário, os utilizei em abundância, como se pode verificar ao longo dessa obra. Mas esses referenciais precisam ser incorporados naquilo que contribuem para o encontro e diálogo entre saberes, tendo como condição primeira a não hierarquização entre saberes. Husserl foi uma boa bússola. Pela fenomenologia é possível fazer emergir novas legitimidades de sujeitos historicamente alijados e subalternizados.

Abordando a diversidade cultural como um sistema complexo, que é, estiveram presentes, em graus diferenciados de entrada, conceitos como: fluxo, movimento, aderência, potência, retorno, ressonância, ambientes rizomáticos, virtualidade, auto-organização, desenvolvimento por flutuações ou afecções. A intenção foi mudar a estrutura, ou reforma-la (se é que é possível), a partir de descobertas súbitas, geradas pelo encantamento, pelo maravilhamento, fazendo com que indivíduos e coletividades adquirissem capacidade de engajamento em operações complexas, com mudanças substantivas na ordem social. A anteceder essa capacidade de mudança, a visão

¹⁶⁷ HUSSERL, Edmund – INVESTIGAÇÕES LÓGICAS, pg. 31 in. OS PENSADORES Abril Cultural, 1980

de futuros coletivamente imaginados, que só acontece quando em amálgama entre sentir, pensar e agir.

Caberia aos Pontos de Cultura terem se constituído enquanto Movimento Social autônomo. Mas isso também não aconteceu, a autonomia não foi além do Ponto, infelizmente. Houve a constituição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, CNPC, muitos encontros, definição de caminhos, eleição de representações amplas, tanto em nível nacional como estadual e local, mas que se restringiram à mediação de problemas específicos, mormente os convênios e as prestações de contas, que os enredaram em um ambiente burocrático e de poder. Isso lhes fez perder a potência. A despeito da perda de potência em articulação geral e programática, por conta da chave autonomia-protagonismo praticada nas localidades, os Pontos de Cultura seguem como uma semente de potência a fazer emergir um vir-a-ser Brasil a partir da diversidade humana e ambiental. O mesmo em relação ao movimento Cultura Viva Comunitária na América Latina que, do ponto de vista da autonomia coletiva, está bem mais adiantado que no Brasil, conforme tratarei em subcapítulo adiante.

O mundo não é somente forma, é também sentido e significado, daí compreender que estruturas também são fluxos. “*Nada é permanente, exceto a mudança*”, disse Heráclito de Éfeso, o filósofo do fluxo. Tudo na vida é movimento, mesmo que, por vezes, não percebamos. Um dos principais componentes conceituais e metodológicos na ideia de Ponto de Cultura é a ativação do fluxo, ir ao ponto, também associado à figura de linguagem contida no discurso de posse de Gilberto Gil como ministro da Cultura, com o *do-in antropológico*. O Ponto de Cultura deu forma ao *do-in antropológico*. Da ativação do pulsante a estrutura foi sendo moldada. É assim em todos os processos de vida, os seres não nascem prontos, a estrutura óssea, a musculatura, as nervuras, vão crescendo a partir do fluxo, do pulsante. Se assim não fosse, a estrutura seria uma fôrma a formatar a vida. É a vida que modela as estruturas, não o contrário. Sistemas históricos, as formas de organização social, são resultado disso, mas na medida que vão ganhando força, estrutura e poder, vão ganhando vida própria, e o Estado e o Mercado, como estruturas invisíveis, ao invés de servirem à vida fazem a vida servir a eles, o mesmo em relação a outras estruturas, como Sistemas de Educação, Igrejas, Partidos Políticos.

O Ponto de Cultura deve ter o sentido de agir como força de ação reversa, permitindo formas qualitativamente novas a partir dos processos de vida. Até para cortar pedras há que ter sabedoria para encontrar o veio, os povos andinos à época dos Incas

sabiam disso, tanto que cortaram enormes pedras em formatos geométricos perfeitos. Tudo por conhecer o segredo do veio das pedras e assim saber onde o fogo poderia cortá-las. As pedras tem nervuras, cabe conhece-las e respeita-las.

Mergulhada na espacialidade e temporalidade da diversidade cultural, a Cultura Viva busca não somente interpretar a realidade e a vida, como transforma-la. Uma transformação que se dá a partir do Ponto, em que conceitos gerais, dos atos intencionais da consciência e das essências que eles visam, consigam dar conta aos “fenômenos do preenchimento” aclarando e determinando com firmeza uma série de conceitos fundamentais para a convivência em meio à diversidade. A efetiva compreensão da diversidade -humana e ambiental- é fator fundamental na encruzilhada civilizatória em que o mundo se encontra. O caminho poderá ser regressivo, com o colapso ambiental e humano, ou progressivo, liberando as potências do Ser. Cabe escolher. Neste momento o Brasil pode se constituir na maior potência do planeta, tanto na biodiversidade como na diversidade cultural. O desafio está em realizar esse potencial para fazer brotar um mundo em que todos os seres convivam em harmonia, sem explorados e exploradores, em que o direito à liberdade, à felicidade e à realização dos seres (e não somente os humanos), seja pleno. Quiçá um dia os brasileiros descubram essa força presente na luminosa província da terra em que habitam. Com a Cultura Viva e os Pontos de Cultura tentamos auxiliar nessa descoberta.

15. *Cipó – o chá da alteridade*

Da seiva da Cultura Viva nos atiramos nos rios, para modifica-los com nossos corpos e nos modificarmos com suas águas, que jamais são as mesmas. Rio abaixo, atravessando o rio Amônia de voadeira. Partindo do município de Marechal Taumaturgo, no Acre, na fronteira com o Peru, adentramos na terra indígena dos Ashaninka, foi a 1 de maio de 2008. Margens devastadas pela enchente. “-*Deus criou a cheia, o homem, a enchente*”, lembrei de pensamento de minha avó. Os pés em barro, navegando em um rio que dias antes havia subido vários metros. A lama, os troncos caídos, as raízes arrancadas, as margens que se desfizeram na enxurrada. O barco com hélice na popa a se mover rapidamente pelo rio. O som do motor da voadeira a romper o silêncio das águas. O bafo quente do vento e a água saída do rio a refrescar o rosto. Horas de navegação em pequeno e desconfortável barco.

Quase não havia árvores nas margens, tudo pasto, algumas casas de ribeirinhos, uns poucos bois. Meninos tomavam banho no rio. Uma mulher e um homem a observar a pequena flotilha de barcos. O sorriso de uma menina que levantava as mãos, retribuí o cumprimento abanando o chapéu para ela. O sol chicoteando a pele. A sombra. A mata. O escudo das árvores sombreando as águas. O canto das araras. Mais árvores e mais mata. A viagem torna-se silenciosa. Estávamos a chegar.

Muda o ambiente, a temperatura, o som ao redor. Os muitos sons e o silêncio ao mesmo tempo. O sol abrasador e a sombra refrescante, ao mesmo tempo. Adentrávamos na terra do povo Ashaninka. Jandaias e periquitos nos recepcionavam. Ao alto de um barranco, crianças, mulheres e homens a nos esperarem. Vestiam túnicas de algodão, vermelhas ou brancas, em linda tecelagem, os homens usavam chapéus diferentes, todos altos, esbeltos e altivos. Crianças brincavam nas margens do rio. As mulheres. Muitos risos. Chegamos.

Assim registro meu olhar, minha perspectiva e percepção. Do lugar de um pensador, formulador e gestor de políticas públicas. Também do lugar de um viajante, de quem aprecia o desconhecido. Os demais integrantes da comitiva devem ter percebido de outra maneira, por certo, assim como outros e outras que vieram ou venham a fazer viagem semelhante, incluindo leitores. As referências, os destaques, as sensações, ganham sentido de acordo com o repertório de cada um, estado de ânimo no dia, o modo de olhar, de escutar, o olfato, o sentir na pele, os gostos. O meu relato expressa o que vi, ouvi e senti.

Uma viagem de contrastes. Saímos de Brasília até Cruzeiro do Sul, em aeronave a jato. Depois, em pequeno avião monomotor, voando baixo, quase tocando a selva. A visão do pasto cercado por mata, meia hora de voo até avistar a pequena cidade de Marechal Taumaturgo. A pequena pista de pouso, os moradores locais, a cidade se recuperando de uma devastação provocada por enchente. O barro, o cheiro do barro. Logo em seguida a viagem de barco. Novo contraste, agora mais próximo, dava para colocar a mão na água barrenta, os galhos e as folhas tomavam o lugar dos peixes. Um entorno devastado. Até chegar em terra preservada.

Vivenciei sensação semelhante nas vezes que viajava ao Parque Nacional do Xingu, seja partindo de Brasília ou Cuiabá. Certa vez, saindo de Cuiabá em manhã quente, chegando ao aeroporto com a sensação de 40 graus de temperatura ambiente, para seguir em avião bimotor por uma hora e meia senti muitos mundos aos meus sentidos. Os prédios

altos da cidade grande, a pouca sombra, o calor infernal. Tão logo alçamos voo, a Chapada dos Guimarães com seus penhascos e cachoeiras. Depois, só planalto, só terra crua, plana, tomada por pasto, soja, milho e algodão. Por vezes um grande Jequitibá isolado reinando absoluto. Aquela terra, antes floresta, agora sem árvores. Em torno do Jequitibá, gado amontoado, dezenas de bois se espremendo por um pouco de sombra. Uma hora e meia de imagens assim. Tratores, terra arada, colheitadeiras. Muito sol e secura, muita luz e quase nenhum contraste na paisagem. O azul quase branco do céu tocando a terra vermelha, o pó da terra. O cinza alaranjado se misturando no horizonte. Eram queimadas. Até surgir o verde da mata. O clima foi ficando ameno e úmido.

Mesmo estando em um bimotor, era possível sentir a mudança de ares. Estava adentrando na terra indígena dos muitos povos do Xingu. Olhando para baixo era possível avistar a copa das árvores, as aldeias circulares e as magníficas ocas xinguanas. Estava cruzando mundos.

As nuvens escondem o céu. Vem a chuva. É fim de tarde.

Subimos o barranco. As crianças se banhando nas águas, as brincadeiras e os risos. Rimos junto. Riso de criança sempre motiva o riso de quem ouve. As mulheres vestiam um mando de algodão com listas nas cores branca, vermelha ou preta, que vai dos ombros até abaixo dos joelhos. Usado por homens e mulheres com alguma diferenciação, também pelas crianças, a *kushuma* é a roupa típica dos Ashaninka. Descubro que essas roupas igualmente são chamadas por *kitharenstsi*, condensando em uma só palavra as designações para vestimenta, tear e tecido. O ato de se vestir, o instrumento para fazer o tecido, o tecido a fazer a roupa. *Kitharenstsi* uma única palavra a designar uma trama de significados, o usar e o fazer, o produto e o meio de produção, aquilo que é, o que foi e o vir a ser. A ideia e a coisa pronta, o significado e o significante, urdidos em fios de algodão.

Como homem que gosta de usar chapéus, direcionei o olhar à cabeça dos homens Ashaninka, observando o uso do *amatherentsi*, o chapéu feito de palha de palmeira, enfeitado com penas de arara, como se fosse uma coroa. E o colar *tshoshiki* a tiracolo, em diagonal, confeccionado com sementes nativas, com muitas voltas do cordão. Vários modelos de colares a reproduzir os desenhos e as cores da serpente. Um povo elegante.

Diferente dos povos do Xingu, em que várias famílias coabitam a mesa oca, as habitações dos Ashaninka são unifamiliares, construídas a aproximadamente um metro de altura sobre o solo, todas em encaixe de madeira, divisão em cômodos e localizadas distantes umas das outras. O nome para essas casas em palafita é *pãkotsi*, semelhantes a habitações malaias ou polinésias. Tudo muito limpo e organizado, sendo possível comer no chão de madeira, de tão limpo que é. Foi um caminho de chegada em que buscava observar tudo, me comunicando pelo olhar e utilizando os demais sentidos para compreender o espetáculo à minha volta, até chegar à rede destinada ao meu repouso. Passaram-se horas até aquele momento, desde o voo na madrugada, de Brasília ao Acre, o voo no monomotor, as horas de barco no rio Amônia, a recepção, o barro, a mata, as gentes, foi uma comunicação corporal em que diferentes posições e perspectivas foram se alternando. Conforme Merleau-Ponty:

“...recolocando o objeto na experiência corporal como um dos polos dessa experiência, nós lhe retiramos justamente aquilo que faz sua objetividade. Do ponto de vista de meu corpo, nunca vejo iguais as seis faces do cubo, mesmo se ele é de vidro, todavia a palavra “cubo” tem um sentido; o cubo ele mesmo, o cubo na verdade, para além de suas experiências sensíveis, tem *suas* seis faces iguais. À medida que giro em torno dele, vejo a face frontal, que era um quadrado, deformar-se, depois desaparecer, enquanto os outros lados aparecem e tornam-se cada um, por sua vez, quadrados.”¹⁶⁸

Uma comunicação pelos sentidos. O som do *tãpo* [tambor], da *sõkari* [flauta], a vibração sonora da corda de imbaúba, tocada com baquetas de osso de macaco prego ou barrigudo, o tambor feito com cedro e couro de porquinho ou arraias, a flauta com cinco canos de bambu catado no alto Juruá, já em terras do Peru. Semelhante à *sikari* andina, a *sõkari* amarra com fios de algodão os bambus de diferentes tamanhos, semelhante a uma flauta de Pan. *Sõkari*, *sikari*, palavras com sonoridade e sentidos comuns, sopradas pelos mais velhos para homenagear os estranhos que estão a chegar. Nas terras baixas ou nas terras altas, na Amazônia ou nos Andes. Com música, encantamento e beleza, adentramos na terra do povo que bebe a bebida que provoca o vômito, *ayahuasca*. O chá do cipó a produzir um deslocamento de sentidos.

O cipó dos ancestrais, dos espíritos, ativando a divindade interna, dissipando ilusões e abrindo a mente para a transcendência. Um chá para ir além da primeira impressão sobre a realidade aparente, promovendo uma interconexão entre autoconsciência, a habilidade de experimentar o mundo e a capacidade de interpretar

¹⁶⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice – FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO, pg. 274 – Martins Fontes, 1999

situações, formando juízo sobre elas. Discernimento é algo a que se chega, é mais que conhecimento de determinado estado de coisas, implica em autoconhecimento e coragem para uma experiência em sentido autêntico, que transcende fronteiras e vai além de nossa capacidade de interpretação do já conhecido.

Para Hegel, a verdadeira essência da experiência está na inversão, quando ela vem acompanhada do desprendimento em relação a qualquer tipo de expectativa. Essa inversão produz sempre uma experiência de negatividade, em que a descoberta que se faz do Outro altera nosso saber.

Kamarãmpi, o ritual de vomitar, cerimônia noturna que avança na madrugada, bebendo a infusão. Visão que se realiza em silêncio, ampliando a percepção a partir das mirações [quando se vê de olhos fechados]. A conversa com os espíritos da floresta a ativar a hiperlucidez. Apenas cantos rompem o silêncio da noite. Naquela ocasião estávamos acompanhados por Gilberto Gil, mas essa é outra história, que fica para outro livro, se vier a acontecer. Só a vibração do tambor, os cânticos em Ashaninka, o violão e as onomatopeias na voz de Gil. E o despertar a visão. Uma comunicação com os espíritos da floresta. O momento de respeito, em que o contato entre os participantes é mínimo e pleno. A conversa consigo mesmo, com os animais, as plantas, os invisíveis. Da mesma forma que os Ashaninka se preparam para os contatos e tomadas de decisão. E preparam os convidados.

Há uma relação ativa entre consciência e natureza, entre o Eu e os Outros; compreendendo-se por “Outros” não somente os humanos, como o conjunto dos seres que coabitam a natureza, os animais e vegetais, os seres animados ou inanimados, os visíveis e os invisíveis. A alteridade biocêntrica está na base do pensamento ameríndio, sem essa compreensão a própria alteridade torna-se impraticável. Para os Ashaninka, assim como para os demais povos ameríndios e tradicionais nos diversos continentes na multiplicidade de suas expressões, o mundo é dividido em camadas: o mundo celeste, chamado por *heñoki* (em cima); o mundo terrestre, o visível, *kipatsi* (terra); o mundo subterrâneo, *isawiki* (em baixo).

De todos, o mais elaborado é o mundo celeste. O mundo da existência feliz, em que vivem os bons espíritos, onde reside o mundo da dança e da música, da abundância e da beleza. É um mundo circular em constante renascer. Contam os Ashaninka que, após a fartura da pesca, levando os peixes para alimentar a tribo, os habitantes de *heñoki* [o mundo de cima], depois de comerem a carne, devolvem as

espinhas dos peixes nas águas do rio. Essas espinhas dão forma a novos peixes que, no imediato contato com a água, voltam a nadar. Em um constante reviver, o “mundo de cima” é uma terra sem males, e a água e os rios são fonte de eterna juventude. Beber daquelas águas é nunca morrer, jamais ficar doente ou velho. Tudo volta à vida nos rios que banham aquele lugar. No oposto, como antípoda, o mundo lúgubre, das forças maléficas, das doenças, da morte e dos espíritos perigosos. Lugar do qual pouco se fala, para onde nenhum Ashaninka se dispõe a ir. A esfera do medo, da paralisia, o mundo temido. Enquanto o mundo de cima ilumina a potência o mundo subterrâneo deprime a capacidade de agir e de transformar, instigando ódio, ressentimentos, mentiras e violência.

Entre esses dois mundos, o campo terreno, o mundo visível, a terra das criaturas tal qual conhecemos, vemos, ouvimos, sentimos. O mundo da experiência vivida, das sensações. A terra em transe, a vida em ambiguidade, o lugar em que os espíritos bons e os maléficos se manifestam para os humanos e nos humanos. O mundo celeste se revela de muitas formas e é ele que guia a existência dos Ashaninka. *Oriya*, o sol, a estrela, a coroa de *Pawa*, o deus criador, aquele que ao soprar, transforma todas as coisas, dá forma, luz e sentido. Os espíritos maléficos também adentram no mundo terreno, caçando as almas para assumir a forma humana. À espreita nos barrancos, quando encontrados, anunciam desgraças e morte iminente. Foi assim que esses espíritos se apresentaram ao *Inka*, o fundador, na forma de *wirakotxa*, os conquistadores espanhóis que acompanhavam Francisco Pizarro.

Num encontro em um lago em tempos remotos, de um lado estavam homens com armaduras em metal, com pelos no rosto e falando um idioma estranho, de outro, homens e mulheres vestindo túnicas de lã e adornos de ouro, navegando em uma jangada. Desse encontro três indígenas foram aprisionados para servirem como intérpretes. Em um novo encontro, mais ao sul das terras ancestrais dos Ashaninka, os *wirakotxa* exibem seus arcabuzes e o poder da pólvora; também oferecem o vinho. E desaparecem. Retornam algum tempo depois para se encontrarem com o *Inka* [seria Atahualpa?]. Fingindo-se de amigos, o capturam, exigem resgate e depois de receber o resgate, o degolam. Em idioma quéchua, *wirakotxa* significa espírito maléfico disfarçado de homem. *Wirakotxa* é a mesma palavra utilizada pelos Ashaninka para homem branco.

No pensamento cosmogônico dos povos Maia os mitos são bastante semelhantes. Há o inframundo, o lado sombrio, comandado pelo deus Morcego e o

supramundo, habitado pelo sol, a lua e as estrelas. O sol como ponto vital a definir a matemática e a geometria, a astronomia, a ideologia e a religião. Para os povos Maia o universo é um cubo, uma figura geométrica perfeita, que une todos os contrários [semelhante ao exemplo do cubo por Merleau-Ponty]. A segurar esses dois mundos, aparentemente opostos, a Ceiba sagrada, a árvore com tronco forte e galhos robustos a sustentar a vida terrena, impedindo que o céu desmorone. No plano vertical, o supramundo e o inframundo; ao nível do horizonte, as quatro esquinas do mundo e o centro. Essa forma de pensar assegura a unidade tempo/espaço, em que valores positivos e negativos coexistem. Nisso há uma diferença com o pensamento dos Ashaninka. Nas noites, o sol visita o inframundo para retornar ao supramundo tão logo o dia amanhece, acompanhado por um exército de pássaros que o elevam ao céu. Uma poética visão da dialética da negação em Hegel.

Como exímios matemáticos, elaborando fórmulas e equações para decifrar os mistérios do universo, os Maia definiram uma equação para definir o espaço através do tempo: $3+1+3=7$. Sendo três para o inframundo, um para o mundo da superfície, três para o supramundo. Com essa equação de resultado final sete, realizam todas as combinações para um mundo não fragmentado. O mundo *hñähñu*, criando uma realidade integrada, que comparte o mesmo sol a alumbrar o dia e a acalantar a noite, entrelaçando mundos e realidades. Esse pensamento está registrado em livro sagrado dos Maia, o *Popol Vuh*.

O livro *Popol Vuh* é o mais relevante documento poético-político do mundo pré-colombiano. Legado milenar dos povos Maia, mantido vivo na oralidade e nos hieróglifos ancestrais, foi traduzido do idioma *k'iché* para o latim, no século XVI, quando da chegada dos espanhóis em terras da Guatemala. Como autor da tradução, um anônimo *Mestre da Palavra*, guardião de uma cultura que se mantinha viva. Sabendo das profundas alterações que estavam por vir, o *Mestre da Palavra* buscou uma tradução que possibilitasse a compreensão entre mundos e formas de conhecimento que se confrontavam pela primeira vez, o europeu e o ameríndio. Esse manuscrito em dois idiomas, *k'iché* e latim, foi posteriormente copiado por frei Ximénez no início do século XVIII; é a versão do século XVIII que segue como a mais antiga encontrada até o momento. No *Popol Vuh*, os Maia registram que “*uma só foi a origem da tradição e dos costumes de todos os povos*”¹⁶⁹, mas com o tempo os povos foram se dividindo e o poder e ambição se colocou entre eles. Uma história que combina paz e guerra, entre reis justos

¹⁶⁹ POPOL VUH – libro sagrado de los Mayas – pg 77 – Ed. Artes de Mexico, 1999

e opressores. Na sétima geração dos povos surgiu o rei *K'iq'ab'*, que começou a escravizar as pessoas e obriga-las a pagar tributos. Até que os povos se levantaram e fizeram uma revolução. Foi quando passaram a ser governados por reis muito sábios, que legaram o livro chamado *Popol Vuh*, traduzido como “O Livro da Comunidade”.

Entre os Ashaninka essa ambiguidade dos espíritos não existe. Ou os espíritos são bons ou maléficos, manifestando sua presença de diferentes maneiras. A dualidade e o contínuo confronto entre o bem e o mal levou os Ashaninka a um frágil equilíbrio, gerando imprevisibilidade e insegurança. Expostos ao contato com os *wirakotxa*, e todos os males advindos a partir desse encontro, passaram a associar os *wirakotxa* aos espíritos maus. Todavia, há uma sutileza no pensamento Ashaninka: a presença dos brancos não é atribuída a um ato externo, de conquista, mas aos erros de um ancestral, o *Inka*, que não escutou os conselhos de *Pawa*, deixando de proteger seu povo e abrindo caminho para os horrores advindos.

Foi em um lago que o *Inka* abandonou *Pawa* [teria sido o lago do primeiro encontro entre Pizarro e a jangada com homens e mulheres portando seus adereços de ouro? Talvez o Titicaca]. Habitando a floresta amazônica, os Ashaninka compõem um dos mais numerosos povos indígenas da Amazônia, quase cem mil, sendo apenas pouco mais de mil habitando o território do lado brasileiro, os demais estando do lado peruano. Apesar dos horrores e violências enfrentados, a cada tempo histórico eles foram alargando o conceito e a ideia do conceito que viria a ser o homem branco. O xamã Arcêmio, contextualizou esse alargamento sobre a visão que os Ashaninka teriam sobre o *wirakotxa*:

“...agora não pode saber bem [o que é o branco]. Antigamente sabia, mas agora é tudo uma mistura. Tem muita qualidade de *wirakotxa*. Tem espanhol, peruano, brasileiro. Tem *wiracotxa* gringo também. É tudo a mesma coisa. Tudo é *wirakotxa*. Primeiro era espanhol. Aí misturou com outro *wirakotxa*. Tem *wirakotxa* bem pretinho (risos). Tem *wirakotxa* com olho assim [a referência aqui é aos olhos puxados dos membros de uma equipe da televisão japonesa NHK, que fez uma reportagem na terra indígena no início da década de 1990]. Tu já viu esse? (risos) É tudo uma mistura. [...] Eu não entendo mais nada, rapaz! Tem *wirakotxa* bom, tem outro tipo que é ruim mesmo! É tudo branco, mas é branco diferente (risos). Tu entende? (risos). Eu não entendo mais nada desse negócio de *wirakotxa* (risos).”¹⁷⁰

¹⁷⁰ *Apud* PIMENTA, José – “ALTERIDADE CONTEXTUALIZADA”: variações ashaninkas sobre o branco” in. Anuário Anropológico | 2015 p. 279-306 (<https://doi.org/10.4000/aa.1558>)

A ideia de homem branco, inicialmente atribuída aos espanhóis, que chegaram pelo litoral do Pacífico, depois é estendida aos caboclos e seringueiros encontrados do lado brasileiro. Também os grileiros e madeireiros dos dois lados da fronteira. Ou os guerrilheiros do *Sendero Luminoso*, no lado peruano. Indistintamente, todos eram *wirakotxa*, associados aos espíritos maus, saídos do mundo subterrâneo. Todos os chamados brancos, independentemente da cor da pele, foram taxados como fedorentos, sujos, malandros, sovinas. O oposto do modo de ser Ashaninka, que devem ser generosos, sinceros, limpos, conforme aprendem a agir. Com o passar do tempo, sobretudo nas últimas quatro décadas, os Ashaninka foram percebendo que havia *wiracotxa* de boa índole, também cheirosos. Para esses brancos amigos, aliados que foram encontrando no percurso de sua longa e resiliente luta, adotaram a palavra *Txai*, emprestando-a dos Kaxinawá, povo indígena vizinho, também no estado do Acre. *Txai*, em idioma Kaxinawá, é uma designação para cunhados e primos e significa “*a metade de mim em você*”.

Ashaninka significa “meu povo”, “minha gente”. Ashaninka é uma autoidentificação, a afirmação da identidade de povo estabelecendo uma clara diferenciação entre “nós” e “eles”. Essa foi uma estratégia de sobrevivência dos Ashaninka e que permitiu, durante séculos após a Conquista europeia, que se mantivessem unidos, em coesão, enfrentando as invasões e usurpações externas. Nas últimas quatro décadas foram percebendo que esta forma de afirmação de identidade, contrapondo “nós” a “eles”, no entanto, já não era capaz de dar conta das necessidades de resistência e retomada de suas terras, cultura e sociedade. Discerniram que a garantia da sobrevivência como povo dependeria da recombinação de categorias de identidade, que até então eram muito nítidas e diferenciadas. Exercitando a alteridade retomaram aquilo que de mais próprio há no pensamento ameríndio: perceber o mundo a partir de diversas perspectivas, sabendo ver o cubo a partir de diferentes ângulos.

As diferentes miradas e perspectivas possibilitaram perceber que “Nós” está “Neles” e “Eles” estão em “Nós”. No pensamento ameríndio e nas chamadas epistemologias do Sul não existe a separação nítida entre os domínios subjetivo e objetivo, conforme no pensamento eurocêntrico, quando o subjetivo aduz ao mundo interior, à mente e os significados, e o objetivo à matéria, à substância. Para os ameríndios, a relação entre mundo externo e interno faz parte de um conjunto maior e

mais amplo, para além dos rótulos diferenciadores de Natureza e Cultura, estando integrados. Recorrendo a Viveiros de Castro:

“...universal e particular, objetivo e subjetivo, físico e moral, fato e valor, dado e construído, necessidade e espontaneidade, imanência e transcendência, corpo e espírito, animalidade e humanidade, e outros tantos. Esse reembaralhamento das cartas conceituais leva-me a sugerir o termo *multiculturalismo* para assinalar um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias ‘multiculturalistas’ modernas. Enquanto essas se apoiam na implicação mútua entre unicidade da natureza e multiplicidade das culturas – a primeira garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância, a segunda gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado –, a concepção ameríndia suporia, ao contrário, uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos. A cultura ou o sujeito seriam aqui a forma universal; a natureza ou o objeto, a forma particular.”¹⁷¹

Tão logo foi lançado o primeiro edital para seleção de Pontos de Cultura, em 2004, recebemos uma proposta do povo Ashaninka, através do projeto Vídeo nas Aldeias, que foi aprovada. Para surpresa, minha e dos demais selecionadores, a proposta não era para que o Ponto de Cultura funcionasse na Terra Ashaninka, sequer para o atendimento prioritário ao povo Ashaninka, em exercício de alteridade, o Centro *Yorenka Átame* – Saberes da Floresta, deveria ser um Ponto de Cultura aberto a indígenas e não indígenas e seria instalado na sede do município de Marechal Taumaturgo. O público principal seriam os *wirakotxa*, agora, *Txai*.

Benki Piyãko, vice-presidente da Associação Apiwtxa e coordenador do Ponto de Cultura *Yorenka Átame* – Saberes da Floresta relatou esse processo. Pela relevância na historicidade, explicitação de conceitos e métodos, e pelo significado da fala em primeira pessoa, transcrevo o texto na íntegra. Com a palavra, Benki Piyãko:

“A história do Yorenka Átame – 01/10/2007

Através da Associação Apiwtxa viemos informar os parceiros e amigos da Rede a proposta criada por nós, líderes do povo Ashaninka, como vemos o mundo através de nossas experiências e, no mesmo instante, colocando nosso propósito de trabalho para complementar e difundir nossas experiências com outras regiões do planeta. A grande degradação da biodiversidade responsável pelas mudanças climáticas que vem ocorrendo na Terra nos causa preocupação. Somos responsáveis pela minimização desses problemas que vem ocorrendo na Terra e nós, indígenas, estamos dando a nossa contribuição em meio a essa situação.

¹⁷¹ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – A inconstância da alma selvagem, pg 348/349- Cosac e Naif, 2002

A longa história, sobre a preservação da natureza, contada pelos mais velhos sobre as invasões ocorridas em nossa terra, causava grande impacto para nossa comunidade Ashaninka, da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Nessa terra fica situada na faixa de fronteira Brasil/Peru, sendo a principal terra Ashaninka no Brasil, reunindo 500 pessoas residindo na Aldeia Apiwtxa, fazendo limite com: Peru, com a Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá, um assentamento do INCRA e o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD).

Essa história fez com que as lideranças representativas dessa comunidade: Benki, Moisés, Isaac, Francisco e outras lideranças mais velhas, entre homens e mulheres da comunidade, se articulassem a um modelo de manejo para a reconstrução da natureza que foi e continua sendo devastada em nossa região e do entorno, criando assim um modelo de sustentabilidade social e ambiental.

Apesar do longo contato com a sociedade ocidental, o nosso povo preservou até os dias de hoje seus conhecimentos tradicionais, contados pelos mais velhos. Esses conhecimentos apresentam uma cultura milenar, sábia e rica que é repassada de geração a geração. Ao longo dos últimos quinze anos nosso povo se tornou exemplo de sustentabilidade social e ambiental para a região amazônica. As ações desenvolvidas por nós também serviram de fonte de inspiração para o governo do estado do Acre que, desde 1998, se denomina de “Governo da Floresta” e fez do desenvolvimento sustentável seu modelo estratégico de trabalho com a população indígena e não-indígena do estado do Acre.

O nosso território, assim como toda região, passou e continua passando por grandes invasões predatórias, ocasionadas por madeireiros peruanos e caçadores de animais silvestres, que vem de diversos lugares do entorno.

Diante desse constante fato, o nosso povo se organizou internamente para a defesa do nosso território, no sentido de fortalecer a identidade cultural e étnica do nosso povo, com objetivo de mostrar uma nova forma de equilíbrio sustentável em relação aos nossos recursos naturais, ampliando tais conhecimentos para outras etnias e servindo de modelo a nível nacional e internacional.

Desde 1989, nós, Ashaninka, criamos o primeiro Sistema de Recuperação de nosso território, utilizando as práticas de manejo sustentável.

Em 1992, ano da demarcação de nossa terra, criamos um projeto de pesquisa onde analisamos a riqueza de nosso território com o objetivo de criar alternativas de sustentabilidade econômica e ambiental visando a autonomia do povo Ashaninka e da região.

No âmbito do Centro de Pesquisa Indígena, com a centralização de um pequeno espaço isolado, começamos efetivamente o reflorestamento de nossa região, na qual foram plantadas mais de 80 mil mudas com uma diversidade de 146 espécies de árvores frutíferas e madeiras de lei, onde se pode em um ano tirar mais de 50 toneladas de alimentos para a comunidade.

Dentro desse trabalho de Sistemas Agroflorestais foi consorciada uma diversidade de espécies tais como apicultura, manejo de peixes em rios e lagos, além do manejo de fauna e flora.

Nossa luta em defesa do nosso território trouxe hoje uma nova reflexão para ampliar o conhecimento desse equilíbrio sustentável, mobilizando seminários e encontros nacionais e internacionais com outros parentes indígenas para defender o nosso território de onde tiramos nosso alimento e toda nossa sustentabilidade.

A necessidade de difundir este conhecimento acumulado pela comunidade Apiwtxa para a população da região, que inclui uma Reserva Extrativista, um Parque Nacional e outras terras indígenas, levou à criação de um projeto idealizado por Benki Piãko, a partir de sua experiência como Secretário do Meio Ambiente do município de Marechal Taumaturgo.

Esse projeto foi elaborado pelas lideranças da comunidade e chamado Centro de Formação Yorenka Átame – Saber da Floresta.

Com o apoio financeiro de alguns parceiros a comunidade Apiwtxa adquiriu uma área de 86 hectares em frente à sede do município de Marechal Taumaturgo, onde está montada a estrutura física do Centro de Formação.

O projeto “Centro de Formação Yorenka Átame (Saber da Floresta)” foi inaugurado em julho de 2007. Ele é a continuação, fortalecimento e ampliação da longa luta do nosso povo para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região do Alto Juruá, uma das regiões mais ricas em biodiversidade do planeta.

Fruto da rica experiência do nosso povo com a sustentabilidade, o Yorenka Átame (Saber da Floresta) funciona como um centro de formação, educação, intercâmbio e difusão de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais da região do Alto Juruá.

Estamos apresentando um projeto do espaço do Yorenka Átame, como uma oportunidade para a população do rio Juruá poder ver os modelos de uso dos recursos naturais de forma mais prática e técnica.

Esse projeto também é para fortalecer os conhecimentos tradicionais, para wur a população tenha uma nova visão sobre a floresta. Essa visão é saber como usar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente e a natureza, de forma que este saber possa ser reconhecido como ciência de conhecimentos práticos, recuperando terras, florestas e animais, cuidando da biodiversidade em geral.

Para isso, vamos disseminar novos conhecimentos na área da sustentabilidade e formar jovens e adultos para trabalhar uma nova forma de manejo da floresta, manejo dos recursos naturais.

Vamos fazer manejo da fauna, de quelônio para repovoação, manejo de rios e lagos com espécies de peixes que vivem na região manejo de abelhas nativas, manejo de sementes e também recuperação da floresta com plantios de frutíferas, restaurando áreas degradadas, manejo de espécies de madeira, sobretudo protegendo as águas de nossos rios e igarapés e diversos outros trabalhos, assim como estudar as leis ambientais. Com isso visamos o nosso futuro e o futuro das novas gerações.

O Centro Yorenka Átame também está aberto para pessoas de outras instituições para seminários, intercâmbios, oficinas com projetos de educação, cultura, meio ambiente.

Benki Piyãko, vice presidente da Associação Apiwtxa e coordenador do Centro Yorenka Átame – Saber da Floresta”¹⁷²

Os saberes da floresta anunciados a partir da perspectiva do povo Ashaninka, credenciados por experiências vividas, por aquilo que realizaram e pelo que pretendem

¹⁷² In Apiwtxa Blogspot – apiwtxa.blogspot.com/2007/10/histria-do-yorka-tame.html

realizar. O saber do povo da aldeia Apiwtxa, localizada a quatro horas de barco da sede do município, estava plenamente presente em todos os atos do Ponto de Cultura. Percebia-se na proposta um povo consciente do que tem a oferecer ao mundo, não queriam nada para si, nem faziam um anúncio de futuro ominoso, a inspirar desventura, ódio ou aversão. Mesmo quando apontavam no texto que a *“A grande degradação da biodiversidade responsável pelas mudanças climáticas que vem ocorrendo na Terra nos causa preocupação”*, isso em 2004. Foi uma carta de esperança a apontar futuro. Esperança que só é possível a partir da aliança e integração entre povos, trabalhando em comunhão pelo bem comum, praticando a alteridade.

Algo muito presente nos Ashaninka é a ética da responsabilidade. Eles não se eximem do dever com o planeta e se colocam à disposição *“...como responsáveis pela minimização desses problemas que vem ocorrendo na Terra e nós, indígenas, estamos dando a nossa contribuição em meio a essa situação”*. Fazem um anúncio que é promessa, desejo calcado no aprendizado entre gerações, a partir da experiência vivenciada por seu povo, que a partir de então estariam ofertando ao mundo pelos Saberes da Floresta. Com escrita cautelosa, mas firme, chamam o conhecimento dos mais velhos como fonte para valorização do presente. Um presente calcado no passado, que faz avançar, que empurra adiante e revela clareza na compreensão sobre a necessidade de tecer redes com a comunidade do entorno:

“O Yorenka Átame foi criado pela necessidade de comunicação com a comunidade envolvente e para discutirmos problemas que enfrentamos com a invasão de nossas terras”

Seria mais confortável terem implantado o Ponto de Cultura na própria aldeia, os recursos não eram tantos e certamente lhes seriam úteis. Mas não. Preferiram ir ao encontro das pessoas que, por décadas os discriminaram, os desprezaram, os exploraram. Persistentes e resilientes, desde 1989 os Ashaninka tem praticado o manejo sustentável para a recuperação do território, antes mesmo da demarcação da terra indígena, acontecida em 1992. Para o pensamento ameríndio a ação no presente é condição para que o futuro aconteça, pois não há barreiras no tempo. O tempo, quando é isolado, perde sentido, integrado aos processos de vida, se torna vivo, passando a ser uma revelação ordenada da experiência. Para retomada da Terra Indígena Kampa [até os anos 1980 os Ashaninka também eram designados por Kampa, em referência a camponeses] no Rio Amônia, foram décadas de resistência. Enquanto resistiam plantavam mudas de árvores na terra que um dia viria a ser reconhecida como deles. Semearam sem a garantia de que

iriam colher. Não importava o tempo que duraria o processo da retomada, pois, para eles, o futuro desde quando pensado, já é. Analisando estudos do filósofo da educação, John Dewey, encontrei pensamento semelhante:

“O tempo, como organização da mudança. É crescimento, e o crescimento significa que uma série variada de mudanças entra nos intervalos de pausa e repouso, de conclusões que se tornam os pontos iniciais de novos processos de desenvolvimento”¹⁷³

Resolutos e pacientes, “*apesar do longo contato com a sociedade ocidental*”, os Ashaninka preservaram seus conhecimentos tradicionais transmitidos de geração a geração. Entre o final do século XX e início do XXI, as ações desenvolvidas por eles serviram de base para o conceito de “Florestania”, aplicado pelo governo do Acre a partir de 1998. Nas palavras do poeta e pensador acreano, Antônio Alves Leitão Neto, nomeado secretário de cultura do governo do estado no primeiro governo da Frente Popular e considerado o formulador do conceito de florestania:

“Quais são os elementos de nosso projeto? Em primeiro lugar, reconhecimento da primazia indígena. Existem povos que estão aqui e que conhecem a nossa região e cuja ciência deve ser respeitada. Esse é o ponto um. Mas, antes dele tem um ponto zero. É o de que o antropocentrismo deve ser superado. O homem é parte da natureza, ele não é dono da natureza, ele não é toda natureza, ele é uma parte dela [...]. Esse novo contrato natural, é assim que está sendo chamado por aí afora, que transcende e abarca o contrato social, é o ponto zero, o ponto primordial de nosso pensamento. O ponto um seria a primazia dos povos indígenas e a validade de seu conhecimento e da sua cultura. O ponto dois seria talvez o reconhecimento dos direitos das populações, além da população indígena, que tradicionalmente passaram a habitar a região”¹⁷⁴

Uma “cidadania” adaptada ao viver na floresta, aos modos de ser dos povos que habitam a floresta e as cidades do entorno, que, apesar de desflorestadas, afetam e são afetadas pelo mundo da floresta. Assim a Cultura Viva se encontrou com *Abya Yala*. O termo *Abya Yala* foi utilizado pela primeira vez em 1507, pelo geógrafo e cartógrafo franco-alemão, Martin Waldseemüller, autor do primeiro planisfério a registrar o “Novo Mundo” com o nome de América. Waldseemüller partiu da projeção de Ptolomeu, desenvolvida teoricamente quinze séculos antes, e apresentou a Terra em uma escala de grandeza jamais visualizada. Aquele primeiro Mapa Mundi veio acompanhado da obra, “*Cosmographiae introductio*”, que, além de batizar a América, introduz o termo *Abya*

¹⁷³ DEWEY, John – ARTE COMO EXPERIÊNCIA, pg. 90 – Ed. Martins Fontes, 2010

¹⁷⁴ In. SAN'TANA JÚNIOR, Horácio Antunes – FLORESTANIA: a saga acreana e os povos da floresta, pg. 287/288 – EDUFAC, Rio Branco, 2004

Yala. Do idioma do povo Kuna *Yala*, habitantes de Serra Nevada, no Norte da Colômbia, fronteira com o Panamá, povo com quem manteve contato em outras andanças. *Abya Yala* expressa o conceito de Terra Viva: *Abya*, sangue, sinônimo de vida; *Yala*: montanha. Literalmente: sangue da montanha, ou Montanha Viva. Esse conceito está presente em outros povos ameríndios, sendo o mais conhecido o conceito de *Pachamama*, em referência à Mãe Terra. Também está presente na chamada “*Hipótese Gaia*”, formulada pelo cientista britânico James Lovelock em 1979, designando a mãe de todos os seres vivos, a Deusa da Terra, *Gaia*, da mitologia grega. Nessa hipótese científica, o planeta Terra é percebido como um imenso ser vivo, que se autorregula, mantendo a vida a partir do equilíbrio entre todos os demais sistemas de vida, que devem conviver.

O equilíbrio entre os seres vivos, e não a exploração/extração de recursos naturais é que sustenta a vida de Gaia e dos demais seres que coabitam seu espaço. Posteriormente, nas lutas pela independência das colônias espanholas, o termo *Abya Yala* passou a designar a ideia de Pátria Grande, como representação para o continente que veio a ser chamado de América e que lutava contra o colonialismo. Chama atenção que ambos os termos, América e *Abya Yala*, foram apresentados ao mundo no mesmo momento, a partir de um único livro. Independente do povo, ou do idioma, o sentido é comum, o planeta como ser vivo. A floresta como pulsação da vida, berço de infinitos sistemas vivos que se interrelacionam, fonte de energias e sabedorias, que precisa ser cuidada, mantida e regenerada. O sangue da montanha, da mãe dadivosa, da cultura viva, é a filosofia do Novo Mundo.

Com o *Yorenka Átame*, são os povos da floresta, os chamados selvagens ou “incivilizados”, que levam o conceito de florestania aos povos da cidade, civilizando a cidade a partir da floresta. Fizeram isso não em caminho unidirecional e colonizador, mas em diálogo, promovendo uma ecologia de saberes e a interculturalidade. Aberto aos *wirakotxa* e a instituições no Brasil e no exterior, o Ponto de Cultura cresceu e oferece espaço para seminários, intercâmbios e oficinas, sobretudo nos campos ambiental, de educação e cultura. O Saber da Floresta (*Yorenka Átame*) “*funciona como um centro de formação, educação, intercâmbio e difusão de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais da região do Alto Juruá*”. Reconhecidos como Ponto de Cultura e integrando a Rede dos Povos da Floresta, deram mais um passo, um efetivo passo, no diálogo intercultural e na prática da alteridade.

A vida em Floresta também é expressão de criativos processos de vida, gerando culturas potentes, colaborativas e resilientes. Diferente das cidades, em que a vida é organizada entre ruas, cercas e muros, a vida na floresta não tem por fundamento a propriedade privada, muito menos é organizada pela lógica do consumo e do descarte, ao contrário, ela produz modos de vida regenerativos, que fundamentam o pensar, o agir e o sentir tendo por primado a consciência e a memória de que somos parte da natureza. Na floresta não é possível viver à parte da natureza e ela deixa de ser percebida fonte de recursos (inesgotáveis?) para ser reconhecida como parente, todos os seres que a habitam, dos bosques às águas e montanhas, dos animais aos vegetais, e no meio desses, os humanos. Viver em floresta implica na compreensão de que, quando a vida natural morre, morrem junto os seus habitantes, morrem os que fazem parte dela, os que dependem dela.

O povo da floresta florestaneia no pulsar da vida como maravilhosa experiência da existência. Fincando o Centro de Formação na cidade, os Ashaninka estabeleceram uma estratégia de continuidade e fortalecimento da luta de seu povo, agora em aliança com os demais povos que coabitam o território do baixo Juruá. E se abrem a aliados externos. Apostaram no tempo como organizador da mudança nas relações entre povos e modos de ser, apontando para o *“nosso futuro e o futuro das novas gerações”*. Na sequência, diálogo entre mestres e alunos, registrado em vídeo¹⁷⁵. Benki Piãko prossegue na introdução do Yorenka Átame aos jovens da cidade:

“É como se fosse um curso profissionalizante, ou até mais, porque além de estar plantando eles estão coletando a semente, estão indo na floresta, estão conhecendo as plantas, estão conhecendo cada coisa desta, eles estão andando nos lugares devastados, coletando abelhas, estão vindo aqui na comunidade, ver o sistema de apicultura e piscicultura, sistemas agroflorestais, coleta de sementes, viveiros, reprodução de viveiros, fazendo a repicagem de mudas, tudo isso eles estão fazendo no centro.”

Jacinta Molina da Silva, não indígena, jovem estudante, moradora da área urbana de Marechal Taumaturgo, complementa:

“Eu aprendo como lidar com a natureza, como respeitar a natureza em si, a respeitar sua biodiversidade, tudo que existe nela, sem distinção de nada, antes eu não dava valor a isso e hoje com o Centro Yorenka, com o povo Ashaninka, com Benki, eu aprendi muito, muito mesmo”

¹⁷⁵ Vídeo Yorenka ÆTAME- Ashaninkas in. <https://m.youtube.com/watch?v=HOaA2-SFxYY>

Na sala de aula ao ar livre, à sombra de uma árvore, com os alunos em roda, aproximadamente quinze, todos da cidade. Ao fundo, o rio e a floresta. O professor indígena, fala aos alunos:

“Nós vamos colocar aqui dentro, nosso projeto é colocar 150 espécies, consorciando todas essas espécies, vocês vão ser os observadores disso aqui, para que vocês um dia, na vida de vocês, possam ver e possam ensinar outras pessoas que estão vindo aí pela frente, o que é uma natureza de verdade, o que é viver com a natureza consorciado com ela, com o ser humano no meio dela, se nós fizermos isso nós vamos ter um mundo muito mais avançado, vamos proteger nossa água, nós vamos proteger nossa terra, nosso ar, nós vamos proteger nosso planeta terra.”

Moisés Piãko, presidente da Associação Apiwtxa, dá o seu depoimento a partir da aldeia:

“Ela já caiu muito, a floresta, já andou muito para trás. O que nós queremos é fazer que ela volte a andar para frente. O pensamento nosso é justamente esse, para que a floresta comece a dar os passos para frente de novo.”

Os alunos, todos não indígenas, comentam sobre o que estão a aprender:

“- Antes eu era praticamente um destruidor da natureza, não sabia de nada, não tinha prática de nada, ninguém indicava como que era nem nada, ia levando a vida assim como se fosse qualquer coisa; hoje já sei que se eu cortar um pé de goiabeira, amanhã vai fazer falta para mim, se eu cortar um pau ou qualquer coisa aí, amanhã vai fazer falta, porque eu não sei se pode servir para remédio ou qualquer outra coisa.” (Marcilio Silva de Freitas)

“- Que hoje, plantando cada planta dessa, para mim, estou assegurando o futuro de meu filho, a oportunidade de ele conhecer cada planta dessa. Eu acho que se a gente não estivesse fazendo esse trabalho ele não terá chance de conhecer todas essas diversidades de plantas que a gente está plantando aqui.” (Rudilene Bezerra do Valle)

Benki Piãko conclui:

“Meu avô [Samuel Piãko] me entregou isso e disse que essa deveria ser a marca da minha vida do mundo: viver com a natureza e plantar, reflorestar, recuperar, cuidar, aconselhar, o que tiver que ser feito, como um mensageiro. O que nós temos muito é a possibilidade de contribuir e conscientizar nosso povo para que ele nunca deixe a nossa vida ser tomada por nada de um outro mundo. Nós temos a possibilidade e oportunidade de conhecer o que há de melhor em cada mundo e trazer “de fora para dentro”, também fortalecer o que temos “dentro” para mostrar e oferecer para o povo de fora também.”

Oito anos após minha estada no território Ashaninka, entre os dias 17 a 22 de dezembro de 2016 é realizada uma Assembleia a fazer um balanço geral. As ações de

vigilância no território, os intercâmbios com outros povos, a sólida aliança com os Ashaninka no Peru (aproximadamente dois mil vivem no território brasileiro e 90.000 no território do Peru), o estreitamento de relações com as comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá, as parcerias institucionais com BNDES, Fundação Banco do Brasil... Muito aconteceu, foram anos de decisões e trabalhos.

Sem que houvesse necessidade de lançar mão de uma única votação, foram sendo tomadas decisões em conexão atenta e sensível, tudo deliberado conforme a ética da responsabilidade e da confiança, sem necessidade de voto, pois o objetivo era um só, e comum a todos: seguir trabalhando firme, consolidando os resultados alcançados e conquistando avanços em desafios lançados à toda comunidade e em diálogo e parceria com os não-indígenas. Do encontro saíram com novas tarefas e nova etapa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, com manejo da floresta, registro e difusão da cultura Ashaninka. E uma agenda intensa, em que um será todos e todos serão um. A unidade em multiplicidade intensificou trabalhos, parcerias e alianças, fortalecendo a autonomia das comunidades no entorno, e não somente os Ashaninka ou outros povos indígenas, mas o conjunto dos povos, da Floresta e das Cidades. Essa visão e esforço resultou na conservação e recuperação do ambiente e na valorização dos povos, todos os povos, respeitando seus modos de sentir, pensar e agir. É de raiz e é de copa, não desprezando os novos conhecimentos e tecnologias naquilo que possam contribuir para o protagonismo e emancipação dos povos.

Os Ashaninka são um povo resiliente. Até a década de 1980, eram conhecidos por kampa, em referência à habilidade camponesa que demonstravam na agricultura. Expulsos da terra que era deles, explorados como agricultores em fazendas de grileiros, foram traçando estratégias para a recuperação e posse do território. Nesse caminho, formaram alianças e apropriaram-se dos meios tecnológicos dos *wirakotxa*. Terem sido contemplados como Ponto e Pontão de Cultura alavancou a luta deles. Visita-los foi, para mim, uma visualização do enunciado de Arquimedes: *-Dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo*. Apropriando-se do Ponto de Cultura e vinculados ao Pontão *Video nas Aldeias*, muitos foram capacitados como cineastas, roteiristas, montadores e atores, em potente rede de cineastas indígenas, cujos filmes ganharam e ganham inúmeros prêmios mundo afora.

Quase em paralelo ao encontro anual dos Ashaninka, entre os dias 5 e 11 de dezembro, realizava-se uma operação de controle e fiscalização na região do rio Amônia.

Exército, Funai e tuxauas. Jovens guerreiros a representarem seus parentes em ação pela defesa das Terras Indígenas *Apolima, Arara e Kampa*. Uma expedição em combate ao desmatamento e à caça e pesca ilegais. Madeireiros, caçadores e invasores eram e são os inimigos. Em rio sinuoso, que entra e sai por territórios de fronteira entre Brasil e Peru, vistoriavam embarcações em busca de materiais ilícitos. Jabotis capturados por contrabandistas de animais silvestres foram resgatados, assim como o pescado ilegal era interceptado. Naquela missão não encontraram madeireiros, só clareiras com madeira cortada, mas cumpriam uma representação de seu povo, uma missão em defesa da floresta, como uma realização política.

Do outro lado da fronteira, representantes da *Apiwtxa* encontravam-se com representantes da *Aconadiysh*, na comunidade nativa de Santa Rosa do rio Breu, distrito de *Yuruá*, Peru. Também no mês de dezembro de 2016, nos dias 10 e 11. Do lado da *Aconadiysh*, Orlando Pérez e Guerra, pela *Apiwtxa*, Francisco Pyiãko, em irmandade firmavam um acordo para fortalecer o comércio entre povos e comunidades a cada lado da fronteira, além de marcarem novo encontro para os meses seguintes, que aconteceria na comunidade de Dulce Glória no Peru, e depois, em Marechal Taumaturgo, no Acre. Encontros de uma diplomacia indígena, direta, para selar alianças e pactuar ações, fortalecendo organizações comunitárias e de gestão de territórios comuns, independente de fronteira. Pela dificuldade logística e de deslocamento, foram praticamente encontros paralelos, cada quais com a missão que lhes fora confiada. Não houve necessidade de eleição de representantes, nem disputa por poder, cada representante habilitava-se na tarefa que melhor poderia cumprir, sem jogo de poder, suspeita, vigilância ou incerteza. Decidem na base da confiança, pois sabem que onde está um estão todos e onde estavam todos estava um.

Os jovens que foram para a mata combater invasores tinham segurança de que tudo que estaria sendo decidido na assembleia em *Apiwtxa* levaria em conta o pensamento e vontade deles, mesmo com eles não estando presentes. Os que estavam na assembleia, da mesma forma, seguiam tranquilos e seguros, sabendo que a execução levada adiante pelos jovens era fruto de uma consciência e fazedura coletiva. Da mesma forma com os acordos firmados do outro lado da fronteira. As três missões tiveram êxito porque, para os Ashaninka, o uno é parte do múltiplo. Sentem junto, mesmo que em diferentes territórios e missões. Cada integrante está imbuído do senso de responsabilidade com a comunidade, há relação de confiança, permitindo liberdade na

definição de termos de acordo, decisões de momento. Daí a leveza na escolha de quem vai assumir cada tarefa, pois não são cargos, são encargos que devem ser desempenhados com honra e confiança. O indivíduo é parte de sua gente, onde ele está o seu povo também estará. Povo e indivíduo são indivisíveis, é algo muito diferente da ética eurocêntrica. Todos zelam por uma ética baseada na confiança, na responsabilidade e na percepção de todos os sentidos, sempre precedida pela cerimônia da *ayuasca*. Na cerimônia da *ayuasca* o sentido não-formulado é verdadeiramente criado e os meios de expressão são o depósito e a sedimentação para o agir seguinte. É a comunidade conectada para a elaboração de uma sabedoria coletiva.

A tomada de decisão através do voto de maioria, como estamos acostumados nos modelos de democracia ocidental, não necessariamente expressa a vontade popular, pois está condicionada a fatores objetivos (força e imposição de vontades, como poderio político, econômico, militar, jurídico, de informações) e subjetivos (manipulação dos afetos, configuração das emoções e estado de ânimo). A combinação entre fatores objetivos e subjetivos resulta em decisões inconsistentes, que expressam o resultado de um determinado momento, como uma fotografia distorcida, e que pode ser alterada no click seguinte, isso gera tensão, conflito e instabilidade contínuas. Como alternativa de estabilidade as democracias ocidentais foram aprimorando os mecanismos de mediação institucional, quanto mais sólidas as instituições, maior a estabilidade e previsibilidade e, conseqüentemente, a sensação de segurança coletiva. Porém, o funcionamento institucional também é expressão de uma relação de força, de modo que a coesão social é mais de submissão, e de aparência, que propriamente de uma consciência livre e coletiva. A mediar e regular as instituições, o sufrágio. Interessante perceber que sufrágio, além de “apoio” e “direito ao voto”, remete a fragor, do latim, *fragoris*, como ruído, gritaria, se desdobrando no verbo, *frangere*, quebrar. É a mesma matriz etimológica para naufrágio, quebra de uma nave. Sufrágio seria o resultado de ruídos e gritarias a sustentarem uma quebra, ou naufrágio. A ideia de que decisões democráticas se dão por meio do sufrágio universal é o que de melhor o pensamento eurocêntrico conseguiu produzir em termos de mediação da vida social e vida democrática. Não estou colocando isso em questão, no entanto:

“As ideologias modernas de contestação política foram em grande medida cooptadas pelo neoliberalismo. Existe resistência, mas ela está cada vez menos crível enquanto portadora de uma alternativa realista. A resistência ocorre cada vez mais fora do

contexto institucional e não através dos modos de mobilização política que predominam no período anterior: partidos e movimentos sociais”¹⁷⁶

Houve uma rendição do pensamento crítico que resultou na negação de outras formas de tomada de consciência, decisão e ação. Tudo ficou muito conformado e submisso. O controle decisório foi deslocando para os donos do capital e os gerentes do poder, abandonando-se os momentos de vida intensamente coletiva e unitária, conforme vivenciado nas comunidades. Os guardiões das sabedorias ancestrais têm muito a ensinar sobre isso. Da África temos o ensinamento dos povos Banto na distinção entre o concreto e o abstrato, que, por sua vez, é subdividido em dois: o abstrato da acidentalidade (*bugabo*), que não existe independente da natureza; e o abstrato da substancialidade que expressa as entidades que se pretendem existir independente da natureza (*bu-muntu*, humanidade). Segundo Mudimbe:

“A proposição banta organiza-se de acordo com dois princípios. A enunciação dos nomes dos atores sempre é feita no início do discurso. Um relativo classificatório, ou seja, um classificador linguístico incorporado a substantivos, corresponde aos nomes de cada ator e permite uma distinção sistemática entre sujeitos e complementos do discurso.

O raciocínio é elíptico. Ele pode utilizar uma premissa (maior), mas é mais comum que enuncie uma observação geral ou até um provérbio que leve diretamente a uma conclusão.”¹⁷⁷

Na ontologia banto há quatro conceitos básicos:

- a) *Muntu*: Ser com inteligência;
- b) *Kintu*: Coisa, ou Ser sem inteligência;
- c) *Hantu*: o tempo e o lugar;
- d) *Kuntu*: a modalidade, as modificações do Ser em si mesmo e em relação a outros seres.

Os significados se expressam pela complementariedade e conexões entre esses quatro conceitos, que se unificam no substantivo *ntu*, Ser. Ser-em-si, *Kintu*, é o objeto fechado, completo, que se recusa à alteridade. O Ser humano fechado em si também é um Ser-Coisa, uma massa a ser moldada pelo Ser externo, mesmo quando

¹⁷⁶ SOUSA SANTOS, Boaventura – O FIM DO IMPÉRIO COGNITIVO – a afirmação das epistemologias do sul, pg. 7 – AUTÊNTICA Editora, 2019.

¹⁷⁷ MUDIMBE, V. Y. – A INVENÇÃO DA ÁFRICA – gnose, filosofia e a ordem do conhecimento, pg. 245 – EDITORA VOZES, 2019

“pensa” que tem consciência de si. Já o Ser-para-si, *Muntu*, é o Ser dotado da consciência de que ela só acontece quando em relação a algo (semelhante à intencionalidade de Husserl). Consciência que surge em direção ao que não é ela. O Ser que se põe em movimento e alcança a liberdade seria o Ser que pratica a alteridade. Apesar de separados pela extensão de quase todo continente sulamericano, em terras do Brasil, e por um rio chamado Atlântico, entre os Ashaninka e os Banto há um mundo em comum.

Praticando a alteridade as pessoas, as comunidades, os povos, as massas, realizam toda a potencialidade de uma vida intensamente coletiva, unitária e preche de sentido. Quando desprovidos da alteridade, do encontro coletivo e formador que se dá pela consciência histórico-política-afetiva das classes populares, a efetivação da potencialidade democrática sucumbe ante o reacionarismo e as forças do Sistema dominante. Na ausência da combinação entre eleições, relações de confiança, de afeto formado na vida cotidiana e na luta social, o eleitoralismo torna-se campo conveniente para a demagogia regressiva e o autoritarismo populista. Manipulação que se serve das paixões nutridas e excitadas em ambiente turvo, em que grassa a ignorância e a incapacidade de leitura apurada da realidade. Nesse ambiente, o Ser-Coisa, *kintu*, é o único destino.

O que os Ashaninka fizeram foi cavoucar a terra até chegarem à semente, e da semente à seiva, em um vai e vem entre o bruto e o elaborado. Um método sincrônico, diacrônico e genético que lhes permitiu, ao mesmo tempo, se reapropriar da identidade (deixam de ser Kampa para se assumir Ashaninka) e praticar a alteridade. A humanidade é resumo de todo o passado, mesmo quando as pessoas não conhecem seu passado, muito menos o compreendam. Somos síntese de nosso entorno, mesmo quando não conhecemos o entorno, e nem o compreendamos. Relações ativas e dinâmicas, temporais e territoriais, fertilizaram e fertilizam a terra para o florescimento da consciência humana. Mas as distorções decorrentes são resultado de força. É quando entra em cena o conceito de ideologia. Os indivíduos, comunidades e classes sociais são cheios de possibilidades, há muitos caminhos a seguir e a liberdade e a emancipação podem estar à nossa frente. Desde que não se concebam isoladamente. Quando em elaboração isolada dos contextos temporais e territoriais o caminho que se apresenta (e que vem de fora para dentro) é percebido como único. A ideologia, mesmo quando a pessoa não tem consciência de tê-la, seria a estrada que impõe um caminho único. Mas não deveria ser assim, porque a

ideologia deveria também contemplar o sentido nas pequenas e nas grandes coisas, abrindo caminho para decisões e escolhas.

O povo Ashaninka no Acre segue seu caminho e assume posição. Faz isso porque consegue perceber o mundo à sua volta. Foi assim que assumiram lutas, apoderaram-se de competências, adquiriram técnicas antes alheias à sua cultura. Foram em direção ao Outro, dialogaram e dialogam, praticaram e praticam, a Cultura do Encontro. Cultura do Encontro é uma outra forma de expressar a Cultura Viva, combinando subjetividades e alcançando consciência real, até subverter a prática que até então é a dada como único caminho. Nesse momento de tomada de decisão com sentido transformador, revolucionário, a cultura do encontro faz com que as pessoas deixem de ser engrenagem em um sistema que não compreendem nem controlam. Os Ashaninka assumiram o mundo para si, desde a floresta, nas barrancas do rio Amônia.

Sem território, acuados e ameaçados pelo avanço da ocupação capitalista na Amazônia, os Ashaninka foram tecendo alianças e exercitando a alteridade em relações interétnicas e interculturais. São décadas de tecitura de alianças de forma consistente e contínua, e que seguirão. Do lado brasileiro começaram esse processo nos anos 1980, tecendo redes em processos de parceria, reciprocidade e confiança. *Ayompari*, o sistema de troca e a economia da reciprocidade praticado ancestralmente por eles, permitiu que superassem uma visão dualista, em que o bom não contém o mal e o mal não contém bom. Com isso perceberam nuances e contradições internas nas sociedades com que deviam se relacionar, permitindo que estabelecessem estratégias políticas de sobrevivência como povo. Identifiquei as seguintes estratégias:

- a) Linguística/mítica. Linguística quando se autodefinem como Ashaninka, “meu povo”, no uso das palavras e dos termos. Mítica, a partir do mito fundador, quando identificaram que estava no *Inka* e não no *wirakotxa*, a responsabilidade pela alteração da ordem natural do universo. Perceberam que sobre o *Inka* teriam controle das atitudes a tomar (vale lembrar que Athualpa estava em guerra contra o irmão Huascar, havendo obrigado o irmão a comer as próprias fezes antes de ser degolado). Sobre o *wirakotxa*, como agente externo e belicoso, não havia como interferir na tomada de atitude. Quando o domínio tecnológico, os conhecimentos e a capacidade produtiva dos Ashaninka, uma dádiva de *Pawa*, foram transferidas para os conquistadores espanhóis, reconheceram como uma

traição/capitulação do *Inka*, que agora segue vagando sem condições de ir para o mundo celeste;

- b) Cultural/educativa. Valorizam a própria cultura, os saberes da floresta como a sua maior fortuna. Tomam partido desse tesouro como meio, não de exploração, mas de autonomia e emancipação, com venda externa dos tecidos, chapéus e colares, o turismo ecológico. Pela cultura afirmam a identidade Ashaninka;
- c) Relacional. Quando decidem ir ao encontro de outras culturas e fontes de conhecimento, dominando linguagens tecnológicas, como o audiovisual, a capacitação técnica para diálogo equilibrado com mundo ocidental, governos e demais agentes. Quando perceberam que agindo desta forma conseguem recuperar os saberes sagrados que lhes foram arrancados;
- d) Territorial. Buscaram se reapropriar de seu lugar ancestral, repovoando-o com árvores, plantas e bichos. O território indígena dos Ashanika ocupa uma área demarcada com aproximadamente mil quilômetros quadrados; antes pasto ocupado por grileiros. Hoje está praticamente todo reflorestado;
- e) Pacificadora/educadora. Procuraram demonstrar aos “brancos” que o modo de vida que eles assumem não é sustentável, e sim suicida. Eleva a temperatura do ambiente, mata os demais seres, prejudicando, inclusive, os próprios matadores humanos. Um mundo violento e injusto, causa de desastres e tristezas, que precisa ser substituído para o bem comum de todos.

Sábias estratégias políticas, que só foram possíveis alcançar pelo autorreconhecimento de que eles, enquanto povo, se percebem como efeito e causa de tudo por que tem passado. Não vítimas passivas, mas agentes do próprio destino, que partem da identidade para alcançar a alteridade, e da alteridade para afirmar a identidade. Estratégias assumidas via decisões coletivas, em processos de consenso intra-comunidade, ultra-sensíveis, e na solidificação de alianças. Cultivando valores altruístas que lhes são característicos, eles abriram o Ponto de Cultura para os Outros, não para eles, porque eles já são.

Quando de minha viagem ao rio Amônia, esse processo educativo e de aprendizado dos indígenas para os moradores da cidade ainda não estava plenamente

consolidado, mas dava passos importantes. Navegando rio acima, presenciei muitos desastres ambientais, troncos no leito do rio, barrancos desmoronando, baixa navegabilidade, mesmo após um período de chuvas e cheia, erosão, quentura, solidão. Mas o Ponto de Cultura dos Ashaninka já era referência de cultura na cidade, inclusive por abrigar o único telecentro conectado à internet por satélite, via parceria com o programa G-Sac, do Ministério das Comunicações. Aconteceram também muitos casamentos entre Ashaninkas e não indígenas, entre caboclos, seringueiros e pessoas da cidade, mantida, porém, uma única condição, de o casal viver na aldeia Apiwtxa, como um povo só, compartilhando modo de viver e a cerimônia da ayahuasca. Passados 15 anos de minha viagem, Isaac Piãko é prefeito em Marechal Taumaturgo, eleito em 2016 e reeleito em 2020. De um povo minoritário, discriminado e perseguido, souberam compartilhar e unir os povos, encontraram seu ponto de apoio e alavanca.

Escrevendo em meio à clausura imposta pela pandemia de Covid, fui verificar como eles estavam enfrentando o vírus. 2020, o vírus chegou. Manaus, terra da Mãe dos deuses, conforme o antigo povo Manaós designava o lugar de confluência entre os rios Amazonas e Negro. Logo no início da pandemia, imagens de valas coletivas nos cemitérios da cidade ganharam o mundo em horror. Manaus voltou a atrair a atenção quando, no início de 2021, as pessoas acompanhavam a morte de hospitalizados em alas inteiras de UTI. Faltava oxigênio. Em Manaus faltou ar em meio à pandemia de Covid. Em um só dia, sessenta bebês recém nascidos, necessitando de tratamento, precisaram ser transferidos às pressas para outros estados. Nos dias seguintes centenas de pacientes. Faltavam tanques de oxigênio hospitalar na metrópole da Amazônia. Em meio a tanta mata, tantas árvores, as pessoas hospitalizadas não podiam respirar. “- *Mãe dos deuses, aqui estou em oferenda!*”, diziam os ancestrais. Pulmões em pedra, engasgados com o ar que faltou. Nos cemitérios, só trator a abrir cova. Apenas poucos parentes podendo acompanhar os enterros. Lutos coletivos, vazios de gente e cheios de caixões.

O vírus chegou, Mãe dos deuses! Eco do grito amordaçado, do fogo na floresta, dos correntões a arrastarem árvores centenárias, madeira nobre, viva, a virar morte. Eco de desprezo à vida que se perdia em sopro solitário. Eco sufocado em cova rasa e coletiva. Só! Mãe dos deuses! Tanto ar que deste, tanta água, tanto verde, tanta vida. Tanta abundância! Agora é morte. As pessoas não deram conta de suas mensagens. Abandonaram-na. Agora é o vírus a transmitir a mensagem. Os ancestrais *Manaós* suplicaram, mas os aflitos não ouviam. Prostados em sacrifício, as vítimas gritavam em

asfixia. Sem ar. Os ancestrais suplicaram para que os incautos fossem avisados: o vírus chegou! Afogadas na secura em meio a tanta água, as vítimas foram a oferenda. Seriam muitas mais até o dia em que dessem conta da revolta da mãe dos deuses. A morte chegou com seu bramido. O clamor partiu de Manaus, subiu pelo Juruá, alcançou o Amônia e foi escutado em Apiwtxa.

Terra Indígena Kampa, 22 de dezembro de 2020. No barranco. Antes de entrar na aldeia, todas as mercadorias são higienizadas, os barqueiros que as transportam não podem subir. Assisti a cena de minha casa em São Paulo, por vídeo. Nove meses sem receber visitas de fora, saídas, só as excepcionais. Em todo estado do Acre, apenas um distrito sanitário indígena seguia sem um único caso de Covid-19: a terra indígena dos Ashaninka. Os mais de mil Ashaninka do rio Amônia escutaram o grito dos Manaós:

“Estamos trabalhando muito para isso, mas essa é uma situação que qualquer descuido chega na comunidade. Não é uma coisa que passou, principalmente agora que vemos que tem um crescimento muito grande e temos que ficar em alerta. Até agora, vamos completar um ano, não tivemos nenhum caso confirmado na comunidade. Mas não é fácil manter. Não nos colocamos acima de nenhum outro grupo, mas procuramos fazer o que dá. Estamos segurando e, se Deus quiser, continuaremos assim” (Francisco Piäko).¹⁷⁸

O resultado alcançado pelos Ashaninka, evitando por completo a entrada do vírus na comunidade não é algo que se atinge com facilidade, mesmo entre povos aldeados, em território demarcado. A rede de solidariedade foi sendo construída concomitante ao processo de retomada das terras ancestrais, em aprendizado de gerações. Não como uma ação momentânea e de emergência. O Território Indígena Kampa, até o início dos anos 1990, era uma área devastada por pastagem, praticamente ocupada por um único latifundiário e grileiro, Oleir Cameli, que veio a ser governador do Acre e que atualmente retoma o poder político no estado, havendo elegido o filho como governador. Após a demarcação da Terra, em 1992, houve um dos mais intensos processos de restauração florestal na Amazônia, fazendo renascer uma floresta, praticamente antrópica, em menos de trinta anos. Uma floresta que é agrofloresta. Espécies nativas foram plantadas de acordo com a biodiversidade regional, distribuindo árvores frutíferas a

¹⁷⁸ In. Povo Ashaninka adota isolamento rígido há 9 meses e é o único do Acre sem registro de casos de Covid-19 – por Aline Nascimento – G1 (22/12/2020 - 12h16).

<https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2020/12/22/povo-ashaninka-adota-isolamento-rigido-ha-9-meses-e-e-o-unico-do-acre-sem-registro-de-casos-de-covid-19.ghtml>

formarem verdadeiros corredores alimentares para os Ashaninka e também para os animais e outros que necessitem percorrer o território, desde que não fossem invasores e caçadores; isso em uma área equivalente à metade da cidade de São Paulo.

Esse intenso e contínuo trabalho não teria sido possível se não tivesse havido uma contínua costura de alianças, tornando a prática solidária um *habitus*, muito mais que uma decisão estratégica, movida por interesse. Foi a prática das alianças que produziu as maneiras de ser do Ashaninka contemporâneo. Compartilharam o cipó que extrai e carrega vida à árvore, se misturando a ela. Tendo a alteridade como modo de ser, muito mais que a identidade, eles araram e aram as sementes que brotam do chão, do inframundo ao supramundo, e que veem dos céus. Sementes nascidas da terra, que retornam à terra e fazem brotar vida da terra. Quando da chegada do vírus, aquele povo, ativo e humilde ao mesmo tempo, estava preparado a ser húmus.

16. *O coração da Árvore - CORAZONAR - Cultura Viva Comunitária no coração da América*

*'Caminemos', dijo el uno que dos era. '¿Como?', preguntó el outro.
'¿Para donde?', pregunto el uno. Y vieron que así se movieran tantito,
Primero para preguntar como, y luego preguntar donde.
Contento se puso el uno que dos era cuando vio que tantito se movían.
Quisieron los dos al mismo tempo moverse y no le pudieron.
¿Cómo hacemos pues?'*

*Y se asomaba primero el uno y luego el outro y se movieran outro tantito
y se dieron cuenta que si uno primero y outro después entonces sí se movían,
y sacaron acuerdo que para moverse primero se mueve el uno
y luego se mueve el outro y empezaron a moverse
y nadie se acuerda quién primero se movió para empezar a moverse
porque muy contentos estaban que ya se movían y
'qué importa quién primero si ya nos movemos?'
Decían los dos dioses que el mismo eran y se reían,
Y el primero acuerdo que sacaron fue hacer baile
y se bailaron, um pasito el uno, um pasito el outro,
y tardaron en el baile,
porque contentos estaban de que se habían encontrado."*
(El Viejo Antonio – Subcomandante Insurgente Marcos)¹⁷⁹

¹⁷⁹ Subcomandante Insurgente Marcos - El Viejo Antonio, pg. 54 – Ediciones EÓN – 2012 – México. Tradução do autor: "Vamos caminhar", disse Um ao Outro. "Como?", perguntou o Outro. "Para onde?", indagou Um. E eles perceberam que se moviam um pouco assim, primeiro perguntando 'Como' e depois

A Cultura Viva caminha entre conceitos-metáfora. É semeada de forma múltipla, em alguns lugares permanece em dormência por anos, décadas, séculos, até florir, como no deserto do Atacama, com *el desierto florido*; ou em Chiapas. É o caminhar de um como o “outro”, até que o baile não tenha fim. Uma das sementes da cultura viva é a decolonização. Para decolonizar é preciso desconstruir, quebrar hierarquias culturais e formar novas legitimidades. Não para substituir um centro por outro, mas para que exista um mundo em caibam outros mundos, conforme os zapatistas. Uma centralidade multicêntrica, amparada nas lutas, no fazer cotidiano e coletivo, nos muitos saberes, nas mulheres, sua oralidade e afeto, nas histórias dos velhos, na gente dos campos, das minas, das fábricas, das ruas, nos códigos das juventudes, na população LGBTTQIA+, nas vozes de nossas avós e avôs, nas muitas vozes de todos timbres, nas muitas cores. Conhecimentos que se fazem em compartilhamento, que se realizam “com” e não “sobre” em uma continuidade entre quem escuta e vê e aquilo que é visto e escutado. Todavia, perder-se em um emaranhado de experiências sensoriais também oblitera as possibilidades de emancipação. A dominação se estabelece quando o encontro entre os dominados é tornado impossível, com cada qual indo para um lugar e de uma forma diferente. O desafio às sementes é lançar perguntas: ‘Como?’ e para ‘Onde?’. Para que as pernas se movam é necessário que uma faça o primeiro movimento e a outra o seguinte, que se combinem e acrescentem. Cultura Viva é uma forma de harmonizar o movimento das pernas, até o momento em que *“ninguém se lembra quem se moveu primeiro porque eles estavam muito felizes por já estarem se movendo”*.

Quando sentidos fluem eles se afetam mutuamente, dessas interações vão superando obstáculos. Para isso é necessário haver abertura ao mundo, até o momento em que corpos desiguais apreendem os diversos sentidos. No coração da América se pensa pelos sentidos. O desafio da Cultura Viva está em fazer com que corpos desiguais,

para ‘Onde’. Desse jeito se moveriam pouco. Ambos queriam se mover ao mesmo tempo e não conseguiam. Como fariam então?

Primeiro Um e depois o Outro. E se moveram outro tanto. Com isso se deram conta que um se movendo primeiro e o Outro depois, se moveriam mais. E eles chegaram a um acordo e começaram a se mover. Ninguém lembra quem primeiro se moveu primeiro porque eles estavam muito felizes por já estarem se movendo. ‘O que importa quem primeiro se moveu se já nos movemos?’ Os dois deuses perceberam que eram iguais e riram. O segundo acordo que fizeram foi realizar um baile. E eles dançaram, um passo, o outro passo. E o baile não teve fim porque eles estavam contentes por terem se encontrado.

sentidos no espaço-tempo da dominação, se abram para o diferente e percebam que essa diferença lhes dá potência. O interconhecimento dos muitos saberes, da diversidade como artesanias das práticas interculturais, celebrando a identidade em multiplicidade, promovendo diálogo e interação com outras formas de conhecer, ativando os sentidos pela arte, realizando perguntas. Frantz Fanon elaborou uma pergunta em *“Os condenados da terra”*:

“Porque é uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo o atributo de humanidade, o colonialismo obriga o povo dominado a perguntar-se constantemente: “Quem sou eu, na verdade?”¹⁸⁰

Na Bolívia a Cultura Viva se fez Cultura Viva Comunitária em movimento continental, tateando encontrar resposta para a pergunta ‘quem sou eu, na verdade?’.

Por quê em Bolívia? Porque entre os países da América Latina a Bolívia é o país que, em suas relações internas, seus modos de produzir e de ser, está menos enredado no sistema capitalista mundial, havendo um choque modernidade-tradição, presente nas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, desde a colonização espanhola, no chamado Alto Peru, até os dias atuais. O modelo de desenvolvimento foi marcado por pequenos enclaves de produção moderna e vinculados aos mercados externos, cercados por economias tradicionais, camponesas, comunais e artesanais. A começar pela cidade de onde saíram milhares de toneladas de prata para o império espanhol, Potosí, a Vila Imperial, primeira grande cidade da América colonial, que em 1573 alcançava a população de 120 mil habitantes, a mesma população de Londres, mais que Madri, Paris ou Roma.

Do período colonial até o final do século XIX, sob república independente, o modelo exportador da Bolívia foi baseado na extração da prata, também salitre e guano na costa do Pacífico, até que a Bolívia perdesse sua saída ao mar. Como em toda América Latina, e de modo mais concentrado, o extrativismo mineral gerou oligarcas, da prata, depois do estanho, com uma minúscula classe de endinheirados e uma infinita massa de explorados. Todavia, o que mantém a vida econômica do país tem sido a produção camponesa e artesanal (tecidos de lã e algodão), gerando circuitos comerciais em mercados comunais, inclusive para a sustentação do Estado; até a década de 1880 os tributos sobre a propriedade comunal indígena representavam entre 35% a 60% das receitas estatais, a despeito da riqueza gerada pela extração mineral. Com o colapso dos

¹⁸⁰ FANON, Frantz – OS CONDENADOS DA TERRA, PG. 288 – Editora UFJF, 2010

preços internacionais da prata, no final do século XIX, ironicamente provocado pela super extração em solo boliviano, o modelo extrativista da prata foi transferido para o estanho, tornando a Bolívia o maior produtor mundial. Desse período começa a surgir uma industrialização local e também a formação de uma classe operária. É quando começa a acontecer uma tentativa de estruturação do moderno Estado boliviano.

Com a revolução de 1952 acontece a nacionalização da extração mineral, com a empresa estatal para mineração, Comibol, contratando quase trinta mil trabalhadores para trabalharem em minas de estanho, prata, chumbo e zinco, com pouquíssima longevidade. Junto a essas iniciativas os governos pós-revolução de 1952 começam a promover a substituição de importações, ativando a industrialização e a ocupação das terras baixas, nos departamentos de Santa Cruz e Beni, fronteiriços ao Brasil, com uma economia agroexportadora, em um período de muitos avanços e retrocessos, ditaduras, traições. O modelo seguiu desigual e combinado até os dias atuais.

Apesar das semelhanças com demais países da América Latina há particularidades e complexidades na Bolívia, que a aproximam das configurações centro/periferia do sistema capitalista. A concentração das exportações no extrativismo mineral gerou uma classe operária dinâmica, organizada inicialmente a partir de Grêmios de Socorro Mútuo, que remonta à tradição artesanal, em que o mutualismo desempenha função importante no auxílio às famílias. A experiência dos artesãos com o mutualismo foi depois apropriada pela nascente classe trabalhadora, entre gráficos, ferroviários e mineiros, em fenômeno histórico de formação da classe, e da consciência, unificando uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados. Mas que ocorre objetivamente, podendo ser demonstrado nas relações humanas e recíprocas. Segundo E. P. Thompson:

“...a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido, que escapa à análise de tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiência comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a

experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.”¹⁸¹

Nas particularidades bolivianas, a começar pela tradição indígena, o trabalho artesanal é essencialmente exercido por mulheres, fiandeiras e tecelãs, também como vendedoras e cozinheiras. Até nos dias atuais, caminhando por La Paz e outras grandes cidades da Bolívia, o que se vê é uma profusão de trabalhadoras nas ruas, as *Cholas*, mulheres com saia tipo *pollera*, a blusa *chaquetilla*, com bordado e renda em diferentes cores, manta nos ombros, chapéu coco de tipo inglês na cabeça, o *aguayo* para carregar as crianças junto ao corpo, ou com os filhos ao lado, sempre e bem comportados. Em minhas viagens pela Bolívia jamais vi uma criança abandonada nas ruas e elas estão sempre a brincar ou próximas a muitas mulheres que trabalham nas ruas. Uma vida comunitária que se faz no espaço da rua. Essas mulheres seguem vendendo produtos, cozinhando, tecendo, sustentando suas famílias e defendendo a vida como podem. E lutando. Nas grandes mobilizações sociais na Bolívia o elemento feminino tem sido fundamental, quando não, preponderante.

Em 1927 as artesãs organizaram a Federação Operária Feminina, FOF, de inspiração anarquista, e a partir daí ganharam as consciências nas Minas, em que os trabalhadores são homens. Das minas de estanho surgiu um combativo sindicalismo com a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), organizando os trabalhadores por mina de extração. Uma organização de trabalhadores que sempre preservou a ancestralidade, como o “*Tio da Mina*”, a deidade das covas a proteger aqueles que entram em seus buracos, conforme tradição indígena. O sindicalismo de tipo moderno, tal qual conhecido nas indústrias, surgiu como um híbrido entre a ação reivindicatória, de luta sindical propriamente dita, e o fio dessas tradições indígenas, femininas, mutualistas, anímicas.

O mesmo *obrero* das minas é casado com a *Chola* das ruas, filho do camponês do trabalho comunal, neto da indígena do altiplano, pai de *teatros*, artistas e *soñadores*, como era Ivan Nogales, meu amigo, já falecido, a quem dedico esse capítulo.

As classes populares na Bolívia, como nos demais países a cada especificidade, carregam no lombo e na cabeça a marca da exploração servil nas fazendas, o trabalho nas minas, a vida nas ruas, as lutas sociais, o trabalho comunal, o auxílio mútuo, o pensamento ameríndio. Do ponto de vista numérico, a classe operária boliviana nunca

¹⁸¹ THOMPSON E. P. – A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA, PG. 10 – Editora Paz e Terra, 1987

foi grande, no máximo 50.000 membros nas Minas e outro tanto nas fábricas. Mesmo assim, fizeram história, foram e são influentes por conterem no bojo de suas lutas um conjunto de pensamentos originais e ancestrais que apontam ao futuro e ao Comum.

A começar pela aplicação do conceito do *Suma Qamaña* (Viver Bem, em aymara) nos processos econômicos, ou *Sumak Kawsai*, em quéchua (traduzido como Bem Viver). O Viver Bem gera outra forma de economia a partir da reciprocidade. Essa dimensão profunda da cultura tradicional é aplicada na economia popular, na política e na cultura contemporânea e transforma a Bolívia em um grande laboratório de experimentação de caminhos alternativos ao capitalismo, particularmente em sua faceta neoliberal. Um Estado plurinacional com maioria de população indígena, 55%, com etnias numerosas como quéchua e aymara (somando mais de 50% da população nacional) e outras 37 etnias; outros 30% de mestiços ameríndio/europeu e 12% de brancos de ascendência europeia, além de afrobolivianos e asiáticos. No início do século XXI os bolivianos elegeram o primeiro presidente indígena das Américas, que, 12 anos após sua primeira eleição, sofreria golpe de Estado. Mas o Golpe duraria pouco e o poder político seria retomado pelo povo, por via pacífica, um ano após, em intenso processo de consciência e mobilização social. Isso conheceria depois de minhas primeiras viagens.

Por quê a Bolívia para sediar o primeiro Congresso Latinoamericano da Cultura Viva Comunitária? Pelas razões acima. Também pelo afeto. Pelo recorrido que realizei pelo país em 2012 a convite de Ivan Nogales, diretor de Teatro, autor do livro “*Descolonizar el cuerpo*” do qual tive a honra de prefaciar, sendo ele o responsável pela edição boliviana de meu livro sobre os Pontos de Cultura. Nessa viagem, entre as muitas cidades visitadas, houve tempo para caminharmos por *La Higuera*, povoado onde Che Guevara foi capturado e assassinado, no departamento de Santa Cruz. Antes havíamos passado por Samaipata, uma imensa rocha (200 metros de comprimento e 60 de largura) esculpida no alto de uma montanha, no departamento de Santa Cruz. A maior rocha esculpida do mundo, um Templo Cerimonial e um Forte a demarcarem o encontro entre povos andinos e os povos das terras baixas no limite da Peabiru, o caminho que partia do Atlântico até alcançar os Andes, feito pelos povos Guarani. Encontro de mundos e utopias no coração da América do Sul. Entre caminhos e histórias, movendo um passo após o outro, decidimos realizar uma caravana épica, de Copacabana no Lago Titicaca à Copacabana no Rio de Janeiro, que estava para sediar a Conferência Rio+20.

Um mês depois eu voltaria à Bolívia para acompanhar a partida da *Caravana Cultura Viva por la Paz*, que seria comandada por Ivan, com jovens de diversos países. Um pequeno ônibus com capacidade para 20 pessoas, mais um caminhão e um jipe. A Caravana partiu com muito pouco recurso financeiro, que mal daria para atravessar a fronteira com o Brasil. Coube a mim organizar o percurso e as acolhidas em Pontos de Cultura, que começaram pelo Ponto de Cultura do Homem Pantaneiro, em Corumbá. A cada parada seria possível viabilizar recursos para o trecho seguinte. Foram muitas paradas pelo caminho, muitas trocas, espetáculos e oficinas. E a caravana chegou a seu destino. Na Rio + 20 fizemos uma pequena Assembleia com representantes de Pontos de Cultura do Brasil e demais países da América Latina e decidimos: os Pontos de Cultura que começavam a florescer pelas Américas teriam um grande encontro no coração da América do Sul, em La Paz, Bolívia, em maio de 2013. Na Bolívia seria possível deixar mais evidente que a Cultura só assume papel transformador quando vem acompanhada da consciência de classe.

Classe é uma relação entre os papéis sociais do indivíduo, o ambiente, as estruturas de organização social que vão sendo formadas neste ambiente, os padrões de comportamento, as ideias, as instituições, as lutas e conflitos, os interesses distintos, a relação de força. O interesse de classe em si não é um fato social objetivo e inequívoco, havendo um conjunto de fatores, objetivos e subjetivos, que vão produzindo e sistematizando a experiência, até que maneiras de ser, pensar e agir começam a ser moldadas em comum. A consciência de classe é mastigada, deglutida, por décadas e gerações, com idas e vindas, como em um aprendizado transcendente, que vai além do interesse imediato. Ela depende de como os indivíduos reunidos a partir da relação com o trabalho, a cultura e os lugares, definem os pontos fundamentais para a organização da vida, até adquirirem compreensão de um senso de lugar, de como chegaram até ali, do que são e do que podem vir a ser.

Classes sociais não surgem dotadas de consciência, muito menos de uma consciência única, também não é algo que se impõe a partir de um elemento exterior, há que ter uma interação entre pensamentos elaborados externamente, histórias e lugares próximos, relações de afeto, vínculos. Dependem de uma análise concreta a partir da observação dos fenômenos e das circunstâncias empíricas, assim como de um imaginário compartilhado que vai tecendo uma experiência mítica comum. Na Bolívia, o conceito de Cultura Viva, nascido a partir do Brasil, consolidou o componente comunitário latino-

americano, descobrindo-se como Cultura Viva Comunitária. Um movimento continental e decolonial a pensar o mundo desde *abajo*. Por quê Bolívia? Por pensar o mundo desde a lógica ameríndia, por sintetizar o sonho da *Pátria Grande*. Nas palavras de Simón Bolívar:

“Um amor desenfreado de liberdade, que ao receber vosso arroubo, não vejo nada que fosse igual a seu valor. Sem encontrar em vossa embriaguez uma demonstração adequada à veemência de seus sentimentos arrancou vosso nome, e deu o meu a todas vossas gerações. Este que é sem precedentes na história dos séculos, o é ainda mais na dos desprendimentos sublimes. Tal característica mostrará aos tempos que estão no pensamento do Eterno, o que anseia a posse de vossos direitos, que é a posse de exercer as virtudes políticas, de adquirir os talentos luminosos, o gozo de serem homens. Este traço, repito, provará que vós éreis dignos a obter a grande benção do Céu – a Soberania do Povo – única autoridade legítima das Nações”¹⁸²

Quando eu sugeri La Paz para sediar o primeiro congresso latino-americano da Cultura Viva, e sob a coordenação de Ivan, muitos estranharam. O Brasil reunia melhores condições, tinha mais histórico com a Cultura Viva, mais Pontos de Cultura, um governo progressista, mais recursos. Mas... Em Bolívia, no Altiplano, os aymara realizam o ritual das *Illas* e a festa da semente. Para eles o grande momento não está na colheita e sim quando a semente é plantada na terra. É a semente que desencadeia os processos de vida até se tornar o vir a ser, pois no imediato contato da semente com a terra ela já começa a germinar. Essa forma de pensar, presente na índole de diversos povos de raiz, tem por base a conexão com a ancestralidade e compreende o intercâmbio recíproco da germinação dentro de si como uma forma de provocar novos processos de vida. Modos femininos de conceber o mundo, de sentir o movimento transformador da semente conectada à energia.

Realizados milenarmente, os rituais das *Illas* também acontecem no ambiente urbano contemporâneo. *El Alto*, a maior cidade indígena do mundo, com aproximadamente um milhão de habitantes. Por El Alto se avista a capital, La Paz, uma mirada que se faz de cima para baixo; os *Alteños* estão a quatro mil metros de altitude, La Paz a 3.600, e os bairros nobres e sedes de embaixadas a 3.200. Do platô do altiplano os *alteños*, povos indígenas e mestiços que vieram de todos os cantos da Bolívia,

¹⁸² In. República de Bolívia, documento do Estado Plurinacional da Bolívia, apresentado carta resposta de Simón Bolívar, tão logo soube que o nome dele batizaria a nova república independente, em 1825. (tradução do autor)

acompanham o movimento frenético da capital. A cidade em que vivem também é frenética e dela controlam a entrada para a capital, incluindo o aeroporto. Ao mesmo tempo em que estão embrenhados na vida urbana, tendo que sobreviver exercendo todos os ofícios e atividades típicas em uma grande cidade, os *alteños* seguem pulsando o sangue da montanha, *Abya Yala*, e o vento gelado da cidade do eterno inverno parte dos picos nevados, *Chacaltaya* (5.421 metros de altitude) e *Huayna Potosí* (6.088 metros de altitude), até alcançar a pele, vincar o rosto e penetrar a alma.

Nesse ambiente intenso de grande cidade de periferia, misturado a montanhas e desertos, eles seguem a vida sabendo que todos os seres são dotados de *ajayo* (espírito vital). Pelo *ajayo* realizam coisas impossíveis. A prática das *Illas* em contexto de cidade advém quando da abertura de novos negócios, em financiamentos coletivos e empréstimos solidários, tudo passando por fora do sistema econômico formal, inclusive do sistema bancário. É o ancestral organizando a vida contemporânea e a economia que se realiza em festa. Festas que acontecem não no momento da colheita, do recebimento dos resultados, mas na germinação. A *illa* é, ao mesmo tempo, um momento festivo e um organizador de horizontes a orientar a caminhada, ela fortalece vínculos e produz a economia da reciprocidade. Como a cultura brota do espírito do lugar assim como a paisagem define o caráter do lugar, propus e foi aceita La Paz para sediar o primeiro encontro apoteótico dos Pontos de Cultura que estavam a germinar pela América Latina.

La Paz tem uma geografia bastante peculiar, para se protegerem do frio da altitude os fundadores instalaram a cidade em um cone de vulcão inativo, com isso, a única forma de entrada se dá por El Alto. Essa geografia possibilitou, e segue possibilitando, o cerco à cidade, que consegue interditar todas as possibilidades de entrada, incluindo distribuição de víveres. Em 1781, liderados por Tupac Katari, nascido Julián Apasa Nina, e a esposa dele, Bartolina Sisa, 40.000 indígenas, entre homens e mulheres, se levantaram contra os colonizadores, foi o cerco à La Paz. Mais de um ano de cerco, só debelado após o envio de tropas coloniais a partir de Lima e Buenos Aires. Aprisionado, o líder Tupac Katari foi barbaramente torturado e esquartejado. Sua declaração em suplício reverberou como um brado da resistência: “-*Matam apenas a mim. Voltarei e serei milhões!*”.

Marcada pela tradição do cerco a La Paz, El Alto, de tempos em tempos, refaz o cerco como forma de resistência a golpes de Estado e lutas sociais, afirmando sua identidade. Uma jovem cidade, que só se constituiu como aglomerado urbano em 1985,

com população maior que a capital, formando uma imensa cidade periférica, com violência, grande população juvenil e precários serviços públicos. Como em muitas zonas periféricas de grandes cidades do mundo, com identidade por fazer. As *illas* e o “*cercos a La Paz*” foram as reinvenções do tradicional acontecidas em ambiente de modernidade, assim como o conceito de Bem Viver, ou Viver Bem, como eles preferem dizer em Bolívia. Pelas cerimônias das *illas* o futuro não é algo que virá a acontecer, mas algo que já é, presente. Até na forma de cumprimento para despedida entre pessoas. No mundo europeu, ou americano ocidentalizado, quando nos despedimos de alguém, dizemos “até logo”, “até amanhã”, “*see you tomorrow*”, em aymara, eles dizem: “*q’ipur kama*”. “Até o dia de trás”, até ontem, “*q’ipur kama*”. No pensamento andino o sentido do passado só se realiza quando colocado no presente e o futuro só é possível quando o passado é presente. O “*cercos a La Paz*” como forma de luta social é o dia de trás resgatando a força popular do presente. Quando do primeiro congresso latinoamericano da Cultura Viva Comunitária, em 2013, Ivan propôs a recriação do “*Cercos a La Paz*”, na forma de um “Assalto poético a La Paz”¹⁸³. Assim fizemos. *Empezamos* por um cortejo:

“Os corpos carregam um cansaço de tanto caminhar, e ao mesmo tempo são incansáveis, pois sabem que viajar à semente é um prolongado e paciente ritual de exercício de busca de caminhos, muitas vezes inexistentes. Multitude de corpos rememorados, citados, chamados a estar presentes, se despindo em coletivo para se incrustar na vida. A revolução do século XXI são esses corpos que se disseminam como pontos estratégicos, como acupuntura corporal no corpo maior da comunidade. [...] Não há cortina de abertura ou encerramento da obra, há novas posturas e cenografias corporais, tanto dos atores e atrizes como do público”.¹⁸⁴

Uma marcha de sentidos a partir de corpos a mergulharem por inteiro no lugar. Corpos diferentes que se percebiam iguais. Ativistas de toda América Latina estavam presentes, mil e quinhentas pessoas, de dezessete diferentes nacionalidades. Todos haviam chegando à Bolívia por seus próprios meios, via mobilização comunitária em seus países de origem, a partir do chamado lançado um ano antes, na Rio + 20. Quem pergunta não acredita, mas só sei que foi assim (como diria João Grilo), realizamos um congresso internacional com 1.500 participantes investindo apenas US\$ 35 mil em

¹⁸³ Vide: Assalto Poético no youtube <https://m.youtube.com/watch?v=DAefqSCyLo0> e Rumbo al 1 er Congreso de Cultura Viva Comunitaria <https://m.youtube.com/watch?v=5KTzmUUXo1I>

¹⁸⁴ NOGALES, Ivan – LA DESCONOLIZACIÖN DEL CUERPO – arte que se hace abrazo, pg 95 – Ed. Teatro Trono COMPA / Fundación Cultural BCB – Bolívia, 2013. (tradução do autor)

dinheiro direto¹⁸⁵, tudo mais veio por conta da mobilização comunitária, em esforço descentralizado espalhado por esse nosso vasto continente. O Congresso em La Paz¹⁸⁶ foi expressão de uma ampla articulação continental em rede, uma Teia continental. Depois dele aconteceram quatro outras edições, em El Salvador (2015)¹⁸⁷, Equador (2017)¹⁸⁸, Argentina (2019)¹⁸⁹ e Peru (2022)¹⁹⁰, sempre de forma autogestionada, havendo alguns países em que houve um pouco de apoio governamental, em outros não, mas sempre com recursos bem reduzidos. Uma mobilização de afetos e utopias a movimentar muita gente. Gentes dos quatro cantos do continente latino-americano, que antes compartilhavam ideias à distância, agora poderiam se tocar, se perceberem em todas as dimensões e sentidos, chegando de ônibus ou avião, cruzando a cordilheira e as selvas. Um congresso que colocava o mapa, e os saberes e fazeres, da América Latina para serem sentidos em outra perspectiva¹⁹¹.

A América Latina estava se encontrando e no encontro convidava a população de La Paz a realizar um “Assalto poético”. Milhares de artistas e ativistas culturais partindo de El Alto, mirando a capital centenas de metros abaixo, do mesmo lugar onde Tupac Katari comandara o cerco à cidade. Agora com tambores, instrumentos de sopro, fantasias e roupas típicas, pernas de pau e malabares, vestidos de palhaço. No percurso da descida foram realizadas paradas em locais simbólicos, para leitura de poemas e manifestos. Gente do México, Guatemala, El Salvador e Costa do Rica... Centenas de brasileiros e argentinos, e peruanos, colombianos, uruguaios e paraguaios. Irmanados com a wiphala, a bandeira multicolor. Bolivianos e chilenos lado a lado, com o mesmo brado: “- *Mar para Bolívia!*”, “-*Mar para Bolívia!*”. Partindo do altiplano até chegar ao centro de La Paz, horas de caminhada, em uma marcha de descida que se fez em voltas. Repetindo caminhos, revivendo tradições e se decolonizando. Ao final, chegando na praça de destino, com uma multidão reunida, após horas de bailado, cantoria e poesia, pedi um minuto de silêncio. Passado o minuto, perguntei: Escutaram??? Naquele minuto

¹⁸⁵ Uma organização internacional, *Terre des ombres*, deu US\$ 15 mil; eu contribuí com US\$ 2.000 e o restante veio de forma pulverizada em pequenas doações, de todos os lugares.

¹⁸⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=MfMk14qzVWo> e <https://www.youtube.com/watch?v=5KTzmUUXo1I>

¹⁸⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=ArEXSfycw4w>

¹⁸⁸ https://www.youtube.com/watch?v=7g_3N3B5mEY

¹⁸⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=IbB6vzCxugQ> e <https://www.youtube.com/watch?v=uulaJ3Bw75k>

¹⁹⁰ Vide CONGRESSOS DE CULTURA VIVA COMUNITÁRIA: os fios da história e a capacidade de enredar-se – IBERCULTURAVIVA <https://iberculturaviva.org>

¹⁹¹ <https://culturavivacomunitaria.net/>

de silêncio, após estrondosa caminhada da Cultura Viva estávamos a escutar o som dos silenciados da América Latina, tal qual na marcha zapatista em 2012. Marchas e silêncios que vem de séculos, a serem rompidas em assalto poético realizado em cinco atos¹⁹²:

Poética do sonho:

“Não há existência palpável que possa ser tocada, cheirada, saboreada, olhada, ouvida, que não tenha sua existência anterior no sonho. É assim, primeiro é sonho, depois a existência. Também é possível explicar de outro modo, pois não há sonho possível se não existe um corpo que o sonhe”

Poética da Rebelião:

“Há poucos anos ser *alteño* era sinônimo de vergonha, de desprezo. Lembro-me que, caminhando pelas ruas de La Paz, se alguém falava de El Alto era como sinônimo de lugar de vagabundos, indígenas sujos, onde fazíamos torneios para saber quem era o *cholo* mais ignorante, brigávamos por migalhas e onde havia cheiro de lixo o tempo todo. Não podia deixar de sentir raiva, minhas mãos contraíam-se e eu engolia as agressões com saliva e amargura. Mas, quando nossos passos tocaram e avivam um caminho sinuoso e depois plano, quando a história começou a caminhar sob nossos sapatos e sandálias empoeiradas, quando os bebês nas costas das nossas mulheres indomáveis recebiam a lição cotidiana de luta popular na rua, empurrões de policiais, leite amargo e beijos de mãe, depois de jornadas de cansaço inesgotável, de protestos a viva voz, dignidade plena para o futuro dessas crianças, então, El Alto, aproximou-se da história e começou a escrever sua própria, e com ela, a mais bela história, a transfiguração de um corpo doído, desfeito, de cabeça baixa, em que se levanta o queixo e pode olhar o rosto dos outros, sorrir de boca aberta, chorar de libertação das correntes que prendiam o corpo e não lhes permitiam sentir dignidade orgulho de ser andinos, de ser *cholos* indígenas. É a revolução dos corpos, da rebeldia. El Alto é um lugar onde foram sepultadas as reminiscências coloniais e continuaremos desfazendo-nos desse jugo, dessa escravidão e da obediência de nosso corpo ao medo. El Alto é o lugar onde nasceu o primeiro presidente indígena. Aqui a colônia morre.”

A poética da morte:

“Somos a prolongação da existência de todos aqueles e aquelas povoam essas ruas de mortes. Hoje mortos, ontem foram transeuntes, cidadãos dessa urbe, caminhantes da vida, como nós somos hoje e amanhã, nós os acompanharemos. A morte é mentira, o outro lado do espelho, outra vida. A morte é vida, a vida é morte. Um ciclo incessante, um eterno retorno.”

A poética da memória:

“Esse espaço abandonado é fonte de memória coletiva. E como tal, devemos honrar o passado e nossos antepassados. Somos o que honramos, veneramos e respeitamos. Quando viramos as costas à memória, afrontamos nossos seres queridos. Ou seja, a nós mesmos. Querida Estação Central, queremos te pedir perdão por termos

¹⁹² <https://www.youtube.com/watch?v=eHiwx5-aHvc>

demorado tanto. Hoje temos um pouco mais de força física, de capacidade para te pedir de volta e te cuidar. Assim como nossos mortos também queremos te levar daqui em diante para que nos acompanhe.”

Por fim, a poética do corpo:

“Quando Tupac Amaru ou Tupac Katari foi desmembrado, e cada parte do corpo foi posto distante, separado e escondido, para que não se encontrasse, nasceu o mito do reencontro do Incarij, de que um dia o corpo voltaria a se unir. E desde então, cada protesto, cada ato rebelde, cada marcha é um caminho de reencontro do corpo, de suas partes. Aqui na igreja de São Francisco estiveram todos os corpos que sonharam, tornaram-se rebeldes e marcharam em infinitas concentrações, fazendo o trajeto que hoje fizemos. Isso é uma homenagem a todas as gerações de mulheres e homens que construíram este país, a todos os protestos de corpos de homens e mulheres maquiadas pelo esforço e pelo empenho em calibrar a espessura de suas demandas e transformá-las em atos corporais, reclamando seus direitos. As caravanas continentais são esses pedaços de corpos que hoje voltam a se unir. Sonho, rebeldia, morte e vida, memória. Em marcha e cada marcha é a poética da descolonização de nossos corpos”¹⁹³

O caminho percorrido, os momentos de parada, a poética, fizeram circular o sagrado pelo espaço da vida cotidiana, não só do povo de La Paz, mas dando um sentido de lugar e integração latino-americana. Um lugar mágico para a experiência do *Corazonar*, termo que vim a conhecer alguns anos depois. Os participantes, como sujeitos da experiência, eram agentes da própria transformação. O que havíamos planejado um ano antes estava acontecendo. Como uma *Illa*. Um exercício de decolonização do conhecimento sistematizando novas formas de aprendizagem social, não somente racionais e analíticas, corpóreas. O futuro como passado e presente em movimento. Um presente que só pode ser imaginado quando vinculado ao passado, que também é movimento. A reinvenção de uma tradição que cavoucou no fundo da alma ancestral do altiplano, como forma de fazer renascer sementes adormecidas. A tradição como sumo para novos processos culturais, econômicos, políticos e sociais. Iara Machado, presente no Congresso, autora da tese de doutorado “Tempo, Utopia e Arte no Movimento Cultura Viva Comunitária na América Latina” (USP, 2016), percebeu o que estava a se passar:

“Com o Assalto Poético, os idealizadores propunham-se tomar ‘*el cielo por poesia*’, ao invés de ‘tomar o céu por assalto’ como propunham os proletários que desejam tomar o poder de Estado das mãos da sociedade burguesa em 1871, na Comuna de

¹⁹³ IVAN NOGALES – sociólogo e teatrólogo, autor do texto e da ritualização cênica apresentada pelo Teatro TRONO, de El Alto, durante o Assalto poético a La Paz, em percurso de 16 quilômetros, entre a cidade de El Alto e o Centro de La Paz, parando nos principais espaços simbólicos para a reconstrução narrativa. In. TOMAR O CÉU DE ASSALTO <https://ola.redelivre.org.br/2013/05/19/tomar-o-ceu-de-assalto>

Paris. Diferentemente também, dos estudantes de Maio de 1968, em Paris, ou na maioria dos movimentos de libertação nacional e das guerrilhas nas décadas de 60 e 70, que tinham como veículo de esperança que, de acordo com Holloway (2005) é um conceito particular de revolução identificada com o controle do Estado: ‘mudar o mundo por meio do Estado é o paradigma que tem predominado no pensamento revolucionário por mais de um século.’¹⁹⁴

Tomar a vida com poesia é revolucionário. E não dispensa a tomada do Estado, mas um Estado de novo tipo, um Estado-Tronco, um Estado Integral, da sociedade em fusão, a partir da hegemonia dos “de abaixo” caminhando para a emancipação. Tomar o céu em assalto poético é inverter a lógica do movimento, como forma e conteúdo, até que um dia, quiçá não muito distante, o próprio sentido do Estado se inverta. Ao introduzir filosofia e ritos ancestrais como base para a modificação de processos presentes, laços de confiança foram fortalecidos em todo o continente. Posso afirmar que, passados dez anos do “Assalto poético”, tivemos êxito, que foi muito além daquela marcha e do congresso em La Paz.

Nesse tempo, desde o final de 2010, realizei mais de 50 viagens pelo continente, sempre de forma colaborativa, na maioria das vezes acompanhado de minha companheira Silvana, tecendo redes, potencializando agentes comunitários, ajudando na construção de políticas públicas a partir das comunidades, com o Estado, sem o Estado, apesar do Estado. Relato esse longo processo na entrevista “*E assim fomos puxando o fio*”¹⁹⁵. Também no livro *Por todos os caminhos – pontos de cultura na América Latina*, pelo SESC, 2020, nesse livro apresento histórias em descrição densa, passando por Pontos de Cultura do México, El Salvador, Belize, Guatemala, Colômbia, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil; na edição em espanhol, lançada no congresso da Cultura Viva em Lima, Peru, em 2022, acrescentei capítulos sobre o Chile e Paraguai¹⁹⁶. Uma rede em que os sentidos foram se entrecruzando junto a tantos amigos ganhos no percurso, de vários países, Inês Sanguinetti, Eduardo Balán, Paloma Carpio, Jorge Blandón, entre tantos que carregamos no coração a despeito da distância e do tempo. A tradição intervém no

¹⁹⁴ MACHADO, Iara – TEMPO, UTOPIA E ARTE NO MOVIMENTO CULTURA VIVA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, pg. 110 – Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – USP, 2016

¹⁹⁵ <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/7872> “E assim fomos puxando o fio” entrevista concedida a Alexandre Barbalho e Juan Brizuela, para a revista Tensões Mundiais v. 17, n. 35, 2021

¹⁹⁶ <https://rgcediciones.com.ar/libros/por-todos-los-caminos-puntos-de-cultura-en-america-latina/>

presente, inventa o futuro e cria novos vínculos de solidariedade. Pelo encadeamento poético do assalto, vale leitura de testemunho de Jonas Banhos, ativista do Ponto de Cultura Barca das Letras, maravilhado com o que estava a acontecer no coração da América do Sul, cujo trabalho já mencionei quando dos Pontos de Leitura:

“Sim, eu vi!!

Durante seis preciosos dias, tardes e noites, eu vi(venciei) de perto a rica, diversa, fluente, alegre e caudalosa Cultura Viva Comunitária Latinoamericana.

Sim, eu vi a beleza da cidade mais indígena da Bolívia e que traz em seu nome um sonho que não é só meu, é de todos nós: La Paz!!!

Sim, eu vi pelas ruas, pelos comércios, pelos restaurantes, a força, a luta do trabalho diário árduo e dos variados jeitos gentis do povo indígena boliviano, que soube acolher tão bem a todos os participantes do 1º Congresso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária.

Sim, eu vi o esforço de várias pessoas (as quais raramente saem nas fotos dos jornais, sites, redes sociais) para que não faltasse a nenhum participante: comida, limpeza nos locais, segurança, informação, som, luz!

Sim, eu vi cruzar por mim, milhares de olhares curiosos e coloridos de crianças (de todas as idades) que, às vezes sem entender o que ali acontecia, se permitiram entrar nas brincadeiras amorosas de palhaços de todos os naipes, cores e nacionalidades latino-americanas.

Sim, eu vi assaltos poéticos pelas ruas de La Paz. Era uma tal de ocupação de cultura popular latino-americana para tudo que era gosto e lado: **Poética del Sueño**, que tratava do sonho que precede a ação; **Poética de la Rebeldia**, relativa às muitas revoluções já ocorridas por ali e acolá; **Poética de la muerte**, sobre a transcendentalidade das ações em vida; **Poética de la Memória**, relembrando os ancestrais do povo local, **Poética del Cuerpo**, remetendo à lenda de Tupac Amaru ou Tupac Katari, revolucionários cujos corpos teriam sido divididos e colocados nos diferentes cantos do mundo.

Os assaltos representaram, como um todo, a eterna luta do povo latino-americano pela sua independência e soberania. “*Tomar o céu de assalto é tomar a vida com poesia, ou seja, com alegria plena*”, alardeia no gogó, em alto e bom som, o boliviano Ivan Nogales, um dos idealizadores do congresso e fundador da COMPA – Comunidade de Produtores em Artes, com sede em El Alto.

Sim, eu vi bem de pertinho o discurso em defesa da Cultura Viva Comunitária Latinoamericana (1% do PIB de cada país para a Cultura, sendo 0,1% destinado a programas de fomento à cultura viva comunitária). Um dizer forte, coerente e emocionado do nosso querido Célio Turino, idealizados do programa Cultura Viva no Brasil (ainda no governo Lula), e autor do livro Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima: “*Escutaram a voz dos silenciados da América Latina??? Mais do que pelas ditaduras militares, fomos colonizados e invadidos pela cultura. Agora queremos nosotros por nosotros! Estamos aqui para afirmar uma ideia: a ideia de que a cultura comunitária está viva.*”

Sim, eu vi encantado uma rua toda fechada aos domingos para dar passagem às manifestações artísticas, à cultura popular da Bolívia e de outros países latino-americanos que por ali estavam.

Sim, eu vi os tambores de nossos ancestrais rufarem a quatro mil metros de altitude, vi o jovem rapper boliviano rimar cultura + periferia + poesia + vida; vi a índia amazônica fazer todo o “micro” [microônibus] tremer, rumo ao “Asalto poético” a La Paz.

Sim, eu vi o Teatro dos Compa da Bolívia, da Argentina, da Colômbia, do Chile, da Costa Rica, do México, ganhar as ruas e o público do Mercado Camacho, da Plaza San Francisco, do Domingo no Prado, do Cemitério perto de El Alto.

Sim, eu vi pessoas sentadas, deitadas, agachadas e até em pé lendo na Barca das Letras e dizendo em voz alta, recitando desavergonhadamente, as letras da literatura em quadrinhos, poesias e contos e dizeres vindos do Brasil (Paulo Freire, Adélia Prado, Thiago de Melo), Uruguai (Galeano), Bolívia, México e de todos os países da América Latina sendo recitadas, faladas, pensadas e assimiladas por nossas amadas crianças bolivianas, brasileiras e argentinas: por diversos fazedores de cultura viva comunitária; por bolivianos passantes.

Sim, eu vi novas e frutíferas amizades fraternas nascendo e que, por certo, darão ótimos reencontros de cultura viva comunitária, sejam nas nossas comunidades ribeirinhas da Amazônia, na periferia de Vitória (ES), em El Alto e Cochabamba (Bolívia), no México, pela Argentina, no interior da Colômbia e até na Alemanha!!! Viva a cultura viva!!!

Sim, eu vi a solidariedade de amigos da cultura viva recém-conhecidos ou já conhecidos, mas recém-encontrados pelas ruas e hotéis de La Paz, que sem os quais não teria conseguido instalar a Biblioteca Itinerante Barca das Letras durante o encontro latino-americano Cultura Viva Comunitária.”¹⁹⁷

Pela Cultura Viva Comunitária a reinvenção das tradições acontece em processo, não como algo previamente estabelecido, mas como um artesanato coletivo da sabedoria popular. A necessidade vai puxando o fio tradição, que é reapropriada e vira guia, orientadora cultural, corpórea, espiritual, sim, também espiritual, a despeito de ferrenhamente laica. O intangível ganha forma, vai sendo destilado gota a gota. Recordo de uma passagem, quando atravessava os Andes, isso em minha primeira viagem. Ivan planejava criar um *Pueblo de Creadores*, uma vila para a decolonização, aberto para residências artísticas para pessoas de todo mundo, no bioma de *Yungas*, área de transição entre as montanhas andinas e a Amazônia, em altitude mais baixa, a 1.300 metros, por isso mais verdejante e ameno. O terreno para o *Pueblo de Creadores* fica em Mururata, onde vive um rei negro.

Um parêntesis. A história do rei negro no coração da Bolívia ameríndia. Trazidos para trabalhar nas minas de Potosí, africanos foram escravizados pelos espanhóis logo no início da colonização. Por seus corpos não estarem adaptados à altitude

¹⁹⁷ JONAS BANHOS – <https://barcadasletras.blogspot.com/2013/cultura-viva-comunitaria.html>

da grande montanha de prata, a 4.400 metros de altitude, quando no trabalho na mina, morriam mais rapidamente que os andinos. Os remanescentes foram transferidos para uma região mais quente e baixa, Mururata, a nova África no coração da América do Sul. Nessa transferência, sigilosamente, os escravizados africanos na Bolívia mantiveram um rei, com sucessões por séculos a fio, do rei Bonifácio I até Julio Pinedo, nos dias atuais. Reis negros, clandestinos, como símbolo de resistência e desejo de regresso à Mãe África. Regresso nunca acontecido. Reis como homens do povo, reis sem coroa. Sob o governo de Evo Morales a dinastia de reis africanos na Bolívia foi definitivamente reconhecida pelo Estado. Fecho parêntesis.

Na volta do *Pueblo de Creadores*, cruzando os Andes em contato íntimo com as montanhas, pedi que o veículo que me conduzia parasse um pouco. Já estávamos chegando em La Paz e eu queria tocar o gelo da montanha. Passei as mãos naquelas imensas paredes geladas em tom azul e encostei o ouvido na geleira. Por detrás da sólida parede, uma sinfonia das águas executava a música da montanha. Estava no coração da América do Sul. Era possível escutar as águas que eram destiladas, gota a gota, até se transformarem nos grandes rios Paraguai, Paraná e nas águas do Amazonas, até alcançarem o oceano.

Nosso continente nunca sofreu da falta de recursos naturais. Nem de história. Nem de ideias. Ocorre que os recursos naturais foram alienados desde o início da colonização, via exploração extrativista e agregaram pouco valor no continente. Nossa história também foi expropriada, escondida, silenciada. Nossas ideias, as ideias sobre o mundo, a capacidade sensível de escutar as montanhas, as ideias de transformação e mudança, igualmente depreciadas. A colonização se fez assim, invalidando o conhecimento dos xamãs, das avós, das raizeiras e rezadeiras, e de todas as sabedorias sobre como se relacionar com o ambiente, os conhecimentos sobre a propriedade medicinal das plantas, as técnicas construtivas adaptadas ao meio, a capacidade de conversar com as montanhas, com os bichos e os bosques. O mesmo foi feito com os africanos, asiáticos, e todos os povos dominados e explorados, inclusive na Europa. Antes de entrarem nos navios negreiros e cruzarem o atlântico rumo ao holocausto da escravidão, os cativos eram obrigados a dar voltas ao redor do Baobá, a árvore da vida, barriguda por acumular muita água em seu caule, uma vez que crescia na África subsaariana, em região semi-desértica. De árvore da vida o Baobá foi transformado em

árvore do esquecimento. Os escravizados davam voltas para esquecer, para deixar para trás todas as suas memórias. Mas não esqueceram.

Durante o congresso em La Paz levamos algumas centenas de participantes para Mururata. Em uma das atividades de troca foram plantadas sementes de Baobá, ofertadas pelo Ponto de Cultura Tainã, da cidade de Campinas, e pela Rede Mocambos, sobre o qual já escrevi quando da cultura digital. Ivan faleceu há alguns anos, mas o terreno para o *Pueblo de Creadores* continua incrustado entre as montanhas, aguardando o dia que será pleno, porque semeado em cerimônia de *Illa*. E a árvore do Baobá deve estar crescendo como árvore da memória e do encontro a unir os povos.

Por mergulhos poéticos, por afetos entre povos, é possível conquistar força simbólica para as lutas sociais e culturais. Sonho, rebeldia, memória e corpo, ritualizados e encenados, promovendo uma terapêutica catártica de ruptura com a colonialidade. Arte a romper com a lógica perversa do epistemicídio colonial. O silenciamento, a anulação, a subalternização e a invisibilização dos saberes dos povos conquistados como ato deliberado de negar a condição de sujeito aos povos conquistados, era enfrentado com poesia, ousadia e coragem. Tão violento quanto o extermínio físico, o epistemicídio representa a morte antes da espada. Vence-lo é vencer a morte. Conforme Sueli Carneiro:

“...o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc.

É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.”¹⁹⁸

Há momentos em que se faz necessário o ataque impetuoso, repentino, como com o cerco liderado por Tupac Katari. A surpresa e o assombro como meio para a

¹⁹⁸ CARNEIRO, Sueli – A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser (tese de doutorado), pg. 97 – Faculdade de Educação da USP, 2005

retomada da capacidade narrativa. Assaltos simbólicos desde fora das instituições convencionais, como lugares de resistência à dominação capitalista, racista, colonial e patriarcal. Em forma diferente daquelas típicas da cultura colonizadora, por isso, festiva, ritualizada. De corpos distorcidos, desfigurados e destroçados foram aparecendo fantasmas vestidos em corpo de palhaço. No nosso caso, o fantasma da cultura viva comunitária. Um fantasma que é tradição e invenção.

Tal qual árvores que se comunicam por debaixo da terra, os povos de raiz, que mantêm vínculos com suas culturas tradicionais, criam sistemas de solidariedade e apoio mútuo nos subterrâneos de sistemas sociais visíveis. No mundo contemporâneo, notadamente capitalista, tudo conspira para o rompimento de vínculos de solidariedade, substituindo florestas por árvores isoladas. Uma árvore sozinha pode oferecer sombra e até ser forte o suficiente para sustentar outras formas de vida, mas ela não gera um microclima, fica exposta, desprotegida, até o momento que sua raiz não consegue sustentá-la mais. Vento, intempéries, desejo de uniformização da paisagem ou simples ambição de destruição e morte, tudo conspira para vergar, cortar e derrubar uma árvore isolada. As consequências são conhecidas: menos água armazenada no subsolo, menos umidade na atmosfera, mais calor, menos sombra, mais uniformidade, menos vidas diversas. Na sabedoria das árvores em floresta elas conseguem estabelecer vínculos pelas raízes, produzem conversas, amizades, auxílio mútuo. Pelo húmus transferem alimento entre si, resistem às tempestades segurando-se pelas raízes. Protegendo-se, as árvores vivem mais e em segurança.

“Para alcançar esse ponto, a comunidade precisa sobreviver a qualquer custo. Se todos os espécimes só cuidassem de si, grande parte morreria cedo demais. As mortes constantes criariam lacunas no dossel verde. Com isso as tempestades penetrariam a floresta com mais facilidade e poderiam derrubar outras árvores. O calor do verão ressecaria o solo. Todos os espécimes sofreriam.”¹⁹⁹

A raiz subterrânea dos andinos é recuperada pela Wiphala, a bandeira do arco-íris em partes quadradas. É a Wiphala que dá sentido de coletividade à nação andina, uma fusão entre o cosmo, o início e o fim universal. São 49 quadrados com sete cores em multiplicidade. Tempo, espaço, energia, planeta, a fertilidade, a união, os sentidos e a transformação. Sol e lua, uma bandeira dual e complementar, multicolorida. A cor laranja

¹⁹⁹ WOHLLEBEN, Peter – A VIDA SECRETA DAS ÁRVORES, pg. 9 – Sextante, 2017.

para a cultura; o amarelo para a força e energia; o branco para o tempo e a transformação; o verde para a economia, o solo e o subsolo; o azul para o cosmo e o infinito; a violeta para o comunitário e o harmônico; o vermelho para o planeta. A bandeira Wiphala foi encontrada em escavações arqueológicas próximas ao lago Titicaca, o mais elevado lago navegável do mundo, berço das civilizações andinas. É uma bandeira muito remota, que precede os Incas em muitos séculos. Em diagonal, cruzando a bandeira ao meio, sete quadrados brancos. A cor branca forma a única linha com uma só cor, *taypi*, o lugar de encontro. Separados pelo *taypi*, os demais quadrados, em que as cores estão distribuídas de ambos os lados. Dobrando a bandeira pela linha branca, em diagonal, os quadrados se encaixam, mas com cores diferentes. O violeta se encontra com o vermelho, formando a comunidade e planeta; o azul e laranja, o cosmo e a cultura; o verde e amarelo, a economia e a energia. É como se fosse um espelho em que os quadrados se encontram com suas cores diferentes e complementares. Não existem absolutos, nem o “falso-verdadeiro” constante na filosofia ocidental, na filosofia andina os pares são complementares e não se cancelam, uns necessitam dos outros para existir e para reproduzir a vida.

Resgatada como emblema de identidade diversa, a Whipala expressa o sonho, a alegria e a honra em conduzir a bandeira. *Wiphay*, estar alegre, em êxtase, *iaphaqi*, carregar ao vento um objeto que tremula. Essa alegria foi atacada quando do Golpe de Estado na Bolívia, em 2019, obrigando o primeiro presidente indígena do país mais indígena do mundo, Evo Morales, a renunciar e deixar o país. Logo em seguida a Whipala foi arrancada dos símbolos nacionais, pisoteada, vilipendiada. Isso gerou uma sensação de enorme revolta entre o povo. Revolta que deu força a vencerem o Golpe de Estado. Com isso foi recuperada a alegria de carregar ao vento a bandeira da multiplicidade.

O fortalecimento das raízes ancestrais de um povo não o mantém atado a um passadismo, ou na reprodução de rituais e valores imutáveis, ao contrário, fornece meios para que esse povo dê saltos adiante. É como um fio de Ariadne a permitir a saída do Labirinto. No mundo de 2023 esse labirinto está ainda mais emaranhado, rompendo as fronteiras entre verdade e mentira, fato e opinião. Em meio a manipulações narrativas destroem-se noções básicas para o estabelecimento de consensos mínimos, instigando cizânias e impedindo a coesão social e a vida em multiplicidade. Mas a grande manipulação narrativa precede esse momento. Sob o capitalismo tudo foi dessacralizado, transformado em mercadoria, alcançando até os bens mais elementares e vitais, como a água, daqui a pouco o ar. Desfez-se a noção de bem comum e tudo foi tornado vulgar,

banal, incluindo as subjetividades e afetos. Empresas, mais poderosas que Estados, tem na capacidade de manipulação de indivíduos e coletividades o seu principal ativo, via redes sociais artificializam desejos, superficializam relações, disseminam medos, provocam ódios e desconfianças, alterando comportamentos via a lógica dos algoritmos, até degradarem por completo o sentido de bem comum. Ao espalhar ódios e mentiras corroem vínculos de solidariedade e coisificam o Ser.

Raúl Prebisch, economista chileno, da Cepal, nos anos 1970, utilizou o modelo “Centro-Periferia” para descrever a configuração do capitalismo no século XX, e que se percebia de forma acentuada na América do Sul. Esse modelo se agudizou com a globalização e o neoliberalismo, aprofundando relações de subalternidade e dominação entre partes do globo, entre países e entre povos. Os referenciais de identidade que foram surgindo no processo reproduziram o mesmo modelo, afirmando hierarquias, criando estetizações vazias, substituindo conteúdos emancipatórios por ideais de inclusão sem o necessário questionamento sobre o sentido do sistema para onde se está sendo incluído. Na lógica Centro-Periferia o poder dominante sempre vence e gera um conjunto de indivíduos dispersos, mesmo quando se imaginam em comunidade (virtuais, imaginárias). As comunidades são construídas em ambientes de negação do Outro. Pela Cultura Viva Comunitária entendo possível puxar o fio dos sentidos, reordenando narrativas históricas, unindo o tempo presente ao passado e ao futuro, mantendo as singularidades e todas as necessárias expressões de identidade, sem o apagamento do horizonte emancipador.

Cultura Viva nasce como conceito e política pública para se transformar em filosofia a religar o labiríntico às tradições, como um fio que vai sendo puxado até que se consiga encontrar a saída do labirinto. Com forte componente ético, presente na ação de cada Ponto, apontando ao futuro, formando comunidades autônomas, com protagonismo e articuladas em rede, quando as identidades são expressadas de outra forma, porque cheias de sentido, vivas, pulsantes, tocantes, híbridas, afetadas e afetadoras. Para essa construção que se esparrama do México aos confins do sul, há cinco desconstruções fundamentais, absolutamente imprescindíveis: desmercantilizar, despatriarcalizar, desantropologizar, decolonizar e antirracismo.

Desmercantilizar. A desmercantilização é uma pré-condição para a conquista da autonomia. Há outras relações além daquelas definidas pelo Mercado: os processos de vida, as redes de solidariedade e afeto. O cuidado com a saúde, a educação, a cultura, a

moradia, são bens que jamais poderiam ser capturados pelo Mercado, assim como o Bem Comum da água, da alimentação saudável, da comunicação democrática, do meio ambiente em equilíbrio. Desmercantilizar a vida, no mínimo, implica em estabelecer uma fronteira em relação a esses bens comuns, que não podem ser atravessados pela lógica da acumulação mercantil, pois essenciais à reprodução da vida. Ultrapassada essa fronteira há uma vida em alienação, coisificada e descartada pela ditadura do Mercado, infeliz.

Despatriarcalizar. Exploração, acumulação e dominação são lógicas impostas a partir da predominância do patriarcado, que impõe seus interesses e ideologia através de instituições como a família, as leis, as religiões, os sistemas de ensino. A cultura, por menos controlada/controlável, é a que melhor pode superar essa ideologia que se impõe pela naturalização da opressão. Compreender e desnaturalizar o patriarcado é fundamental para uma existência igualitária entre os humanos, não se trata de uma simples peleja entre homem e mulher, mas de um desafio inevitável para a superação das opressões e a edificação de uma vida emancipada, para todos, todas e todes. O patriarcado é a primeira das opressões. Se libertar do patriarcado é libertar a humanidade.

Desantropologizar. A humanidade não é o centro do universo, muito menos do planeta Terra. E cultura não é o oposto de natureza, sendo esta aquilo que é e cultura aquilo que dá sentido. Essa visão, que desvaloriza as demais espécies do planeta está levando o mundo ao colapso, é predadora, parasita e suicida. Os humanos são parte da natureza, nós somos o convívio com a natureza e é a natureza que nos dá sentido. Na filosofia da Cultura Viva usamos a equação: *Cultura + Natureza = Cultura Viva*. Povos de raiz, ao contrário do pensamento eurocêntrico, tem muito nítida a compreensão sobre a coexistência com as demais espécies, animais, vegetais ou mesmo aqueles que consideramos inanimados, como as rochas e as águas. Por isso conversam com as rochas, escutam as águas, aprendem com os pássaros e vivem com as plantas. Para ser cultura viva há que ser antiespecista.

Decolonizar. Colonialidade é pensamento que permanece além da descolonização política, é aquilo que perdura na modernidade, que penetra as almas, a forma de pensar, o sentimento de sujeição e de subordinação em relação ao colonizador. É uma face invisível que mantém os povos atados a séculos de dominação. Cultura Viva é um conceito decolonial que afirma os saberes daqueles a quem tudo foi tirado. Desde a formulação do conceito adoto o termo “desesconder”. Desesconder para assegurar escuta e visibilidade aos silenciados e aos invisíveis. Para que isso aconteça é necessário

instaurar uma outra lógica, transgressora, em emergência cultural, em um caminho para luta, que se realiza em ação cultural em multiplicidade e pluriverso.

Antirracismo. Conceitualmente, a categoria antirracismo poderia estar abarcada na decolonização, uma vez que a segregação e exploração dos corpos a partir da separação dos humanos por raça está na gênese do colonialismo e da colonialidade. Todavia, dado o racismo sistêmico, em que preconceito, ódio e opressão, foram sendo impostos na estrutura da sociedade, a afirmação da Cultura Viva pressupõe uma contundente ação antirracista, em afirmação própria. A partir dos territórios dos Pontos de Cultura e da articulação em Rede, o combate às microagressões e a afirmação de novas legitimidades precisam estar em sintonia com o enfrentamento ao racismo, não somente na dimensão individual/comportamental, mas estrutural, questionando as bases sociais dessa opressão, valorizando a afirmação de identidade da negritude e de povos indígenas, daí, amefricanidade, conforme conceito de Lélia Gonzales, vide as ações simbólicas e efetivas, como prática cotidiana na Cultura Viva Comunitária.

Nos congressos encontros e atividades que levaram à latinoamerização da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura essas desconstruções e afirmações sempre estão presentes. E cada vez mais fortes. Sem elas não haveria Cultura Viva Comunitária no sentido emancipatório e transformador. Para semear há que preparar o solo. Pelo reconhecimento e respeito aos conceitos, princípios e práticas, a ideia da Cultura Viva foi ganhando força fora do Brasil, impulsionada por organizações e movimentos culturais de base comunitária na América Latina, para depois ser adotada por governos como política pública. Algo inédito, uma internacionalização que se deu “de baixo para cima”. Não por negociação entre Estados, ou Mercados e Empresas, ou movimento político-partidário, mas pelas comunidades. O dinheiro e o poder não foram os determinantes, a ideia foi sendo ativada pelos movimentos culturais de base comunitária e ancestral, de forma autônoma, para só depois ser abarcada por governos e organismos internacionais. Como a criação do programa IberCulturaViva, da SEGIB²⁰⁰. Emiliano Fuentes, que foi secretário executivo do programa IberCulturaViva entre 2016/22, a meu pedido, enviou um pequeno texto sobre as diferentes dimensões representadas pela ideia da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura a se espalharem pela América Latina:

“Para explicar a importância da Cultura Viva Comunitária, é necessário fazer um exercício de *sentirpensar* e assim conseguir conjugar as diferentes dimensões que este processo representa. A primeira delas como política pública, a partir da qual a

²⁰⁰ <https://iberculturaviva.org/o-programa/>

ideia de arte para transformação social vai sendo ressignificada por uma proposta mais abrangente, de cultura viva. Se a arte para a transformação propõe a transformação social a partir da mudança individual, a cultura viva propõe a transformação social a partir da discussão da própria ordem social, por meio da arte e da cultura. Talvez por isso tenhamos começado a falar de políticas culturais de base comunitária ao invés de políticas “socioculturais”, trazendo a comunidade e sua transformação no centro. A CVC é também uma utopia em que, a partir de diversas interações estéticas e operações simbólicas, propõe formas de desenvolvimento baseadas em um paradigma de civilização diferente, descolonial, antipatriarcal e antiespecista, na perspectiva do “Bem Viver” ensinado pelos povos andinos. E disso há exemplos muito concretos. Talvez por isso, a ideia brasileira dos “Pontos de Cultura” de Célio Turino tenha sido o motor de políticas culturais de base comunitária para os governos da Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala (por um breve período de tempo), Paraguai, Peru, Uruguai, e aos quais o Chile e a Colômbia serão adicionados em breve, conforme anunciado. Também nos governos locais de vários países, ampliando a lista original para incluir Guadalajara, no México; e, principalmente, promover a criação de um programa de cooperação cultural ibero-americana denominado IberCultura Viva, que em 2024 completará 10 anos e se tornou referência como espaço de articulação intergovernamental e intersetorial.

Mas para mim, o mais importante que a CVC nos deu é a possibilidade de pensar uma “*Escola Latino-Americana de Políticas Culturais*” onde o povo seja o sujeito central. Se a escola Francesa tem como centro para políticas culturais o Estado e a democratização cultural, e a escola Anglo-Saxônica o Mercado e a economia criativa (quase sempre de apropriação cultural), a escola Latino-Americana tem como centro a cidadania e a democracia cultural. E a maior prova disso são os Pontos de Cultura espalhados pela nossa América.”

A experiência latino-americana com a Cultura Viva Comunitária oferece um novo paradigma em políticas culturais, e filosofia política, não apenas para o continente como para o mundo. Também há que ressaltar que esse processo vem de longe. O desejo de conexão entre os povos é atávico, é ancestral. No Congresso em La Paz, em minha conferência, eu associei Ponto de Cultura e Cultura Viva aos *Quipus*, a escrita utilizada durante o Império Inca. Uma escrita matemática, composta por fios de barbante, em tamanho e cores variadas, composta por nós em diferentes formatos. Dessa combinação são formados parágrafos, sentenças e contabilidade. É uma escrita muito antiga, que precede o Estado Inca, mantida nas comunidades, em alguns casos até o princípio do século XX, como na localidade de Tupicocha, mas sem a complexidade nos usos ancestrais. Pelos *Quipus* se registravam tributos, censos, leis, histórias, calendários, rituais religiosos, astronomia. Atualmente há menos de mil *Quipus* recuperados, mas a linguagem segue indecifrada. Faltou uma “Pedra de Roseta”. Uma forma de escrita totalmente original, não fonética, nem por ideogramas, combina a lógica matemática com

processos mnemônicos. Cabia aos *Quipucamayos* a leitura desses cordões a atarem cabos. Da leitura mediatizada pelos *Quipucamayos* saíam sons de pássaros em declamações poéticas, há registro dessa leitura em uma obra do século XVI, *Relacion de los quipocamayos*, quando se descreve o maravilhamento do governador espanhol, Vaca de Castro, ao escutar a declamação feita por quatro velhos leitores de *quipus*, da corte de Athualpa. Apesar de maravilhado, depois de ouvi-los o governador mandou degola-los, como Pizarro fez com o último Inca, Athualpa. Em La Paz eu disse que um Ponto de Cultura também poderia levar o nome de *Quipu*.

A Cultura Viva Comunitária é parte de um movimento incessante, que ganhou forma, teoria, conceito e prática nas duas últimas décadas. No século XXI, em paralelo à construção do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura no Brasil, foi lançada a rede Arte para a Transformação Social, com diversos agentes da América do Sul, depois, a Plataforma Puente. Foi no Fórum Social Mundial na Amazônia, em Belém, 2009, aconteceu o primeiro encontro mais efetivo entre o que estava a se realizar no Brasil e esses movimentos. Foi um encontro fundamental para a compreensão e espalhamento dos conceitos pela América Latina, havendo estudos, teses a tratarem dessa construção²⁰¹ internacionalizada desde “abaixo”. Alexandre Santini, que tem acompanhado a Cultura Viva desde quando jovem ator junto ao Ponto de Cultura *Tá na rua*, e depois no processo de expansão pela América Latina, em sua dissertação de mestrado sobre a Cultura Viva Comunitária, apresentou a síntese do universo compreendido pelo movimento continental da Cultura Viva que estava a brotar:

“As organizações e coletivos culturais comunitários fazem parte da realidade social da América Latina. Estima-se que são mais de 120 mil em todo continente. São rádios comunitárias, grupos de teatro amador, museus de bairro, bibliotecas populares, festas e celebrações de vizinhança, circo social, coletivos urbanos de hip hop, manifestações de cultura tradicional com forte vínculo comunitário e toda uma diversidade de expressões, de acordo com a característica e a realidade de cada região ou país. Fato é que, seja nas pequenas cidades e vilas ou nos grandes aglomerados urbanos periféricos, existem esses grupos ativos que, através do jogo, da criação cultural, da comunicação popular e das celebrações comunitárias buscam

²⁰¹ SANTINI, Alexandre – CULTURA VIVA COMUNITÁRIA – políticas culturais no Brasil e América Latina, ANF Produções, 2017; MELGUIZO, Jorge, org. – CULTURA VIVA COMUNITÁRIA – convivência para el Bien Común – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária, 2015, El Salvador; MACHADO, Iara – TEMPO, UTOPIA E ARTE no movimento Cultura Viva Comunitária da América Latina – Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação de Integração da América Latina – USP – Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016; BEHABIB, Diego – VALORIZAR LO PROPRIO, POTENCIAR LO COMÚN – RGC, 2029, Buenos Aires, entre outros estudos e publicações. Também o livro de minha autoria – POR TODOS OS CAMINHOS, Pontos de Cultura na América Latina, SESC, 2020, lançado em e meio à escrita dessa tese, quando apresento experiências em onze países.

sensibilizar o espaço público de seus territórios e convocar a participação coletiva. Mais de 200 milhões de latino-americanos participam dessas atividades culturais comunitárias em repetidas ocasiões durante cada ano.” (estimativa Plataforma Puente / Cultura Viva Comunitária)²⁰²

O ambiente latino-americano foi especialmente favorável para a semente da Cultura Viva. (para os próximos anos, tão logo eu termine a escrita dessa tese, vou me dedicar a levar a ideia e método para outros continentes). Igualmente necessário registrar os Congressos Iberoamericanos de Cultura, organizados pela SEGIB (Secretaria Geral dos Estados Iberoamericanos), em São Paulo, em 2009, com o tema Arte e Transformação Social. Também o congresso em São José, na Costa Rica, com tema na Cultura Viva, quando foi criado o programa IberCultura Viva, com intensa atuação até os dias atuais, financiando projetos, articulando redes, oferecendo capacitação, com curso de pós-graduação. Outro momento que considero definidor foi a montagem da peça Quixote²⁰³, que possibilitou manter reunidos em São Paulo, por duas semanas, 116 pessoas de teatros em comunidade de treze países da América Latina. Também as leis Cultura Viva em Medellín (2011), Lima (2012), em cidades do México e outros países, assim como a lei que estabelece a Política Nacional da Cultura Viva, em 2014, no Brasil.

Por conta da dominação imposta ao longo de cinco séculos, quando uma civilização se pretendeu impor sobre outras, pela conquista militar, econômica, cultural e religiosa, a América Latina é, entre todos os continentes, o local em que as contradições econômicas, sociais, culturais e raciais se expressam de forma mais aguda. O empreendimento comercial e político do racismo teve na América Latina o seu principal laboratório, seja pela aniquilação e subjugação dos povos autóctones, seja pelo comércio de escravizados sequestrados da África, ou pelo desprezo aos povos mestiços e pobres, presente até os dias atuais. O racismo se impôs no continente como um projeto “civilizatório”. Mas, diferentemente da América Anglo-saxã, na América Latina foram sendo conformas culturas híbridas, pelo horror, também pela solidariedade entre os “de baixo”, entre os desprezados, os esquecidos e humilhados, que encontravam na relação

²⁰² SANTINI, Alexandre, CULTURA VIVA COMUNITÁRIA – políticas culturais no Brasil e América Latina, pg. 131 - ANF Produções, 2017

²⁰³ <https://www.youtube.com/watch?v=DxbASVpZTN0> e <https://pombasurbanasquijote.blogspot.com/https://pombasurbanasquijote.blogspot.com/> e <https://br.video.search.yahoo.com/search/video?fr=mcafee&ei=UTF-8&p=EL+QUIJOTE+Pombas+Urbanas&type=E211BR1348G0#id=1&vid=d068b95d143ae5957f35a116179981a3&action=click> e <https://pombasurbanasquijote.blogspot.com/2009/09/jornal-o-estado-de-spaulo-brasil.html>

entre si os meios para resistirem e sobreviverem. Ondas migratórias, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, com o afluxo dos pobres da Europa, e, em menor proporção, do Oriente Médio e Extremo Oriente, também contribuíram para a configuração do hibridismo cultural entre os “de baixo”, entre os excluídos e explorados.

Na base do tecido social dos diversos países latino-americanos foram surgindo redes de solidariedade popular, ora intragrupos homogêneos, como as Associações de Auxílio Mútuo criadas imigrantes de orientação anarquista ou católica, ora em aliança interétnica e cultural, como nos quilombos, nas resistências sertanejas, nas greves operárias, nas lutas populares, nos movimentos de periferia, nas lutas dos povos originários, do povo negro, das juventudes. Quiçá essas alianças, vivenciadas e experimentadas entre derrotas e conquistas, se revelem ainda mais fortes e se interliguem mais. Ativa-las também é fazer cultura viva.

Essas configurações de longo prazo, que nos fazem ser o que somos, foram cavando espaços na microrresistência popular, em que arte, cultura, religiosidade, auxílio mútuo e luta popular se misturam. Práticas não teorizadas previamente, mas experienciadas, moldadas em processos de vida, foram acontecendo independente de projeto ou idealizações antecedentes. Elas sobrevivem na contemporaneidade e recebem novos afluxos e identidades emergentes, na relação de gênero, diversidade lgbtqi+, identidade antirracista, novas experimentações estéticas. Tudo isso conflui em fusão, formando novas identidades e invenções. Os ambientes emergentes são acolhidos pela Cultura Viva, sem distinção ou separação e essa é uma das chaves de a ideia estar se espalhando por tantos lugares aparentemente diferentes, baseada em uma filosofia abarcativa, que não segrega, forma-se uma síntese poética.

É a história viva, ou a forma do tempo, porque remete a afetos ancestrais, luta cotidiana e artesanato de utopias na contemporaneidade. Utopias simples e tangíveis, que devem ser vivenciadas já, por remeterem ao primado da vida sobre as coisas. Não há como dissociar a luta pela emancipação (social, política, econômica) da disputa cultural. Segundo as resoluções do Congresso em La Paz:

“A Cultura Viva Comunitária é a visão que alimenta um movimento social e cultural latino-americano de base comunitária, local, crescente e convergente, que assume a cultura e suas manifestações como um bem universal dos povos. Parte substancial das lutas populares de nossas comunidades e do processo de mudanças paradigmáticas vividas em âmbito global e em especial no nosso continente, em

torno a um novo modo de entender as relações entre o público, o comunitário e o estatal.”²⁰⁴

Nestor Canclini, no início dos anos 1980, procurou traçar uma tipologia das políticas culturais presentes na América Latina. Ele identificou 5 modelos: a) biológico-telúrico; b) de Estado; c) Mercantil; d) Militar; e) Histórico-popular. A primeira tendo por concepção uma visão integradora que desconsidera diferenças socioculturais e políticas, dando mais ênfase aos laços geográfico-biológicos, e de sentimento de “amor à terra” e patriotismo desprovido do amor ao povo, mais vinculada à ideia de pátria, família, propriedade e religião. A segunda concepção teria um caráter ainda mais estatista e particularmente personificado em grandes líderes do século XX, como Getúlio Vargas, Perón, promovendo determinadas expressões de cultura e dominação de meios de comunicação. Na perspectiva Mercantil buscou-se uniformizar padrões e costumes, gostos moldados pela lógica de mercado, em que a cultura é mero produto. Na concepção militar, muito presente sob as ditaduras militares que dominaram a América do Sul entre os anos 1960/80 há uma fusão das três anteriores, com forte componente de controle social, fabricação de inimigos internos e autoritarismo.

À época, Canclini identificou na concepção histórico-popular a possibilidade de processos de transformação mais avançada, mas logo conclui que os movimentos de esquerda que levavam a cabo novas possibilidades à América Latina, de Cuba ao Peronismo Revolucionário, passando pelas experiências na América Central, como Nicarágua, estavam muito mais unidas por questões político-econômico-sociais, carecendo de concepções mais elaboradas para uma política popular na cultura. Por muito tempo, até o início do século XXI, essa foi a tipologia dominante para analisar concepções e políticas culturais na América Latina. Autores latino-americanos perceberam que sob a globalização e o neoliberalismo, não haveria condições de os países da América Latina alcançarem estabilidade em seu desenvolvimento sem que constituíssem meios de integração em um bloco próprio e para tal a cultura seria fundamental. Realizando esse apanhado, dois pesquisadores da cultura, Juan Brizuela, argentino e Alexandre Barbalho, brasileiro, usam por parâmetro a experiência da Cultura Viva comunitária e lançam a seguinte pergunta: Seria possível pensar uma política pública de cultura transnacional e popular no contexto latino-americano? Ao que respondem:

²⁰⁴ Documento Base do I Congresso Latino-americano da Cultura Viva Comunitária, La Paz, Bolívia, 2013.

“É possível responder de forma afirmativa, a partir do estudo de caso dos PCV e dos PCs. A regionalização dessa experiência surgida no Brasil sinaliza para outras formas alternativas àquela definida por Garcia Canclini (1983) como "histórico-popular" onde sobressaíam os propósitos políticos, econômicos e sociais, relegando a plano secundário o papel da cultura. O que se pode observar na trajetória que vai do Cultura Viva brasileiro ao Cultura Viva Comunitária latino-americano é a atenção ao espaço cultural latino-americano, onde a dimensão cultural, e mais especificamente popular e comunitária se constitui como eixo fundamental, não na conformação de um bloco latino-americano, como esperava Garretón (2008), mas de uma rede de intelectuais oriundos, em grande parte, das parcelas subalternizadas das sociedades da região, que por isso reinventam os parâmetros de pertença a esse espaço, de modo mais inclusivo e democrático. [...] Dessa forma foi construída uma rede alternativa híbrida que a cada ano vai somando países, incluindo governos locais, ativistas comunitários, fundações globais, ex-gestores estatais, instituições de ensino superior, artistas mais eruditos e fazedores da cultura popular, tudo junto e misturado.”²⁰⁵

Sobre o estudo deles, apenas ressalvo que enquanto movimento, na Cultura Viva Comunitária não há Grandes Fundações Globais em relação mais direta e, se houve algum apoio foi algo muito específico e sem interferência, como no auxílio ao primeiro congresso latino-americano em La Paz, em pequeno valor e sem qualquer tipo de interferência. Mas é fato que, a partir das ideias da Cultura Viva e do Ponto de Cultura, nasce uma outra conformação de integração continental pela cultura, desde abaixo, pela ação comunitária em redes de arte, identidade e solidariedade, costurados por agentes das comunidades, fazendo surgir, inclusive, intelectuais orgânicos com pensamentos originais e ação cotidiana, enraizada nos territórios. Seguramente é uma outra tipologia e categorização para política cultural e de cooperação internacional. Procurei uma ação assemelhada, construída a partir de abaixo, com forte conteúdo de cultura política e com efeito em políticas públicas, mas não encontrei, em nenhum outro continente. Não avançarei mais na análise porque prefiro que outros pensadores o façam, de preferência que nem tenham passado pela ação. É algo muito original que está brotando na América Latina a partir da Cultura Viva Comunitária, e que já apresenta escala para análise. Mas nem todos olhares (sobretudo os mais formais e institucionalizados) conseguiram perceber. A florada da Cultura Viva Comunitária já é inevitável e irá florir ainda mais.

²⁰⁵ BRIZUELA, Juan Ignacio; BARBALHO, A. . De Pontos de Cultura à Cultura Viva Comunitária: Teias de políticas públicas e de agentes culturais na América Latina. In: Suzuki, Júlio César; Nepomuceno, Maria Margarida Cintra; Araújo, Gilvan Charles Cerqueira. (Org.). Organismos internacionais nas políticas culturais para a América Latina: arte, cultura, resistência [recurso eletrônico]. 1ed.São Paulo: PROLAM/USP, 2021, p. 252-277.

Pela arte, pelo simbólico, pelo sensível, é possível transformar as experiências passadas em encontros para o futuro, multitudinários, de povos em amálgama, que se percebem para além do povo em si. O povo que é sem que tenha acontecido uma reflexão para compreender as razões de pelo qual chegou a ser quem é. Quando acontecer essa descoberta, tomando posse de um ponto de apoio e uma alavanca, um povo em si tornar-se-á um povo para si, livre e emancipado, nascido em um continente que ainda vai revelar todo o seu potencial, para si e para o mundo. O colonialismo e, mais especificamente, a colonialidade, se impuseram sobre os povos dominados a partir da força bruta e da espoliação, mas também pela cultura, penetrando nos corpos, memórias e sentidos, colonizando a subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais. A partir da emergência da cultura em sua beleza mais plena, amalgamando verdade, justiça, emancipação e arte, a colonialidade, em sua forma capitalista e neoliberal, encontrará a sua derrota. E os povos se libertarão, com encantamento, beleza, colaboração e coragem. Essa é a cultura viva comunitária que se faz desde a América Latina, em que a arte reflete aspirações e contradições de seu contexto histórico, sendo, ao mesmo tempo, produto e vetor para a transformação social.

17. *Arvoredo*

Pela metáfora da árvore procurei simbolizar a multiplicidade, as múltiplas formas de vida, passando pela raiz, caule, tronco, os galhos, as ramas, a seiva a alimentar um fluxo contínuo de nutrientes até as folhas, as flores, os frutos fazendo a vida retornar em semente. Árvore também representa a continuidade histórica, unindo terra e céu. Cultura Viva e Ponto de Cultura são, ao mesmo tempo, política pública e conceito; passados anos dos primeiros brotos, também filosofia. A construção metafórica foi o método encontrado para fazer o alinhamento entre a concepção/fundamentação com a práxis. Não é possível compreender a ideia de Cultura Viva sem a percepção de um organismo vivo, daí o conceito-metáfora da árvore. Também não é possível dissociar o conceito de Ponto de Cultura do conceito de Cultura Viva. Separar seria um reducionismo, uma atrofia. Como quando se isola uma árvore da floresta. Árvores, quando próximas, são mais fortes, conversam pelas raízes, pelo subsolo, pela sinfonia das folhas e galhos, pelos seres que transitam entre elas. Árvores de muitas espécies a compõem um arvoredo até se fazer floresta.

É na multiplicidade que reside a beleza da floresta, e quanto mais diversidade, melhor. Cultura Viva é um arvoredo diverso e em inacabamento, um enorme pulmão a produzir fotossíntese, consumindo carbono para liberar oxigênio, renovando e purificando o ar. Espero ter deixado isso claro com a escolha dos conceitos-metáfora. Mais que um efeito poético, a intenção foi dar visibilidade a essa pulsação permanente. Igualmente procurei apresentar vários e variados exemplos, nas mais diversas temáticas e origens, e quanto mais díspares melhor. Para além das propriedades específicas, há os seres que caminham pelas árvores, as formigas, abelhas, insetos de todo tipo, os pássaros que encontram fonte de alimento e repouso para depois partir, os animais terrestres em busca de sombra e frutos derrubados ao chão. Era necessário falar disso tudo. E fazê-lo na primeira pessoa, porque também sou parte dessa agrofloresta. Escrevi na primeira pessoa porque, pela minha ação, como pensador da cultura e gestor público, pude cultivar e ser cultivado. Mas havia também outro desafio, a partir da minha escrita teria que colocar também as muitas vozes. Da mesma forma foi difícil fazer a seleção, a cada momento eu queria incluir mais um exemplo, mais uma ação excepcional e comum ao mesmo tempo. Como estou caminhando para o encerramento do capítulo, desculpo-me antecipadamente caso alguma voz e imagem não tenha aparecido no tom e na luz merecido. Tenham certeza que não foi esquecimento e apenas fiz as escolhas por razão editorial, também para não aborrecer os leitores em narrativas infinitas. Que outras e outros e outres, escrevam mais. Há muitas histórias a observar e a contar quando se caminha pela floresta.

À sombra da floresta, apreciando as muitas árvores, seus detalhes, suas nuances e especificidades, a luz que penetra através das copas. O som do vento que atravessa os galhos e os troncos, compondo uma sinfonia de folhas, combinada com cheiros, luzes e os sons. Não poderia esquece-las. São muitas, nessa parte selecionei apenas alguns a quem pedi depoimentos, que considero complementares, antecipadamente peço desculpas quando, nesses depoimentos houver menções a mim, pensei em retirar as menções, mas isso quebraria a cadência e perspectivas. Não basta ver a árvore, há que enxergar a floresta, mas para conhecer a floresta há que sentir as árvores. Gostaria, inclusive, de haver colocado mais depoimentos, a cada hora lembro de alguém mais, sem as pessoas nada se faz, importante escutá-las na primeira voz, mas há um momento em que é necessário parar. A partir de agora leiam como se estivessem caminhando entre árvores diversas, no meio de uma floresta, nessa sequência optei por não traduzir os depoimentos em espanhol. Às árvores:

Manoel Correa, Bignel, com quem tive o prazer de trabalhar no Departamento de Promoções Esportivas e Lazer na Secretaria de Esportes em São Paulo, depois, na Secretaria da Cidadania Cultural, no MinC. Designei o Manuel para sair por aí, vendo o que estava a acontecer e que visitasse os lugares aonde eu não conseguiria ir, ou que permanecesse por mais tempo, aprofundando a escuta. Bignel retornava das viagens sempre com mais histórias de pessoas que deveríamos conhecer mais de perto. Ele também teve importante papel na construção da rede de audiovisual dos Pontos de Cultura. Em mais de duas décadas solidificamos laços de amizade e confiança muito profundos. Começo por ele:

“Tínhamos uma reunião marcada para as 9h com o Secretário dos Esportes de São Paulo, Celio Turino e eu. Era abril ou maio de 2004, Celio estava deixando o cargo de Diretor de Esportes e Lazer para assumir uma Secretaria no Ministério da Cultura e havia indicado a mim, que na época trabalhava como seu assessor, para substituí-lo naquele cargo. Célio chegou um pouco atrasado, e muito eufórico. Eu lhe comuniquei que a nossa reunião ficara para a tarde, pois o secretário estava em reunião com a prefeita Marta, e Célio me disse: “melhor ainda, quero te mostrar uma coisa”. Nos sentamos num banco ao lado da Pista de caminhada, Celio sacou do bolso um punhado de folhas de papel, era o primeiro rascunho do que viria a ser o Programa Cultura Viva. Fiquei assombrado com a dimensão daquela ideia e atormentado com a proposta que ele me fizera, de deixar a Secretaria de Esportes e partir com ele pra Brasília na semana seguinte. De tarde nos sentamos com o Secretário dos Esportes que nos disse que o Partido havia aprovado a indicação do meu nome (cheguei a torcer pela negativa). O Partido me solicitou que ficasse no cargo até o final do ano para concluir o mandato. Marta Suplicy não foi reeleita. Em março de 2005, finalmente me juntei à equipe do Cultura Viva. Aquela ideia, aparentemente desvairada, de meu amigo Celio Turino, já havia se tornado realidade e o Brasil estava prestes a compreender na prática o Do-in antropológico, sugerido pelo Ministro Gilberto Gil.”

A voz de outro *hermano*, Jorge Blandon, de Medellín, Colômbia. Nas favelas de Medellín há uma *Casa Amarilla* que é casa de todos, dessa casa partiram muitas ideias e muitas ações para toda América Latina. São tantas histórias e *tantos hermanos* que *no los puedo contar*. Não traduzirei as vozes vindas das árvores *hispanohablantes* porque é possível entender, somos do mesmo bosque:

“Celio Turino, un hermano y amigo, un hombre qué con palabras amorosas y su caminar seguro nos propone Re-Encantar el mundo. Nos encontramos en una Teia SP 2006, dónde Medellín llevó su experiencia en la voz de Nuestra Gente, allí pudimos reconocernos en esa potencia de los Puntos de Cultura de Brasil, al emparentarnos en diversas historias que eran un nosotros. Ese encuentro posibilitó otros más, un documental, una puesta en escena del Quijote y otras TEIAs.

Gracias a estas confluencia de energía con Inés Sanguinetti (Argentina) e Iván Nogales (Bolivia) y tantos más, estuvimos presentes en el Congreso Iberoamericano de Cultura, que le daba lugar al Arte para la Transformación Social, esa qué se hace en el barrio, en la vereda, en la calle, la esquina, en la ciudad, y donde mujeres y hombres hacen del derecho universal de soñar...realidad, verdad y bondad.

Ese momento fue el más maravilloso para poder darle vida a un mágico personaje "El Quijote" y allí nuevamente Celio Turino nos dio su mano y nos dio todo el respaldo del gobierno de Brasil, para que 130 artistas de 16 agrupaciones teatrales de Latinoamérica, nos juntáramos en la primavera de 2009 en Sao Paulo Brasil, junto al Instituto Pombas Urbanas hermanos de esta caminata.

Otro hito es la movilización continental de la Cultura Viva Comunitaria, recuerdo cuando Celio dijo: la cultura es viva, y ustedes en Medellín nos han dado un motivo más para caminar el territorio, que es identidad, comprensión de las memorias, las narrativas de la gente que dice es cultura viva comunitaria, y hoy más de 119 países tenemos acciones de esas que Celio un día le propuso a Brasil y Brasil le propuso al mundo.”

Antônia Rangel foi chefe de gabinete e secretária substituta. Com ela cuidando da gestão interna eu pude fazer mais imersões às comunidades, seguro de que tudo corria bem na secretaria. Antônia também organizou vários seminários de análise do programa:

“Ter contribuído com o Programa Cultura Viva, nos seus êxitos e dificuldades, foi algo marcante na minha trajetória como gestora pública. Do meu ponto de vista a grande inovação do Programa foi o investimento no que já existia nas comunidades, local onde se concentram experiências, energias e forças sociais capazes de gerar mudanças significativas quando potencializadas. Ressalto ainda, os primeiros passos dados no sentido de repensar os processos burocráticos, necessários para uma boa gestão e transparência dos recursos públicos, direcionando o foco para os resultados e não apenas para o controle, algo ainda a ser alcançado em sua plenitude.”

Éric Meirelles, um poeta, a quem convidei para coordenar a Ação Agente Cultura Viva. O conheci na Secretaria de Esportes em São Paulo, quando ele trabalhou comigo, coordenando com muito êxito a capacitação de 5.500 Agentes Comunitários de Lazer, em modelo posteriormente aplicado no MinC:

“A ação Agente Cultura Viva carregava desde o início de sua execução uma mistura de ineditismos e ousadias.

Primeiro, por ser uma ação onde o jovem periférico com renda familiar menor ou igual a meio salário-mínimo se transformava em protagonista na vida dos Pontos de Cultura, tendo uma formação cultural relacionada ao projeto ligado ao Ponto de Cultura. Além deste, os jovens também aprendiam conceitos de cidadania emancipatória e empreendedorismo cultural, numa perspectiva de construir um novo olhar ao mundo e a si mesmo, como sujeito histórico.

Segundo, por ousar romper a visão compartimentada entre os ministérios na administração pública, ao gerir –e gerar– uma parceria entre os mesmos, inclusive

unir gastos no orçamento entre as partes, implementando, de fato, em forma transversal buscando colaboração entre os órgãos envolvidos

Terceiro, ousar chegar à maioria dos Pontos de Cultura, com onze mil auxílios financeiros em 200 Pontos de Cultura, ganhando R\$150,00 em seis meses, em todas as regiões do país.

Os Pontos de Cultura abraçaram a ação e formaram os jovens com muito carinho e maestria, agregando vários desses jovens na organização das atividades e na vida diária do Ponto. Na primeira Teia dos Pontos de Cultura em 2006, no Anhembi – São Paulo, as apresentações das atividades no “Espaço Juventude” comprovaram o quanto é importante pensar neste segmento como forma de potencializar a cultura local e nacional.

Viva os jovens que fizeram parte do Agente Cultura Viva!!!

Viva o Programa Cultura Viva!!!

Saudações poéticas

Éric Meireles de Andrade

Ex-coordenador da Ação Agente Cultura Viva”

Binho Riani Perignotto. O conheci bem jovem, quando da Ação Agente Cultura Viva, em um Ponto de Cultura na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo, de lá para cá fomos nos cruzando e tenho acompanhando a trajetória dele:

“O que se pode dizer quando duas ou mais poesias orgânicas se encontram no Universo? É um extravasar de potência transformadora tão grande que é difícil quantificar - talvez só com matemática poética dá pra medir. Conhecer Cultura Viva e Pontos de Cultura em 2005 e hoje estarmos em 2023 não se mede em anos. Ter sido da Comissão Nacional e da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura não vale pelo número de reuniões, atas, cartas, cargos. Ter participado das TEIAs e Fóruns não conta por certificado. Virar consultor e gestor público municipal de cultura de uma cidade e prestar serviços tanto para poderes da sociedade civil quanto poderes públicos de Estados e Prefeituras não se quantifica por contratos. Cultura Viva foi, e é, mais escola da vida do que a minha universidade pública de licenciatura plena em pedagogia. Gratidão imensa assim poder, com tantas e tantos, fazer história. Célio é uma das poesias orgânicas vivas pulsantes. É um Mestre dessa rica trajetória em construção. Gratidão.”

Tal qual Binho, conheci Alexandre Santini quando ele era um jovem ator de Teatro de Rua, logo no início do programa Cultura Viva. Santini foi se achegando ao programa, seguindo na defesa dela, quando iniciado o desmonte em 2011, tendo tido importante papel na mobilização pela lei Cultura Viva, bem como na Cultura Viva Comunitária, seguindo pela América Latina:

“Minha vida se divide entre antes e depois do Cultura Viva. Ter lido feito parte da primeira geração dos Pontos de Cultura, a partir de 2005, deu régua e compasso à toda trajetória que construí nestes quase 20 anos que conformam a segunda metade da minha vida. Como ator e gestor de projetos do grupo de teatro *Tá Na Rua*, fundado e dirigido pelo mestre Amir Haddad, quando vimos o primeiro edital do programa

Cultura Viva, sentimos que aquilo tinha tudo a ver com a gente, que nós "já éramos" um Ponto de Cultura. E a partir daí tudo entra para a história.

Participei da criação do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, de todas as Teias, da Ação Griô, de dezenas de encontros Brasil afora. Participei ativamente da construção do movimento latino-americano articulado em torno do conceito de Cultura Viva Comunitária. O Brasil inspirado e sendo inspirado por essa construção continental. Há 10 anos tenho contribuído na construção dos Congressos latino-americanos de Cultura Viva Comunitária, até agora realizados na Bolívia (2013), El Salvador (2015), Equador (2017), Argentina (2019) e Peru (2022). Em 2024 será a vez do México e 2026, na Colômbia. Nesse caminho teve a luta pela aprovação e regulamentação da Lei Cultura Viva (entre 2011 e 2016), e durante a pandemia a formulação, articulação e implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que tem em sua matriz conceitual o DNA do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura.

Se hoje sou um gestor cultural, alguém vinculado à trajetória das políticas culturais no Brasil, é porque a minha vida se encontrou com a Cultura Viva.”

Voltando à Medellín, outro *Hermano*, Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura Cidadã da cidade que se reinventou pela cultura de paz e convivência. Melguizo demonstra que a luta tem que ser contínua, pois há idas e vindas, discontinuidades e incompreensões. Temos muita identidade em nossas trajetórias públicas. Ele fala pelas muitas cidades deste nosso vasto continente:

En Medellín, donde la cultura ha sido fundamental en los recientes procesos de transformación social y urbana, una de las claves ha sido conocer, reconocer, valorar y potenciar los procesos culturales de los barrios y zonas rurales de la ciudad: esos cientos de proyectos que ya existen sin el estado, a pesar del estado o, incluso, contra el estado.

Medellín convirtió la Cultura Viva Comunitaria en una política pública, en 2011. Esto le da un peso mayor en la gestión institucional y en la definición de presupuestos públicos, pero ambas cosas aún están lejos de ser lo que se pensó y acordó entre las organizaciones comunitarias y la alcaldía. En la práctica, los proyectos culturales comunitarios siguen relegados programática y presupuestalmente y las grandes inversiones en cultura se quedan en lo que podríamos llamar el sector “formal”: museos, teatros, orquestas, redes artísticas, bibliotecas.

Muchas de las organizaciones de cultura viva comunitaria, al depender tanto en su vida institucional de la entidad pública municipal, terminan silenciándose o aceptando decisiones que contradicen sus propias luchas por emancipaciones y autonomías poblacionales y barriales.

Los desafíos en 2023 son, nuevamente, los de construir mayores voces, con mayores incidencias, que logren fortalecer procesos barriales y que logren, también, avanzar de mejores formas en la consolidación de equidad y democracia. Lo local es clave. Y, mucho más, es clave lo barrial.

Lo que están esperando esas organizaciones de las Culturas Vivas Comunitarias, lo que proponen a los gobiernos y al sector privado y al sector académico es la suma de recursos de los de esas organizaciones comunitarias con los dineros públicos –

que son de todos y ustedes manejan temporalmente – y con los dineros privados, para producir mayores y mejores resultados.

Y, además, el camino recorrido por algunas ciudades y países y la velocidad que está tomando este proyecto continental, permite generar fácilmente una red de aprendizajes, de cruce de conceptos, de contenidos, de metodologías, de documentos, de legislaciones, de experiencias, de personas y colectivos.

Todo eso ya existe, no hay que crearlo. Hay que conocerlo. Hay que escucharlo. Hay que aprovecharlo, hay que potenciarlo. Hay que ponerlo en relación con otras áreas de la sociedad.

Esas muchas alianzas y redes locales, nacionales e internacionales que están trabajando para el fortalecimiento de lo local desde y con la cultura, se convierten por sí mismas en un gran pacto sin fronteras que ayuda a superar los egosísmos, los intereses y las miopías locales y nacionales.

Jorge Fantini, diretor artístico do Ponto de Cultura Sia Santa, uma companhia de teatro que há mais de cinco décadas circula pelo Brasil, produzindo belas peças infantis. Recordo de quando eles decidiram construir um Teatro na periferia da cidade de Campinas, que segue em atividade há mais de 30 anos, eu estava como Secretário de Cultura na cidade. Escolheram o bairro de Santa Bárbara, em que havia um Aterro Sanitário que mais parecia um Lixão, hoje um belo Parque Reflorestado com o plantio de mais de 90 mil mudas de árvores nativas. O Teatro também se localiza próximo de um presídio:

“A calma, um sorriso riscado de leve no rosto, a fala mansa, ouvindo e sempre atento aos movimentos, assim é o Célio Turino. A cerca de 30 anos passados, assumiu a Secretaria de Cultura de Campinas, e desse jeito, foi contando suas ideias e projetos e, foi juntando pessoas, aceitando contribuições, claro que vinham, e logo sem muito alarde, novas ações iam acontecendo, novos trabalhos. Para colher basta plantar. O Célio não perde tempo, vai semeando sem escolher o terreno e colhe, como colhe. De suas sementeiras em Campinas, quando Secretário de Cultura, nasceram e cresceram muitos, unos ou em grupos, e foram se multiplicando e a marca mais forte que deixou foi mudar a visão de como deve ser uma Secretaria de Cultura. Naqueles tempos, fui voluntário no Presídio Ataliba Nogueira aqui na região de Campinas. Eu tinha um grupo de reeducandos com Oficina de Teatro e o Célio me chamou para a gente fazer, lá dentro do presídio, um Dia das Crianças. Num domingo, abrir os portões e convidar as crianças para brincar lá dentro, monitoradas pelos reeducandos. A preparação da festa mudou totalmente a rotina, havia uma alegria no ar e a participação espontânea foi contagiante. No dia, a ansiedade do grupo de “monitores/atores” era enorme. Muito antes da hora do início da festa tudo já estava pronto. Os portões foram abertos e lá dentro tivemos uma Festa do Dia da Criança inesquecível. Deu certo sua ideia, secretário Célio! Ao longo de muito tempo, as histórias das coisas gostosas que aconteceram naquele dia foram assuntadas e repassadas pelos reeducandos.

Um dia recebo um telefonema do Célio Turino: “estou em Brasília na equipe do Ministro Gilberto Gil para trabalhar no Ministério da Cultura”. Não muito tempo

depois fui convocado para reunir em pouquíssimos dias um grupo de pessoas, não só de Campinas, para uma conversa com o Secretário da Cidadania Cultural Célio Turino sobre Programa Cultura Viva – Ponto de Cultura. Éramos poucos, cerca de 30 pessoas, que logo, em poucos dias após esse primeiro encontro, já éramos 300 na região trabalhando e disseminando a ideia de Ponto de Cultura. Logo mais já ultrapassávamos a marca de 1.000 Pontos e, Célio vem com sua fala mansa, mostrar a importância de estar juntos e misturados e assim chegaram as TEIAS e a oportunidade de ver e ouvir, estar lado a lado com as pessoas, que o Secretário da Cidadania Cultural dizia ter tido contato. Não era um, eram dezenas, centenas, e assim as TEIAS se tornaram o maior evento Nacional da Cultura Popular, sem tapete vermelho, sem glamour, mas artistas do povo que, juntos e misturados, como o Célio Torino queria, eram por alguns poucos dias a expressão máxima da felicidade de serem fazedores de cultura. Gratidão.”

Juana Nunes, do Rio de Janeiro, atualmente em Brasília. Eu conheci Juanita (como gosto de chama-la) quando ela estava como militante da UNE – União Nacional dos Estudantes, atuando fortemente com cultura e cursando mestrado em História da Arte. Em nossos encontros falávamos sobre Mário Pedrosa, o concretismo brasileiro e o grafismo Kadiwéu. Assim que soube que ela tinha se formado a convidei para trabalhar na secretaria da cidadania cultural, primeiro como subgerente, depois gerente. O trabalho de Juana foi fundamental para o bom encaminhamento das Interações Estéticas e as Teias a partir de Brasília, entre outras ações:

“Quando recebi o convite de Célio Turino para integrar a equipe do programa Cultura Viva no Ministério da Cultura, não tinha a dimensão exata da inovação que estávamos promovendo na gestão de políticas culturais. Ao construir pela gestão pública ações de mobilização e articulação em rede dos pontos de Cultura, compreendendo o papel protagonista dos pontos de cultura, como principais atores da construção das políticas e ações do Programa, novas ações foram ganhando forma como o Interações Estéticas, os Pontos de Mídias Livre e o Prêmio Tuxáua de Articulação de Redes. Eu, na época ativista do CUCA da UNE, lembro do impacto de entrar na secretaria e ver os processos empilhados. Aos poucos, no dia a dia do trabalho, as pilhas de processos assustadoras, foram ganhando outras formas, rostos reais, e ao conhecer a diversidade de projetos e ações culturais que foram reconhecidas como Pontos de Cultura, para simplesmente continuar fazendo o que já faziam em seus territórios. O Programa foi ganhando um sentido revolucionário na minha vida. Pude me reencontrar comigo mesma e com minha militância política, para novamente pensar em processos de emancipação e transformação social, dessa vez pela arte e pela cultura e através da política pública.”

De El Salvador, em escrita coletiva, realizada em *Los Ranchos*, departamento de Chalatenango, fronteira com Honduras. Lá vive um casal, Júlio Monge, basco de nascimento, que foi viver em El Salvador para oferecer educação popular em plena

Guerra Civil, e Maria Irma Orellana, catequista que foi guerrilheira e agora é *teatrera*.

Eles fundaram o TNT, *Tiempos Nuevos Teatro*:

“La Cultura Viva Comunitaria siempre há existido como um elemento diferenciador de nuestros pueblos latino-americanos frente a occidente-norte, su conceptualización, organización y movilización, todavía, em desarrollo es algo reciente cuyos efectos reales aún no logramos calcular. Su despliegue anuncia, como idea radical, que desde lo comunitario todavía es posible imaginar y construir nuevos pensamientos utópicos para nuestras sociedades.

Las organizaciones de cultura viva son, em America Latina, los procesos que nos permiten refundar la acción de los movimientos sociales desde um proyecto integral, y de construir um paradigma civilizatorio alternativo frente al individualismo, la fragmentación y la mercantilización de la vida promovida por el capitalismo global. Es alternativo porque desde la perspectiva comunitaria, lo cultural se encruza de manera directa com lo social y más tangencialmente com lo político, gerando así valores como: solidaridad, criticidade, reflexividad, compromiso com la historia y sus comunidades, reconocimiento de sus problemas, necesidades y potencialidades y empoderamiento para el mejoramiento o la transformación social. [...]

El arte por ser el lugar del inminente y de juego com la incertidumbre, permite configurar movimientos democráticos de constatación donde todavía se puede sedimentar nuevos pensamientos utópicos para la construcción de uma colectividad futura. Es por ello que desde la cultura viva propugnamos um lugar para que se desarrolle el pensamiento estético, entendiendo este, como esa facultad que todos poseemos de ligar pensamiento y sensación como via de acceso a la verdad, y para ello, lo único que necesita es que assumamos como nuestra potencia de la imaginación. Es uma idea que contiene radicalidad puesto que uma de las principales excusas para justificar el dominio y la desigualdad há sido, precisamente, la jerarquía entre personas de razón (los hombre de razón) y personas de sensibilidad (las mujeres, los niños, los trabajadores incultos). El arte permite reconocernos como seres sentipensantes.”²⁰⁶

Outro casal Élsie da Costa e Márcio Zago. Conheci os dois mais por mensagens eletrônica, realizando conversas à distância, só depois que saí do Ministério da Cultura é que nos aproximamos pessoalmente. Aprecio por demais o trabalho deles:

“Atibaia, nos anos 80, era uma cidade de aproximadamente 60.000 habitantes e com poucas opções culturais. Como artistas da cidade, nossa escolha era mudar para uma cidade maior, com mais opções profissionais, ou permanecer no município. Foi assim que fundamos em 1983 o Garatuja, uma escola de arte voltada a jovens e crianças. Na época não havia qualquer tipo de apoio institucional a espaços culturais como o nosso, que se propunha a trabalhar com ações formativas ligadas à livre

²⁰⁶ ORELLANA, Maria Irma e MONGE, Julio – CULTURA VIVA COMUNITARIA EM EL SALVADOR – riqueza em desarrollo - in. CULTURA VIVA COMUNITÁRIA – Convivência para el bien común – pgs. 121 e 132 – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitaria, 2015, El Salvador.

expressão. O que havia eram escolas de linha academicistas ou ligadas à indústria cultural. Nosso propósito era um terreno a ser desbravado. Já com duas décadas de existência passamos pela pior crise até então. Um momento limite, onde a difícil decisão de jogar a toalha já estava tomada. Mas em meio à profunda tristeza e frustração tomamos contato com a ideia dos Pontos de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Estruturamos o espaço juridicamente criando o Instituto de Arte e Cultura Garatuja e nos preparamos para participar de um dos primeiros editais lançados. Fomos contemplados e nos tornamos o primeiro Ponto de Cultura da Região Bragantina. O Ponto de Cultura foi um divisor de águas. A partir daí tivemos a oportunidade de fazer o que sempre acreditávamos: atender os interessados de baixa renda, priorizando alunos de escolas públicas. Um pouco mais tarde, ao completar vinte e cinco anos de atividades conhecemos o criador dos Pontos de Cultura, o historiador Célio Turino. A generosidade, uma das principais características que vemos na proposta dos Pontos de Cultura, fazia jus a seu criador. Este ano completamos quarenta anos de atividades consecutivas. É uma data que merece ser celebrada, mas dividida com os demais Pontos de Cultura e seu criador. Sem eles não existiria mais o Garatuja e, modestamente, sua bonita história. Um grande e afetuoso abraço.”

Bola de Meia, a ludicidade e a cultura da infância, um Ponto de Cultura dos interiores do Brasil. Depoimento de Jacqueline Baugartem, artista e pensadora por um Brasil que se revela entre jogos, brincadeiras e histórias infantis. Jacque, ao lado do marido, o músico Celso Pan, está sempre inventando beleza:

“A primeira Teia dos Pontos de Cultura que participei foi inesquecível, assim como todas as demais, mas essa teve um sabor diferente. Era a primeira vez que nossa instituição, agora premiada como ponto de Cultura em 2005, entrava agora em 2006 na Bienal São Paulo para se fazer vista. Saia da invisibilidade do interior de São Paulo, no vale do Paraíba Paulista, para mostrar um pouco do que vinha fazendo e resistindo desde 1989.

Foi ali também que conheci a pessoa e o historiador que possibilitou aquela reunião de Pontos de Cultura, o então Secretário de Cultura e Cidadania, Célio Turino. Ao escutá-lo, minha visão de políticas culturais se alterou, ganhou sentido, e tudo o que eu vinha fazendo em arte, cultura e educação, também. Minha trajetória com os mestres da Cultura tradicional do Vale e com as crianças, buscando essa conexão de saberes também fez sentido. Ali pude ver o Brasil. Tudo o que eu tinha lido de Mário de Andrade, Paulo Freire, Darci Ribeiro, Vygotsky, ganhou lugar na vida cotidiana de nossa instituição.

E apesar de todo processo de desnutrição política que passou o Programa Cultura Viva, ele resistiu graças a sua potência, virou lei em 2014 e aquele historiador segue fazendo a diferença não só no Brasil, mas em toda América Latina, levando essa política pública Nacional Cultura Viva, e quase 20 anos depois, esse mesmo historiador, agora com uma proposta para reconstrução da Cultura brasileira, como quem joga mais uma garrafa no oceano, assim como fez durante a pandemia para socorrer o setor cultural, agora lança outra proposta - Cultura para reencantar o Brasil - uma proposta exequível, profunda, instrumentalizada, pensada e contextualizada como política pública cultural para retomada do setor cultural pós pandemia.

Nós Pontos de Cultura, em sua maioria, carregamos no DNA, a existência efetiva entre as áreas da Cultura, da Educação e do Meio Ambiente. Os Pontos também são pontes. Aqui em nosso ponto até hoje atuamos com circulação de espetáculos temáticos para e com crianças na sede ou nas escolas, seja com teatro, música, dança, confecção de brinquedos, cinema, entre tantas outras ações que constroem conhecimento pautados nas teorias do desenvolvimento sócio-interacionista, construindo conhecimentos científicos com aqueles que estão mais próximos de nós, envolvendo toda comunidade.

O Programa Cultura Viva vê a Educação também viva, libertária, que acredita em seus aprendizes e mestres, porque os Pontos de Cultura fazem parte de uma aldeia maior. Se é preciso toda uma aldeia para educar uma criança, como diz um provérbio africano, então nós pertencemos a ela. Essa ponte entre Escolas e Pontos e vice-versa, vem sendo construída por muitas décadas, de forma consciente, humanizada e emancipatória por várias ponteiras e ponteiros inspirados pelas ideias desse Programa, são artistas, estudiosos, educadores, mestres e mestras da sabedoria popular, crianças inquietas e curiosas sobre os saberes do mundo, da Terra e dos seres vivos que a habitam.

No Ponto a vida pulsa, e esses ponteiros estão e vão por toda parte, dialogam com escolas, hospitais, centros de tecnologias e inovação, universidades, no chão das expressões culturais mais antigas, fazem a escuta ativa e sensível dos saberes que são produzidos no mundo, desde os mais ancestrais até os das crianças com seus olhares primordiais da vida. Pessoas que estão interessadas em exercitar outro tipo de gestão das instituições, muito mais horizontais, circulares e compartilhadas do que verticalizadas e hierarquizadas, com outra economia, mais solidária, generosa, criativa, fraterna e partilhada. Os Pontos rompem com visões estancadas e por isso convivem com as tradições, inovações e até mesmo com novas criações e reinvenções.

A Política Nacional Cultura Viva deveria estar na base de qualquer plano de governo democrático, humanitário. Sou feliz por fazer parte desse rizoma, dessas teias tecidas por afetos, desde os primeiros anos dos pontos de cultura e seguimos assim na esperança de nos tornarmos seres cada vez melhores para construção do bem viver nessa instigante Casa Comum.”

Aldo Rocha é daqueles comunistas de velha e boa estirpe, com uma vida dedicada à causa social em total abnegação. O conheci na Secretaria de Esportes em São Paulo e quando no Ministério da Cultura o convidei para ajudar a deslindar os convênios dos Pontos de Cultura. Foi dele o método de trabalho e a coordenação da equipe que possibilitou alcançarmos 72 Pontos de Cultura conveniados ao final de 2004, seis meses após o programa ter sido lançado. E depois a progressão geométrica nos anos seguintes:

Conheci Célio Turino em 2001 na Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, durante gestão da então Prefeita Marta Suplicy, quando ambos dirigíamos Departamentos daquela Secretaria e realizávamos ações compartilhadas que possibilitaram experiências e vivências inesquecíveis aos habitantes da cidade nas áreas de esporte, lazer e cultura que permanecem como fortes demandas da população junto aos CEUs, entre outros equipamentos públicos, cujo exemplo aqui

lembrado é o Programa Recreio nas Férias, elaboração de Célio Turino, ampliado a nível nacional pelo Ministério do Esporte.

Eu e Célio voltamos a atuar juntos, desta vez em 2004 no Ministério da Cultura durante os dois primeiros governos Lula 2003/2010, sob o comando de Gilberto Gil/Juca Ferreira quando, ele Secretário Nacional de Cultura, Educação e Cidadania e eu, Gerente na mesma Secretaria implantamos, após imensa luta contra absurdas limitações burocráticas, um programa nacional chamado Cultura Viva, cuja ação que mais se popularizou foram os "Pontos de Cultura".

Professor aposentado e velho amigo Aldo Rocha

Do Panamá, Alexandra Schjelderup, subdirectora de Cultura *Alcaldia* de Panamá à época que escreveu o texto. Seguimos próximos ainda que distantes, ela no istmo que separa oceanos:

“Sistematizar y reflexionar colectivamente sobre las experiencias acumuladas hasta la fecha dentro del movimiento de Cultura Viva Comunitaria, com mirada de pueblo latino-americano, es una tarea a la que se suma com este artículo la Alcaldia de Panamá. Este trabajo suscribe ese compromiso, más aún cuando la Republica de Panamá se encuentra, por asi decirlo, dando sus primeros passos em el reconocimiento del valor indiscutible de la cultura como dinamizadora del desarrollo. [...]

El Estado como um sencillo facilitador de los procesos que naturalmente ocurren a través de creadores, artistas y colectivos barriales seria la meta de uma etapa de organización que em Panamá aún necessita maduración. Las comunidades están em gran medida disgregadas y los Puntos de Cultura proponen la creaciín de um ecosistema que permita la recomposición del tejido social, cónsono com otras áreas de la Alcaldia, donde se están implementando mecanismos de participación, como es el caso de los presupuestos de inversión em las localidades y las consultas para la transformación de la ciudad.”

Ao final de 2022 fiz um pequeno lançamento de meu livro “Por todos os Caminhos” em São Paulo. Entre os presentes, Marcos Brytto, ator e ativista cultural, que veio de Campinas para prestigiar o lançamento. Não nos víamos há anos. Pedi um depoimento a ele:

“Lançamento de mais um importante e necessário livro de Célio Turino "Por todos os Caminhos". Ele é um querido que muito contribuiu e é peça estruturante na trajetória da nossa Casa de Cultura Aquarela. Na gestão do prefeito Jacó Bittar ele foi secretário municipal de cultura e podemos declarar com toda certeza que foi a gestão que mais olhou para a produção cultural na periferia e somos testemunhas disso. Expressamos aqui a nossa eterna gratidão pela revolução cultural e acessibilidade proposta pelas ações do Célio Turino. As histórias das Viagens de Célio Turino pela América Latina seu olhar sensível para os espaços de Cultura estão presentes nessa obra maravilhosa e imperdível. Em breve será lançado em Campinas e estamos torcendo para que aconteça na Casa de Cultura Aquarela que muito tem evoluído graças ao honroso trabalho iniciado por ele.

O conceito de Ponto de Cultura para nós da periferia começa como uma espécie de "Ponto de Encontro para produzir e consumir cultura", uma vez que não tínhamos acesso a equipamentos culturais pela distância e ausência de hábito. Fundada em 1989, A Casa de Cultura Aquarela foi fruto de um estímulo vindo do Projeto Recreio promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Campinas na gestão do então Secretário Célio Turino. Estamos situados na 5ª sub-região de Campinas, região que se relaciona hoje com duas comunidades periféricas: Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, que são reconhecidamente regiões de alta vulnerabilidade social. Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B são bairros nos quais, em 1.500.000 m², moram hoje 3.000 famílias, perfazendo 30.000 moradores. A @aquarelacultura tem hoje um calendário anual de produção Cultural expressivo no cenário das casas comuns que atuam com Cultura Preta e Cultura LGBTQIAP+ e nossa trajetória se constrói a partir dessa iniciativa proposta pelo Célio. Campinas em seu mapeamento de Cultura hoje com 154 espaços de Cultura se coloca como uma das cidades com maior número de espaços culturais do Brasil e isso devemos ao Célio Turino a quem honramos pela sua sensibilidade e profundidade do seu brilhante olhar em semear o conceito de Pontos de Cultura no nosso território nacional, oportunizando assim aos diversos segmentos de comunidades, quilombos e aldeias a construção e a estruturação de nossa identidade cultural. Hoje temos uma CULTURA VIVA e ao longo de 30 anos a nossa Casa de Cultura Aquarela produziu cursos espetáculos e ações culturais pelas quais devemos a vc Célio Turino: receba o nosso reconhecimento e a nossa eterna Gratidão!"

Outra árvore, Marcos Pardim, de Salto, SP, lugar onde o rio Tietê começa a se purificar nas pedras que lhe fazem dar saltos, o que faz a cidade ser tomada por espumas tóxicas acumuladas no percurso em que o rio da identidade dos paulistas é feito de esgoto. Marcos Pardim atualmente é gestor cultural, havendo atuado como secretário de cultura em vários municípios do interior de São Paulo. Recordo do dia em que nos conhecemos, foi em uma troca de emails, quando ele procurava o secretário para protestar sobre a lentidão em nossos procedimento, o que era fato:

“Entre para o programa Cultura Viva em 2007. À época, já contava com mais de duas décadas de atuação no campo da Cultura. Célio Turino e o programa Cultura Viva se tornaram, então, o que acostumamos denominar de “divisor de água”, sobretudo a forma como os Pontos de Cultura se apresentavam, tanto conceitual como factualmente. Ao longo dos anos de operariado cultural pré-Cultura Viva, já tinha passado por experiências na Gestão Pública da Cultura e havia acumulado mais decepções do que alegrias. Política Pública Cultural, a partir da implementação, resultados e indicadores do Cultura Viva descortinaram um horizonte de possibilidades. Era o desenho mais bem acabado do encontro entre a potência da diversidade cultural brasileira e o real papel do estado brasileiro no reconhecimento, na legitimidade e no fomento dos saberes e fazeres populares. Célio Turino, enquanto homem público, e o programa Cultura Viva deram ao Estado (em suas três esferas: federal, estadual e municipal) as condições de pensar e idealizar políticas públicas culturais mais potentes e generosas, mais republicanas e democráticas, como se fossem dedicadas, amorosamente, a todos os brasileiros, até mesmo, e

sobretudo, “aos brasileiros que não conhecemos”, epígrafe do livro Ponto de Cultura O Brasil de Baixo Para Cima, mas que pode ser, também, compreendida como epígrafe da missão de todos os órgãos públicos de Cultura do país, a começar pelo Ministério da Cultura. Depois da convivência com os Pontos de Cultura, fui/sou gestor público em 3 (três) municípios diferentes do interior de São Paulo. Tive e tenho Célio Turino e o Cultura Viva como modelos a serem seguidos, ainda que, por descuido, o Brasil não tenha tido a necessária compreensão do quão imprescindível era/é colocar os Pontos de Cultura e o Cultura Viva como estratégicos no diálogo com o povo e suas diversidades e potências.”

Pura Vida. Costa Rica na voz da árvore Fresia Camacho:

“Escribo em este momento desde el rol que asumí como Directora de Cultura del Ministerio de Cultura y Juventud, desde mayo de 2014. Um tempo antes fungí como assessora del ministro Manuel Obregón sobre culturas comunitárias. Dos años y nueve meses intensos. La principal razón que me sostiene em las estructuras gubernamentales, siendo una persona que siempre he trabajado desde la sociedad civil, há sido el compromiso adquirido con el movimiento de culturas vivas comunitárias. El movimiento há sido mi sostén emocional y su agenda, la guía de acción. [...]

Y se hacen caravanas para sensibilizar, poner el tema, tocar corazones. La música, la poesía, los pascalles se toman los espacios públicos com una sola consigna: mostrar la potencia de las dinámicas culturales comunitárias, unir las fuerzas levantar las agendas, descolonizar los espacios. Llegan los colectivos de las semillas, de la siembra, de las mujeres, de las comunidades indígenas. Llegan más colectivos de médios comunitarios. El movimiento se enriquece. Cada vez somos más. Ahora ya no logramos reconocernos todos por los nombres, hay rostros nuevos y desconocidos que pronto se vuelven cómplices. Se mueve el ritmo de los tambores y cada vez más gente se siente convocada por las consignas de Cultura Viva Comunitaria. Uma agenda poderosa se levanta de manera creativa, inovadora, apasionada. Las redes y los médios sostienen y proyectan.”²⁰⁷

O fotógrafo Davy Alexandrisky, de Niterói, com seus cabelos e barbas brancas, apresentou o *Campus Avançado* em Niterói, para fazer televisão a partir dos olhares das favelas e periferias da cidade, para que o povo se visse na TV. E nunca mais deixou a Cultura Viva. Texto que sintetiza essa percepção do olhar sobre o programa a partir de quem é Ponto de Cultura:

Quantas vezes você já não ouviu a pergunta: que país nós queremos?

Desde 2005 eu não titubeio quando alguém me faz essa pergunta: eu quero um País de Cultura Viva! Uma Cultura transversal, que atravesse todos os Setores da gestão pública nacional e que seja atravessada por cada um desses Setores. Sobretudo pelos

²⁰⁷ CAMACHO, Fresia – UM QUIPU DE MIL NUDOS – in. CULTURA VIVA COMUNITÁRIA – Convivência para el bien común – pgs. 105 e 110 – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitária, 2015, El Salvador.

saberes e fazeres de toda a sociedade, com ênfase naquela mergulhada num Brasil que o Brasil não (re)conhece.

Sem qualquer compromisso com uma ou outra linguagem artística, aberta a qualquer manifestação/ação cultural de base territorial, com potencial de descortinar um horizonte de possibilidades para a transformação e mobilidade social.

Apesar do marco inicial de 2005, quando eu tive acesso à criação do Programa Cultura Viva, que, tal qual um bebê de pouco mais de um ano já “andava” e “falava” (sua criação data de 2004), a Cultura Viva nunca foi nem será datada, graças a sua condição de incompletude e construção permanente: VIVA!

Fui apresentado ao, então, Programa Cultura Viva, no auditório do Teatro Noel Rosa, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, em um evento do Curso de Gestão Cultural do CONCULTURA, com a presença do Ministro de Estado da Cultura - MINC, Gilberto Gil, e o Secretário de Projetos e Programas Culturais do MINC, Celio Turino. Naquele momento o túnel se iluminou por inteiro.

A sensação era muito mais incrível do que quando se descobre luz no fim do túnel! A cada frase da explicação sobre o Programa eu tinha a certeza de que a ideia nascera da nossa experiência no Campus Avançado, uma pequena Instituição Cultural de Niterói, fundada no ano 2000: definitivamente, ainda que eu não conhecesse a expressão Ponto de Cultura, não tinha a menor dúvida de que éramos um Ponto de Cultura e quanto mais a explanação avançava, mais se consolidava a minha certeza de que tínhamos que participar daquele Programa.

O Teatro Noel Rosa tem suas poltronas dispostas em degraus, para que nenhum expectador tenha que ficar se desviando da nuca do expectador a sua frente. E eu estava sentado num dos últimos degraus, bem no alto da plateia. No intervalo de evento descii rapidamente até o palco, mas eram muitos degraus a vencer até chegar à beira do palco, onde, a essa altura, o Celio já estava cercado por muitas pessoas a lhe fazer perguntas. Mesmo assim, consegui acessá-lo para, ingenuamente, informá-lo que éramos um Ponto de Cultura. Éramos exatamente tudo o que ele acabara de falar sobre um Ponto de Cultura. Tanto que em alguns momentos parecia que ele estava contando a nossa própria história.

Pacientemente ele ouviu meu longo relato sobre nossas ações e resultados positivos e me explicou que eu deveria abrir o link do Edital, preenchê-lo e submetê-lo a avaliação da banca do Edital. Acho que a minha indisfarçável expressão, não sei bem se de frustração, descrença ou decepção, mesmo, me denunciou ao Secretário Celio Turino. Afinal eu tinha pouca experiência no preenchimento de formulários de Edital e algumas poucas tentativas frustrantes.

Agradei a atenção dele e subi desanimado os degraus de volta ao meu lugar para assistir a próxima Mesa do evento. Para a minha surpresa, me dei conta que uma pessoa que vinha subindo os degraus durante a outra Mesa (a plateia não era iluminada, apenas o palco), era o Celio, que de uma forma muito autêntica sentou-se no chão, ao lado da minha poltrona para insistir que eu escrevesse a proposta do jeito que tinha falado para ele o que fazíamos e seus resultados.

Aquela atitude de carinho e atenção me encheu de brios e, ao mesmo tempo de esperança, de me tornar um Ponto de Cultura. Juntei a turma do Campus Avançado, que fazia um projeto de oficinas de vídeo com jovens de Comunidades de alto risco social, em Niterói, e abrimos o link do Edital e fomos escrevendo e salvando os textos. Acontece que na hora do “copia e cola”, os textos não cabiam nos espaços

disponíveis no formulário, que tinham limites de toques. Foi com muita dificuldade de síntese que conseguimos finalizar nossa proposta.

Para nossa tristeza, consultando o resultado no DOU [Diário Oficial] vimos que tínhamos ficado fora dos contemplados por uma pequena diferença de pontos. Não me lembro exatamente quantos dias depois do resultado publicado, muito chateado com o resultado, na certeza de que éramos um Ponto de Cultura, tomei coragem e mandei um e-mail para o Celio Turino para dizer que, apesar de decepção, aceitávamos com serenidade o resultado adverso no Edital, mas que tentaríamos novamente no próximo. O único pedido que gostaríamos de fazer era uma análise de onde fomos mal na escrita, para melhorá-la no próximo Edital.

Mas tudo conspirava a nosso favor, desde o dia do tal evento do CONCULTURA na UERJ. Era como se até os Deuses soubessem que éramos um Ponto de Cultura! Qual não foi minha surpresa, passado no máximo meia hora da postagem do e-mail, quando o telefone tocou (naquele tempo não tinha ZAP): era o próprio Secretário Celio Turino, me ligando de Brasília para dizer que naquele dia até uma determinada hora (não me lembro se 17:59 ou 23:59 h) era o prazo final para a apresentação de recurso solicitando a revisão de nota da proposta, me incentivando a entrar com um recurso solicitando revisão de nota.

Eu nem sabia que existia essa possibilidade. Uma possibilidade, inclusive, sem limite de caracteres para o texto de argumentação da defesa da proposta, o que nos facilitou muito. Para nossa alegria acabamos conseguindo mais pontos do que precisávamos para reverter a situação e ganharmos a chancela de Ponto de Cultura!!!

O que foi definitivo para que o ME VÊ NA TV, nosso projeto, que dependia da disponibilidade dos equipamentos do Instituto de Artes e Comunicação Social – IACS da UFF, que tinha sempre fila na agenda onde tínhamos que disputar os empréstimos com os alunos da Faculdade de Cinema. Pudemos comprar uma boa câmera, equipamento para ilha de edição, dando um extraordinário salto de qualidade no Projeto, com a possibilidade, também, de aumentarmos o número de jovens incluídos nas oficinas.

Mas, para além desse ganho extraordinário do ME VÊ NA TV, nossa Instituição Cultural ganhou uma visibilidade até então inimaginável, sem contar com o amadurecimento dos gestores da Instituição, a partir do relacionamento generoso e franco com os gestores públicos do Ministério, desde os servidores menos graduados até o Secretário, que compartilhavam todas as decisões do Programa, mesmo quando não era possível atender a alguma das nossas demandas.

Tudo sempre foi conversado francamente, sem meias palavras, mas com muita delicadeza. Sabíamos das dificuldades que a Secretaria encontrava junto os chamados “setores meio” do Ministério: limitações de ordem jurídicas e burocráticas que, em determinados momentos, travavam os desejos e iniciativas do formulador do Programa. Ainda assim, Ponteiros e Ponteiras, nunca economizamos nas cobranças, que mesmo quando impossíveis de serem atendidas, eram acolhidas para serem tentadas em outros momentos.

Assim, a partir dessa experiência nunca mais tive dificuldade para responder a pergunta: Qual o Brasil que você quer?

Mesmo sem atingir plenamente o tripé que é a base da formulação dessa, hoje, fantástica Política Nacional de Cultura Viva – PROTAGONISMO, AUTONOMIA, EMPODERAMENTO – sabemos que essa possibilidade é, no mínimo, latente, pela sua matriz teórica de sustentação.”

De Belize, Claudia Orantes. Conto a história dela em outro livro, Por todos os caminhos, no capítulo intitulado Caracol, quem tiver oportunidade, leia, é uma bonita história de vida. Ela escreve sobre *Las Arenales* e a vida entre fronteiras:

“En la zona de adyacencia entre Belice y Guatemala existen algunas poblaciones divididas en dos territorios por la línea que marca el GPS (Global Position System). Arenal es una de esas comunidades dividida por dos países, con la particularidad de que por décadas y de tarde en tarde se realizan juegos Internacionales de fútbol, al tener el campo una portería en cada país. Con la facilidad que la pelota o los jugadores van de un lado a otro de la línea imaginaria que delimita los dos países en disputa territorial desde hace más de un centenar de años, pasan también de un lado a otro todo tipo de ilegalidades.

Entre las cosas a que une los dos Arenales, además de los lazos familiares, las anécdotas de abuelas y abuelos que se niegan a olvidar, y de la clínica del lado guatemalteco o de las iglesias y sus campañas, está también algo que es parte de la vida de todos en la aldea, el río Mopán con sus historias de aparecidos, su Ceiba centenaria y sus muchas niñas y niños que han encontrado en los procesos de Cultura Viva Comunitaria otras maneras de relacionarse, de reconocerse y de descubrir el mundo”²⁰⁸

Neri Silvestre, sempre inquieto, um intelectual orgânico das periferias do Brasil. Nosso contato tornou-se mais próximo quando eu já não estava no governo, gosto muito de acompanhar a trajetória dele:

“Sou um sujeito curioso, revolucionário por natureza, ex-jogador de várzea, cozinheiro, gestor Cultural e guia de turismo, foi e é assim que tento encontrar uma nova dimensão da vida, da nossa cultura, com o Cultura Viva vivi Teias, conferências, conexões e muitos legados.

Tive oportunidade de estudar e seguir nessa caminhada defendendo a Cultura Viva do Jardim Santo André CDHU do ABC para mundo.

Dentro dessa minha trajetória tive a honra de conhecer Celio Turino, mestre encantado das políticas culturais, o protagonismo da maior política cultural, que fez a diferença no do-in antropológico do Gil, foi com o ele que me interessei por cultura. Aqui sempre foi pregado que cultura não era para os debaixo, no entanto o Célio insistiu na autonomia, protagonismo e emancipação, porque será os debaixo “nós” que vamos fazer a revolução.

E a Cultura Viva abriu caminhos para as culturas e para diversidade cultural, com ela foram abertas novas veredas, novos gestos e jeitos do povo brasileiro e da América Latina muito foi desvelado, assim hoje seguimos na trilha de Macunaíma, descobrindo novas veredas e potencializando o povo que tanto faz cultura. Viva a Cultura Viva ...”

²⁰⁸ ORANTES, Claudia – CULTURA VIVA COMUNITARIA EM LA ZONA DE ADYACENCIA – in. CULTURA VIVA COMUNITARIA – Convivência para el bien común – pg. 36 – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitaria, 2015, El Salvador.

Diego Behabib, gestor público responsável pela continuidade da política pública da Cultura Viva no governo da Nação Argentina. No texto ele apresenta como isso se sucedeu a partir do trabalho interno nos governos, independente de mudanças políticas, que ocorreram e foram bruscas. Diferente do Brasil, felizmente, não houve descontinuidade. Hoje há 1.800 Pontos de Cultura em atividade na Argentina e o governo investe US\$ 20 milhões por ano:

“Puntos de Cultura es, precisamente, un punto de inflexión en la historia de las políticas culturales de Nuestra América. No sólo porque se trató del reconocimiento a un montón de actores y sujetos sociales hasta entonces invisibilizados de la escena pública, sino también porque significó una transformación de la esencia de la política. La *inversión de lo cotidiano*, el protagonismo y la construcción colectiva como articuladores de nuevos modos de gobernanza. La sintonía política de nuestros países, sin duda, permitió la expansión hacia Argentina.

Florecieron Puntos de Cultura por todo el continente, una primavera regional que se renueva y hoy nos permite proyectar un futuro común. Colectivos, redes y movimientos se identificaron con los fundamentos filosóficos y conceptuales de la *Cultura Viva*, y los hicieron propios. También hubo un encantamiento de funcionarios y funcionarias públicas que corrieron los límites de lo posible en el estado. Tuvieron la creatividad necesaria para transgredir, romper burocracias arcaicas y establecer formas de vinculación cercanas entre pueblos y gobiernos. Estrategias de trabajo y horizontes comunes que permitieron ampliar fronteras. Esa nueva forma de construcción de una política cultural -algo intensamente presente en los colectivos y movimientos culturales- fue lo que permitió su supervivencia bajo gobiernos de distinto signo político, porque generaron una nueva trama. La amalgama y el tapiz.

Mientras hemos ido absorbiendo la idea del “*buen vivir*” y hemos puesto en crisis sistemas de valores vinculados al “progreso” y al “desarrollo”, pudimos también ir comprendiendo totalidades, para reafirmar junto a las voces más potentes que “*otro mundo es posible, un mundo en el que quepan todos los mundos*”.

Estas narrativas -propias, con sentido, y compartidas- van camino a nuestro ideal emancipatorio, con la firmeza y convicción de que es posible transformar este mundo desigual, injusto y que tanto nos incomoda. De la mano de la política cultural más latinoamericana. Y que para comenzar -o mejor dicho, continuar con las luchas históricas de nuestros pueblos- como siempre, sólo es necesario un punto.”

Da Universidade de São Paulo, Dennis de Oliveira, intelectual da comunicação democrática, pensador e ativista das periferias potentes, formando muita gente boa. Acompanhando as políticas culturais do país, ele sintetiza:

“A grande inovação no MinC no primeiro governo Lula, sob a gestão de Gilberto Gil, foi a criação do Programa Cultura Viva. A concepção do programa, de autoria do intelectual e ativista Célio Turino, é potencializar ações já realizadas por grupos

sociais diversos em todo o País, dando visibilidade à diversidade que é realizada de fato em todos os cantos. É a materialização do conceito de *do-in* expresso pelo então ministro Gilberto Gil: não se trata de criar ou promover, mas potencializar o que já existe. O Programa Cultura Viva não só fomentou os pontos de cultura, mas possibilitou os encontros das diferenças com as realizações das ‘Teias’ (momentos em que os diversos projetos fomentados se apresentavam e trocavam experiências). Experiências semelhantes e importantes são realizadas em vários municípios, como o Programa Vai e o Fomento à Cultura das Periferias, na cidade de São Paulo. Há uma nítida evolução na concepção de cultura nestas políticas realizadas. Elas saem de uma concepção restrita, que parte do pressuposto de que existe um grupo pequeno de ‘fazedores da cultura’, e o papel do Estado se restringe a fomentar esse grupo e garantir o acesso. A cultura é um direito não só de acessar, mas também de se expressar.

Partindo da ideia de que a cultura é um direito de acesso e expressão e que a democracia no Brasil ainda é incipiente porque não estendida em termos substantivos para todos, garantir o direito de expressão cultural para grupos sociais histórica e estruturalmente excluídos, como a população negra, indígena, periférica, entre outros, é apontar para uma perspectiva de relação equilibrada entre todos e, assim, caminhar para uma democracia substantiva. Afinal, a palavra cultura vem do latim *colere* (cultivar). Uma política cultural com esta perspectiva contribui para o cultivo de uma sociabilidade de respeito às diferenças, base para a democracia substantiva para todos.

É fato que o Cultura Viva enfrentou problemas como, por exemplo, o excesso de burocratização que o modelo de parcerias público-privadas impõe e que acabou por afastar muitos grupos e até trouxe problemas graves para as lideranças. A experiência anterior pode auxiliar no seu aperfeiçoamento. Afinal, as teias podem ser tecidas de diversas formas, ainda que em determinados momentos seus pontos se quebrem. O que importa é atentarmos os nossos olhares e sentidos aos caminhos que os sujeitos e sujeitas periféricas fazem e construirmos as verdadeiras cumplicidades e encontros. Como diz o poeta Vinicius de Moraes, ‘a vida é a arte do encontro, embora existam tantos desencontros’ – mas a cultura é vida.”²⁰⁹

Jandira Feghali, deputada federal pelo PCdoB-RJ, como poucas, ela exerce um mandato a serviço do povo, nas mais diversas causas, entre suas muitas atuações, foi autora da Lei Cultura Viva, relatora da Lei Aldir Blanc e autora da Lei Aldir Blanc 2:

“Há pessoas que existem e direcionam sua inquietude para provocar, promover e construir formas de transformar a realidade. Celio Turino está neste contingente da humanidade que faz diferença por onde passa.

Com seu jeito concentrado, sereno, afetuoso de encarar o mundo, as polêmicas, as adversidades e o que encontra em suas pesquisas “por aí”. Célio, esse historiador e pensador brasileiro, nos ensina e nos permite trocas que ficam para a vida. Corajoso e crente na humanidade solidária me passa sempre a sensação de que vê cada pessoa e cada coletivo sob todas as dimensões e ângulos. Vê a integralidade em cada expressão, das mais simples às mais complexas.

²⁰⁹ <https://jornal.usp.br/cultura/di-cavalcanti-esfaqueado-de-quem-e-a-culpa-como-evitar-tamanho-violencia/>

Olhando para baixo observa as raízes fincadas no chão o pertencer ao território, para cima e vislumbrando a grandiosidade do universo e dando a ele o significado que a pluralidade religiosa possibilita, para trás valorizando a história, a ancestralidade, para os lados abrindo os braços e integrando suas irmãs e irmãos, e para a frente esperançoso e levantando as lutas de construção do futuro.

O programa cultura viva é tudo isso e foi transformado em política cultural a partir de Celio Turino na gestão Gilberto Gil, transformou-se em política de Estado a partir da aprovação da lei 13018/2014, de minha autoria e contribuição de muitas cabeças e mãos, e se espalhou pela América Latina, em várias cidades de vários países. Minha experiência neste caminho continua sendo muito rica, inovadora, muito participativa, de grandes ensinamentos e realizações. Eu e Celio acreditamos na necessidade de superação do capitalismo e que potencializar a arte e a cultura, na sua diversidade e em todos seus impactos, tem papel fundamental para a conquista da emancipação do nosso povo.”

Gilberto Gil²¹⁰ dispensa apresentação, além de tudo um amigo a quem sou muito grato pela oportunidade em ter podido colocar minhas ideias em prática e na escala para todo o país. Quando perguntado sobre o que mais lhe marcou quando ministro da cultura, Gil responde:

“Eu fui ministro quase seis anos, numa época de emergência do digital na cultura. Fizemos os Pontos de Cultura em territórios indígenas, nos territórios quilombolas, nas periferias das grandes cidades, nas pequenas comunidades no interior do Brasil. Foram 3 mil e tantos pontos de cultura implantados naquele período, com ênfase na digitalização dos meios de comunicação e na interatividade, de indivíduos, cidadãos, grupos humanos.

Enfim, foi um momento importante. Pode ser visto como a história de um grupo governante fazendo jus ao espírito de seu tempo, querendo corresponder às exigências da atualidade nos vários sentidos, reconhecendo o advento do novo momento tecnológico, uma nova realidade técnica, avanços civilizatórios. Era um momento em que as coisas tinham significado. Depois veio um momento em que saiu de pauta, perdeu de ter importância para um sistema, o conjunto governativo do país.”²¹¹

Do Peru, Paloma Carpio Valdeavellano, artista e diretora de teatro, gestora pública, ativista pela Cultura Viva Comunitária. Paloma acompanhou a Teia em Fortaleza e desde então é uma das grandes ativistas da Cultura Viva Comunitária na América Latina, não somente no Peru:

“TENER PUENTES

Para lograr afianzar las iniciativas de promoción de la Cultura Viva Comunitária es necesario tener puentes, concetar círculos, propiciar espacios de diálogo com diferentes sectores. Si nos atomizamos, nuestra agenda seguirá siendo relevante sólo

²¹⁰ Como homem de seu tempo, Gil colocou toda a carreira dele em um Museu Virtual, na internet. Nele há uma seção sobre os Pontos de Cultura:

<https://artsandculture.google.com/story/WQWBq8XSN0wb6A?hl=pt-BR>

²¹¹ Entrevista ao jornal Valor Econômico, 15/12/2022 <https://www.printfriendly.com/p/g/78B4n7>

para nuestro entorno inmediato, pero so logramos hacer dialogar las agendas de los diversos sectores sociales que están buscando reivindicar sus derechos, los procesos tomarán mayores dimensiones y, por lo tanto, generarán mayores transformaciones. Tender puentes significa observar, escuchar, dialogar. Tener la disposición de apreciar y valorar la riqueza de nuestras diferencias. No reivindicar como válida sólo un tipo de expresión o práctica cultural. Más bien, intentar confluir hacia formas de relación que generen sentido de comunidad, no entendido exclusivamente como territorios físicos sino desde los territorios sensibles que nos conectan a todos como seres humanos.”²¹²

O casal Julia Escobar e Doryan Bedoya, colombianos de Medellín, que foram buscar sentido nas terras dos povos Maya. Na Guatemala criaram a *Caja Ludica*, que é referência em cultura lúdica para toda a América Central, havendo formado milhares de jovens e animadores culturais com atuação em escolas públicas. Em anos recentes regressaram à Colômbia e agora vivem em uma montanha na cordilheira dos Andes:

“Abuellas y abuellos de los pueblos originarios del continente americano. !Hemos despertado! Desde la ancestralidad, las primeras generaciones originarias del continente potenciaron y desarrollaron capacidades creativas y expresivas dejando un legado cultural enorme que se puede conocer a través de los rituales y ceremoniales, con toda su poética y oratoria que traslada de generación en generación la cosmovisión y la espiritualidad. El pensamiento complejo y el pensamiento mágico son el soporte filosófico de nuestras culturas.

Em Guatemala el Pueblo es cargador de la Cultura Viva Comunitaria, cada generación abraza y goza las manifestaciones culturales que suceden todo el tiempo; por toda su geografía y comunidades hallamos testimonios de creatividad e imaginación materializados en los tejidos más belos y coloridos llenos de simbolismos que los conectan con la madre tierra y el universo; máscaras casi com vida, pinturas, diversidad de artesanías, hamacas, marimbas, tambores, chirimías, música y danzas que expresan éste país plural. [...]

Avivemos la llama de los cargadores del tiempo. Debemos indagar en las profundidades de una de las culturas más vitales para la pervivencia de la humanidad que proyectan valores y principios básicos para la configuración del mundo que anhelamos. Em el recorrido por los tejidos de la Cultura Viva Comunitaria nos sorprendemos encontrando maravillosas formas que inventa la gente cuando se organiza para continuar fortaleciendo la cultura viva comunitaria.”²¹³

²¹² CARPIO, Paloma – RESONAR LATINOAMERICANO DESDE UM CORAZÓN PERUANO – uma mirada reflexiva a los procesos de las políticas públicas de promoción de la Cultura Viva Comunitaria em Perú, in. CULTURA VIVA COMUNITARIA – Convivência para el bien común – pg. 202 – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitaria, 2015, El Salvador.

²¹³ ESCOBAR, Julia e BEDOYA, Dórian – HOMENAJE A LOS PRIMEROS HACEDORES DE LA CULTURA VIVA COMUNITARIA - in. CULTURA VIVA COMUNITARIA – Convivência para el bien común – pgs. 139 e 146 – Congreso Latinoamericano Cultura Viva Comunitaria, 2015, El Salvador.

Marcelo das Histórias, um *ponteiro*. Marcelo Ricardo Ferreira, articulador cultural, contador de histórias. Fui conhece-lo com mais proximidade quando eu já não estava no Ministério da Cultura e havia voltado para meu posto como historiador na prefeitura municipal de Campinas, no Museu da Imagem do Som. Chegando ao Museu inventei um curso, “*Uma ação cultural transformadora*”, que contou com muitos inscritos. Marcelo foi da primeira turma, em 2011, desde então, sempre estamos juntos, dividindo derrotas e conquistas. Pedi um depoimento:

“A Cultura Viva foi e é a minha universidade. É o meu partido político, que prefiro chamar de “Partindo da Cultura Viva”, que se tornou minha filosofia de vida, para contribuir com um mundo mais para as pessoas e a natureza do que para o capital. Com ela desenvolvi projetos e ações que foram premiadas e me orgulham como artista e ativista cultural. Ela me forjou como um contador de histórias que sabe utilizar a narrativa e conexão da diversidade cultural, articulada em rede, para gerar incidência política e transformação social. Me fez ser mais brasileiro e latino americano, mais comunitário. Me permitiu desenvolver uma compreensão mais sistemática sobre a minha família, comunidade, nação e mundo.

Toda esta aprendizagem me permitiu estar preparado para enfrentar a maior crise que o setor cultural brasileiro enfrentou nas últimas décadas, com a chegada da Pandemia do Covid-19. E junto com dezenas de outros ativistas, gestores e parlamentares, criou-se a Articulação Nacional de Emergência Cultural, que foi um movimento de fundamental importância para elaboração, aprovação e implantação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, durante o governo Bolsonaro. Uma lei que teceu um novo tecido social de ativismo cultural e impulsionou a aprovação da Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2.

A Cultura Viva é minha missão de vida.

Eu conheci o Programa Cultura Viva em 2007, à época atuava somente como contador de histórias profissional, integrava o grupo Narradores e presidia a Associação Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais — NINA. Embarquei para Belo Horizonte para participar da segunda TEIA Nacional, cujo tema gerador foi “Tudo de Todos”. Até então, conhecia o Programa pelas notícias nacionais e pelas Casas de Cultura Tainã e Aquarela de Campinas, onde atuamos em alguns projetos, e ouvíamos as histórias de quando o Célio Turino havia sido secretário de Cultura da cidade e fez uma gestão revolucionária, inclusive criando a Rede de Casas de Cultura no início dos anos 90.

Ao chegar no evento da TEIA, já me surpreendi por todo o encantamento, diversidade e grandeza da produção do evento. E o rumo da minha vida mudou para sempre quando cheguei, tarde da noite, no clube de campo do Sesc Venda Nova, que fica a 40 minutos da cidade BH. A unidade possuía 200 chalés onde estavam hospedadas as Ponteiros e Ponteiros de Cultura de todo Brasil. Para chegar no chalé onde ficaria hospedado, tive que percorrer a pé algumas quadras e ruas. Nesta caminhada fiquei eufórico pois havia diversas festas e celebrações aos sons das mais diversas expressões culturais brasileiras. Um rizoma pulsante de batuques, performances teatrais, cantorias, danças regionais, artistas de circos e brincantes de todos cantos e encantos do Brasil profundo e periférico. A intensidade de trocas, sonhos e utopias de que ali estava se forjando a maior revolução cultural que o país

já teve, me tomaram o corpo e alma. Em 04 dias vivenciei profundamente a cultura brasileira conectada em rede e irmandade para transformar a realidade do povo brasileiro pela Cultura.

Dentre todas as possibilidades que o programa oferecia, me encantei e ingressei na Ação Griô Nacional, que atuava no reconhecimento político, social e econômico dos mestres e mestras da tradição oral dos Pontos de Cultura em mediação com a educação formal. A partir daí, minha jornada profissional foi toda voltada à Rede Cultura Viva. Passei a participar das Teias Nacionais e Regionais. Meu repertório de artista, gestor cultural e ativista se ampliaram muito. Vivenciei uma nova cultura política — onde a lógica do Estado é a lógica da imposição e controle. Porém, a lógica do Cultura Viva era outra - “do Estado que impõe para o Estado que dispõe”, “do Estado que controla para o Estado que está disposto a perder o controle”.

Como todo sistema tem como objetivo prioritário se auto preservar, os 3 anos que vivi de pura revolução se acabaram no início de 2011. Pois o governo federal iniciou um processo de criminalização dos Pontos de Cultura e do programa Cultura Viva. Mas eu já estava tomado por uma consciência política e cultural que me fizeram lutar e trabalhar todos os dias da minha vida e do meu coletivo para enfrentar este desmonte. Depois de muita luta e mobilização nacional, aprovamos a Lei Cultura Viva Nacional em 2014, e a Lei Cultura Viva em Campinas em 2015, sendo esta, a primeira cidade brasileira a ter uma lei própria.

Mesmo com aprovação da Política Nacional Cultura Viva ainda trabalho diariamente para que ela seja implementada de fato. Mas se o estado e o governo brasileiro ainda não compreenderam seu papel nesta história. O movimento e a filosofia continuam se enraizando por todos os cantos deste Brasil e América Latina. Não tem mais volta. O sistema político e estatal só conseguem adiar sua implementação. Pois ela hoje não é só uma política pública. É um estado permanente de utopia. Seu poder não está na mão do Estado. Mas no poder de milhares de fazedoras e fazedores culturais em cultivarem diariamente mesmo sobre toda desigualdade econômica social e política. E será o poder popular de baixo para cima que irá, mesmo que ainda leve mais tempo, a sua implantação como dever do estado brasileiro.”

Com Silvana, meu amor, tenho viajado por todos os caminhos pelos cantos mais remotos e esquecidos da América Latina. Ela é quem conhece mais de perto as agruras e felicidades por que passei, passamos na última década, sempre companheira:

“Em 2006, perguntei ao Célio o que era Cultura Viva/Pontos de Cultura e ele me respondeu: é um conceito. Nesse mesmo ano pude ir à Teia em São Paulo e sentir a efervescência daquele tripé: empoderamento, autonomia e protagonismo. De 2006 até hoje (2023) pude conhecer Pontos de Cultura em vários países e em todos os momentos senti entre as pessoas a vida pulsando, encontros calorosos, afetuosidade, além de diálogos profundos. Pessoas promovendo a cultura e inclusão social de forma autônoma e participativa. Ouvi histórias e relatos impressionantes do trabalho desenvolvido com amorosidade de toda uma vida. Crianças separadas de pais imigrantes nos Estados Unidos, deportadas para a Guatemala e mantidas presas numa Casa de Migrantes, quem poderia explicar o que é uma nuvem para àquelas crianças? Quem poderia desenvolver trabalhos culturais com crianças e jovens que hoje na fase adulta relatam a importância dessa convivência para que eles não

trilhassem o caminho do tráfico? A resposta para essas indagações e tantas outras é um Ponto de Cultura que muda a vida das pessoas e de toda sociedade em seu entorno. Trabalho este que teve a possibilidade de ser aprimorado e empoderado pelo conceito e método da Cultura Viva / Ponto de Cultura. É difícil descrever a emoção de perceber que tantos problemas sociais e desinformação poderiam ser resolvidos a partir da atuação desses pontos. Outro dia, Célio me disse que Cultura Viva/Ponto de Cultura não é apenas um conceito é um método filosófico, concordo plenamente com ele!”

Saindo do arvoredo, mirando a floresta.

Só é possível compreender a Cultura Viva como um exercício coletivo, não declarado, mas efetivado, de filosofia da práxis junto à rede de Pontos de Cultura. Um método de filosofia a partir do desenvolvimento proximal entre os Pontos que, ao serem estimulados, se interligam em conexões, produzindo conhecimento sobre si, a partir de si e do Outro. Continuados exercícios para o vir-a-ser, até que emergjam. Pelas bordas, pelos pontos, é possível refinar a concepção de grupos subalternos, sobretudo os mais alijados ou desconsiderados na dimensão necessária do que executam nos territórios, alijamento que acontece, inclusive, em partidos políticos de caráter progressista ou movimentos sociais mais estruturados. Nesse processo de refino e depuração esses agentes periféricos (a partir da arte e cultura) foram tomando posse do Estado, exercitando uma nova hegemonia. A força está nas ideias, na filosofia. Certo dia uma amiga muito querida, argentina, bailarina e articuladora cultural, Inês Sanguinetti, disse uma frase que gostei por demais: *“não há nada mais prático que uma boa filosofia”*. É isso.

A escala para que hoje eu possa fazer tal afirmação foi (é) considerável, tanto no Brasil (3.500 organizações culturais de base comunitária, alcançando 1.100 municípios e involucrando aproximadamente 9 milhões de pessoas), como pelos diversos países em que a Cultura Viva Comunitária e os Pontos de Cultura são realidade (na Argentina, 1.800 Pontos de Cultura, em outros países em dimensão menor, mas, ainda assim, considerável). Não houvesse essa potência não teríamos a capacidade em realizar 5 congressos continentais, totalmente por fora de estruturas de poder, seja Estado, Partidos Políticos ou organizações e movimentos de maior porte. No entanto, o que está a acontecer ainda é mal percebido pelas estruturas dominantes, mesmo no campo da chamada esquerda. Vide a surpresa com as reações do Peru indígena, profundo, o país das montanhas que agora resiste ao golpe de Estado e as sucessivas ingovernabilidades imposta por um sistema político disfuncional à serviço das elites coloniais de sempre; ou a reação do povo da Bolívia, de quando a whipala foi ultrajada logo após o golpe de

Estado de 2019. Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, percebeu que a filosofia da práxis encerra em si o germe dos processos emancipatórios, pois coloca nas mãos e cabeça dos subalternos a força do filosofar. Essa é uma essência da Cultura Viva:

“A experiência sobre a qual se baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada; ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade, cujo estudo pode dar lugar ao nascimento da ‘filologia’ como método de erudição na verificação dos fatos particulares e ao nascimento da filosofia entendida como metodologia geral da história.”²¹⁴

Mais que o reconhecimento e a transferência de recursos para o fazer cultural nas comunidades, a Cultura Viva é uma filosofia da práxis realizada pelos subalternos. Pela Cultura Viva desencadeamos ações de interpretação do mundo realizadas por quem faz o mundo. Toda “verdade” tida como eterna ou única é fruto de origens práticas e valores provisórios, cabe ao Ponto de Cultura e à Cultura Viva descortinar essas práticas e valores, desnaturalizá-los no que carregam de preconceitos e opressões. O senso comum se baseia na crença de que o mundo visível seja objetivamente real. Ao que as Culturas vinculadas à raiz ancestral retrucam, por trás do visível operam os invisíveis, os encantados, as maravilhas, ou alma, ou *ajayo* (do povo aimará). A Cultura Viva não é uma cultura de raiz, tampouco do senso comum, do mundo visível, ela opera com as culturas de raiz, também com o senso comum, mas faz isso colocando essas interpretações no sentido das fronteiras emancipatórias, sejam tecnológicas e dimensões culturais decorrentes (como a cultura digital), sejam afetivas e de amorosidade (encantamento e poética), ou de interpretação do mundo para além do aparente (historicidade e criticidade).

Por essa operação metodológica a Cultura Viva também poderia ser definida como uma Cultura-Árvore. Pelo caule, a seiva transita da raiz às folhas, retornando à raiz com novos nutrientes adquiridos no percurso, um fluxo que torna a Cultura viva. Pela Cultura Viva é possível pensar o mundo em multiplicidade e cultivar uma Política Pública que atua a partir do princípio da Potência e não da Carência, chegamos nas comunidades não para levar luzes àqueles que supostamente não as tem, mas para iluminar aquilo de belo, criativo e transformador, que já é feito nas comunidades. Nenhuma transformação humana, individual ou coletiva, se sustenta se não acontecer de dentro para fora, ou serão as coletividades que tomarão para si o processo de transformação de suas realidades, ou a mudança não acontecerá, ou não será sustentável. “-*Não somos carentes, somos*

²¹⁴ GRAMSCI, Antonio – CADERNOS DO CÁRCERE, volume I, pg. 146 – Civilização Brasileira, 1999

potentes!” é o brado dos Pontos de Cultura, seja no Brasil, pela América Latina ou por qualquer lugar do Globo. Se a comunidade não se percebe como potente, como agente de suas transformações, ela jamais se realizará enquanto Ponto de Cultura, porque um ponto sem alavanca não move o mundo. A alavanca é a potência das comunidades que se assenhoram de seu destino. Auxiliar as comunidades a perceberem isso deve ser a principal missão da Cultura Viva.

Com a Cultura Viva é possível superar modos de pensar pré-existentes, que se dá pelo entrelaçamento entre os Pontos de Cultura e é processada nas Teias. Agindo sem imposições, pela prática, pelo que “já é” no chão das comunidades, quanto mais a cultura viva vai sendo cultivada, mais vão surgindo novas formas de pensar, em que estrutura e superestrutura se relacionam. É quando acontece a depuração dos sentidos. Em diversos momentos dos séculos XIX e XX movimentos revolucionários buscaram impulsionar processos de transformação por caminhos mais economicistas, vinculados a partir das conquistas econômicas e de bem-estar social. A ideia era de que assim seriam descortinadas novas elaborações do mundo, até que se alcançasse a emancipação, todavia, a história dos séculos XX e XXI demonstrou que, a cada nova conquista, a forma de pensar, e agir, foi sendo comida pela lógica do sistema dominante anterior, que seguia prevalecendo nas mentalidades e modos de fazer. Descuidando-se do fato cultural, os êxitos imediatos e aparentes logo se transformaram em retrocessos, uma vez que os valores da velha ordem seguiram prevalentes.

Na concepção da Gestão Compartilhada e Transformadora o convite que se fez foi para o exercício comum de novas formas de governança e interpretação do mundo. A Gestão compartilhada e transformadora seria o Tronco para a sustentação de um Estado Integral, em que a sociedade se involucra no Estado, moldando-o à sua face, até que o velho Estado feneça enquanto ente à parte da sociedade que pulsa. Na mesma concepção, as Teias entre os Pontos de Cultura adquirem o sentido de uma arena para a prática de uma Filosofia Total. Não mais uma filosofia apartada dos processos de vida e das pessoas comuns, mas como uma organização prática da sociedade, estruturando vontade de transformação em ação, tornando-se práxis. Há um forte sentido ético-filosófico na Cultura Viva, que poderia ser caracterizado como uma ideologia da autonomia, da emancipação, do afeto, da ousadia e da coragem, realizada com arte, desde abaixo, pelo povo.

Da combinação entre Pontos praticando uma Gestão Compartilhada e Transformadora e as Teias, segundo o intento da teoria que venho formulando, vai sendo

desvelada a verdade. Verdade não como produto acabado, mas como estado de beleza em floração. A liberdade só é alcançada a partir da verdade, mas a liberdade não é o fim, é apenas a consequência da realização da verdade, que se revela em beleza, porque íntegra, combinando ética e estética, conteúdo e forma, modos de ser e de agir. Cultura Viva é, portanto, a historicidade florescendo, nesse florescimento, conceitos, valores e preconceitos vão sendo desvelados no processo cotidiano, pelos pequenos e grandes gestos de depuração dos sentidos.

Uma gestão de Estado que carrega uma perspectiva emancipadora, mesmo que nas bordas, como conseguimos fazer com a Cultura em um período determinado, se assume no papel de Estado Educador, rumo ao Estado Integral, ou ampliado. Educa-se pela inteireza, pela coerência entre as propostas e as posturas, apurando a capacidade de discernimento coletivo. A capacidade de discernir sobre a Verdade é um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas, sem essa capacidade as democracias, por mais tênues e incompletas que sejam, estarão ameaçadas. O totalitarismo de algoritmo é uma realidade a tomar conta de nossas vidas, colonizando afetos, desejos, rompendo fronteiras entre verdade e mentira. Como alternativa de proteção busca-se regular as BigTechs, a programação de algoritmos e inteligência artificial, a punição a mentiras disseminadas em rede, as fakenews, via legislação mais dura, agências de checagem e fortalecimento do jornalismo ético. Por mais necessárias que sejam essas medidas, elas serão insuficientes, além de poderem resultar em “Ministérios da Verdade” e outras formas totalitárias de controle, inclusive delegando esse controle às chamadas BigTechs.

Pela filosofia da práxis, apurando a capacidade de discernir, a Cultura Viva toma um caminho diferente, que não nega a necessidade de regulações dentro de determinados parâmetros, mas que atua junto ao receptor, aos indivíduos e coletividades que absorvem a enxurrada de direcionamentos e comandos algorítmicos, discursos de ódio e cizânia. Até aqueles que usam pouco as redes sociais seguem submetidos a essas manipulações, que ocorrem em todo lugar, nas pregações fundamentalistas em igrejas, no discurso de ódio, na manipulação de desejos, na vulgarização da vida. É quando entra um outro elemento imprescindível aos tempos atuais, a necessidade de uma ação em escala, no chão da vida, onde há vínculos com o real. Não uma exemplariedade, mas algo difundido e disseminado. Esse é o Ponto de Cultura, como mediador e ativador das nervuras do real, espreado por toda a sociedade por sua forma maleável, leve. Apenas com escala, leveza e firmeza generosa será possível combater a desinformação e os

discursos de ódio, em pela presença cotidiana, orgânica, nos processos de vida, criação e emancipação fincados nos territórios e comunidades.

Apesar de o primeiro uso do nome Ponto de Cultura ter acontecido em Campinas nos anos 1980, conforme eu relato no livro *“Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima”*, não é apropriado afirmar que o conceito foi formulado naquele momento. Havia a designação de Ponto de Cultura, mas não o conceito. Para que um termo se consolide enquanto conceito é necessário uma unidade para representação mental e linguística, com conceitualização e teoria coerentemente aplicada. Além da escala muito limitada, designando apenas dois espaços culturais administrados diretamente pelo governo municipal da época (nos distritos de Joaquim Egídio e Nova Aparecida), o termo não expressava o conceito de Ponto de Cultura tal qual aplicado em política pública a partir de 2004. A comunidade participava das diretrizes dos dois espaços culturais através de um conselho, mas não havia os elementos constitutivos para a autonomia, protagonismo e empoderamento plenos, nem recursos disponíveis para operação direta pela sociedade, menos ainda a interligação em rede. A despeito disso, mantenho o registro e referência pela inspiração e resgate que promovi quando da construção do conceito em 2004. Mais próximo do conceito atual foi o que consegui realizar entre 1990/92, quando eu estive como Secretário de Cultura em Campinas. Mesmo assim caracterizo essa fase como um proto-conceito de Ponto de Cultura, pois não havia o conceito plenamente elaborado e sim elementos do que viria a constituir o conceito quando aplicado no Ministério da Cultura. Recuperando o documento *“CAMPINAS, uma nova ação cultural”*, do final de 1992, há uma descrição do que estava sendo realizando:

“As Casas de Cultura surgiram como proposta de formação de artistas e iniciantes, a partir da criação de espaços de referência cultural nos bairros mais distantes do centro da cidade. A primeira dessas Casas surgiu em julho de 1990. Era uma reivindicação da comunidade do Parque Itajaí II, a 25 quilômetros do centro de Campinas, para que fosse criada uma biblioteca pública no bairro. A SMCT atendeu o pedido, doando 600 livros e a “Casa de Leitura” foi crescendo, transformando-se em espaço de convivência democrático, abrigando com o tempo novos tipos de atividades.

Outros pedidos começaram a aparecer e a ideia de “Casa de Cultura” é hoje uma realidade. Já são 14 pontos em instalação, com orientadores de teatro, expressão corporal, iniciação musical, dança, artesanato, fotografia, educação ambiental, etc., cada qual mantendo suas próprias potencialidades criadoras.

As Casas estão sendo criadas nos seguintes locais: Vila Padre Anchieta, Jd. Santa Lúcia, Jd. Yeda, Parque Itajaí II, DIC I, Vila Costa e Silva, Vila Padre Manoel da

Nóbrega, Vila Boa Vista, Jd. Das Bandeiras II, Jd. Aurélia e Vila Ypê, além de Joaquim Egídio, presídio Ataliba Nogueira e DCE-Unicamp”²¹⁵

Havia a gestão compartilhada Estado-Sociedade, sempre em regiões desassistidas, distantes do centro da cidade, em espaços comunitários, administrados diretamente pela comunidade. O governo municipal fornecia o pagamento de um salário mínimo para um agente comunitário de cultura por Casa de Cultura, mais um pequeno recurso para manutenção do espaço. A essa microestrutura se somavam o envio de professores de artes e oficinairos, doação de equipamentos e livros (600 títulos por local) e encontros mensais entre os agentes comunitários de cultura, assegurando uma gestão em rede, antes até da popularização do conceito Estado-Rede, de Manuel Castells. Essa implantação maleável possibilitou formatos diferentes em cada local. Havia Casa de Cultura instalada em uma casa-protótipo a ser desativada pela companhia municipal de habitação, em outros bairros, numa garagem ou parte de residência particular cedidos para uso comunitário, em outro, uma academia de capoeira, também adaptando espaços públicos que passavam a ser geridos pela Casa de Cultura, como parte de um armazém de abastecimento desativado, parte de um centro esportivo (vide Casa de Cultura Tainã) ou um galpão para guarda de ferramentas em Parque Público. O fundamental era a disposição das pessoas em cada comunidade, se predispondo a assumir a gestão comunitária da Casa de Cultura. Isso permitiu experimentações, como uma Casa de Cultura dentro de um presídio (quicá um dia todos os presídios contem com um Ponto de Cultura) ou junto ao Diretório Central dos Estudantes da Unicamp. Essa adaptabilidade/maleabilidade foi uma das chaves para o conceito quando aplicado a partir de minha chegada ao MinC, mas ainda assim não expressava o conceito pleno de Ponto de Cultura.

Os elementos para o conceito estavam lá, mas somente doze anos depois, quando convidado para o cargo de secretário de programas e projetos culturais no ministério da cultura (depois, cidadania cultural), em 2004, eu pude resgatar a experiência com maior maturação e consolida-la em documento. Foi nesse momento que formulei os conceitos de maneira estruturada, dando marco conceitual para Ponto de Cultura, Cultura Viva e demais ações. Relato essa história no livro *Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima*, e o documento que escrevi (vide anexo) deu a base conceitual-filosófica para o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. Ele foi redigido em duas noites,

²¹⁵ *in*. CAMPINAS, UMA NOVA AÇÃO CULTURAL – pg. 23 – Secretaria Municipal de Cultura, 1992

adentrando as madrugadas, com o objetivo de ser apresentado à Juca Ferreira, secretário executivo, e a Gilberto Gil, ministro, para validação. Optei por apresentar a ideia de forma completa, com conceitos, teoria, justificativa, objetivos, método, custo e metas. Fiz assim porque a proposta que eu estava a desenvolver era radicalmente diferente daquela que estava em implantação pelo Governo Federal, mais concentrada na estrutura, via construção de edifícios pré-moldados nas periferias do Brasil, as Bases de Apoio à Cultura, BAC. Meses antes a proposta das BACs havia desencadeado uma crise no ministério da cultura e a pasta que vim a ocupar ficou seis meses sem titular, o motivo de minha seleção foi para retomar o projeto das BACs. O problema é que a proposta de predileção do governo continuava sendo aquela, por mais vistosa, e eu discordava radicalmente. De minha parte, o que tinha a apresentar eram apenas conceitos, sem maquetes e placas de inauguração, por isso me esmerei na fundamentação teórico-conceitual e na metodologia. Prevaleceram os conceitos intangíveis, felizmente.

Diversas vezes me questionaram sobre como foi possível escrever um documento tão detalhado em apenas duas noites. Aos incrédulos eu respondo: não foram duas noites, foram 27 anos de experiência (até aquela época) com trabalho cultural junto às comunidades periféricas, de cineclubes e feiras de arte a atividades museológicas. O conceito de Ponto de Cultura tem muito do pensamento museal e de ecomuseus (aqui aproveito para homenagear uma professora muito querida, Waldisa Russio Camargo Guarnieri, também ao antropólogo Antônio Augusto Arantes, que foi secretário de cultura em Campinas e com quem muito aprendi). Os Pontos de Cultura são museus vivos, espalhados e estilhaçados pelas comunidades que vão se interligando em rede. Também ajudou ter recém realizado a defesa da dissertação de mestrado, “*Na trilha de Macunaíma*”; há muito de Mário de Andrade no conceito de Cultura Viva. E a experiência como diretor de promoções esportivas e lazer na cidade de São Paulo, com os projetos Recreio nas Férias, Viva São Paulo, Nossa Rua (uso comunitário em centenas de ruas de lazer, incluindo o Minhocão e a av. Paulista) e Ludicidade, com a implantação de brinquedotecas, quando conheci o pensamento de Vygotsky e extraí o conceito de desenvolvimento proximal, também Norbert Elias, nos estudos sobre esportes e as configurações de largo prazo, em processo civilizador. Tudo isso está presente no conceito de Ponto de Cultura. Dessa forma os conceitos brotaram com fluidez, até darem consequência prática ao programa Cultura Viva e à ação dos Pontos de Cultura. A viagem a Chiapas, realizada alguns meses antes, também ajudou muito.

Cultura Viva e Pontos de Cultura são, ao mesmo tempo, programa de política pública e conceito de filosofia política. Precisam ser percebidos em conjunto, porque complementares. A Cultura Viva é o mundo em multiplicidade, em fluxo contínuo, da raiz às folhas, flores e frutos, passando pela seiva. É ancestral e invenção ao mesmo tempo, como no fluxo da seiva, que parte da raiz, do subterrâneo, até a copa da árvore, para voltar nutrida pela fotossíntese, realimentando a raiz que, por sua vez, alimentará os frutos, que depois se desprenderão em semente. Na Cultura Viva cabem das culturas ancestrais às culturas digitais, das vanguardas artísticas ao fazer comunitário, da identidade à alteridade. É permanência e ruptura em fluxo contínuo. Não há centro nem periferia, apenas pontos. O Ponto de Cultura é a sedimentação da Cultura Viva no território, formando círculos que dão liga aos iguais na diferença, que conseguem se enxergar plenamente nas Teias que vão sendo tecidas.

Escolhi o termo Ponto de Cultura por três motivos:

- a) Conceitual, por expressar um conceito matemático abstrato, possibilitando a aplicação em multiplicidade, em que cada ação no território pode ter formato, identidade e conteúdos próprios e singulares, mas que convergem no Ponto, para depois convergirem entre Pontos;
- b) Política, pela identidade com as falas poéticas do ministro Gilberto Gil, que, logo no discurso de posse, usou a metáfora *do-in antropológico*; o do-in, ou a acupuntura, harmoniza o Ser pela ativação dos pontos de energia e o Ponto dava consequência prática à metáfora;
- c) Afetiva, pelo meu reencontro com a semente, plantada lá no meu lugar caipira.

A Cultura Viva é o inacabamento, de Paulo Freire a Darcy Ribeiro, passando pelo querido Mário de Andrade. É o maravilhamento com o mundo encantado, formando a Cultura do Encontro. Quase utilizei o termo Raiz de Cultura no lugar de Ponto, mas não soava poético e não condensaria os três motivos acima. A abstração ponto deu mais sentido, apesar de menos tangível. Sempre pensando em árvore. Dessa árvore, pontos estariam formando e seriam formados pela cultura viva, que vai brotando em ações, Griôs, pontinhos, pontões, interações estéticas, economias vivas, tuxauas e aretés... O limite é a imaginação. Como orvalhar conceitos?

Uma ideia se não executada é apenas uma ideia. Era necessário esborrifar as ideias nos lugares em que havia sementes; aquilo que já é, por isso *“potencializar o que já existe”*. Só ativando os corpos, os pontos. Mas da parte do Estado os corpos eram

poucos, cinco servidores, alguns poucos cargos de gerência, orçamento diminuto, com apenas R\$ 5 milhões em 2004. E a ideia ainda era ainda uma abstração. Não foi fácil. Tudo que fiz foi consciente, por isso não reclamo, mas há que expressar a dimensão dos meios diminutos com que pude contar. Se Pontos são corpos coletivos a expressarem ideias e ações, para ativa-los em toda sua potência foi necessária muita agricultura, de sol a sol, lavrando a terra, cavoucando, adubando, semeando, regando. E isso só se faz com calos nas mãos, trabalhando ao sol e à chuva, e às noites, em calma e em tempestade. Houve muito trabalho para que as ideias ganhassem corações e mentes. O desafio foi tornar as ideias visíveis a partir de uma abstração matemática e conceitos filosóficos. Conceitos complexos tornados simples e inteligíveis a partir de atitudes e gestos.

De minha parte, 600 viagens pelo Brasil mais profundo, nos rincões mais esquecidos, média diária de 14 horas de trabalho, 40 dias seguidos para um final de semana de descanso. Todos os meus dias de 31 de dezembro se passaram ao lado dos funcionários responsáveis pelos empenhos orçamentários e convênios, buscando incluir sempre mais um ponto, mais uma ação, ampliando a lista de contemplados, descobrindo mais um dinheiro em alguma rubrica não utilizada na última hora. Foi assim que o orçamento executado em 2004 foi ampliado, em seis meses, de uma disponibilidade de R\$ 5 milhões para R\$ 14 milhões, com o orçamento de 2005 dando salto para R\$ 93 milhões, até a realização de R\$ 297 milhões em 2007. R\$ 806 milhões no período de seis anos. Esses valores viraram ação na ponta, grupos de teatro, oficinas de dança, clubes de leitura, tinta guache e lápis de cor para as crianças nas favelas poderem simplesmente desenhar e pintar em uma folha em branco, viraram rádios comunitárias, indígenas fazendo cinema. Cada centavo chegou aos rincões mais esquecidos desse país, esse foi o maior sentido de nosso trabalho coletivo. E efetivamente aconteceu, não foi discurso.

Para que acontecesse, transformando ideias em vida, foi necessário combinar conceitos claros e precisos com domínio sobre a mecânica da administração pública, conhecimento sobre orçamento, agilidade no raciocínio lógico-matemático, compromisso com o povo e muita dedicação e trabalho. Sem essa combinação não há sequência de Fibonacci que dê conta. Tantos mais assumiram esse compromisso. Funcionários de governo, assessores, *ponteiros*... Em diversas medidas, se jogaram no rio da mesma maneira, produzindo mudanças em si e no rio. Sem a disposição dos corpos para transmitir e executar ideias, elas perdem força na correnteza do rio. Há que se jogar no rio com decisão, ousadia e coragem, também ternura. Não se esqueçam disso – escrevo a

quem virá, aos que querem servir sem jamais servir-se, aos que irão mandar obedecendo (o povo). Aos que se jogarão no rio.

Depois, fora do governo, segui pela América Latina com o mesmo empenho, mas com uma diferença, não mais como agente de governo e sim como caminhante. Havia que espalhar as sementes mais além. Isso não acontece apenas em discursos em solenidades, encontros com autoridades, participação em congressos e artigos. Há que ir às alturas em *La Puna* e visitar *San Antonio de los Cobres*, a 4 mil metros de altitude, só para conversar com jovens na cidade argentina com maior percentual de suicídio juvenil no país. Compreender essa juventude e, juntos, encontrar soluções (relato essa viagem no livro *Por todos os caminhos*). Da secura do deserto à umidade do Amazonas, navegando por *Bela Vista*, a maior favela em palafitas em Iquitos, conhecendo hortas em balsas, em projeto idealizado por Ponto de Cultura de artistas contemporâneos, para assegurar alimentos saudáveis à populações que perdem tudo na época da cheia do rio. Da selva, atravessar El Salvador, Honduras, Guatemala, e dialogar com povos Maya, tentando compreender as causas que tornaram o Triângulo Norte da América Central como a região em que há o maior índice de homicídios por habitante no mundo. Subir os cerros de Bogotá, Medellín e Cali, visitar as favelas em Assunção, em Buenos Aires, no Chile. Conversar de autoridades políticas e acadêmicos a jovens ativistas nas comunidades. Tecer redes.

Fui realizando essas viagens de forma independente, a convite de comunidades, governos e instituições culturais, mais de 50, agora com a companhia de Silvana, minha amada. Apesar de todo o sacrifício, nada dá mais prazer que ver as sementes florescerem. É uma jardinagem. Mas para tanto há que lavar. O hiato que tenho vivido, como agente público que deixa função de governo e passa a atuar como teórico, formulador, publicista, divulgador de ideias e valores, sobretudo fora de meu país, permitiu com que eu depurasse e aprofundasse a teoria e conceitos aqui apresentados, incluindo os limites e possibilidades da ocupação de espaços de poder no Estado. Por excludente e abarcativo ao mesmo tempo, o Estado reúne condições únicas, tanto para acelerar processos, como para fazê-los desmoronar.

Distante do governo federal pude observar que os Pontos de Cultura que mais resistiram e persistiram, foram aqueles que, durante o processo de potencialização de suas práticas a partir do programa Cultura Viva, melhor compreenderam a cultura como espaço e tempo compartilhados. A cultura como sujeito coletivo, as relações entre identidade e alteridade, a equação ancestralidade-tradição-memória como ponto de impulso para a

invenção, o sentido libertador da arte, o senso de lugar como a alavanca a impulsionar processos emancipatórios. São os elementos da filosofia da Cultura Viva.

Com a distância do tempo, olhando mais especificamente para o Brasil, posso afirmar que faltou alcance para compreender a política pública da Cultura Viva, faltou entendimento filosófico e capacidade técnica das gestões que assumiram pós 2011²¹⁶. Por favor, não entendam como crítica pessoal, mas os fatos são indubitáveis, o desmonte só não foi total em virtude da resistência de muitos Pontos de Cultura no Brasil e do reconhecimento e respeito que as ideias da Cultura Viva e dos Pontos de Cultura foram ganhando pelo mundo. Em 2015 eu fui convidado pelo Papa Francisco para apresentar teoria e conceitos da Cultura Viva no Vaticano, e desde então tem havido vários novos encontros, parcerias e ações comuns, via o programa *Scholas Occurrentes* (escolas do encontro) idealizado pelo papa. Pela resistência na base, em 2014 a lei Cultura Viva, de autoria da deputada Jandira Feghali, foi aprovada pelo parlamento brasileiro, fruto de intensa mobilização dos Pontos de Cultura. Quando da pandemia de Covid, também foi pela ação destacada de agentes dos Pontos de Cultura que o país conseguiu formular e aprovar a lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, assegurando R\$ 3 bilhões para a Cultura. Sendo que as duas leis seguintes (Paulo Gustavo e Aldir Blanc II) são tributárias diretas dessa mobilização, conceitos e métodos que levam na semente a experiência e a filosofia da Cultura Viva.

Ainda assim, percebo que no Brasil ainda falta compreensão e reconhecimento. Por isso escrevo e volto ao tema, mesmo já tendo escrito tanto. Nos discursos a partir desse novo momento político que se abre ao Brasil de 2023, até há declarações elogiosas, mas elogios se esvaem. É insuficiente, porque não acompanhados de efetividade, menos ainda da compreensão filosófica. Ponto de Cultura não se restringe à simples transferência de recursos para organizações culturais de base comunitária, essa é a mecânica, ainda assim não cumprida, ao menos até o momento dessa escrita. Existe uma complementariedade entre Ponto de Cultura e Cultura Viva, conforme já demonstrei. A Cultura Viva são as ações, o processo contínuo, o pensar o fato cultural a partir da complexidade em interação. Sem as ações perde-se o *continuum*. Se nem o apoio às ações, nem a transferência de recursos aos Pontos de Cultura acontece no fluxo contínuo, o fluxo interrompe-se. E o corpo necrosa dando lugar a um fascismo putrefato. Quando um campo

²¹⁶ Segue artigo que escrevi em 2013, quando o processo de desmonte do programa já se revelava grande. [O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma - Geledés \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br)

deixa de ser cultivado e cuidado, as ervas daninhas voltam, é assim na agricultura. O mesmo acontece com a cultura. No discurso de posse como Ministro da Cultura, Gilberto Gil apontou com clarividência:

“A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura forma essa unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural, mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.” (GIL, 2003)

Foi o programa Cultura Viva que deu consistência teórica, conceitual e prática a essa percepção, a esse olhar sensível sobre o Ser brasileiro em formação. Somos um povo em multiplicidade e essa é a nossa maior riqueza. Pela descontinuidade, o enfraquecimento dessa percepção foi o principal dano produzido, mais até que a interrupção no repasse de recursos e as perseguições havidas. Deixamos de nos pensar enquanto povo singular e plural ao mesmo tempo, que tem na multiplicidade a sua força. Mas seguimos, e um dia ainda brotaremos como nunca se viu. Ou não.

Ao finalizar esse texto tudo que posso fazer é lançar sementes ao vento. Sementes que, de tão leves, carregam estruturas que as fazem ir tão longe até conseguirem brotar em outro tempo e outro lugar. Que assim seja. Voem, sementes, voem.

18. E se?

E se tivesse sido diferente? E se não tivesse acontecido a descontinuidade abrupta? Como toda a concepção é matemática e numérica, fica fácil dar o exemplo. Quem sabe assim as pessoas visualizem melhor. E se em 2011, quando havia 3.500 Pontos de Cultura em atividade regular, o governo tivesse dado continuidade, corrigido, melhorado, o que estava a acontecer? Bastava manter a mesma quantidade de Pontos de Cultura, o mesmo fluxo de recursos para cada Ponto, em R\$ 60 mil/ano. Em torno de 10 milhões de pessoas teriam sido diretamente beneficiadas, 1 milhão dessas, a maioria jovens e crianças, em atividades artísticas regulares. Aproximadamente 30.000 postos de trabalho.

E se a Ação *Agente Cultura Viva* fosse retomada? Entre 2005/06 conseguimos assegurar 50 bolsas (no valor de 40% do salário mínimo) para jovens em 200 Pontos de Cultura, em um total de 11.000 bolsas. 50 jovens entre 16 e 24 anos recebendo uma bolsa mensal para uma aprendizagem-serviço junto às suas comunidades, a partir dos Pontos, atuando em arte, meio ambiente, comunicação comunitária, no que a comunidade definisse como relevante ao lugar. A cada ano, novos 50 jovens. De 2011 a 2016: um milhão e cinquenta mil jovens teriam passado pelos 3.500 Pontos de Cultura, em atividade regular, diária. Exemplifico nesse período porque depois do Golpe a interrupção seria mais previsível do que foi em 2011, e talvez nem tivesse ocorrido o golpe parlamentar-midiático-empresarial.

Jovens ativando rádios comunitárias, elaborando melhores uso das redes sociais porque com vínculos de confiança, refinamento da percepção, melhoramento no senso artístico, senso de verdade, maior compromisso ético, relações de afeto, padrões mais elaborados de ética e estética. O custo? Levando em conta o valor atual de R\$ 600,00 por bolsa para aprendizagem-serviço, paga durante 10 meses, para um total de um milhão e cinquenta mil jovens, pouco mais que R\$ 6 bilhões em seis anos. Dinheiro insignificante para o orçamento da União, que em 2023 é de R\$ 2 trilhões; os R\$ 6 bilhões representam 0,3% do orçamento de um único ano. Daria para ir além. Por que não um milhão de Agentes Jovens da Comunidade por ano? Algo mais alargado, para além dos Pontos de Cultura.

E se ao final do período da aprendizagem-serviço comunitária também fosse disponibilizado um valor per capita de R\$ 2.000,00 por jovem, totalizando R\$ 100 mil por comunidade, a cada ano? Esse valor poderia ser utilizado no investimento que eles decidissem, desde que de uso público e resultando em melhoramento para a comunidade (murais, hortas, contenção de encostas, área de brincar para as crianças, equipamentos para rádio e tv comunitárias, um teatro, um cinema, o que eles decidissem em conjunto). O dinheiro direto na comunidade rende muito. Outros R\$ 2 bilhões em investimento-semente, aplicado diretamente nos rincões do Brasil, em decisão comunitária. Não é muito para o orçamento brasileiro.

Ao lado dos Pontos de Cultura com repasse regular de recursos, os Agentes Jovens e as Ações de Economia Viva, Cultura e Saúde, Griô... Não é fantasia nem imaginação, isso foi feito no período em que eu estive no governo, depois não mais. É trágico que não tenha havido sequência. Meu esforço em demonstrar os resultados tem esse sentido. Já fizemos e demonstramos os resultados positivos. Por que não retomar a

proposta no conjunto? Imaginem se esse trabalho não tivesse sido descontinuado. Arrisco dizer que a história recente do Brasil teria sido diferente e não estaríamos tão contaminados pela cultura do ódio, do desamor, das mentiras, violências e manipulações de todo tipo.

Basta meio por cento da população brasileira passando por essa experiência intensa e contínua, os demais seriam tocados por afecções. Se a escala for maior, melhor ainda, agilizamos e consolidamos o salto. Saltos qualitativos só acontecem em determinadas condições de temperatura e pressão. O quantitativo altera o qualitativo. Queremos produzir um salto qualitativo no processo civilizacional? Ou seguiremos nos acomodando à ordem dominante, realizando apenas reformas de superfície, sem alterar o padrão?

Como não podemos voltar na história, mas podemos aprender com ela, e se a partir de 2023 isso viesse a acontecer? Será? Não sei. Mas sei que nós somos o que fazemos de nós, somos resultado daquilo que escolhem por nós, mas também resultado de nossas escolhas. Somos metáfora de nós mesmos. Metáforas a realizarem perguntas. Perguntas são sementes. E se?

Parte II - SEMENTES AO VENTO

Sentido, Memória, Narrativa e Verdade

1. *A depuração dos sentidos*

Senso, capacidade de julgar, ato de elaborar pensamentos, de apreciar, uma busca por sentidos, um senso de direção. Senso está diretamente relacionado à faculdade de sentir, e sentir o mundo é o primeiro ato para conhecer o mundo. Conhecer o mundo é o primeiro passo para se colocar em movimento e descobrir a verdade. Da raiz indo-europeia, *sent*, ir adiante, tomar uma direção, seguir o caminho. Escutando a palavra quase é possível visualizar os primeiros grupos indo-europeus apontando para uma direção e dizendo: *sent*. Desnecessário completar a frase, pois um único vocábulo, monossilábico, foi suficiente para expressar o sentido, a força vital a apontar o caminho. O chamado a fazer com que os primeiros humanos dessem os primeiros passos que os levariam a atravessar savanas e cordilheiras, rios e mares, frio e calor, desertos e florestas, lugares e continentes. *Sent*, sinta e caminhe. É para lá que vamos.

Como sentir? Utilizando-se das faculdades humanas, a visão, a audição, o tato, o paladar e o olfato. Pela percepção que os olhos tem da luz é possível conhecer forma, tamanhos, distância, cor e tonalidade dos objetos. As orelhas captam as vibrações que reverberam pelo ar e através do ouvido é possível distinguir diferentes sons e barulhos. Pressão, temperatura, o áspero ou o macio, o úmido ou o seco, são sentidos que surgem pela interação entre corpos, em operação realizada pelo tato. Como onívoros, nos alimentamos de qualquer fonte, experimentando tudo. Foi a confiança no paladar que nos permitiu perceber quais alimentos poderiam ser digeridos e quais não deveriam ser comidos, pela sensação de amargor das plantas venenosas, pelo azedo da comida estragada. Mesmo o olfato, menos desenvolvido quando comparado à maioria dos animais, é pelo olfato que nos orientamos em direção a odores e aromas.

Pelos cinco sentidos primários começamos a produzir conhecimento. E novos sentidos foram sendo apurados, o senso de equilíbrio, a percepção do movimento (cinestesia), das mudanças de temperatura, da dor, a consciência do próprio corpo e sua localização no espaço. A capacidade de sentir a passagem do tempo. Não é possível produzir conhecimento sem o uso dos sentidos. Pessoas podem ter algum sentido mais apurado que outras, há a complementariedade, sobretudo quando alguém é desprovido de

alguma função corporal e logo uma determinada deficiência é suprida para apuração de outro sentido, como no caso de quem não vê, mas escuta melhor do que aqueles que veem.

Os sentidos são inseparáveis da razão e do conhecimento, pois sem o uso dos sentidos não há experiência a ser absorvida e elaborada. Os dualismos homólogos, presentes no pensamento filosófico ocidental, desde Platão, separando intelecto e sentidos, ou entre os estoicos, separando razão de emoção, ou presente nas qualidades primárias e secundárias de Locke, ou “*Penso, logo existo*” de Descartes, separando corpo da mente. Esses dualismos não deram conta do complexo processo de germinação do conhecimento e da criação, menos ainda dos processos de tomada de decisão. O problema não reside exatamente no dualismo correlato, mas na suposição posterior, que compreende essas separações como inerente à natureza humana, como se não houvesse um todo conectado. Dualismos, que se apresentam como universais, expressam a visão filosófica eurocêntrica dominante, entre povos que cultivam sua raiz ancestral, seja entre ameríndios ou recriadores da cultura celta ou lapões na Europa, não há essa distinção. Separação que também inexistente no território da arte.

“A arte denota um processo de fazer e criar. Isso tanto se aplica às belas-artes quanto às artes tecnológicas. A arte envolve moldar a argila, entalhar o mármore, fundir o bronze, aplicar pigmentos, cantar canções, tocar instrumentos, desempenhar papéis no palco, fazer movimentos rítmicos na dança. Toda arte faz algo com algum material físico, o corpo ou alguma coisa externa a ele, com ou sem o uso de instrumentos intervenientes, e com vistas à produção de algo visível, audível ou tangível. [...] Para que a habilidade seja artística, no sentido final, ela precisa ser “amorosa”; precisa importar-se profundamente com o tema sobre o qual a habilidade é exercida.”²¹⁷

O moderno verbo sentir tem origem no latim *sentire*, que significava experimentar sensações a partir dos sentidos; também expressa um sentimento a orientar uma tomada de decisão, como resultado de um ato perceptivo-reflexivo. Conforme uso do verbo na Roma Antiga, não havia separação entre a percepção, através dos sentidos, e reflexão, através da consciência. *Sentire* também significava ouvir, ouvir os sentidos. Tanto na antiguidade, como entre povos de raiz, que preservam sua ancestralidade em tempos contemporâneos, a produção do conhecimento é fruto de uma ação inseparável entre o processamento de informações através do sensorial e da elaboração mental. Para os povos de raiz não há como ignorar o sujeito da percepção, pois são as sensações que produzem as maneiras de ser do sujeito.

²¹⁷ DEWEY, John – ARTE COMO EXPERIÊNCIA – pgs 126/127 – MARTINS FONTES Livraria, 2010

A “coisa mental” é captada por outras faculdades do corpo e o saber inicia-se pela percepção cujos horizontes foram apontados também através dessas sensações. Sem dúvida, o distanciamento requerido para a elaboração mental é relevante e necessário, tendo sido uma contribuição fundamental para processos de tomada de consciência e o conhecimento sobre as coisas, mas ele não é o estado da consciência. Contraditoriamente, a ideia do ato de pensar como algo distante do corpo, como se houvesse um pensador universal, é metafísica e não racional, pois compreende que corpo e ideia seguem separados, como estados diferentes. Nós somos o que o nosso corpo capta e nosso corpo capta o que lhe é ofertado pelo ambiente que o envolve. Os atos de sentir e pensar são resultado do processamento de sentimentos e consciência que só foram adquiridos a partir da natureza, que pode ser acolhedora ou hostil.

Ideia e pensamento, corpo e sensações, são uno. O conceito Cultura Viva resulta desse entendimento: *Cultura + Natureza = Cultura Viva*. Cultura não é o oposto de Natureza, como se fosse uma atividade externa, em que a Cultura dá significado àquilo que é, e a Natureza seria o estado das coisas antes da elaboração mental. Para que ocorra a elaboração mental é necessário o envolvimento com os seres e as coisas que o rodeiam. Da mesma forma, não há como separar um Ser do conjunto de substâncias que o compõe, nem das circunstâncias em que o Ser ou o objeto estão inseridos. Muito menos das condições em que o Ser parte para a ação. No latim, *Colere* tinha um conjunto de significados. Em uso ocidental, a partir do final da antiguidade e início da Idade Média, Cultura passou a ser o sentido principal de *Colere*, como derivação de cultivo ou cuidado, mas também para venerar, honrar com veneração, daí, culto religioso. Também havia outros significados que, com o tempo, foram desmembrados da raiz etimológica, como: habitar, proteger, cuidar. No uso moderno manteve-se o substantivo Cultura referindo-se a processo, sobretudo ao trabalho no campo, ao cultivo da lavoura, também à cuidado, sendo que a partir do século XVI Cultura passa a ser associada ao desenvolvimento humano, “*a cultura e o cultivo das mentes*” (Francis Bacon). Havendo desdobramento posterior, conforme estudo demonstrado por Norbert Elias através da sociogênese da diferença entre cultura e civilização, mais especificamente no emprego alemão (*kultur* e *zivilisation*) e em francês, quando os conceitos de civilização e cultura passam a “*expressar a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*”²¹⁸.

²¹⁸ ELIAS, Norbert – O PROCESSO CIVILIZADOR – pg. 23 – JORGE ZAHAR editor, 1990

Todo estudo cultural deve se referenciar na individualidade de um povo, naquilo que ele tem de específico, mas também naquilo que ele tem de comum. Passada mais de uma década da difusão do conceito da Cultura Viva pela América Latina e em outros continentes é possível perceber que o conceito fluiu muito bem, até ganhar um entendimento comum, exatamente porque lastreado nas culturas de raiz e comunitárias, em que cultura é tradição e invenção, é pensamento e natureza, é vivo porque se transforma e se recria sem jamais perder a raiz. Na sua variante latino-americana a cultura viva incorporou o substantivo comunitário, dando sentido de movimento social e política pública, ficando conhecida como Cultura Viva Comunitária.

Assim como a equação Cultura + Natureza = Cultura Viva, formulada no Brasil, foi mais bem compreendida fora do Brasil, pela América Latina, entre os povos com vínculos e práticas culturais comunitárias, nunca houve a distinção entre Cultura e Natureza, como ocorre entre as epistemologias eurocêntricas. Idem para a separação entre sentir e pensar. Por submetidos à colonialidade, imposta exatamente pela desqualificação e destruição dos saberes originários e ancestrais, as parcelas dos povos deste continente que veio a ser conhecido como América Latina conseguiram escapar da avalanche mental da colonialidade. E só tem conseguido se preservar ativos e altivos porque integram o Eu transcendental aos espaços de fuga e liberdade do “*sentirpensar*”. E assim o ancestral e tradicional se tornam vanguarda e apontam ao futuro.

Enquanto as epistemologias eurocêntricas buscaram padronizar e impor cultura e comportamento, as resistências dos colonizados, prolongadas sob a colonialidade, sobreviveram na diversidade e no hibridismo. Hibridismo que se refere não somente às formas de expressão cultural e resistência, mas às formas de ser e sentir. Razão e consciência jamais podem estar dissociadas das pulsões e das sensações, o “*Sentirpensar*” é um conhecimento que depende de uma sensibilidade que o antecede razão e consciência e a sucede. Uma aprendizagem-interação que se realiza pelas sensações -por vezes potenciadas pelo consumo de ervas e raízes- que produzem *visões*. Aprendizagens profundas que dizem respeito não ao próprio ser, mas àquele pelo qual o ser, após conhecer pelo *sentirpensar*, se torna responsável por cuidar dos bosques, dos animais, dos rios, da comunidade. Pelo *sentirpensar* se cuida do Comum.

Um saber originário, do qual todos os seres são dotados, incluindo os humanos, mas que, pela educação padronizadora e instrumental do ocidente, foi sendo reprimido, até ficar escondido nos recônditos da alma de cada pessoa. Como ato de resistência à colonialidade, esse saber originário aflora com toda sensibilidade e força,

tornando a força dos sentidos a energia motriz para o resgate das subjetividades e do conhecimento. Partilhando conhecimentos e subjetividades, um povo “em si” se transforma em um povo “para si”. Isso se faz quando se desmonta a ideia de que somente através da racionalidade e da reflexão seria possível dar passos em direção à verdade, e de que a visão a partir dos sentidos seria apenas uma visão ingênua e ultrapassada, uma visão refletida. Sentidos e sensações são semente e húmus da consciência, captados pelo corpo e pelo espaço tornam possível uma consciência de qualidade mais próxima da verdade, pois é a partir dessa comunicação sensível que se consegue conhecer, entender, apreender e compreender as coisas. Quando a sensibilidade é reprimida, a capacidade de sentir é subtraída, sequestrando o dom de tomar parte do comum. Assim o colonialismo, a colonialidade e o imperialismo, se impuseram sobre os corpos.

Emoção, empatia e delicadeza são condições indispensáveis para a retomada dos sentidos do comum. Pela racionalidade, o mundo, ou melhor, o capitalismo, ainda mais em sua face neoliberal, tem sido levado à irracionalidade da coisificação e à alienação do mundo. A alienação absoluta, separando humanos de natureza irá levar o planeta ao colapso climático e tantas outras catástrofes que podem consumir a humanidade. A partir da coisificação tudo se transforma em objeto, de conceitos abstratos a seres vivos, incluindo os seres humanos, que passam a ser Coisa; pela técnica, sobretudo a técnica desprovida dos sentidos, as pessoas vão se assemelhando às máquinas. Essa coisificação faz explodir a violência e a brutalidade, uma vez que a vida perde sentido e deixa de ser sagrada, provocando o saqueio completo do planeta em meio a ganâncias infinitas.

Na América Latina pulsam espaços de microrresistência da vida, mas é também na América Latina que a cultura da morte e da indiferença mais prospera, exatamente por essa tensão e desarmonia entre colonialidade e raízes ancestrais. Por submetidos a uma avalanche de impulsos da colonialidade e da mercantilização da vida, países como Brasil, Colômbia, Triângulo norte da América Central (Honduras, El Salvador e Guatemala) e Venezuela estão entre os lugares com maiores índices de violência e homicídios por habitante no mundo. Há uma naturalização da violência social e acomodação a desigualdades abissais. Nesse contexto, a mercantilização da vida assume tal valor no cotidiano das pessoas que elas se desumanizam por completo, transformando-se um misto de coisa para produzir, coisa para consumir, coisa para maltratar e matar. Uma coisificação que faz com que os indivíduos percam traços de subjetividade e individualidade, tornando-se uma massa amorfa, em que a vida é mediada pela técnica e

a violência. Isso gera tal processo de embrutecimento e desumanização que faz com que as pessoas percam criticidade, passando a se submeter ao sistema, repetindo normas impostas sem capacidade de questionamento, agredindo os semelhantes em uma banalidade que se naturaliza.

A unidade entre o mundo do sensível e o mundo da razão só acontece quando há abertura, disposição para tanto, mas em um mundo coisificado, inclusive nos processos educacionais, crianças e jovens são formatados na separação entre razão e sensibilidade, disciplinando sentimentos e desaprendendo das sensações. Pela educação hegemônica a chamada racionalidade adquire um status superior em relação às sensações, ou ao instinto e à sabedoria animal. Como se os processos mentais fossem descolados do animal que carrega a caixa cerebral, e como se o cérebro não estivesse conectado às nervuras do corpo. A sensorialidade é o útero em que nascem as ideias. Todavia, fora dos fatos, fora das experiências que são adquiridas pelos sentidos, não há como conhecer o real, muito menos chegar à verdade.

A experiência é captada pelo sensível. É o começo do conhecimento, tudo mais é éter e se dissolve na bruma narrativa da falsa consciência. Ir ao sensível é também buscar a verdade da razão. Buscar a verdade é ir ao fundo irrefletido da alma e fazer aparecerem realidades antes imperceptíveis. Não é um pensamento a priori, uma idealização da verdade, ou do objeto em questão, pela percepção, antes de interpretar o objeto, há que ver, tocar, escutar, cheirar, comer. Para se perceber algo como verdadeiro há que sentir. Pelo ato de sentir o sujeito do objeto e o objeto do sujeito se confundem em um corpo só, físico ou imaginário, é desse primeiro contato, de um saber sem prevenções, que se produz a síntese perceptiva sobre a verdade. Uma síntese corporal e temporal que faz surgir outras sínteses, milhões, bilhões, de sinapses simultaneamente provocadas. Quando essas sinapses deixam de ser apenas de um indivíduo perceptivo e conectam-se com outras sinapses de indivíduos e coletividades se produz uma inteligência coletiva, sensível e racional, reflexiva e de encantamento, sem que uma qualidade se sobreponha a outra. E a verdade vai se revelando em plenitude, criando novos consensos sociais.

Não é algo que se resolve em um pequeno lapso de tempo, há que exercitar em cultivo permanente, como na agricultura. A verdade tem uma historicidade e para os povos marcados pelo colonialismo e pela colonialidade, sob opressões seculares e ainda presentes, desvelar a verdade é algo que leva anos, ou gerações. No entanto, é possível acelerar processos culturais, com base na percepção e na partilha do sensível, fazendo com que a verdade se revele de forma mais translúcida. Essa aceleração de tempos

ocorreu em outros contextos históricos e lugares, expressa no “espírito do tempo”, dos anos sessenta, por exemplo, que alcançou quase todo o globo. O espírito do tempo é o indicativo explícito desse desvelamento, que vai criando novos consensos coletivos sobre a verdade; também esteve presente na “ideia de revolução” entre o final do século XVIII e início do XIX, quando não havia redes sociais, sequer fotografia e telégrafo, a anunciar com agilidade as mudanças que estavam a acontecer. Ainda assim, as ideias chegaram de forma acelerada aos lugares mais remotos, ecoando a independência dos Estados Unidos da América do Norte, os ideais da revolução francesa, a revolução Haitiana. Esses movimentos de percepção coletiva, que impulsionam processos radicais de resistência e transformação, são sentidos de tomada comum de consciência, fazendo emergir o Agente Coletivo como sujeito de sua historicidade e emancipação. O Agente Coletivo será tão mais potente quando o objeto da mudança estiver acompanhado pela mudança na forma de sentir o objeto. É o sentido que define o Agente Coletivo e o ajuda a descobrir a verdade através do “espírito do tempo”.

Em uso moderno, a partir do século XVIII na Europa, *sensu* tem sido interpretado como discernimento, do qual deriva o significado para a palavra *sensato*; uma pessoa com bom *sensu* seria uma pessoa com bom discernimento; daí, uma pessoa *sensata*. Bom *Sensu* seria aquilo em que o sentir e agir é fruto do *sensu* comum como expressão dos “bons” valores e padrões a serem seguidos. *Sensu* comum seria a compreensão de mundo adquirida a partir dos costumes, da vivência cotidiana compartilhada por um grupo social, sem a necessidade de o objeto daquele conhecimento, do *sensu* ou sentido, haver passado por uma reflexão profunda e análise crítica. Pelo *sensu* comum se consolida o conhecimento a partir da experiência, mas de uma experiência irrefletida, dispensando e desvalorizando a validação metodológica, científica. Edificado a partir da tradição e das formas de transmissão de conhecimentos intergeracionais, o *sensu* comum seria um tipo de conhecimento espontâneo, em que conceitos e “maneiras de Ser” repetidas no dia a dia, são naturalizadas. Por intimamente ligado à percepção e às aparências, o *sensu* comum é mais sensitivo, superficial e subjetivo, uma vez que amparado na vivência e experiência de um sujeito homogêneo, dispensando a validação externa e a crítica, no que resulta em um conhecimento assistemático e acrítico. No entanto, o *sensu* comum não é algo rígido ou imóvel, como uma análise rápida poderia transparecer.

O *Sensu* comum também pode ser entendido como uma mediação entre a interpretação consolidada da vida e os experimentos de superação de visões de mundo.

Há muitos “senso comuns” convivendo na sociedade, é da combinação entre esses “senso comuns” que as comunidades vão definindo uma concepção de vida e uma moral, que varia no seio da sociedade, conforme seus estratos; o que pode ser amoral para uma determinada classe social é perfeitamente admissível para outra, por consolidado na prática entre os pares, assim como no tempo. Mais adequado seria definir o senso comum como a sedimentação de formas de ser, pensar e agir que foram consolidadas nas gerações precedentes. Dessa forma o senso comum se modifica continuamente. Seria uma concepção de mundo mais passiva, conforme Gramsci, não totalmente elaborada, que evidencia conservadorismos em uma ideologia difusa, massificada, não ordenada e até contraditória, e os combina com elementos de crítica, ou de conformismo e resignação. Mais precisamente, em um misto entre resignação e crítica. Essa contradição pode ser depurada pela produção partilhada do conhecimento em diálogo com o senso comum. Conforme Sérgio Bairon “*a tradição, sobretudo oral, das produções culturais está circunscrita nas ciências sociais*”, há, no entanto, um afastamento do método científico das ciências humanas em relação a essas formas de conhecimento, ao que ele propõe:

“...um questionamento sobre a possibilidade de ampliação da presença do senso comum cultural em produtos produzidos no interior das pesquisas nas ciências sociais e nas humanas. O que significa, inevitavelmente romper com alguns preceitos metodológico-científicos, no inteiro das práticas das produções acadêmicas, que delegam ao senso comum cultural somente o caráter de ser uma fonte documental.”²¹⁹

Partindo do princípio de “*que é no senso comum que está localizada a fonte de composição do imaginário cultural contemporâneo*”, ele sugere:

“O imaginário deve ser compreendido como a expressão do pluralismo de imagens (baseadas em átomos ou em bits), no interior de composições heterárquicas e heterogêneas da comunicação da comunicação sócio-cultural, que age em complementação ou divergência com seu entorno institucional. É na relação entre o senso comum e o imaginário, que estão localizadas as mais ricas associações entre sonhos, crenças, devaneios e narrativas ficcionais, assim como a ação discursiva de universos culturais transmitidos pela tradição oral e por conteúdos que sobrevivem imersos na contínua erosão e ressignificação dos sentidos coletivos. A proposta é que a universidade reconheça essa ampliação contemporânea dos modos de produção e procure dialoga de maneira mais consequente com o senso comum cultural”²²⁰

²¹⁹ BAIRON, Sérgio – L’HABILITATION DU SENS COMMUN DANS LES SPHÈRES HÉTÉRARCHIQUES DE LA PRODUCTION DE CONNAISSANCE: L’ENVIRONNEMENT CULTUREL PALINODIQUE” pg. 65 in Sociétés, 2014/2 no. 124 <http://www.cairn.info/revue-societes-2014-2page-65.htm>

²²⁰ Idem, pg 65/66

Formas diversas de produção partilhada do conhecimento em uma filosofia da prática, acumulada por povos, gerações, épocas e eras, um sistema aberto, que funciona à margem da estabilidade racional, em que a construção do conhecimento encontra ordem “através das flutuações”. Dialogando com as investigações do físico-químico Ilya Prigogine:

“Sigmund Freud escreveu que a história das ciências é a história de uma alienação progressiva. Copérnico mostrou que a Terra não está no centro do universo. Darwin mostrou que somos animais entre outros. E o próprio Freud mostrou que nossa vida espiritual é só parcialmente consciente. A ciência seria, assim, fonte de feridas narcísicas sucessivas. Acho que a física, longe do equilíbrio, inverte essa perspectiva. A atividade humana, criativa e inovadora, não é estranha à natureza. Podemos considerá-la como uma amplificação e uma intensificação de traços já presentes no mundo físico e que a descoberta dos processos longe do equilíbrio nos ensinou a decifrar.”²²¹

A devida compreensão sobre o senso comum e a disposição para o diálogo entre saberes e sentidos é estratégica no âmbito da luta pela hegemonia. Uma força política que se coloque no campo da emancipação humana e que não tenha capacidade de estabelecer esse diálogo com o senso comum está fadada ao fracasso. Como lugares de recepção e irradiação de cultura, os Pontos de Cultura foram pensados como pontos de mediação entre o senso comum e o pensamento crítico. A ação diária nos Pontos de Cultura tem por objetivo recuperar a importância da espontaneidade popular, em suas diversas formas, sem preconceitos, desde as manifestações mais “ingênuas” às mais elaboradas. Cabe às Teias dos Pontos de Cultura o papel de promover um nexo espontaneidade-aceleração de processos, como uma plataforma de educação acelerada, pelo encantamento, pela explosão de emoções a partir das artes e dos sentidos, e do encontro desses com processos reflexivos e organizativos.

No modo de pensar do senso comum há tortuosidades, encontros desordenados, concepções que se contradizem, visões diferentes quanto à existência objetiva da realidade, conservadorismos e conformismos, mas também resistências e perspectivas de horizonte utópico ou mítico. Apesar de contraditório e multiforme, a partir do senso comum verdades se difundem e consensos sobre visão de mundo são formados, o que também demonstra força de expansividade e evidência. Os Pontos de Cultura não se diluem no senso comum, ao contrário, seus gestores e agentes constituem-

²²¹ PRIGOGINE, Ilya – O FIM DAS CERTEZAS, pg. 74 – Editora UNESP, 1996

se em intelectuais orgânicos no meio de suas comunidades, atuando como agentes de mediação, educação e transformação nesses territórios. Todavia, por essa organicidade, absolutamente necessária e positiva, também incorporam elementos de análise a partir do senso comum, por mais depurado que esteja o *sentirpensar*.

O desafio das Teias estaria em encontrar pontos de verdade, de inflexão transformadora, com capacidade para ultrapassar grupos sociais homogêneos, podendo provocar sinapses coletivas, de caráter emancipador, no que demanda uma nova cultura política e uma filosofia da práxis. Da tecitura, que deve ser contínua e persistente, no que formulei teoricamente iria surgindo um “bloco intelectual moral”, a partir dos “de baixo”, dos subalternos, a tecerem os fios da teia da emancipação. A afirmação dessa nova legitimidade, no entanto, só é possível quando acontece um rompimento entre a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento popular. Com a Cultura Viva considero que, pela primeira vez, foi possível criar um laboratório em escala de milhões, que possibilitou o acompanhamento da filosofia da práxis, algo que só a política pública, agregando recursos e capacidade de organização, poderia possibilitar. Pelas Teias foi possível e é possível praticar uma gestão partilhada do conhecimento a romper as fronteiras ostensivas, delimitadas pelo método científico e acadêmico. Isso aconteceu efetivamente, no âmbito brasileiro, entre 2004/10, sobretudo, e no âmbito latino americano a partir de 2011, acontecendo até os dias atuais, em maior ou menor escala.

Nesse laboratório de filosofia da práxis foi sendo incorporado o chamado conhecimento irracional, perturbador e intruso, ao lado do conhecimento estabelecido. O conhecimento científico-acadêmico desconfia sistematicamente da experiência imediata, dos conhecimentos populares, misturados a diversas formas de percepção. Enquanto a ciência é baseada no rigor das medições, nas métricas, desqualificando as subjetividades e as formas de análise não racionais, como as expressões corporais, o uso dos outros sentidos que não os mentais, incorporam a narrativa não linear, presente no senso comum e nas qualidades intrínsecas do objeto. Para a ciência, conhecer significa quantificar, dividir e classificar; e depois determinar as relações entre aquilo que se separou; da divisão primordial vão sendo encontradas condições iniciais e as leis da natureza. Assim a epistemologia ocidental, eurocêntrica, se estruturou e se afirmou como método científico universal, como se demais formas de aquisição de conhecimento fossem impossíveis. Mas cabe a pergunta. Essa separação também não seria resultado de seleções arbitrárias e não coincidentes com a lógica da natureza? Não estaria ainda muito determinada pela física aristotélica? Determinada por quatro tipos de causa, a causa

material, a causa eficiente, a causa formal e a causa final. Seriam essas as causas únicas, como se mais causas não houvesse?

No conhecimento prático produzido pelo senso comum, causa e intensão convivem sem problemas. Assim como sentido e direção; *Sent*, sinta e caminhe, é para lá que vamos. A física quântica rompeu com o conhecimento mecânico, ainda predominante no método científico acadêmico, ao descobrir o funcionamento do mundo na escala microscópica. Suas equações puderam mostrar o comportamento das partículas fundamentais, invisíveis e divisíveis que constroem o universo, os átomos e sub-átomos formados a partir dessas partículas, gerando moléculas, tecidos e órgãos, que nos formam, assim como todo nosso entorno. E o vazio.

Entre as culturas tradicionais, entre os povos de matriz africana, os indígenas, os conhecimentos de nossas avós, entre as rezadeiras e raizeiros, a física quântica é algo presente, pulsante, mesmo sem que eles se referenciem a ela. É sabedoria milenar de quem se refere aos invisíveis. Os invisíveis atravessam paredes e se conectam por distâncias imensas, se movem por ondas, da comunicação radiofônica ou celular aos cânticos de cura. Somente no século XXI a ciência moderna, ou ocidental, consegue fazer essa medição, em que escuridão se faz luz e o vazio também é preenchido. Enquanto os conhecimentos tradicionais são o oposto do determinismo, a epistemologia europeia, ou colonialista, ou capitalista, é mecanicista, isso resulta em uma forma de conhecimento utilitária e funcional, que se aplica na política e nas formas de exploração e dominação, no modo de pensar, ser e de agir. Mas o mundo não é útil, disse o filósofo indígena Ailton Krenak; Mario de Andrade também, ao se referir às “*estrelas de brilho inútil*”. Esse modelo de racionalidade transbordou para a vida em sociedade, em que menos vale a capacidade de compreender profundamente o real e mais a capacidade de dominar, explorar e acumular o que se define como real.

Nosso comportamento é modificado conforme o conhecimento e interpretações de realidade que conseguimos elaborar em determinado contexto histórico, não há uma lei universal, culturalmente determinada a definir um único método para o conhecimento e percepção do real. Ao contrário dos fenômenos naturais, o comportamento humano não é objetivável e plenamente mensurável. Há padrões e regularidades, mas esses são alterados no processo histórico, havendo infinitas variáveis. Reconhecer os limites e insuficiências do método científico acadêmico seria um passo inicial para a aceitação de novos processos de conhecimento e implica na gestão partilhada do conhecimento, unindo senso comum e senso científico, sem que um se

sobreponha ao outro. Einstein já demonstrou, mesmo sem os instrumentos de medição do século XXI, a relatividade da simultaneidade, em que acontecimentos presentes em um determinado lugar podem ser simultâneos a acontecimentos distantes; os alemães conceituam esse fenômeno como *Zeitgeist*, ou espírito do tempo, quando lugares diferentes compartilham o mesmo clima intelectual e cultural. Mais que uma política pública, Cultura Viva é um conceito (e por isso permanece, independente da ênfase e apoio dos governos de plantão) a compartilhar esse “espírito” nos territórios, em que arte e ética comunitária são atributos inseparáveis, expressando a cultura da época em que são realizados. E acrescentando um componente muito bem definido em sua tecitura, um bordado que se faz desde “abaixo”, desde os silenciados e olvidados.

Heráclito, o filósofo pré-socrático, apontou que jamais se pode mergulhar em um rio, pois ao ato de mergulhar no rio faz com que o rio tal qual visto deixa de ser o mesmo quando penetrado pelo corpo que mergulha nele, bem como as águas do rio nunca são as mesmas. Não é possível observar e medir um corpo sem interferir nele. O objeto observável jamais será o mesmo depois da observação, da mesma forma o observador. Isso resulta em uma incompletude, que é fundamental para a gestão partilhada do conhecimento, cabendo reconhecer que o processo nunca termina, pois “*onde há vida há inacabamento*” (Paulo Freire). As epistemologias dos de abaixo, ou “*epistemologias do sul*”, conforme Boaventura Souza Santos conceitua, acontecem em sistemas abertos, que funcionam à margem da estabilidade, são conhecimentos e práticas artesanais, continuados, que molecularmente desencadeiam transformações irreversíveis. Por moleculares são menos perceptíveis aos instrumentos de medição do método acadêmico, mas estão acontecendo, a toda hora; nos momentos em que o leitor lê essas linhas, inclusive. Essas formas de conhecimento são fruto de uma auto-organização que representa potencialidades, que podem emergir plenamente ou não, a depender da entropia realizada.

Não é possível simplificar arbitrariamente a realidade, até porque a noção de leis universais precisa ser substituída pela noção de processos, de sistemas interdependentes e intercambiantes. Isso implica em não fechar a porta a outros modos de conhecimento, admitindo “*um mundo em que caibam outros mundos*”, como dizem os zapatistas. É necessário pensar o mundo em multiplicidade. Ao apenas quantificar, desqualificamos o real, e o conhecimento perde a riqueza das narrativas, dos mitos e histórias, dos afetos. Walter Benjamin já apontou isso em ensaio conhecido, sobre o

Narrador. Se uma experiência rigorosa e neutra é irrealizável, por quê, então, insistimos nela?

O conhecimento tem fronteiras cada vez menos definidas, e também se expressa por sínteses artísticas, estéticas. Quando Dostoiévski, na obra “O Idiota”, criou a síntese “*A beleza salvará o mundo*”, não estava criando um aforismo vazio. Essa frase repetida inúmeras vezes pelo Príncipe Míchkin, como em um bordão, carrega em si mesma a ideia de que só é belo aquilo que toca o coração, aquilo que se apresenta no interior da subjetividade humana. Por isso a beleza como uma tábua de salvação para a humanidade. Retomando Heráclito, “*para Deus todas as coisas são belas, boas e justas, mas os homens tomam umas por justas e outras por injustas*”. Em Platão a Beleza é a expressão da Verdade (o Bem, o Belo), e a beleza absoluta se apresenta como o brilho, pelo esplendor da verdade. A beleza está expressa no maravilhamento, no encantamento produzido pelas festas e expressões das culturas populares e provoca uma contemplação desinteressada, conforme afirmava Kant. Para povos indígenas nem há distinção entre Arte e Vida, tal qual conhecemos na cultura ocidental, tudo é prenhe de beleza, arte é a própria vida, o enfeite corporal, a palavra florida. Quando eu estive com o povo Totonaca, no estado de Vera Cruz, no México, aprendi que o sagrado da palavra é um dom, e a palavra deve ser expressada de forma poética, florida, como uma arte que anima, guia e orienta, como *Sent*.

Da mesma forma que na palavra, uma obra de arte carrega em si mesma sua própria confirmação. A arte toca quando é expressão do real, pois se assim não for, não convencerá ninguém. Uma obra de arte, para tocar os corações, tem que carregar verdade, e assim se revela cheia de vida, arrebatadora, é uma das mais poderosas armas que os humanos possuem para superar seu destino trágico, conforme afirmava Hegel. O conceito do Belo influencia a forma como nos relacionamos no mundo, a busca pela integridade e completude, que se expressa a partir da subjetividade, mas enraizada no real. Aquilo que é, que existe em harmonia e proporção, o brilho e o esplendor²²². A criação artística deve buscar a unidade entre o Belo, o Bom e o Justo, em que a experiência da vida cotidiana parte da natureza para tornar-se Cultura e Mundo. Pelo ouvido, sons e silêncios se tornam harmoniosos, agradáveis e ordenados; pelo olhar as coisas são compreendidas pela visão.

²²² Quando visitei o povo Totonaca, no México, em 2017, a escola que eles organizaram para as crianças e jovens levava o nome de XTAXKGAKGET MAKGKAXTLAWANA (O esplendor dos artistas) – desenvolvo essa análise sobre a educação totonaca e sua relação com a beleza no livro POR TODOS OS CAMINHOS, Pontos de Cultura na América Latina – Edições SESC, 2020

Se Verdade e Bondade são conceitos retos, a Beleza é plástica, e nessa plasticidade abraça os dois, dando sentido ao justo e verdadeiro.

A colonialidade do conhecimento se impôs pelo epistemicídio, aniquilando conhecimentos outros, daí a necessidade de articular lutas e resistências com as formas de expressão da verdade, que se revelam em beleza. Quando um Ponto de Cultura organiza, no mesmo lugar, uma feira de sementes crioulas ao lado de um encontro de conhecimentos livres e cultura digital, ele está promovendo tanto uma descolonização do colonizado como do colonizador; as sementes crioulas estariam para os alimentos assim como software livre está para a tecnologia da informação, essa é a verdade revelada nas feiras de sementes e software. A verdade se revela pela valorização dos corpos, dos processos de vida, pelas formas de obtenção do conhecimento, pela forma de trabalho. É quando jovens da cultura digital à procura de sentido para seus ofícios tecnológicos de ponta e mulheres camponesas, guardiãs de sementes e sabedorias tradicionais e comunitárias, se encontram. Isso se faz como uma ação continuada de tradução intercultural, caracterizada pelo anonimato, pela fluidez das feiras, teias e *penãs*²²³, E, sobretudo, pela oralidade e troca de afetos.

“Muito do trabalho de tradução intercultural ocorre em reuniões ou sessões de atividade militante, de capacitação, de formação, de educação popular, levado a cabo através das intervenções dos participantes, sem protagonismos especiais. Por essa razão a tradução intercultural também não é uma atividade excessivamente individualizada na construção da resistência e das lutas sociais. É uma dimensão do trabalho cognitivo coletivo sempre que estão presentes ecologias dos saberes, trocas de experiências, avaliação de lutas (próprias e alheias), escrutínio do conhecimento que os grupos sociais dominantes mobilizam para isolar ou desarmar os oprimidos. O trabalho de tradução intercultural tem uma dimensão de curiosidade, de abertura a outras experiências, mas é uma curiosidade que não nasce por curiosidade dileitante, nasce por necessidade. Na grande maioria dos casos o trabalho de tradução intercultural é desempenhado em grupo, anônima e informalmente em interações dominadas pela oralidade.”²²⁴

Conforme Boaventura Souza Santos, pela tradução intercultural, de forma anônima, cotidiana, artesanal vai sendo produzida uma Filosofia decolonial enquanto práxis, que gera uma sinergia dissipativa, até transformar uma energia em outra. Nas últimas duas décadas, sobretudo, percebo que esse processo tem acontecido

²²³ Em 2013 acompanhei uma *peña* (feira) de sementes e software no interior da Costa Rica. Como ela, no tempo em que estive como secretário da cidadania cultural no Brasil, houve 82 encontros de Conhecimentos livres, realizados em quilombos, aldeias indígenas e favelas.

²²⁴ SOUZA SANTOS, Boaventura, O FIM DO IMPÉRIO COGNITIVO, a afirmação das epistemologias do Sul, pg. 60 – AUTÊNTICA Editora, 2019

cotidianamente pela América Latina, nos rincões mais esquecidos, de grupos de jovens comunicadores no Equador a animadores culturais na Guatemala. Muito da rebelião indígena no Equador, em 2019, foi resultado desses encontros, também das revoltas na Colômbia em meio à pandemia de Covid, em 2021, ou precedendo o processo constituinte no Chile, como uma ação continuada da aliança entre povos originários, feministas e juventude urbana, que desfraldavam a bandeira Mapuche. É uma fenomenologia mito-simbólica do conhecimento que ora se tece pela América Latina. Em minhas mais de 50 viagens pelos mais esquecidos rincões de nosso vasto continente, é o que mais desejo gritar ao mundo e a *nosotros*. Transbordaremos em mundos em que caibam outros mundos.

Esses processos apontam ao futuro com a não separação sujeito/objeto, exatamente o contrário da tradição filosófica eurocêntrica. E esse apontar está refletido nas lutas sociais. Para um olhar ocidental, formatado pelas epistemologias do Norte, esses processos de mudança de sentidos, com efeito social, podem parecer lentos e contraditórios, porque antes de pretenderem manipular o mundo, ou assaltar o poder, eles estão preferindo compreender o mundo, recuperar sentidos e dar-lhes novos rumos. Mas isso não significa que não estejam em ebulição transformadora e que, em algum momento, irão afetar a ordem social, econômica e de poder, na América Latina e no mundo. Um marco global nas lutas antineoliberalismo foi a revolta de Cochabamba, na Bolívia, conhecida como Guerra da Água, acontecida entre janeiro e abril de 2000. Antes dela, o *Ya Basta!* (já basta!) zapatista, a 1 de janeiro de 1994, quando o exército guerrilheiro indígena ocupa a cidade de San Cristóbal de las Casas, no sul do México, estado de Chiapas. Notabilizado pelos comunicados poéticos, com forte apelo simbólico, calcado nas tradições insurrecionais do México rebelde, o subcomandante Marcos se apresentou ao país e ao mundo. Ele pergunta e responde: Quem é Marcos?

“Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, roqueiro na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-guerra fria, pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem portfólio, dona de casa num sábado à tarde, jornalista nas páginas anteriores do jornal, mulher no Metropolitano depois das 22 horas, camponês sem-terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no sudoeste do México. Enfim, Marcos é um ser humano qualquer nesse mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, exploradas, dizendo Ya Basta! Todas as minorias na hora de falar e todas as majorias na hora de se calar e aguentar.

Todos os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Tudo que incomoda o poder e as boas consciências, este é Marcos”

No auge da globalização, do fim da história e do pensamento único, uma ruptura se apresentava. Pelo local, pelo singular, pelo diferente. Mas que, na sua singularidade, é global, condensando o mundo em conceitos quentes, conforme a auto-apresentação de Marcos. É luta, é jogo e narrativa. Luta guerrilheira (Chiapas) e insurrecional (Cochabamba), mas de novo tipo, ancestral e contemporânea, cultural em multiplicidade. Não mais movimentos uniformizadores, tal qual nas sociedades de massa, mas constelações de sentido, produzindo novas teias de significados, lançando mensagens ao mundo, interações e intertextualidades. Tem sido essas resistências, essas lutas e representações, a darem novo significado ao interregno entre o século XX e o XXI. Foram e são elas que afirmam ao mundo que a história não havia acabado.

Dessas ações para os tempos atuais, em 2023, passou um quarto de século, houve avanços, recuos e derrotas. Como uma árvore, pelo alastramento de raízes, novas e variadas interfaces foram surgindo. Raízes fincadas no local, cujas copas das árvores já começam a florescer e se abrem em multiplicidade, desenhando teias no céu. Inventam novas representações, que são ancestrais e de vanguarda ao mesmo tempo, que falam à alma, cheias de sentido e valores. Para além do humano, inclusive, conforme o conceito andino de *Sumak Kawsai* (Bem Viver, em quéchuá), não especista. Conhecimentos e lutas em que ato e produto, ética e estética, são inseparáveis. Partiram do conhecimento tradicional, prático, do senso comum, por assim dizer, mas que é reelaborado em sua dimensão utópica e libertadora, coincidindo causa e intenção, trajetórias e experiências de vida, exemplares e comuns.

Não se pode afirmar que sejam sentidos e conhecimentos estritamente do senso comum, até porque o senso comum carrega conservadorismos e conformismos. Ao expressar a consolidação e espraiamento de sentidos anteriormente adquiridos, acontece a intercambialidade e a tradução cultural. O subcomandante Marcos não é um indígena das terras maias de Chiapas, o governo do México o identifica como um ex-estudante da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM, também ex-professor da Universidade Autônoma Metropolitana, UAM, da cidade do México, ele é um personagem. Nem Marcos ele é mais, desde 2014 assumindo a identidade de Subcomandante Insurgente Galeano, outro combatente tombado na resistência e talvez quem esteja assumindo essa persona nem seja o mesmo de 1994.

Os Pontos de Cultura também não são resultado do senso comum ou de uma geração espontânea. O conceito a dar identidade comum ao diverso partiu de uma ação externa. A conceituação e aplicação de uma política pública visando potencializar as ações culturais vivenciadas nas comunidades foi resultado da tradução cultural que eu, naquele espaço do Estado, pude produzir naquele momento, mas que encontrou eco e provocou uma interconexão entre os Pontos já existentes, até desenvolverem novas formas de interpretação simbólica e de ação. Pontos de Cultura também não são sementes lançadas nos territórios, são sementes já estavam lá, as raízes estavam bem fincadas e florescia cada qual à sua maneira e seus meios, mas era necessário regar, jardinar, e fazer isso coletivamente, criando zonas de interconexão (as zonas de desenvolvimento proximal de Vygotsky). Regar e jardinar, talvez sejam as melhores metáforas para a ação desencadeada com os Pontos de Cultura, uma jardinagem a promover o encontro do senso comum, da arte e do sentido, com o lugar e com o devir.

2. *Lugar*

Sem norte e sem oriente, desnorteados e desorientados, os caminhantes caminhavam, seguiam adiante, tomavam uma direção, mesmo sem saber qual. De lá vieram, para lá foram, sem que soubessem exatamente de onde vieram e para onde iriam. Buscavam um sentido a lhes dar segurança ante o desconhecido. Uma busca humana pelo reconhecível, pelo alento para encontrar um lugar de pouso e conforto, com acesso à comida, abrigo contra o frio ou calor, água boa, possibilidade de não serem comidos pelos outros animais. Era necessário ir adiante, *sent*. Sem saber exatamente para onde ir, procuravam o sentido a ser encontrado em algum lugar.

“...muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele [o lugar] que o mundo é percebido empiricamente”²²⁵

Milton Santos demonstrou que buscar algo familiar é da natureza humana, todos necessitam se reconhecer em um lugar no mundo, ser de um lugar, uma identificação a formar uma identidade. O lugar bom para a pesca, em que os peixes se concentram como nas grandiosas quedas do rio a bloquearem a piracema [a saída dos peixes], *Piracicaba*, em Tupi (que também dá nome a uma cidade no interior do estado

²²⁵ SANTOS, Milton, DA TOTALIDADE AO LUGAR, pg. 158 – Edusp, 2005

de São Paulo), um lugar. Perpassando todos os povos, seja do Ocidente ou do Oriente, ou povos originários habitando continentes antes desconhecidos pelos europeus, a humanidade busca identificar seus lugares, seus marcos referenciais a indicar experiências socioespaciais, os caminhos para orientar a ida ou a volta, lugares de proteção ou sobrevivência, lugares a serem evitados. Marcando lugares, deixando sinais, os humanos foram estabelecendo relações entre o espaço e a experiência realizada. A demarcação de lugares foi definindo costumes pela frequente interação e multiplicação do ato de ir e vir aos lugares. O ato de permanência, ou de fuga, fez com que esses pontos fossem se cristalizando na referência coletiva, de geração a geração.

O modo de ser guarani é definido pelo lugar, *Tekoá*, a aldeia em que são mantidas as tradições ancestrais, xamânicas, preservadas pelos *karai* (os sábios), a partir da *opy*, a casa cerimonial. É o lugar como prática social, carregado de significados de pertencimento. Aldeias recentes não são designadas por *Tekoá*, isso porque é a ancestralidade que dá sentido ao lugar:

“Para o povo Guarani não há *tekó* se não tiver *Tekoá*; ou seja, não tem modo de ser sem o lugar de ser. Sendo assim, é preciso ser terra, com floresta, com água e com toda a vida incluída para poder viver sua cultura e para ser guarani. Vivenciar o sentido pleno do Bem Viver nos dias de hoje, pode muitas vezes parecer contraditório, devido a diversas situações que nos afastam dele, e nos levam para o “*Tekó Vai*”, o Mal Viver, que está presente no consumo desenfreado e na esquisita mania de servidão voluntária onde muitos vivem escravos de seus quereres, está presente nas guerras, no individualismo, na poluição dos rios, no empobrecimento, na depressão, enfim, em diversas situações que colocam o ser humano numa incessante busca de Viver Melhor, na ilusão de que os bens materiais, o conforto, o luxo, irão trazer a delicada e profunda satisfação da experiência que penetra no próprio ser e no estar quando se alcança o Bem Viver nas ações diárias da Vida.”²²⁶ (Cristine Takuá, filósofa e professora indígena, vive na Terra Indígena do Ribeirão Silveira, divisa dos municípios de Bertiooga e São Sebastião, estado de São Paulo)

Partindo do sentido de lugar o povo Guarani erige a sua filosofia. *Teko*, a vida, a existência em comunidade. *Porã*, o bom, o bonito, o belo. *Teko Porã*, o modo bom de viver em comunidade, o Bem Viver. A filosofia do Bem Viver não é somente guarani, é ameríndia e está presente na ética e na cultura de muitos povos. Entre os andinos, em idioma quéchua, Bem Viver é *Sumak Kawsay*; *sumak*, plenitude, *kawsay*, viver, vida em plenitude, ou: vida boa e em harmonia. Em idioma aimará, habitantes do altiplano,

²²⁶ TAKUÁ, Cristine – *Teko Porã*, o sistema milenar educativo do equilíbrio – pg. 5 in. Revista REBENTO, São Paulo, n. 9, dezembro de 2018.
<http://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/266>

sobretudo na Bolívia, é *Suma Qamaña*, conviver bem, levar uma vida doce, que eles preferem que seja traduzido para Viver Bem. Independente das variações na cosmologia dos povos, é um conceito filosófico que tem por base a relação com o lugar. No início do século XXI esse conceito filosófico começa a ser sistematizado a partir de universidades andinas, sobretudo em Quito, com a variante quéchua, e La Paz, na dimensão aimará. Seja pela raiz ancestral, seja pela reelaboração em ambiente acadêmico, o princípio do Bem Viver está fundamentado em quatro pilares: complementariedade, correspondência, reciprocidade e relacionalidade.

Para o pensamento ameríndio os opostos se complementam, nada é incontornável, havendo uma correspondência harmoniosa entre o mundo visível e o invisível; todas as relações são recíprocas, coparticipativas, seja entre o inframundo e o supramundo, na relação entre humanos e demais seres e na relação com a temporalidade, em que passado, presente e futuro se fundem. A relacionalidade percebe todos os elementos da natureza em interconexão, compondo um todo, um uno. O lugar, como fixo e fluxo, condensa o uno. Ele parte da casa, mas de uma casa comum, que não é unifamiliar.

Toda casa é um lugar singular, carregado de experiências únicas, mas também um lugar em que existem regularidades compartilhadas com as demais casas. A habitação mononuclear ou familiar, ou multifamiliar, as atividades que se realizam na casa, o lugar para dormir, se alimentar, o convívio social. Casas podem ser grandes ou pequenas, mais ou menos ordenadas, nômades ou fincadas no solo, mas há um entendimento comum, universal, independentemente do idioma, do que vem a ser Casa: um artefato para habitar, que resulta do hábito de instalar-se em um lugar. Afirmar a casa como um lugar de habitação é fazer-se presente, ter uma referência, um ponto no espaço, uma localização permitindo que a pessoa se encontre e que os demais encontrem a pessoa. Para encontrar outras pessoas parte-se de um lugar, para ser encontrado, também.

O que dá sentido ao “lugar” Casa é a função. A função Casa e o espaço geográfico são um conjunto entre fixos e fluxos, sendo os fixos o que é próprio do lugar. Esse fixo, no entanto, sofre interferência do espaço natural ou humanizado, que, por sua vez, é recriado pelos fluxos. São os fluxos que tornam o lugar relativo, modificando-o e redefinindo-o em uma combinação entre materialidade e as relações sociais. As configurações do lugar são moldadas pelo tempo histórico em que sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. O pensamento filosófico do Bem Viver só pode ser compreendido a partir de um senso de lugar, de uma perspectiva relacional, em que vida,

pensamento e comportamento se fundem. Somente após essa compreensão é que será possível assumir o Bem Viver enquanto alternativa ao capitalismo, como filosofia e prática. Pelos caminhos da América Latina a Cultura Viva Comunitária se encontrou com o Bem Viver, por esses caminhos encontrei um amigo, Alberto Acosta:

“A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais. Poderia ser inclusive um detonante para enfrentar propositivamente a crescente alienação de uma grande maioria de seres humanos. Em outras palavras, a discussão sobre o Bem Viver não deveria circunscrever-se às realidades andina e amazônica. Apesar de reconhecermos a extrema dificuldade para se construir o Bem Viver em comunidades imersas no turbilhão do capitalismo, estamos convencidos de que há muitas opções para começar a praticá-lo em outros lugares do planeta, inclusive nos países industrializados.”²²⁷

Todos surgimos de um lugar, da mãe Terra, da *Pachamama*, em que tempo e o lugar são Mãe (*Pacha*, tempo, lugar, universo, mundo; *Mama*, a fertilidade, a mãe, o feminino; *Pachamama*, a Mãe Terra, ou Mãe Natureza). Para o Bem Viver a vida em plenitude significa viver em equilíbrio entre três harmonias: a harmonia do indivíduo com ele mesmo; a harmonia do indivíduo com a comunidade; a harmonia da comunidade humana com a comunidade da vida, com os demais seres que coabitam o planeta, todos filhos da mesma mãe. Essa noção que compreende a Terra como a Mãe é também uma noção de lugar. Se todos surgimos de um mesmo lugar, ou uma mesma mãe, a vida só pode ser coletiva em termos de ideais e sonhos, só assim se chega à vida plena e sábia, pois sem conhecimento e sabedoria não há vida. Pelo senso de lugar se cria o equilíbrio entre o sentir-se bem, o pensar bem e o fazer bem, o *sentirpensaragir*, que deve ser a práxis de todo ser *sentipensante*. O Papa Francisco também oferece uma metáfora para o *sentirpensaragir*: harmonizar as linguagens do coração, da cabeça e das mãos em um só sentido. Ou pela voz da filósofa indígena, Cristine Takuá:

“Para os povos indígenas, a natureza é quem dá sentido à vida. Tudo em seu equilíbrio. Como uma imensa teia, na qual tudo está interligado, um organismo vivo. O seu poder está em nos direcionar, nos mostrar o caminho de luz a trilhar em busca de sabedoria. Cada sinal que recebemos tem um significado para nossa via. O canto de um pássaro pode indicar algo, os trovões que passam são sinal de que algo está para acontecer, as formigas no meio do caminho, as formas das nuvens, a direção do vento, enfim, muitos presságios nos são transmitidos pelos sinais da natureza, que com sua delicadeza e sabedoria vão nos guiando e nos ensinando como bem viver, que em guarani se fala: Teko Porã, um conceito filosófico, político, social e espiritual

²²⁷ ACOSTA, Alberto – O BEM VIVER: uma oportunidade para imaginar outros mundos, pgs 38/39 – Editoras Autonomia Literária e Elefante, 2016

que expressa exatamente essa grande Teia, onde vivemos em equilíbrio, respeito e harmonia; é a representação da boa maneira de Ser e de Viver.”²²⁸

Lugar não é um mero ponto de referência indicado no espaço, mas corresponde a um conjunto de intervenções humanas ao longo da história, dando-lhe sentido e significados. No mundo globalizado, a totalidade (totalidade-mundo) explica as partes, e não o contrário. A totalidade se impõe pelos processos de informação e interpretação se materializando nos lugares, em uma razão unidirecional, pela força dos meios de dominação ideológica e cultural, também pela força bruta e econômica. Essas mesmas imposições podem ser quebradas (e começam a ser), exatamente, pela contraforça surgida a partir dos lugares, criando uma tensão entre o nível global e o nível local. A filosofia do Bem Viver emerge, é sistematizada e conceituada, a partir do lugar, no caso, andino e ameríndio, que ganha corações e mentes mundo afora, como uma alternativa a se pensar novos mundos. Assim como o zapatismo, que partiu de um lugar determinado, o mundo indígena do sul do México, no estado de Chiapas, para falar ao mundo. Ou a ideia de “amazonizar” o planeta, que parte das formas milenares de convivência dos humanos com a floresta. É pelo lugar que o mundo é percebido. Por representar esse ambiente de percepção, não mais do corpo individual, mas do corpo social, o lugar se reafirma como ponto de potência, em que a consciência do lugar é o primeiro passo para a consciência do mundo.

Nas sociedades industriais, as relações de classe eram melhor percebidas a partir do “chão da fábrica”, no *locus* em que as contradições capital/trabalho se explicitavam. Agora, no início da terceira década do século XXI, essas contradições se deslocam para as relações entre lugares, centro/periferia, povos de raiz/povos deslocados, países centrais/países periféricos. O sujeito proletário segue como despossuído dos meios de produção, mas o sujeito fabril, operário, como agente de transformação, hoje dá lugar ao sujeito periférico, os múltiplos excluídos, desprovidos de meios e recursos, excluído até mesmo da possibilidade de ser contratado como força de trabalho. A unidade de classe do sujeito periférico deixa de ser a identidade a partir do trabalho, até porque o desemprego estrutural e a precarização impedem a estabilização nas relações de trabalho, e passa a ser determinada a partir da exclusão, e dos lugares. Milton Santos, ao final do

²²⁸ TAKUÁ, Cristine – Teko Porã, o sistema milenar educativo do equilíbrio – pg. 6 *in*. Revista REBENTO, São Paulo, n. 9, dezembro de 2018

<http://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/266>

século XX, já antevia esse fenômeno, para o qual ele denominava, a “Força dos Lugares”. A proposta para Pontos de Cultura se amparou nessa ideia. O Ponto como a identificação do Lugar, a partir da cultura e das múltiplas identidades e da diversidade. Infelizmente, o grande mestre da geografia faleceu (2001) pouco antes do florescimento (2004) dos primeiros Pontos de Cultura no Brasil. Teria acontecido um bom diálogo e certamente ele ficaria feliz com o resultado de seus ensinamentos. Foi semente e como semente, o honramos.

Pela força dos lugares as resistências tomam forma pelos caminhos das lutas cotidianas e culturais. A experiência brasileira foi uma tentativa muito particular, de aceleração desse processo pela política pública, a partir do Estado. Soa contraditório uma política de autonomia partir do Estado, mas foi o que aconteceu pelo *momentum* da eleição de Lula da Silva como presidente do Brasil. Aquele momento histórico permitiu que houvesse a experiência, frestas foram abertas, havia o significado simbólico de ter sido eleito, pela primeira vez na história de um país tão desigual e injusto como o Brasil, alguém identificado com o rosto do povo sofrido, excluído. Alguém que veio de um lugar de abandono, sintetizando um misto de retirante, do lugar sertanejo no nordeste do país, com operário, do lugar industrial do ABC paulista, e líder sindical e político, do lugar de resistência à ditadura militar. Essa combinação simbólica também permitiu a nomeação de Gilberto Gil, menestrel da alma brasileira, músico internacionalmente reconhecido, como ministro da cultura. Foram tempos de experimentações e eu tive a oportunidade de chegar nesse momento, enquanto ainda havia um susto nas instituições de Estado. Contando com a força simbólica e política conquistada, tendo conhecimento prévio e técnico sobre o funcionamento dos meandros do Estado, compromisso inarredável com os excluídos e com a ideia de transformação, pude alargar uma fresta para que a força dos lugares emergisse na forma de Pontos de Cultura. Fresta que se fechou poucos anos depois. Mas enquanto esteve entreaberta foi possível alavancar mudanças qualitativas nas comunidades que conseguiram compreender o momento e entrar pela fresta entreaberta.

O lugar não é passivo, não é um repositório sensorial de experiências. É o próprio *locus* da experiência na busca por novos sentidos da existência. Lugares são conformados, mas também são ambientes de resistência. No cotidiano, na reprodução de costumes, nos processos da própria vida, as relações sociais tornam-se vivas, não como objetos analíticos, mas como algo experienciado, em que as esferas da realidade social, econômica, política, cultural e de costumes, se revelam com todas as suas contradições e potências. Mesmo quando espaço da exclusão, da diferenciação, do monolítico em termos

sócio-econômico-raciais, o lugar expressa a sociedade, pois reflexo da interdependência da sociedade. Nos lugares, mesmo os de maior exclusão, é possível compreender as sociedades nas suas dimensões de reciprocidade, complementariedade, correspondência e relacionalidade.

Pelo cotidiano, expresso na vida privada, a relação entre lugar e o mundo são mediadas e nessa mediação, a comunicação e a cultura são os principais meios para o aprofundamento da luta de classes. Não haverá transformação social possível sem que os despossuídos tomem posse desses meios. Quando comunicação e cultura se encontram no lugar, no território do indivíduo, no chão das comunidades e no espaço de suas relações, o ambiente de apreensão da realidade e os limites de deslocamento sofre mudança qualitativa. E as lutas pela emancipação ganham nova dimensão, contribuindo para a compreensão dos sentidos do mundo e sua transformação.

O pensamento geográfico buscou descrever e explicar o lugar e suas relações. Uma ação cultural transformadora começa por des-hierarquizar os lugares e fazendo emergir novas legitimidades a partir da territorialidade. Cada lugar é um ponto de encontro a receber coisas e informações, de longe e de perto; em uma perspectiva crítica, o desafio reside em articular o tempo e o espaço, o local e o global, o tangível e o intangível, até que se consiga compreender que o lugar é o mundo, para além da simples localização no território. Um mundo em poliedro, não esférico nem uniforme, mas diverso. Na teoria da Cultura Viva foi prevista uma articulação dos lugares a partir dos Pontos, de onde seria possível revelar, mais que revelar, escancarar, as contradições e desigualdades produzidas pelo capitalismo, ainda mais nessa fase de estrangulamento do espaço dos direitos e do alargamento do espaço dos privilégios.

No sistema-mundo, sob a globalização neoliberal, o indivíduo é definido como empreendedor de si, destinado a uma competição até a morte, sob a lógica perversa do “um contra todos e todos contra um”. Nesse sistema só poucos conseguem sobreviver no ambiente que se designou por “meritocracia”, daí a necessidade de compreender as engrenagens do neoliberalismo em suas dimensões econômica, política, moral, cultural e ideológica, que induzem à competição, ao fracasso e aos ódios recíprocos. Para encontrar o sentido e a força do lugar é necessário se contrapor, como primeiro passo, a essa força descomunal, perversa, unidirecional, concentradora e excludente, que penetra nas almas e deforma o caráter. O que o mundo assistiu com assombro no enfrentamento à pandemia de Covid, com a hiperconcentração de vacinas em alguns lugares (países ricos) e a exclusão total em outros (países do outrora chamado Terceiro Mundo), é a mais

translúcida expressão de como o conceito de lugar pode ser experimentado a partir da observação de como os objetos, as paisagens, o espaço e o poder se distribuem pelos lugares.

Se lugar tende à homogeneização de identidades, por outro lado, é a partir dos lugares que surgem as possibilidades de diferenciação. Por sua espacialidade, é no lugar que acontece a produção de vida, da mesma forma, pelo espaço, é possível compreender as problemáticas da sociedade. Pelo lugar são abertas as cortinas do mundo. Todo sujeito se situa em um espaço, é pelo espaço que as pessoas reproduzem suas relações, pensam o viver, o trabalho, o lazer, o poder. A concretude dos conflitos do mundo explicitadas no nível cotidiano acontecem na materialidade dos territórios. No território se estabelece a unidade da vida social, como um fragmento do que o mundo apresenta. Lugar, torna-se, portanto, um conceito-chave para os processos de transformação dos sentidos e significados. A cultura do lugar, pode ser observada a partir de experiências concretas, vivenciadas, em reprodução de costumes, não intencional, ou conscientes e pré-elaboradas. Enquanto o conceito de espaço é amplo, quase abstrato (como o tempo), o lugar é um conceito concreto, é um ponto localizável (como a memória). Quando sentido e lugar se encontram (*sent*: é para lá que vamos), o lugar passa a ser dotado de sentido e o sentido ganha espacialidade. E os lugares deixam de ter fronteira, cabendo em mundos em que caibam outros mundos.

3. *Polissentidos e multiidentidades*

Todos falamos de um lugar. Mas os lugares são móveis e não há apenas um lugar de onde se fala e isso afeta os sentidos. Na pós-modernidade, em que projetos unificadores e universalizantes se desfazem em meio à hiperprodução de bens culturais e a desestabilização das hierarquias simbólicas existentes, fica difícil identificar, ordenar e controlar o lugar de onde falamos. Num mundo em que signos e imagens embaralham os sentidos numa fragmentação constante, sentidos outros, não comandados por nós, também definem os lugares de onde supomos estar falando. Em uma sociedade saturada de signos e imagens, em que os sentidos e os lugares se desfazem, gera-se uma confusão e volatilidade nas identidades. Até mesmo os bens materiais, que antes davam sentido às identificações, também vão sendo substituídos por imagens e pela sensação e expectativa por vivenciar experiências outras. Essa busca incessante por novas experiências, pelo “novo”, cria polissentidos e multiidentidades.

Sentido e identidade operam a partir dos recursos simbólicos da linguagem, produzindo significados a comporem conceitos que formamos sobre o mundo. Essa operação só pode ocorrer no contato com o mundo, em que o ato de comunicar é uma ação cultural e o ato cultural só se realiza quando em ação comunicativa. Tanto os significados quanto as identidades e os sentidos são elementos móveis, tornando a experiência social puro movimento. Contudo, há algumas diferenças nessa mobilidade. Identidades e significados são componentes mais estáveis, cuja alteração é mais lenta, existem alterações, mas a mudança é mais adaptável, havendo coexistência de identidades e significados, mesmo quando díspares e contraditórios, a depender da realidade social. Multiidentidades acontecem quando as identidades se sobrepõem e coexistem sem que aconteça uma anulação de identidades precedentes e que, em determinado momento, deixam de ser prevalentes, gerando significados paralelos. Por sua vez, os sentidos podem sofrer alterações de forma mais rápida e inequívoca, por conta da leitura subjetiva da realidade devido ao caráter emocional presente na linguagem. Há multiplicidade tanto nos sentidos, como nas significações e identidades, o desafio reside em harmonizar os polissentidos e multiidentidades, apresentando caminhos mais largos. No entanto...

A busca pelo estranhamento, pelo “esquisito” e extravagante, a procura por algo que vem de fora e não pertence ao lugar, vai gerando identidades fragmentadas, em que essa procura está cada vez mais associada ao *exotikós* (do grego antigo, *Exotikós*: “aquilo que vem de fora, que não pertence ao lugar”). Arrebatando a procura pelo exótico, as identidades fragmentadas expressam-se pela estetização da vida, num mundo de superfície, de aparências e simulacros, em que o ambiente virtual possibilita que as pessoas se desloquem a partir de mundos fabricados, quando a irrealidade é representada com extremo realismo. Pessoas e coisas são simuladas, reproduzindo e duplicando realidades pela rapidez de acesso no ciberespaço, o que produz um deslocamento nos sentidos, nas identidades e no senso de lugar. Surgem assim, os “não lugares”, lugares múltiplos e etéreos, que tão logo desfeitos são substituídos por outros, igualmente intangíveis como o éter, mas que passam a sensação de reais e verdadeiros.

O lugar passa a acontecer na “cidade do mundo” do ciberespaço. Uma cidade organizada a partir da programação e seletividade dos algoritmos, definida via instruções e raciocínios sequenciados previamente por um agente externo ao sujeito. O paradoxo é que quanto mais a vida é organizada a partir de uma sequência racional de dados a solucionarem categorias semelhantes de problemas, mais a vida se distancia da experiência real, subordinando-se a um controle das relações sociais em que espaço e

tempo se dissolvem. E se torna irracional. Essa descontinuidade rítmica entre distâncias temporais e espaciais vai provocando descontinuidades narrativas em uma frenética sensação de mudança, afetando práticas sociais e maneiras de ser e de interpretar o mundo, diluindo e reafirmando, ao mesmo tempo, o senso de localização espacial, temporal e social, embaralhando a própria identidade e o sentido de verdade.

“O esvaziamento de tempo e espaço não é um desenvolvimento linear; ele opera dialeticamente. Muitas formas de ‘tempo vivido’ são possíveis em situações sociais estruturadas pela separação de tempo e espaço. Além disso, a separação do tempo em relação ao espaço não significa que eles se tornam, por isso, aspectos mutuamente alheios à organização social humana. Ao contrário: ela fornece a própria base para sua recombinação de maneiras que coordenam as atividades sociais sem necessariamente fazer referência às particularidades do lugar.”²²⁹

Anthony Giddens fez as reflexões acima ao final do século passado, hoje elas estão ainda mais atuais. Os avanços tecnológicos transpassam fronteiras pela velocidade óptica com que informações, imagens, e até pessoas e coisas podem ser transportadas. A pandemia de Covid acelerou ainda mais a experiência nesses meios de teletransporte imagético. Aprendemos a conviver com plataformas de teleconferência ao realizar reuniões e assembleias que unem dezenas, até centenas e milhares de pessoas, dos lugares mais diversos, em encontros interativos e em tempo real. E que podem se apresentar por avatar. Em tempo real ou no tempo passado, com mensagens pré-gravadas, para além da uniformidade e homogeneidade cultural. Também acentuam diferenças e localismo como formas de afirmação identitária, seja de origem singular e “própria”, seja tomando emprestados, consciente ou inconscientemente, maneirismos e formas de ser. Ao acelerar processos de uniformização e diferenciação, a fronteira entre o próprio e singular e o que é emprestado e exótico, também desaparece.

O que aparentemente seria uma uniformidade cultural produzida pela globalização, passa a ser cenário de expansão de novos níveis de diversidade, em que a afirmação identitária se dá pela escolha de elementos artificiais de diferenciação, acentuando sincretismos e hibridismos. Surge uma obsessiva procura por elementos de diferenciação que resulta na hiperindividualização do Ser, em que a afirmação de identidade vai de encontro ao Outro (não “ao” encontro). Ela se afirma pelo choque, pela trombada, jamais pelo encontro e pela soma, menos ainda pela multiplicação.

²²⁹ GIDDENS, Anthony – MODERNIDADE E IDENTIDADE – pg. 23 – Jorge Zahar Editor, 2002

Nesse jogo, são afirmadas identidades unas e múltiplas. Unas porque apenas um indivíduo poderia carregar todo o conjunto de identidades diferenciadoras próprias, uma vez que os demais indivíduos sempre carregariam diferenças com que se afastariam daquelas a quem, momentos antes, estariam mais próximos. Múltiplas, porque as infinitas categorias de diferenciação criam intersecções com outras identidades, gerando, ao mesmo tempo, aproximação e afastamento. Por exemplo: juventudes periféricas. Ao mesmo tempo em que encontram unidades identificadoras (juventude vivendo em lugares periféricos), afastam-se nas diferenças: juventude negra periférica heteronormativa masculina x juventude negra periférica heteronormativa feminina professando religião neopentecostal x juventude negra periférica LGBTQIA+ x juventude branca periférica feminista x colorismos x batalhadores...; e assim sucessivamente, até afastarem-se mutuamente, independente da unidade inicial que os unia, juventude periférica enquanto denominador comum. Desse ambiente múltiplo vão surgindo identificações via afinidades no mundo cibernético, como *gamers*, havendo mais identificação com pessoas e grupos que nunca realizaram contato presencial, com origens diversas, do que com aqueles que moram ao lado, tomam o mesmo transporte público (apertado e de má qualidade), enfrentam os mesmos problemas e angústias.

O que pode aproximar em determinado momento pode afastar em outro, seja por padrões de comportamento e gostos culturais, escolhas políticas, posturas frente ao mundo. Isso em ambientes razoavelmente uniformes, como no caso das juventudes periféricas. Quando em universos com diferenças mais abissais, como centro/periferia, classes sociais/ambientes permeados por racismo estrutural, as separações são ainda mais intensas e visíveis, mas que também podem gerar aproximações. O que pode unir em uma determinada situação, separa logo na categorização seguinte. Exemplo: veganismo e causa animal. Ao mesmo tempo em que indivíduos das classes mais abastadas ou das classes populares podem se identificar na defesa da causa animal, suas práticas e formas de interpretação do mundo podem se diferenciar quando colocados em confronto com outros elementos de identificação/diferenciação, como posicionamento político, modos de consumo, etc. Por posicionamento político podem ser, ao mesmo tempo, defensores de PETs e do veganismo e defensores de políticas que causam o desmatamento das florestas, que causam a morte de milhões de animais, cujas áreas desmatadas serão utilizadas como pasto para a criação de animais destinados ao abate. E sem que percebam contradição nessas opções.

Esse vai-e-vem identitário acontece em razão do desfazimento dos fios de organização social estabelecidos na modernidade, sobretudo na distinção Capital/Trabalho, antes nítida, bem como pelas fronteiras ilimitadas do ambiente digital. Outro exemplo: empreendedorismo entre as classes populares. Juventude negra periférica heteronormativa masculina trabalhando via aplicativos, que se percebem enquanto empreendedores, donos do próprio meio de trabalho (ledo engano) e do próprio tempo (ledo engano), que se identificam muito mais com seus algozes (os donos dos meios de exploração algorítmica, e que eles jamais virão a conhecer) que com seus pares, os jovens proletários das periferias do mundo. As fronteiras da identificação se dissolvem apenas na percepção aparente, mas enquanto vai acontecendo a diluição, o embaralhamento que separa as pessoas exatamente para manter tudo do mesmo jeito vai dando as cartas e os sentidos. Como única mudança real, a aceleração do processo de exploração, acumulação e expropriação dos mais fracos. E o Capitalismo segue firme e forte, inclusive abrindo brechas, como sempre fez, para que alguns alcancem degraus na escala social, como forma de estímulo e ilusão aos demais, que são a imensa maioria e sempre permanecerão apartados.

A maioria das representações contemporâneas de identidade tem se baseado na ideia da procura daquilo que é “idêntico a si mesmo”. Parmênides, o filósofo grego da Escola Eleática, defendia a existência de uma realidade única, como algo contínuo e indivisível, uma realidade *monista*, imóvel, eterna. Muito do que hoje se consolida nas representações do debate sobre identidade remete ao pensamento parmenídico, em que o ser “*descansa em si próprio, sempre no mesmo lugar*”, conforme versos do filósofo que usava da forma poética para filosofar. Para ele, o Ser seria imutável, pois “*é todo cheio do que é*”, e uma mudança desfaria o Ser. Como se o Ser não carregasse contradições dentro de si, e como se o ambiente não o afetasse. O ser em si, uno, indivisível, uma vez que o primeiro Ser não pode ser o segundo Ser. Dois mil e quinhentos anos depois, a transposição desse princípio metafísico ao debate sobre o conceito de identidade, e identidades, pode estar nos levando a profundos equívocos. Não é possível pensar em uma identidade homogênea, única, indivisível. Sempre que alguém fala está falando de algum lugar, mas esse lugar que transparece, nem sempre é o mesmo daqueles que se identificam com ele pelo “*todo cheio do é*”, pelo que transparece. Nessa perspectiva de identidades indivisíveis, uma identidade só poderia opor-se a outra, nunca a si própria.

Identidades podem se perder em linguagens confusas, ficando presas a ingresias, não conseguindo saltar nem permanecer no chão. Isso acontece quando se

prendem em um jogo de subjetividades, produzindo um Sujeito sem substância, que vira pura narrativa do que ele aparenta ser, não do que ele é, menos ainda, do vir a ser. Esse jogo de subjetividades, negativo/positivo, é ou não é, elimina a possibilidade de outras alternativas de unidade, tornando as identidades presas fáceis do sistema. A individualização burguesa e seus imperativos configura um individualismo sem Sujeito, em que o marcador de identidades se reduz à capitalização de experiências, seu consumo e otimização, criando uma comunidade que é e não é. Seria possível cimentar identidades com sentido transformador? Conforme percebeu Heráclito, ainda na antiguidade, pela harmonia entre o Arco e a Lira, pelas conexões, transições e sínteses entre os opostos, produzindo a harmonia das tensões contrárias.

O hiperindividualismo em multiidentidades funciona como um atrator de identidade e faz com que o Capitalismo, como sistema de valor e exploração, se imponha sobre as demais identidades. A pós-modernidade, ao mesmo tempo que desfaz fronteiras de identidade e interpretação do mundo, criando um mundo de multiidentidades, ela vai reafirmando o Capitalismo, que é naturalizando como modo de produção e princípio de vida. Os dados são incontestes e o fosso entre super-ricos e os mais pobres só tem se acentuado, elevando a hiperconcentração do Capital e a exclusão da imensa maioria da população. Segundo o Relatório da Riqueza Global do Banco Credit Suisse, entre 2019 e 2020, apesar de a economia mundial ter tido uma redução de 4,3% no nível de atividade, a riqueza global aumentou em 7,4%²³⁰. Isso só foi possível pelo contraste entre a economia da especulação e a economia real, conforme vivida pelas famílias e pequenas empresas. Um contraste percebido nas ruas, com milhares de deserdados perambulando sem rumo. Ao mesmo tempo em que a pandemia acentuou o fosso de desigualdade entre pessoas, classes sociais, regiões e países, em que a carestia é real, as pessoas vão se identificando cada vez mais com marcadores de identificação irreais.

A princípio, o fosso da desigualdade poderia ser um definidor de identidades, o principal indicador a ser levado em conta por pessoas em busca de identidade, mas não é. Enquanto 56% da população mundial reteve apenas 1,3% da riqueza global, os muito ricos, que detém patrimônio mínimo de um milhão de dólares, equivalem a 1,1% do total da população e acumulam 45,8% da riqueza do mundo. Em um mundo obscenamente

²³⁰ Dados do Crédit Suisse <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html> e Dados do Banco Mundial <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/01/05/global-economy-to-expand-by-4-percent-in-2021-vaccine-deployment-and-investment-key-to-sustaining-the-recovery>

desigual, até uma pandemia que, aparentemente igualaria todos humanos em uma identidade única de fragilidade e desamparo, reproduz e acentua processos de desigualdade e exclusão. No ano anterior à pandemia a parcela acumulada pelos 56% mais pobres era de 1,4%, 0,1% maior que sob o impacto da pandemia em 2020. Inversamente, o total acumulado pelo topo da pirâmide teve o quinhão aumentado de 43,4% para 45,8%, 2,4% a mais, produzindo um enriquecimento real de 5% em apenas um ano, enquanto o empobrecimento dos 56% mais pobres foi de 8%. Segundo dados da Oxfam²³¹, as mil pessoas mais ricas do planeta levaram nove meses para recuperar todas as perdas econômicas que tiveram sob o impacto da pandemia e os 56% mais pobres levarão 14 anos para recomponem suas perdas. A rápida recuperação do patrimônio dos mais ricos é sem precedentes na história (durante a crise financeira de 2008 os mais ricos levaram cinco anos para recuperarem o patrimônio perdido). Entre 18 de março de 2020, quando do reconhecimento do estado global de pandemia, pela OMS, e 31 de dezembro de 2020, na fase mais aguda da pandemia, os bilionários acumularam US\$ 3,8 trilhões, apenas os dez maiores bilionários US\$ 540 bilhões, isso em nove meses sob uma crise global sem precedentes.

Desde quando as desigualdades começaram a ser medidas, há cem anos, nunca houve registro de tamanho aumento da desigualdade, acontecida de forma simultânea em todo o globo. Na relação entre pessoas e classes sociais e entre países, independente das diferenças de identidade entre os 99% restantes. Escancarando desigualdade, a infame concentração de renda e riqueza, acentuada durante a pandemia, mantém intocados os mecanismos de expropriação social e segue incólume no debate sobre identidades e lugares. Até estimulando para que aconteçam pequenas mudanças aparentes na base da pirâmide; desde que não alterem os mecanismos da desigualdade profunda. Durante o movimento Occupy Wall Street, em 2011, foi possível encontrar uma síntese de identidade pelo slogan “*We are the 99%*” (*Nós somos os 99%!*) em antagonismo à crescente desigualdade, separando a identidade daqueles 1% que acumulam mais riqueza dos demais 99%. Enquanto houve o movimento essa bandeira teve força agregadora, fazendo com que diversas identidades, com muitos gêneros, opiniões, classes sociais e cores, confluíssem. Mas passado o primeiro momento de impacto da luta social o sistema dominante foi dando conta de tornar esse marcador esquecido, até que fosse plenamente abandonado.

²³¹ Oxfam Brasil, relatório “O vírus da desigualdade” <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>

Há muitas subclasses de identidades no interior dos 99%. Contradições internas, algumas intransponíveis, até porque parte dos 99% não se veem identificados entre si e um tanto desses mira se transformar no 1%, mesmo sendo uma meta inatingível para a imensa maioria. A expropriação e a desigualdade também atingem de forma desigual os 99%, durante a pandemia a desigualdade racial tirou mais vidas a depender do recorte racial, ou de gênero, quando a desigualdade empobreceu mais as mulheres que os homens, mais as crianças órfãs, mais o abandono dos velhos, dos descartáveis. Mais adequado seria classificar as chamadas identidades na pós-modernidade como “Identificação”, conforme Stuart Hall apontou com acuidade, igualmente percebida com clarividência ao final do século que estava a encerrar. Identidade é algo formado:

“Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. As partes ‘femininas’ do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas da vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma *falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas que nós imaginamos ser vistos por *outros*.”²³²

Se os lugares são móveis e os projetos unificadores e universalizantes se desfazem, as identidades também. Como uma fantasia de si mesma, a identidade na pós-modernidade é expressão de sujeitos partidos, divididos e contraditórios. O sujeito excluído pode ser, ao mesmo tempo, contestador, conformista e repressor. Contestador porque excluído de uma ordem vigente e disputando espaço e legitimação para seus saberes e fazeres; conformista, porque disputa espaço para entrar em uma ordem pré-estabelecida, não questionando que as razões de sua exclusão residem exatamente na manutenção daquela determinada ordem cujos efeitos ele contesta; repressor, porque, na lógica da disputa, competindo por espaço, precisa impedir que outros, ligeiramente diferentes dele, ocupem o lugar que ele julga seu. Estabelece-se uma corrida pela conquista de um “lugar ao sol” em meio a um conjunto de multiidentidades contraditórias entre si. Contradições inerentes aos indivíduos, aos grupos e às classes sociais, com múltiplos recortes, de gênero, sexo, etnia, faixa etária, ocupação do espaço geográfico, de

²³² HALL, Stuart – A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE, pg. 38 – DP&A Editora, 2000

cultura, gostos. São muitos sujeitos em um, produzindo um permanente movimento interno, com efeitos diretos na manutenção da ordem externa. E a ordem dominante segue sendo a dominante, concentrando cada vez mais recursos, meios e poder.

Ao mesmo tempo em que o centro de identificação é deslocado, não há a substituição deste “centro” por outro e sim uma pluralidade de centros de poder, que, ao entrarem em constante disputa, preservam o poder dominante. A definição de identidade, portanto, passa a ser mais estética, de aparências superficiais, desprovida de sentidos mais profundos. No emaranhado de identidades em competição, princípios articuladores ou organizadores, mais visíveis nas sociedades modernas e industriais, como sindicatos ou a forma Partido Político, vão perdendo espaço na capacidade de construção de consensos e coesão. A multiidentidade gera uma centralidade descentrada, ou deslocada, que vai sendo atravessada por uma variedade de posições do sujeito, fruto de uma estrutura móvel de identificação. O documento definidor do Programa Nacional de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária – CULTURA VIVA, do Ministério da Cultura do Brasil, escrito em 2004, antevia esse movimento ao fazer uma distinção entre diferentes categorias de movimentos sociais:

“Os movimentos sociais definidos como ‘institucionalizados’ abarcam os sindicatos, as associações de moradores, as associações estudantis, etc., que se expressão em sistemas de poder hierarquizado em graus e escalões, atribuições de postos, definição rígida de papéis e fluxos de relacionamento pré-estabelecidos; segmentação setorial e competitividade interna. Esse modelo de organização social sofreu sério desgaste a partir dos anos 90 e tem encontrado muita dificuldade em responder às demandas dos próprios setores que pretendem representar. Em outra categoria são identificados os chamados ‘novos’ movimentos sociais, cuja referência pode ser encontrada no movimento hip hop, nas rádios comunitárias, nas cooperativas; e nos de caráter *identitário*, como os movimentos de mulheres, homossexuais, etc. Apesar de estarem enquadrados em uma mesma categoria, esses movimentos sociais têm origem social muito diferenciada. Uns nasceram na periferia das grandes cidades em busca de conexões de solidariedade para um ‘mundo’ excluído; outros nasceram nas classes médias em busca de conexões de identidade setorial. Ainda que possam ser vistos como momentos bem diferentes, podem ser referências importantes para a construção de novas relações entre Estado e Sociedade.”²³³

Quando idealizei o Ponto de Cultura foi para que ele pudesse fazer a síntese, como um ponto nodal fincado nos territórios. Um ponto de apoio a confrontar e questionar o ambiente em que identidades móveis são cada vez mais capturadas para a manutenção

²³³ CULTURA VIVA – programa nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3a edição, 2005, pg. 16 – texto de Célio Turino, na condição de secretário de programas e projetos culturais no Ministério da Cultura

do Sistema dominante. Um Ponto para que as Multiidentidades convergissem e encontrassem a unidade na diversidade. Ponto de referência para a prática do encontro nas comunidades, fazendo coincidir espaço e lugar, pois as culturas e as identidades são resultado do cruzamento entre espaço e tempo. Pontos de Cultura como coordenadas entre macro e microrredes simbólicas, traduzindo eventos em sequência temporal e local, alavancando contranarrativas desde abaixo. Houve Pontos de Cultura das periferias das grandes cidades a vanguardas artísticas, ou com atuação em movimentos estudantis, sindicatos e escolas de samba. Para além dessa dimensão urbana e ‘organizada’ da cultura, o programa Cultura Viva pretendeu ir mais fundo:

“Uma outra parcela de organizações sociais que, inclusive, tem respondido de forma original e imediata aos apelos do ‘Cultura Viva’, é vinculada às comunidades tradicionais e à iniciativas não propriamente de caráter reivindicatório definidas, como aquelas organizações das comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares, como a capoeira, etc. Se, por um lado o ‘estar à margem’ imunizou suas organizações dos dilemas dos movimentos sociais tradicionais, preservando sua fluidez e agilidade, por outro, guetizou-os e apartou-os de um movimento de mudanças mais largo.

Sem o diálogo com o entorno, muitos desses movimentos não se renovaram e permaneceram escondidos e ensimesmados. Convenientemente classificados na categoria *folclore* ou, ainda, como *movimentos populares*, permaneceram inacessíveis e incompreensíveis a outros setores sociais, que muito tem a aprender com a leveza e descomplicação de suas formas organizativas e com a dialética tradição-invenção que caracteriza suas ações. É nesse sentido que o Cultura Viva busca articular tradição, memória e ruptura.”²³⁴

Tradição, memória e ruptura passaram a fazer parte de um mesmo fio para a construção da identificação, ao lado de marcadores presentes. Puxar esse fio desde o passado remoto não é um culto ao passado, mas um modo de tornar presente a continuidade, como uma linha a costurar o porvir. Superar-conservando, como no conceito de Hegel (*Aufhebung*). Pelo fio da memória, tradição e ruptura se encontraram. Ao mesmo tempo em que há o fio da acomodação e do conformismo, com tradições deletérias, cristalizadas, esse mesmo fio também puxa a resistência, a luta e a invenção, por invocar culturas de raiz a se conectarem com o desabrochar da copa, das flores, dos frutos. Tal qual concebido em teoria, o Ponto de Cultura teria o papel de dar forma conceitual e prática para a organização molecular. Pontos a darem força ao pensamento

²³⁴ CULTURA VIVA – programa nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3a edição, 2005, pg. 16 – texto de Célio Turino, na condição de secretário de programas e projetos culturais no Ministério da Cultura

deslocado, que na pós-modernidade é descontínuo, múltiplo e contraditório, e que poderiam encontrar seu sentido:

“Entendido como processo, o empoderamento social nos Pontos de Cultura pode ser caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder. Como o programa visa potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados de políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Da mesma forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e reconhecê-los”.²³⁵

Ao promover novas legitimidades, proporcionando um novo reconhecimento do sujeito nas comunidades, o Ponto de Cultura foi abrindo (e poderia abrir muito mais) novos lugares de fala. Não mais uma fala essencializada, individualizada, fruto de uma identificação autocentrada, como se houvesse um sujeito homogêneo, mas como um desafio de fala a forjar novas auto-interpretações, gerando contínuo processo a criar fissuras a articular pedaços de identidades. Conforme já escrevi, as identidades não são unas e uniformes, não são coesas, um mesmo sujeito, individual ou coletivo, pode ser progressista e libertário em determinados aspectos e extremamente reacionário em outros. As continuidades foram estilhaçadas e as fronteiras entre pensamentos estão cada vez mais dissolvidas e até contraditórias. Um jovem negro na zona sul de São Paulo por vezes se identifica mais facilmente com o jovem negro de gueto em Chicago, que com o seu vizinho. Ao mesmo tempo em que ele abraça comportamentos de contestação em determinadas pautas, ele pode ser retrógrado e reacionário em outras. Um jovem gay pode ser liberal em determinados costumes ao mesmo tempo que é conservador em outros padrões culturais e econômicos. A crueldade também está presente na relação entre os explorados. Essa contradição de identidade ocorre em todos os recortes, entre indivíduos e grupos sociais. Não há exclusividade de uma auto-identificação que, *a priori*, indicaria comportamentos mais ou menos coerentes, moralmente superior e mais legítima que outras. A distinção, nesse caso se dá pelos parâmetros éticos e não pelo autorreferenciamento a partir de um lugar de autoridade. Por isso a importância de processos que auxiliem no encontro coletivo de um Senso de lugar.

4. *Senso de lugar*

²³⁵ Idem, pg. 35

O senso de lugar determinaria a ideia que as pessoas fazem do lugar, a forma pelo qual as pessoas criam suas regras, normas, as relações de poder, a arquitetura social, as continuidades e descontinuidades, as influências que recebem quanto à fusão de culturas e maneiras de ser, as interrelações e intercâmbios estabelecidas a partir desses processos. Lugar não é espaço, o tempo também define os lugares. É o senso de lugar que leva à afirmação local das comunidades, mesmo lugares não territorializados. Há os lugares imaginados. Lugar intersecciona com tempo, recortando memória e espaço, o invisível e o visível, produzindo uma intuição sensível, como a distinguir palavras nítidas de ruído. Dessa intuição sensível vai sendo organizada a percepção coletiva, definindo configurações de subjetividade e política. É da tensão entre práticas específicas reproduzidas na vida cotidiana e o recebimento/bombardeamento de estímulos lançados pela ordem estabelecida do sistema dominante que frestas vão sendo alargadas. Em um mundo dominado pelas multiidentidades é necessário encontrar fendas e feixes de luz a permitirem a ampliação na capacidade de clarividência sobre a realidade, até fazer surgir a capacidade de ruptura com a ordem de dominação e exploração.

Da tensão entre a vida vivenciada e o bombardeio de estímulos artificiais vão surgindo fatores de dissenso e desarmonia, até gerarem invisibilização e dificuldades na escuta, na fala, no olhar. Por conseguinte, na própria faculdade de percepção e interpretação da realidade, de se ver e ser visto, de falar e ser escutado, de perceber e ser percebido, enfim. É essa dissonância que gera uma noção de descontinuidade e aturdimento. Também na capacidade de ouvir, na escuta sensível e profunda, mais ausculta que escuta, que deveria ser o objetivo dos diálogos e encontros. O desafio residiria em fortalecer o senso de lugar enquanto *locus* para fazer da cultura um meio de reinterpretção dos processos de vida, reconfigurando as condições de percepção e partilha, auxiliando comunidades, grupos ou indivíduos, a conseguirem romper com a invisibilidade e exclusão estabelecidas. Fazer-se percebido, contado, reconhecido e respeitado, esse é o objetivo que se apresenta a partir de um senso de lugar.

Os lugares podem ser fantasmagóricos quando atropelados por relações sociais e interpretações simbólicas oriundas de realidades distintas. Como torpedos, estilhaçam ordens locais, causam torpor, partindo da superfície ou abaixo dela. São pontos de lançamento de referências visíveis àquelas não identificáveis. Esse entorpecimento desloca e cruza continuamente as identidades, tornando-as contraditórias entre si. Como bem apontou Stuart Hill, as contradições de identidade atuam tanto “fora”, na sociedade, quanto “dentro” de cada indivíduo, atravessando grupos sociais e políticos,

em uma teia de interesses e interpretações díspares. Inexiste, portanto, uma identidade singular, pura, coesa. No plano teórico, idealizado, talvez fosse possível encontrar um indivíduo ou grupo social isolado, vivendo em uma ilha, sem contanto ou interferência externa, ou em situações muito singulares, como com o chamado “Índio do Buraco”, o último de sua etnia, encontrado morto em sua maloca, na Terra Indígena Tanaru, em Rondônia, em 2022. No mundo contemporâneo, globalizado, tal qual vivido pela imensa maioria, os torpedos sempre alcançarão e alcançam os lugares. Por mais remotos que sejam, os torpedos partem dos lugares mais díspares, para todas as direções, em ataque contínuo, sem tréguas e chegam aos lugares mais remotos. Não necessariamente esses ataques são negativos e regressivos, pois as mensagens e estímulos tem níveis diversos, e muitas delas contribuem para o rompimento de ordens perversas e opressivas, criando comunicações e diálogos, porque saídas de todas as direções, mesmo quando em desigualdade de armas. O fato é que os torpedos não param de chegar e, se há algumas décadas seria possível afirmar que acontece uma identificação a partir de uma “identidade mestra”, coesa, hoje não é mais possível fazer essa afirmação.

Da fratura identitária surgem novas paisagens políticas. Desde movimentos antirracistas globais, em que jovens negros do Brasil, falantes de português, saem às ruas protestando sob a insígnia “*Black lives matter*”, ao movimento feminista internacional, em que, da Turquia aos EUA todas cantam “*El violador eres tú*” em coreografia surgida no Chile, sob os protestos contrários à constituição neoliberal, mais precisamente, surgidas de um lugar, a cidade de Valparaíso na costa do Pacífico, pelo coletivo feminista *Las Tesis*, e seu manifesto *Quemar el miedo*. Essas novas paisagens políticas, fruto da globalização das identidades, tem efeito prático na indignação coletiva. Outro exemplo, o incêndio na estátua do Borba Gato, paulista do século XVII, também conhecido como bandeirante, que descobriu os veios de ouro nas *Geraes*, identificado com o aprisionamento, escravização e morticínio de indígenas. A estátua ícone do lugar periférico de Santo Amaro, em São Paulo, foi incendiada em ato-protesto realizado por um grupo de jovens da periferia que adotaram a identidade “*Revolução Periférica*”. É quando um lugar (periferia) assume um sentido (revolução).

Quando a identidade supera a condição do “em si” (identidade essencializada) para se tornar “para si” (identidade politizada) há uma mudança na abordagem e representação do sujeito, que acontece em sentidos diversos. Não necessariamente emancipadores. Revoluções também tem caráter restaurador, podem superar ou afirmar uma ordem de afirmação contraditória, como por exemplo: ser liberal na economia e

conservador nos costumes, ou pelos movimentos negacionistas, anti-máscara e anti-vacina em plena pandemia de Covid, quando a identidade é o terraplanismo e a raiva anti-sistema, mesmo quando o preservam e aprofundam. Dificilmente as pessoas, em sua consciência, acreditam em que a Terra seja plana, mas é a identidade “terraplanista” que deu sentido às ações e sistema de crença que eles professam, sendo, por isso, assumida como identidade.

A identidade é formada ao longo da partilha dos lugares e do tempo. Há o lugar físico, espacial, localizado no território, mas há também o lugar construído pela tradição e memória, essa combinação vai cimentando a identificação, sobretudo a autoidentificação. Há também o lugar de projeção, que constrói a autoidentificação a partir de imagens e representações de fora do lugar, no mundo digital até assumindo a forma de avatar, vide universo dos games e mundo cibernético. Outra forma de identificação é a partilha do tempo, as memórias compartilhadas, as histórias dos avós, dos vizinhos, das comunidades, a história da nação, os mitos e todas as possibilidades narrativas criadas pelo ato de recontar histórias, ou de ocultar. São fatores históricos, geográficos, demográficos, linguísticos, estrutura racial, origem populacional (migração, imigração), tamanho da população, idioma e modos de falar, culturais e políticos com suas formas de organização da comunidade e do Estado, que vão ordenando esses fatores, até compor a identidade, os sentimentos dos indivíduos, das coletividades e o sentimento de povo ou nação. Fatores construídos historicamente.

Cabe às instituições culturais ordenar esses fatores, sinalizando sentido de lugar, de memória e de povo, expressando significados e dando sentido aos lugares, às coisas, às pessoas, aos atos, fatos e artefatos. Esses fatores identificam um “senso de povo”, assim como indicam suas formas de sociabilidade, organização, relacionamentos intracomunitário e intercomunitário, relações de poder. Forjam identidades a darem coesão às coletividades, mesmo quando inventadas, porque os fatores são ordenados. Desse ordenamento, surge a sujeição de lugar. Em oposição à sujeição de lugar, em que cada um se conforma com os padrões que lhes foram destinados, surge o senso do lugar. Senso de lugar ocorre quando indivíduos, grupos, comunidades e classes sociais rejeitam o tempo e espaço que lhes foi imposto, produzindo uma reconfiguração do sensível, passando a participar e partilhar um conjunto comum de valores, compreendendo como se estabelece a divisão do sensível. A relação entre conjunto comum partilhado e compreensão sobre a divisão de partes exclusivas dos sistemas de conhecimento é que

produz a “partilha do sensível”, induzindo novas formas de subjetividade e novas maneiras de ser e de sentir. Conforme Rancière:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte desta partilha.”²³⁶

Não há como realizar uma partilha do sensível sem uma produção partilhada do conhecimento. E isso só é possível levando em conta o senso comum. Conforme Sérgio Bairon “*a tradição, sobretudo oral, das produções culturais está circunscrita nas ciências sociais*”, havendo um afastamento do método científico das ciências humanas em relação a essas formas de conhecimento. Ao que ele propõe:

“...um questionamento sobre a possibilidade de ampliação da presença do senso comum cultural em produtos produzidos no interior das pesquisas nas ciências sociais e nas humanas. O que significa, inevitavelmente romper com alguns preceitos metodológico-científicos, no inteiro das práticas das produções acadêmicas, que delegam ao senso comum cultural somente o caráter de ser uma fonte documental.”²³⁷

Partindo do princípio de “que é no senso comum que está localizada a fonte de composição do imaginário cultural contemporâneo”, Bairon sugere que:

“O imaginário deve ser compreendido como a expressão do pluralismo de imagens (baseadas em átomos ou em bits), no interior de composições heterárquicas e heterogêneas da comunicação da comunicação sócio-cultural, que age em complementação ou divergência com seu entorno institucional. É na relação entre o senso comum e o imaginário, que estão localizadas as mais ricas associações entre sonhos, crenças, devaneios e narrativas ficcionais, assim como a ação discursiva de universos culturais transmitidos pela tradição oral e por conteúdos que sobrevivem imersos na contínua erosão e ressignificação dos sentidos coletivos. A proposta é que a universidade reconheça essa ampliação contemporânea dos modos de produção e procure diálogo de maneira mais consequente com o senso comum cultural”²³⁸

²³⁶ RANCIÈRE, Jacques – A PARTILHA DO SENSÍVEL: estética e política – pg. 15 – Editora 34, 2009 (segunda edição)

²³⁷ BAIRON, Sérgio – L’HABILITATION DU SENS COMMUN DANS LES SPHÈRES HÉTÉRARCHIQUES DE LA PRODUCTION DE CONNAISSANCE: L’ENVIRONNEMENT CULTUREL PALINODIQUE” pg. 65 in Sociétés, 2014/2 no. 124 <http://www.cairn.info/revue-societes-2014-2page-65.htm>

²³⁸ Idem, pg 65/66

Se o processo de produção partilhada do conhecimento parte do senso comum, ele deve, necessariamente, pressupor uma busca funda das tradições enquanto entrega acumulada de conhecimentos, processos e sentidos. Não como uma simples repetição de significados e ritos, ou uma adaptação anacrônica de tradições deslocadas do contexto. Isso o conservadorismo tradicionalista faz, colocando a tradição como regra de decisão, como critério de ordem no mundo contemporâneo, procurando impor um equilíbrio social a partir das origens e fundamentos que estabeleceram aquela sociedade, sob a ideia -e interesse- que o tradicionalista faz do fato, e não do fato histórico em si. Para o conservadorismo tradicionalista a sociedade seria algo dado, acabado, uma criação baseada em verdades fundamentais, jamais processo ou construção. Ele nega evolução ou qualquer possibilidade de quebra de regras, sendo hostil as inovações. Em um mundo desigual e opressor, o conservadorismo é a expressão a perpetuar desigualdade e opressão. Ao procurar perpetuar a desigualdade e a opressão, o tradicionalismo as aprofunda, tendo por fundamento um conservadorismo metafísico e também empírico, avesso a qualquer forma de profanação das “coisas sagradas”. Bem como reage a quaisquer mudanças mais profundas, seja em caráter político, econômico, comportamental, cultural, social. As tradições seriam a base para a atuação política e social dos conservadores, tradições tiradas de contexto histórico-social, metafísicas, “a família”, “a igreja”, “a comunidade”, formando um tradicionalismo anacrônico, que pesca tradições conforme o interesse do pescador. A essência desse tradicionalismo conservador é reacionária, em que ritos e símbolos do passado, um passado inventado, são reapropriados, muitas vezes para novos significados e de conteúdo totalitário.

Diferente é a proposta de produção partilhada do conhecimento, porque ela produz uma elaboração a partir do contato entre senso comum e senso científico e crítico. O processo de transformação emancipadora das sociedades e do mundo é uma tarefa coletiva, ou será fruto de uma gestão partilhada do conhecimento, com reinterpretações, idas e vindas, troca de saberes e formas de agir, ou não será emancipador. A transformação permanente das sociedades é uma ação do comum, em que a liberdade é decorrência. Desforme da perspectiva liberal clássica, em que a liberdade é a ausência de restrição, havendo a opção de fazer aquilo que os outros não impedem que seja feito, sem coerção externa ou interferência, uma perspectiva emancipadora encontra na autodeterminação o caminho para a superação das restrições e obstáculos à emancipação humana, tendo a liberdade como resultado. A partilha do conhecimento sensível resulta

do múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas, não pela visão limitada da tradição liberal, que restringe as opções de liberdade àquilo que os agentes concebem ou escolhem, como se fossem indivíduos isolados perseguindo fins individuais, sobretudo quando subordinados à lógica do mercado, mas pela ação generosa da partilha.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels demonstraram que as condições de vida e trabalho dos proletários e das comunidades, também estendendo para um conjunto de outras pequenas forças e subclasses sociais ou grupos de identidade, de todas as condições de existência da sociedade moderna, enfim, dependem de regras e forças impostas pela lógica do sistema dominante, sobre o qual os despossuídos, os proletários, os indivíduos, não tem controle. Portanto, nenhuma organização social subordinada ao sistema dominante poderá proporcionar o pleno exercício da liberdade enquanto emancipação. Há frestas, fendas, e a gestão compartilhada e transformadora dos Pontos de Cultura foi um indicativo dessas frestas, mas são momentâneas e, se não forem alargadas por um processo acelerado de partilha do sensível, ativando a potência criadora das comunidades, e dessas entre si, as frestas se fecham. A liberdade como autodeterminação só pode ser uma tentativa coletiva, cooperativa e organizada, em processo contínuo.

Dentro do sistema capitalista, e também sob um sistema socialista com poder concentrado e totalitário, a possibilidade de uma liberdade plena inexistente. O marxismo no século XX, no entanto, restringiu essa concepção de liberdade e emancipação à dimensão do controle humano sobre os aparatos de poder mais diretos, como o controle sobre o Estado e meios de produção, deixando a dimensão subjetiva para uma etapa superior, um momento adiante. Pela prática cotidiana, de décadas, que tenho desenvolvido em ações culturais junto aos de “abaixo” compreendo que esse equívoco resultou em deformações e retrocessos, tanto na implantação do chamado socialismo real como nos processos emancipatórios do âmbito da liberdade no seio das comunidades, seja em movimentos operários e sindicais, movimentos sociais e comunidades. Essa incompreensão resultou em práticas deformadoras e pode ser percebida tanto no nível das macro-estruturas, como também através dos micro-impactos nas comunidades. Sob o ambiente dominante do capitalismo, partidos ou movimentos de esquerda ou progressistas, quando alcançaram espaços de poder, se revelaram incapazes em alargar processos de liberdade e emancipação, afetando de políticas públicas à vida cotidiana e privada. Dessa incapacidade em perceber e auxiliar no afloramento do singular no plural, brotam os retrocessos e restaurações conservadoras conforme o mundo tem assistido nos últimos

anos. Daí, a necessidade de melhor compreender o papel das microrresistências, que afloram desde o lugar.

5. *Microrresistências*

Michel Foucault foi um dos primeiros estudiosos a mergulhar em um estudo cuidadoso na relação entre conhecimento e poder e dos efeitos dessa relação na conformação das subjetividades. Ele percebeu que o poder coercitivo mais eficaz não está concentrado nas mãos de quem o detem, é uma força molecular, que se espraia em microrrelações. É na vida cotidiana, quando esse poder nem é percebido como tal, que “*o poder é o que mais revela, e o que melhor se esconde*”, partindo desse aforismo, ele esquadrinha colocar à mostra estruturas veladas do poder. Quando as pessoas se conformam de boa vontade às normas sociais, tornando o uso da coerção física algo dispensável ou, utilizável apenas nos momentos de maior conflito. Recorrendo à Nietzsche, Foucault constata que a disputa pela definição da verdade é também uma manifestação do desejo humano pelo controle do poder. A busca pelo conhecimento, portanto, é uma busca pelo poder e a produção partilhada do conhecimento seria a estratégia para a alteração nas relações de domínio do poder.

A procura pela verdade é uma inevitabilidade cultural, não havendo uma verdade natural, científica, moral, a governar a existência, devendo sempre ser questionada e confrontada, até o estabelecimento de consensos que possibilitem o caminhar com sentido. Segmentar e controlar nossa experiência no mundo tem sido, desta forma, um meio de poder a igualar a experiência de forma a conduzir as pessoas em um mesmo sentido, até como uma condição conveniente da linguagem. Por outro lado, o embaralhamento narrativo aturde a capacidade de percepção da verdade, até o momento em que estabelece uma verdade moral a não ser questionada. O que hoje se apresenta como Guerra Cultural, ou disputa narrativa, é amparado nesse pensamento no qual as forças políticas vinculadas à extrema-direita e ao negacionismo, sobretudo, se apropriaram com maestria; também o neoliberalismo e o pensamento pós-moderno, até fazerem desaparecer as noções a distinguirem Bem e Mal.

A notável análise de Foucault acontece concomitante aos primeiros passos para a consolidação do neoliberalismo tal qual conhecemos. Seus estudos antecedem à chegada de Margareth Thatcher e Ronald Reagan ao poder, o que os torna ainda mais notáveis, pois foram uma das primeiras tentativas de interpretação dos principais

conceitos e perspectivas do pensamento e da prática neoliberal. Ele faz uma distinção entre liberalismo clássico, fundado no *“laissez-faire”*, no *“deixar-fazer”*, e o neoliberalismo, fundado sob uma forte intervenção estatal, como meio de coerção para a desregulamentação e a construção de uma política ativa de mercado. Certamente não lhe escapou a situação do Chile, como grande laboratório do neoliberalismo no mundo, sobretudo pelo assessoramento direto, oferecido por Milton Friedman. Sob a lógica da desregulamentação e do *“deixar-fazer”*, o neoliberalismo funde Estado com Mercado, pois não haveria como impor políticas de desestruturação do aparato de amparo social e direitos mínimos sem a força coercitiva do Estado. Sem Estado não haveria Neoliberalismo, mas essa contradição sequer é mencionada pelos defensores da acumulação infinita, e, de tão fortes os poderes dos agentes da exploração e acumulação, eles conseguiram criar uma governamentalidade a se impor sobre povos e governos.

É Foucault quem cria o conceito de *“Governamentalidade”*, palavra para além dos conceitos de governabilidade ou governança, pois diz respeito ao projeto de regulamentação capilarizada da vida social. A penetração dos valores que dão suporte moral ao espalhamento do modo de pensar e de ser neoliberal nas sociedades contemporâneas tem sido resultado dessa governamentalidade derramada sobre todos os poros da sociedade. Das periferias mais excluídas às elites econômicas mais abastadas, passando pelas classes médias e operárias, a fusão Estado-Mercado promoveu doses maciças de reeducação e de intervenção mental nas consciências. Com o objetivo de *“mudar o coração e a alma”*, conforme Margareth Thatcher em discurso. Essa mudança se revelou nos valores morais: aversão ao Estado, antipolítica, gestão tecnocrática ao invés da mediação democrática, atração e admiração pelas megaempresas e megabilionários, competição ao invés de cooperação, mérito ao invés de colaboração, disputa ao invés de acolhimento, egoísmo como valor positivo, individualidade no lugar de coletividade, identidade como negação da alteridade, desamor ao invés da empatia, e individualismo, e hedonismo, e imediatismo, e ambição desmedida, e...

Essa ordem moral excludente se impôs pela governamentalidade neoliberal, mesmo em tempos de governos com propósitos progressistas. Isso porque a governamentalidade não é algo que acontece por uma centralidade decisória, mas como um sistema moral que se espalha pela sociedade. Os pontos de resistência, fuga ou recusa, como pretendi demonstrar na primeira parte dessa tese, encontraram-se nas franjas, nas bordas do tecido social, e tão logo frestas são alargadas, a governamentalidade corre a fecha-las.

A negação da política é a gema do projeto neoliberal. Ao impor a antipolítica, o neoliberalismo prevalece como “*tecnologia ambiental*”, penetrando por cada poro do tecido social e dos corpos dos indivíduos, subjugando-os pela administração dos corpos e mentalidades. Essa tecnologia ambiental estimula, inclusive, experimentos de identidades e afirmações coletivas, até porque a estrutura neoliberal é aberta ao pluralismo, desde que esse pluralismo não convirja, não conflua para uma unidade que questione a ordem moral estabelecida naquilo que ela tem de fundamental: a competitividade e o “*espírito animal*” das ganâncias. O papel desse pluralismo de aparência é evitar o surgimento de uma contraforça. Diferente do que uma análise descuidada pode induzir, o neoliberalismo se impõe pelos valores morais, pela cultura, pela forma de pensar a política. A agenda econômica é decorrência, é um redesenho do modo pelo qual a sociedade se organiza. Compreendendo o poder como onipresente, Foucault aposta no aumento da autonomia dos indivíduos, reinventando a vida em espaços que fujam da normatividade “social-estatista”. Porém, se resigna ao perceber que a libertação e a emancipação plenas não são mais possíveis e a revolução é um sonho do passado. Nesse ponto me distancio.

É possível vivenciar outras formas de existência plena, cheias de sentido, e ao mesmo tempo tecer e costurar redes de solidariedade, de baixo para cima, em resistência à normatividade do sistema dominante. Não somente é possível, como está acontecendo, sobretudo pelos rincões mais escondidos desse mundo, em especial, na América Latina, das periferias das grandes metrópoles às aldeias indígenas, ecovilas e comunidades afastadas. Dedico minha vida a gritar sobre isso. Olhem, escutem, percebam o que está a acontecer desde abaixo, pelos silenciados, os esquecidos e escondidos. Mais que possível, é um imperativo ético e político costurar pontos de unidade objetivando a plena emancipação, que pressupõe a derrota de um projeto que tem na exploração e acumulação infinitas os seus maiores propósitos. Esse deveria ser o Ponto (de Cultura), ao menos é para revelar isso que tenho me dedicado, mesmo quando incompreendido.

Os espaços para as microrresistências funcionariam mais como um refúgio, um pouso para recuperação de forças, do contrário já estariam em um estágio mais avançado, a produzir mudanças no sistema como um todo. As microrresistências cotidianas e a “reinvenção” da vida não são o último bastião de sobrevivência ao poder político, ao contrário, devem ser compreendidas como os primeiros pontos de enfrentamento a esse poder, talvez os principais bastiões. Por estarem menos impregnados pela ideologia dominante, são pontos para a contraofensiva, para o avanço

social, não pontos de recuo. Ante o poder avassalador da fusão entre Estado e Mercado - e Igrejas à serviço do poder- não há como resistir em isolamento, repartidos, divididos e em disputa. Há que as perceber como pontos de arremesso, de investida, de ataque, de libertação e emancipação. Conforme já escrevi, a designação Ponto de Cultura partiu de um conceito matemático que tomei emprestado do aforismo de Arquimedes “*Dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo*”. Nada menos que isso.

Durante os quase 20 anos da Cultura Viva, no Brasil e pela América Latina, tendo sido prospectados pontos de resistência comunitária e invenção política a partir dos territórios, nas comunidades mais díspares e diversas. Se nos conformássemos apenas e tão somente com a manutenção da microrresistência local, cotidiana, esse movimento já teria fenecido. Por isso a necessidade da articulação dos Pontos entre si, criando zonas de intersecção a partir da Cultura Viva Comunitária, as *zonas de desenvolvimento proximal*, de Vygotsky. Se o poder é onipresente, e é, mais cedo ou mais tarde ele chega a todos os lugares, por isso, além de resistir, é necessário atacar. Resistência é uma forma de contrapoder e para ser eficaz depende de uma maior autonomia do sujeito. Ou ela existe e triunfa pela dimensão coletiva, em multiplicidade, ou ela é reduzida à dimensão do heroico, do extraordinário, das qualidades e valores admiráveis, mas que se encontram em poucos, portanto, incapazes de uma mudança qualitativa na sociedade como um todo.

Uma perspectiva transformadora, emancipadora em termos de humanidade, pressupõe a dimensão coletiva, em que o herói está em cada um de nós, complementarmente, a partir de habilidades identificadas segundo critérios historicamente construídos pela comunidade e a sociedade, definindo as personagens como heróis ou vilões. Pela microrresistência, através dos Pontos, essas habilidades e valores foram sendo exercitados cotidianamente, em constante fazer e refazer. Até que o conceito e percepção de herói muda com o tempo e os lugares, se espraiando em multidão. Pontos a tomarem a forma de um herói coletivo, se interseccionado para compor um sujeito coletivo, que não é um, são todos, e não é uno, é múltiplo. Pelo Ponto é possível encontrar heróis diversos, os muitos heróis em complementariedade, pessoas comuns que se tornam extraordinárias. Quando isso acontecer a microrresistência passará a ser macrorresistência.

Pelo Ponto vão sendo produzidas mudanças na nossa subjetividade, em nossa relação conosco. São mudanças produzidas não apenas para resistir, mas que desencadeiam o que Deleuze definiu como “*revoluções moleculares*”, formando uma nova ética. Todavia, não é possível afirmar que a ética tomará o lugar da política e do

Estado. Na teoria para uma gestão compartilhada e transformadora tem que haver uma fusão entre ética e política, somente assim alcançaremos um Estado Integral, mesmo que em futuro remoto e distante de nosso tempo biológico. A dimensão da mediação, o papel abarcativo do Estado, a possibilidade de realizar políticas públicas em escala, com caráter universalizante, ainda são atributos do Estado, e as sociedades no atual estágio civilizatório não encontraram a alternativa a essa capacidade, devendo por isso, assenhorar-se do Estado para mudar o seu caráter. O salto civilizatório só será possível com a transformação do caráter do Estado. Antes disso, repetindo, são fendas entreabertas, espaços de liberdade e experimentação que são conquistados na relação de força e hegemonia, conforme conceito de Gramsci. A experiência com o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura no Brasil, na primeira década do século XXI, foi expressão dessa fenda entreaberta, que, todavia, tão logo houve uma mudança de compreensão, mesmo em uma linha de continuidade de governo progressista, se fechou.

Para além de uma ação territorializada e comprometida com a comunidade do entorno, condições absolutamente necessárias para o enraizamento de suas ações, também há uma condição de miscelânea consciente de tradições, que cruzaram fronteiras. Para o apuro do senso de lugar, sabendo onde se está, de onde se vem e para onde se quer ir, não se pode separar ética de estética, nem cultura da política. Ética, estética, cultura, ambiente, economia e política precisam se revelar em ação comum. O senso de lugar só é possível com a ética da responsabilidade, em que a cultura é uma relação entre o indivíduo e o entorno, sendo permanentemente mutante. Pelos estímulos oferecidos a cultura possibilita que indivíduos, classes sociais e coletividades saiam de si até retornarem a si em outro patamar. Nesse vai-e-vem os indivíduos, as coletividades e a cultura são produto e vetor de suas transformações.

Max Weber identificou como características das sociedades modernas a tendência à separação e à autonomização das diferentes esferas de valores, produzindo uma desvinculação entre a cultura subjetiva (esfera individual) da cultura objetiva (esfera social). Essa tensão entre estruturas ou formas supraindividuais passaram a regular as interações dos indivíduos, resultando em uma ausência de sentido da vida interior. Na pós-modernidade esse processo se acelera. Apesar da fragmentação do mundo, em que as coisas se desintegram e o centro se esvai, a cultura, quando possibilita a descoberta de um senso de lugar, promove o retorno ao “ponto perdido”, um caminho de volta para casa, que não é retorno, mas localização para o salto adiante. Por paradoxal que possa parecer, o descentramento da cultura a centraliza e coloca a Cultura para além do social, livrando-

a de determinismos, sejam econômicos, de classe, gênero, etnia. A cultura pode ser o que desejarmos ser, atravessa os lugares e assim redefine o senso.

Vivendo em um mundo artificial, o sujeito na pós-modernidade tem na cultura a possibilidade da emancipação. Enquanto na sociabilidade moderna os sofrimentos, problemas e dificuldades do indivíduo, tinham que submergir, sendo reprimidos e deslocados da vida social, no mundo do século XXI, eles voltam à superfície. Dessa unidade entre subjetividades e objetividade se encontra o senso de lugar. Pontos de Cultura que encontraram o senso de lugar assumiram um papel de organizadores da vida social no território com muito mais potência, produziram -e produzem- uma terapêutica da cultura, que auxiliam as comunidades do entorno a lidar com seus problemas, sejam emocionais, de comportamento ou pensamento e sentidos.

Em um mundo descentrado é no território, no *locus*, no lugar, que o conjunto de pontos se encontram no espaço. Em curvas ou superfícies, os controles internos e externos podem ser melhor percebidos no ponto, como em uma geometria da vida, formando pontos do “interior” e do “exterior” a estabelecerem conexões. Essas conexões possibilitam dar conta dos problemas do conhecimento imediato e do raciocínio dedutivo, do silogismo, em que duas premissas geram uma conclusão, e assim seguem produzindo novas conclusões e conhecimentos, como pontos de mediação a estimularem a preposição de novos silogismos, depurando falsas lógicas ou sentidos. É onde ocorre a gestão partilhada do conhecimento, mediada por intelectuais orgânicos, condição necessária para que aconteça o processo, até que tome corpo, adquira significado e mobilize corações e mentes.

Os movimentos de libertação da África, tomaram corpo a partir da poesia de jovens estudantes de origem africana deslocados para Paris -Aimé Césaire, Léon Damos, Léopold Senghor-, que falavam de sua diferença enquanto negros. Penso o mesmo em relação a proposição com o Ponto, podendo catalisar uma sensorialidade reflexiva que acontece no território, com uma função de soldagem, organizando procedimentos inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade integral. Em um mundo que ainda irá se fazer “de baixo para cima”, até o momento em que aquilo que está “em cima”, abaixe, e o que está “abaixo”, suba.

“Mesmo as realidades sociais como a arte, as linguagens e a literatura oral, que poderiam ter constituído uma introdução à alteridade, foram reprimidas em apoio às teorias da mesmidade. Socialmente elas eram ferramentas que fortaleciam uma nova organização de poder e seus métodos políticos de redução, a saber, assimilação ou governo indireto. Dentro deste contexto, a negritude, um movimento estudantil que

surgiu na década de 1930 em Paris, é uma roda literária, apesar de suas implicações políticas.”²³⁹

Mudimbe, percebeu que para superar as teorias da “mesmidade” é necessário voltar às coisas comuns, à capacidade de interpretar o mundo de maneira acessível, entendível e inteligível às pessoas, que as toquem no coração e na cabeça. A sofisticada poesia de Césaire, Senghor e outros poetas africanos, ganhou sentido ao formular perguntas simples, como a vida é. Perplexos, com uma sensação de perda irreparável, deslocados de seu lugar, estudando na Paris da dominação colonial, redescobriram a sabedoria das perguntas. Mais que saber as respostas, o desafio está em saber formular as perguntas até que seja possível compreender as regularidades de um povo sem obliterar as suas particularidades. Globalizados sob a hegemonia capitalista, não se deve rejeitar o encontro e a troca, ao contrário, desde os primórdios da humanidade, com avanços e recuos, a humanidade se encontrou, interagiu, se mundializou, atravessou desertos, montanhas e oceanos. A questão se dá na relação desigual na expropriação, na espoliação de povos, que, para acontecer, precisa promover sentimentos de desconexão, insegurança e segregação. O encontro, quando equilibrado, é bom e necessário, pois produz coisa nova.

Reordenando a vida no tempo e no espaço, as identidades nacionais e locais vão se desintegrando pela homogeneização cultural e ao mesmo tempo se reforçam pelas particularidades, sobretudo locais, como elementos de resistência. Enquanto as identidades nacionais estão em declínio, as híbridas tomam o seu lugar transfronteiriço, mas essas também acontecem no local. O senso de lugar surge com força quando se percebe essa tensão entre uma forma particularista de vínculo ou pertencimento (histórias particulares, vínculos a lugares, eventos comuns, símbolos) e o desmanche da cultura via uma globalização esférica, homogeneizadora. Para uma globalização poliédrica, multiforme e diversa, o senso de lugar é a liga a promover equilíbrio nas relações, porque desfragmenta a individualização; pelas memórias localizadas, mesmo que aparentemente individualizadas e fragmentadas se recompõe a totalização, a unidade.

Nos tempos presentes, em que horror e desamparo tornam-se cada vez mais comuns, muitos são capturados pelos fundamentalismos como tentativa de orientação a partir de verdades cerradas, acabadas, com respostas simplórias porem assertivas. Mas os

²³⁹ MUDIMBE, V. Y. – A INVENÇÃO DA ÁFRICA, gnose, filosofia e ordem do conhecimento – pg. 143 – Editora VOZES, 2029

fundamentalismos não são o caminho inevitável à contestação da globalização homogeneizadora, ao contrário, até a reforçam. A alternativa está na descoberta de um senso de lugar como espaço para o exercício da crítica e da democracia, da tolerância e da solidariedade, em meio à diversidade e à convivência entre os comuns. É o sentido que define o lugar, pelo sentido nós encontraremos o caminho e diremos: é para lá que vamos!

6. *Legado e Patrimônio*

Legado, aquilo que permanece, a herança que se transmite entre gerações. Patrimônio, a herança transmitida pelo pai, do latim, *patri*. A expressão mais profunda do patriarcado, quando os bens, tangíveis e intangíveis são controlados pelos homens, *patrimonium*, a herança do pai, o legado que vem dos homens. Até não mais que um século, assim as heranças eram transmitidas entre as gerações, de pai para filho. Palavras revelam “- *Que tempo enorme uma palavra encerra!*”, disse Bolingbroke, em Ricardo II, se Shakespeare. Conhecer, compreender e refletir sobre legado e patrimônio cultural são condições basilares para a interpretação sobre o processo de formação das identidades. O que recebemos por legado são o conjunto das manifestações, as expressões, falares, as formas de interpretação simbólica, as construções, os monumentos. São esses legados que dão parâmetros a definirem as formas de ser dos indivíduos e coletividades, aquilo que sobrevive ao tempo e é passado de geração em geração, não uma sobrevivência fortuita, mas aquilo que foi escolhido para indicar continuidade, laços, constância e estabilidade. O sentimento de prosseguimento assegura um marco de referências, permitindo que os indivíduos e sociedades reconheçam o entorno, com referências palpáveis e impalpáveis a definirem a identidade. Nós somos o que fazemos de nós, mas também somos o que nos foi legado. Como legado à memória coletiva, os Monumentos.

“A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde, ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.”²⁴⁰

²⁴⁰ LE GOFF, Jacques – HISTÓRIA E MEMÓRIA – pg 535 – Editora da UNICAMP, 1992

Monumentos são erigidos para assegurar uma cadência narrativa aos legados, àquilo que se pretende preservar. Quando uma pessoa utiliza determinada palavra para se referir ao seu entorno, sua cidade, ela o faz com base no patrimônio linguístico adquirido e transmitido oralmente e que assume um significado próprio, sendo elaborado e transformado ao longo do tempo, pelos usos e costumes, e também às referências marcantes e visíveis, que mesmo sem se revelarem por inteiro, apontaram a ela determinados marcos a serem lembrados. Em sentido largo, o legado transmitido pelos patrimônios, sobretudo o edificado e perpetuado pelos monumentos, refere-se à ação dos homens, no sentido de gênero masculino. Em um mundo marcado pelo colonialismo e a colonialidade a herança legada irá sempre refletir a mensagem que os vencedores assim pretenderam, o mesmo também nos países colonizadores, em determinação a partir dos homens dominantes, a memória das mulheres e dos dominados sobrevive mais através do patrimônio intangível, pelo imaterial, ou por artefatos de uso cotidiano, mais como vestígios e menos como afirmação de poder.

Legado oferecido, escolhido ou eleito, o patrimônio é defendido e resguardado de dano, conserva-se e preserva-se. São os avisos do passado que se quer iluminar, fazer recordar e contar. No entanto, há outro passado, aquele que não se vê, que não foi entregue como herança. É o passado que grita pelo silenciamento, o passado ocultado. Neste passado, o patrimônio dá lugar ao esquecimento, apagado em lembranças que selecionam:

“os vestígios de um passado construído para ser cultuado serviram para reforçar uma construção de patrimônio que o destituía de toda historicidade: reiteravam e sacralizavam a história do Estado como se fosse a história de todos os homens; erigiam no plano simbólico a unidade da nação capaz de ocultar as diferenças e os conflitos; e acima de tudo, constituíam o mais imponente testemunho do próprio progresso que se buscava afirmar como uma linha de inteligibilidade do passado e do ocultamento dos conflitos”²⁴¹

Poder de mando é poder de classe social e econômica, é também de gênero. A distinção entre classes sociais e poderes exercidos está presente naquilo que se preserva, é o poder de perpetuação a enviar testemunhos, afirmando um lugar de poder. Quando a memória é transformada em Monumento e é confrontada com a documentação “fidedigna” dos documentos escritos, complementando informações, ela dá prova de

²⁴¹ PEREIRA CUNHA, Maria Clementina – Patrimônio Histórico e Cidadania: uma discussão necessária – in. O Direito à Memória – Vários – pg. 9 – Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, 1992)

veracidade a um tempo passado que é revivido na rememoração. Não um tempo real do passado, mas um tempo que se afirma real pelo legado. Memórias se impõem pela narrativa daquilo que é ofertado. De um lado as transmissões de cultura pelos costumes, histórias, lendas, cantorias, falares, transmissões mais fluidas, de outro, as bem concretas, edificadas, ordenadas, monumentais, escritas e documentadas. Memórias intencionais que se afirmam legítimas ao puxar o passado para apontar ao futuro. Discorrendo sobre o conceito de história, Walter Benjamin aponta que:

“Certamente, os adivinhos que interrogam o tempo para saber o que ele ocultava em seu seio não o experimentavam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse fato, poderá talvez ter uma ideia de como o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vazio nem como homogêneo. Sabe-se que era proibido aos judeus investigar o futuro. Ao contrário, a Torá e a prece se ensinam na rememoração. Para os discípulos, a rememoração desencantava o futuro, ao qual sucumbiam os que interrogavam os adivinhos. Mas nem por isso o futuro se converteu para os judeus num tempo homogêneo e vazio. Pois nele cada segundo era a porta estreita pela qual podia penetrar o Messias.”²⁴²

Continuando em Walter Benjamin:

“A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta das coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas queimarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo deve ficar atento à essa transformação, a mais imperceptível de todas.”²⁴³

As necessidades materiais não excluem as necessidades do espírito, ao contrário, elas são indissociáveis. A onda do chamado progressismo político na América do Sul, na primeira década do século XX, conseguiu assegurar avanços significativos nas condições materiais de consumo a amplas parcelas da população, antes alijadas desses bens. No entanto, ainda assim, houve uma regressão política e ideológica na década seguinte, abrindo campo para a penetração ainda mais forte do pensamento neoliberal, do reacionarismo e do fascismo. Isso se deu, conforme procurei demonstrar no caso específico do Brasil, muito por conta do equívoco tecnocrático que levou ao desprezo e

²⁴² BENJAMIN, Walter, *SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA*, in. OBRAS ESCOLHIDAS – Magia e Técnica, Arte e Política, pg. 232 – Editora Brasiliense, 1985

²⁴³ *Idem*. Pgs 223/224

até ao abandono às “necessidades do espírito”, ao mundo da cultura e da comunicação, à disputa por valores e formas de interpretação do mundo, que geram vínculos mais sólidos de solidariedade, afeto e confiança, com efeito na capacidade de interpretação mundo e descoberta da verdade. Não há progresso sem o direito à felicidade e o encontro com os sentidos mais profundos da vida.

Contemplar uma flor arrancando-lhe a raiz, inevitavelmente a levará ao definhamento, quando vinculada à raiz, a flor floresce por mais tempo e produz vida por suas sementes. A ação de um Ponto de Cultura nas comunidades passa também pela atenção às aspirações passadas, não realizadas, e que precisam ser redimidas. A dimensão da memória, portanto, tem que perpassar todas as atividades, em ato consciente de responsabilidade, sem excluir a agudeza dos detalhes. Talvez exceto a Bolívia, em que a apropriação simbólica das raízes ancestrais indígenas foi algo cotidiano, e por isso conseguiram debelar o Golpe de Estado de 2019 com mais rapidez (no lapso de um ano e meio), nos demais países da América do Sul os vínculos entre as raízes ancestrais revelaram-se limitados, insuficientes e descontínuos. Exatamente no período em que a extrema direita impunha a estratégia de Guerra Cultural foi quando houve menos atenção à flor que estava a desabrochar, sendo-lhe arrancada as pétalas e a raiz, permitindo que manipulações de todo tipo, cultura do ódio e pós verdade se impusessem. Nem todas raízes foram arrancadas, é fato, mas houve um estrago no jardim da cultura, enfraquecendo a capacidade do campo progressista, ou de esquerda, em resistir aos ataques da cultura do ódio e da fragmentação. E isso tem custado muito caro a esses países.

Um Bem do patrimônio respalda narrativas se amparando na investigação realizada, contudo, o confronto de informações é resultado de escolhas e seleções que permite inferências quanto à afirmação da verdade, podendo revelar novas histórias. Todos vestígios do passado são documentos, a disputa, refere-se àquilo que deve ser ou não ser preservado e qual o lugar que cada documento terá na memória coletiva. Mesmo quando os indivíduos não dominam a historicidade dos documentos e monumentos narrativos, esses transmitem significados, até para quem passa despercebido por eles. Edifícios públicos, palacetes ou moradias de personalidades históricas e seus objetos exemplares são indicados para preservação com muito mais facilidade do que edifícios comuns e objetos banais, o monumental se preserva, o banal se descarta. Mas a vida do comum, dos “de baixo”, dos dominados, das mulheres, mormente, deixa vestígios a partir do banal e do não escrito. Todavia, há um sentimento na sociedade por preservar o

incomum, a rara beleza, o excepcional. Esta forma de ver o patrimônio não é fruto apenas de uma decisão estética, de gosto, por vezes nem de uma “manipulação intencional das elites” e sim porque “*a melhor dominação é aquela em que as pessoas se submetem espontaneamente*”, conforme alertou Foucault. As pessoas aprendem a dar valor menor e diferenciado aos seus próprios vestígios pessoais, de classe ou grupo, objetos de uso cotidiano, instrumentos de ofícios, casas proletárias, cabanas camponesas, as histórias de ninar, as pequenas narrativas, tudo vai sendo desmerecido, esquecido. É da natureza humana esquecer o sufoco, o aperto, o precário, mesmo quando o precário, o aperto e o sufoco sigam em nós. Pelos maus cheiros, maus tratos, pelos odores, pelo sujo, pelo feio, e por tudo que explora, por tudo que humilha e ofende, as sociedades se autoadministram ao se despojar de seu passado. Ainda assim, o passado não sai de nós. Ele se impõe por ter sido esquecido. Só conseguiremos nos libertar do passado se o tornarmos presente em nossa memória.

Quando o patrimônio, ou bem cultural deixa seu contexto original e passa a ser apresentado como documento histórico ele ganha uma “aura”, é sacralizado, tornando-se fetiche e testemunho de uma época. Nos Museus, espaço da cultura material por excelência, é possível observar este processo como em nenhum outro local, os objetos comuns e cotidianos podem ser apresentados ao público como vestígios e documentos de uma memória a ser lembrada. Mesmo quando ainda em uso cotidiano, os artefatos e registros apresentados aos visitantes de um Museu ganham novo significado, são hierarquizados quanto ao seu “valor”, mas nessa hierarquização há também a inferiorização do banal em favor do único e famoso. Ainda que o banal possa ser exposto em vitrines, sendo apreciado e oferecido como legado, é do *habitus* social procurar o exemplar, o extraordinário. A sociedade se apropria do patrimônio de diversas formas e elege como seus apenas alguns dos bens oferecidos como legado, a estes submete sua memória e identidade. A outros – à maioria –, relega um canto escondido entre suas lembranças. O esquecimento, ou ocultamento, da memória é resultado de uma operação continuada, em que a intencionalidade das classes dominantes, do pensamento hegemônico e do senso comum, se entrecruzam. Mais que decidir por não recordar e esquecer, a manutenção do *status quo* nas sociedades precisa esconder. Entretanto, o esquecimento permanece vivo na cultura viva.

Há sempre uma recordação que salta do baú da memória. Um som, um cheiro, uma história abafada, caminhando pelo labirinto da memória puxamos o fio de nossas lembranças. Edmund Husserl, em suas Investigações Lógicas, aponta três fenômenos de

rememoração: a lembrança através de um ato intencional, fruto de um processo de atenção, que cavouca determinadas reminiscências; a lembrança que precede o ato de atenção e é surpreendida pelo que aparece -como na memória involuntária na obra de Marcel Proust, em que o fio da recordação é puxado pelo ato de Swann, ao molhar as *madeleines* no chá²⁴⁴; há também a lembrança desviada, não desejada, mas que é associada a outros fatos passados e presentes.

Como desejo de notar algo, a busca intencional, ao direcionar a recordação, procura presentificar a memória para algo notado ou representado. Contudo, o despertar de uma relembração, como no segundo fenômeno, ativa uma memória intuitiva, que se torna rememoração. Há as lembranças nítidas, que se apresentam de forma intensa, também aquelas em estado de névoa. Por último, as memórias vazias, não propriamente uma rememoração, mas a possibilidade do despertar da memória, como se mantidas em dormência. Dessas memórias em dormência, situadas fora da esfera da intenção, surge uma condição de transcendência, que permite transpor determinadas realidades, em que a consciência parte da experiência sensível para aportar no mundo das ideias, do vir a ser, em um esforço progressivo de anamnese, remontando a um tempo anterior ao da existência. Ir fundo na memória e cavoucar tudo isso é condição para que, um dia, o patrimônio deixe de ser a herança do pai para se transformar no legado de todas, todos e todes. E a lembrança aparecerá em sentido libertador.

De norte a sul, de cima a baixo, de pai para filho, de avó para neta, dos narradores para os ouvintes, de geração em geração, tradições são repassadas, como uma entrega a ser transmitida ao futuro. Legado de costumes, modos de ser e de interpretar o mundo, ofertados como patrimônio a repassar sentimentos de continuidade histórica, marcos de referências a nos fazerem reconhecer o entorno e a nós mesmos. Pelo

²⁴⁴ “E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de Madeleine que minha tia Léonie me dava aos domingos pela manhã em Combray (porque nesse dia eu não saía antes da hora da missa), quando ia lhe dar bom-dia no seu quarto, depois de mergulhá-lo em sua infusão de chá ou de tília. A vista do pequeno biscoito não me recordara coisa alguma antes que o tivesse provado; talvez porque, tendo-o visto desde então, sem comer, nas prateleiras das confeitarias, sua imagem havia deixado aqueles dias de Combray para se ligar a outros mais recentes; talvez porque, dessas lembranças abandonadas há tanto fora da memória, nada sobrevivesse, tudo se houvesse desagregado; as formas – e também a pequena conchinha da confeitaria, tão gordamente sensual sob as suas estrias severas e devotas – tenham sido abolidas, ou adormentadas, haviam perdido a força de expansão que lhes teria alcançado a consciência. Mas, quando nada subsistisse de um passado antigo, depois da morte dos seres, depois da destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis porém mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o aroma e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, chamando-se, ouvindo, esperando, sobre ruínas de tudo o mais, levando sem se submeterem, sobre suas gotículas quase impalpáveis, o imenso edifício das recordações” (grifo do autor), in EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO, No caminho de Swann, Marcel Proust, Nova Fronteira, 2016.

patrimônio começa o patriarcado, heranças por demais pesadas. Na Roma Antiga, os prepostos do Imperador eram chamados por “General” ou “Legado”, aquele a quem se delega as leis (*legatos*, palavra derivada de *legare*, delegar) e o poder de interpreta-las e aplica-la. Apenas Senadores estavam habilitados a receber o Legado, podendo comandar legiões militares, o patrimônio da força. *Legatus, legiones*, governar províncias; *Legatos propaetor*, aqueles que governam com o poder de magistrado, *pretor*. Na Igreja Católica, legado passou a designar o encarregado de uma missão especial em nome do Papa. Também associado a tudo que diz respeito ao direito de sucessão, o legatário, aquele que recebe a herança, os valores materiais e imateriais deixados em testamento. Há o legado intangível, passado ao longo de séculos entre povos e civilizações, o legado linguístico, a cultura, os costumes, os pensamentos deixados por filósofos, as maneiras de ser de uma família ou um povo.

O legado da humanidade é a herança ancestral, aquela que foi transmitida pelas artérias da tradição, permitindo que gerações seguintes conhecessem e continuassem o legado recebido, mantendo viva a cultura. Para povos de raiz, que não cortaram suas artérias de ligação à pulsação ancestral, o futuro sempre está no atrás, no passado, no mundo de ontem. A expressão *q'ipur kama*, do povo aimará, significa “até o dia de trás”. Há muitas saudações de apresentação e encontro entre pessoas e povos, o *Ciao* italiano, *servo vostro*, seu criado ou escravo (*schiaivo* – de onde é tirada a corruptela *Ciao*), em que o cumprimento acontece na chegada e na partida e deixa a pessoa na obrigação, de onde, em português, se diz, *obrigado*, “estou obrigado com você”. Para povos de ancestralidade africana, o conceito de *Eu* só faz sentido quando localizado no ontem. Foi esse conceito que permitiu aos povos sequestrados no holocausto da escravidão a manutenção de suas raízes em que a ancestralidade pulsa na carne, fazendo perceber, sentir e pensar, conforme suas origens, mesmo que desprovidos e despojados de tudo. Pelas histórias transmitidas, sobretudo, a partir da oralidade, saberes vão sendo cristalizados, como um conhecimento capacitador, criando sentido de partilha e pertencimento. Muito desse processo de transmissão de conhecimento pela ancestralidade acontece pela memorização e recitação. Para povos ameríndios ou para aqueles que cultivam suas raízes, a ancestralidade é a força do saber vivo:

“A ancestralidade é o vento materno, é o sopro de vida que é tecido no ventre de nossa mãe pelo sangue ancestral, é a música que faz vibrar as células de nosso corpo e dita o ritmo de nosso coração, é a poesia que acalma e perturba, é a filosofia e seus favos de sabedoria, é a luta pela vida e a resistência à morte, é a natureza e

manifestação da vida, é o movimento e o caminhar, em cada um de nós. Em cada pessoa que respira há a marca da ancestralidade.

Pensar a ancestralidade não está em compreender qual o sentido da vida, a partir do texto completo e termos difíceis, está em viver em movimento com a vida, esse eterno vir-à-ser, é uma roda sem fim, porque o futuro é ancestral”²⁴⁵

São muitas as formas para a transmissão da ancestralidade a partir das tradições. Neles, a poética sempre está presente, como no texto acima, ou a palavra florida, como para o povo Totonaca, no estado de Vera Cruz, no México²⁴⁶. A força da palavra generosa, que constrói, anima, guia, orienta. Há muitas formas de passagem da palavra, nem sempre generosas. Há as palavras que são passadas daqueles com poder para os sem poder, as palavras que se impõem pela espada ou pela devoção religiosa. As palavras que constroem pelo conhecimento dos que se julgam superiores, as palavras das leis dos poderosos, das instituições que se prestam a servir a um senhor, são as palavras de humilhação, de sujeição, de submissão. Palavras que, de tão repetidas e impositivas, tornam-se verdade, apesar das mentiras contidas e transmitidas por elas. Há outras palavras, sussurradas, transmitidas pelos afetos, as histórias das avós, as brincadeiras infantis, as memórias subterrâneas, as paródias. Mas que também incorporam e reproduzem preconceitos e não verdades. Há as palavras que aparentam ser uma coisa e são outra, as que buscam enganar os que oprimem, as que buscam aliviar os que são oprimidos. Há as palavras das memórias obliteradas, das tradições das revoltas, da resistência, do inconformismo. E há aquelas que misturam tudo isso.

Há também as tradições adormecidas, sementes preservadas durante séculos no fundo escuro da memória coletiva e que, de repente, brotam de novo. Como entrega, a tradição pretende dar coerência lógica, mesmo quando ilógica, à compreensão do mundo, buscando estabilidade, respeito às normas, controle, ordem. Na esfera do controle, mescla uma narrativa emocional-fantasiada com postulados assertivos e verdades cerradas. As tradições cimentam relações exatamente por produzirem o (aparente) equilíbrio entre as pulsões humanas e a necessidade de amparo. Por se legitimarem pela entrega de uma interpretação coerente de mundo e por apontarem um

²⁴⁵ RIBEIRO, Katiúscia – O FUTURO É ANCESTRAL, in. *Le Monde Diplomatique-Brasil*, 19 de novembro de 2020 <https://diplomatie.org.br/o-futuro-e-ancestral>

²⁴⁶ Sobre os Totonaca, vide capítulo “Visita à escola Xtaxkagget Makgklawana (o esplendor dos artistas), pgs 107/111 in. *POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina – TURINO*, Célio – Edições SESC, 2020

mundo futuro igualmente em ordem, as tradições seriam como naus a navegarem no mar das incertezas e dos medos. Naus com rumo em oceanos inóspitos.

7. Tradição

Tradição é uma palavra complexa, que carrega muitos significados. O uso da tradição como impulsor de dinâmicas contemporâneas não necessariamente tem uma dimensão progressiva e progressista, podendo resultar em reacionarismo, imutabilidade e conservação de ordem injusta. Tradição também é utilizada em referência a algo antigo, perdido no baú da memória, ou que se repete em rituais, não necessariamente antigos. A tradição pode aprisionar ou libertar. Está voltada para duas direções opostas, chegando a ser antagonica. Ela oblitera a visão, por paradoxal que seja, levando ao apagamento de memórias, até à eliminação e supressão dos sentidos, como também cultiva e refina os mesmos sentidos. A entrega da linhagem ancestral é a matéria prima para o autocultivo, é o fio que puxa vontade, desejo, razão e paixão. Na automodelagem unem-se ação e passividade, conformismo e resistência. Mas o cultivo também é algo que é feito sobre nós, no estado antagonico, entre autocultivar-se e ser cultivado, rancores e ódios são estimulados ou aplacados, virtudes são semeadas, assim como o embuste. O campo de exercício das tradições também pode ser visto como o campo da pedagogia ética. Raymond Williams identifica que no mundo moderno:

“...especialmente no interior das formas da ‘teoria da modernidade’, tradição e tradicional são hoje utilizados muitas vezes de forma depreciativa, com uma falta similar de especificidade. De fato, tradicionalismo parece especializar-se como uma descrição de hábitos e crenças inapropriados para praticamente qualquer inovação; tradicionalista é quase sempre depreciativo”²⁴⁷

Em contraponto, há uma busca pelas tradições como forma de cultura viva, como uma árvore, que, para o florescimento de flores ou frutos, tem necessidade de uma profunda conexão com a raiz, em fluxo contínuo a ser alimentado pela seiva. Saber quem somos, se autoconhecer, depende da capacidade dos indivíduos e sociedades se reconectarem à raiz. Da seiva sagrada da raiz, ofertada como alimento, a tradição pode transformar-se em uma árvore frondosa, com bons galhos, folhas e frutos, e esses podem

²⁴⁷ WILLIAMS, Raymond – PALAVRAS-CHAVE: um vocabulário de cultura e sociedade, pg. 401 – Boitempo Editorial, 2007

nutrir mais vida. Candace Slater, professora de literatura brasileira na Universidade de Berkeley, California, EUA, foi convidada para acompanhar a implantação dos Pontos de Cultura no Brasil, entre 2005 e 2006, ainda na fase inicial do programa. Na primeira Teia dos Pontos de Cultura ela ministrou uma palestra com o tema “A tradição do novo”. Na conferência foi apresentada a distinção entre as palavras tradição e traição, ambas com a mesma raiz etimológica: entregar.

“É importante pensar nessa ligação que vem do latim. No latim, realmente vem da ideia de entregar. Na tradição, dou algo para uma pessoa ou para outra. Mas traição era o ato de entrega de papéis e documentos importantes na primeira época da cristandade. Tinha esse sentido negativo muito forte, porque era uma entrega de alguma coisa.

Falo sobre isso não simplesmente porque tenho interesse obcecado pela semântica. Mas porque acho que na América Latina, sobretudo no Brasil, a ideia de tradição como um polo oposto a outro, que é a modernidade, talvez seja uma das maneiras de se pensar sobre esse tema. Não pode ser a única. Porque, se tradição e traição estão presentes na mesma raiz, talvez essa capacidade de inovação – que seria uma traição feliz – esteja presente na mesma palavra que é tradição. [...]

O que estou tentando sugerir aqui é que realmente a tradição fica viva por causa da própria traição feliz. Não estou falando de traições negativas. Mas a inovação pode ser vista, não necessariamente, como uma coisa oposta. Mas como algo integral.”²⁴⁸

A cultura viva, quando vai ao encontro da tradição, faz uma viagem à semente que torna a tradição uma bússola ao futuro. Conectando passado, presente e futuro, a cultura viva realiza uma crítica ativa ao passado e às tradições, buscando uma superação sem jogar fora o passado ou negar as tradições, ao contrário, buscando na tradição o sumo para a liberdade. Mesmo realizando uma crítica intrínseca, o passado é parte de nós e nós somos o que o passado produziu sobre nós. Uma viagem à semente que tenha por objetivo a emancipação, ao mesmo tempo que caminha em direção ao horizonte, vai produzindo uma tomada de consciência e crítica real, que, para além da reflexão teórica, resulta em revisão prática, política, sobre o passado. Reviver é ter consciência do passado e de sua continuação, produzindo um fluxo de vida que, envolto na substância do passado, faz incidir processos de transformação, em que fim e origem se confundem, e se fundem.

²⁴⁸ SLATER, Candace, A TRADIÇÃO DO NOVO, in. TEIA – rede de cultura e cidadania, pg. 91 – Brasília, 2007 – palestra proferida em 6 de maio de 2006 no Seminário Tradição e Modernidade: Natureza, inovação e cultura de resistência – SESC Vila Mariana – São Paulo.

Pela viagem à semente navegamos ao futuro. Toda identidade social carrega ambiguidades, Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, aponta claramente que há um contraste entre a “moralidade popular” e a “moralidade oficial”, gerando uma consciência contraditória; de um lado as estratégias de sobrevivência no presente, em um mundo desordenado e bombardeado por um conjunto de estímulos e sensações, de outro, os modos de ser herdados do passado e absorvidos acriticamente. Pela tradição, permanência e ruptura caminham ombreados. Um exemplo presente é o processo que pode estar acontecendo no Peru, a partir da eleição de um professor *comunero*, Pedro Castillo, de tradições campesinas da cordilheira dos Andes. Ao mesmo tempo em que era recém filiado a um pequeno partido de esquerda, assumidamente marxista-leninista-mariateguista, com posições avançadas em política econômica e distributivista, revelou-se bastante conservador no campo dos costumes. Em um jorro de força da tradição o professor venceu as eleições, mas após um ano e meio de governo tinha a governabilidade cada vez mais abalada, fruto do controle das classes dominantes sobre o parlamento, que tornam o modelo presidencialista peruano bastante peculiar e ingovernável, como também por contradições internas inerentes a uma política ao mesmo tempo avançada e atrasada, repetidora dos mesmos métodos que negava. Tentando desvencilhar-se do controle do parlamento, tentou um autogolpe sendo ele quem sofre o golpe na sequência. O povo no contrapé. O novo governo, no entanto, por afastado da autoidentificação ancestral, recebe o rechaço popular, sobretudo da serra andina. Indígenas esquecidos e desprezados, o povo dos Andes e dos rincões perdidos, ao lado da juventude urbana, se revolta, tomando cidades e estradas. No momento em que escrevo essas linhas, a repressão por parte do governo provisório é intensa, com mais de 60 mortos. Uma revolta que é tradicional e do futuro, conservadora e de ruptura ao mesmo tempo. No sindicalismo operário na América Latina o conservadorismo nos costumes e os preconceitos também são frequentes. Mais ainda na cultura popular nos mais diversos países e lugares. Nem por isso deixam de abraçar as causas da libertação e da justiça social.

De repto, cabe examinar e decodificar formas de expressão simbólica no seio das classes populares, cuja interpretação da realidade não é homogênea, não havendo um todo coerente. De fato, há contradições. Recordo de quando subi as favelas de Cusco. Para um homem das terras baixas do Brasil, o centro de Cusco já está situado em altitude proibitiva, 3.600 metros acima do nível do mar, só sendo possível respirar após mascar coca e tomar muito chá com suas folhas. As favelas estavam localizadas ainda mais

acima, de onde, bem abaixo, se avista a cidade dos Incas e dos governadores espanhóis. Lá encontrei um Ponto de Cultura de capoeira (um professor brasileiro que passou por lá e ensinou a arte que é luta, o jogo que é dança, a tradição que é a ginga dos pretos escravizados trazidos de África). Para além da mistura cultural, o que chamou minha atenção foi a placa na entrada da favela: “*ladrões que entrarem aqui serão mortos e decapitados*”. Quando indaguei sobre a placa, os jovens quéchuas e aimará vivendo em uma favela com trejeitos dos jovens das favelas do mundo, assim me responderam: “*com isso controlamos a violência e os roubos em nossos territórios*”. Na mente popular, dos historicamente desprezados e explorados, há um turbilhão de referências, que se refletem em atitudes contraditórias entre si, até assustadoras a mentes mais abertas.

Também conheci vários professores *comuneros*, todos com uma visão profunda sobre ambiente e vínculos comunitários, um deles sabia o nome de cada plantinha que brotava do chão e assim ensinava aos alunos na escola *Pukllasunchis* (jogamos, em idioma quéchua – no livro ‘Por todos os caminhos’ eu descrevo a conversa que mantivemos), verdadeiros filósofos, com muita sabedoria a transmitirem. Mas, a depender da conversa e tema, mentes mais cosmopolitas os considerariam conservadores. O professor Pedro Castillo, hoje presidente deposto e preso, notabilizou-se como liderança das “*rondas campesinas*”, formadas durante o enfrentamento às guerrilhas, principalmente contra o *Sendero Luminoso*. As Rondas foram depois mantidas para a garantia da ordem nos *Pueblos*. Passados alguns anos, foi a principal liderança da grande greve dos professores que paralisou o país. Sua campanha eleitoral levava por símbolo um lápis. É progressista e conservador ao mesmo tempo e sem que isso pareça contraditório, pois expressão de pensamento presente na mentalidade popular.

Se, de um lado, há o senso comum incorporando camadas de senso transmitidas por diversas formas, incluindo imposições e valores das classes dominantes do passado, há a experiência da exploração passada e presente, a repressão compartilhada pelos sujeitos proletários, a precarização no trabalho, a exclusão permanente, o racismo, o sexismo, o ser periférico, o ser desprezado e descartado. A Cultura Viva é um chamamento a esse exame e decodificação. O despertar da classe dos humilhados e ofendidos em busca de justiça e novas legitimidades. E. P. Thompson, em seus estudos sobre a cultura popular tradicional, *Costumes em Comum*, analisa as rebeliões populares no século XVIII, na Inglaterra e conclui:

“Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, *rebelde*. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome dos costumes, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta dos padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é na defesa dos costumes.”²⁴⁹

Transmitidas desde arriba, pelos senhores e sacerdotes, pelos patrões, pelos mais persuasivos, as tradições também foram inventadas um dia, se impondo sobre as populações. Repassadas pela oralidade, pela repetição, pelo livro, pela bíblia, pelas encenações públicas, cavalhadas, folias, festas..., também pela reprodução de fundamentos, aparatos, ritos, imagens, e leis e normas e instituições de poder; pelo Estado, pelas Igrejas, pelas Escolas e pelo Mercado. Há uma tensão interna, intrínseca às tradições, ao mesmo tempo em que elas puxam o fio da ancestralidade e da força vital da raiz, elas são conspurcadas pelas imposições do padrão dominante de tempos passados. Eric Hobsbawm introduziu o termo “*Tradição Inventada*”, utilizado em sentido indefinido, desde aquele em que parte das tradições são criadas e sistematizadas a partir de fundamentos e práticas imemoriais, repetidas com variações ao longo do tempo e dos lugares, até aquelas propriamente inventadas. Inventa-se quando:

“uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com as quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outra forma. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.”²⁵⁰

O processo de repetição, inerente às tradições, também vem acompanhado de reinvenção, reelaboração, decomposição e novas invenções. É um processo contínuo, que caminha por camadas, como na apreensão do senso comum. Tradições são forma ritualizada de transmissão de narrativas e valores morais e diferem de costumes na medida

²⁴⁹ Thompson, E.P. – COSTUMES EM COMUM – estudos sobre a cultura popular tradicional, pg. 19, Companhia das Letras, 2019

²⁵⁰ HOBSTAWM, Eric – A invenção das tradições – Eric Hobsbawm e Terence Ranger, org- pg. 12. Ed. Paz e Terra, 1984

em que os valores consolidados como costume são repetidos de modo mais solto, etéreo até. Costumes são passados pelos falares e olhares, por aquilo que não é dito ou explicado coerentemente, é o que vai sendo praticado e que o entorno valida inconscientemente. Até que aconteçam situações-limite e surjam bifurcações, oscilando a ordem estabelecida. Não há como precisar a autoria individual, sequer coletiva, para os costumes. Costumes simplesmente vão sendo praticados, até consolidarem sentidos, como as palavras. Como as palavras, apresentam sentidos diversos e até opostos. Costume depende da interpretação do observador e do praticante, em uma combinação de conhecimentos e valores, até que um padrão se estabeleça sobre os demais.

Para transformar é necessário mudar e mudança advém de relação de força e persuasão no senso da coletividade. Mesmo quando não há concordância total com determinado processo de transformação este é resultado que envolve algum grau de consentimento coletivo. Isso quando as diversas partes falam, escutam, concordam, discordam, ponderam, cedem e, sobretudo, observam, compreendem, distinguem odores, cheiros, percebem sabores, forma, temperatura e pressão, consistência, peso, aspereza. Há muitos sentidos a definirem os sentidos do mundo. Fazem uso da razão, via atividade cerebral e das emoções, via os demais órgãos e sentidos do corpo, que interferem na própria atividade cerebral, que é resultado de um corpo uno, indivisível, algo que deveria ser óbvio. Afinal, a caixa cerebral não está descolada do corpo, formando um processo integrado em um conjunto único de propriedades naturais-humanas-sociais. As decisões exprimem um movimento constante, com recorrência, mas também mudança, combinando estado de repouso e repetição que se move e transforma.

O vento sopra, não há como conhecer o vento sem o sopro, ele é movimento e repouso, não só repouso, não só movimento. O vento existe no sopro, o ato está vinculado ao fato, à razão de ser, o sopro do vento. Mesmo inefável, o invisível sopro do vento sopra, e nos toca até ser visto e sentido. Os processos de transformação social são acelerados quando vinculados às tradições que resultam em invenção. Quando sopram. Há uma diferença entre a invenção das tradições e as tradições inventivas. Inventam-se tradições quando “velhas” tradições já não dão conta de uma nova ordem estabelecida; inventam-se uma tradição para sedimentar uma ordem a ser repetida em exaustão, até se consolidar como senso comum. É uma invenção para congelar o presente, que inventa um passado a impedir a mudança futura.

Para o conservadorismo tradicionalista a sociedade é algo dado, acabado. Uma criação baseada em verdades fundamentais, jamais processo ou construção, ele lança mão de conquistas tecnológicas para negar evolução ou qualquer possibilidade de quebra de regras da ordem estabelecida, é hostil às inovações. Em um mundo desigual e opressor, perpetua a desigualdade e a opressão. Ao naturalizar e perpetuar a desigualdade e a opressão, as aprofunda, tendo por fundamento o conservadorismo metafísico e também empírico. É avesso a qualquer forma de profanação das “coisas sagradas”, bem como reage a quaisquer mudanças nos comportamentos e nos costumes aprofundando processos de dominação e exploração econômica, social, moral e política. Para o reacionarismo as tradições são a base para a atuação, mas são tradições tiradas de contexto histórico-social, metafísicas, “a família”, “a igreja”, “a comunidade”, “a pátria”, como entidades a-históricas. Um tradicionalismo anacrônico que pesca tradições conforme o interesse do pescador. A essência desse tradicionalismo conservador é a manutenção da ordem de dominação, em que ritos e símbolos do passado, um passado inventado, são reapropriados para novos significados de conteúdo totalitário. Essa incapacidade e insuficiência de compreensão resulta em retrocessos de tal monta que, para além de sociais, comportamentais e econômicos, são civilizatórios. No presente momento há uma aliança entre o tradicionalismo conservador e a barbárie neoliberal.

Uma tradição inventiva, ao contrário, é formada no seio da “velha” tradição, mas incorporando novos sentidos. Não é uma repetição, porque a repetição significaria apenas manter um estágio de consciência, seja de acomodação a uma ordem ou de resistência à ordem estabelecida, ou às que estão chegando. A Tradição inventiva tem por objetivo estabelecer o diálogo entre o senso comum, entre os saberes populares e suas formas de expressão, seja pela cultura ou religião, e o senso crítico, ou senso científico, em uma perspectiva de transformação, de ruptura com determinada estrutura mental, social e econômica. O Movimento Modernista iniciado a partir de 1922, seria um exemplo em que a tradição é o húmus para a ruptura, formando uma Tradição/Invenção, ou Tradição Inventiva. A Teologia da Libertação, também:

“A angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a *expressão* da verdadeira angústia e um *protesto* contra a verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o

coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de um mundo sem espírito. É o *opiat* do povo.”²⁵¹

Em leitura cuidadosa é possível perceber que Marx reconhece o caráter duplo do fenômeno da religião quando capta a natureza contraditória da “angústia” religiosa, tanto com a legitimação das condições existentes de dominação, levando ao conformismo, quanto ao protesto e questionamento da ordem de dominação, com a crítica ao culto do dinheiro, do deus *Mammon* da antiguidade bíblica, tornada modernamente na “*religião do cotidiano*” através do fetiche da mercadoria. Pela Teologia da Libertação é resgatado o interesse pela tradição do cristianismo primitivo, a religião dos pobres, dos amaldiçoados e perseguidos. É uma tradição inventiva, que cavouca no solo até encontrar a raiz mais funda. Um broto de semente em que a luta pelo Reino da Liberdade se encontra com a luta social. O peruano José Carlos Mariátegui, o primeiro pensador marxista das Américas, identificava na luta revolucionária elementos de fé, paixão e força de vontade religiosas:

“É uma força religiosa, mítica, espiritual. É a força do mito. A emoção revolucionária...é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se mudaram do céu para a terra. Não são mais divinas: são humanas, são sociais.”²⁵²

Para Mariátegui, a luta pelo socialismo seria inseparável do Reencantamento do mundo, da redescoberta do mundo mágico do mito e das religiões. Não é de surpreender que, 40 anos depois, no mesmo país, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez veio a formular a Teologia da Libertação, promovendo uma simbiose cultural entre cristianismo e luta social por transformações mais profundas na sociedade, de caráter popular e anticapitalista. A Teologia da Libertação, também designada como Cristianismo da Libertação; ou na Argentina como “*Curas tercermundistas*”, gerando o movimento de “*Curas Villeros*” (quando 1/3 do clero católico argentino decidiu viver nas favelas); ou o cristianismo revolucionário de Camilo Torres da Colômbia; é reflexo da reinvenção das tradições a partir do forte vínculo social e moral do *ethos* cristão. Pela teologia da libertação se formou um vasto movimento social surgido a partir dos anos 1960 em toda América Latina, de *San Romero de las Américas*, em El Salvador a Dom

²⁵¹ MARX, Karl – “Towards the Critique of Hegel’s Philosophy as Right” (1844) – *Apud*. LOWY, Michael – O que é Cristianismo de Libertação – religião e política na América Latina – pg. 35 – EXPRESSÃO POPULAR, 2016.

²⁵² MARIÉTEGUI, José Carlos – “El hombre y el mito”(1925) *in*. *El alma matinal* – Revista Amauta, 1971, pgs 18-22 (tradução do autor)

Paulo Evaristo Arns e Helder Câmara no Brasil. Gustavo Gutiérrez, no livro-*semente Teologia da Libertação: Perspectivas*, enfatiza:

“A primeira tarefa da Igreja é celebrar, com alegria, a dádiva da ação redentora de Deus na humanidade, que realizou-se através da morte e da ressurreição de Cristo. É a Eucaristia, memorial e ação de graças. Memorial para Cristo supõe uma aceitação sempre renovada do significado da vida: a dádiva total para os demais.

[...]

O sentido da dignidade das camadas socialmente reprimidas ou das camadas cuja situação é negativamente (ou pelo menos positivamente) avaliada, é mais facilmente alimentada com a crença de que uma ‘missão’ especial lhes foi confiada; seu mérito é garantido ou constituído por um *imperativo ético*... Seu valor é assim transportado para algo que via mais além deles mesmos, transformado em uma ‘tarefa’ que é colocada diante deles por Deus. Uma das fontes do poder ideal de profecias éticas entre as camadas socialmente em desvantagem reside nesse fato. O ressentimento não foi exigido como compensação.”²⁵³

Quando um valor religioso transcendente (Deus) se encontra com um valor utópico imanente (desejo comunitário pela libertação) se produz uma nova ética, em sentido religioso, cultural e sociopolítico, formando uma unidade dialética a mover paixões e potência, conforme percebido por Mariátegui no início do século XX. Dessa unidade dialética, religião e política se aproximaram não mais no sentido da conservação e do tradicionalismo, mas no sentido da libertação e da ruptura. Não é possível entender os processos de luta social nos países da América Latina, desde os anos 1960, sem compreender esse encontro, que no Brasil produziu as Comunidades Eclesiais de Base, espalhadas por milhares de comunidades, com milhões de pessoas. Algo muito próximo dos Pontos de Cultura, só que esses em caráter laico, a despeito de haver uma mística em diversas origens. Dessa ação de base, “de baixo para cima” surgiram movimentos determinantes para a história do país nos últimos 50 anos, como o Movimento Contra o Custo de Vida (onde iniciei minha prática social, ética e política) durante a ditadura militar, o novo sindicalismo e a CUT, e o próprio PT, o movimento dos trabalhadores Sem-Terra, entre outros. Durante as ditaduras na América Latina, o Cristianismo de Libertação, mesmo que minoritário na hierarquia da Igreja, em meio a guerras civis, lutas sociais e revoluções, foi presente e fundamental, dando sentido à luta popular,

²⁵³ GUTIÉRREZ, Gustavo, *apud Apud*. LOWY, Michael – O que é Cristianismo de Libertação – religião e política na América Latina – pg. 76 – EXPRESSÃO POPULAR, 2016.

denunciando torturas, acolhendo os perseguidos, protegendo os desvalidos. Movidos por critérios morais e religiosos, os teólogos da libertação reinventaram a tradição. Michael Löwy sistematizou oito princípios básicos no que ele prefere definir como cristianismo de libertação:

“1. A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelos novos Faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: Bens Materiais, Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a ‘Civilização Ocidental Cristã’.

2. Libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus.

3. Uma crítica de teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mas inseparáveis.

4. Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma de luta de um povo escravizado por sua libertação.

5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de *pecado estrutural*.

6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas de luta de classe.

7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação.

8. O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.”²⁵⁴

Compreender o pensamento religioso é inescapável quando falamos sobre tradição. A princípio eu poderia ter escolhido a religiosidade de matriz africana ou dos povos originários como fonte para exemplificação, mas o cristianismo pareceu-me mais abrangente para esse tópico, tanto pela incidência nos processos de transformação e luta democrática e social na América Latina, como pelo peso da Tradição religiosa cristã. A despeito de dogmas e hierarquias, houve uma parte significativa de fieis que soube transformar essa tradição em uma tradição inventiva, recolocando as ideias no campo da solidariedade e do comunitarismo, realizados nos primórdios da religião e igualmente esquecidos em alguma catacumba da memória.

²⁵⁴ LÖWY, Michael – O QUE É CRISTIANISMO DE LIBERTAÇÃO – religião e política na América Latina, pg. 77 – EXPRESSÃO POPULAR, 2016

Outro exemplo por demais significativo foi o desencadeado há um século, quando os modernistas brasileiros perceberam que modernidade e tradição são partes de uma mesma árvore. Realizando uma revisão crítica do moderno a partir do resgate das tradições, os modernistas buscaram encontrar uma especificidade brasileira no barroco e nas manifestações culturais populares. Alcançaram o moderno pelo fio da tradição e assim produziram uma arte ao mesmo tempo conectada com as raízes do povo brasileiro em ações de ruptura e invenção. Em uma época [os anos de 1920] marcada pela novidade, a estética da ruptura no Modernismo foi encontrada exatamente a partir das tradições e da paisagem local. O cosmopolita comunicou-se com a coisa local, que foi semente para a vanguarda. A ruptura na estética modernista se deu pelo desvio, pela paródia, introduzindo ironia, transgressão de valores do passado e alegria (“*A alegria é a prova dos nove*”, manifesto antropófago) em suas criações artísticas que também são reflexão sobre o Brasil que emergia moderno. Em Oswald de Andrade, também Mário de Andrade com *Macunaíma*, o tempo não é determinista e linear, ele se embaralha. A originalidade no trabalho de ambos está na busca do eterno retorno enquanto alavanca para a projeção ao futuro e à utopia. Pensa-se o tempo de uma maneira não linear, como nas diversas expressões do pensamento ameríndio, em que passado, presente e futuro conversam entre si e interagem em um tempo só.

Uma tradição inventiva compreende a história como um coser pontos a partir da agulha da ética, em que tempo, memória, ética e poética estão indissolivelmente vinculados à equação: tradição + memória + invenção = ruptura. Tradição remete a entrega, do latim, *tradere*, entregar ou transmitir. Em culturas marcadas pela oralidade, a transmissão de conhecimentos de uma pessoa a outrem, de uma geração a outra, é fundamental que a tradição se mantenha viva, para que viva seja a cultura. Quando essa linha de transmissão é cortada seria como se indivíduos e sociedades tivessem cortado o caule por onde a seiva circula em uma árvore, interrompendo o fluxo de energia. Ao tirar de riba a tradição as pessoas caem em direção descendente, prendendo-se em um labirinto impossível de sair. Perdidos no labirinto passam a ser comandados por algoritmos. Perdendo a tradição perdemos códigos, vocabulário interpretativo da realidade, ordenamento da memória e dos sentidos, de formas de pensamento.

Tradição, difere da ideia de imutabilidade e repetição, é um processo ativo de construção narrativa, de vivificação, em que, a cada nova entrega, novos sentidos e formas vão sendo incorporados, por mais tênues que sejam. A palavra pode sinalizar cerimônia,

repetição, antiguidade, respeito e obediência, mas ela também faz prosseguir, recomeçar, subsistir, perseverar, estender, perdurar, sobreviver, superar e inventar. Pela tradição inventiva o fio da tradição assume a função de agulha a cerzir o tecido de uma sociedade rota, rasgada, assegurando base para novos momentos de poética e encantamento. É uma base maleável e fina, como um tecido, o tecido da Cultura Viva. Sem uma poética da vida a reencantar o mundo não seria (não será) possível assenhorar-se do passado, nem do presente, muito menos tomar de assalto o futuro, ou o “*céu de assalto*”.

O oposto a uma cultura do descarte, ou cultura da morte é a cultura viva, dinâmica, circular, festiva, feminina e feminista, potente. Uma cultura em comunicação com as entregas do passado, com as memórias afetivas e mitos primordiais, dialogando com o presente, instigando invenções, impregnada por forte compromisso ético com a fraternidade a solidariedade e o Comum. Que vá ao encontro do “Outro”, jamais se fechando à novidade, seja a novidade que provém do outro, seja a novidade que está em si. Negar o “Outro” é negar a si, é negar exatamente aquilo que os humanos tem de mais belo, a diferença, a diversidade, a imaginação e a capacidade de atribuir significados a partir do encontro. Como consequência da negação do Outro, nega-se vida à linguagem e à invenção. Descarta-se a vida.

Pela cultura do descarte o planeta está sendo transformado em imenso lixo em decomposição, as vidas em coisa morta. Pela cultura viva, pela beleza e a potência daqueles que se negam a ser coisa, a vida será salva com beleza, arte e afeto. A ruptura virá daí. Toda a desordem estabelecida pela imposição de uma nova ordem colonial/moderna/capitalista prossegue nos países periféricos, criando um estado mental de “não saber quem é”. Na Bolívia do início do século XX o fio foi desatado pela representação da folha de coca. Evo Morales, um plantador cocaleiro da zona andina, eleito presidente a partir das lutas sindicais em defesa das plantações de coca e das formas ancestrais de uso. Àquele momento, o que predominava eram as políticas de extermínio das plantações de coca, destruindo meios milenares de subsistência dos povos andinos, incluindo suas formas de conexão com a natureza. O ato de mascar coca é, ao mesmo tempo, uma necessidade biológica e de saúde, ampliando as vias respiratórias e dando energia para o trabalho e à vida em altitude, como também cultural, de identidade. A folha de coca está para a luta nacional-indígena na Bolívia, assim como o kilt, o saiote de lã axadrezado, e a gaita de foles, estiveram – e estão- para a identidade nacional escocesa a

partir do século XVIII. Tradições a darem sentido a luta de povos, como na Escócia resistente à dominação Inglesa:

“Tal parafernália, que eles reputam muito antiga, é, na verdade, bem moderna. Foi desenvolvida depois, e, em alguns casos, muito depois da União com a Inglaterra, evento contra o qual constitui, de certo modo, um protesto. Antes da União, esses acessórios realmente já existiam sob uma forma rudimentar; naquele tempo, porém, eram vistos pela grande maioria dos escoceses como um indício de barbarismo: o distintivo de montanhese velhacos, indolentes, rapaces e chantagistas, que representavam para a Escócia civilizada e histórica mais um inconveniente do que uma ameaça. Até mesmo nas Terras Altas (Highlands), ainda naquela forma rudimentar, aquela parafernália era relativamente nova: não constituía característica original, nem distintiva da sociedade montanhesa.

Aliás, até a ideia de que existe uma cultura e uma tradição específica das Terras Altas não passa de uma invenção retrospectiva. Os montanhese (highlanders) da Escócia não constituíam um povo separado antes dos últimos anos do século XVII. Eram simplesmente emigrados irlandeses, vindos para a Escócia devido a pressões populacionais. Naquela costa recortada e inóspita, naquele arquipélago composto de grandes e pequenas ilhas, o mar funciona mais como via de comunicação do que como divisor; e desde fins do século V, quando os Scots do norte da Irlanda desembarcaram em Argyll, até meados do século XVIII, quando foi aberto, após as revoltas jacobitas, o Oeste escocês, isolado do Leste pelas montanhas, sempre esteve mais ligado à Irlanda do que as Terras Baixas (Lowlands) saxônicas. Tanto sob o aspecto cultural quanto social, aquela região era uma colônia da Irlanda.”²⁵⁵

Pura invenção a formalizar e ritualizar características de um passado que emerge para dar sentido a lutas do presente, mirando ao futuro. Não é o caso de uma tradição inventada deliberadamente, por um pequeno grupo que vai criando rituais e símbolos, é mais complexo que isso. É um pensamento síntese, que condensa toda uma maneira de ser de um povo, que se afirma ao negar uma estrutura de dominação que ele entende como opressora, se negando a um modo de vestir, de definição de um modo de plantar, e do que plantar. Gandhi, na luta pela libertação da Índia, reintroduz a tradição do tear. A Índia, até o século XVIII, era o maior produtor de tecidos do mundo, com a revolução industrial na Inglaterra os colonizadores proibem que as famílias produzissem suas próprias vestes, destruindo os teares e obrigando-os a comprarem tecidos fabricados em Manchester. O ato de Gandhi foi, sobretudo o ato simbólico de tradição inventiva a impulsionar a libertação de um povo. Por outro lado, o simbolismo nazista, ao recorrer à

²⁵⁵ TREVOR-ROPER, Hugh – A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES: a tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia, in A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES, Eric Hobsbawm e Terence Ranger, orgs, pg. 25 – Ed. Paz e Terra, 1984.

suástica como mito de origem dos arianos, e outras simbologias, foi uma invenção de tradição que mobilizou e unificou milhões em sentido da opressão, da morte e da destruição. Uma tradição inventada e deturpada para a morte e o supremacismo. O desafio, portanto, não reside na forma de invenção da tradição, mas no sentido que se pretenda dar a ela.

Conta a mitologia grega que na Tessália havia um rei muito rico e ambicioso, *Erisictão*, ímpio e violento, um homem que não temia nem reverenciava o sagrado, Sua ganância era tão grande que um dia violou o bosque consagrado a *Deméter*, a deusa da agricultura, e se pôs a cortar árvores e golpear toda a vida ao redor. Aqueles que tentavam impedi-lo tinham a cabeça cortada em um golpe só, nem as dríades conseguiam detê-lo. Até que *Deméter* consegue colocar *Éton*, a fome, no estômago de *Erisictão*. Aquele que tudo queria, que não se satisfazia com nada que obtivesse, passou a ter um apetite insaciável. Em seu palácio, consumiu toda a comida disponível. E queria mais. E mais. Um apetite devorador o fez gastar toda sua fortuna. Quando não tinha mais nada para trocar por comida, vendeu a própria filha como escrava. E não bastou. A ganância e a fome lhe arrebatavam o estômago e nada era suficiente para saciar sua gana por comida. Até que começou a devorar a si. Tal qual *Erisictão*, o capitalismo viola a vida, derruba árvores, suja rios, destrói montanhas, golpeia bosques. Os que tentam impedi-lo tem a cabeça cortada, são subjugados, escravizados. Não há limites para esse sistema voraz, que destrói tudo e todos, inclusive as tradições.

No ambiente da pós-modernidade e do neoliberalismo, a lógica dos interesses individuais em disputa e competição egoística tomou conta dos valores éticos, sucumbindo ao individualismo, hedonismo, consumismo, cultura do descarte e do desprezo ao outro. É a elegia do vulgar, do ressentimento, do ódio e do rude, que se apropria de um tradicionalismo a reificar mitos descolados do contexto, produzindo um anti-iluminismo, ou anticientificismo, e uma aversão à diversidade. Por outro lado, povos e modos de ser vinculados à ancestralidade, que prefiro designar como povos de raiz, por não se descolarem da conexão com a seiva de suas culturas, são, mais ainda na pós-modernidade, fermento para novas formas de tradição, que se tornam luz a toda humanidade, como o Bem Viver.

O Bem Viver é uma invenção a partir da tradição andina do *Sumak Kawsai*, é uma reelaboração do conceito adaptada aos tempos atuais. O conceito está referenciado nas culturas ancestrais, com os Guarani é *Teko Porã* (modo bom de viver na casa), mas

não se circunscreve às realidades das tradições dos povos de origem. Como a democracia não se circunscreve às tradições da Atenas de 2.500 anos atrás. É uma tradição inventiva que é detonante para unir os povos, independente da origem da tradição. É a invenção de uma tradição a indicar uma mudança de era, superando a pós-modernidade e a vida em desencanto, devastada e devastadora. O que dá força à ideia, ao conceito amparado na tradição ameríndia? O exemplo, as práticas ancestrais que se mantêm presentes, as harmonias em coerência (do indivíduo com ele mesmo, do indivíduo com a comunidade, da comunidade com a coletividade da vida), o questionamento à própria ideia de desenvolvimento. Voltando a Alberto Acosta:

“A questão não é simplesmente aceitar uma ou outra trilha para o desenvolvimento. Os caminhos ao desenvolvimento não são o problema maior. A dificuldade radica no conceito. O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos ‘subdesenvolvidos’. A negação violenta do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos. Por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do FMI.”²⁵⁶

Uma tradição que se recria ao colocar em cheque princípios fundamentais do sistema capitalista, como a ideia de desenvolvimento. Ela é ancestral e de vanguarda ao mesmo tempo. Essa capacidade de mobilização dos corpos e dos sentidos é ativada pela tradição inventiva, que aponta à emancipação humana. Para tanto é necessário se apoderar da história, da identidade da história e de suas contradições, produzindo uma anamnese social como sinônimo de busca pela verdade, trazendo por decorrência, a liberdade, a igualdade e a irmandade. Tradições e a história não são imutáveis, nem o passado o é, cabendo sempre reinterpretações. Menos ainda o futuro. O porvir depende de nós, das forças que conseguirmos reunir, das vontades e desejos, de nossa capacidade de interpretação do mundo, dos sentidos que daremos a ele. Assim como a história é dialética, sempre aberta, enfronhada em um teatro de forças em permanente disputa, e luta, o presente e o futuro também são.

A possibilidade de estabelecer uma unidade entre teoria e prática, entre filosofia e política surge no momento em que se reconhece a tradição como alicerce para a ética. A história fundamenta a ética porque é uma história das vontades perdidas, dos desejos que não se realizaram, dos esquecimentos reencontrados, também das ações

²⁵⁶ ACOSTA, Alberto – O BEM VIVER, pg. 51 – Autonomia Literária e Elefante, editora, 2016

acontecidas, dos acertos, dos erros, das derrotas, dos fracassos, dos horrores, das feiuras e belezas. A ética se forma na história e é contada pela tradição. Quando tal acontece, temos uma ética na dimensão estético-política, produzindo uma passagem do momento egoístico-passional para uma relação coletiva, um modo de ser em prática social a fortalecer a ideia de Bem Comum.

Em São Tomás de Aquino, fé e razão formam um uno e dessa união se encontra a virtude. Para Platão não haveria “a” virtude, mas “as” virtudes, que se dividiriam em grupos. A prudência e a sabedoria como a dimensão racional da virtude, também composta pela virtude do entusiasmo, dos impulsos da vontade e do ânimo, resultando em coragem, que para ser eficaz necessita da temperança e do autodomínio, controlando a vida impulsiva. Só a partir dessa combinação a justiça seria encontrada, pois equilíbrio de todas as virtudes. Seja em pensadores clássicos ou por meio das tradições e sabedorias transmitidas pela oralidade, esses elementos da ética estão presentes nas mais deferentes culturas, cabendo cultivá-los até que aflorem coletivamente, como base para consensos e coesões, ativando sentidos coletivos. Sem a linha da tradição jamais conseguiremos ativar o conjunto desses sentidos.

8. *Desmemória – o perecimento da memória coletiva*

O perecimento da memória coletiva não é resultado de um único fator. Seja por conta de uma intencionalidade das classes dominantes, dos vencedores impondo um silêncio aos vencidos, ou da displicência de estudiosos que deixam de perceber aspectos de determinada história, ou do ocultamento da memória como estratégia de sobrevivência até que ela se apague. Há uma combinação desses fatores, por vezes um se destaca em relação aos outros, mas nunca haverá um fator exclusivo. Sempre haverá diferenças sutis de como a memória é percebida por indivíduos, grupos e classes sociais, bem como da relação de força entre esses. Zonas de sombra estabelecendo gradações de tonalidades na percepção da narrativa do passado são resultado da forma com que esses fatos, e as ênfases dadas a eles, são transmitidos. Os vencedores impondo seus fatos e relatos através de monumentos, em que a raiz latina, *monere*, remete a “fazer recordar”, produzindo um registro a avisar à sociedade que “aquela” é a memória a ser cultivada e cultuada por todos.

Pelos monumentos as narrativas das classes dominantes são transformadas em cânone, em modelo e regra padrão a serem seguidos. Monumentos iluminam, instruem, avisam. Entre os vencidos, entre os oprimidos e as classes dominadas. Há famílias de origem operária que se esquecem de seu passado, até porque os lugares em que a cultura operária era transmitida entre gerações também desaparecem; o próprio trabalho fabril, o “chão de fábrica”, que vai sendo substituído por robôs e programações; camponeses, ao chegarem nas cidades vão perdendo suas referências anteriores, sendo despojados de suas referências culturais de afeto e vínculos, ainda no campo, pelas transformações provocadas pelo agronegócio e suas relações de produção; jovens que deixam de se identificar com a cultura dos pais e avós, negando o passado familiar; ou imigrantes e refugiados, que preferem adotar uma vida nova, deslembrando de agruras passadas, mas que sempre voltam. Esse é um processo comum, que acontece com todos e em todas as épocas, em diferentes gradações, atingindo tanto o indivíduo como coletividades.

“...quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”²⁵⁷

Quem controla a memória controla o poder. Como território em contenda, a memória coletiva é ordenada pela relação de força em um contínuo desfazer e refazer. Como consequência dessa batalha pela memória, o aturdimento e a incapacidade de interpretação –e conhecimento- dos fatos históricos e seus efeitos nos fatos presentes e nas imaginações de futuros. Para se esquivar do contencioso, deslembrar se transforma em um ato de autodefesa, até para evitar um estado de perturbação. Deslembra-se aos poucos, há recordações que não se deseja preservar, há os que recordam, mas que não encontram forças para defender suas lembranças, há interesses que se sobrepõem aos desejos de preservação, há os que precisam esquecer. Esquecer é inevitável, até como ato de fuga, uma válvula de escape a torturas sem fim.

²⁵⁷ LE GOFF, Jacques – HISTÓRIA E MEMÓRIA, pg 426 – Editora da Unicamp, 1992

No ato do esquecimento, também de negação, os sujeitos desencontram-se de pontos de identidade anterior e assumem identidades transmutadas, preservando traços de identidade anteriores e incorporando novos elementos de narrativa, por afinidade e similitude. Todo ser humano está vinculado à faculdade da memória, nós somos resultado da caminhada que nos trouxe até aqui, mesmo que não saibamos o caminho de volta, nem de onde ou como viemos. O contexto de sentidos e significações que atribuímos ao Mundo é resultado desse cuidado e preocupação que dedicamos a desvelar a memória, assim como o descuido, a memória é a experiência da existência traduzida em visão de mundo

A função social da memória expressa uma conquista dos grupos humanos, que resulta da passagem entre a memória individual, e familiar, para a memória coletiva. Não por acaso os gregos antigos identificaram na memória, *Mnemosine*, a mãe das nove Musas, quase todas as formas de conhecimento e ensinamento. *Mnemosine*, a memória, filha de Gaia, a Mãe Terra, deu nome e significado às coisas e aos conceitos utilizados pelos mortais, também legou aos humanos as filhas do encontro amoroso entre ela e Zeus²⁵⁸. As Musas, filhas desse encontro, foram: *Clio*, a história, aquela que proclama; *Caliope*, a eloquência épica; a inventora da flauta e da música, *Euterpe*; a festiva musa da comédia, *Tália*; a cantora *Melpômene*, que com sua voz anuncia a tragédia; a que adora dançar, *Terpsicore*, a rodopiante; os prazeres e o desejo despertados por *Érato*; a narradora de histórias, *Polímnia* e seus hinos sagrados; *Urânia*, a celeste, a musa da astronomia e das ciências. Como “*chaves da boa vida*”²⁵⁹, as Musas são a fonte das artes e das ciências, abrindo aos humanos o conhecimento e a capacidade de interpretação do mundo.

Para um conhecimento vivo não basta somente a objetividade e clareza de conceitos, há que associar à objetividade e racionalidade os sentimentos e sensações prévias, tanto é assim que o poder mnemônico se localiza na parte sensitiva do cérebro. Memória não é algo deslocado da matéria e do corpo, ao contrário, ela é ligada ao corpo e às qualidades da alma. Enquanto *Melpômene* anuncia a tragédia pelo canto, *Polímnia* narra histórias pelo sagrado de seus hinos, *Terpsicore* se comunica pelo rodopio, pela poética de seu corpo dançante. Cada uma das Musas apresenta o conhecimento e a ciência pela forma de arte. Mesmo a mais racional das musas, *Urânia*, a celeste, mantém uma

²⁵⁸ Zeus, o pai dos deuses, o rei dos céus, aquele que delega funções aos demais deuses e heróis; *Zeu pater* (Oh, pai Zeus!), o “pai céu”, do indo-europeu *Dyeus ph_ter*.

²⁵⁹ Nas palavras de Sólon, o legislador.

combinação de sentimentos e sensações até que o conhecimento seja alcançado. *Érato* desperta os prazeres e o desejo ao tocar os humanos pela doçura da flauta de *Euterpe* e *Talia*, que introduzem a festa e a comédia. E a história, *Clio*, alinhava tudo isso, se expressando através da eloquência épica de *Caliope*.

Pelos gregos antigos aprendemos que tudo começa pela história, desde o primeiro som da garganta, gutural, passando pelas palavras onomatopaicas, até os conceitos mais abstratos, tudo começou a partir do ato em apontar um sentido, uma direção, *Sent*. Linguagem está diretamente relacionada à memória, uma forma a outra, não há linguagem sem memória, não há memória sem linguagem. E assim o senso comum se sedimenta pela memória e se expressa pela linguagem. A partir dessa simbiose o Juízo é construído, o mesmo também pelo senso crítico e o método científico. Hans-Georg Gadamer, em suas investigações sobre verdade e método, conclui que:

“Todos possuem suficiente ‘senso comum’, isto é, capacidade de julgamento, de modo que se pode exigir-lhes uma demonstração de ‘senso comunitário’, de genuína solidariedade ético-civil, ou seja, julgamento sobre justiça e injustiça, e preocupação pelo ‘proveito comum’.”²⁶⁰

Memória seria a fonte de imortalidade da alma, um antídoto ao esquecimento, cuja poção mágica seria a poesia. Para Homero, versejar era lembrar, e os poetas seriam aqueles possuídos pela memória, que através da lírica eternizam os heróis. Com isso, os acontecimentos repetitivos, as efemérides, fundem-se na rememoração para construir fios narrativos a fazerem surgir mandamentos morais, noções de gosto, do belo, do bom e do justo. Esse é um atributo que atinge todos os povos, dominem a escrita ou não. No Xingu as tardes são reservadas para o exercício de rememoração, quando os mais velhos contam os feitos dos ancestrais, chegando até a trinta gerações passadas, algo inimaginável para as sociedades urbanas e contemporâneas. Cultivando memórias, mesmo que o sentido da intencionalidade que precedeu aquela memória tenha se perdido no tempo, a repetição, a rememoração, vai mesclando-se com outras intenções, até que o ato de recordar -e celebrar- se transforma em um sistema de disposições duráveis e transferíveis, integrando experiências passadas e interiorizando estruturas exteriores, juntando camadas que vão se sobrepondo de modo a cristalizar ações e percepções.

A cristalização da percepção permite a resolução de problemas e formas de interpretação e julgamento do mundo. Da cristalização da percepção memórias vão

²⁶⁰ GADAMER, Hans-Georg – VERDADE E MÉTODO I – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica, pg. 71, Editora VOZES, 1997

perecendo e outras vão brotando a partir dos julgamentos precedentes, sem que as pessoas se deem conta. Mesmo as memórias artificialmente plantadas, elas o são em determinado momento, até serem naturalizadas e consolidadas para serem deformadas mais adiante, como em um jogo de espelhos infinitos, até formarem outras, havendo uma desmemória da própria intencionalidade da memória.

“Quando lidamos com as coisas, temos que nos orientar de acordo com essa natureza das coisas. Ora, o falar sobre as coisas é também uma ação que realizamos com elas, razão pela qual não podemos agir arbitrariamente, mas temos de nos deixar reger pela essência das coisas (387b). Platão, contudo, não levou à frente essa percepção da linguagem como ação, uma das teses fundamentais da linguística atual (teoria dos *Speech-acts*), nem poderia, pois já a própria concepção do pensamento entre os gregos levava a outra dimensão. Para os gregos o pensamento é concebido como uma espécie de visão, ou seja, a visão intelectual, a contemplação do ser verdadeiro. O olho do espírito era capaz de captar a *ordem objetiva*, a verdadeira ordem das coisas, e essa ordem percebida era, por sua vez, a medida, a *norma da retidão da linguagem*. A tarefa da linguagem consiste, pois, na expressão adequada da ordem objetiva das coisas.”²⁶¹

Uma linguagem, conforme Manfredo A. de Oliveira, não é um conjunto amorfo de termos isolados para a designação de coisas e sentidos. Há um sistema que resulta em uma estrutura que organiza uma infinidade de frases e sentidos, também não é algo arbitrário, há uma historicidade, uma organicidade que resulta na linguagem. Pela linguagem distinguimos a classe das coisas, separamos conceitos, descrevemos, comparamos ideias e coisas, exprimimos diferenças e estabelecemos relações comunicativas a partir de entendimentos comuns. Pelo uso das palavras são instituídos critérios de sentido a partir de atos de fala em realidades complexas, e que contém muitas dimensões. Ao nível consciente, fatos e dados são transmitidos pela memória episódica (vivenciada) e pela memória semântica (escrita, sons e imagens). A memória vivenciada seria aquela que o sujeito presenciou em vida, que tem a vivacidade da experiência pessoal, ou do pequeno grupo, com que se aprende algo real a partir da imediaticidade. Diferente daquilo que se “pensa saber” a partir da transmissão de conhecimentos recebidos de outros, do “ouvir falar”, do deduzido, do suposto ou imaginado, sem que tenha sido adquirido por experiência própria. Essa memória semântica é transmitida pela linguagem. Pela linguagem comunicamos sentimentos e ideias, compreendemos a natureza dos significados, expressamos a criatividade, exercitamos a escuta,

²⁶¹ A. de OLIVEIRA, Manfredo – REVIRAVOLTA LINGUÍSTICO-PRAGMÁTICA NA FILOSOFIA OCIDENTAL, pg. 19 – Edições Loyola, 2015

compreendemos o outro, comunicamos pensamentos e experiências, traduzimos culturas e modos de ser.

A relação entre significado e verdade está diretamente vinculada aos processos de transmissão da linguagem e da memória, e remete ao conceito de autoridade. Novamente, uma relação de força. Autoridade pressupõe uma atribuição que se transfere a pessoas e instituições, essa atribuição pode se estabelecer pela coerção, pela submissão e abdição, como também pode ser uma expressão de reconhecimento, legitimado pelo conhecimento e habilidades. Na cultura popular (nas mais diversas culturas) a autoridade dos mestres só é alcançada após um amplo reconhecimento social, são décadas para galgar determinado grau de autoridade e reconhecimento, até o surgimento de um consenso em torno daquela autoridade, que assume assento em Conselhos de visão, como porta-voz, *vocero*, ou simplesmente mestre, ou Mãe, como no candomblé. Autoridade sólida só acontece quando alcançada após um longo caminhar, jamais é outorgada, por efêmera e carente de reconhecimento. Quando desprovida de caminho resulta em seu desfazimento a qualquer momento, seja quando a correlação de forças se altera ou por completa desmoralização da mesma. Nesse caso, a autoridade só consegue se manter pela imposição da força, pelo falseamento da verdade, pela manipulação dos sentidos e afetos, desdobrando-se em insegura, autoritária e despótica. A adequada compreensão do sentido de autoridade tem a ver com conhecimento, não com obediência cega. Em Gadamer:

“Seu verdadeiro fundamento é, também aqui, um ato de liberdade e da razão, que concede autoridade ao superior basicamente porque esse possui uma visão mais ampla ou é mais experto, ou seja, porque sabe melhor.

É assim que o reconhecimento da autoridade está sempre ligado à ideia de que o que a autoridade diz não é uma arbitrariedade irracional, mas algo que em princípio pode ser compreendido. É nisso que consiste a essência da autoridade que exige o educador, o superior, o especialista.”²⁶²

Ainda em Gadamer:

“O que é consagrado pela tradição e pela herança histórica possui uma autoridade que se tornou anônima, e nosso ser histórico e finito está determinado pelo fato de que também a autoridade do que foi transmitido, e não somente o que possui fundamentos evidentes, tem poder sobre nossa ação e nosso comportamento.”²⁶³

Da combinação entre tradição e legado constitui-se a herança histórica, que se dá pela narrativa, encadeando acontecimentos reais ou imaginários, combinando

²⁶² GADAMER, Hans-Georg – VERDADE E MÉTODO I – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica, pg. 371 – Editora VOZES, 2097

²⁶³ Idem, pg. 372

memórias episódicas e semântica. Assim vai sendo construída a identidade, sobrepondo identidade herdada com identidade a construir, pelo que pensamos de nós a partir de nós e pelo que dizem que nós somos, a partir de fora. Essa identidade, no entanto, não é um “todo” coerente e uniforme, há diversos estímulos a alterarem a percepção da identidade, gerando interpretações de mundo e valores que diferem em uma mesma comunidade, até mesmo em um único sujeito. Na busca por uma coerência ordenada, grupos aferram-se a fundamentalismos, histórias imaginadas e ficcionais muitas vezes, que assumem aura de verdade e enfatizam uma relação rigorosa de obediência a um conjunto de princípios básicos, avessos a quaisquer mudanças que fujam de suas verdades cerradas. O integrismo fundamentalista é também uma forma de transmutação identitária, assim como as identidades móveis. A diferença é que um encontra coerência no mundo da verdade acabada, e as identidades móveis, na busca incessante por novas formas de identificação. Seja pela aquisição de bens e experiências de consumo, seja pela adesão a influenciadores (no mundo de 2023, em sua maioria, influenciadores digitais) e lideranças nos diversos campos (político, empresarial, social, cultural...), grupos vão sendo formados, com autoidentificação por afinidade. Nesse turbilhão de possibilidades, a identidade de classe vai sendo atravessada cada vez mais por outras formas de identidade, até que o marcador “classe social” se torna residual na definição de padrões de comportamento e consciência política.

Na pós-modernidade as identidades são criadas pela afirmação das diferenças, do que separa. Até o momento em que vai surgindo um “*mercado das diferenças*”, conforme palavras do geógrafo marxista David Harvey. Esse mercado acostuma as pessoas a consumirem diferenças na forma de filmes, restaurantes, música, roupas, aparelhos eletrônicos, experiências e viagens, etc. É o gosto e o padrão de experiência e consumo -efetivo ou ambicionado- que passam a definir a identificação e a identidade autoatribuída. A memória se desfaz nessa sucessão frenética da obsolescência de mundos fragmentados, em que os marcos identificadores das diferenças são capturados pelo capitalismo e convertidos em mercadoria, embaralhando as noções de verdade, memória, narrativa e identidade. Do cruzamento repetitivo entre determinados eventos, situações e ambientes, sejam paisagens, edifícios ou monumentos, ou ambientes virtuais, o enredo vai sendo cristalizado na memória, exacerbando uma identidade multimodo.

O paradoxo é que o desfazimento da noção de autoridade, via redes sociais, ao contrário de abrir espaço para mais liberdade de opções, resultou na maior concentração de poder, via abdicação da razão e atos de submissão, desfazendo a própria

noção de verdade. O “negócio” das redes sociais reside exatamente na acumulação do capital via captura dos afetos e manipulação das multiidentidades. A multiidentidade expressa nas redes sociais, quando as pessoas se aproximam por identidades e interesses com infinitos -e, aparentemente, livres, o que não são- desejos e recortes, tem possibilitado a efetivação da ideia original do Panóptico. Jeremy Bentham, filósofo do século XVIII, desenhou um presídio ideal, em que todos os reclusos estariam submetidos ao campo de visão dos agentes de segurança, e sem que soubessem que estavam sendo observados a cada movimento que fizessem. Ao presídio do controle ideal ele deu o nome de Panóptico, antevendo um ambiente de sujeição real, nascido de uma construção fictícia, que nos tempos atuais torna-se real, e de adesão espontânea via redes sociais manipuladas por algoritmos.

Michel Foucault, em sua obra clássica, *Vigiar e Punir*, resgata o conceito de panoptismo para caracterizar aquilo que ele denomina como “*sociedade disciplinar*”. Por meio do panóptico os prisioneiros são induzidos a um “*estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder*”²⁶⁴. Um estado de vigilância permanente, mediado por algoritmos, para onde são atraídos os diversos grupos de identidade ou afinidade, que agregam centenas de milhões de grupos e sub-redes sociais, bilhões de pessoas²⁶⁵. Um ambiente em que as pessoas, espontaneamente, se deixam vigiar por um poder visível e inverificável, sem cessar.

“As cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura a dissimetria. O desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que tem prazer em espionar e em punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.”²⁶⁶

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel, - VIGIAR E PUNIR, pg. 166 – Editora VOZES, 1999

²⁶⁵ A rede social Facebook tem 2,87 bilhões de contas ativas em todo o Globo. No Brasil, pela ordem, as cinco redes sociais mais usadas em 2021 são: Facebook (130 milhões), YouTube (127 mi), WhatsApp (120 mi), Instagram (110 mi), Facebook Messenger (77 mi), quatro dessas controladas por um único dono global, o Facebook. <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

²⁶⁶ FOUCAULT, Michel, - VIGIAR E PUNIR, pg. 167 – Editora VOZES, 1999

Foucault escreveu esse texto há quase meio século, antevendo uma sociedade submetida a um ambiente de visibilidade constante, através de uma sujeição voluntária gerando uma pulsão de as pessoas estarem permanentemente conectadas à vigilância total e invasiva. Hoje essa sociedade disciplinar se realiza pela imaterialidade das redes sociais. Uma relação fictícia que se torna real. No labirinto da fragmentação, a diferença é a ferramenta para o controle e a dominação, fazendo com que a cidadania perca sua autonomia e liberdade de ação com o desaparecimento de uma *Ágora* onde, a partir do diálogo [da política], poderia ser encontrado o Bem Comum. É um paradoxo, quanto mais as pessoas se fragmentam para a realização de suas subjetividades, mais elas sucumbem a uma coletividade administrada e vigiada.

A hiperinformação e a hiperpossibilidade do mundo digital acelera esse processo de embaralhamento da percepção que é, ao mesmo tempo, narrativa, de memória e de identidade. Isso faz com que as pessoas deem cada vez menos importância aos fatos e ambientes do cotidiano vivido, ou transmitido pela vivência de outrem, através de suas relações mais diretas, sejam familiares, de vizinhança ou afinidade, ou classe social. O mundo vivencial e o conhecimento transmitido pela confiança, e o respeito à autoridade via reconhecimento, vai se perdendo na paisagem e na memória, sendo substituído por um mundo fictício, das autoridades instantâneas e efêmeras. A depender da situação, quando uma determinada fala ou ato transforma pessoas, do dia para noite, pessoas são transformadas em celebridades e influenciadores com milhões de seguidores, mesmo que não tenham nada a dizer.

O bombardeio negacionista prospera no terreno fértil das autoridades outorgadas e não alcançadas, do desprezo aos consensos científicos e civilizatórios, aos conhecimentos acumulados pelos caminhos da memória. Desfeitas as autoridades, consensos e conhecimentos acumulados, desaparecem padrões de referência, dissolvendo a fronteira entre fatos e mentiras, fazendo surgir, do nada, novos fatos e versões, novas autoridades. Tudo sem necessidade de comprovação empírica, experiência ou conhecimento. A memória coletiva é essencialmente mítica e os fatos se misturam com fábulas, podem ter existido ou não, mas os valores, personagens e interpretações míticas cimentam construções imaginativas específicas, formando um enredo a organizar mentalmente os principais acontecimentos e valores éticos, científicos e morais, preservados na narração fabulosa de uma sociedade. Quando se destrói a memória coletiva o conhecimento representativo deixa de ser uma forma eficaz de busca pelas causas e circunstâncias da história. A história deixa de ser fonte a produzir conhecimento

e consensos nas sociedades, dificultando a apreensão do contraditório, sua reelaboração e sentido.

“O conhecimento representativo impossibilita a apreensão do movimento contraditório e reciprocamente determinado pelo qual cada um dos termos só pode vir a existir na e pela relação que mantém com o outro, relação que os constitui e os diferencia. Mas não apenas sujeito-objeto constituem uma relação, cada um deles é também um sistema de relações historicamente produzidas. Assim, o objeto classes sociais, tomado pela e na luta de classes, não é coisa (em si) nem ideia (para si), mas uma relação social e uma relação de poder, um acontecer. Também o sujeito do conhecimento, no caso, o historiador, não é uma consciência pura dotada de soberania para sobrevoar o real, mas aí se encontra imerso numa historicidade a ser compreendida.²⁶⁷”

Marilena Chauí sugere que há sempre uma dupla relação, em que a figura do intelectual ou cientista, no caso específico, do historiador, e a do seu objeto, são simultaneamente produzidos. Acrescento que a interpretação reflexiva, mesmo inconscientemente, incorpora múltiplas reflexões, de diversas origens e partindo dos mais variados ângulos e perspectivas, não havendo uma relação apenas dual, mas múltipla, uma vez que múltiplas são as possibilidades de interpretação e de medida antes do agir. Do mesmo modo, a reflexão não é uma atribuição exclusiva do *cogito*, do pensar como ação dissociada do corpo, em que o pensamento prescinde da presença do mundo. Sempre houve, mas a pós-modernidade escancara o mundo multifário, apresentando-o sob diversos aspectos e exprimindo-o de diversos modos. Isso faz surgir uma interpretação do mundo em multimodo, como em cabos de fibra ótica. A memória coletiva funciona como um grande túnel de luz, em que não há um referencial único e uniforme a atravessar o túnel da memória (como não há uma única luz a atravessar o túnel de fibra ótica), mas feixes de memória. E esses feixes não são compostos por iguais intensidades de luz e frequência, mas por intensidades e frequências diferentes, gerando uma memória em multimodo.

9. Memória em multimodo

Em multimodo a memória vai produzindo sinapses individuais e coletivas, consolidando informações e estabelecendo consensos que permitam novos avanços. Essas informações, no entanto, não são compreendidas da mesma forma pelos receptores, com

²⁶⁷ CHAUI, Marilena – HISTÓRIA A CONTRAPELO, prefácio ao livro O Silêncio dos Vencidos, de Edgar Salvadori De Decca – pg. 12 – Ed. Brasiliense, 1981

isso os consensos perdem potência, deixando de ser comuns. Ao percorrer o túnel da memória, os feixes de luz vão refletindo infinitamente, até produzirem deformações a cada novo reflexo, que, por sua vez, é percebido por infinitos ângulos. O passado não é revivido como em uma sequência contínua, dia após dia, fato após fato. O passado reaparece no frescor do dia e a partir da luz que o ilumina. Desse frescor e luz surgem novas imagens e reflexos, como em um fio que vai sendo desnovelado. Dependendo da forma e força com que se puxa o fio o encadeamento dos fatos se altera, alguns fatos serão deixados para trás, outros aparecerão com mais ênfase. O que era determinante em um momento deixa de sê-lo no momento seguinte e o que estava silenciado se dessilencia. O que havia desaparecido, reaparece.

Sob o calor e a intensidade da luz em alguma tarde qualquer, a sombra da memória ganha dimensões diferentes a depender do ângulo. Sob a escuridão, a mesma sombra pode ressurgir de outra forma em noite de lua cheia, para desaparecer na lua nova ou minguante. Um desaparecimento que não é sumiço permanente, pois reaparece sob a nova lua, quando novas sombras vão surgindo para desaparecerem em seguida, a depender da ausência parcial da passagem truncada da luminosidade. Superados os obstáculos que impedem a passagem da luz, as sombras mudam de posição, deixam de existir, ou assumem formas diversas, a depender da procedência da luz ou da natureza dos corpos que a obstaculizam. A memória depende da luz, assim como as sombras.

Memórias são sombras do passado iluminadas pela luz do presente. Enquanto a memória organiza a consciência, a desmemória embaralha a consciência, obstaculiza a passagem de luz para criar um permanente estado de sombreamento turvo. Os vultos do negacionismo se movimentam pelas vastas áreas de sombra da memória. No entanto, indivíduos e sociedades têm necessidade de organizarem suas memórias em linha narrativa que dê alguma coerência e sentido, buscando evocações através de imagens e objetos que façam as pessoas e sociedades recordarem ambientes, pessoas e fatos, míticos ou não. Essas recordações evocadas seguem tendo por fundamento a busca do excepcional, da aura, do objeto revestido de fetiche, nesse caso, cumprindo mais uma função de legitimação de determinadas narrativas, ou a ordem social, do que de recuperar a memória e organizar a consciência. São memórias fiadas no presente para uma tecitura do futuro. Fetiches da memória. Como tal, objetos e evocações perdem seu uso original e sentidos, deixando de expressar um conjunto de significados e valores que estavam incorporados no imaginário de seus usos e expressões.

Esta é uma característica comumente vista em Museus com propostas tradicionais de legitimação de poderes, que se pretendam organizadores da consciência histórica a partir do poder estabelecido. Quando o público visitante desses Museus não se reconhece, nem se descobre, muito menos reconhece no acervo os elementos de sua cultura como signos dignos de preservação, acontece um processo de sujeição, de subordinação à cultura tida como legítima, ou superior. Esse des-reconhecimento leva a uma anulação dos marcos referenciais dos indivíduos, grupos e classes sociais, que, sem referenciais de memória, tornam-se exilados em seu próprio mundo, perambulando por lugares que não conhecem nem reconhecem como seus, mas para onde estão condenados a vagar.

Entre os infinitos artefatos produzidos pela humanidade, sem dúvida, a cidade é o mais complexo. As cidades devem ser entendidas enquanto Museus vivos e dinâmicos, como gigantescos artefatos que assumem vida própria. Cidades são organismos que passam por contínuas mutações, abrigando infinitos outros organismos no qual interagem múltiplas forças. São interesses de grupos, padrões estéticos, definições territoriais e de produção econômica. Enquanto produto humano, a cidade é indutora, vetor da própria ação humana da qual ela é resultado. Os Pontos de Cultura potencializados nos lugares das cidades, atuando em rede transformam o espaço urbano em um grande museu estilizado, sem muros ou vitrines.

“...produto de nossos pensamentos e que modificamos por um comportamento culturalmente determinado [...] em lugar de uma simples relação entre intenção e produto físico, entre a mente e o artefato, o estudo da cidade como cultura material deve investigar as relações recíprocas entre egos e alterações humanas no ambiente, levando em conta intenção e reação, ação e interpretação”²⁶⁸

Como artefato a ser manipulado e conduzido, mesmo que complexo e de difícil controle, as cidades são instrumentos colocados a serviço de quem assume o seu domínio e controle de posições, havendo intenção, reação, ação e interpretação produzidas ao longo do tempo e do espaço. Nas cidades acontece um “fincar bandeira”, onde e quando os diversos atores sociais vão se apresentando e oferecendo seu legado em uma perspectiva de horizonte de sentidos. Para se colocar na cidade é preciso reconhecer a cidade, se ver e ser visto. Mas de forma diferente do panóptico das redes sociais. Classificação, seleção, organização, separação, segregação..., e controle. Esses são os

²⁶⁸ UPTON, Dell – The City as Material Culture – in The art and the Mystery of historical archaeology – essays in honor of James Deetz – CRC Press – Massachusetts, 1992, pg. 52 (tradução do autor)

procedimentos para a construção e ordenamento da condução da identidade coletiva de uma comunidade. Controle que passa pela definição de lugares, memórias, atores, percepção de códigos e linguagens que articulam e legitimam um discurso. Esse conjunto de definições faz com que cada um encontre “o seu lugar” na sociedade e nas cidades, mesmo quando for um “não lugar” em uma “não cidade. A autoidentificação nas cidades contemporâneas torna-se cada vez mais difícil e tem origem no acelerado processo de urbanização, industrialização e desindustrialização que tomou conta das grandes cidades.

No Brasil esse processo tem origem nas primeiras décadas do século XX, seguindo até o século XXI. Em período de poucas décadas várias cidades decuplicaram sua população. Mais que isso, cidades foram construídas umas sobre outras, fazendo desaparecer paisagens, edifícios de referência, avenidas rasgando ruas e vielas antigas, degradação de áreas, surgimento de outras áreas degradadas, intercalando destruição, descarte e substituição em ritmo frenético. A maior cidade do Brasil, São Paulo, contava com 579.033 habitantes em 1920 e realizou um salto populacional de dezoito vezes em 80 anos, até alcançar 10 milhões de habitantes no censo de 2000. Reflexo de um fluxo migratório contínuo, seja de imigrantes das mais diferentes origens, de italianos a sírio-libaneses e japoneses, passando por uma infinidade de nacionalidades, a migrantes de mais tempo no Brasil, de caipiras do interior do estado de São Paulo a sertanejos do nordeste do país, gente de todas as unidades da federação. Mesmo com a redução desse fluxo, a partir do final do século XX, com gente saindo e gente chegando, em 2022 a cidade somava 12,2 milhões de habitantes. Esse afluxo se repete nas principais cidades brasileiras, de capitais a cidades do interior. Em diferentes medidas esse ritmo frenético de urbanização/migração se repete nos demais países, sendo que a população urbana do planeta saltou de 750 milhões em 1950, representando 29,6% da população global à época, para 4,4 bilhões de pessoas vivendo em cidades em 2020, ou 56,2% da população. Apenas em 2008 a população urbana total alcançou 50% da população mundial (3,4 bilhões) e a ONU estima que em 2050 serão dois terços da população global, ou 6,7 bilhões de habitantes urbanos. Na Europa esse processo é mais antigo e percebido desde o século XIX, antecipando um fenômeno global em que a humanidade urbana se torna uma família de sentidos e sensações. E o fugaz, o transitório e o contingente são a norma, desfazendo senso de lugar, destroçando referências e embaralhando o sentido do que é ou não é verdadeiro.

“...as travessas e os becos e alamedas sem saída desaparecem e a burguesia se glorifica com um resultado tão grandioso; mas travessas e becos sem saída aparecem

em outra parte e com enorme frequência em lugares muito próximos [...] a mesma necessidade que os fizera nascer em um lugar os reproduz mais adiante”²⁶⁹

Engels fez a constatação acima há 150 anos, analisando o processo de urbanização na Inglaterra sob a revolução industrial. Quanto mais “limpos” e ordenados tonavam-se os espaços urbanos mais esses espaços perdiam vida do ponto de vista social e espiritual. Evanescer e frívolos, redutivos e mecânicos, as tentativas de ordenamento e funcionalidade, resultavam e resultam na obsolescência dos lugares, tornando as cidades “coisa morta”. Lugares desmemoriados, em que a contínua transferência de problemas e de pontos de referências vai alimentando a lógica da sociedade capitalista, que transforma vida e afetos em mercadoria a concentrar -e acelerar- a acumulação privada. Identificar-se em meio a tamanha volatilidade é tarefa das mais difíceis e provoca um aturdimento com as rápidas transformações, fazendo com que o observador perca cada vez mais os seus marcos de identificação, transformando-se em um solitário na multidão, indivíduo sem referências, sem narrativa, sem calendário, sem tempo, sem espaço ou lugar.

Pretendendo-se racional, o urbanismo sob a lógica capitalista substitui a razão pelo mito da desconstrução e da fragmentação da vida em comunidade. Essa fragmentação da vida em cidade desdobra-se na fragmentação dos sistemas de representação simbólica, despedaçando a própria vida e as identidades. Agora ainda mais estilhaçadas por conta da divisão da vida entre a convivência a partir das cidades reais e das cidades virtuais. O papel do Ponto de Cultura, quando pensado em 2004, seria o de recolocar o humano no centro desse processo de identificação temporal e espacial, possibilitando a conquista de um senso de lugar. Um ponto de potência a alavancar processos transformadores desde “abaixo”, desde a dimensão humana enquanto agência transformadora, combinando a ação direta nos territórios com a Cultura Digital, única ação obrigatória a todos os Pontos de Cultura. Pontos a identificarem referências geográficas, como lugares, formas de comunidade, bairros, vilas e centros, e caminhos. Pontos topográficos, com ladeiras, grotas, morros, escadas e pontes, por isso vivenciais. Pontos mnemônicos, ativando referências afetivas e de patrimônio, atuando a partir herança cultural de cada comunidade (o jogo de bocha para os descendentes de imigrantes italianos, o piano dos saraus literomusicais da elite pretensamente aristocrática, as brincadeiras infantis, o jogo de amarelinhas, o pião de rodar, as histórias, os griôs...).

²⁶⁹ ENGELS, Friedrich – Contribuição para o problema da habitação, pgs. 93 e 95 in. TEXTOS – Karl Marx e Friederich Engels volume 2 – Editora Alfa-Ômega 1976

Pontos de Cultura Digital estimulando a construção de narrativas desde abaixo, pelos próprios protagonistas, via estúdios multimídia de produção audiovisual em software livre. Pontos a se articularem em rede, por mais diversas e diferentes que fossem as inspirações e temáticas de cada Ponto. Pontos de Cultura a identificarem os lugares nas cidades, digitais ou reais.

A partir de um Ponto é possível romper com as limitações institucionais dos lugares, pois um Ponto se entrelaça com outro Ponto até formar a Cultura Viva em que cidades são Museus Vivos. Cultura Viva ou Ecomuseus/museus comunitários a abarcar um território e uma comunidade, em que os habitantes, além de pacientes observadores, se assumem na condição de agentes de sua própria transformação. Um Ponto de Cultura como parte de um Museu estilhaçado, em ecomuseu das cidades e lugares. Com isso, feridas sociais e psíquicas submersas, narrativas esquecidas, desconstruídas e perdidas, poderiam voltar à tona para a cicatrização. A ideia foi abrir um novo e saudável tempo, seja nas cidades ou campo, também em modificação frenética, ou nas selvas e desertos, igualmente feridas e aturdidadas. Pontos que sempre existiram, mas que não eram vistos pelos poderes constituídos, e que a partir de então foram iluminados, regados, cuidados e reconhecidos.

“A aspiração contemporânea por uma cidade que seja abertamente turbulenta, mas intensamente viva, corresponde à aspiração de voltar a expor feridas antigas, mas especificamente modernas. É a aspiração de conviver abertamente com o caráter dividido e irreconciliável de nossas vidas e extrair do âmago mesmo de nossos esforços, onde quer que isso nos conduza no final.”²⁷⁰

Recordo de quando li o livro de Marshall Berman tão logo editado no Brasil, à época fiquei imaginando como poderiam ser criados pontos de intervenção nos territórios comunitários e no espaço urbano -ou do campo, ou selvático-, que fossem dinâmicos e incorporados no dia a dia de suas comunidades, estimulando a população, em sentido amplo, de todos, a se reconhecer enquanto sujeitos. Pontos a chamarem a atenção para a história daquilo e daqueles que não eram vistos, não eram escutados ou percebidos, por não considerados significativos. Pontos como referências de lugar e de memória para os descartáveis.

A vida social é feita exatamente por esses elementos comuns, o banal que é considerado descartável, ela se faz no dia a dia da cultura cotidiana, em sua expressão

²⁷⁰ BERMAN, Marshall – TODO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR – a aventura da modernidade- pg. 165 – Companhia das Letras, 1987

material e imaterial. Pessoas vivem em moradias comuns, parecidas umas com as outras, casas construídas aos poucos, reformadas, sem reboco, mal pintadas, bem pintadas, casas sem projeto de arquitetura, sem assinatura. No refazer da vida as pessoas dormem, levantam, cuidam dos afazeres domésticos, dos filhos, trabalham, se deslocam, executam ofícios, interagem, voltam para casa, fazem amor, festejam...; se frustram, se reprimem, são oprimidas, oprimem, tem sonhos, perdem os sonhos, se revoltam, ora contra si, ora contra os poderosos, ora contra os mais fracos e os iguais -na maioria das vezes, infelizmente. É na vida comum, banal, que as sociedades se amoldam, se disciplinam e engrossam o triunfante discurso do poder, submetendo-se, sucumbindo, tornando-se obsoletas até serem tragadas por aqueles a quem transferiram vida e poder. Uma ação cultural transformadora deve ter sempre por princípio liberar as energias reprimidas do povo, que podem irromper com força tremenda, libertadora.

Antes, lugares do descarte, em que muitos esquecidos eram jogados, a partir da arte e do afeto, com o objetivo de recuperar a fala que lhes fora sequestrada, a narrativa que lhes fora roubada, o patrimônio e a herança que lhes fora saqueada, agora, desescondidos. Pontos de bordadeiras, pontos de fiandeiras a urdirem o enredo das identidades transmudadas. Assim vão sendo compostas novas identidades, por analogia e paridade, sem, necessariamente, manter coerência com as identidades herdadas. Menos histórica e mais mítica, vai surgindo uma identidade de parença, muito estética, guardando elementos do passado (as identidades herdadas) e tomando de empréstimo novas expressões de identificação. Mesmo quando inativadas, as identidades herdadas seguem armazenadas no cérebro em um procedimento implícito, que não depende da consciência, por impregnadas na pele e nos sentidos, nas lembranças olvidadas.

Memórias corriqueiras, objetos singelos, usos costumeiros, a história do comum é feita dessa maneira, por comportamentos habituais, expressos pela regularidade do prosaico. Para a adequada compreensão e estudo da cultura do povo é necessário apreender aquilo que há de recorrente, habitual, por mais comezinho que possa parecer. A história se faz pelo ordinário e corriqueiro, ensinamentos são transmitidos no chão batido do trivial, assim vai sendo formado um senso de povo e os sentidos são apreendidos para além do senso comum. Pela banalidade da delicadeza e da violência. Há uma combinação entre maus-tratos, maus-cheiros e desamparo, com doçura, gentileza, graça. A suavidade se revela nos gestos simples, o “catar piolho” que as mães Guarani fazem na cabeça de seus curumins, e que as mães do povo fazem nas cabeças de seus filhos, ou na atividade das trançadeiras, quando irmãs, avós ou amigas, se reúnem nas calçadas ou

alpendres para fazerem trança no cabelo afro. A brutalidade se revela pela aspereza da vida cotidiana, as privações do alimento, as humilhações no trabalho, a falta de trabalho, a casa mal acabada, a ausência de privacidade, a vida repetitiva, a rispidez nas ruas, a ausência de esperança, o ser tratado com bruteza e negligência. Tudo isso volta para casa e faz a rudeza parecer comum. Cabe à arte, em uma perspectiva de emancipação, transcender essa ordem iníqua, que só faz disseminar infelicidade e tristeza.

A desmemória não chega de uma vez, ela vai acontecendo, é um ato de deslembrar, que começa com lapsos. A repetição de padrões de comportamento vai banalizando os processos de vida, até que as condutas se reproduzam como algo natural. São padrões irrefletidos, que combinam sensações de prazer e desprazer, há memórias que se quer reter e outras que se pretende esquecer. Ocorre que jamais se esquece plenamente uma memória, ela pode ser ocultada, escondida no canto mais escondido do cérebro, mas sempre volta, como lapso. A memória em multimodo são falhas de memória, irregularidades narrativas, mas que, por ocultas e escondidas, e não plenamente apagadas, retornam, inclusive na forma de ato falho.

“Nos tempos do despertar, as recordações da infância não afluem, como se costuma dizer, senão que foram formadas nesse momento; e uma série de motivos, aos quais é alheio o propósito da fidelidade histórico-vivencial, influenciou sobre essa formação e sobre a seleção de recordações”²⁷¹

Tempo e espaço são elementos fundamentais na formação da subjetividade, conforme Freud identificou, é nessa ambiência que são formadas e selecionadas as recordações. Mas a temporalização não é um dado, e sim um resultado de como a memória reelabora as lembranças. Para Sigmund Freud, a representação do tempo não seria ordenada temporalmente, pois está ligada ao sistema de percepção/consciência, fazendo com que a linearidade passado/presente/futuro deixe de ser um indicador único dos processos de elaboração mental, seja de indivíduos ou coletividades. Entre o povo aimará, no altiplano andino, a expressão “q’ipur *kama*” (até o dia de trás)²⁷², como um cumprimento de despedida, indica que a pessoa deseja encontrar-se novamente com aqueles com que está presente, um desejo de reencontro que remete ao passado e não ao futuro. Para os povos ameríndios o tempo não é linear, e os acontecimentos não morrem no presente, eles acontecem simultaneamente ao presente e ao futuro.

²⁷¹ FREUD, Sigmund – SOBRE LOS RECURDOS ENCUBRIDORES. In: Sigmund Freud Obras Completas. Buenos Aires, Amorrortu, 1976, v. 3 pg. 315 – tradução do autor.

²⁷² Também abordo sobre as Illas e o q’ipur kama no subcapítulo sobre a Cultura Viva Comunitária, na parte I dessa tese, sob o título Árvore.

“O passado não acontece como o que já foi, o que foi chancelado pela história. Chegar ao futuro só é possível se você traz o passado para o presente, linguisticamente falando. Você olha para o passado, mas ele só tem sentido se colocado no presente. Isso constrói a possibilidade do inédito, do que virá, o que brota. Politicamente, isso é muito forte, porque coloca o olhar em outro lugar de referência”²⁷³

Nessa visão cíclica, o próprio passado vai sendo modificado no presente, como os estudos de Freud apontaram. Para povos indígenas passado só tem sentido se colocado no presente, é um ato de semeadura que introduz na terra uma semente adormecida e a faz brotar, é o passado do que virá. O encontro com o passado é o encontro com o inédito, com o que vai acontecer a partir do dia de trás, *q'ipur kama*. No inconsciente o trânsito entre as diversas épocas se embaralha, o que “está acontecendo” pode ser o “que foi” e “vir a ser” pode ser o que foi, e não será. Freud vê a mente constituída de camadas concêntricas de memória, como os anéis do tronco de uma árvore, que são ativados por flechas a atingirem pontos diferentes dos círculos. Sonhos, regressões, fantasias primordiais, amnésia infantil, repressões, pulsões, repetições..., condicionam a simultaneidade dos tempos. Não se trata de uma característica inerente aos indivíduos apenas, mas às coletividades, à memória social. É assim que se produz a memória em multimodo, que navega na velocidade da luz.

10. *História em Anamnese*

A narrativa linear, cronológica, é apenas uma forma de ordenar uma história. Tanto histórias pessoais como coletivas são uma mescla de fragmentos entre verdades factuais e fantasias, temperadas pelas repressões e excitações. Dessa mescla e desse tempero vão sendo escolhidos roteiros a desvelarem a vida pessoal e coletiva, são marcas mnemônicas a reordenarem narrativas e estabelecerem novos nexos. Uma retranscrição²⁷⁴ em que a memória não pré-existe de maneira única e simples, sendo constantemente reelaborada, por isso múltipla e sobreposta. Registros de memória podem sofrer diferentes transcrições, há uma lógica de simultaneidade, combinando raciocínio lógico,

²⁷³ RODRIGUES, Mário – sociólogo boliviano, integrante da Fundação Wayna Tambo, em depoimento concedido para o livro POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina, pg. 247 – Edições SESC, 2020

²⁷⁴ Nas palavras de Freud em sua correspondência com Fliess (carta 52). In Sigmund Freud Obras Completas, v 1, pg. 274 – Amorrortu, Argentina, 1976

esforço mnemônico, informações disponíveis, sensações e pulsões. Na notável obra “O processo civilizador”, Norbert Elias demonstra, com base em apurado estudo histórico-sociológico, como as maneiras de ser das sociedades são resultados de configurações de longo prazo, em que a memória importa mais pela ação que a governa que pelo conhecimento que ela traz.

“Talvez pareça à primeira vista uma complicação dispensável estudar a gênese de cada formação histórica. Mas uma vez que todos os fenômenos históricos, tanto atitudes humanas como instituições sociais, realmente se “desenvolveram” em alguma época, de que modo podem os sistemas de pensamento se revelar simples ou adequados para explicar esses fenômenos, se, por uma espécie de abstração artificial, eles isolam os fenômenos de seu fluxo natural, histórico, privam-no de seu caráter de movimento e processos, e tentam compreendê-los como se fossem formações estáticas, sem considerar como surgiram e como mudam?”²⁷⁵

A manipulação da memória remete a uma economia de afetos em que “*a vida emocional do indivíduo é moldada sob pressão da tradição institucionalizada e da situação vigente*”²⁷⁶. A primeira memória é totalmente sensorial, a amamentação, por exemplo, remetendo ao contato com os seios, o calor do corpo, o cheiro e a voz da mãe, o gosto do leite, os sons ao redor, a luz. Só depois ela vai adquirindo registro conceitual, quando regras e normas são elaboradas na consciência. Nessa passagem vai sendo formada a narrativa, permitindo que a experiência alcance a consciência e a linguagem, que irão dar sentido às coisas e às noções. Para além da rememoração da história vivida e sua comunicação, sonhos e fantasias ajudam a compor as relações que a história mantém com o tempo, os espaços e as sociedades. Pela história do imaginário, das representações e das mentalidades vamos compondo uma memória coletiva, marcada não pela objetividade *stricto sensu*, mas pela tomada da consciência da construção do fato histórico e pelo processo com que ele é narrado. Escapando do destino exclusivo da repetição, em que a causalidade mecânica assente uma narrativa linear, redescobre-se e ressignifica-se o passado a partir do vir a ser, da imaginação de futuros e sua tradução para si.

Nas sociedades sem escrita há os guardiões da memória, os tuxauas entre os povos indígenas do tronco Tupi, os *voceros* e as *abuellas*, entre os povos indígenas e mestiços na América de colonização espanhola, os menestréis, os contadores de histórias, os brincantes e todos os mestres da cultura popular de todos os cantos do mundo, os

²⁷⁵ ELIAS, Norbert – O PROCESSO CIVILIZADOR – uma história dos costumes, v. 1 – pg. 17 – JORGE ZAHAR EDITOR, 1990

²⁷⁶ Idem. Pg. 49

druidas dos povos celtas. Há muitas formas e práticas para guardar o passado e os conhecimentos, sobre a forma de transmissão de ensinamento entre os gauleses, Júlio César, em *Bello Gallico*, escreveu:

“Aí, aprendem de cor, segundo o que se diz, um grande número de versos. Por isso alguns permanecem vinte anos nessa aprendizagem. Não creem, porém, lícito transcrever os dogmas da sua ciência, enquanto para as restantes coisas em geral, para as normas públicas e privadas, se servem do alfabeto grego. Parece-me que estabeleceram esse uso por duas razões: porque não querem nem divulgar a sua doutrina nem ver os seus alunos negligenciar a memória confiando na escrita, porque acontece quase sempre que a ajuda dos textos tem por consequência um menor zelo em aprender de cor uma diminuição da memória”²⁷⁷

No final das tardes no Xingu conta-se histórias no meio das aldeias. Verdadeiras óperas ao som da Jacuí. Danças e cantorias e rememorar grandes feitos, histórias de caçadas, mitos ancestrais, imitação de animais. Histórias do tempo presente e do tempo passado, reverenciando os antepassados. Por vezes contam-se histórias que chegam a trinta gerações anteriores. Eu mal consigo chegar à história de minha bisavó, Elisa Celleghin, imigrante italiana com origem no Vêneto, creio que a maioria dos leitores também mal consegue chegar além da quarta geração. De minhas memórias, recordo com saudade do hábito de as mulheres levarem cadeiras para as calçadas ao final da tarde, e lá ficarem trocando conversas entre vizinhas. Mulheres proletárias, fossem descendentes de imigrantes italianos, caipiras, negras ou mestiças, enquanto contavam histórias as crianças brincavam ou escutavam as memórias. Assim era no bairro em que nasci, a Vila Industrial, em Campinas, mas foi por pouco tempo e logo veio a televisão. No Xingu, nas vezes em que estive lá, também era assim, mas também veio a televisão. Escrevendo sobre Nikolai Leskov, Walter Benjamin, constatou que:

“o narrador não está de fato presente entre nós. Ele é algo de distante, que se distancia ainda mais” [e que] *“a arte de narrar está em vias de extinção”*; [de fato], *“são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”*²⁷⁸.

É pela narração que intercambiamos experiências. Se perdemos os narradores é porque a vivacidade da experiência está sendo perdida. Anamnese se faz a partir de lembranças pouco precisas, observando sintomas visíveis e aparentes e, a partir deles, vai-se puxando lembranças, recordações sobre fatos e situações. Um processo que só se

²⁷⁷ Júlio César (*De Bello Gallico* – VI, 14, 3-4) *apud*. Le Goff, *História e Memória*, pg. 430 – Editora da UNICAMP, 1992

²⁷⁸ BENJAMIN, Walter – O NARRADOR – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov; *in*. WALTER BENJAMIN – obras escolhidas, magia e ‘técnica, arte e política, pg. 197 Editora Brasiliense, 1985

faz em diálogo, como no diálogo entre médico e paciente. Para ser eficaz a anamnese tem que ter muita escuta, sobretudo em relação àquilo que se conserva na memória, mesmo que em imagens distantes do passado, sejam brumas ou rochedos. As experiências que se passam pessoa a pessoa são aquelas que agregam vivacidade e confiança. O fenômeno atual dos *influencers* e celebridades mantém pessoas conectadas a pessoas por considerarem que esses *influencers* e celebridades mantêm um comportamento de referência, a quem os seguidores admiram ou invejam; a força desses vínculos virtuais se ampara nesse recurso da narrativa. Tal ocorre porque o senso prático é a grande característica dos grandes narradores, conforme Benjamin percebeu:

“...o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. [...] O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria -o lado épico da verdade- está em extinção.”²⁷⁹

Evidente que não poderíamos classificar a cultura do mundo das celebridades e *influencer*, como algo relativo ao mundo dos conselhos sábios, mas de alguma maneira são práticos, mesmo que vazios, porque atendem a uma expectativa ambicionada, e espetacularizada (sobre espetacularização da sociedade escreverei um pouco mais adiante). Falando dos sábios. Griôs, do português, gritadores, afrancesado para *Griot* no século XX. Estudantes africanos sob colonização francesa, necessitavam designar os seus sábios em uma única palavra inteligível a todos. Gente da Guiné, do Togo, do Mali, do Senegal, em cada qual havia uma palavra a designar os sábios. Era necessário consolidar o conceito expresso por esses Humens-Biblioteca, os genealogistas, os mestres da arte da fala e da oratória, os juízes mediadores de conflito, músicos, narradores e mestres da memória. *Djeli*, em idioma bambara, do Mali²⁸⁰. Há muitas formas de manter viva a memória e recuperar histórias de ancestralidades remotas, para os antigos gregos, *Mnemon* era a pessoa encarregada de guardar a lembrança do passado, devendo ser consultada quando em situações de impasse, que requeriam decisão de Justiça. *Menemones* eram os magistrados encarregados pela preservação da ordem a partir da conservação da memória, primeiro como “memórias vivas”, “homens-memória”, depois, com o avanço da escrita, arquivistas.

²⁷⁹ *Idem*, pg. 200

²⁸⁰ Vide Célio Turino - POR TODOS OS CAMINHOS – Pontos de Cultura na América Latina, pgs. 338- 349, Edições SESC, 2020

Sob o império dos Inca havia os “homens-memória”, eram leitores dos *quipus*, a escrita andina em forma de cabos, barbantes e nós. Uma escrita que não é fonética, nem em forma de ideogramas, como as escritas mais conhecidas, mas uma escrita matemática, em que barbantes coloridos, em diferentes tamanhos, formam sentenças, frases e parágrafos, marcados por nós em diversos formatos. Pelos *quipus* não se controlava somente a contabilidade e tributos, como se pensava originalmente, mas também calendário, relatos, histórias. Seus leitores eram os *quipucamayo* (organizadores de nós, em idioma quéchua). O primeiro registro europeu dessa peculiar forma de escrita data de 1542, na *Relación de la descendência, Gobierno y conquista de los Incas*, e foi requerido pelo governador Cristóbal Vaca de Castro. Eram quatro quipucamayos, “*muy viejos*”. A leitura do *quipu* era como o canto de pássaros, misturando números, escrita, história e salvação, segundo o jesuíta José de Acosta. Em 1583 houve a ordem para a destruição dos *quipus*, sem que os espanhóis houvessem decifrado seus segredos. Atualmente há poucas centenas de *quipus* em Museus, não plenamente traduzidos, apesar dos esforços de estudiosos.

A memória é enevoante, ela não é fixável em modo completo. Ao mesmo tempo em que as novas estruturas vão se complexificando, exigindo novas formas de marcação não fixável na memória, vai acontecendo uma fragmentação e desfazimento da memória. Experiências e sabedorias deixam de ser vividas por inteiro, lugares e territórios igualmente de desfazem, tornando a percepção do *locus* um amontoado de fragmentos aparentemente desconexos. Isso torna a leitura da memória, e da realidade, criações. Como criações nunca são absolutas ou permanecem em estado de congelamento, sentir a realidade está intimamente ligado à imaginação, individual ou social. Cada pessoa ou grupo social vê a realidade de um modo particular, com olhares e sentidos diferentes, em ângulos diversos. Mas há uma escrita comum, uma linguagem a identificar muros reais ou invisíveis, narrativas construídas, demolidas, reconstruídas.

A narração do mundo descortina o passado e a realidade, mas vai se abrindo aos poucos, até que surge um momento de estupefação a unir sentimentos de admiração e terror diante de algo extremamente novo e que ao mesmo tempo é familiar. Isso gera um ímpeto para esquadrihar e tornar legíveis a memória e a realidade, em um fluir constante, até uma nova narração. Uma história em anamnese implica na prévia experiência dos sentidos, dividindo e agrupando, localizando e designando as identidades e seus sinais aparentes. Começa como em uma conversa entre médico e paciente (ao menos entre aqueles da velha escola, que olham no rosto do paciente e os escutam), que

começa com perguntas: O que te molesta? Como você se sente? Daí vão identificando os sintomas e depois as causas, para em seguida apresentar o diagnóstico.

Localizar-se no passado é um modo de se situar no presente. A violência, os desrespeitos cada vez mais intensos, as sensações de desamparo, aturdimento, também de colaboração, solidariedade, vão ganhando uma ordem pela recomposição das referências e pelo descortinamento do tempo. O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que aglomera pessoas, cria povos sem vínculos, destemporalizados, sem lugar, sem passado nem futuro, sem senso de lugar, com frágeis vínculos de identificação. Há um contínuo descontextualizar e recontextualizar em movimento frenético, evanescente. Quando a memória se distancia da experiência ela se torna de difícil compreensão, pelo método da história em anamnese é possível ir recompondo a experiência, os nexos e as relações espaciais e temporais (ao menos tenho ficado satisfeito com esse método que intuí). A alternativa a um mundo fragmentado em meio a simulacros e identificações egocentradas, seria recuperar o sentido de pertencimento, os vínculos de solidariedade, sentidos comuns, reestabelecendo senso de coletividade. Um pertencimento que não é imposto artificialmente, mas vivenciado porque descortinado pelo fio da memória. Pelos cabos dos *quipus* se preferirem, ou pelos *Mnemones*, ou pelas histórias dos Griôs. Também pelos Museus, pelos narradores, nas rodas ao meio das aldeias ou entre cadeiras na frente das casas em vilas proletárias.

É da natureza humana a necessidade de identificação social. Quanto mais perdidos e desamparados, mais essa necessidade surge com força. A busca por uma identidade que dê sentido às coisas, mesmo em um mundo sem sentido, é uma forma de amparo em meio a um profundo sentimento de perda e frustração. Mas tudo é muito contraditório. Dispersas, as forças que tiveram as suas potências sequestradas e deprimidas, ou mantidas reduzidas, caminham cada qual em um sentido. Assim, destroem para construir, mudam de lugar, descartam, destroem novamente, mal sabendo que fazem isso porque o sentido lhes foi imposto de fora. Há uma ordem no Poder, há uma lógica que comanda a dominação, os mediadores dinheiro, poder, crença religiosa, são tão fortes porque unos, concentrados, diretos, é dessa forma que esses poderes (Caetano Veloso chama de *podres poderes*) impõem sentido a vidas sem sentido. Fragmentam os feixes de luz até que, na dispersão, todos tenham um mesmo rumo, um só mediador, seja o dinheiro, o poder ou a crença, que não é fé.

Uns – poucos- acumulam sem produzir; outros – muitos- produzem sem acumular, sequer para a subsistência. Outro grande tanto é descartado simplesmente, nem

entram nesse processo, nada ganham, vivendo à margem, sem nada mais a perder, sem nada a almejar, porque tudo já perderam. E o mundo sem sentido se transforma em um mundo de frustrados, decepcionados pelo engano, abatidos, deprimidos. Desalentados, esmorecem. Por não conseguirem entrar, por não conseguirem sair, por não saberem de onde vem, por não saberem para onde vão. Se deprimem e são facilmente dominados e explorados. A história em anamnese é um convite a meditar sobre isso, de forma coletiva, até que seja possível partir (ponto-semente) para a ação a partir (semente-ponto) da memória:

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”²⁸¹

Considerações sobre o método da História em anamnese

Dar voz ao sujeito, assim os historiadores italianos da Micro-História desenvolvem seu método a cavoucar a história. Esse movimento procurou encontrar novas metodologias e interpretações à tradicional história social a partir dos anos 1970, quando os paradigmas existentes estavam em um processo de falência, tanto nos grandes modelos interpretativos propostos pelo marxismo como pela história funcionalista. A crença na rápida e radical transformação do mundo via processos revolucionários também se desfazia e colocava em dúvida...:

“A ideia de uma progressão regular, apensar de uma série de estágios uniformes e previsíveis, em que se imaginava que os agentes sociais se alinhavam conforme as solidariedades e os conflitos em algum determinado sentido, naturais e inevitáveis”²⁸²

Reagindo a essa crise de paradigmas, a Micro-História procurou redefinir conceitos, buscando um novo caminho na experimentação historiográfica. Mas, ao contrário dos pós-modernos, que colocam em dúvida a própria possibilidade de conhecimento do real, esses historiadores perceberam que a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética. O caminho foi buscar uma descrição mais realista do comportamento humano lançando um olhar microscópico às ações sociais, percebidas como resultado de constantes tensões, negociações, manipulações, escolhas e decisões

²⁸¹ LE GOFF, Jacques – HISTÓRIA E MEMÓRIA, pg. 477 – Editora da UNICAMP, 1992

²⁸² LEVI, Giovanni – artigo sobre micro-história – A Escrita na História, pg. 134 – Ed. UNESP< 1992 – Peter Burke, org)

dos sujeitos, com foco no indivíduo. Colocaram como princípio de seus estudos a compreensão do sentido de Agência do sujeito histórico. Reduzindo a escala de observação, ajustaram o foco, apuraram a escuta e procuraram ouvir personagens silenciados. Como na história de Elesbão, que escreverei um pouco adiante, e seus companheiros de oito e toda comunidade que o viu subir no patíbulo.

Na tradicional História Social, os oprimidos e explorados tem lugar e vez na narrativa, mas eles aparecem como coletivo, são estudados naquilo que há de regular, genérico e, sob certo aspecto, massificador. Na Micro-História o que se procura conhecer não são apenas as grandes regras de exploração e opressão de massas anônimas. As massas tem nome, sobrenome, trabalham, residem, são pais e mães, reagem, interagem com seus opressores, percebem a opressão de diferentes maneiras, criam estratégias de resistência ou de acomodação. Assim foi com a ideia de Ponto de Cultura, reduzindo a escala da ação cultura a ser realizada nos territórios e a partir dos sujeitos do território, não para “eles”, mas a partir deles. Ambientes em que a narrativa descreve a realidade como as coisas acontecem, enxergando o local como um “pedaço” do processo e que pode compor um modelo para outras comunidades, mas que, ao mesmo tempo, guarda as suas singularidades. São tantas as vozes, cada qual com uma fala. Mas elas são comuns.

Assegurar escuta a essas falas é etapa primordial para a apreensão dos sentidos da verdade, não são apenas relatos, histórias curiosas, fechadas em si mesmas, há carga histórica por trás de cada uma. A redução de escala convida a uma outra leitura social, articulando entre si os diferentes aspectos das realidades. Tal qual uma Oficina de História, a História em Anamnese procura assegurar personalidade, luz, ao conjunto dos agentes históricos, em territórios autoidentificação, de perguntas e indagações. Desde 2008, com o programa Cultura Viva em pleno andamento e cerca de 2.500 Pontos de Cultura no país, fui me exercitando no método da anamnese para ir retratando os Pontos que eu visitava. Fiz o que mais gosto de fazer, escutar histórias e depois escrever sobre elas. Apesar da crítica ao relativismo cultural pós-moderno, a História em Anamnese se aproxima de Foucault quando ele procura na gênese dos entrelaçamentos entre saber e poder e as microestruturas do poder.

O poder acontece na vida real das pessoas, depende de escolhas e as pessoas nunca são completamente passivas a esse poder, elas se adaptam, se beneficiam ou resistem a ele. Na maioria dos casos o comportamento dos indivíduos incorpora, em graus distintos, quatro posturas frente ao poder: a cumplicidade e sujeição, a adaptação, a resistência, e o enfrentamento. Por mais que as grandes decisões da sociedade estejam

fora do alcance das pessoas comuns, que não tem voz ativa no Estado ou Mercado, ou nas Igrejas e demais Instituições e aparatos, decisões são tomadas por todos os indivíduos, até quando esses não decidem. Cabe conhecer a dinâmica de como essas decisões são tomadas e que caminho levam, ou levaram. Pelo método da micro-história, que incorporei na História em Anamnese, são apresentados procedimentos a desvendarem processos decisórios das pessoas comuns, realizados no passado. De acordo com Giovanni Levi:

“Tentei, portanto, estudar um minúsculo fragmento do Piemonte do século XVIII, utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante do lugarejo de Santana que tenha deixado vestígios biográficos documentados. Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer acentuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política de uma vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”²⁸³

Ecomuseus, Museus de Cidade e de Comunidade, Pontos de Cultura, são, pela minha experiência como historiador e pensador em políticas públicas, as instituições que melhor reúnem condições para um ajuste fino de foco, assegurando voz às pessoas comuns e devem converter-se em espaços para múltiplas falas. Ao proceder dessa forma, explicitando o entrelaçamento das ações das pessoas comuns (ou seriam extraordinárias? Como no livro de Hobsbawm) com a ação histórica mais geral e os processos de transformação em curso, é possível identificar regularidades e apontar caminhos. “*Nem todos podemos tudo*”, disse Virgílio em *Éclogas VIII*, mas cada um pode um pouco, cada qual a sua maneira, é isso que se percebe ao reduzir a escala na ação transformadora, entrelaçando causa e efeito. Pela História em Anamnese histórias comuns são tornadas inteligíveis, conhecíveis, para a grande maioria. E a realidade que se desvela. “*Antropólogos não estudam aldeias, eles estudam em Aldeias*” (Glifford Geertz), com essa ideia na cabeça, deixei o gabinete de secretário e fui visitar ao menos, 600 Pontos de Cultura em comunidades de todo Brasil, retornando a vários deles, mantendo contato até hoje. Ao proceder assim, indo a campo, procurei investigar a relação entre grandes processos e os pequenos processos, aquilo que acontece no chão das comunidades. Os Pontos de Cultura como pontos de potência das aldeias, mergulhados na realidade à vista

²⁸³ LEVI, Giovanni - A HERANÇA IMATERIAL, pg. 18 – Civilização Brasileira, 2000

de todos, para ser tocada como um rochedo soprado pelo vento e beijado pelo mar. À micro-história aliei a descrição densa como método de análise:

“registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, ou seja, no fluxo do discurso social”²⁸⁴

Não basta conhecer, descrever, expor e narrar os imperceptíveis e significativos fatos da realidade, é preciso ir além, conhecer as interrelações, interesses, procedimentos na vida cotidiana, modos de produção e a linguagem e os códigos daí decorrentes. Bem como os signos e os significados de cada Ato. Exemplificando em uma exposição museológica. Uma coleção de produtos de olaria, por exemplo. Dispõem-se os vários tipos de tijolos e telhas, as formas e os fornos que serviram para moldá-los. Mas e as coxas dos escravizados trabalhadores em olarias? Elas foram fôrma para as telhas. Por isso as telhas antigas são tão irregulares, levam a marca dos corpos, das coxas. Como descrever isso em uma exposição de Museu? Os tipos de argamassa e métodos de construção; a relação entre os profissionais envolvidos e o modo com que as técnicas e ordens eram transmitidas, as hierarquias internas. Os mandos e desmandos. Os momentos de intervalo, lazer e vida privada. A fruição daquele tijolo em construções, quando o tijolo nem é mais visto. Há muitas formas de apresentar a verdade, e de chegar a ela. Pelas coxas, pelos corpos, pelo que não se vê.

Pela Descrição Densa, em método apurado, aplicado e estudos antropológicos ou históricos, é possível limpar camadas até conhecer a realidade e alcançar a verdade. A procura pela verdade está na sabedoria das perguntas, um metódico processo de retirada de camadas. Um ofício de arqueólogo da vida e trama social, passada e presente, buscando conhecer para depois tornar explícitos os diversos mecanismos que movimentaram a realidade. Procurar a verdade não significa a busca incessante por um conhecimento total ou uma explicitação completa. Sempre haverá camadas a serem retiradas. Para Geertz:

“...o repertório infinito das possibilidades simbólicas das mentes humanas nos permite abordar a realidade por uma série de passos infinitamente pequenos, sem, no entanto, jamais atingi-lo”²⁸⁵.

Compreender que a realidade absoluta não se alcança, não significa relativismo. Há método para confrontar versões e narrativas, pela história vamos

²⁸⁴ LEVI, Giovanni – A ESCRITA NA HISTÓRIA – novas perspectivas, Peter Burke, org. - pg 141 – Ed da UNESP, 1992

²⁸⁵ *Apud*. A ESCRITA NA HISTÓRIA, Peter Burke, org, pg 145 – Editora da UNESP, 1992

confrontando o que há de comum e regular em cada vestígio, documentos escritos, edificações, cultura material, história oral, mitos, formas de ser e de agir, brincadeiras de crianças (Florestan Fernandes realizou um interessante trabalho sobre as Trocinhas do Bom Retiro, bairro em que cresceu, cujas histórias infantis foram estudadas em seu primeiro trabalho acadêmico). Uma importante contribuição da micro-história à narrativa está exatamente na comunicação com o leitor, estabelecendo um diálogo com o público, que carrega seus pontos de vista, referências, informações e conceitos, mesmo quando não explicitados. Tornar o diálogo explícito, apresentá-lo de forma sincera, incluindo a própria limitação do conhecimento, evitando generalizações e mostrando que o ponto de vista do narrador também faz parte do relato, é um bom caminho. No caso do exemplo da exposição museológica, seria incorporar na exposição os procedimentos adotados para a realização da própria exposição, expondo uma metamuseologia. O mesmo com o texto literário ou qualquer outra forma narrativa.

Aprende-se a verdade com as ferramentas disponíveis de momento, por isso o método jamais pode ser dissociado da ética. Chegar perto do real, nos aproximando dos fatos, da leitura objetiva da realidade, daquilo que é sólido, mas que um dia irá desmanchar. Dar atenção aos significados daí decorrentes, à trama de interesses, às consequências. No entanto, a concepção ideacional que Geertz tem de cultura faz com que o enfoque fique muito mais concentrado nas “ideias” que as pessoas tem sobre sua realidade e não sobre os fatos em si, essa seria a fragilidade da Descrição Densa, pois pode resvalar para uma constante remoção de camadas, buscando significados após significados. *“Uma dúvida sem um fim não é sequer uma dúvida”* – Wittgenstein. Perdendo de perspectiva o próprio problema que levou à necessidade da busca por um entendimento acerca da realidade e de como ela é interpretada. Seria uma busca sem fim. Daí a importância a anamnese, como escuta profunda que promove confrontações com a ciência, estudando os sintomas para compreender as causas e encontrar a cura.

A memória coletiva é um assombro, uma conquista difusa que quando apropriada pelas multidões pode se tornar instrumento de emancipação. Pela memória coletiva conseguimos refazer nossos percursos de derrotas e vitórias, esperanças e desesperanças, decodificando-os pelo pleno uso das inteligências humanas, da razão e dos sentidos. Sons, cheiros, paladares e tato se unem ao olhar e oferecem ao observador um conjunto de instrumentos sensoriais a permitirem uma melhor identificação; e o olhar se torna ouvir e o ouvir se torna olhar. Os barulhos, a musicalidade, as harmonias e as dissonâncias; fumaças, esgotos a céu aberto, os odores, o cheiro da miséria. Também a

flagrância dos parques e jardins, o gosto de comer em volta da mesa de casa, no quiosque da rua, também o gosto da falta de alimento, da fome que volta, da comida garimpada no caminhão de lixo; o toque no asfalto, a marcha das passeatas, o toque do amor, o peso dos cassetetes, bombas e balas, de borracha ou não. A escuta sensível perturbando a visão, fazendo a insurgência acontecer. Um povo que não se pertence, perdido na multidão, ainda mantém a posse de seus sentidos. Cabe aprender a utiliza-los em plenitude, como ferramentas para a libertação.

Confrontar informações, enfrentar a desmemória, indagar, perguntar mais. Perguntar, sempre perguntar. Se não sabemos a resposta, que encontremos a sabedoria nas perguntas, até que a desmemória se desmancha e a memória emerge sólida. A tradição de inquirir documentos materiais, apesar de afeita aos historiadores, está mais circunscrita aos campos da etnografia, da arqueologia e da museologia, sendo que a análise da cultura material, enquanto documento histórico, segue periférica nos estudos historiográficos. Ao longo dos séculos XIX e XX, os Museus foram se consagrando como a forma institucional mais adequada para a conservação, restauração, estudo e interpretação de bens materiais da cultura, notadamente os objetos e artefatos móveis. Como historiador, mesmo antes de completar os estudos, tive uma intensa experiência com Museus. Comecei como diretor do museu histórico municipal de Campinas, depois chefe da divisão de museus da cidade, autor do projeto museológico para o Museu da Cidade, depois como secretário de cultura e turismo em Campinas (1990/92). Vinte anos depois voltei ao cargo de origem, como historiador, após deixar a função de secretário da cidadania cultural no Ministério da Cultura. Escrevo agora como servidor público aposentado, após 40 anos de trabalho, o que muito me honra. Sigo na função de historiador. O trabalho inicial em Museus marcou tanto a minha formação intelectual que os conceitos de Ponto de Cultura e Cultura Viva carregam muito do pensamento museal e de ecomuseus. Para exemplificar a proposta por uma história em anamnese, vou exemplificar nas situações em que, de alguma forma, fui médico ou paciente.

Três memórias:

a) exposição no Museu da Cidade, em projeto de minha autoria, como construção intencional de memória;

b) a ativação da memória involuntária a partir ato de cavoucar as minhas memórias afetivas, chegando à greve dos trabalhadores ferroviários em Campinas, em 1917;

c) memória em dormência, a partir da história do escravizado Elesbão e o Largo da Força, reconstituída em cortejo, essa tratarei em subcapítulo específico.

Começando pela coleção de Sinos existente no Museu da Cidade, em Campinas, e a construção intencional da memória. Uma bela coleção a apresentar um complexo conjunto de informações que extrapola em muito a materialidade desses artefatos. Os sinos são de bronze ou de ferro fundido, quase todos fabricados na Companhia Mac Hardy, uma das primeiras indústrias da cidade de Campinas, ainda no século XIX. Abrasonados, com cores e tamanhos diferentes, sonoridade aguda ou grave, em diversos tons e timbres. Além desses elementos de conhecimento inicial que os objetos podem transmitir, há outros, da marcação das horas e ritos à industrialização nascente. São muitas informações possíveis de extrair de objetos e isso possibilita uma apresentação ordenada da memória a despertar conhecimentos e sentidos. Os sinos compassavam a vida dos habitantes da cidade, marcando uma sociedade que aos poucos ia definindo suas regras de convivência através da demarcação do tempo. Para cada evento um dobre diferente. As mortes, as proclamações, as chamadas ao trabalho ou ao culto religioso. No dobre de cada sino foram surgindo os personagens da cidade. Luís Corneta, o sineiro da Catedral de Campinas, João Capilé e o liberto Columbiano, da Matriz Velha:

“Para subir a escadaria espiralada da torre da Matriz Nova, hoje Catedral, que tem 70 metros de altura, o mulato Luiz José de Almeida, de alcunha Luiz Corneta, não fazia esforço maior do que conseguir movimentar as cordas e o badalo no ritmo desejável daquele enorme sino, o “Bahia”, como dissemos, assim cognominado em homenagem ao seu doador, também ele de alcunha o Bahia – Antônio Francisco Guimarães, originário do estado da Bahia.

Esses como que Quasímodos tropicais praticavam uma fantástica acrobacia para compassar lá do alto a vida diurna dos habitantes, chamando atenção para o trabalho e o descanso, as obrigações religiosas e as mortes anunciadas, os eventos e as proclamações, fazendo com que levantassem instintivamente o rosto, como para saber ‘por quem os sinos dobras’.

De Luiz Corneta contava-se que, para poder badalar o pesado sino, descrevia com o corpo uma parábola no ar, atirando-se com os pés contra a parede. Num desses movimentos, não calculando direito a trajetória ou por perder o equilíbrio, quase se arremessou pelo ar, saindo por uma das sineiras da torre.

Já na matriz velha, dois comparsas – o moleque João Capilé e o negro Columbano – conjugavam-se num estrebuchamento pelo chão para poder dar conta de bimbalar entre sinos menores, médios ou grandes. Nessa cena fantástica, um deles amarrava as cordinhas dos sinos menos em cada dedão dos pés e as dos médios nos dedos das mãos e, assim, deitado, conseguiu fazer com que os sinos tocassem alternadamente, enquanto o outro acionava o sino grande ‘com uma tira de couro grosso em cuja ponta ele fazia um laço no qual introduzia a cabeça, firmando o laço na nuca’.²⁸⁶

No ofício de sineiros, profissão extinta, personagens esquecidos impulsionavam aqueles pesados sinos, como polvos a moverem cordas com o uso dos membros do corpo. Instrumentistas de origem humilde, escravizados libertos, eram conhecedores de combinações e acordes adequados a cada evento que anunciavam. Dobravam e badalavam com cadência os sons de artefatos agora mudos, expostos em um Museu. Na vitrine de um Museu a memória revive. Desde que os objetos sirvam para narrar -e honrar- a história dos personagens que deram vida aos objetos. A cultura material é informação modelada historicamente, cabe às instituições apresentar os elementos para que as pessoas consigam formar uma ideia sobre a vida naquele contexto. Na exposição que organizei, perguntávamos sobre quem estava a puxar as cordas daqueles sinos. Memória esquecida, ocultada, que se revelava.

Os objetos e artefatos permitem diversas construções narrativas, é na urdidura do enredo que vai sendo formado o sentido à história narrada. Memórias são ato intencional. Quando manipuladas pelo ofício de um historiador/narrador, na dimensão de memória coletiva, a ênfase dada depende de relações de força, ética e capacidade narrativa. Memórias podem ser hegemônicas ou contra-hegemônicas, dos vencedores ou dos vencidos, mas sempre carregam uma intencionalidade, seja coletiva ou na esfera do indivíduo, que manipula as lembranças de modo a encadear uma história coerente. Com a exposição no Museu da Cidade, objetos inanimados deram vida a personagens antes esquecidos.

Como memória involuntária há os momentos de epifania, quando determinada aparição, na forma de lembrança entre brumas, nos remete a uma sensação profunda de compreensão da essência das coisas. Mormente considerado um “pensamento iluminado”, essa forma de aparição se revela nas situações mais banais e aparentemente insignificantes (molhar a *madeleine* no chá, como na obra de Marcel

²⁸⁶ AMARAL LAPA, José Roberto – A Cidade, os cantos e os antros, pg 137 – EDUSP, 1996, também meu professor de história na Unicamp, já falecido. A ele, meu respeito e agradecimento.

Proust). A partir da memória involuntária é possível desencadear um entendimento completo de conceitos antes ilegíveis e compreender a própria identidade.

Caminhando pelo túnel de pedestres sob os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, depois FEPASA (Ferrovias Paulistas, estatizada, depois privatizada), eu me conectei com a memória de meu avô. Relato minha história pessoal como um convite para que o leitor sorva a sua *madeleine* no chá, fazendo brotar a sua memória involuntária e singular. José Turino, primeiro dos filhos de uma família de imigrantes italianos a nascer no Brasil, meu avô. Tal como ele, eu nasci e fui criado no bairro proletário da Vila Industrial, cidade de Campinas, estado de São Paulo, Brasil. Sou desse lugar. Tudo era muito demarcado, os trilhos da ferrovia separavam o lado “*de lá*” (dos palacetes dos Barões de Café e das casas das classes médias que viviam em torno desses, o comércio, o poder local) do “*lado de cá*” (do proletariado, entre imigrantes e escravizados, que viviam nas pequenas casas ou cortiços).

Por conta dos trilhos da ferrovia foi instalado um parque fabril desde a segunda metade do século XIX, a primeira das fábricas, a Fundação Lidgerwood, que produzia ferramentas agrícolas, de 1868, e que veio a ser sede do Museu da Cidade em que a coleção de sinos está guardada; também estão guardados documentos de compra e venda de escravizados, instrumentos de suplício, como Tronco, gargalheira, giramundo. Indústrias nascentes, como a Companhia Mac Hardy, a Cervejaria Colúmbia, entre outras, e a grande Fábrica e Oficinas de locomotivas e vagões da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que produziu a primeira locomotiva fabricada em solo nacional, em 1905, e chegou a contar com 3 mil operários.

Para atravessar a pé para o “*lado de lá*”, saindo da Vila Industrial até a parte central da cidade, somente passando por um túnel estreito caminhando abaixo dos trilhos da estrada de ferro, com menos de dois metros de largura e não muito mais que isso na altura. Conhecido simplesmente como o Túnel. Inaugurado em 1914, eram 300 metros de caminhada sob luz lúgubre. Durante a infância e adolescência fiz muito esse caminho, a descida ao subterrâneo, a travessia sob a iluminação fraca e tênue, a luz ao fim do túnel, a escada para a superfície, são imagens que me vem à minha mente. Caminhando por aquele corredor misterioso eu ouvia histórias e um mundo desconhecido se abria pelas lembranças remotas das caminhadas com meu avô²⁸⁷. Entre histórias de livros que ele

²⁸⁷ “Meu avô era querido na Vila Industrial, bairro proletário em Campinas, e poucos deixava de comprar suas empadas. Eram boas as nossas caminhadas e nunca as considerei penosas, nem ao menos um

gostava de contar (*O velho e o mar*, de Hemingway, *Os Miseráveis* de Vitor Hugo ou as histórias de Jack London, seu autor preferido). Recordo particularmente de uma história, não literária, mas presenciada por ele em 1917, nas proximidades do Túnel: o massacre dos operários na Porteira da Capivara, que hoje não existe mais. A *Porteira da Capivara*, substituída por um viaduto. História de quando meu avô tinha dez anos de idade, a mesma idade que eu tinha ao escuta-lo. Para evitar a rememoração de cabeça, lanço mão de um cronista da cidade:

“Aquele local onde ocorreu a chacina ainda está manchado de sangue, sangue dos inocentes, até de crianças atiradas pelas costas, sendo de se notar que, quando da colocação de um epitáfio no túmulo das vítimas no Cemitério da Saudade, as autoridades se opuseram a isso, mandando substituí-lo. A verdade é que, depois de mencionar os nomes das vítimas da carnificina, o epitáfio dizia: ‘barbaramente assassinados pela Polícia na Porteira do Capivara’. Essa parte foi apagada, mas ficou na memória de Campinas. Dela ninguém arranca nem apaga palavra alguma, ainda que manchada de sangue dos inocentes. É que a tradição não perdoa nunca, nem o mármore de uma catacumba. É sempre a verdade que fala silenciosamente.”²⁸⁸

Tradição, a verdade que fala silenciosamente. A chacina da “Porteira da Capivara”, foi um massacre acontecido por ocasião da greve de 1917, que tomou conta da cidade de São Paulo, iniciada no Cotonifício Crespi, fundamentalmente por mulheres tecelãs. A greve se ramificou por algumas cidades industriais no interior do estado, com destaque para Campinas. Transcorria pacífica, mas firme. Um dos líderes, o anarquista Ângelo Soave, foi preso para ser julgado na capital, de onde seria deportado. Deduziram os grevistas, por ser imigrante italiano e àquela época muitos imigrantes “indesejáveis”, por anarquistas e lutadores sociais, eram deportados. Sabendo que ele seria transportado por trem, operários e ferroviários colocam-se na frente dos trilhos, em uma tentativa para impedir que ele fosse levado à prisão na capital. Foi em 16 de julho de 1917. Meu avô estava lá, era um menino com dez anos de idade.

trabalho, se bem que, ao final, sempre ganhava um gibi, uma coca-cola e um sonho na padaria, era a minha paga. Como menino de família pobre, sabia que precisava ajudar e, em contraste com a imagem de minha avó e minha mãe, meu avô aparentava fragilidade. Realizamos nossa trilha quase diariamente, por mais de um ano. O forno quente, a empada folhada que eu era um dos primeiros a comer. Até hoje peço empadas quando chego a um lugar, como Swann no ‘Em busca do tempo perdido’ ao molhar suas *madeleines* no chá. Mas nunca reencontrei as empadas de meu avô. [...] Fomos juntos ao cinema uma única vez, para assistir *Spartacus*, dirigido por Stanley Kubrick. Mais uma história “dos de baixo, a revolta dos escravos que abalou Roma. [...] Assisti a esse filme em um final de tarde de um dia qualquer. Eu, meu avô e a cesta de empadas vazia.” In. PONTO DE CULTURA – o Brasil de baixo para cima, pgs. 229/231 – Editora Anita Garibaldi, 2009

²⁸⁸ Texto de Jolumá Brito, em artigo publicado no Jornal Diário do Povo, em Campinas, *apud* Bráulio Mendes Nogueira, capítulo do livro LUTAS SOCIAIS EM CAMPINAS – subsídios para a história – Editado pela União Paulista de Educação, 1988.

Recordo de meu avô descrevendo a cena, como em um filme. Os tiros desfechados pelos policiais, as bombas, os gritos, o apito do trem, as pedras jogadas contra os soldados, a correria, os corpos estatelando no chão. Já adulto, quase com a idade que ele tinha quando contava aquelas histórias para mim, morando fora da cidade, algumas vezes me dirijo ao Túnel para percorrer o caminho e reencontrar as histórias de meu avô. Em matéria da época, Álvaro Ribeiro, redator-chefe do jornal Diário do Povo, assim descreveu o momento:

“Desembarcados, vieram os soldados pela linha que ali, junto a uma máquina beneficiadora de café da firma Piconi, faz uma curva, agachados e sorrateiros, pé-ante-pé, como caçadores de feras, ergueram-se diante dos inofensivos operários e os alvejavam covardemente! Tudo que aconteceu foi simplesmente horrroso.”²⁸⁹

Incontáveis foram os feridos. Três foram os mortos: Antônio Rodrigues Magotto, Tito Ferreira de Carvalho e Pedro Alves. Seus corpos estão enterrados em dois Mausoléus no Cemitério da Saudade, Quadra 32, Perpétuas n. 40 e 41, sepulcros erigidos em mármore com recursos arrecadados entre os trabalhadores grevistas. Monumento singelo, perdido entre milhares de sepulturas e mausoléus. Foi o primeiro monumento a ter sido erguido em honra a operários grevistas no Brasil. Na lápide percebe-se que parte do epitáfio foi destruída a marretadas. A continuidade da frase destruída era a seguinte: “*barbaramente assassinados pela polícia na porteira da Capivara*”. A continuidade da frase sumiu, mas permaneceu na memória de velhos combatentes e das crianças presentes. Assim também se constrói a identidade, por histórias em anamnese e memórias repassadas de avô para neto.

11. *Memória em dormência*

Um Largo a erguer uma Forca. Uma memória adormecida. Um nome, Elesbão. Névoa sobre névoa, lápide sobre lápide. O Largo ficou conhecido como o Largo da Forca, mas o nome oficial era Largo de Santa Cruz, voltando a ser conhecido por esse nome décadas depois. Sob o nome de Santa Cruz a memória virou esquecimento. Anos após haver trabalhando fora de Campinas, voltei para minha cidade. Trabalhando no Museu da Cidade, junto com Batata, Ronaldo S. Gomes, antigo colega de Unicamp em tempos de estudante, agora colega de trabalho no Museu da Imagem e do Som, pude acompanhar e incentivar o surgimento de um livro, *Elesbão*. Um nome incomum para a

²⁸⁹ RIBEIRO, Alvaro, *Falsa Democracia*, pg. 108, F. de Piro Editores/Rio de Janeiro, 1927.

época atual, sabíamos que havia sido um escravizado que fora condenado à Força, nada além disso.

Um pesquisador insistente, intelectual orgânico da comunidade negra na cidade de Campinas, Valdir de Oliveira (também usando o pseudônimo de *Diaure Mikongo*) tentava resgatar a história de Elesbão. Por conta própria produziu a pesquisa e buscava apoio público ou privado para a edição do livro. Sem meios e recursos para a publicação, Valdir saiu a campo. Primeiro tentou recursos “*no edital do Fundo de Investimento Cultural de Campinas de 2014/15, mas o projeto foi considerado irrelevante pelo conselho municipal de cultura*”. O ano era 2015 e mesmo assim considerou-se irrelevante o resgate da história de um escravizado que foi enforcado na cidade, cento e oitenta anos antes. Valdir seguiu em seu intento para trazer:

“à luz uma fase vergonhosa da História desta cidade, no qual a ganância, a impunidade e o desrespeito, que foram as principais metas da elite, que sempre estabeleceram as normas da (In)Justiça que aqui impera”²⁹⁰.

Conseguiu. O livro foi publicado em edição do autor através de financiamento coletivo, no qual muito me honra haver conduzido o processo via *crowdfunding*. Na apresentação do livro, Batata (não consigo chama-lo por Ronaldo S. Gomes, por conta do hábito em nossos tempos de estudante) escreve o prefácio:

“Elesbão é uma velha história que vim a conhecer, depois de três décadas de vida em Campinas, no convívio com a comunidade negra da cidade, e que um jornalista amigo ouvira de um historiador local, que não passava de uma lenda. Está aí a lenda revivificada, desentranhada das páginas amareladas dos autos judiciais do processo. A memória soterrada de uma Campinas, construída sobre o terror da escravidão começa a ser escavada, para revelar o outro lado dos enredos de seus Barões.”²⁹¹

Das brumas da memória a história de Elesbão foi sendo revelada. Antes havia algumas citações esparsas, como no livro de José Roberto do Amaral Lapa, “*A Cidade, os cantos e os antros*”, meu querido professor nos primeiros anos de Unicamp, mas a história veio à luz pelo minucioso e persistente trabalho de Valdir de Oliveira. O mito se tornava realidade, a lenda do escravizado rebelado que fora condenado à força se revelava pela pesquisa em arquivos judiciais, juntando cacos, palavras e memórias.

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode-se fazer, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com

²⁹⁰ OLIVEIRA, Valdir – ELESBÃO – pg. 14, in Apresentação. Edição do Autor, Campinas, São Paulo, 2016

²⁹¹ GOMES, Ronaldo S. – Apresentação à obra Elesbão – in. ELESBÃO, pg 19 – Valdir Oliveira, Edição do Autor, 2016

tudo que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e as ervas daninhas.” (Lucien Febvre)²⁹²

Como uma forma de ensinar, documentos escritos, o *documentum*, evoluíram como atestado de prova objetiva, e muitos ainda se apegam aos papéis oficiais a revelarem segredos. Coisas mudas que falam. Valdir desmudeceu Elesbão através dos autos do processo judicial 0224, de 1831. Tal qual escrita da época:

“Auto de Corpo de Delito Direto Aos vinte e hum dias do mês de maio de mil oito centos e trinta e hum annos nesta Vila de Jundiay Camara Imperial da cidade de São Paulo em caza de morada do Juiz da Paz o sargento mor Jose Manoel Tavares da Cunha e onde eu Escrivão me achava tendo aly formas o alcaide Ignacio da Silva vindo de proceder o Corpo de Delito no cadáver do capitão Luis José de Oliveira que se achou no caminho da rossa de seu engenho denominado Romão tendo sido assassinado pelos seus escravos que dizem ser Elesboom e Narciso sendo aly o dito Juiz deferido o juramento dos Santos Evangelhos aos peritos Manoel Nobrega de Almeida e Antonio Joaquim da Natividade por naom haver na terra cirurgiaaom aprovado eles em cirurgia debaixo do mesmo juramento que sem dolo asima teria examinassem e declarassem fielmente os ferimentos feito no dito cadáver com que instrumentos poderão ter sido feitos. Declarando o numero e profundidade dos mesmos e as regioins onde ellas se achavao. Athe dos que o prometeram os ditos Peritos bem fielmente fazer cumprir e passando a examinar o Dito Cadaver Declaram ter o cadáver dous grandes golpes de foice em cruzado que despejou os miolos bem deitou todo moído o couro da cabeça que denotava os golpes eram cruzados da cabeça ser feito como corte de foice e i momento denotava ter sido feito o mesmo nstrumento dado com as costas ou plunxa e bem deitou com duas grandes facadas que denotava terem lhe enterrado todo o cumprimento da faca sendo ... (palavra inelegível no documento original) o corasaom e outra no peito do lado direito e assim mais acharão o dito cadáver com o dedo mínimo da mão esquerda serceado pela ponta e por nada mais haver no dito cadáver ser declarado pelos ditos peritos de que dou minha fé de se passar na verdade e ouve o dito Juiz de Auto de Corpo de Delito dito por feito concordo em remeter o presente Auto ao Juiz Criminal para se proceder na forma da ley ficando copia fiel no cartório deste Juizo eu Joze Adriano de Oliveira Escrivão o escrevi Joze Manoel Tavares da Cunha, Manoel Nóbrega de Almeida Antonio Joaquim da Natividade²⁹³”

Os escravizados Elesbão e Narciso eram propriedade de um capitão assassinado, Luís José de Oliveira, e haviam se rebelado. Foram viver em um Quilombo, junto com outros seis escravizados: Eva, a única mulher no grupo, além de Luiz Congo, Vicente, Francisco Monjolo, Joaquim e Manoel Cariocano. Por dias o capitão, junto com

²⁹² *Apud.* HISTÓRIA E MEMÓRIA – Jacques Le Goff, pg 540 – Editora da Unicamp, 1992

²⁹³ CMU – Centro de Memória da Unicamp – Processo 0224 – 1 Ofício – Cx 08 – fls 1 2 2 – Tribunal de Justiça de Jundiá – Foto 01/02 *Apud.* ELESBÃO

auxiliares, estava em busca dos escravizados rebelados. Perseguindo suas “peças” o capitão foi morto, mas nenhuma testemunha assistiu ao homicídio. Havendo depoimento de dezenove escravizados e do feitor, José Creoulo, todos assinando seus depoimentos com uma cruz, por analfabetos. Eles foram unânimes:

“...afirmavam sim, que viram o cavalo do capitão em disparada e os gritos do mesmo, correndo até o local, onde encontraram-no caído à beira de um córrego, já sem vida com facadas e golpes de foice na cabeça”²⁹⁴

Outras trinta e cinco testemunhas, todos brancos ou pardos, ou escravizados alforriados, entre senhores de engenho, esposas, comerciantes, artesãos ou ajudantes, também foram arrolados como testemunhas. Mas nenhum deles esteve presente no local ou houvera acompanhado o episódio. A despeito do fato de não terem presenciado o embate, todos foram unânimes em apontar para dois escravizados: Elesbão e Narciso. Os dois seriam responsáveis pela morte do capitão, afirmaram. Procedeu-se uma caçada ao Quilombo, até que todos os escravizados rebelados foram capturados a 11 de agosto de 1831.

Em julgamento, a família do capitão assassinado pede a pena máxima pelos seguintes motivos: ser o ofendido superior, ter havido abuso de confiança, surpresa, emboscada e ajuste realizado em lugar ermo. Desconsideravam que era o capitão quem estava ao encalço dos rebelados no Quilombo e não o contrário. Igualmente desconsideraram as denúncias de maus tratos, espancamentos, torturas, má alimentação e abuso contra mulheres escravizadas. No julgamento Elesbão alegou em sua defesa a revolta contra os estupros praticados contra Francisca, sua companheira, também escravizada. Anos mais tarde, Luiz Gama, histórico jurista negro e abolicionista, responsável pela libertação judicial de mais de 500 escravizados, afirmaria em júri:

“o escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, age em legítima defesa.”

A despeito da falta de provas, havendo controvérsias inclusive sobre a autoria do assassinato do capitão, uma vez que por questões de terra ele mantinha conflito com seu vizinho, conforme muitas testemunhas haviam declarado, que também poderia ser considerado suspeito. Houve vários relatos de testemunhas que assistiram o vizinho incitar rebeliões contra o capitão, dizendo-lhes: *“por que não dão um tiro em seu senhor?”*.

²⁹⁴ OLIVEIRA, Valdir – ELESBÃO, pg. 130. Edição do Autor, Campinas, São Paulo, 2016.

Como eram escravizados que estavam sendo julgados, o jurado não considerou os fatos sequer como dúvida ou atenuantes. Elesbão e Narciso foram sentenciados à morte. Condenados à forca, ambos fugiram da prisão na noite de 19 de março de 1832, sendo Narciso capturado a 24 de maio do mesmo ano e executado um ano depois, na cidade de São Paulo:

“Certifico que no dia de hoje, e pelas onze horas da manhã, para o meio dia, foi executado a pena de morte no Réo Narciso, sendo essa execução presidida pelo Doutor Manoel Dias de Toledo, Juiz presente (Sam Paulo, vinte e quatro de maio de mil oitocentos e trinta e três. O escrivão maro José Vieira”²⁹⁵

Elesbão só foi capturado em 20 de outubro de 1835, por capitães do mato, em terras de Dona Maria Joaquina de Araújo, na Vila de São Carlos, atual Campinas, sendo novamente julgado e novamente condenado à morte por enforcamento, para depois ser esquartejado, com as partes dos corpos dispostas em lugares públicos:

“Adendo a sentença acima declaro que depois do Réo soffrer a pena de morte cortar-se-ão as mãos e a cabeça esta será remetida para a Villa de Jundiahy, e ali colocada num poste e também em logar público, e aquellas serão igualmente espetadas n’esta Villa em um Poste, e também em lugar público. Era ut supra”²⁹⁶

A nove de dezembro de 1835 seria executada a sentença. O patíbulo foi erigido no Largo de Santa Cruz, cercado por comércio de tropa, prostíbulo, uma Capela primitiva e um rancho tropeiro. À época Campinas contava com 7.684 habitantes, dos quais 4.319 escravizados, além de 1.037 negros livres, foros ou mestiços, havendo apenas 2.328 brancos (30% da população total). Temendo alguma revolta contra a sentença, dado maioria de população escravizada e negros livres, a Câmara Municipal da cidade, então, *Villa de São Carlos*, liberou munição extra para os guardas da cadeia, com pólvora, chumbo e pedras. Não houve revolta. O cenário foi preparado conforme determinação do presidente da Câmara Municipal da *Villa de São Carlos*, tenente Antônio Rodrigues de Almeida:

“Para executar-se a sentença do preto Elesbão, são necessários os objectos seguintes – um facão com grossura e tamanho suficiente para desepar a cabeça e mão – um caixote para transportar a dita cabeça a Jundiahy, e sal competente para enterrar a mesma em o dito caixote – dois caibros de 25 palmos cada um, com um ferrão na ponta, para espetar as mãos – dois pretos com enxadas para conduzirem e enterrarem o corpo do dito Elesbão, visto este ser africano, e sem parentes, que possam requisitar o corpo. Assim mais pólvora e bala para o carregamento das

²⁹⁵ Certificado de execução da sentença, fl 90 do inquérito. *Apud* ELESBÃO, pg 140

²⁹⁶ *Apud* ELESBÃO, pg. 146

*armas de fogo que aparecerem no dia, visto que ignoro se á aqui e em poder de quem se acha*²⁹⁷

Um enforcamento sem o cumprimento das normas do Código de Processo Criminal da época, sem advogado para defesa do réu e sem levar em conta depoimento de dezenove testemunhas próximas do acontecido e que foram inconclusivas. Todavia, 35 pessoas que não presenciaram o assassinato nem estavam no local do enfrentamento quando ele aconteceu, testemunharam contra o réu. Bastaram as confissões da “gente de bem”, também algumas obtidas sob tortura. A sociedade queria uma punição espetaculosa, exemplar.

A nove de dezembro de 1835, a cidade de Campinas, parou para assistir ao cortejo macabro. Senhores de engenho, homens e mulheres brancos, e mestiços, e negros alforriados, e escravizados, e gente da roça, dos sertões das campinas, das vilas vizinhas. O cortejo partiu da Cadeia velha. À frente, as autoridades, o juiz de direito, o juiz executor da sentença, o promotor público, o juiz de órfãos. Atrás deles, o réu. Em seguida, o vigário, o sacristão e o carrasco. Os soldados da Guarda Nacional e seu comandante. A cavalaria. O povaréu ao fundo. Antes de seguir até o Largo da Forca foi realizada uma missa na matriz do Carmo, cumprindo o rito de bons cristãos. Após a missa, a condução pelas ruas da cidade até o local para o enforcamento. A rua do Sacramento, a Travessa do Picador, a rua do Commercio, a rua da Ponte e a subida pela ladeira de Santa Cruz até o Largo do mesmo nome. Do patíbulo, como últimas palavras, Elesbão declara-se inocente. Padre Anselmo faz as orações e bençãos ao réu. Era necessária uma morte exemplar. A corda é colocada no pescoço do escravizado que ousou se revoltar. Fim.

*“Certifico que no dia de hoje desde as dez horas da manhã até meio dia foi executado na forca a pena de morte e ahi decepada a cabeça e cortadas as duas mãos do preto Elesbão, sendo essa execução presidida pelo Juiz Municipal José Mendes Ferraz. Em fé do referido passo o presente. S. Carlos nove de dezembro de mil oitocentos e trinta e cinco anos. O escrivão Manoel Morato de Carvalho”*²⁹⁸

Como lenda, a memória foi sendo apagada e o fato desapareceu, tornou-se desmemória. Um negro, um escravizado que se rebelara havia recebido sentença à forca. Sem nome, sem história. Foi o que sobrou. Mas o Largo da Forca pairava no imaginário da cidade do oitocentos. Uma clareira na mata na saída da cidade, local de pernoite para

²⁹⁷ *Apud* ELESBÃO, pg. 154 – (lv. 140 – fls. 27v – período 1834/1842 – Atas da Câmara da Villa de São Carlos/ Lv 047 – fls 23)

²⁹⁸ *Apud* ELESBÃO, pg. 164

tropeiros e comboieiros de escravizados. Também lugar das festas, do Divino, Cavalhadas, Cateretê. Ponto de encontro de forasteiros, lavadeiras e gente que não merecia consideração, mulheres de má fama, meliantes, bêbados e africanos, conforme designavam os negros livres. O tempo passou e a lembrança do Largo da Forca foi sendo relegada ao esquecimento. Sabia-se que o patíbulo mantido ao centro do Largo fora inaugurado com o enforcamento de um escravo cabinda acusado de matar o seu patrão, não mais que isso. Após a execução de Elesbão houve outros enforcamentos, incontáveis, à espera de pesquisa, de algum vestígio a revelar seus nomes e histórias. Após o enforcamento, cabeças e mãos foram decepadas, cada qual enviada a um destino, a alguma encruzilhada em demonstração prolongada da horripilação. Sinais a atemorizarem a mente daqueles que pretendessem se revoltar.

Além da Forca, as condenações ao pelourinho e as chibatadas públicas. Cinquenta ao dia, era o prescrevia a lei. Condenados foram a cem, duzentas, quinhentas, até setecentas chibatadas. Dias sob açoite. Açoites a não aguentar mais. A decepção pela forca, o suplício no tronco, a condenação às galés, o trabalho forçado na cidade, o colar de ferro no pescoço, as gargalheiras. Por décadas e séculos, tudo isso foi sendo normalizado e aceito. Em Campinas e no Brasil. Suplícios e martírios cotidianos, incorporados à paisagem urbana e rural. Imagens tétricas, preparadas como espetáculo a mobilizarem medos e paixões.

Pesquisando um pouco mais. Há registros de execuções na forca em 1838, 1849, 1850, 1851, 1854... Até que a Forca foi transferida para o Riacho Grande, próximo ao Cemitério das Almas, pois sua presença tão próxima ao núcleo urbano começava a incomodar moradores mais piedosos. Foram décadas em que as pessoas da cidade miravam Forca. Moradores começaram a evitar o local, histórias surgiam sobre negros cabindas a beberem o sangue dos senhores. Mirando-se na Europa e Estados Unidos, alguns cidadãos mais bem informados, em busca de novos padrões civilizatórios, passaram a defender execuções em local privado, longe dos olhares. O prazer de punir perdia força relativa. Era necessário afastar os espectadores. E o Largo da Forca tornou-se maldito, voltando a ser designado por Largo de Santa Cruz. Designação que perdura até os dias atuais, sendo um Largo muito aprazível e arborizado, onde mães levam os filhos a brincar e velhos dão milho aos pombos.

Campinas, 10 de dezembro de 2016, dia mundial dos Direitos Humanos, 186 anos após o enforcamento de Elesbão. A região central da cidade foi ocupada por um coletivo com 150 artistas. Um cortejo teatral a expressar um manifesto ancestral.

O cortejo teatral “*Manifesto Ancestral: O Auto do Elesbão - A (IN)Justiça a Serviço da Elite*”, é fruto de metodologia desenvolvida pelo Ponto de Cultura NINA – Núcleo de Narradores e Agentes Culturais- para formação de jovens e adultos em teatro, produção cultural, iluminação e som, artes visuais, fotografia e audiovisual. Como principais referências, a Pedagogia Griô, criada por Lilian Pacheco e a filosofia Cultura Viva. Desde 2013 o Ponto de Cultura Nina ocupou e estabeleceu um processo de gestão compartilhada de um Barracão tombado pelo patrimônio histórico na Estação Ferroviária na cidade de Campinas. Mesma região da porteira da Capivara, do Túnel, do Museu da Cidade, da cidade dividida pelos trilhos, da Vila Industrial separada do Centro. Por essa ocupação a rede de Pontos de Cultura na cidade estava ganhando potência. Especificamente com a NINA, eles buscavam as narrativas silenciadas. Naquele ano de 2013 Marcelo Ricardo Ferreira, o Marcelo das Histórias, coordenador do Ponto de Cultura NINA, esteve em La Paz, Bolívia, e presenciou a potência do assalto poético, do cortejo teatral a avivar memórias no primeiro congresso latino-americano da Cultura Viva Comunitária. Quando saiu o livro do pesquisador Valdir Oliveira sobre a história do enforcamento do escravizado Elesbão, em 2016, eles propuseram um Auto Teatral a refazer o caminho da Forca.

Uma história em dormência a florir por meio de narrações, encenação, dança e música. O julgamento, condenação e execução do jovem escravizado ganhando as ruas da cidade. Memória adormecida que se fez viva ao puxar o fio da história do primeiro escravizado enforcado e decapitado na então Vila de São Carlos, abrindo uma série de enforcamentos públicos na cidade. Para tal, realizaram um curso livre de teatro, com 80 alunos com idade entre 14 e 60 anos. No curso decidiram levar adiante a encenação, como projeto da “*Usina Geradora e Estação Cultura*”, nome dado às ações desenvolvidas no barracão da ferrovia. Um Ponto de Cultura só se realiza na potência das redes, por isso não fizeram sozinhos, uniram-se aos demais Pontos de Cultura da cidade e grupos de cultura popular tradicional²⁹⁹. Arte cênica e performática a ativar a memória coletiva.

²⁹⁹ GRUPOS CULTURAIS PARTICIPANTES: Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Ponto de Cultura Caminhos, Casa de Cultura Tainã, Grupo Evolução de Teatro, Casa de Cultura Fazenda Roseira, Ponto de Cultura Sia Santa, Além da Lona, Urucungos, Puitas e Quijengues, Liga Independente das Escolas de Samba de Campinas, pesquisador Valdir Oliveira, Liga Metropolitana de Campinas de Capoeira, Bloco Berra Vaca, Tv Cidade Livre, Terreiro da Vó Benedita, Família Eclipse, Maracatucá, Coletivo Vai Jão, Pornorama, Socializando Saberes, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Coletivo de Comunicadores Populares, Rede de Museologia Social de Campinas, em Parceria com Laboratório de Produção Cultural da Estação Cultura e EMCEA e apoio da Prefeitura Municipal de Campinas. NÚCLEO CÊNICO: Formado por alunos de teatro do Laboratório de Produção Cultural da Estação Cultura, EMCEA e Rede Usina

Pela arte o público foi convidado a conhecer aquela história adormecida há quase dois séculos. Durante o cortejo, acompanhado pelo público, foram acontecendo intervenções artísticas com música e dança. Momentos de parada a trazer reflexões sobre temas atuais, fazendo paralelos temporais, como o extermínio da juventude negra e periférica, racismo, injustiças dos poderes de justiça, direitos humanos, exploração, desmemória. Como pano de fundo a história da cidade de Campinas em sua gênese, desde quando uma Forca para decapitar escravizados revoltosos passou a fazer parte do cotidiano da cidade. À época do enforcamento de Elesbão vigorava uma determinação do imperador Dom PEDRO II para que a instalação das “Forcas” fosse transitória, sendo erguidas dois dias antes do cumprimento da sentença e retiradas dois dias depois. Em Campinas, a Forca permaneceu ininterruptamente no Largo de Santa Cruz de 1835 até 1848, servindo a uma série de enforcamentos; daí o Largo ter ficado conhecido como Largo da Forca. Ela marcou o imaginário da cidade. Depois transferida para o Campo da Alegria, (atualmente, Praça Sílvia Simões Magro — Largo São Benedito). Infeliz ironia a designar um campo destinado a enforcamentos, permanecendo fixa por mais de uma década. Até que, numa noite, foi incendiada por parte da população, que se mobilizou em uma campanha para acabar com os enforcamentos na cidade:

“A presença da forca e da liturgia que cercava as execuções constituiu, ao longo do século XIX, uma nódoa na moderna imagem que a cidade procurava produzir de si. Só se pode entender a sua permanência pela força da codificação formal, de certa maneira pela maciça presença escrava [...] A sua permanência como escarmento e atemorização era contestada pelos que viam na forca, antes, a motivação de piedade, tendo até nesse sentido um efeito inverso, como vimos ao que se pretendia com sua ostensividade, que era o de causar pavor coletivo, cena para não se esquecer, para ficar gravada na retina e na memória, servindo de lição, impondo humilhação e sofrimento.”³⁰⁰

O objetivo do cortejo contemporâneo foi possibilitar que o público sentisse a experiência de estar dentro da história da cidade, vivenciando a memória social e envolvendo-se com a trilha composta por cantos e toques de tambores, permitindo que conhecessem de perto os fatos e personagens importantes que fizeram parte da história da cidade. Enredos de Escolas de Samba também cumprem esse papel, desvelando histórias

Geradora, com atores e atrizes convidados, com direção cênica de Carol Novaes, Everaldo Candido, Fernando Fubá, Marcelo das Histórias do Ponto de Cultura NINA e André Sun e Rafael D’ Alessandro do Damião e Cia de Teatro e produção do Ponto de Cultura NINA.

³⁰⁰ AMARAL LAPA, José Roberto – A CIDADE, os cantos e os antros, pg. 75 – EDUSP, 1996

adormecidas. Como resultado do curso de Teatro³⁰¹ as atividades tiveram como ponto de partida exercícios de escuta sensível, via memória transmitida pela oralidade, vivências na cultura tradicional regional e investigações sobre memórias silenciadas. Com isso fortaleceram a identidade comum e reestabelecendo vínculos com a ancestralidade dos participantes. No desenvolvimento das atividades foram realizando intercâmbios com Pontos de Cultura, contatos com rodas de Jongo, com Mestres Griôs convidados a transmitirem seus conhecimentos pela oralidade e cantorias. Intercalaram Oficinas de História com formação teatral crítica e dessilenciamento de memórias abafadas.

A memória em dormência é ativada por uma arqueologia sobre histórias desconhecidas, reconstruindo cenário a partir de fragmentos, de cacos da memória, lembranças abafadas, comparações com o presente, também com estudos de pesquisadores e historiadores de Campinas. Numa arqueologia em Pesquisa-Ação vai sendo anunciando aquilo que estava escondido, apagado. Mais uma história em anamnese. Do Auto de 2016, seguiram em atividade formativa-reflexiva-artística pelas ruas da cidade, cada vez com mais gente, até que esse exercício público de Filosofia da História teve que ter sido interrompido por conta da pandemia de Covid. Quem sabe um dia volte. E o cortejo vire tradição. Ou não. Tudo depende de como as pessoas absorverão a história em um tempo saturado de agonias.

De repente, sobre uma das mais áridas regiões do planeta, em que aparentemente não brota nada, na secura do Atacama, o céu se enche de nuvens e o aguaceiro de *La Niña* entranha nos sulcos da terra até encontrar as sementes. *Glórias-damanhã*, *pata de guanaco*, *astromélias* e *suspiros do campo*, florescem como uma paleta de cores, tornando o *Desierto florido*. Por mais que a colonialidade tenha pretendido bloquear a germinação das sementes das tradições ancestrais, essas permanecem em dormência, como no Atacama, norte do Chile, ou no Largo da Força, hoje de Santa Cruz, em Campinas. Na natureza existe a dormência das sementes, seja endógena, causada por um bloqueio no próprio embrião, seja exógena, provindo de fatores externos, o mesmo

³⁰¹ Realizado pela Escola Municipal de Cultura e Arte - EMCeA, Laboratório de Produção Cultural da Estação Cultural, Universidade das Culturas - UniCult e Rede Usina Geradora, o corpo docente desenvolve pesquisas ligadas à cultura popular tradicional, teatro de rua e a história da cidade de Campinas, composto por atores e pesquisadores formados pela Unicamp e Universidade das Culturas-UniCult, contadores de histórias, artistas e bonequeiros de destacados grupos de teatro e Pontos de Cultura de Campinas. O projeto implementou o Laboratório de Produção Cultural com uma metodologia integrando atividades e envolvendo seis frentes de trabalho (Gestão Compartilhada, Produção Colaborativa, Comunicação Colaborativa, Formação, Memória e Relações Interinstitucionais), a partir de uma rede composta por onze coletivos artísticos, a Usina Geradora de Cultura é uma rede formada por 11 coletivos artísticos.

acontece na cultura, com a dormência da memória. Uma memória em dormência é diferente da ideia da tradição em conserva, repetitiva, retirada de contexto e folclorizada. Uma memória entra em dormência como estratégia da recusa dos povos, quando os guardiões daquelas tradições se negam a sucumbir, mas cujas sementes precisam ser guardadas até que possam florir em momento mais propício, ou são simplesmente abandonadas. Até que despertam da modorra escapando de uma avalanche cultural que arremete tudo à sua frente, com violência, invadindo sentidos, penetrando nos poros até transformar uma forma de ser e de interpretar o mundo em outra coisa, submissa e miserável. A floração acontece como resposta a tudo isso. Estamos vivos, é o sussurro da memória adormecida. Um florir em meio à secura.

Por tão fortes os processos de dominação, as pessoas, as classes sociais e povos, podem sucumbir à avalanche cultural da colonialidade. Sucumbindo, se deixam cultivar pelo dominador, podem, inclusive, encontrar amparo no resgate de tradições próprias, agora entrecortadas, descontextualizadas, apegando-se a partes dos sentidos. O hino, a bandeira, determinados ritos, as cores nacionais, surgem para dar unidade em um mundo rendido, submisso, entreguista. O que se reproduz com isso não é cultura viva, é cultura morta, porque glorifica feitos que não libertaram, símbolos que não deram sentido ao estandarte, reproduzindo atos e palavras que perdem sentido. A cultura segue viva, mesmo em dormência, quando ela mantém o germe da vida, dos sentidos, mesmo que para essa preservação precise guardar-se, ou ser guardada. Quando ressurgir é tão linda quanto as flores do deserto do Atacama. A história da América Latina é repleta de ambos momentos. Mais do primeiro, das tradições submissas e em conserva, infelizmente, quando a cultura rendida e morta se esconde sob bravatas, fanfarronadas ou parlatices. Morta ou caricata, essa cultura um dia sucumbe, por covarde e deslocada. É vivaz a cultura que reapropria e reelabora as tradições, que cavouca fundo na alma ancestral e lá encontra sentido e razão para ultrapassar o senso comum, superando a ordem dominadora.

No contexto latino-americano a história em anamnese tem por objetivo buscar a força e os sentidos para a superação da colonialidade. O reencontro com as tradições como ação inventiva, cheia de sentido, presente no conjunto das resistências anticoloniais, decoloniais e de resistência à globalização uniformizadora, esférica. Pela colonialidade são anuladas as especificidades e diversidades, impondo um modelo único de ser, pensar, agir, produzir e consumir. Para se perpetuar ele recorre a um tradicionalismo restaurador, com orientação e posturas reacionárias, autoritárias e caricatas. Para superar essa mesma

colonialidade também é necessário se aproximar da tradição, mas para depurar sentidos e unir tradição com invenção até fazer surgir uma memória que é verbo. Não se trata de um objeto com um propósito de análise de algo que está em estado de repouso a depender de ativação externa, mas de um processo coletivo. Uma história em anamnese que, a partir da escuta sensível, da ausculta, consegue identificar os sintomas para chegar às causas e encontrar a cura. Anamnese enquanto movimento e transformação coletivos, fazendo com que aquilo que estava em aparente repouso, floresça. Quando vem a florada, após a dormência, a ideia prescinde do objeto para ser colocada em movimento, pois o verbo, quando lançado, já é. Uma história em anamnese é aquela que, ao inquirir de forma sensível, vai desescondendo os caminhos da memória até tirar do estágio de dormência aquilo que não se quis recordar.

12. *Colonialidade, racismo e patriarcado*

Nos países marcados pela herança colonial houve um processo sistemático de hierarquização e deslegitimação cultural, que anulou e deslegitimou os saberes dos povos dominados, aniquilando seus conhecimentos e modos de ser. Reencontrar essas epistemologias no tempo atual só é possível realizando uma viagem à semente, em que princípio e fim se confundem e se fundem. Nessas circunstâncias o resgate das tradições ganha sentido libertador, podendo levar à emancipação, pois promove um processo que possibilita a religação dos sentidos de comunidade, potenciando decisões coletivas e apontando para novas interpretações e rumos, nos mais diversos campos, seja social, econômico, político, cultural. Uma viagem à semente não procura retomar as tradições e reproduzi-las em um sistema de ordem e obediência, mas sim recompor a ideia de comunidade, estabelecendo vínculos e compromissos com o bem comum. Sem essa viagem, é o que defendo na tese, não será possível superar o pensamento dominante e o epistemicídio.

Aníbal Quijano, pensador peruano, falecido em 2018, formulou o conceito de “*colonialidade do poder*”, um conceito-chave para a compreensão dos processos de transformação social, cultural, econômica e política, nos países dominados pelo capitalismo colonial/moderno. A incapacidade de movimentos progressistas e de esquerda em compreender plenamente este fenômeno tem sido uma das razões para as inúmeras derrotas, recuos e retrocessos na luta por uma América Latina soberana e

emancipada. As tentativas de reforma social, econômica e política tem fracassado exatamente na mãe de todas as batalhas, a cultural. Ideias e sentimentos alheios, e impostos pela colonialidade, persistem em nossos corpos, havendo a necessidade de superá-las. Antes de internalizadas, formas subjetivas provém de ambiente externo, localizadas na dinâmica das relações sociais realmente existentes. Com isso a herança material e cultural da dominação e da colonialidade foi sendo absorvida pelos povos colonizados ao longo de gerações, até tornar-se imemorial, como se fosse própria.

Essa herança possibilita formas complexas e organizadas da consciência, que é introjetada na mentalidade dos povos dominados, produzindo uma disciplinarização dos corpos, do pensamento e das maneiras de ser. Por referirem-se a conceitos abstratos, à produção de sentidos, consciência, comportamentos e modos de ser e interpretar o mundo, o desafio da cultura e da superação da colonialidade tem sido evitado, por mal compreendido pelos que se pretendem reformistas ou reformadores, ou progressistas, ou revolucionários e de esquerda em sentido largo, nos mais diversos momentos das sociedades latino-americanas. Assim, a herança da colonialidade deixa profundas marcas nas relações sociais e na dinâmica desses países. Sem o enfrentamento a essas consequências não será possível superar o longo ciclo de subdesenvolvimento/dominação/subordinação que assola os países marcados pela subalternização. Para Quijano:

“A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão do poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.”³⁰²

Cultura diz respeito a uma linguagem historicamente determinada, é capilar, pulsante, como acepção forte é a concepção de mundo representada nas diversas capacidades do sujeito em interpretar a realidade à sua volta, acomodando-se ou

³⁰² QUIJANO, Aníbal – COLONIALIDADE DO PODER, eurocentrismo e América Latina in. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, pg. 117 – CLACSO, Buenos Aires, 2005

superando-a. É esse campo etéreo, contíguo à religião e costumes, que produz as maneiras de ser de um povo, combinando conformismo, estratégias de recusa, senso comum, imaginações, enredos, folclore, sentimentos... Esse conjunto contraditório redonda a cultura a um museu de fragmentos interpretativos, mais ou menos elaborados, que definem as identidades dos povos, classes sociais, indivíduos. A elaboração da concepção de mundo pode ser crítica e consciente, ou fruto de uma participação imposta “de fora”, é da tensão entre as diversas linguagens interpretativas do mundo que se estabelece o campo de batalha cultural, entre classes subalternas e dominantes, entre povos, entre colonizados e colonizadores, dominados e dominadores, imperialistas e imperializados. Essa batalha cultural produz uma internalização dos elementos sócio-históricos vivenciados a partir da dominação, em processo ativo de construção das subjetividades, havendo aqueles que absorvem a linguagem do dominador (a maioria) e aqueles que resistem (a minoria, quiçá um dia tornando-se nova maioria). Como toda cultura se faz no contato com pares sociais, até mesmo quando estamos sozinhos, nossa maneira interna de ser é formatada a partir de elementos externos em conflito, que foram internalizados em algum momento.

A despeito de a primeira independência nas Américas haver acontecido nos Estados Unidos da América, o mundo colonizado iniciou processos históricos de libertação nacional a partir da revolução dos escravizados do Haiti, desta para os territórios dominados por Espanha e Portugal, resultando nas independências, que nos tempos atuais completam seus bicentenários. Depois da Segunda Guerra Mundial os países colonizados da Ásia e África também realizaram seus processos de independência política. Todavia, na maior parte dos casos, as independências carecem incompletas, por ainda insuficiente o surgimento de uma Filosofia da Libertação, amparada em postulados próprios. Enrique Dussel, original pensador latino-americano, de origem argentina e vivendo no México, reflete que:

“Será necessário considerar aqueles momentos políticos, econômicos e culturais de libertação como o fim de um processo também filosófico, e o nascimento de uma filosofia que, juntamente com a práxis, justifica essa idade emancipação do colonialismo. Será necessário dar-lhe especial atenção na reconstrução histórica da filosofia do Sul (no singular ou plural: também “as filosofias” do Sul). Não é possível pensar em uma filosofia autônoma, criativa e livre, dentro do horizonte político, econômico e cultural opressor de uma comunidade colonial e subjugada, explorado, oprimido. Como Augusto Salazar Bondy indicou em 1969, no Peru neocolonial: uma filosofia autêntica é difícil no contexto dependente e colonial.

A situação pós-colonial (ainda que não isenta de colonialismos neoliberais, económicos ou geopolíticos, e epistemológicos) é a condição atual de possibilidade de uma libertação da filosofia colonial para iniciar uma nova etapa criativa. Isso é responsabilidade atual dos filósofos que pretendem pensar a realidade que os cerca (como fizeram os filósofos europeus modernos com sua realidade, ainda que metropolitana e colonialista), e não apenas comentar obras filosóficas das quais muito deve ser aprendido, mas deve-se levar em conta que eram a expressão de um pensamento de outra realidade. Confundir a realidade europeia ou norte-americana com a realidade sem mais delongas é uma falácia de desubiquidade [deslocalização].³⁰³

A perda do senso de lugar resulta na falácia que prende os povos submetidos ao não-lugar, quando a colonialidade toma o espaço e faz com que o pensamento alheio seja tomado por próprio, ocultando a originalidade distinta dos lugares submetidos à dominação. Isso impede o equilíbrio no diálogo, e até mesmo a apreensão plena de culturas outras, que poderiam/deveriam compartilhar conversas, mas que, ao serem impedidas resultam em um mundo fora do lugar. Não se adverte que a realidade do outro é distinta da própria, criando um deslocamento na percepção. Jamais alguém submetido à colonialidade do poder irá viver como europeu ou estadunidense, por mais que se espelhe nesse modelo, sendo sempre um deslocado. Isso produz um deslocamento existencial, resultando em seres colonizados apartados de sua alma ancestral, vultos da própria existência. Desprender-se do senso de lugar, desconhecer a história da própria identidade é autocondenar-se a jamais sair do labirinto da dominação e da exploração. Por mais que aconteçam tentativas de saída, elas sempre levarão ao mesmo lugar de dependência e subordinação.

A subjetividade, ao contrário do que o pensamento individualista eurocêntrico induz, não é algo que surge do interior do indivíduo de forma independente do ambiente social, há uma apropriação dos elementos sócio-históricos do lugar em que os indivíduos se localizam, lugar geográfico, social, afetivo. Desse modo a subjetividade só é possível aflorar plenamente quando em contato com pares sociais, incluindo o diverso. Pela cultura e a linguagem acontece a complexificação da subjetividade e a reorganização da consciência humana; entre todas as habilidades humanas a Arte é a que melhor possibilita essa complexificação e reorganização da consciência. Mário de Andrade encontrou no Barroco colonial mineiro a feição própria de um povo que estava a se fazer. O postigo e

³⁰³ DUSSEL, Enrique – FILOSOFIAS DEL SUR – descolonización y transmodernidade, pg. 92 Edicionesakal México, 2015 [tradução do autor]

a impostura presentes na arte sacra barroca em outras paragens do Brasil foi se desfazendo em meio ao mar de montanhas das *Minas Geraes*. Nascia um barroco dos trópicos como expressão universal; nas palavras dele, “*maravilha de proporção e de força*”, que fundiu estrutura e forma expressiva em original e perfeito equilíbrio. Sobre o genial artista Aleijadinho, Antônio Francisco Lisboa, brasileiro mestiço dos interiores de Minas, o poeta Mário de Andrade, igualmente mestiço, conclui enfático:

“O Aleijadinho é o único artista brasileiro que eu considero genial, em toda eficácia do termo [...] um mesquinho, que atravessou toda uma vida insulado na dor de ser feio e repelente, buscando dia a dia na sua bíblia a consoladora recompensa de se ver amado por um Deus, procurando na afeição de seu escravo Maurício, como um Camões da escultura, um eco das amizades que lhe recusara o mundo, sem meios para viagem de estudos ao Rio ou à Bahia somente, na sujeição constante das formas que vencida tirando da pedra ou da madeira, os seus santos ou os seus anjos, esse mesquinho considero-o eu um mesquinho genial.”³⁰⁴

Em Aleijadinho, Mário de Andrade encontrou uma síntese da subjetividade do Ser colonial brasileiro, mesquinho e genial, buscando ser reconhecido pelo colonizador, “*eco das amizades que lhe recusara o mundo*”, contraditório e insulado na dor que encontra beleza. A apropriação dos elementos sócio-históricos é um processo ativo e nenhuma sociedade é recipiente a ser preenchido pela realidade externa, de modo que a internalização também ocorre no processo histórico-coletivo, havendo uma conversão do externo em elemento interno. Tal qual o Barroco das *Minas Geraes* da colônia colonial, tal qual a arte sacra *cusqueña*, tal qual as vanguardas artísticas latino-americanas, há muitos hibridismos. A despeito disso, sob o marco da colonialidade do poder, nos mantemos presos à herança e ao modo operativo da conquista e dominação inicial, por enraizados em nossos corpos e modos de sentir.

A América Latina foi a primeira periferia da modernidade, espaço “livre” para fidalgos sem herança, para os pobres e aventureiros dos países coloniais. Os sem herança, os sem-terra e sem-posses na Europa, puderam se tornar os colonizadores, os captores dos *negros da terra* (indígenas), os bandeirantes, os garimpeiros, os mercadores e escravagistas, os agentes públicos e privados da exploração e espoliação. Gabriel Garcia-Márquez conta essa história em um conto fantástico: “*A incrível e triste história de Cândida Erêndira e sua avó desalmada*”, ou simplesmente, América. Quem seria *Erêndira*, a jovem bastarda na formosura de seus quatorze anos? “*Ia correndo contra o*

³⁰⁴ ANDRADE, Mário de – A ARTE RELIGIOSA NO BRASIL, in. Revista do Brasil, n. 54 junho de 1920, pg. 105 (Arquivo IEB/USP)

vento, mais veloz que um veado, e nenhuma voz deste mundo podia detê-la” Mas antes, “...enquanto a avó navegava pelo lamaçal do passado, Erêndira se ocupou com varrer a casa, que era escura e pintada sem arte ... Estava longe de tudo, na alma do deserto, junto a um acampamento de ruas miseráveis e abrasadas, onde os cabritos se suicidavam de desolação quando soprava o vento da desgraça”. Como compreender aquele refúgio incompreensível? “Construído pelo marido da avó, um contrabandista lendário que se chamava Amadís, com quem teve um filho, que também se chamava Amadís, e que foi pai de Erêndira. Ninguém conheceu as origens nem as causas desse isolamento”. Sabe-se que a mãe de Erêndira foi tirada de um prostíbulo das Antilhas e que os Amadís morreram, um de febre de melancolia e outro todo furado. A avó enterrou os cadáveres no pátio e continuou seus sonhos de grandeza “...na penumbra da casa furtiva, graças ao sacrifício da neta bastarda que criara desde o nascimento”³⁰⁵.

Nesse continente chamado Solidão foi acontecendo um entrelaçamento entre as diversas linguagens do mundo. *Criollo*, mestiço, bonito e feio, acolhedor e expulsor, hierárquico, violento, submisso, resistente e insurgente. Nessa mescla não há uma linguagem pura, “limpa”, clássica, pois no foi processo de repasse e imposição de cultura que a cultura foi se “sujando”, se misturando em colorações híbridas, fazendo surgir linguagens periféricas. Ao mesmo tempo “do lugar” e “fora do lugar”. A emancipação decolonial reside na capacidade dos sujeitos em depurarem o senso comum, produzindo um desprendimento que resulta em uma sociogênese corpo-política a partir da enunciação, tornada sujeito coletivo. “*Quem sou eu, afinal?*”, conforme Fanon.

A dominação colonial não afeta apenas os inferiorizados e desumanizados, ela bestializa a inferiorização e encarna a humanidade quando o supremacismo justifica as atrocidades e os horrores cometidos contra os povos ditos “inferiores”. O Brasil de 2023, enquanto escrevo essas linhas, acompanha bestificado o holocausto e extermínio do povo yanomami, tudo por conta das ganâncias com o garimpo do ouro, em algo naturalizado, inclusive entre a gente pobre e mestiça, indígena ou negra, que tenta a vida no garimpo que a tudo destrói e corrompe; evidentemente enriquecendo apenas alguns poucos. A inferiorização dos subalternos faz com que esses passem a identificar seus saberes e modos de vida como inferiores, pois se sustenta na produção de subjetividades alheias ao lugar. Como elemento de desobediência, o corpo-político habitando o mundo

³⁰⁵ García Márquez, Gabriel – Trechos de *A incrível e triste história de Cândida Erêndira e sua avó desalmada* – Editora Record

fronteiriço, necessita alcançar o senso crítico sobre a realidade e desta forma conceber o mundo não mais “em si”, mas “para si”. Essa elaboração mental pressupõe incorporar o hibridismo e a mestiçagem, o múltiplo e pluriverso, como elementos de emancipação, sem que se perca o senso de lugar. Mestiços e diversos porque os sujeitos subalternos das Américas já nasceram nessa condição híbrida.

Colonialidade é a dimensão simbólica do colonialismo, e do imperialismo, e do neoliberalismo. Pela colonialidade são mantidas relações de poder e submissão. A subalternidade e sujeição se referem à naturalização das relações de poder, de conhecimento, de gênero, de cultura, de marcadores sociais e raciais, é o poder exercido no ambiente ideal, daí o panóptico, porque naturalizado, internalizado. A colonialidade subalterniza nações, sociedades, grupos e indivíduos, desfaz conhecimentos, sobretudo os ancestrais e periféricos, havendo uma uniformização do sistema-mundo. São muitas as formas de dominação, que se alternam e se adaptam com o tempo, inclusive admitindo a representatividade, desde que a estrutura de dominação não seja questionada. Para além de uma lógica da dominação, há uma estética da colonialidade que permite a perpetuação do poder, tanto que sobreviveu ao colonialismo.

A conquista a América estabeleceu um novo padrão de poder global, devendo ser percebida como a primeira identidade da modernidade. Para eficácia na dominação do novo continente foi necessário estabelecer esse novo padrão de poder, constitutivo, fundacional, que é a ideia de diferenciação dos povos em raça. Ao classificar e separar os seres humanos em raças diferenciadas a classe dominante europeia criou o racismo. Com a invenção das Américas, inventa-se também a palavra Raça. Raça é palavra historicamente datada, usada para a classificação entre seres humanos coincide com o colonialismo. Conforme Raymond Williams:

“Race [raça] entrou no inglês no século XVI, *race*, do francês, e *razza*, do italiano. Suas origens anteriores são desconhecidas [grifo do autor]. Nos primeiros usos tem uma gama de significados: (i) progênie, no sentido de uma linha de descendência – “a raça e a estirpe de Abraão” (1570) – como nos usos anteriores de “sangue” e o sinônimo de “cepa” [stock], assim utilizados desde o século XIV, na metáfora ampliada a partir de *stoc*, do inglês antigo (tronco ou talo); (ii) uma classe ou espécie de plantas (1596) ou animais (1605); uma classificação geral, como em “a raça humana”(1580); (iv) um grupo de seres humanos como extensão e projeção do

sentido (i), porém com efeitos do sentido (ii) – “o último Príncipe de Gales da raça britânica”(1600).”³⁰⁶

Encontra-se etimologia semelhante em diversos dicionários e estudos. No dicionário HOUAISS:

“ETIM it. *Razza* (S. XV), conjunto de indivíduos de uma espécie animal ou vegetal com características constantes e transmitidas aos descendentes [...] no S. XX foi levantada a hipótese de o vocábulo ter origem no francês antigo *haraz* (s. XII), estabelecimento destinado à reprodução de cavalos.”

Sem racismo a empreitada colonial não teria êxito, muito menos o capitalismo. O racismo é filho do colonialismo e pai do capitalismo. Até o século XVI, nos diversos idiomas europeus, inexistia a palavra raça, menos ainda como termo para diferenciação entre seres humanos e projeção de sentido. O conceito de raça para designação de diferenças na espécie humana foi projeto e condição do colonialismo, essa localização histórica é necessária porque o racismo, como comportamento decorrente, está intrinsecamente vinculado a um projeto que compreende a desumanização do Outro, como o ser colonizável, ou a ser destruído e vilipendiado. Racismo não é um comportamento “natural” de preconceito e diferenciação, há uma historicidade. A partir do século XVIII a antropologia física começa a classificar grupos diferenciais entre os humanos, em grande parte pela medição de crânios (os caucasianos, os mongóis, os malaios, etíopes e indígenas) e pela marcação da pele (branca, amarela, marrom, negra e vermelha). Do século XVI até início do XIX o racismo prevaleceu como uma forma de desumanização dos povos subjugados, como uma justificativa moral para a violência econômica que se impunha sobre corpos e almas violentadas, expropriando territórios e escravizando gente. A partir do século XIX o racismo, como preconceito social e político, para além do econômico, passa a ser sistematizado de uma forma mais “científica”. No ensaio “*Essai sur l’inégalité des races humaines*” (1853), de Gobineau, é apresentado o conceito de raça ariana, em referência ao tronco linguístico indo-europeu, utilizando a palavra em sânscrito *aryan* – nobre. Segundo o ensaio a mestiçagem levaria à degenerescência física e intelectual.

Pequeno parêntesis. Interessante ressaltar que Gobineau era filho de uma mestiça antilhana, casada com um oficial militar conservador e defensor da monarquia. Da mesma forma que os defensores da “raça” ariana vieram a renegar o tronco de sua

³⁰⁶ WILLIAMS, Raymond – Palavras-Chave, um vocabulário de cultura e sociedade, pg. 332. Boitempo Editorial, 2007.

“raça”, que tem por raiz o território entre os rios Indo e Ganges, habitado pelos atuais indianos e paquistaneses, considerados inferiores pelos autodenominados herdeiros dos arianos. Como se um galho pudesse existir sem o tronco, e o tronco sem a raiz. O mesmo livro também justifica propostas para a eugenia, criando uma identidade lógica entre eugenia, raça e racismo, conforme aplicado na primeira metade do século XX. A ideia da raça superior ariana, como se sabe, foi chave para a ideologia nazista, mas não só essa. Fecho parêntesis.

O poder eurocêntrico, para prevalecer, teve que desumanizar os povos conquistados: os indígenas na América, os negros na África, os mestiços, mamelucos e crioulos no Novo Mundo; também os povos asiáticos e mesmo no mundo europeu, como os eslavos (de onde deriva a palavra escravo) e irlandeses, ou aborígenes na Oceania - para objeto deste texto concentro o foco na América Latina, mas necessária a menção. Posteriormente também o ódio e preconceito contra imigrantes de todos os lugares, os deserdados do mundo, os caboclos e os pobres e retirantes em cada país. Nos tempos atuais revelado pelos preconceitos, racismo e xenofobia, contra migrantes pobres do nordeste do Brasil, contra islâmicos na Europa, contra venezuelanos em demais países da América do Sul, etc.

A acumulação primitiva do Capital é resultado do esbulho do acesso à terra por parte camponeses pobres na Europa, da pilhagem da América, da escravização dos africanos, e das diversas formas trabalho não pago ou super explorado, seja dos indígenas, das mulheres e dos proletários despossuídos, dos oprimidos, seja em qual parte do mundo e dos povos. Os capitais acumulados com a super exploração dos povos -e da natureza-, seja por extermínio direto, como aconteceu contra os povos ameríndios, seja pelo holocausto da escravização dos africanos, sustentaram a revolução industrial do século XVIII, a concentração do capital financeiro e o poderio militar das grandes potências europeias e posteriormente dos Estados Unidos da América, também no Japão, contra outros povos asiáticos. Em O Capital, Karl Marx é textual:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um mercado para caça comercial às peles negras, marcam a aurora da era de produção capitalista."

Os teares de Manchester não urdiriam tecidos sem que as mãos negras no sul das colônias britânicas na América tivessem realizado a colheita do algodão. O Mercado de Capitais de Amsterdã inexistiria não fossem os engenhos de moer carne negra na

América portuguesa ou no Caribe. A prata pura da montanha que *“troveja, rebenta e explode”* fez com que o imperador Carlos V de Espanha outorgasse a Potosí o título de Vila Imperial; no escudo de armas ele afirmava: *“Sou o Rico de Potosí, do mundo sou o tesouro, sou o rei das montanhas e a inveja dos reis”*³⁰⁷. Não existiria Acumulação Primitiva do Capital sem racismo.

Concomitante ao colonialismo e o racismo, as classes dominantes europeias impuseram o controle do trabalho, explorando e espoliando os pobres em seus países e maximizando a pilhagem contra os povos colonizados ou sob o jugo do imperialismo. A convergência dessas duas formas de dominação, colonialismo/racismo e controle do trabalho/espoliação, marcaram e marcam o mundo nos últimos cinco séculos. Atravessando essas duas formas de exploração e opressão, a colonialidade do poder como legado e herança da colonização, impondo a cultura e o modo de pensar ocidental dominante, suas formas de representação e concepção do mundo, como parte de um processo em que o eurocentrismo se apresenta em sentido universalizante. Sem desatar essa ingresia de cinco séculos de dominação não haverá emancipação possível, nem para os povos dos países dominados, nem para os povos nos países que concentram o mando da dominação.

A dominação foi estabelecida por um pacto entre a deslegitimação e desumanização de povos, hierarquizando culturas e saberes, e a disciplinarização e exploração do trabalho. Os lugares e papéis sociais foram estabelecidos sob essa marca, incluindo classificação fenotípica, diferenciação entre os dominados e oprimidos, com distinção entre eles: os mestiços, mamelucos, crioulos, aborígenes cristianizados. As relações de subalternização e dominação foram definidas por procedimentos classificatórios, consolidando a distinção entre inferiores e superiores. A partir do colonialismo, do racismo, da disciplinarização do trabalho e procedimentos classificatórios decorrentes, foi surgindo uma nova ordem no mundo, em que a colonialidade do poder consolida o capitalismo em dimensão global. A colonização cultural e a colonialidade do poder marcam estruturalmente os países dominados.

As formas de resistência, ou sobrevivência, foram mantidas a partir dos vínculos com a ancestralidade, repassados e entregues pelas tradições, sejam de convívio social, de relações com a natureza, religiosas e em sincretismo. Também econômicas,

³⁰⁷ Apud in GALEANO Eduardo - AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA, pg 42 – LPM Pocket, 2010

com relações de troca não pautadas pelo mercado, como a economia da reciprocidade, a economia da dádiva nas festas populares, o escambo, ou mutirões para trabalho coletivo, *motirô* em tupi. Clóvis Moura identifica particularidades no racismo brasileiro que merecem melhor compreensão. Em relação aos povos indígenas houve a fase genocídica de ocupação da terra e destruição de seus membros, depois a fase da evangelização e catequese, destruindo religiões nativas e impondo a religião do colonizador, que resultou em um bloco ideológico/religioso de Poder sobre os nativos. No passo seguinte, a ocupação lenta e constante desses povos, ilhando-os. Mas essa dominação não impediu que os remanescentes dos povos indígenas seguissem com sua identidade e territorialidade, mesmo que açoitados e vítimas de genocídio e usurpação de terras. A manutenção da consciência étnica possibilitou que mantivessem uma identidade que, no momento seguinte, dinamizaria o processo de resistência pelos seus direitos a partir da memória ancestral coletiva, que permaneceu. Com o Negro, segundo Clóvis Moura, a situação foi diferente:

“O racismo tem outra tática com ele. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito. Trazido como escravo, tiraram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isso, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade.”³⁰⁸

Uma ação antirracista em uma perspectiva decolonial, passa, necessariamente, por uma anamnese social a partir da descrição empática, passo a passo, desse processo de desenraizamento, desterritorialização e desvinculação, retomando o fio da ancestralidade. De reto, providência a ser adotada com todos os povos e grupos sociais. Mas em relação à ancestralidade da negritude, que se faz amefricana, conforme Lélia Gonzalez, é ainda mais essencial para uma efetiva política antirracista, que tem que ser prática cotidiana. Sílvio Almeida, na obra “Racismo estrutural”, demonstra que embora o racismo se expresse na dimensão comportamental/individual, a sua sustentação se mantém por arraigada nas estruturas de poder e de acumulação do Capital. Processos de emancipação e superação do racismo só serão eficazes se combinarem resgate do fio da

³⁰⁸ MOURA, Clóvis – DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO, pg. 219 – Editora Anita Garibaldi, 2014

ancestralidade com a compreensão e desmonte das dinâmicas e estruturas que sustentam o racismo. De acordo com Dennis de Oliveira:

“O racismo presente na matriz colonial de poder é um *arranjo institucional* do capitalismo dependente que, por sua vez, se assenta sobre as transferências desiguais de valor e a superexploração do trabalho. Ambas características se realizam sustentadas no racismo -os países dependentes são aqueles cujas populações são, na sua maioria, *não brancos* e, internamente, a superexploração do trabalho, que em última instância é o aviltamento da vida do trabalhador, ocorre prioritariamente junto a trabalhadores negros e negras”³⁰⁹

O fenômeno da colonialidade, por presente no processo cultural, educativo e religioso, reflete na negação dos conhecimentos próprios dos povos dominados, na baixa autoestima, aniquilamento de processos de alteridade, desejo de ser o que não é, desintegração de laços de solidariedade, aturdimento, submissão consentida. Essas imposições de apagamento, no entanto, se revelaram incapazes de eliminar as sementes guardadas no fundo da alma dos dominados, e florescem, com maior ou menor incidência, em todos os lugares, países, povos e comunidades. Florescendo, encorajam e entusiasмам aqueles que percebem a germinação da semente a fazer brotar novas formas de luta e resistência. Puxando o fio das tradições e da ancestralidade, realizando a viagem à semente, se desata o nó da colonialidade, do racismo e do patriarcado.

Houve lugares em que mulheres e homens tinham o mesmo papel social, sem dominação de um sexo sobre o outro, isso existiu em muitos cantos do planeta. *Çatal Hüyük*, uma cidade construída em forma de colmeia. Não havia ruas, nem praças, nem palácios, nem distinção entre os moradores, as pessoas entravam nas casas pelo telhado, descendo por uma escada, todas muito semelhantes em tamanho e formato, lembrando uma colmeia. Conforme estudos arqueológicos, homens e mulheres eram enterrados com honras equivalentes, nas casas, uma grande quantidade de santuários, pinturas, estátuas e ornamentos, também desenhos e pinturas de touros e carneiros, tapetes de junco, tecidos, recipientes de madeira, objetos feitos de obsidiana, revelando riqueza considerável e complexidade na economia. Entre as imagens, muitas mulheres em ação, cenas de parto, desenhos de seios emoldurando as pinturas, mulheres participando de rituais e caçadas, leopardos (representando a caça) e abutres (representando a morte).

³⁰⁹ OLIVEIRA, Dennis de – RACISMO ESTRUTURAL – uma perspectiva histórico-crítica, pg. 193 – DANDARA Editora, 2021

Muitas esculturas e imagens de deusas. Rodeando as deusas, grãos de alimentos, verduras e flores, em expressão da abundância. Também pinturas e desenhos de homens e mulheres se abraçando, em cenas de carícia. E nenhuma imagem de deuses homens. *Çatal Hüyük* uma cidade de 8 mil anos atrás, situada na região da Anatólia, na atual Turquia. Do outro lado do mundo, na Serra da Capivara, no Piauí, o mais antigo registro de assentamento humano na América do Sul, também há imagens de homens e mulheres se beijando, caçadas, festejos. E nenhuma cena a demonstrar relação de subordinação ou opressão dos homens sobre as mulheres.

Se nos primórdios havia uma relação de igualdade e equilíbrio entre homens e mulheres, como foi possível o estabelecimento do patriarcado? A dominância masculina também tem uma historicidade. Primeiro é necessário abandonar as explicações de causa única, pois o patriarcado não é eterno, imutável, a-histórico. Uma anamnese social para ser profunda e verdadeira, deve recompor o papel social das mulheres nos processos históricos, possibilitando que essa descoberta se realize em diálogo com os homens, uma vez que o patriarcado foi a primeira das opressões. Pela lógica da dominação masculina surgiu a ideia de posse e dominação, dos homens sobre as mulheres, dos homens sobre os outros homens, dos humanos sobre os demais seres da natureza. Sexo é uma determinação biológica, mas gênero é uma construção social e nem sempre sexo e gênero se combinam e são compatíveis em um mesmo corpo. Por isso é preciso entender como se deu essa construção social. Mais uma vez, a história pode nos explicar como tudo começou.

Como resultado do prolongado e frágil processo de crescimento da criança humana, a primeira relação entre pares foi entre mãe e filho. Diferente de outros animais, crianças humanas não nascem prontas para a locomoção ou busca de alimentos, sequer podem se agarrar às mães como os macaquinhos, pois os dedos das mãos e pés não são flexíveis, não tem garras. Frágeis e imaturas, com a cabeça menor (para facilitar a passagem pelo canal vaginal), crianças requerem cuidado por muito tempo. Daí a adoração da Deusa-Mãe e a inexistência de deuses masculinos no período neolítico, em uma época em que a expectativa de vida mal ultrapassava 30 anos. Da condição materna dependia a sobrevivência dos grupos humanos.

Ser mãe foi a primeira divisão social do trabalho. Não foram diferenças de força ou resistência que impuseram essa divisão de funções, quando homens saiam para longas caçadas e às mulheres e crianças cabia a coleta de alimentos e a caça de pequenas presas, mais próximas à habitação, mas às diferenças reprodutivas e da capacidade de

amamentação. Como os homens permaneciam afastados do grupo por tempo, as faculdades humanas, a formação do pensamento, do caráter e da identidade dos indivíduos, se deu na relação entre Mãe e Filhos, promovendo uma interação humanizadora. Simone de Beauvoir especulou que essa divisão inicial do trabalho está na origem da desigualdade entre sexos. Por essa divisão, à mulher coube o trabalho repetitivo e sem fim, que hoje definimos como a economia do cuidado (com a casa, a prole, os idosos e os mais frágeis no núcleo familiar), mais relacionada à imanência, à interioridade, enquanto os homens eram estimulados os exercícios da bravura, das longas caçadas, do ir além. Mas há interpretações diferentes.

Elise Boulding, a partir de diversos estudos antropológicos, percebeu que havia um compartilhamento igualitário do trabalho, em que cada sexo desenvolvia suas habilidades conforme a necessidade de sobrevivência do grupo. A coleta de raízes, frutos, castanhas e demais alimentos, mais atribuída às mulheres, exigiu conhecimentos aprofundados de ecologia, propriedades alimentícias e medicinais das plantas. Sob o neolítico as mulheres eram as guardiãs do fogo, as inventoras de recipientes de argila, palha e tecido, cabia às mulheres a guarda dos alimentos para os tempos de escassez, os segredos da química das plantas, transformando-as em tinturas, fios, medicamentos. Conhecimentos fundamentais para a continuidade do grupo, mantidos pelas mulheres, sem elas, os grupos humanos, ainda frágeis, poderiam desaparecer. Cultuavam-se as Deusas e eram as sacerdotisas que criavam histórias, rituais, música, dança e poesia. Com uma vida dedicada à arqueologia sobre os primeiros ajuntamentos humanos nas Américas, Niede Guidon, lançou a pergunta: *“se aos homens cabia viajar para longe das cavernas, em longas caçadas, quem contaria as histórias através das pinturas rupestres?”*. Eram elas. Como também eram as mulheres que garantiam o alimento, uma vez que estudos da composição da subsistência humana à época demonstram que 80% da alimentação dos primeiros grupos sociais era suprida pela coleta (atribuição feminina) e apenas 20% pela caça de grandes animais (atribuição masculina). Pela maior parte da aventura humana, a organização social e a mobilidade foram determinadas pelo movimento das mulheres, assim como ferramentas foram confeccionadas em comum e a definição de lugares para acampamento e morada. Quando, então teria ocorrido a mudança, e o patriarcado se fez prevalecer?

No Gênesis, a mulher nasce do corpo do homem e a expulsão do Paraíso ocorre por culpa de Eva. Essa expulsão significou o fim da vida coletora-caçadora. Desde então o trabalho seria árduo, assentado na agricultura e na criação dos animais. O fim da

vida selvagem, conforme aponta a psicanalista mexicana Clarissa Pinkola Estés, em “*Mulheres que correm com os lobos*”, marcou esse momento, que é também o de afastamento em relação à Mãe Natureza. O patriarcado foi e segue sendo um golpe contra a Natureza e se estabelece na origem do período da virada entre o mundo selvagem/natural para o mundo agrícola/civilizado. Assim como na Bíblia, na Grécia de Homero, a passagem do mundo da terra inculta, não domesticada, associada ao feminino, é também suplantado pelo mundo dos homens, expresso na passagem em que as sereias, ao cantar, tentam impedir Odisseu de seguir navegando para a civilização. A partir de então, a mulher, e a imensa maioria dos homens, e os demais seres do planeta, foram submetidas à exploração sem limites.

A raiz do patriarcado está na propriedade privada sobre a terra, sobre as mulheres, sobre a prole e os outros homens; a posse sobre as vilas e cidades, sobre os reinos. Posse e propriedade sobre tudo. O que está no solo e abaixo dele. Sobre o ar e as águas, sobre os bosques e os animais, sobre as máquinas e sobre as gentes. A propriedade sobre o passado a comandar o futuro. Novamente: “Patrimônio”, do latim *Patri*, pai, a herança do pai; *patri*, patriarcado, patrimônio.

A Propriedade como fim, como forma de acumulação e afirmação de poder, como meio de exploração e controle. Aquilo que é fecundo, que dá vida, atributos femininos, passou a ser invejado, ambicionado e expropriado de seu sentido vital, para que fosse abafado, secundarizado e controlado. Retomar o equilíbrio e a equidade nas relações entre mulheres e homens é chave para uma vida emancipada e verdadeiramente livre, para homens e mulheres. Somente com o fim do patriarcado será possível retomar a relação humano-natureza, só assim reconheceremos que a Terra é Mãe, Mulher, Pachamama, Gaia, Nossa Senhora, mãe acolhedora e dadivosa. A cultura só será viva com o fim do patriarcado.

Colonialidade, racismo e patriarcado devem ser encaminhados como luta comum. Mas o tempo está se esgotando. Por isso a Revolução feminista se reveste de ainda maior relevância, porque não é uma revolução sexista, das mulheres contra os homens, mas uma revolução pela igualdade, pela emancipação humana e o reencontro dos humanos com os seus sentidos mais profundos. O mundo das ganâncias desmedidas tem que acabar antes que se volte contra todos, todas e todes. Acabar com o patriarcado tem o sentido de libertar a humanidade e o planeta. Em minhas centenas de viagens pelos Pontos de Cultura do Brasil e da América Latina, o que mais vi foram Pontos cuidados

por mulheres, ou por casais, muitos casais, ombreados. Esses, os mais fecundos e potentes.

Quando em viagem ao Chile, em 2022, participei de um encontro com Pontos de Cultura na cidade de Chanco, região de Maule. Havia aproximadamente cem pessoas, em sua maioria mulheres de áreas rurais ou pequenos municípios. Todas e todos em roda, sem hierarquia na fala. Escutando as intervenções eu esticava os olhos para ver um livro nas mãos de uma jovem sentada no chão: “*Hacia una pedagogía feminista – géneros y educación popular*”. Percebendo meu interesse, Dani, assim ela assinou na dedicatória, me regalou o livro. Debates como o abaixo seguem por aí, entre *pueblos* e vilarejos desta vasta parte do mundo que veio a ser chamada América:

“O ‘novo mundo’ com o qual sonhávamos era mirado a partir de múltiplos espelhos “realmente existentes”, nos quais muitos reflexos da alienação que criticávamos permaneciam. Muitos “homens velhos” dirigindo nossos destinos com muitos traços da cultura patriarcal. As experiências que foram nomeadas como socialistas, ou os processos de libertação nacional, não colocaram em sua complexidade a batalha cultural contra o patriarcado. A ‘libertação das mulheres’ traduziu-se nessas sociedades na conquista de direitos que permitiram um acesso mais igualitário ao trabalho, à educação, à saúde; o cuidado de filhos e filhas por conta do Estado – em algumas ocasiões – e outras conquistas relevantes, mas que não foram suficientes para questionar completamente os mandatos construídos por milênios por uma visão androcêntrica do mundo.

Pensar e tratar de criar uma “nova mulher” implica em um profundo questionamento do casamento de conveniência entre capitalismo e patriarcado. Apesar desses limites, vale a pena colocar o que foi conquistado nesses esforços, a percepção de que as revoluções não requerem apenas grandes teorias para serem realizadas, mas nos desafiam a criar pessoas livres, que combinam atos e palavras, teorias e práticas, ideias e valores opostos àqueles que reproduzem a dominação. Pessoas livres e coletivos livres, não agrupados pelo medo, não unidos pelo espanto ou por mecanismos coercitivos de controle. Pessoas e coletivos entramados na cumplicidade e na vontade de escrever solidariamente uma nova maneira de estar no mundo.”³¹⁰

Sem a compreensão da necessidade de superar o patriarcado, o racismo e a colonialidade, a semente da Cultura Viva jamais irá aflorar em toda sua força e beleza. A Cultura Viva irá se abrir em flor como resultado da despatriarcalização nas relações entre gêneros, todos os gêneros, quando antirracista e decolonial, nesse momento, o especismo

³¹⁰ KOROL, Claudia – “LA EDUCACIÓN COMO PRÁCTICA DE LA LIBERDAD – nuevas lecturas posibles” in. HACIA UNA PEDAGOGIA FEMINISTA – géneros y educación popular, pg. 13 – Editorial El Colectivo, Buenos Aires, 2007 [tradução do autor] – Claudia Korol é coordenadora da equipe de educação popular *Pañuelos em Rebelia* [traduzo como Lenços em Rebelia]

e a coisificação também serão deixados para trás. Só assim brotará um mundo de seres emancipados e verdadeiramente livres.

Entre as epistemologias dos povos de raiz, ou do Sul Global, há diversas filosofias e cosmovisões constitutivas para um pensamento decolonial. O *Teko Porã* dos Guarani, ou *Sumak Kawsai* dos Quéchuas, presentes em praticamente todas as culturas ancestrais ameríndias, a partir do conceito do Bem Viver, assim como os princípios do *Ubuntu* e *Sankofa*, de origem africana. Filosofias que precisam ser reconhecidas na profundidade e na universalidade de seus pensamentos, não como cosmologia e cosmogonia em aplicação restrita aos seus povos, mas como valores filosóficos para o planeta, no mesmo padrão que pensamentos e filosofias canonizados pelo eurocentrismo.

O Bem Viver é uma alternativa à ideia ocidental de desenvolvimento, uma filosofia biocêntrica, que supera o especismo antropocêntrico. O “*modo bom de viver na casa*”, conforme os Guarani. A vida em equilíbrio, a harmonia do indivíduo com ele mesmo, do indivíduo com a comunidade, e da comunidade humana com a coletividade da vida, o *Viver Saboroso* dos povos afrodescendentes na costa do pacífico na Colômbia, ou o *Viver Bem* (*Suma Kamaña*, dos aimará, no altiplano andino). Não são cosmovisões exóticas, nem tradições perdidas no passado, são práxis contemporâneas, exercitadas milenarmente, que seguem pelo tempo presente. O Bem Viver é uma alternativa para o futuro da humanidade, é uma alternativa à própria ideia de desenvolvimento³¹¹, inclusive. Bem Viver é reenvolver humanidade e ambiente. Essa filosofia tem mantido preservadas as florestas, os nevados, os rios... Em torno dela é mantida a coesão comunitária e há um conjunto de práticas econômicas (a economia do suficiente, da reciprocidade, a produção circular), práticas políticas (processos decisórios por consenso e confiança), sociais (a vida em pequena escala, comunidades autossuficientes, ética intergeracional) e culturais (biocentrismo, comunidade de seres, vida em beleza).

Ubuntu, a humanidade que se realiza na relação com o outro, também popularmente traduzida para “*eu sou porque nós somos*”. Palavra de origem bantu, também xhosa, a etnia de Nelson Mandela. O pertencimento à unidade comunitária, a interdependência e a colaboração, o diálogo, a busca por consenso. Importa a dignidade de todos. Sem a dignidade de todos a dignidade do indivíduo não se realiza. Na filosofia Ubuntu não vale a pena vencer a qualquer custo, menos ainda, com sentimento de

³¹¹ TURINO, Célio – Bem Viver, uma alternativa a la idea de desarrollo – Revista PH 101, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2020 - <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/4739>

vingança, sobrepondo um grupo sobre outro, um indivíduo sobre um grupo. Como acontece com o Bem Viver, não é uma filosofia de um passado imemorial, mas uma prática contemporânea, que acontece nas aldeias do sul da África. Pela filosofia Ubuntu o povo da África do Sul superou o apartheid.

Igualmente da África: Sankofa (*Sanko*, voltar; *fa*, buscar, trazer). O pássaro que voa para a frente com a cabeça voltada para trás. Como tradição-semente, o pássaro carrega um ovo, o futuro que irá nascer quando o ovo se romper. É o avanço que toma impulso a partir das raízes, que reaviva aquilo que foi perdido, esquecido ou roubado. A sabedoria daqueles que apontam ao futuro aprendendo com o passado.

Tanto o Bem Viver, como Ubuntu e Sankofa, são filosofias que fundamentam desdobramentos jurídicos contemporâneos. Os Direitos da Natureza, reconhecendo dignidade própria aos rios, montanhas e demais seres do planeta, inauguram o Novo Constitucionalismo latino-americano a partir do Bem Viver e estão presentes nas Constituições do Equador, Bolívia e, recentemente, do Panamá. A Justiça Restaurativa, praticada em muitos países, incluindo o Brasil, foi desenvolvida a partir da experiência com a Comissão da Verdade, Justiça e Reparação na África do Sul, presidida pelo Bispo Desmond Tutu, Nobel da Paz, e tem por base a filosofia Ubuntu e o Livro do Perdão.

Essas filosofias de raiz estão vivas, não são estáticas. E se relacionam com conceitos, filosofias e práticas formuladas no Ocidente cultural e político, o ecossocialismo, a cultura digital e o software livre (há um software livre que leva o nome de ubuntu), a economia solidária, o chamamento do Papa Francisco para uma *Economia com alma*, no Brasil denominada Economia de Francisco e Clara, remetendo à Santa Clara de Assis por incorporar a força do feminino no universo das novas economias colaborativas. Mas há uma diferença, enquanto esses conceitos das epistemologias do norte são experimentações e teorias, as epistemologias do sul, do Bem Viver, Ubuntu e Sankofa, são práticas realizadas e comprovadas, no passado e no presente. Forças que apontam ao futuro, porque culturas vivas. Dessas culturas vivas brotará um novo processo civilizador. Espero estar vivo para ver os primeiros brotos.

13. *Narrativa e verdade*

O velho sistema de classificação e seleção de signos e símbolos específicos, estruturados no tempo e no espaço, de forma única e coordenada, se estilhaçou. Vivemos

numa época em que as determinações são indetermináveis, sem regras precisas, onde a vida privada é espetáculo e objeto do olhar da multidão. Mundo das informações rápidas, das narrativas incompletas, da perda de referências em fragmentos desconstruídos. É tempo do tumulto, da dúvida entre o real e o irreal, é tempo da cópia, da cópia, da cópia... E a cópia, sem sê-lo, torna-se mais real que o real. Um mundo da simulação. Diferente de uma mentira intencionalmente contada, ou de uma farsa ou ficção, porque se revela simulacro, imitação que não corresponde a uma realidade autônoma. Não importa a correspondência verdadeira com a realidade que se supõe imitar, pois a “*simulação da realidade já não tem referência à realidade*”, conforme Jean Baudrillard.

Quando imagens e representações se tornam mais importantes que a realidade em si, confundimos representações com a realidade. Enquanto escrevo essas linhas desviei o olhar para o smartfone e encontrei um pequeno vídeo em que um gondoleiro de Veneza, ao transportar turistas pela cidade-monumento, grava o vídeo com uma fala irônica. Navegando pelos canais de Veneza ele percebe seus quatro passageiros com os olhos vidrados do celular, incapazes de olhar ao redor ou sentir o ambiente por estavam navegando, nem sequer observam os edifícios renascentistas, desconectando-se do lugar tão almejado para viagens de turismo, que certamente lhes custara caro e que muito provavelmente seriam os poucos dias de descanso e desconexão após um ano de trabalho. Olhos vidrados no celular conectavam-se a uma realidade que inexistia e se afastavam do entorno real. Volto ao texto, todos fugimos da realidade em algum momento.

A representação que não tem um referente real, mas é aceita como realidade, altera os processos de identificação e transmuda identidades, associando lugares e a vinculação da identidade pessoal com celebridades-simulacros, cuja vida inautêntica é tomada por real e próxima, exemplo a ser seguido, mas nunca alcançado. A obra “A sociedade do espetáculo”, de Guy Debord, foi escrita em 1967, antes da internet e da “*world wide web*”, mas ela já identificava com precisão o fenômeno de uma sociedade em que as relações sociais são dominadas pela imagem e aparência em detrimento do real. À época os agentes dessa substituição da vida real pela imagem da vida, que já se espalhava em teia (como no futuro, a *www*) por quase todo o mundo, eram o consumismo, a publicidade e a mídia, fazendo as pessoas viverem uma vida ilusória. Antes dele, Marx também compreendeu os fatores constitutivos da mercadoria, elevada à categoria de valor supremo, como fetiche, no que Debord acrescentou que essa característica, sob a sociedade do espetáculo, estaria levando a vida a uma busca incessante pelo prazer e o entretenimento, tornando as pessoas incapazes de pensar por si mesmos e de agir de forma

autônoma. Quando a vida social e a Cultura são reduzidas a mero espetáculo, a arte sucumbe em conjunto e perde sua função transformadora e crítica, pois o espetáculo constrói sua unidade sobre o esfacelamento que produz. A leitura de tal obra foi muito relevante para que eu pudesse propor a conceituação de Ponto de Cultura e Cultura Viva. Conforme Debord:

“Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. [...] As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundem-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser reestabelecida. [...] A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão da vida, é o movimento do não-vivo”³¹²

Formei convicção quanto ao uso do termo Cultura Viva a partir dessa leitura, como antítese do “*movimento do não-vivo*”. A única forma de resistir à sociedade do espetáculo, segundo o que elaborei em teoria para a Cultura Viva, seria a partir da criação de situações que rompessem com essa lógica, criando espaços de liberdade e ação autônoma, no caso, os Pontos de Cultura. Na anamnese que produzi na primeira parte dessa obra, procurei demonstrar essa capacidade de resistência; sendo até exaustivo na exemplificação, por considerar necessário chegar ao âmago de cada situação, não a partir da teoria, mas da experiência de personagens reais e do diálogo estabelecido com eles. Optei por apresentar a Cultura Viva e os Pontos de Cultura como uma história em anamnese, para só nessa segunda parte (ou lado B) desdobrar os conceitos³¹³ constitutivos, em forma de semente. Uma nova cultura política que seja crítica e transformadora é condição para a construção de sociedades mais livres e igualitárias, que tenham no fortalecimento do Comum a base para o senso de justiça, construindo novas formas de relação entre pessoas e sociedades. Isso tem relação com as formas de manipulação narrativa e ao conceito de verdade, que agora apresento na finalização dessa segunda parte.

De tão mediada e construída, a realidade redonda em hiper-realidade, revertendo a noção do real, que passa a ser indistinguível da representação a despeito de não manter correspondência autônoma com a realidade em si. Tal ambiente, conforme vivido no mundo do século XXI, torna a discussão sobre as diferenças entre narrativa e

³¹² DEBORD, Guy – A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, pg 13 – Contraponto, 1997

³¹³ A despeito disso, na primeira parte fui intercalando descrição com conceituação, quando fundamental para o entendimento do processo, como no caso dos conceitos de Estado Integral, Arte, Desenvolvimento proximal, etc.

verdade ainda mais necessária. São conceitos intercambiáveis, apesar de distintos. A narrativa pode ser baseada em fatos ou não, pode ser ficcionada, mas essa não é a principal distinção, pela narrativa são construídas culturas, conhecimentos são disseminados, afetos são mobilizados. Narrativas criam identidades. Constroem significados, criam empatia, são persuasivas enquanto distraem e informam.

Narrativas construídas com má-fé e astúcia enganam e desviam a atenção, como um blefe, uma burla. Ainda assim, elas descrevem eventos, experiências ou ideias, que podem estar amparados em fatos, mas quando pinçados de forma compartimentada e deslocada do contexto, não são verdadeiros nem reais. Embora a narrativa possa ser usada para transmitir verdades, ela também pode manipular, embaçar, embromar e fraudar. Não exatamente uma mentira direta, mas um exercício de tapeação, traindo a realidade. Que pode ser intencional ou não, produzindo uma alienação recíproca. Ainda em Debord:

“o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”³¹⁴.

É possível embromar acreditando que a empulhação é verdadeira. Muitos defensores de movimentos anti-vacina o fazem acreditando piamente que as vacinas são veneno, pois inoculam o vírus. Em nome de uma “verdade manipulada” formam a crença pia de que vacinas matam. E muitos morreram ao não se vacinarem. Outro tanto foi levado à morte por tomar por verdadeiras as narrativas que são mentiras, hoje chamadas *Fake News*, ou pós-verdade. A busca pela verdade requer método. Pela verdade se desafia e se contradiz as narrativas estabelecidas. Mas a verdade é um conceito ainda mais complexo e multifacetado. Na hermenêutica filosófica a verdade é definida como a correspondência entre uma afirmação ou proposição e os fatos da realidade, é algo que precisa ser provado empiricamente, fundamentado na experiência prática, própria ou de outrem, a partir de consensos estabelecidos. Algo verdadeiro seria aquilo que corresponde à realidade ou aos fatos, ou um ideal a ser alcançado no diálogo filosófico ou pela investigação científica. A inquirição pela verdade é também uma procura pela justiça.

Mas se os fatos não foram vivenciados, havendo sido transmitidos pela tradição ou por autoridade externa (ciência, jornalismo, historiadores, normas, leis...), como diferenciar a verdade? Ainda mais quando a verdade é conceito em constante evolução. O que pode ter sido considerado verdadeiro em um momento deixa de sê-lo em outro, a partir de novas descobertas e perspectivas. Como a verdade é um conceito

³¹⁴ *Idem.* pg. 14

dinâmico, que muda ou expande o entendimento da realidade a depender do acúmulo de descobertas, consensos e cenários, temos o problema sobre quem define a Verdade. Certamente não poderá ser um Ministério da Verdade, como na obra 1984 de George Orwell.

Enquanto narrativas se referem a formas de comunicação e expressão, a verdade, em tese, teria por ideal a correspondência entre afirmações e realidade. Mas da mesma forma que narrativas podem ser moldadas pela perspectiva -e interesses- do narrador, a verdade, também. Isso significa que não se pode confiar na definição de Verdade? Pelo contrário, embora a verdade não seja algo definitivo, podendo mudar de acordo com a dinâmica histórica e conhecimentos acumulados, ela pode surgir em processos coletivos de interpretação e compreensão da realidade, desde que em diálogo. Esse é o principal desafio da Cultura Viva. Por isso a Gestão Compartilhada e Transformadora. O Estado em simbiose com o povo, daí, Ampliado ou Integral, e as Teias como arena para o exercício coletivo de filosofia. Exercício de filosofia não em uma prática unicamente racional, separando cabeça de corpo, razão de emoções, menos ainda como um momento específico de reflexão, mas como algo cotidiano e alargado, que acontece em tudo e em todos, ao mesmo tempo, em prática coletiva de interpretação e compreensão da realidade.

Passados vinte anos da formulação dos conceitos e teoria sobre a Cultura Viva e os Pontos de Cultura, bem como dos conceitos decorrentes (interações estéticas, griôs, agentes jovens, etc.), sinto-me seguro em afirmar que a Cultura Viva, para além da dimensão de conceito de cultura e de programa de política pública, é também um método filosófico de busca da verdade, havendo uma sequência de operações lógicas, racionais e sensoriais. Um método que não nega o senso comum, ao contrário, que parte dele, sem se restringir a ele, procurando descobrir problemas fundamentais a partir de uma lógica decolonial, que se expressa, inclusive, pelo fato de a Cultura Viva Comunitária haver se espreado enquanto movimento continental latino-americano, e que pode ir além. É um método-processo, não engessado, em que a busca pelo saber se dá na ação, durante o fazer, reflexionando sobre o Ser, sobre o conhecimento, sobre sentimentos ético/morais, sobre a Verdade e o Sentido, tendo por alinhavo fundamental a arte produzida em comunidade.

A Verdade se encontra no processo entre o ato de semear e o ato da colheita, ela ultrapassa a opinião irrefletida do senso comum, para além do aparente. O método filosófico da Cultura Viva se faz no contato com a multiplicidade dos Pontos (sementes),

de onde extrai a natureza da realidade em múltiplas dimensões. Ele parte da depuração dos sentidos, passa pelo conceito de lugar até encontrar polissentidos e multiidentidades a definirem um senso de lugar. É o senso de lugar que dá força para as microrresistências, que se nutrem dos legados herdados, das tradições, mas que perecem na memória coletiva, como desmemória. Todavia, elas permanecem em multimodo e ganham sentido quando decidem enfrentar o colonialidade, o racismo e o patriarcado. O objetivo seria superar a coisificação e o especismo. Antes disso, a triangulação colonialidade, racismo e patriarcado, por tão fortes, são condições primeiras a serem superadas para a emancipação plena. Como método, o exercício da busca pela verdade através da Cultura Viva se faz a partir de uma história em anamnese a avivar memórias em dormência. Das experiências sensíveis e da gestão compartilhada do conhecimento a verdade vai se revelando em diálogo profundo através da arte.

Pela arte se faz a partilha do sensível, as pessoas se deslocam em alteridade e as habilidades humanas se revelam em multiplicidade. De todas as habilidades humanas a arte é a que melhor permite a realização do atributo da alteridade, a capacidade de se ver no outro, por mais diferente que esse outro seja, a capacidade de transpor realidades e emoções, de se sentir no outro, em realidades outras. Até que acontece um encontro com a verdade, tanto em termos estéticos, como emocionais e intelectuais. Apesar de muitas obras de arte serem consideradas belas e prazerosas para contemplar, experimentar ou viver, a arte nem sempre está associada à beleza. A arte chega à verdade pelo assombro e o maravilhamento, cuja expressão também pode ser feia, perturbadora, desafiadora. O desafio da arte é ir além do que as coisas são, até descortinar a verdade. Em *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty oferece significativa contribuição ao debate sobre como se descortina a verdade:

“...é sob a condição de saber que um mesmo sujeito encarnado pode ver alternadamente *de* diferentes posições. Responder-se-á talvez que recolocando o objeto na experiência corporal como um dos polos dessa experiência, nós retiramos justamente aquilo que faz sua subjetividade. Do ponto de vista de meu corpo nunca vejo iguais as seis faces do cubo, mesmo se ele é de vidro e, todavia, a palavra ‘cubo’ tem um sentido; o cubo ele mesmo, o cubo na verdade, para além de suas aparências sensíveis, tem suas seis faces iguais. À medida que giro em torno dele, vejo a face frontal, que era um quadrado, deformar-se, depois desaparecer, enquanto os outros lados aparecem e tornam-se cada um, por sua vez, quadrados”³¹⁵

³¹⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice – Fenomenologia da Percepção, pg.273/274, Martins Fontes, 1999

As ‘coisas mentais’ indicam como o ‘lado perceptivo’ e o ‘lado motor’ se comunicam e as sensações condicionam as maneiras de ser e de interpretar o mundo. Junto a Merleau-Ponty, Husserl e suas investigações lógicas, em especial, a consciência do preenchimento e a consciência de identidade. O programa Cultura Viva é, de forma explícita, um conceito, uma política pública e uma filosofia fenomenológica, desde a concepção. Como processo dinâmico e interativo, em diálogo constante entre o sentimento do mundo e a interpretação do mundo, a verdade só pode surgir no processo de interpretação e compreensão do mundo em forma coletiva, espalhando consensos. A ideia com os Pontos de Cultura é que eles atuem como pontos de nervura a captar o real. E, em rede, pela Cultura Viva, irem evoluindo nos processos interpretativos e de compreensão comum. Dentre os filósofos contemporâneos, dois se aproximam dessa elaboração, Hans-Georg Gadamer (falecido em 2002) e Enrique Dussel. Pela Cultura Viva é possível demonstrar que o encontro com a verdade se dá no processo, no diálogo, conforme Gadamer, não havendo uma absolutização, em que há uma verdade pronta e acabada, a-histórica. Também pela realização do conceito de vivência:

“Vivenciar significa, de início, ‘ainda estar vivo quando algo acontece’. A partir daí a palavra ‘vivenciar’ apresenta o tom da imediaticidade com que se aprende algo real, em oposição àquilo que se pensa saber, mas para o qual falta a credencial da vivência própria, quer porque tenhamos recebido de outros, porque venha do ouvir falar ou que tenhamos deduzido, suposto ou imaginado. O vivenciado (*das Erlebte*) é sempre o que nós mesmos vivenciamos (*das Selbsterlebte*). [...] No conceito de vivência encontramos também uma contraposição entre vida e conceito. A vivência possui uma imediaticidade bem característica, que se subtrai a todas as opiniões sobre o seu significado. O vivenciado é sempre a vivência que alguém faz de si mesmo e o que ajuda a constituir seu significado é o fato de ele fazer parte da unidade desse si mesmo e conter uma referência inconfundível e insubstituível com o todo dessa vida una.”³¹⁶

Algo que somente agora chamou minha atenção, contido na obra dele, o simbolismo matemático. Pela coincidência de pensamento, reproduzo:

“Somente através do simbolismo matemático seria possível elevar-se fundamentalmente acima das línguas históricas e da indeterminação dos conceitos. Através da arte combinatória de um tal sistema de signos, levado a efeito, poderíamos ganhar novas verdades, dotadas de certeza matemática (essa era a ideia de Leibniz), visto que o *ordo* reproduzido por tal sistema de signos teria uma correspondência em todas as línguas. Fica claro que essa pretensão da *característica universalis* de ser uma *ars inveniendi*, como salienta Leibniz. Assim, seria possível calcular, ou seja, encontrar relações a partir das regularidades formais das leis

³¹⁶ GADAMER, Hans-Georg – VERDADE E MÉTODO, pgs 105, 113 – Editora VOZES, 2015

combinatórias, independentemente de saber se a experiência nos conduz ou não a correspondentes nexos nas coisas.”³¹⁷

Essa foi exatamente a razão por eu ter consolidado o termo Ponto de Cultura para expressar o conceito. Enquanto a Cultura Viva é biologia, o Ponto é geometria matemática. A organicidade surge dessa tensão e interação, em que os conceitos se complementam, sendo possível identificar regularidades em situações de diversidade, havendo nexos correspondentes naquilo que aparentemente é contraditório e diferente entre si. Ressalvo, no entanto, que quando da definição do termo, eu não havia tomado contato com autor, sendo a inspiração mais explícita em Arquimedes, o matemático da Grécia Antiga.

Conheci a obra de Enrique Dussel em minhas andanças pela América Latina. De imediato o encontro se deu pela aposta nas perspectivas e desafios específicos da América Latina e do Sul Global. Diferente da tradição filosófica eurocêntrica, baseada em uma ética individualista e universalista, Dussel formulou a Ética da Libertação, que leva em conta as relações orgânicas e históricas nas interações humanas, sendo profundamente vinculada com a Teologia da Libertação. Tal qual a busca da Cultura Viva, encontra nas experiências de espoliação, exploração e marginalização dos grupos oprimidos, dos povos indígenas aos afrodescendentes e trabalhadores pobres das cidades e do campo, o sumo para a ação coletiva e a solidariedade entre as comunidades. É decolonial e antiimperial, incorporando as perspectivas e o saber filosófico ancestral e marginal, bem como as perspectivas feministas e ecologistas, em sentido integral, e sem negar as tradições filosóficas outras, uma vez que uma das grandes chaves da decolonialidade é a alteridade.

Outro conceito presente em Dussel e muito aderente ao conceito de Cultura Viva é a noção de Transmodernidade. Acrescento, no entanto, que, quando da definição do conceito de Cultura Viva, a inspiração maior veio dos modernistas brasileiros, de há cem anos, com a ideia da Antropofagia e do pensamento de Mário de Andrade, um dos mais geniais pensadores do Brasil. Cultura Viva nasce com a proposta dos estúdios multimídia, cultura digital e software livre, é a pluralidade da cultura e a diversidade em toda sua complexidade, unindo o ancestral e o digital; o “isso” e o “aquilo”, jamais o “isso” ou “aquilo”.

³¹⁷ *Idem.* pg. 537

Cultura Viva é a Cultura do Encontro, é o diálogo intercultural, unindo diferentes tradições culturais e filosóficas, que se influenciam mutuamente. Mesmo nessa obra. Optei por usar as mais diversas tradições filosóficas e do conhecimento, negra, indígena, latino-americana ou europeia, só não me aventurei em pensadores orientais por absoluta falta de domínio, que um dia espero suprir. É da tradição modernista, tropicalista, antropofágica, compreender que somente a partir de uma opção radical pelo diálogo intercultural será possível romper com a imposição cultural e o universalismo abstrato. O objetivo é alcançar o Particular-Universal para construir pontes entre culturas e perspectivas distintas. Até que a Verdade se revele nessas pontes da busca pela compreensão, de si e do outro, produzindo autonomia e emancipação.

Na Cultura Viva há algo de caótico, “bagunçado”, ao estilo dos trópicos e da América Latina, por culturas híbridas, antropófagas, de difícil metodologização, se é que é possível metodologizá-las. Ao sabor do caos encontramos ordem e sentidos numa misteriosa fronteira entre o fluxo suave e a turbulência. Ainda não consegui demonstrar com toda a potência que sei possível atingir. Por conta da interrupção abrupta a partir de 2011 houve um resfriamento no processo que estava a acontecer, mas que é possível retomar em patamar qualitativo mais elevado, inclusive. Tal qual nos estudos sobre meteorologia é possível identificar regularidades nos comportamentos transmitidos pela tradição, realizados nos Pontos de Cultura ou em espaços assemelhados, que reproduzem comportamentos médios durante muito tempo, flutuando dentro de certos limites, até que, tal qual no clima, alguma variável produz comportamentos qualitativamente diferentes. Ainda que oscilantes, essa variação qualitativamente diferente nos comportamentos coletivos resulta em nova média, estabelecida em novo patamar. É o que conceituo como depuração de sentidos. Houve (espero que um dia volta a haver) muitas Ações no programa Cultura Viva (Economia Viva, Interações Estéticas, Griôs, Pontinhos, Cultura e Saúde...), exatamente para aticar o salto qualitativo. Ações como partículas a provocar um comportamento não linear, depurando os sentidos para que eles encontram medianas em novos patamares. Isso aconteceu em muitos Pontos, conforme creio ter conseguido exemplificar, mas que poderia ter atingido a rede como um todo. Apesar de não termos conseguido atingir o conjunto da rede, foi possível alcançar uma quase-intransitividade, uma força a ativar o verbo. Ainda insuficiente, mas que um dia acontecerá, como com a mudança do clima. Em nosso caso, para evitar o colapso climático, quem sabe.

Somos seres dados à compreensão. Pela depressão e repressão à nossa capacidade de compreender é que os poderes se impõem. Poderes exógenos ou endógenos, nosso desafio está em vencer a depressão de nossas potências.

“-*Não somos carentes, somos potentes!*”

Pelos cantos de nossa *Pátria Grande*, os agentes da cultura viva comunitária assim bradam. Potência que vem com arte. Não há Cultura Viva sem arte. A arte é o paradigma da verdade. Voltando à quase-intransitividade que já poderíamos ter alcançado no Brasil. E se, para além das 300 Interações Estéticas que conseguimos realizar, tivessem ocorrido milhares de interações estéticas artistas-comunidades nos pontos de cultura, nos últimos 12 anos? O país seria outro, na percepção, na sensibilidade, na criatividade e na potência. A cultura do ódio não teria crescido tal qual erva-daninha. E se essas Interações Estéticas tivessem acontecido de forma concomitante nos demais países da América Latina, e entre os países, igualmente de forma intensa, profunda? O continente seria outro, não teríamos sido presa tão fácil às regressões da última década. E se as Interações Estéticas se intensificassem entre continentes? Não em ações de intercâmbios esporádicos, em que um leva a cultura para o outro, mas em criações coletivas e comuns, entre artistas e comunidades, dos dois lados até os múltiplos lados. O mundo estaria em outro patamar.

Não é esforço retórico (ou narrativa), é da dialética. O salto qualitativo acontece a partir do quantitativo, do volume, das condições de temperatura e pressão. No Brasil houve um esfriamento e despressurização. Teremos que re-Esquentar essa fervura, para re-Unir e re-Encantar o país. Quiçá haja compreensão, apoio e força, para que tal aconteça. Cada mudança de escala provoca novos fenômenos e comportamentos qualitativamente novos. É preciso parar de olhar uma parte de cada vez. Visualizando a geometria da vida, que não é estática, nem plana, nem tridimensional somente, a vida ganha uma explosão de sentidos e potências. Como uma cintilante rede de pequenos detalhes, quando miramos a vida ao infinito conseguimos enxergar as regularidades nas diferenças. E aprendemos a conviver como uma comunidade de seres em interdependência e solidariedade.

Há uma verdade mais profunda e mais rica que vai além do método científico ou da filosofia eurocêntrica. Essa verdade eu pude encontrar com o *Corazonar*. Uma verdade que surge pela ativação dos sentidos, resultado do diálogo em contexto cultural e histórico específico da América Latina. Por isso o esforço em compreender as dimensões da tradição e memória em suas diversas contradições. Desse esforço fui

ensaando um método para uma história em anamnese. Essa obra foi toda escrita em forma de anamnese, sobretudo na parte I, *Árvore*, mas antes também procurava escrever assim³¹⁸. Anamnese só é possível em diálogo, coletando percepções do paciente, observando sintomas, juntando cacos em perguntas constantes, e que, igualmente, não prescinde do método científico, da investigação filosófica e confrontação de fontes. Se a verdade só é compreendida em contexto e os significados não são fixos ou imutáveis, transformando-se ao longo do tempo, a anamnese tem que ser constante, como em uma visita do paciente ao médico, ou do médico ao paciente, como se faz com o Médico de Família, uma metodologia latino-americana nascida em Cuba. O sensível não é um amontado de reações químicas em nosso corpo, meras reações indisciplinadas a serem ordenadas pela razão, são nervuras a produzir inteligência e razão. Pelo *Corazonar*, quando coração e razão estão no mesmo patamar de diálogo, conhecimento e compreensão, encontramos a emanção e o reflexo do Verdadeiro.

As sociedades do século XXI se estruturam a partir de um paradoxo, ao mesmo tempo em que as pessoas buscam incessantemente a quebra de hierarquias para a construção de uma nova identidade que lhes dê sentido, diferenciando-se da massa, ao adotar uma identidade, elas se dissolvem em massa novamente. Plasmadas na multidão, as pessoas continuam procurando sua identidade, ou identidades, olhando para o lado, “*desenvolvendo um interesse pelas verdadeiras vidas dos outros*”³¹⁹. Como não a encontram são tomadas por um sentimento de vazio, despertencimento e ausência de sentido. Esse fascínio pela vida dos outros é uma das principais características da sociedade de nosso tempo, e opera abaixo do nível da consciência individual. É um fascínio que se transforma em prática e tem origem na fraca estrutura classificatória das novas identidades coletivas, construídas de forma individualista e descentralizada, expressas na moralidade, sob medos, sentidos mal compreendidos, modos de ser e de se ver. Um *habitus* que forma gosto e exerce função social de legitimar as diferenças. É nesse contexto que estamos, no início da terceira década do primeiro século do terceiro milênio.

³¹⁸ Recentemente lancei a tradução do meu livro, *Por todos os caminhos*, em espanhol, no V Congresso da Cultura Viva Comunitária, no Perú. Neste livro, além capítulos publicados em português, em que apresento países na forma de história em anamnese, há dos capítulos inéditos, escritos a partir das viagens que realizei ao Chile e Paraguai, em 2022, eles a metodologia da história em anamnese está melhor apurada, caso possível, recomendo leitura. <https://rgcediciones.com.ar/libros/por-todos-los-caminos-puntos-de-cultura-en-america-latina/>

³¹⁹ MAC CANNELL – apud URRY, John, O OLHAR DO TURISTA, pg. 147 – Livros Studio Nobel, 1996

O apagamento de vínculos e sentidos a partir do trabalho, da cidade, do campo, da nação, da vizinhança e da própria família, lugares, enfim, faz com que as pessoas percam o sentido de si. A indústria deixa de produzir produtos para se concentrar em marcas, estilos, modos de ser, signos e representações e nem nos preocupamos como as coisas são produzidas nas fábricas do mundo. A despeito da abundância espetaculosa, da variedade de opções, tudo isso resulta em um profundo sentimento de perda e solidão. Com a queda de barreiras e fronteiras há, ao mesmo tempo, uma des-identificação de classe e desaparecimento de sentido de coletividade, exacerbando o individualismo e o desfazimento de laços de solidariedade. O Ponto (de Cultura) intervém como estranho atrator (da teoria do caos) para iluminar essa realidade opaca, até que a cultura se faça viva.

Com um novo sistema de classificação e reprodução de subjetividades e identidades estabelecidas, o mundo das redes faz com que a experiência do real se desloque para outra esfera da vida, intermediada pelos algoritmos, criando uma narrativa a partir da seleção, classificação e exposição de informações e mensagens. Os algoritmos buscam oferecer uma aura de verdade ao distribuírem informações que apenas reforçam o sistema de crenças do receptor; funcionam como prova de verdade, como um novo cartório da história, estilizando os processos de estudo, especialização, filosofia e ciência, e que se estende por toda sociedade, a começar pelo sistema educacional. Até se legitimarem no éter das redes sociais, que esvanecem o real.

O éter das redes sociais, no lugar do que deveria ser o ar fresco e o céu limpo do mundo digital, torna-se por demais sufocante, abafado. Em busca de ar para respirar, de céu translúcido para ver, cabe retomar a discussão sobre a relação estabelecida entre os sentidos, lugares, tempos, memórias, espaço, verdade. E recuperar, tomar para si, o fio narrativo, com o reencadeamento dos fatos e da realidade perdida no labirinto das redes, em que os algoritmos são o Minotauro a nos devorar. A anamnese é o fio. O pensamento humano se organizou a partir de processos de classificação, ocultamento e seleção da memória, isso não é novidade. Com a manipulação algorítmica, a imaterialidade das redes e a quebra de sentidos e unidades, mesmo as classificações, ocultamentos e seleções falseadoras, foram embaralhadas em uma intensidade jamais imaginada, confundindo ainda mais a ordem lógica de interpretação da realidade. Há que desemaranhar esse novelo de fios misturados. Pela história.

Mas se “*o registro histórico é fragmentário e sempre incompleto*”³²⁰, conforme Hayden White, historiador e crítico literário, como desemaranhar o novelo pelo fio da história e sair do labirinto? Pela estrutura do enredo é possível analisar como as narrativas históricas são construídas e moldadas a partir da escolha e disposição dos eventos. Essa estrutura narrativa é que dá forma e sentido à história, sendo tão importante quanto os eventos em si. A narrativa também é um artefato, verbal, uma ficção de representações factuais, que se dá pelo texto imagético. Hayden White definiu esses procedimentos como “urdidura de enredo”, a maneira pelo qual a história é codificada e recodificada na narrativa. Segundo ele a urdidura do enredo consiste em cinco elementos básicos:

- a) a história propriamente dita, expressa no enredo;
- b) a figura central que protagoniza a história;
- c) a perspectiva a partir do qual a história é contada;
- d) o tempo, a ordem e a duração dos eventos;
- e) o tom que permeia a narrativa, como atitude moral ou emocional.

Usando da urdidura do enredo como ferramenta analítica é possível compreender como as narrativas históricas são construídas e como as escolhas afetam a interpretação e o significado dos fatos narrados. O encadeamento narrativo não é uma escolha arbitrária, sendo influenciado pela ideologia, crenças, valores e interesses de quem está contando a história. Utilizando o método da urdidura do enredo de Hayden White e o método de confrontação da Verdade em Gadamer, é possível perceber que a Verdade se descortina no processo, no diálogo entre os fatos e eventos. Também à ênfase narrativa, o encadeamento, os personagens, os valores e interesses. Pela urdidura do enredo é possível descobrir interesses, ideologias e preconceitos subjacentes, para além dos eventos próprios, contados.

A urdidura do enredo se aplica à história narrada no texto verbal, devendo ser combinada com outros elementos a serem considerados, tais como a prova tangível do artefato e a matriz sensorial de uma exposição de imagens e objetos, depoimentos orais e documentos escritos, além da experimentação pelo método científico. Mas a pergunta principal, a pergunta básica em toda anamnese, deixa de ser feita. Por isso há que fazê-la a todo momento: Como você se sente?

³²⁰ WHITE, Hayden, TRÓPICOS DO DISCURSO – ensaios sobre a crítica da cultura, pg 100 – Edusp, 1994

Essa pergunta pode ser feita a uma personagem viva, uma comunidade, ou ao narrador por trás do texto e quais os procedimentos desencadeados ele ou ela, para dar sentido a histórias plausíveis. O passado até então desorganizado passa a fazer sentido quando colocado no presente, não sob o olhar do presente sobre o passado, o que seria um anacronismo, mas pela compreensão do passado, dos encadeamentos e processos percorridos. E perguntando sobre os sentidos. Ocorre que o estilhaçamento da vida sob o mundo digital, além da quebra da autoridade, dissolveu a necessidade de comprovação do fato narrado via os demais elementos de prova, restando apenas o enredo, que pode ser manipulado ao bel prazer, conforme a conveniência. Essa é a base da *Fake News*. Mentiras sempre foram disseminadas, a diferença no tempo atual é que além delas seguirem na velocidade instantânea das redes, houve um torpedeamento da autoridade, via negacionismo e histórias estapafúrdias, como Terra Plana, do qual nem mais se fala. Como resultado são estabelecidas autoridades etéreas, desconhecidas, impalpáveis e incontroláveis, vulgares e autoritárias, mesmo que entre sorrisos. Que se impõem pela autoridade de proximidade, do parente, vizinho ou amigo disseminador de Fake News, ou do contato *peer-to-peer*, do universo das redes, criando uma falsa ideia de proximidade, fazendo prevalecer uma narrativa embaralhada.

Palavras tem poder, influenciam realidades e conectam pessoas, comunidades, sociedades. Ou separam. Religiões tem na recitação, mantras e louvor a conexão com o divino, trazendo bençãos, proteções, meditações. Pela palavra, pelo fato narrado, se molda realidades, criando mudanças positivas ou negativas. Isso dá às palavras um significado mais profundo que seu uso corriqueiro, também a vivacidade da prova. “-*Dou minha palavra!*”, mesmo quando a palavra deixou de ser sagrada. Em exposições museológicas também se apresentam os testemunhos materiais a desencadearem processos de rememoração e sensibilização – individual ou coletiva – no observador/público. Nas redes virtuais, idem.

Esse conjunto de combinações narrativas também deve ser submetido à urdidura do enredo. Quando conceituei Ponto de Cultura, a ideia foi identificar e potenciar pontos de refúgio nos territórios, em espaços vivenciais, orgânicos, cotidianos e afetivos, como alternativa a outras formas de vínculo e manipulação narrativa. Não para substituir, mas para possibilitar novos elementos de confrontação e diálogo. Muitas pessoas aderem a crenças fundamentalistas e de ódio, muitas vezes por serem o único espaço de acolhida e pertença nos territórios que habitam, físicos ou virtuais. Havendo alternativas, no caso do Ponto de Cultura, festiva, amorosa, artística, tradicional e de vanguarda, fincada no

território, surgem outras possibilidades de convivência e de confrontação e interpretação da verdade. Um jovem que frequenta uma Igreja, por exemplo, ele não vai deixar de frequentá-la por conta disso, ao contrário, talvez sua fé até fique mais forte, porque resultado de uma ação consciente e não de uma falta de alternativa, como ocorre hoje, tornando-o presa fácil aos fundamentalismos, manipulações e discursos de ódio. O mesmo em relação aos ambientes quentes/frios das redes sociais.

A história, como ciência, é posta em questão assim como todas as implicações das narrativas e interpretações desencadeadas por ela. A oposição entre mito e história, que começa a se firmar a partir dos gregos, é atualmente problematizada de tal modo que o ato de contar história, mais que uma palavra sagrada, é percebido como forma de descrever os interesses e valores do autor/narrador, bem como o universo cultural que o cerca. *Mythos*, expressa discurso, fábula. Razão e Fé, que já andaram juntas na antiguidade e que desde então foram se distanciando, voltam a se aproximar na Idade Contemporânea. Como Mito, os acontecimentos históricos são convertidos em uma narrativa sequencial de modo a compor uma história verossímil ou ficcional. Na língua inglesa, *Story* designa ficção e *History*, história comprovada em fatos, há uma nítida diferença de significados expressos na sonoridade das palavras. No português, estória e história tem uma distinção muito tênue, até na pronúncia, a ponto de serem utilizadas como sinônimos de narração metódica dos fatos ou conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição ou por meio de documentos. Estória = história: ato de narrar, historiar, contar. Segundo Aristóteles, a distância entre o historiador e o poeta não se distinguia por escreverem em prosa ou verso, mas sim por escreverem o que aconteceu ou o que poderia ter acontecido. Na Poética IX:

“o historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra histórica, figurando ou não o metro dela). Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido.”³²¹

A narrativa fundada na seleção dos acontecimentos históricos, posta sob o crivo de diferentes pontos de vista, pode assumir diversos tipos de mitos históricos. Tanto pode ser épica, romântica, como trágica, cômica ou irônica. Mesmo em suas diferentes perspectivas ela pode assumir uma dimensão trágica para uns e cômica para outros. Essas diferenças estão intimamente ligadas aos interesses de classes em conflito e que se

³²¹ ARISTÓTELES, Poética IX, Os Pensadores, pg. 47

expressam, inclusive e principalmente, na escolha por parte do historiador/narrador pela estrutura do enredo. A própria diferença de visões sofre modificações durante o tempo, por isso a história é uma eterna revisão. Há que compreender a época em que foi escrita e época em que será lida e reinterpretada. Assim como a história, os interesses também são móveis.

O caminho para aproximar narrativa de verdade estaria em oferecer um léxico, tornando o discurso inteligível, desvelando-o, até que o intérprete/receptor consiga sair do mundo da hiper-realidade e do espetáculo, de uma vida não vivida, para encontrar experiências comunicáveis. Evidente que a própria composição do léxico também pode ser interpretada como uma narrativa induzida, cabendo começar por uma narrativa pautada pela ética. E que seja surpreendente, maravilhosa, que cause assombro e encanto:

“...somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações. [...] O extraordinário e o miraculoso são narrados com maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.”³²²

Falar sobre histórias, contar histórias, é também uma ação que vai estruturando o pensamento do ouvinte e do narrador. Assombro e encantamento carregam força narrativa, bem como de verossimilhança, por mais que o ato de contar histórias seja repetitivo, ele vai sendo alterado a cada narrativa. A ação do narrador deve ter por objetivo acionar as capacidades de fantasia e imaginação dos ouvintes, interagindo com eles para que, com isso, cristalizem suas próprias fantasias e imaginações. A vida leva e traz, a vida faz e refaz³²³. Independente do fato narrado, os ouvintes também são fruto de narrativas anteriores, apreendidas de alguma forma, sem necessariamente terem passado por um momento explícito, deliberado, de audição e escuta. Daí a necessidade de contextualizações síntese, oferecendo um patamar mínimo e uniforme de conhecimento, informações, valores. Isso se dá no nível micro, na relação indivíduo a indivíduo, em ambientes íntimos, familiares e comunitários, até o nível macro, de uma coletividade, um povo, uma classe, uma nação, uma cidadania planetária, mesmo que a partir de temáticas

³²² BENJAMIN, Walter – O NARRADOR – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, in. Walter Benjamin, - Obras escolhidas, magia e técnica, arte e política, pg 203, Editora Brasiliense, 1985

³²³ Incorporo essa frase extraída de música de Miguel Wisnik, *Mais simples*, impossível não coloca-la no texto, pela delicadeza e beleza, pela força do sentido. Pelo que senti no momento em que escrevo, pois escutando a música.

restritas, e aparentemente de interesse reduzido. Uma síntese também expressa as diversas dimensões míticas, podendo ser igualmente narrada de forma romântica, nostálgica ou trágica, ou como comédia. Depende do ponto de vista do narrador e do leitor, situando o fato narrado na discussão sobre causas, interesses, efeitos e consequências em uma descrição densa e maravilhosa.

Não há como negar toda a carga discursiva/ideológica que a narrativa carrega, expressando o ponto de vista do autor, mas também do receptor. Os fatos contidos na síntese precisam estar mais próximos do que se percebe como verdade. Independente do esforço em oferecer prova de veracidade, sempre haverá narrativas a serem construídas, o que faz da seleção da memória uma manipulação, no caso, do artefato da memória, tangível ou intangível. Reconhecer essa manipulação não significa nivelar narrativas, provocando uma completa relativização da história, quando não haveria diferença entre fatos e valores, abolindo a verdade e reduzindo-a a simples manipulação narrativa. Carlo Ginsburg, historiador da micro-história, aponta que há um dilema moral implícito na perspectiva relativista de Hayden White, levando a caminhos e resultados completamente opostos à intenção original na busca por afirmar novas legitimidades. Esse foi um debate acontecido no século XX, mas que, trinta, quarenta anos depois, fica ainda mais evidenciado, com todo o ambiente de fakenews e pós-verdade. Em réplica, White se pronuncia sobre a crítica e reconheceu:

*Muitos teóricos consideram que o relativismo da qual sou geralmente acusado implica aquele gênero de niilismo que convida a um ativismo revolucionário de um tipo particularmente irresponsável [...] 'relativismo é o equivalente moral do ceticismo epistemológico'*³²⁴.

Pensava ele que essa seria a base para a tolerância social, porém, apesar da nobre intenção, o uso de seu conceito, quando mal entendido e mal aplicado, levou a outros caminhos, instrumentalizado como arma na guerra cultural empreendida, sobretudo, pela extrema direita no mundo. A matriz desse pensamento é claramente idealista, ao colocar o Espírito como criador da realidade, no caso, o fato narrado. Como se o pensamento existisse independente do mundo material³²⁵. Realidade e Imaginação ganharam força nos anos sessenta, “*A imaginação no poder!*” era o que pregava o

³²⁴ In Revista de História, Florianópolis, n. 7 ; pg. 21

³²⁵ A crítica de Carlo Ginzburg aponta a influência do neo-idealismo italiano na formação teórica de White, particularmente Groce e Gentili, cujo desdobramento foi a aproximação deste pensamento com o fascismo de Mussolini.

pensamento libertário no quente 1968. A imaginação, a vontade, foram percebidos como vetores da mudança, assumindo um significado contestatório, emancipador. A partir dessa época, o multiculturalismo e a tolerância com as diferenças começaram também a se afirmar como valor, abrindo espaço para as subjetividades e diferenciações. O espírito do tempo de 1968 tomou o mundo de assalto e abriu uma época de mudanças e tomada de posição. A partir de então a ordem tradicional das coisas, e das lutas, nunca mais foi a mesma. Abriu-se um período de tolerância e respeito às culturas, de relativização das estruturas e padrões, e isso teve implicação direta na vida das pessoas. Mas, se no plano teórico essa relativização pôde ser encarada como uma nova “estrutura do enredo”, na vida cotidiana o desdobramento foi muito diverso da intenção. Teoricamente, um conjunto de eventos pode ser ordenado em séries estruturadas, em modos diversos que levam a sentidos completamente opostos, a depender do arranjo que se faça. Exemplo:

- “(1) a, b, c, d, e...
- (2) A, b, c, D, e...
- (3) a, B, C d, e...
- (4) A, b, C, d, e...
- (5) A, b, C, D, e...”

Mesmo mantendo a mesma sequência em um conjunto de eventos, aqui exemplificados na sequência de letras, a maiúscula, quando alternado a cada nova série ou sendo designada mais de uma vez, sem que aconteça modificação da ordem, cada assume um status diferente, dando diferente sentido à narrativa. É possível mudar a ordem em que os fatos são apresentados, inclusive:

- “(1) a, b, c, d, e...
- (2) E, b, a, D, c...
- (3) d, B, C a, e...
- (4) A, e, C, d, b...
- (5) A, C, D, b, e...”

Esse confronto entre diferentes urdiduras de enredo possíveis, faz com que pequenas mudanças de entonação, ênfase, provoquem uma tensão que “*assinala o elemento da consciência crítica*”³²⁶. Como seria a aplicação desse modelo, teoricamente coerente, ao campo prático? Qual seria o resultado? Será que todos os tecidos sociais resultantes (aqui exemplificados como letras) dessa trama narrativa teriam o mesmo valor e relação de força? Seria admissível urdir uma trama sem parâmetros éticos e morais?

³²⁶ WHITE, Hayden, in. O texto histórico como artefato literário, pg 109

Um dos caminhos abertos por esse procedimento relativista e aparentemente tolerante foi o movimento dos historiadores negacionistas³²⁷ na Europa, que ganhou força a partir dos anos 1980. Não se trata de um simples encadeamento tropológico do discurso, travado em um desinteressado debate acadêmico, mas sim de saber se houve ou não fornos crematórios para assassinar judeus e outros perseguidos do nazismo. Houve fornos crematórios e assassinato em massa contra povos, sim ou não? Sobre essa pergunta objetiva, que pode ser comprovada via instalações físicas, registro de covas, documentação governamental, contabilidade de enviados a campos de concentração, depoimentos, os negacionistas respondiam com discurso, abstrações, e ênfases narrativas. Exatamente para fugirem da verdade. Essa é a diferença entre narrativa e verdade.

O negacionismo, e a forma narrativa que ampara o negacionismo se repetiu durante a pandemia de Covid no mundo. Mas o resultado é igualmente mensurável. Se mede em número de mortes que poderiam ter sido evitadas, caso o negacionismo da ciência não tivesse sido utilizado como arma política. Dar ênfase diferenciada a eventos do holocausto, ou sob a pandemia de Covid, não tem o mesmo efeito de uma brincadeira com notas musicais, que alteram uma melodia a depender do tempo, entonação e combinação das notas. A depender da composição, tempo e ênfase que damos a notas musicais, produzimos canções e sinfonias que podem ser alegres ou tristes, introspectivas ou expansivas, que podem agradar ou não. Seria ético dispor da vida das pessoas da mesma forma? Manipular emoções e sensações a depender do interesse, como ocorre com a manipulação algorítmica das redes sociais?

Ao admitir a manipulação narrativa como expressão da realidade, o negacionismo histórico justifica as barbaridades nazistas da mesma forma que o negacionismo científico justifica e provoca o morticínio durante a pandemia de Covid. O holocausto teria sido uma narrativa/versão do movimento sionista para impulsionar a criação do Estado de Israel, é o que afirmam os negacionistas. Partem de um fato, o desejo do povo judeu de contar com um Estado para defende-los de perseguições e discriminações históricas que antecedem o próprio holocausto, como no caso dos *progroms* na Europa do leste. Como se sabe, esse desejo antecede o holocausto, sendo, portanto, um fato secundário para a análise para a “Solução Final” decretada pelos

³²⁷ O termo inicialmente utilizado, revisionismo histórico, é totalmente inapropriado, pois história é revisão, do contrário estaria pronta, acabada (e não haveria necessidade do ofício de historiadores). A própria escolha do termo revisionismo histórico foi uma manipulação narrativa, com objetivo de garantir alguma aura de legitimidade ao negacionismo histórico, como no caso do holocausto do povo judeu.

nazistas. Na manipulação narrativa utiliza-se o fato secundário para obliterar o fato principal, o holocausto e o genocídio, comprovado e documentado. Com isso deslocam a arena do debate, saindo da análise dos fatos para a arena da disputa discursiva, abstrata.

As teorias da conspiração, o negacionismo e a pós-verdade grassam por esse método. Terra Plana, para ficar no território do escalafobético, parte-se de um questionamento risível, mas presente no senso comum mais tosco. “*Se a Terra é redonda, por que não ficamos de cabeça para baixo? Será que os humanos realmente foram ao espaço ou tudo não passa de ficção cinematográfica?*” Um questionamento que até aparece com ares de deboche adolescente, mas que vai ganhando adeptos, formando comunidades. Mobiliza debates, mesmo que ridículos. Depois o assunto desaparece, como tantos nas redes. Mas ele cumpriu uma finalidade, como um torpedo a questionar consensos científicos e autoridades. Abala autoridades para, aí sim, desfazer legitimidades, negar e pregar o ódio e o medo, o anticientificismo e o fundamentalismo. Também sobre o questionamento se o nazismo seria uma ideologia de esquerda ou de direita. Todos que assumem o nazismo como ideologia sabem que é uma ideologia de extrema direita, tanto que adeptos de valores conservadores e de direita, assim como do supremacismo, violência, ódio aos comunistas e esquerdistas, ao feminismo. Mas são esses mesmos adeptos, como estratégia discursiva, que lançam a dúvida. O objetivo é construir um falso equilíbrio e desvio de atenção, até serem relegitimados na arena política.

Essa não é uma discussão marginal. Como se vê no contexto das guerras culturais na segunda década do século XXI, ela diz respeito ao horizonte civilizatório que pretendemos apontar. Na Alemanha, entre os anos 1980/90, houve um debate profundo, que mobilizou paixões, conhecido como disputa dos historiadores, *Historikerstreit*, que merece nota pela exemplificação de um debate que não é folclórico e que antecedeu o ambiente das redes sociais. E que tem repercussão até hoje, mesmo sem as pessoas se darem conta de que ele aconteceu.

Ernest Nolte, historiador negacionista do holocausto, muito reconhecido e respeitado na então Alemanha Ocidental, ex-aluno de Heidegger e professor emérito da Universidade Livre de Berlim. Ele argumentava que havia uma racionalidade no nazismo e que a Alemanha Nazista foi uma reação à União Soviética, de modo que nazismo e holocausto não foram aberrações nem eventos únicos na história europeia, devendo ser equiparados a eventos, segundo ele, de terror assemelhado, como a revolução francesa e a revolução socialista de 1917. Foi uma tentativa de relativizar e normalizar o período da

Alemanha Nazista, quando à época havia um consenso da rejeição ojeriza àquele período, sobretudo na Alemanha.

Jürgen Habermas e outros intelectuais alemães se insurgiram contra a tentativa de normalização daquele período, argumentando que ele criava um falso-equivalente na tentativa de justificar o nazismo e o holocausto, tornando-o parte aceitável da história alemã, desconsiderando as singularidades do nazismo. O debate começou a partir de um artigo publicado por Nolte, em 1986, afirmando que o nazismo surgiu como resposta à ameaça comunista na Europa, e que a violência e genocídio foram respostas a essas ameaças. O embaralhamento narrativo, ou a urdidura do enredo, acontece pela mistura fatos e ênfases diferenciadas dadas a eles. É possível contar uma mentira só afirmando verdades, diz o ditado popular. Fato, o chamado Nacional-Socialismo alemão foi um movimento de direita que perseguiu, reprimiu e matou comunistas e pessoas com pensamento de esquerda ou da social-democracia. E muitos mais, conforme os versos do pastor luterano, Martin Niemöller:

*“E não sobrou ninguém
primeiro levaram os comunistas
mas eu não me importei com isso
eu não era comunista;
em seguida levaram os sociais-democratas
mas não me importei com isso
eu também não era social democrata;
depois levaram os judeus
mas como eu não era judeu
não me importei com isso;
depois levaram os sindicalistas
mas eu não era sindicalista;
depois levaram os católicos
mas como eu não era católico
também não me importei;
agora estão me levando
mas já é tarde
não há ninguém para
se importar com isso.”*

De fato, a chegada de Hitler ao poder ativou a perseguição aos comunistas, e contou com de amplos setores, não só na Alemanha, incluindo grandes empresários estadunidenses e membros da família real britânica. Isso é história. Mas ele parte de um fato e dá uma ênfase diferenciada a ele para escamotear outros. Como no quadro com as ênfases e sequências narrativas em plano teórico, conforme coloquei atrás. A Alemanha

não atacou a União Soviética no início da Guerra, ao contrário, fez acordo de não-agressão, o Pacto Molotov-Ribbentrop, de 23 de agosto de 1939, inclusive acrescentando acordo comercial em 1940. A quebra unilateral do acordo e o ataque à União Soviética só ocorreu a 22 de junho de 1941, dois anos após o início da II Guerra. Foi um ataque feroz, que matou aproximadamente 20 milhões de soviéticos, exterminando um terço da população bielorrussa, uma das repúblicas soviéticas. Fato. Mas não foi essa a singularidade maior do nazismo, e sim o supremacismo racial, expansionismo territorial e conquista de espaço vital, a pulsão de morte, o holocausto, extermínio e aniquilação de povos, que ficaram secundarizados na narrativa.

A polêmica resultou em uma série de debates e artigos. Ao final prevaleceu um relativo consenso na sociedade alemã, rechaçando o passado nazista. Em termos. Nolte, por outro lado, acusava os intelectuais que lhe fizeram réplica, de censurarem o debate livre e aberto sobre a história alemã, causando uma certa dúvida entre aqueles que não se posicionavam. Como ser contrário ao debate livre e aberto? Em atitude muito comum dos negacionistas, quando acuados e desmascarados, apelam para o “debate livre e aberto”, para a livre troca de ideias. Como ser contra isso? É possível mostrar vários exemplos atuais, em que se lança mão desses argumentos em situações bastante assemelhada, inclusive para defender a ideia do nazismo ou golpes de Estado. Mas é igualmente uma urdidura de enredo. Esse argumento desvia do principal para o formal, na mesma técnica de embaralhamento narrativo. A questão não se situa em torno da defesa do “Debate Livre”, até porque o debate livre é negado pelos nazistas, mas sim em como relativizar fábricas com fornos crematórios para matar gente em escala industrial. Esse é o ponto que não se toca. Isso não é um debate inofensivo, tem consequência na vida, no senso de comunidade, nos patamares civilizacionais. A despeito do que destampou com a polêmica relativizando os horrores do nazismo, o intelectual Nolte ganhou o prestigioso prêmio Konrad Adenauer no ano 2.000.

Trinta anos após a polêmica, que durou até o início dos anos 1990. Qual o efeito? A relativização e normalização de horrores do nazismo. No caso específico acontecida em alto nível intelectual e antes do ambiente das redes pela internet, por isso o escolhi como exemplo. Em perspectiva, resultou no crescimento de células e movimentos neonazistas, na Alemanha, e pelo mundo, incluindo o Brasil, que, segundo a antropóloga Adriana Dias, conta com 530 células nazistas. Efeito da relativização do nazismo, fruto da manipulação narrativa. Como resultado real e vivenciado nos dias atuais: atentados em escolas no Brasil, em que os terroristas, em sua maioria jovens, usam

braçadeiras com a suástica enquanto atiram em crianças e professores. Aqui não são abstrações nem debates, são fatos.

Fatos. A solução final da “Questão Judaica”, criada pelos nazistas na Alemanha de Hitler, representou o assassinato em escala industrial de 6 milhões de judeus europeus, além de ciganos, homossexuais, pessoas com deficiências intelectuais, comunistas, socialistas, democratas... Para a indústria da morte foram implementados campos de extermínio, fornos crematórios e outras formas de assassinato em massa. Fato: a 25 de janeiro de 1945, o campo de extermínio de Auschwitz, em que um milhão de pessoas foram assassinadas, foi libertado pelas tropas soviéticas e o horror foi comunicado ao mundo. No portão de entrada, a infame mentira: “*O trabalho liberta*”.

Escolhi o exemplo acima pelo distanciamento de algumas décadas, de país, e padrão de debate (via artigos e encontros acadêmicos), para demonstrar o que uma pequena mudança no encadeamento do enredo pode representar ao longo do tempo. Com o ascenso da direita e da extrema-direita no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, debates como esse, não no mesmo nível de sofisticação intelectual, tem sido frequentes nas redes sociais. A urdidura nunca é conclusiva, ela começa por pequenos questionamentos desestabilizadores, para angariar adeptos, testar o ambiente, muitas vezes iniciando de forma jocosa, a partir de piadas, que, se contestadas, podem resultar em recuo, ou respostas defensivas, de que são apenas “liberdade de expressão”, brincadeiras inofensivas, sendo exagerado tolhe-las. Como se piadas racistas, homofóbicas ou sexistas, discursos de ódio, fossem inofensivas e uma simples questão de opinião ou humor desinteressado. Em relação à normalização do nazismo, primeiro levanta-se que é uma ideologia de esquerda, por carregar no nome nacional-socialismo. Por essa lógica o macaco-hidráulico seria um animal. É uma lógica da confusão para conquistar incautos, criando polêmica rasa, que à primeira contestação pode se dissolver. O que vale é criar o embaralhamento narrativo para a normalização no momento seguinte. Até que horrores começam a acontecer.

Com isso a história vai entrando no movediço campo da retórica, a arte da eloquência, do bem falar, que hoje se expressa mais em forma de agressão, cancelamentos e impropérios. Como uma gritaria em que vence quem grita mais alto. Mas independe a forma, a manipulação pode vir em discursos primorosos, porém vazios de conteúdo, e de ética. Caso se pretenda combater ou neutralizar discursos de ódio, que cada vez mais produzem cizânia no tecido social, há que compreender essas dinâmicas.

Desde o final dos anos 60 o ceticismo/relativismo tornou-se cada vez mais influente nas Ciências Humanas e Filosofia. Por um lado, ofereceu significativa contribuição crítica aos métodos positivistas e hierarquizadores de cultura, que isolava as manifestações humanas em campos distintos e resultou em efetiva contribuição ao criticar o determinismo histórico e dogmatismos. A questão é que, levado ao limite, essa relativização transformou-se em uma licença para destampar os porões das criaturas do horror. Não há como a narrativa deixar de ser confrontada com princípios éticos e morais e com a discussão própria sobre hermenêutica, verdade e método. Produzimos versões? Sim. Mas as versões devem estar fundadas em método e evidências científicas. E guiadas pela ética.

A moral, assim como a verdade, varia de cultura para cultura e se modifica com o tempo, é uma construção histórica que se refere a valores acumulados pelo processo civilizador. Mas há elementos para baliza-la. Desde Aristóteles, passando por Spinoza até os dias atuais, a ética é uma das discussões fundamentais da filosofia e tem que estar presente em qualquer ação cultural. A ética representa um *ethos* do seu tempo e quando realiza uma ação cultural ela reflete o pensamento social de sua época. Ao lado da ética, a arte encanta, questiona e transforma, aponta caminhos, desvenda a verdade. Por isso, arte não pode ser neutra, nem diz respeito a uma simples e inocente manipulação do texto, expresso nas diversas formas de arte, muito menos se resume ao estado de espírito do artista ou relativização. Arte carrega interesses e interesses expressam ideologias e valores. Arte é narrativa.

“A distinção entre narrativas de ficção e narrativas históricas está a tornar-se cada dia mais confusa, cada vez mais confusa[...]a nível formal, não há a menor diferença entre uma frase falsa e uma frase verdadeira”³²⁸

Carlo Ginzburg, historiador italiano, da micro-história, reconhece que a nível formal não há diferença entre uma frase falsa e uma frase verdadeira. O mesmo com a arte. No ensaio *Ekphrasis e Citação*, ele deixa claro que ir ao limite desta constatação significaria cair em uma atitude neocética, como se qualquer conhecimento devesse ser tratado no mesmo patamar, independente das pesquisas, comprovações e consensos produzidos. Esse ceticismo nivelador, resultou que o Brasil, com 2,7% da população mundial tivesse aproximadamente 11% das mortes. Em nome da dúvida e da crítica ao consenso científico, muitas mortes aconteceram em vão.

³²⁸ GINZBURG, *Carlo* – A Micro História e Outros Ensaio, pg 217 – DIFEL, Lisboa, 1982

O “efeito de veracidade” pelo qual historiadores trabalham como elemento inerente é tema de dúvida ao longo da própria história, desde os gregos. Aristóteles, conforme citado anteriormente, procurava dar conta desta questão. De modo recorrente, essa questão retorna. Nos tempos atuais, extrapolando o ambiente acadêmico, com efeitos concretos no debate público, resultando em cultura do ódio, polarizações artificialmente cultivadas, fundamentalismos, violência e morte. Daí a necessidade do estabelecimento de consensos em torno da definição sobre realidade, que vai se descortinando na confrontação entre evidências. Ela pode começar com vestígios, dúvidas, que depois são confrontadas com documentos escritos, cultura material, mitos, histórias, depoimentos, oralidade. Quando em antagonismo, sigo o método da história. Pela história vamos limpando camadas até encontrar aquilo que é comum na maioria dos vestígios, inclusive nos divergentes. No método científico também é assim, parte-se das evidências, delas são feitas pesquisas, estudos de regularidades, testes, hipótese são confrontadas; nas ciências jurídicas, idem. Quando imbuídos de ética, é possível estabelecer consensos a definirem critérios de verdade. A prática é um critério da verdade que pode ser universalmente aceito, a coerência entre o que se fala e o que se faz.

Essas questões não são de especialistas e é possível, mais que possível, é necessário, que esses procedimentos estejam incorporados no cotidiano das comunidades. Tornar visível uma realidade, compartilhar conceitos e conhecimentos, implica no desenvolvimento de uma narração com a maior riqueza de detalhes possível, descrevendo, tornando vivo um evento oculto e não presenciado pelos demais. Em outras palavras, colocar o interlocutor diante dos fatos. A realidade conspícua resulta em sentimentos de assombro, não por ser extraordinária, mas por ser comum, uma trama que envolve o simbólico e a imagem que se faz das coisas. O empobrecimento do imaginário e do simbólico é que tem levado as multidões a viverem em realidades alternativas, ou dissonâncias cognitivas, como tem sido apontado por vários estudiosos da cultura de ódio e pós-verdade.

O desafio para a constituição de uma sociedade democrática em patamar mais elevado que o alcançado no Brasil após a eleição de 2022, exige uma ação intensa, de massa. E que aconteça muito rapidamente, junto a parte significativa da população, muitos que se descolaram para realidades paralelas a partir do baralhamento narrativo. Não há outro caminho. Será a partir da cultura e da comunicação, em que a arte seja a galvanizadora, exatamente pela capacidade em provocar sentimentos de assombro. Quanto mais clara e viva a transmissão de um fato/pensamento, mais o pensamento se

aproximará do real. De relance, me remeto a um pensamento de Goethe, em Fausto: “*Nasce o que brilha, apenas para o já / Para o porvir, o que é real viverá*”. Completando com Pedro Nava, dramaturgo brasileiro um tanto esquecido nos tempos atuais, em Balão do Cativo IV:

“Os fatos da realidade são como pedra, tijolo – argamassados, virados parede, casa, pelo saibro, pela cal, pelo reboco da verossimilhança – manipulados pela imaginação criadora.”

Arte, precisamos de arte. Arte em forma de perguntas, questionamentos. No confronto de narrativas, expressões, ênfases. Pela sensibilidade, a verdade vai sendo descortinada. Nos territórios, nas comunidades. O desenvolvimento da narrativa vai muito além do discurso teórico. É o cotidiano que oferece elementos narrativos, a geografia do lugar, o som ao redor, o circuito de afetos, os cheiros, as referências:

“Por isso, o povo não deve aparecer como substância social, mas como potência de emergência. Uma potência de emergência que ampliará sua força se for capaz de encarnar em um corpo social des-idêntico e inquieto, em vez do corpo unitário do imaginário social. Pois a política é a emergência do que não se estabiliza nos regimes atuais de existência. Ela é uma aposta no que só existe como traço.”³²⁹

A razão dos Pontos de Cultura é a emergência dessa potência conforme Safatle identifica como necessária. Continua havendo construções e encadeamento de narrativas, mas essas acontecem partir da corporeidade, do cotidiano, do fazer comunitário, utilizando de todos os recursos disponíveis, memórias, lembranças, edifícios, literatura, objetos de uso comum, iconografia, música, rodas, abraços, festas, sorrisos... Mais abraços. E cirandas. E cantigas. Com o Ponto é possível compreender os territórios como ecomuseus, em que o povo é produto e vetor da narrativa. Uma narrativa mutante e coletiva, que é alterada no processo, mas em fortes vínculos de confiança e solidariedade. Além de argumentos e convicções, diferentemente da retórica, a ação prática nos territórios dá vivacidade aos argumentos; mais que isso, incorpora à narrativa a sensibilização do discurso, evocando memórias e recordações que desencadeiam novas sensações a provocarem uma desespetacularização da sociedade, trazendo-a para o real. O ponto é o vivaz.

O passado (e o presente) está desorganizado e é selecionado na narrativa, todavia, não há como descolar narrativa do conceito de verdade. Verdade não como

³²⁹ SAFATLE, Vladimir – O CIRCUITO DOS AFETOS, pg. 133 – Cosac Naify, 2015

representação, mas como projeção da consciência através de um sistema de significações a serem atribuídos à realidade, como processo factual que deve ser descoberto e compreendido com método. Entre os gregos antigos, a dialética era um método discursivo. Com Aristóteles, em *Organon*, são apresentados uma série de instrumentos (*Organon* significa instrumento) a organizarem pensamentos e discursos, eliminando contradições nos raciocínios, como meio para conhecer a verdade. Para o pensamento aristotélico os princípios lógicos independeriam de tempo, lugar ou indivíduos, sendo universais e imutáveis. Por isso a lógica precisaria ser geral e atemporal, permitindo, através do raciocínio, a verificação daquilo que é falso ou verdadeiro. Uma doutrina de prova a seguir regras e normas, por isso, normativa. Pelas regras estabelecidas no *Organon*, o método depende de uma propedêutica, de um conhecimento prévio que deve estar consolidado antes de iniciar qualquer investigação da realidade, seja da vida cotidiana, histórica, filosófica ou científica. Isso lhe dá uma característica bastante formal, que independe do conteúdo, e sim da forma pura do pensamento (expresso pela linguagem), daí o sentido instrumental expresso no próprio título da obra, “um instrumento para conhecer”, até que fosse alcançado o silogismo, como argumentação lógica em forma perfeita.

Está claro que hoje o método para obtenção da verdade é mais complexo. A verdade se movimenta e se altera conforme as perspectivas, mas há “instrumento para conhecer”. Certamente não são os algoritmos nem os métodos dogmáticos, porque também programáveis sob interesses. Esse instrumento, no meu entendimento e conforme minha experiência, estaria na invenção humana do Ser comunitário, do viver em comunidade, no reestabelecimento dos vínculos de confiança, na retomada do fio de Ariadne, na invenção e na magia da arte produzida em comum. Quando acontecer a tomada desse instrumento, que compreendo ser a Cultura Viva e o Ponto de Cultura em suas diversas possibilidades, haverá uma fusão entre processo narrativo e verdade, ao mesmo tempo visceral e interpretativa/reflexiva, desvelando lugares, rompendo barreiras invisíveis. E se assenhorando do presente a partir do futuro que é o dia de atrás.

Um exercício dialético-comunitário de procura pela verdade, de solução de problemas reais, a partir de estímulos internos e externos às comunidades, entre as comunidades, de baixo acima, de cima abaixo, pelos lados, democratizando conceitos e entendimentos, produzindo perguntas. Pela lógica dialética se trabalha as forças contrárias, depurando contradições, em processos densos até que é possível chegar à verdade comum. Exercícios coletivos de filosofia da libertação, com multidões

organizadas em Pontos (cada qual com uma média de 3.000 pessoas, conforme demonstramos em 2009, através de pesquisa do IPEA). É possível. Foi realizado no Brasil em escala considerável até 2010. É uma ideia que encontra o chão da vida, o real, por assim dizer. E que tem a sua força motriz, a sua dinâmica, no próprio ser, na afirmação dos ambientes comunitários, como plantas que brotam carregando dentro delas a sua negação, que, no entanto, não são simples negação, mas uma negação da negação a alcançar algo novo.

Nem todos os Pontos de Cultura participaram de todas as Ações, nem esse era o objetivo, nem haveria recursos para tanto. Alguns não participaram de nenhuma Ação, sequer enviaram proposta, outros foram contemplados com uma, alguns com algumas. O central não são aqueles que foram contemplados, mas no questionamento, nas instigações e provocações lançadas. Nas perguntas coletivas. Por elas foram sendo formadas mesorredes, redes por afinidade, situadas entre as microrredes que são os Pontos de Cultura, como redes no território, e a macrorrede da Cultura Viva. Dessa combinação é que vai sendo formada tese, antítese e síntese. Em ambiente coletivo e comunitário, com muita gente e com diversos léxicos e sentidos.

A dialética aplicada no exercício coletivo da Cultura Viva, ao contrário do sentido idealista, em que há um ser ideal criando antes da corporeidade, parte do realmente existente, do senso comum, potencializando o que “já é” via identificação de pontos de potência criativa nas comunidades³³⁰. A atenção foi para o Ser Social como ele é, como um ponto de verdade, com todas as contradições inerentes. E a partir dele ir construindo uma dialética objetiva, como um auto-movimento efetivo da realidade. Esse método não seria possível se o Ponto de Cultura fosse apenas um pensamento abstrato. Ele é amparado em um conceito matemático-geométrico, conforme já apresentei, de ponto, mas parte de base real, de questões bem concretas e objetivas, como a transferência de recursos públicos para a solução de problemas efetivos nas comunidades, e apontados por elas, com soluções apresentadas pelos proponentes, nunca advindas de fora. Defendo,

³³⁰ “A principal contribuição do **Cultura Viva** talvez, seja exatamente essa: potencializar aquilo que “já é”. E fazê-lo numa perspectiva de repensar o Estado, ampliando suas definições e funções, escancarando as portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais, dividindo espaços e novas possibilidades. *‘Quando os poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isso, mudará o próprio significado desta palavra’* (Terry Eagleton – A ideologia da Estética). Com o Edital de divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades” in. *Catálogo programa Cultura Viva, 2004, MinC*

inclusive, que esse método deve extrapolar a cultura em sentido estrito. Cabe no meio ambiente, na economia solidária, nas ciências. Pontos como Pontos de Potência, que vão se entrecruzando independente da temática inicial. Não foi discurso e sim prática. Prática ousada, com transferência pulverizada de recursos por todo o território nacional e para organizações tradicionalmente alijadas da relação com o Estado.

Com isso houve um convite para que as coletividades, via Pontos, pensassem soluções a partir dos problemas delas, dos impasses, dos dilemas da vida cotidiana, recebendo meios (mesmo não elevados) previamente estabelecidos para solucioná-los, testando hipóteses. Ademais, em uma situação de heterogeneidade, quando cada Ponto de Cultura tem uma identidade, níveis diferentes de compreensão, alguns via organizações da sociedade civil bastante experientes e estruturados, outros quase que vivendo na informalidade, sem experiência na administração de recursos. Todos ao mesmo tempo, em uma única plataforma e em pé de igualdade. Mantendo a necessária imediatividade, pois nos processos de vida não é possível suspender a relação com os problemas diários.

Fizemos essa experimentação sem que houvesse uma suspensão da vida cotidiana, como cientistas podem fazer em laboratórios controlados, ou cientistas sociais com recortes e momentos de reflexão. Tudo ao mesmo tempo agora. Nem da parte dos gestores nas comunidades, nem do lado dos gestores públicos. Não houve um momento para empenhar todas as energias nas reflexões e descobertas, antecedendo a ação. Era necessário refletir em processo, como em uma pesquisa-ação, e em escala nacional, e na dimensão da formulação criativa ao lado do cumprimento da gestão burocrática e suas regras engessadoras.

O ponto de partida é a experiência. Pela experiência começa o conhecimento, mas o conhecimento não pode parar aí. O conhecimento rigoroso, profundo, não pode se limitar à experiência cotidiana, por isso as tantas ativações via Ações, com nomes poéticos para cada uma delas. A essência da estrutura íntima dos fenômenos vai muito além da aparência, o conhecimento verdadeiro, veraz, parte do visível, do concreto, para encontrar o sumo da transformação. Como método lógico, mesmo sem que tivesse sido explicitado, em todos os movimentos do Cultura Viva, foram exercitadas as dimensões de analogia, dedução, indução. Também as falácias. Por conta dessa complexidade o aparato do Estado, a estrutura burocrática, não acompanharam os princípios do programa, na medida que o programa ia se enraizando foram se fechando em copas, como é típico das estruturas herméticas. Apesar de todos os problemas de implementação e

incompreensões, o fato é que houve conectivos lógicos a comprovarem a veracidade das premissas. A principal delas: o povo não é pobre, foi empobrecido, espoliado. O povo não é carente, é potente.

Cultura Viva é um exercício coletivo de filosofia, para chegar próximo do real em multiplicidade. Por ela é possível se aproximar da leitura objetiva da realidade e seus nexos. Realidade sólida, mas que um dia desmancha. Uma aproximação que só é possível acontecer quando realizada com ética, a partir da diversidade complementar. O que une é a diversidade, são as imaginações, os sentidos e significados, que se revelam em ações. Nos aproximando da realidade em descrição densa, vamos removendo camadas até a produção de um entendimento comum. Desse entendimento novas perguntas vão surgindo, gerando novas respostas e novas perguntas. A verdade não está nas respostas, está nas perguntas. Perguntas que dizem respeito a tempos passados, mas também ao tempo presente e ao tempo futuro. Perguntas em tempo de dúvida e incertezas. Tempo desconstruído, rápido como o vento ou lerdo como a calmaria.

Mas o vento bate, tange, corre. Tentamos enxergar o vento e não vemos, tentamos escutar o vento e não o compreendemos. Visitamos os fatos, mas sem saber como fazer a visita ou como chegar, não os encontramos. Os fatos se movem como o vento ou como as ondas do mar, que vão e voltam, mas nunca voltam da mesma forma. Por isso ver as ondas e escutar o vento. Também escutar as ondas e ver o vento. Só ver e escutar, para compreender como se comunicam. Até conseguir conversar com o vento e com as ondas, sentir a vibração e a força. Conhecer os sentidos, em conversa. E na conversa descobrir que a verdade está lá, irreduzível. Mas que também se modifica, como um rochedo soprado pelo vento e beijado pelo mar.

PARA CONCLUIR E PARA A COLHEITA **A filosofia da Cultura Viva**

Cultura Viva é uma filosofia. Originalmente a Cultura Viva foi pensada como conceito a nomear um programa de política pública e como tal foi aplicado. Nessa aplicação, elementos profundos de filosofia já estavam incorporados de forma implícita, também explícita, porém, não se afirmava como tal. Os conceitos fundantes do programa foram:

- 1) Cultura como fluxo que antecede as estruturas, portanto, como movimento em transformações constantes;
- 2) Cultura como natureza, o oposto da definição que separa aquilo que dá sentido (cultura) daquilo que é (natureza), nós somos natureza e nossa forma de pensar é resultado do entorno que nos cerca;
- 3) O interesse pela realidade inteira, por aquilo “que é” conforme realizado nos territórios, em suas múltiplas dimensões, por isso, parte do diálogo com o senso comum, mas procura ir além, instigando processos de desenvolvimento e operações sensoriais e mentais;
- 4) Pensar o mundo em multiplicidade, quando os processos de desenvolvimento acontecem pelo contato com o diferente aparente, via intersecções (as “zonas de desenvolvimento proximal” de Vygotsky);
- 5) Cultura como processo, jamais como produto, sendo os produtos apenas etapas, meios, para realização dos processos de elaboração mental e sensorial;
- 6) Cultura como ação e produção partilhada do conhecimento em configurações de longo prazo.

A despeito da presença prévia de diversos pontos constitutivos para uma filosofia ainda não seria possível definir a Cultura Viva como filosofia, sequer método filosófico. Pela opção em potencializar o que já existe, jamais seria e será possível uniformizar um método, registro, a vida não cabe em fôrmas metodológicas. Mas há um sentido, uma lógica que deve ser compreendida quando se fala em Cultura Viva e Ponto de Cultura, além dos elementos apresentados acima, outros foram sendo incorporados no

processo, em congruência com a lógica fenomenológica do conceito, em que as ideias vão sendo construídas no fluxo.

Na dimensão de filosofia política o principal elemento constitutivo é a ideia do Estado Integral. Presente como hipótese, que foi se expressando na execução. E que não foi alcançada, conforme descrevi e analisei nos subcapítulos “*Tronco*”, na primeira parte dessa obra. Para expressar as bases filosóficas da Cultura Viva, aprofundando conceitos, optei por utilizar a forma de Conceito-Metáfora, escolhendo a Árvore e suas partes, por conectadas e interdependentes, como em um organismo vivo. Pela árvore da Cultura Viva é possível revelar as concepções iniciais, implantação, propósitos, ascenso e o desmonte, incluindo os provocados a partir do governo pós 2011. O Estado Integral é uma hipótese por se realizar, como uma estrutura que transcende os aparatos, englobando a totalidade do tecido social. Neste conceito não cabe uma separação entre sociedade política e sociedade civil, havendo uma imbricação entre essas, que se afetam mutuamente, bem como da esfera não propriamente organizada da sociedade, que também interfere e reproduz os modos de reprodução social a partir do Estado, contra o Estado, apesar do Estado. Essa hipótese foi testada por alguns anos, sobretudo nos primeiros seis anos de implantação do programa, mas exige mais tempo, escala e continuidade. Os Pontos (em sentido largo, para além de Ponto de Cultura, inclusive) podem funcionar como poros de conexão e diálogo na relação Estado/Sociedade rumo a um Estado Integral. Essa porosidade, se exercitada de maneira profunda e continuada, é capaz de dissolver as fronteiras Estado/Sociedade. Até que o Estado, como estrutura de comando e à parte da sociedade, feneça, fazendo surgir um Estado de novo tipo, moldado à feição de seu povo.

Um Estado Integral, ou ampliado, remete à prática de um Estado Educador. Isso implica que as pessoas no encargo de funções de Estado devam compartilhar conceitos, métodos e processos inerentes à gestão do Estado, abrindo frestas e arestas, assumindo com coragem a exposição das contradições de vigilância e controle inerentes ao Estado, bem como tornando explícitas suas limitações e impedimentos políticos para o atendimento à sociedade como totalidade. Esse processo educativo em diálogo deve ter por objetivo o alargamento das fronteiras do Estado até a sua diluição nas franjas da sociedade, dando base a formação de um Estado de Novo Tipo, onde “*o povo manda e o governo obedece*”. Um Estado Educador pratica o “*mandar obedecendo*” e pressupõe coerência entre discurso e prática, cabendo às pessoas que assumem funções na máquina de gestão governamental adotarem modos de vida modestos, compartilhando propósitos

e deixando de ser comandados pela lógica centralizadora do poder, devendo assumir a prática da potência distribuída. Poder é substantivo masculino, enquanto a potência é substantiva feminina. Passar de uma lógica concentradora e controladora do poder para uma lógica distribuída e acolhedora da potência implica na despatriarcalização do poder, não para substituir a ocupação dos espaços de poder de um por outra, mas para mudar o padrão de organização do Estado, e da Sociedade.

Enquanto o Estado estiver assentado na lógica do poder ele será expressão do poder de alguns (poucos) sobre outros (muitos), independente se exercido por homem ou mulher. Um Estado que se move pela lógica do poder (no atual estágio civilizatório todos Estados se moveram e se movem por essa lógica) é expressão das imposições de uma classe (capitalistas, rentistas, latifundiários, castas de Estado) sobre as demais, as classes exploradas. Não há possibilidade de democracia real sob esse postulado, nem parcial, havendo apenas simulacro de democracia e justiça, que pode ser mais ou menos dominadora, nada além disso. Da mesma maneira que é necessária uma mudança na chave lógica, apenas a substituição de uma classe por outra, mantendo a mesma estrutura concentradora do poder, também é insuficiente para processos profundos de emancipação social, conforme a história do século XX revelou. Para que alguns (poucos) concentrem poder é necessário que o poder (dos muitos) lhes seja transferido, seja fruto de relações de coerção e força bruta, ou por submissão e sujeição por força branda, que também é bruta.

Com a potência o processo é diferente. Para que a potência emerja não é necessário quitar a potência de outrem. A potência é relacional e quanto mais distribuída, maior será a capacidade transformadora dos sujeitos. Há que ter coragem para perder o controle, ampliando a potência da sociedade até que a emancipação humana se revele por inteiro. Todavia, a lógica do Estado (qualquer forma de Estado, ao menos até o atual estágio civilizatório) é o controle. A Cultura Viva revelou essa contradição e considero que esse foi o ponto que marcou a inflexão no programa, passando a sofrer abrupto desmonte a partir de 2011. Na medida que a rede de Pontos de Cultura foi se expandindo e as comunidades foram se empoderando e realizando a potência-ativa, a lógica controladora do Estado gritou mais alto. E o Estado sabe gritar, mesmo quando usa normas e atitudes mudas. Gritou para emudecer a coletividade de Pontos que se revelava potente, não mais carente. O máximo de potência que o Estado, na sua atual formação, consegue admitir é a potência-passiva, que transforma direitos em dádivas. E nem essas são ofertadas com a qualidade e universalidade necessárias. Se a potência-passiva inclui,

a potência-ativa emancipa. Como a lógica de todo Sistema é a autopreservação, emancipação e voo livre são ameaças que precisam ser tolhidas, cortadas, nem que seja a machadadas.

Sob o domínio da gritaria, muda ou sonora, agentes de um Estado que se subordina acriticamente ao Sistema dominante foram tolhendo o voo livre e a emancipação. Conto o processo nos subcapítulos “*Tronco – quando se tentou cortar a Cultura Viva a machadadas*” e “*Os golpes a machadadas continuaram*”. Em meio a machadadas, tolhimentos, e assédios, o Brasil era tomado por outros ruídos e gritarias, em 2013. Uma gritaria de revolta desorientada, atônita, meio que perdida entre insatisfações reais e agonias. Exatamente por isso, manipulável ao sabor de outros poderes, piores, mais inescrupulosos e podres. Mas isso é outra história a ser desenvolvida em outras teses e histórias, por outros estudiosos e narradores. Conto apenas a parte que me coube.

No desenvolvimento dessa Tese fui apresentando os conceitos no processo, conforme a raiz fenomenológica contida na filosofia da Cultura Viva. Antes, havia sistematizando parte dessas reflexões em outros livros: “*Ponto de Cultura – o Brasil de baixo para cima*”, publicado em 2009, e “*Por todos os caminhos – pontos de cultura na América Latina*”, quando mergulhei no método da história em anamnese. Que foram retrato do momento de minhas observações, nesses momentos ainda não era possível definir a Cultura Viva enquanto filosofia. A dimensão filosófica mais ampla foi ocorrendo concomitante ao período de refluxo da Cultura Viva no Brasil e de afluxo nos demais países da América Latina, que agora apresento, esmiuçadas nas duas partes dessa obra. Sintetizando:

- 1) **Reflexão crítica sobre questões fundamentais e complementares**, como a natureza da existência e o Ser comunitário, o aprofundamento na relação entre Cultura e Natureza, decolonialidade, antirracismo, despatriarcalização, desmercantilização e biocentrismo, em processos profundos de busca do conhecimento e verdade a partir do *sentirpensar*, ou *Corazonar*;
- 2) **Depuração coletiva de sentidos e argumentação *sentipensante***, em que leituras de mundos e argumentos são apresentadas e avaliadas em multiplicidade, sob diversos ângulos e formas de expressão (não somente racionais e discursivas) para apoiar e refutar ideias, bem como para a construção de consensos (sobre fatos, imaginações e sentidos);

- 3) **Investigação sistemática e rigorosa**, analisando conceitos, ideias e argumentos de maneira clara e precisa, respeitando a máxima “*Um mundo em que caiba outros mundos*”, implicando na cultura do encontro, da paz e da convivência;
- 4) **Abordagem ampla e integrativa**, unindo várias formas e áreas do conhecimento, míticas, comunitárias, históricas, políticas e científicas, sempre em perspectiva emancipadora a partir do afeto e da arte;
- 5) **Pela produção partilhada do conhecimento a Cultura Viva foi/vai produzindo perguntas fundamentais**, que levam a novas perguntas, sejam epistemológicas ou ontológicas, existenciais, morais, sobre a vida, o mundo e o ser humano, e deste com a comunidade de seres;
- 6) **Cultura Viva como filosofia da práxis, popular e massiva**, que se faz caminhando sob as árvores; toda ‘verdade’ se dissolve, tem origens práticas e representa valores provisórios, por isso uma filosofia que parte do diálogo com o senso comum para alcançar uma concepção integral de mundo (Gramsci definiria como “filosofia total”), contrária a determinismos e fatalismos, estabelecendo uma relação entre a vontade humana e aquilo que é (estrutura econômica, social, mental).

Cultura Viva, uma filosofia peripatética do século XXI, relacional, que se estabelece na combinação entre biologia, Cultura Viva, e matemática, Ponto de Cultura. Uma filosofia da potência-ativa.

Sem diálogo com o senso comum não há transformação social que se sustente, foi o que pretendi demonstrar na parte II, “*Sementes ao Vento*” (subcapítulo *Depuração dos sentidos* e subsequentes). Quando não há conexão com o senso comum as mudanças aparentes sempre retroagirão, inaugurando novos processos de restauração, quando não reacionários. Não que a restauração volte ao estágio original, serão novos patamares, como um ir e vir que avança dois passos para recuar um, mas que também pode desencadear ondas regressivas ainda mais intensas, avançando um passo para recuar dois. Há muitos exemplos na história, bem como há muitas regressões acontecendo agora, no mundo de 2020. Manter o diálogo no estágio do senso comum, no entanto, também não desencadeia transformações profundas. O senso comum acumula conhecimentos e modos de ser adquiridos anteriormente, trazendo consigo interpretações consolidadas em tempos outros, incorporando percepções de solidariedade e justiça ao lado de preconceitos,

conformismos e violência. O desafio para uma ação cultural transformadora está em estabelecer o diálogo com o senso comum para daí desvendar camadas em processo coletivo, apontando contradições e depurando sentidos.

Pela prática os problemas se apresentam, mas é necessária uma elaboração teórica para além da experiência imediata. Longe dizer que a elaboração teórica provém apenas do ambiente acadêmico ou científico, ou por grupos de pensadores “autônomos” das sociedades e suas contradições inerentes, há os intelectuais orgânicos, os pensadores do povo, os guardiões das sabedorias ancestrais, os mestres e as mestras do conhecimento, agentes mediadores nos Pontos de Cultura... Do mesmo modo, o senso comum também está presente no pensamento acadêmico, que pode se burocratizar e se domesticar, assim como na uniformização das culturas de Mercado e no consumismo, ou na transformação da técnica de gestão do Estado em ideologia. Toda técnica vem carregada de ideologia, ciência também. O uso acrítico da técnica e ciência resulta em uma ideologia da técnica, que busca controlar e dominar a natureza e a sociedade, aumentando a eficiência e produtividade em todos os campos da vida, no que resulta na coisificação da natureza e seus entes e na disciplinarização da vida social e econômica.

Técnica e ciência como ideologia roubam as estrelas da noite, a alvorada dos dias, roubam tempo, sugam vida, águas, bosques, pedras, animais, roubam gente, comandam desejos e sonhos, tudo para maximizar o lucro e legitimar o status dominante e suas estruturas de manutenção. A dimensão tecnocientífica enquanto ideologia é a principal fonte de poder na sociedade contemporânea, tão grande que a vida social, a política e a cultura estão subordinadas à ela e nem nos damos conta disso. Como resultado, a perda de autonomia e liberdade, com as pessoas transformadas em mero instrumento para produção e consumo, ou então descartadas, simplesmente. Cultura Viva pressupõe utilizar ciência e técnica de forma crítica e reflexiva, com uma profunda dimensão ética, guiada por princípios de partilha, autonomia, fraternidade, igualdade, liberdade e justiça. Há que ter coragem para desafiar as noções comuns, que perpetuam o poder a desigualdade sob o manto da técnica e da ciência como ideologia. A hipótese lançada é que, pelos Pontos de Cultura, atuando organicamente em toda comunidade, os indivíduos e comunidades poderão contar com os meios para cultivar seus dotes e possibilidades em todos os sentidos, ativando a capacidade de pensar criticamente e a tomada de decisões por um Agir consciente e responsável, até que seja possível transformar a realidade em que vivemos, e começando pelas comunidades.

O fundamento é a ética, levando em conta as experiências e vivências. O conhecimento não é algo dado, nem a técnica nem a ciência, há uma historicidade, um acúmulo de interesses em camadas sobrepostas, podendo estar à serviço da libertação ou da opressão. Daí a necessidade do exercício de processos coletivos, continuados, em dimensão comunitária, territorial, compartilhando afetos, memórias, fazeres e saberes, ciência e técnica. Um cultivo que se renova a cada ciclo, como as estações do ano e os ciclos agrícolas. Arar, preparar a terra, semear. A vida que já é desde quando lançada a semente. A planta brotando da terra, o cuidado para defendê-la das ervas daninhas, a irrigação até que a planta esteja plena. Que venha a colheita e a festa! E depois começar tudo de novo, separando as melhores sementes para arar, preparar a terra, semear, cultivar...

Semear em diálogo entre senso comum e senso crítico, exercitando a rebeldia, que vai além dos esquemas rígidos. Como o movimento da seiva, que parte da raiz, atravessa o caule alimentando a árvore, até alcançar as folhas, que reelaboram a seiva a partir da fotossíntese, que voltará diferente, até alimentar a raiz. Um movimento orgânico que vai e volta, que afeta e é afetado, daí a escolha do conceito-metáfora *Seiva*, no subcapítulo em que estão condensadas as geometrias e equações da Cultura Viva enquanto biomatemática. A Cultura Viva articula o micro e macro, o particular e o universal, uma macrorrede, sedimentada nos territórios, como um ecossistema. O Ponto de Cultura foi pensado como a microrrede, atuando no território, articulando diferentes agentes no espaço e tempo vividos, tal como são. Como conceito, e no que proponho agora, como conceito alargado para além da cultura *stricto sensu*, podendo ter ênfase no esporte, lazer e recreação comunitárias, meio ambiente, difusão científica, economias solidárias e populares. Pontos de ativação das energias e potências encontradas nos lugares, que também funcionam como “*estranhos atratores*” a modificar rotas e órbitas.

A atividade de um grupo de teatro não é um Ponto de Cultura, mas um grupo de Teatro pode ativar e gerir um Ponto de Cultura; assim como um Ponto de Cultura não substitui equipamentos culturais, teatros, bibliotecas, ele pode, inclusive, conter esses espaços e se articular com Instituições e equipamentos culturais mais amplos. O que caracteriza um Ponto de Cultura não é o equipamento ou a função, é o espaço e o tempo. Espaço que pode ser imaterial, inclusive, e tempo como a ação de mediação nas comunidades, com autonomia e protagonismo sociocultural. Por isso a necessidade de que o Ponto seja de acesso público. Um Ponto não é um projeto, é uma permanência referente e fíncada nas comunidades, seja qual for o campo de atuação. A Cultura Viva é

a macrorrede integrando a multiplicidade de Pontos. Tudo cabe na Cultura Viva. Tudo cabe porque o sistema é vivo. Apresentei as diversas possibilidades, em escuta longa e sensível, nos subcapítulos: “Galhos e ramas”, “Copa”, “Frutos”, com demonstrativo do pensar e agir no mundo em multiplicidade.

Pensar o mundo em multiplicidade implica em reconhecer que as experiências e visões de mundo são múltiplas e diversas. Isso nos leva a nos abrir para perspectivas diferentes e abordagens não convencionais. Não há uma maneira única de entender e abordar o mundo, o que deve mediar essa maneira é a ética, a história deslindando processos e sentidos, até produzir consensos sobre a realidade, consensos científicos e de convívio social. Há uma diversidade de realidades que coexistem em nosso planeta, elas são complexas e múltiplas, isso requer escuta sensível e ativa, profunda, densa, disposição para aprender com diferentes comunidades, culturas e tradições. E aceitar que não há respostas simples para questões complexas. Mas também ter a sabedoria em compreender que a complexidade do mundo cabe em um ponto. Um ponto contém e está contido. Pensar em multiplicidade é o caminho para enfrentar as mudanças climáticas e cataclismos, as pandemias, desigualdades, injustiças, guerras e regressões civilizatórias. Saber que o Uno está no Todo e o Todo está no Uno. Quando essa sabedoria acontecer, soluções inteligentes e justas são encontradas.

Todavia, o diálogo com o senso comum é mais complexo do que aparenta. Sentir junto, do latim, *consentio*, remetendo a conformidade ou concordância, *consensus*. Consenso, palavra latina a designar um modo ancestral de decisão, a parte integrada ao todo, o senso de comunidade como base para processos decisórios. O Universal está em toda parte, localizá-lo em profundidade só é possível no encontro com o Particular contido no senso comum, para daí alcançar uma razão comum, que parte de princípios comuns. Da razão comum ir construindo consensos que unem o sensível ao inteligível. Isso só pode acontecer quando promovido pelos sujeitos da sensibilidade. Giordano Bruno propunha duas razões a considerar na matéria: a potência e o sujeito. A potência refere-se ao poder para agir, ou capacidade de um ser ou uma coisa em ser agitada. Por sua vez, o sujeito é a essência das coisas, aquilo que as torna o que são (*Ponto de Cultura já é!*). Sujeito é a realidade, é a origem e a fonte da potência, que também pode ser influenciado e modificado pela potência das coisas ao redor, havendo tanto a potência ativa quanto a passiva. Enquanto a potência passiva é afetada e sustentada por outros sujeitos, a potência ativa é a capacidade de agir e afetar as outras coisas, alterando a realidade e os sujeitos. Há uma dinâmica interconectada na natureza e no universo, e nós, humanos, estamos no

meio disso, se dar conta e estimular a potência ativa é a força motriz para a mudança e transformação do mundo. A seiva é o fluxo que alimenta essa conexão em um vai-e-vem (senso comum/senso crítico; tradição/invenção).

Para mudar e transformar o mundo é preciso conhecê-lo. Para conhecer o mundo é necessário estabelecer parâmetros sobre fatos e eventos que ocorrem no mundo, independente de opiniões, crenças ou desejos dos indivíduos, sendo imprescindível estabelecer uma Verdade Factual. Me debrucei sobre essa questão no final da Parte II, no subcapítulo “*Narrativa e Verdade*”. De acordo com o conceito de Hannah Arendt, sem um consenso sobre a Verdade Factual será impossível viver em uma sociedade livre e democrática, sequer enfrentar uma pandemia com milhões de mortos, como a que o mundo presenciou recentemente. É preciso contar com uma base objetiva para o diálogo e tomada de decisões, sem verdade factual viveremos em um mundo de horrores e totalitarismos.

A Verdade Factual difere da verdade ideológica (moldada por crenças e valores) e da verdade filosófica (que investiga a verdade transcendental, última e profunda); ela é baseada em evidências empíricas, podendo ser verificada por quaisquer pessoas, independente de crença, ideologia, valores ou propósito, e pressupõe uma plataforma comum de acesso aos mesmos dados. Nas sociedades em que a manipulação da informação é usada como ferramenta política e de negócios, ainda mais sob a manipulação algorítmica, é crucial o reestabelecimento de consensos sobre a natureza das evidências e dos fatos. Um ambiente comum por onde a sociedade possa dialogar e tomar decisões. No ritmo da indústria do algoritmo chegará o momento em que as pessoas não conseguirão mais distinguir a diferença entre o que existe e o que é irreal, não saberão no que confiar e em quem acreditar. O abandono da Verdade Factual levará o mundo à perda de liberdade e de democracia, mesmo essa democracia incompleta que conhecemos, abrindo caminho para mundos dominados por ódios, ignorâncias, estupidez e idiotia.

A filosofia da Cultura Viva, por conectada às nervuras do real através dos pontos, pode fornecer uma plataforma para a Verdade Factual. O ambiente para a aceleração desse processo de filosofia coletiva e popular entre os Pontos de Cultura tem sido as Teias, que também podem acontecer no conjunto da sociedade, independente dos pontos, inclusive, em processos de encantamento, reflexão e organização em quais aspectos for. Abri um subcapítulo sobre esse tema. Pela trama das Teias se transcende a cotidianidade do senso comum, ampliando as possibilidades da apreensão da realidade.

O mundo da pós-verdade e da propagação de Fake News é resultado do embaralhamento narrativo, que dissemina ódio, cizânia, ignorâncias, mantendo as pessoas presas a um labirinto de fragmentações sem fim. O estilhaçamento do real reduz a expressão dos significados e interpretações, manipulando os fatos vividos e impedindo o alcance à realidade. Não me refiro aos “segredos do mundo”, que seguem a serem desvendados, e é bom que o mundo guarde seus segredos, evitando que aventureiros o tomem. Não se trata desses “segredos”, mas do sujeito verificável, da realidade comum, amparada em evidências, e que deve estar acessível a todos, todas e todes.

Independente de nossa vontade ou conhecimento, na natureza há causas, dinâmicas próprias a governarem a realidade, que independem de intencionalidades. Assim como na sociedade, em que os grupos humanos, as classes sociais e comunidades, interagem em relações de força, assumindo papel de sujeito, produto e vetor de suas transformações. Há método para descobrir a processualidade e a dinâmica do mundo natural e no mundo social. A forma de se aproximar do real, de conhecê-lo, depende do conhecimento da natureza das suas contradições. Isso não é obra de mentes geniais apenas, elas existem até, mas são insuficientes, um processo de conhecimento eficaz só pode sê-lo, se social e coletivo. É possível exercitar a sociedade para que a maior quantidade de pessoas, quiçá a quase totalidade, participe de processos com raciocínio dedutivo estruturado. Em tese, essa seria a função da Educação, mas que também começa a ser dominada pela lógica da mercantilização, em que a desestruturação da educação é projeto. A possibilidade de partir de proposições e premissas básicas para obter conclusões sobre a realidade deve ser considerada um direito humano básico.

O silogismo não é uma exclusividade só alcançável por filósofos a partir de grandes proposições, o povo comum também pratica o silogismo como exercício cotidiano e ferramenta para vida. Até para atravessar uma rua há que fazer elaborações e proposições mentais. O silogismo é sempre mediado, exigindo um percurso de linguagem e raciocínio abstrato para chegar a determinadas conclusões. Isso requer apresentação do elemento de prova para que os argumentos sejam válidos, e não meras opiniões. Para tanto é preciso partir de afirmações verdadeiras, do contrário as conclusões jamais serão verdadeiras. E ficaremos cada vez mais presos no Labirinto, presas fáceis para serem comidas pelo Minotauro. Pontos (aqui não me refiro a Pontos de Cultura e sim ao conceito matemático, abstrato) de conexão pessoa a pessoa, intra e intercomunidades, atuando no

tecido social, entre comunidades e povos, possibilitam o exercício continuado na formulação de premissas a partir de consensos mínimos sobre a Verdade Factual.

O diálogo como meio, a roda, o círculo, também a delegação de autoridade pela relação de confiança e respeito repassada a conselhos de anciãos, guerreiros, círculos de visão. Os valores e saberes a ancestralidade, cultivados e mantidos por guardiães, mestres, griôs, tuxauas, quipucamayoc, voceros (porta vozes), sábios, são cultura e são natureza, modos espiralados de tomada de decisão, entrelaçando confiança, sentimento de comunidade, pertencimento e responsabilidade com o coletivo. A imprevisibilidade gerando ordem a partir da interpenetração, da espontaneidade e da auto-organização comunitária e ancestral. O senso comum em movimento, ativando a criatividade e o acidente como formas de construção do conhecimento também se comunica com a magia, as sabedorias ancestrais e a noção de que a Terra, e todos os seres que a habitam, carregam alma, ou *ajayo*, em idioma aymara.

A mente inconsciente, intuitiva, mais feminina que masculina, reprimida ao longo do processo civilizador. As inteligências em estado de animalidade, a respiração da natureza, o sopro inconsciente a integrar e transformar indivíduos e coletividades, a emoção, a espiritualidade, a imaginação. Sensibilidades organizam sensações do próprio corpo e do meio, indo fundo na raiz ancestral. O feminino, a mulher, a Mãe Terra, como fonte de nutrição, segurança e amor, vivificando a sabedoria pela ativação do pensamento mágico. A parte realizada no todo e o todo realizado na parte, em que um são todos e todos são um; sem que isso implique na perda da individualidade e das subjetividades, ao contrário, promovendo uma integração entre unidade e diversidade. O exercício da paciência individual e coletiva aliado ao senso de urgência histórica e das demandas da comunidade. A invenção que continua, a continuidade que inventa. O Particular-Universal que se revela no feminino.

Avanços recentes da química, física e biologia, demonstram que a distinção entre o mundo orgânico e o inorgânico não são tão delimitadas quanto aparentavam ser. No pensamento ameríndio, e em praticamente todos os povos de raiz, em todos os continentes, sempre há referência aos “invisíveis”, os seres que não se pode enxergar. Transpondo limites visíveis, apenas sente-se. O diálogo com o senso comum desencadeia a produção partilhada do conhecimento, isso significa se lançar na aventura em direção aos mundos escondidos e desconhecidos, não havendo distinção entre matéria inerte e seres vivos. *Sent*, é para lá que vamos. Consciência e matéria são interdependentes e os

fenômenos mentais existem para além dos humanos. Ao concluir esse trabalho, compreendo o campo do senso comum cultural como a concepção de vida e a moral mais difusa, sedimentada pelas práticas e interpretações do mundo em processos precedentes. O senso comum vai sendo alterado por camadas, cristalizando concepções, aparentemente ordenadas, mas entrecortadas, porque derivadas exclusivamente da experiência, sem a devida crítica e reflexibilidade. É uma potência-passiva, tortuosa, difundida pelo éter, misturando racionalidade aparente e sentimentos espontâneos.

No mundo das redes cibernéticas e da manipulação algorítmica o senso comum também é turvado e turva a percepção de uma existência objetiva da realidade. Adentrando na terceira década do século XXI, o senso comum tornou-se campo aberto a ser atacado para a destruição da Verdade Factual. Esses ataques impõem negacionismo científico, preconceitos, discriminações e ódios de todo tipo. Acumulam riquezas e infâmias, disseminam desgraças e pestes. Horrores e desprezos. O senso comum está desprotegido, é uma visão de mundo pré-moderna em meio à modernidade que se liquefaz, imbricado com religiosidade fundamentalista e busca de pertença em um mundo que despertence. Uma concepção “desordenada” do mundo em busca desesperada por ordem, presente nos sentimentos e concepções das multidões assombradas pela incerteza e o desamparo, são sementes para totalitarismos e horrores. De repto, cabe provocar a superação da potência-passiva para da potência-ativa. Juntemos mãos com mãos e façamos o senso comum avançar de patamar. Que seja em ciranda.

O encontro com o Particular-Universal surgirá do procedimento para a estimulação da Potência-Ativa, do contrário jamais sairemos do labirinto em que estão engendrados os monstros das multidões. Falta-nos Ariadne a vir com fio desfiado de suas vestes para nos conduzir para fora do labirinto. Fio que é busca funda das tradições enquanto entrega acumulada de conhecimentos, processos e sentidos, não como uma simples repetição de significados e ritos, ou uma adaptação anacrônica de tradições deslocadas do contexto; isso o conservadorismo tradicionalista faz. O fio da bela e inteligente Ariadne não coloca a tradição como regra de decisão, como critério único de ordem, buscando impor um equilíbrio a partir das origens e fundamentos passados, ele conduz à saída do labirinto a partir do ato de Teseu após vencer o Minotauro. É expressão da potência-ativa, é tradição e é invenção.

Ao longo dessa obra procurei deslindar essas questões. Fiz na forma da anamnese e me coloquei como sujeito e objeto. Houve momentos em que a única

possibilidade de verificação foi o meu depoimento como prova de veracidade, os apresentei de forma consciente, até em situações muito particulares e privadas, revelando manipulações, assédios, *lawfare*, produzidos a partir do poder executivo, e numa situação que deveria ter sido de continuidade. *Lawfare* não acontece apenas no âmbito do judiciário, como guerra jurídica em que as leis são usadas como arma, há um conjunto de arcabouços normativos, esqueletos e carcaças, que são cotidianamente utilizados por agentes de Estado, para perseguir, destruir, desfazer. As maiores vítimas são os movimentos comunitários, os cidadãos comuns relegados ao desprezo ou às palavras e normas incompreensíveis. Foi trágico o que fizeram com os Pontos de Cultura no Brasil. O desmonte só não foi completo porque os conceitos haviam sido espalhados, assimilados e praticados por boa parte dos Pontos de Cultura. Conforme demonstrei nas tentativas de golpes a machadadas para cortar o tronco, as razões para a interrupção de convênios em andamento, cancelamentos de editais e todo tipo de desmontes não foram técnicas. Simplesmente os recursos foram abruptamente tirados. Depois inventaram-se as desculpas técnicas, que se misturaram a gestão inepta, falta de compreensão e diálogo. Fossem técnicos os problemas alegados para o desmonte, teriam feito chamadas públicas, recomeçado de acordo com regras que julgassem mais eficazes. Não foi o que se sucedeu.

Esse desmonte foi um erro grave. Não foram somente as 3.500 comunidades envolvidas que perderam, o Brasil perdeu. O vírus da desinformação, da cultura do ódio e da violência correndo à velocidade das redes, sob manipulação algorítmica em escala industrial ainda nem era plenamente conhecido, mas nós, no Ministério da Cultura sob a gestão de Gilberto Gil, havíamos descoberto a vacina. A cultura digital, as conexões entre pontos produzindo uma inteligência coletiva a partir das Teias, as redes de afeto e confiança, a arte como caminho para a descoberta da verdade. De repente, por uma governamentalidade que absorvia a técnica como ideologia, tudo passou a ser combatido. Sem dó nem piedade, jogaram fora a vacina. Não foi exclusividade na Cultura, também com povos indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, meio ambiente, tão ferido por *Belosmontes*, barragens mal fiscalizadas, tratores e correntões, tudo em nome de um neodesenvolvimentismo que era atraso. Talvez nem tenha sido intencional, é provável que não tenha sido. Foi pior que isso, foi desprezo e indiferença. Sequer olhou-se ao que estava sendo destruído. Não ouve escuta. Por isso, aqui nesse trabalho, abri espaço para tantas citações longas, quis ecoar os gritos silenciados.

Na primeira década do século XXI diversos países da América do Sul passaram por uma onda progressista, mas logo na década seguinte houve o revés. Foram derrotados no campo de batalha da Cultura, sobretudo. Evidente que na história nunca há um fator único, mas, por não ter havido uma mudança profunda nos valores e na crítica cultural, acabaram por incorporar muitos hábitos e modos de fazer que combatiam e que são intrinsecamente opostos a uma política emancipatória, abrindo espaço para que ficassem acuados. Do outro lado, a extrema-direita e o fundamentalismo tradicionalista compreenderam a importância da cultura na disputa por hegemonia política nas sociedades e aplicam seus métodos de “Guerra Cultural” como forma de embaralhamento narrativo para a tomada do poder, com relativo êxito e considerável base social popular. Entenderam a raiz profunda dos preconceitos e conservadorismos presentes no senso comum do povo e ativaram medos, ignorâncias, ódios e preconceitos na base popular. Há um conjunto de outros fatores que se combinam, manipulação midiática do mercado de notícias, interesses econômicos, rapinagem e submundo do crime, geopolítica estadunidense, lawfare e guerra híbrida, mas como não são tema deste trabalho apenas menciono. O fato é que, sem a conexão e diálogo com o senso comum, procurando elevá-lo de patamar, depurando sentidos, preconceitos e conservadorismos, toda luta por mudança mais profunda seguirá por um triz.

Espero haver contribuído ao tentar deslindar questões culturais mormente relegadas no debate progressista, ou, ao meu ver, superficialmente compreendidas. Como a questão das tradições, que podem libertar, oprimir ou trair. Há tradições que precisam ser reconectadas e outras que precisamos romper em definitivo. O patriarcado é uma tradição que precisa acabar. Puxando o fio até os primórdios da dominância patriarcal vamos conhecendo as origens das muitas outras dominâncias, explorações e opressões. Dos homens sobre as mulheres, dos homens sobre os outros homens, da propriedade privada, das guerras, das ganâncias, do especismo, do racismo, das ganâncias e avarezas, das violências, das ganâncias infinitas. Tradições que precisam ser rompidas e liquidadas. Todavia, desprender-se de uma tradição sem antes submetê-la à crítica, sem um profundo cultivo através da cultura, faz com que essas tradições reemergam em outra forma, até mais opressora. Tradições reproduzem processos de dominação a partir da aceitação de lógicas precedentes, ainda mais opressivas, e que são reapropriadas pelo sistema dominante, que, para se consolidar enquanto poder, reprocessa as tradições.

É absolutamente necessário saber distinguir as situações em que a ruptura precisa acontecer e quando é fio de conexão. Fio, que, ao invés de ser cortado, deve ser alinhavado, cerzindo o tecido social esgarçado. Pelo fio da memória costuramos a roupa do futuro. Há tradições que permanecem em dormência e que precisam ser reativadas. Quando isso ocorre surgem as tradições-semente, expressas na equação *tradição/invenção/ruptura* aplicadas pela Cultura Viva. É a tradição que faz brotar o novo. Rupturas sem reconexão com as tradições levam ao indivíduo absorto, desenraizado, sem rumo, controlado pelo sistema. A hiperindividualização em um mundo de indivíduos perdidos na multidão é fruto dessa perda de vínculo com a tradição. Quando surge esse entendimento, as tradições assumem um papel fundamental no reordenamento da luta popular e emancipatória, sobretudo em tempos de profunda fragmentação das identidades, em que vida e política são embrulhadas em estereótipo. Tradições se tornam semente para fazer brotar o gérmen da transformação, da revolução e da invenção. São as tradições que libertam, as tradições-semente.

Tradição remete à identidade, as que permanecem e as que são rompidas. Nem sempre a identidade assume um papel emancipador. Identidades aprisionam, oprimem, separam, dividem; também são móveis, não estando fixas em um único lugar e tempo, Milton Santos já alertou sobre os fluxos e os fixos. Há aquelas que libertam, são benignas e justas, unem, multiplicam. São identidades emancipadoras quando ativam o reconhecimento e valorização do sujeito, fazendo com que indivíduos, grupos e classes sociais, ganhem confiança, autoestima, se empoderem. Quando isso acontece, conscientizam, mobilizam e impulsionam as lutas sociais, desafiam as estruturas de poder existentes e promovem igualdade e justiça. No entanto, se descoladas da processualidade e das relações intra e inter identidades, podem promover exclusões e marginalizar, o mesmo quando há uma hiperindividualização da identidade que, ao final terminará reproduzindo as mesmas formas de exclusão e opressão do sistema dominante. Por isso a necessidade de combinar na mesma ação Identidade com Diversidade.

Identidade, ou identidades, é uma construção psíquica, cultural e social complexa, ela se desenvolve a partir do processo de identificação do sujeito com o Outro. O Outro indivíduo, inicialmente uma figura parental (mãe, pai, irmãos...) para logo adiante envolver figuras significativas do entorno, o Outro coletivo, expresso em referências sociais. Nós somos o que pensamos que somos, mas esse pensamento do que somos é apresentado pelo Outro. Identidade é um processo dinâmico, em construção e

modificação contínua, o que enfatiza a relevância da linguagem e da cultura na formação das identidades, quando são internalizadas normas, valores, condutas, maneiras de ser, enfim. Há um processo permanente de construção e desconstrução das identidades, elas se sobrepõem e nunca estão completas. Conceituo esse processo enquanto identidade multimodo, quando há identidades sobrepostas, que podem ser contraditórias entre si. Quando o sujeito (indivíduo, grupo, comunidade, classe social) reconhece, e relativamente consolida, quem ele é a partir da visão dele, diferenciando-se do Outro, acontece um momento fundamental para o início de um diálogo equilibrado. É o momento em que o sujeito reconhece a imagem refletida no espelho como a própria imagem.

Em contexto de globalização uniformizadora, megacidades reais e virtuais, redes sociais, realidade aumentada, games a promoverem transidentidades, websemântica e inteligência artificial, esse processo torna-se ainda mais complexo. Estaríamos vivendo uma mudança da própria identidade do humano? Provavelmente sim. Isso tem reflexo no conceito de identidade, agora o Outro é um ser distante e desconhecido, que nos comanda por algoritmos. Em qual grau esse Outro algorítmico estaria interferindo no senso de identidade e senso de lugar? Quais seriam as condições para que identidades assumam um papel emancipador? A princípio, pelo que acompanho há vinte anos pelos Pontos de Cultura na América Latina, a raiz precisa estar fincada nos territórios, em processos comunitários e redes de afeto e confiança recíproca. Sem negar o digital e virtual, mas com os pés fincados no chão. Concordo com Frei Betto “*a cabeça pensa onde os pés pisam*”. Mas isso não resolve. Não existem identidades coesas e autônomas, uma essência a enfatizar a existência de características inerentes e imutáveis, definindo a natureza de grupos sociais e indivíduos. Identidades são construídas e negociadas dentro de contextos familiares, sociais, culturais, históricos e políticos específicos. Em admitindo uma essência estaríamos perpetuando estereótipos e discriminação, justificando a desigualdade e a opressão. Daí a necessidade da prática cotidiana da equação: *Identidade + Alteridade = Solidariedade*.

Identidades se fazem nos lugares e falam a partir do lugar; mas sem essencialismo ou absolutização. Assim como as identidades são móveis, os lugares também são; não existe um Lugar essencializado, que se define pelo aparente, ou origem, que pode ser estereotipada também. A origem (lugar ou tempo) é uma memória, é como um quebra-cabeças infinito, em que faltam peças e outras vão surgindo e se encaixando naquelas peças que antes não encontravam encaixe, formando novas imagens, daí vão

surgindo novas lacunas com peças faltantes. É o lugar-tempo, cujo quebra-cabeças também acontece no lugar-espço.

O desafio do Ponto é encontrar a unidade entre Tempo e Espaço, donde atinar uma Identidade de Sentido e um Senso de Lugar. Todavia, com a profunda fragmentação da vida nas sociedades contemporâneas, memória e espaço estão igualmente estilhaçados, fragmentando narrativas. Essa fragmentação de narrativas faz com que sejam reordenadas a bel prazer, de acordo com as conveniências do poder dominante, em dimensões de concentração poder nunca dantes alcançadas, estilhaçando as identidades e os lugares. Senso de Lugar seria o resultado da combinação da consciência entre tempo e território, quando memória e espaço são compartilhados em comunidade, dando sentido a ações comuns. Nesse momento, sentidos e lugares formam o Senso de Lugar, reorganizando as narrativas a partir da verdade factual.

Narrativas são respostas a perguntas, mesmo aquelas que não formulamos. Se quisermos conhecer a verdade há que saber fazer perguntas. Perguntas que dizem respeito a tempos passados, mas também ao tempo presente e ao tempo futuro. Perguntas do nosso tempo, pós-moderno, caótico, tempo de dúvida e incertezas, tempo desconstruído, rápido como o vento, ou lerdo como a calmaria. Mas o vento bate, tange, corre. Tentamos enxergar o vento e não vemos, tentamos escutar o vento e não o compreendemos. Visitamos os fatos, mas sem saber como fazer a visita, sem saber como chegar, não os encontramos. Os fatos se movem como o vento ou como as ondas do mar, que vão e voltam, mas nunca voltam da mesma forma. Nesse momento, melhor ficar em espera ativa.

A espera ativa desenvolve uma perspectiva crítica na observação das práticas sociais, preocupando-se em compreender as realidades distorcidas, como uma crítica da ideologia. Realidades distorcidas ocultam e legitimam relações assimétricas de poder, para desvelá-las é necessário conhecer as formas pelo qual os interesses, conflitos e contradições se expressam no pensamento, bem como os mecanismos de produção e reprodução dos sistemas de dominação. Contribuir para processos emancipatórios pressupõe “limpar” a ideologia da falsa consciência, acelerando processos de transformação pelo pensamento e ação, rompendo com sistemas fechados de pensamento. É quando a história entra no centro da abordagem filosófica e social. Pela história se “limpa” camadas, versões são confrontadas, comparadas, ficando apenas aquilo que é regular e presente nas várias versões, como uma Verdade Factual que pode ser comprovada empiricamente. Nesse processo de limpeza, porém, nada é descartado,

porque o pode não ser válido em um determinado momento, poderá sê-lo mais adiante, desvelando novas verdades.

Cada vez mais consumimos signos e representações nos deslocando do real. Verdade e narrativa estão diretamente relacionadas, por isso a necessidade da compreensão de processos de disputa. Verdade que só pode ser encontrada quando associada à memória, operando o fio das lembranças, também do esquecimento e das reelaborações dos fatos; nesse trabalho localizei três memórias a destacar: a intencional, a involuntária e aquela em dormência. No momento que as memórias saem do estado de latência elas assumem uma existência efetiva, nos retirando do estado de repouso e nos colocando na condição de uma potência-ativa, transformadora, revolucionária. É quando a verdade se realiza pela ação do sujeito histórico e sua teia de relações. Sujeito histórico não é um indivíduo isolado e sim uma coletividade que toma consciência de si e do seu entorno, que parte do senso de lugar para entender as contradições do Sistema e superá-lo coletivamente. Serão as sementes híbridas produzidas pela cultura do encontro que farão brotar um povo pelas tradições-semente.

Não se chega à verdade somente pelo racional, para além da dimensão das determinações e interesses sociais, há também a dimensão das percepções. Negar dignidade filosófica aos sentidos, como se a mente fosse a única parte do corpo com faculdade de apreender, e razão fosse uma capacidade exclusiva da mente, é um equívoco profundo. Senso, sensibilidade, sensações, são formas de apreensão da realidade. Pelos sentidos se encadeia a consciência, noção, conhecimento. Sem o uso pleno de todos os sentidos não há sensações. São as sensações que irrompem ideias, pensamentos, opiniões, juízo, valores, razão. Entre os povos andinos cada vez mais é utilizado o termo *corazonar* como forma de agir a partir do sentimento do coração que se encontra com a razão. O *corazonar* tem mobilizado multidões, pelo afeto, pela força das raízes ancestrais, pelo senso de comunidade e de povo, são lutas de corpo inteiro, catapultadas pelo coração e pela razão. Somos seres sentipensantes, esse é o principal ensinamento dos povos de raiz, raciocínios, sentimentos e sensações que nos fazem pensar são fruto da química corporal, das emoções, ou da magia do espírito, conforme alguns interpretam e sentem. Sem emoções não há percepção. Sem percepção não há mundo. E a verdade desaparece.

O controle dos meios de comunicação de massa, via broadcast, com a difusão unidirecional das informações, e a manipulação das redes sociais a partir dos algoritmos, via lixo informacional descentralizado, se movem como pernas da desinformação e da cultura do ódio. Por vezes caminham e saltam juntos, por vezes em separado e em

contradição. Criam um *continuum* entre explosões de pânico e entusiasmo fictício, ufanista, entre assombro e desamparo. A intensidade desse *continuum* vai gerando uma sociedade atordoada, que se move em looping, provocando vertigem e incapacidade de percepção. Percepção, experiência e razão são fundamentais para a formação do Senso de Lugar, que difere do Senso Comum. Essa compreensão possibilita a formação do Senso Crítico como impulso para a transformação. Mas ainda assim falta o salto para a potência ativa. Para que a potência ativa aconteça são necessárias duas pernas, caminhando e saltando juntas. Que pernas seriam essas? A Identidade e a Alteridade. Enquanto identidade é o conjunto das qualidades a distinguem uma coisa, pessoa ou grupo social, dando qualidade àquilo que é idêntico ou assemelhado, alteridade são as relações de contraste, de diferença, a natureza e a condição do Outro, do que é distinto, mas que também define a identidade, como procurei demonstrar no subcapítulo sobre o povo Ashaninka.

Quando a identidade é essencializada, não se abrindo à alteridade, ela se transforma em uma identidade fechada em si, incapaz de dialogar com o diferente, também inerte e submissa no enfrentamento ao Sistema dominante. Ela não consegue ir além da inclusão ao Sistema. Inclusão em um mundo de excluídos é necessário, registro, mas somente como etapa, o objetivo é a emancipação, a superação do Sistema. Quando se inclui sem o horizonte da emancipação o que ocorre é a submissão e sujeição ao Sistema, reproduzindo os mesmos mecanismos de dominação, controle e exploração, que se perpetuam e se reforçam. Identidades que não conjecturam o seu contrário, que não se dispõem a entender e interagir o Outro, fechadas em si, resultaram nos maiores horrores. Também quando sucumbem ao Outro, em uma relação assimétrica, de força e imposição, pela colonialidade, igualmente resultam em horrores até maiores. Cabe encontrar um ponto de equilíbrio (ponto de cultura), uma rótula que articule fêmur e tíbia, fazendo com que cada perna contenha em si a identidade e a alteridade, alcançando a condição ideal para a caminhada e o salto. Não só duas pernas caminhando e saltando juntas, mas as duas pernas contendo dentro de si os elementos e as condições da outra. É quando acontece a Cultura do Encontro.

Pela Cultura do Encontro é possível estabelecer alianças, evitando que o Sistema se torne debelador de lutas e insurgências, fazendo-as perderem a perspectiva por transformações de fundo. Não mais a amortização, domesticação e colonização das pautas. A Cultura do Encontro como o salto necessário para a superação de todas as formas de opressão. Acompanhando os Pontos de Cultura, principalmente depois que saí

do governo federal, observando o que estava acontecendo no Brasil a partir de fora, mais enfronhado na articulação pela Cultura Viva Comunitária na América Latina, pude perceber que esse salto é possível, mais que possível, ele já está acontecendo. Identidade e Alteridade podem se impulsionar ao mesmo tempo, devem. São o chão e o salto. Neste momento, pelos cantos esquecidos deste vasto continente latino-americano estão sendo estabelecidos consensos comunitários, produzindo uma reflexividade coletiva, com exame de ações e percepções, até que as partes consigam melhor entender o “Eu” e o “Outro”. O que poderá emergir desse salto? Veremos.

Salto a alcançarem um ponto, e deste, outro ponto. Dos pontos, as linhas, das linhas, os traços, dos traços, as ideias. O objetivo é o entrelaçamento, atar cabos, dar nós. Nós como os *quipus* da escrita e contabilidade incaica. As culturas precisam ser desatadas, conhecidas, compreendidas em suas próprias dinâmicas, produzindo encontros e diálogos, o oposto da colonização. Nós a entrelaçarem Espaço e Memória como terra e semente para a cultura. Por essa partilha, comunidades desenvolveram suas identidades, criando território comum, em que referências e ambientes, histórias e conhecimentos, são percebidos coletivamente. Pelo compartilhamento entre culturas é possível descobrir processos que resultaram na formação de senso, senso de lugar, senso crítico e o sentido dos sentidos. Pelo senso se compreende o lugar, como também é do lugar que o senso é formado. Lugar enquanto *locus* para o fortalecimento de processos de resistência a da solidariedade comunitária. Lugares não são territoriais ou temporais apenas, lugares são multidimensionais e há uma fusão entre o físico e o imaginário, gerando um corpo preñado de sentidos a serem paridos. Cultura é fruto de espaço e tempo compartilhados.

Os fundamentos do colonialismo e da colonialidade estão na desumanização dos seres dominados, genocídio dos povos indígenas, o holocausto da escravização de africanos, a servidão dos sertanejos e trabalhadores do campo, a exploração dos imigrantes, dos trabalhadores urbanos, a naturalização de torturas, a espoliação, as opressões. O continente que veio a ser chamado por América Latina foi o laboratório mais exemplar de colonização dos corpos, atravessando os processos de independência dos países colonizados e mantendo-se até os dias presentes, em que parte considerável das populações se projeta no modo de ser dos países dominantes. Além desses fenômenos, há outro, que se intensifica no século XXI de maneira exponencial: a colonização das mentes via algoritmos das redes sociais em um mundo sem fronteiras. Da fusão entre Mercado, Poder político, aparatos de Estado e manipulações da fé, redes sociais e mídia, surgem ambientes de profunda desordem mental, agravados por intenso desamparo social,

econômico e afetivo. É o baralhamento do enredo que ara terreno para a sujeição das pessoas.

A filosofia da Cultura Viva não é contemplativa, e sim uma teoria prática, acontecida a partir dos territórios, em elaboração coletiva para a mudança social. É uma elaboração crítica, popular e massiva, que acontece quando se consegue puxar o fio da memória, dos afetos, das tradições, da história, desvelando o passado e elucidando o presente apontando ao futuro. Não é um ato meramente individual, ele parte dos territórios nas comunidades para se entrelaçar entre pontos, sendo apreendida e compreendida como prática transformadora, modificando as circunstâncias da atividade humana nas comunidades e na sociedade. Não se muda uma comunidade sem mudar a sociedade, comunidade e sociedade são mutuamente afetadas, assim como indivíduos. Da mesma forma, uma mudança de sociedade que não mude as comunidades e indivíduos sempre restará superficial. O pensamento humano é resultado de uma série de relações ativas e a vida social é essencialmente prática, sendo assim, a prática é o maior critério da verdade, e o processo social vai moldando o pensamento e as formas de ser, que, por sua vez, quando modificadas, modificam o processo social.

São as relações entre o presente e o passado que permitem encontrar pontos de vista diferentes e complementares até a formação de novos consensos a moldarem o processo social. Há recuos e avanços. Daí a necessidade de observar o momento específico e a evolução dos processos ao longo da história, buscando compreender as regularidades e homogeneidades de determinadas épocas, assim como as características dinâmicas da história. Não cabe apenas descrever a história, mas compreender as razões sobre como as mudanças ocorrem. Como produto das circunstâncias sociais, somos resultado e vetor das transformações que incidem sobre nós. Cabe uma combinação entre teoria e prática, nem uma teoria abstrata, precedendo a prática, nem uma prática prescindindo da teoria. Caminhando junto, por vezes com um pé à frente, por vezes o outro, vai se formando a consciência e a prática planejada se torna eficiente e escrupulosa. Até que é possível encontrar uma verdade concreta, que não é fruto de teoria abstrata ou narrativa, essa seria a verdade factual, expressando a realidade concreta do mundo.

Para além da interpretação do mundo, destaca-se a importância da ação, da capacidade e potência para transformar o mundo. O sistema capitalista, sobretudo em sua fase neoliberal, leva o planeta ao risco do colapso climático e civilizatório, está comendo o próprio corpo de tanta fome e ganância. O apoderamento e reinterpretção das tradições e do fio da ancestralidade tem força para romper com o nó da colonialidade e do

capitalismo, servindo de chão para o impulso nos processos de invenção e transformação social. Também para a invenção de práticas econômicas, sociais, políticas e culturais de natureza não capitalista. Isso torna a batalha pela reapropriação e reinvenção das tradições algo urgente e indispensável, sobretudo nos países marcados pelo colonialismo e a colonialidade, até a algumas décadas chamado por Terceiro Mundo, mas não só nesses. O caminho para a libertação e emancipações dos povos só será encontrado quando houver uma reapropriação de filosofias e pensamentos ancestrais, adaptados ao presente, tecidos em artesanaria profunda e sensível; também corajosa e sob mãos firmes e esperançosas.

O Ponto permite esse exercício em pequena escala, tornando possível uma reconstituição do vivido, o que seria inacessível em outras abordagens. A abstração matemática do ponto permite identificar estruturas invisíveis onde o vivido se articula. Outra definição possível para a Cultura Viva é de que ela é a prática do vivido, uma filosofia do vivido, desencadeando ação e interpretação do social como um conjunto de interações móveis. O conceito lançado, de gestão compartilhada e transformadora na relação entre Estado/Sociedade, induz a um Estado permeável e penetrável, em que a sociedade que se empodera. Mesmo com a porta entrefechada, uma fresta se abriu, cabe escancará-la.

Por onde? Pela Arte. Arte é um caminho para a verdade. Não o único, mas um caminho profundo, pois explora ideias, conceitos e emoções, utilizando tanto a inteligência racional como sensorial. Pela arte são comunicadas experiências e visões de mundo de forma única e poderosa, que nos fazem atravessar a identidade própria até alcançar a alteridade. Através da Arte nos sentimos e, de certa forma, vivenciamos o Outro. Por isso ela, a arte, transmite verdades profundas sobre a natureza humana e o mundo em que vivenciamos a realidade. Pelo contato com a arte ultrapassamos a observação superficial da vida cotidiana, percebendo realidades e sensações que, de outra forma, seriam invisíveis ou difíceis de expressar. A complexidade das emoções e a profundidade do espírito humano são realidade, assim como as realidades que saltam aos olhos e ainda assim não enxergamos. A arte nos conecta ao jogo e nos faz questionar semelhanças e diferenças, alterando visões de mundo e nos desafiando a buscar uma compreensão mais profunda da verdade. A arte inspira e estimula a potência-ativa. Pela arte escancaramos frestas e arestas em um mundo que não se abre para a verdade, tornando a vida coisa morta.

Minha viagem em sentido inverso vai chegando ao fim. Sob o título “*Viagem à semente*” quis demarcar uma jornada ao início, ao começo, à origem, promovendo um

diálogo com o ponto de partida, que também é de chegada para partir novamente. De forma tortuosa, em filosofia caminhante, quis ir direto ao ponto. Que ponto seria esse? O ponto a dar início a processos de transformação e renascimento em diálogo com a raiz, o ponto-semente. Ao longo dessa escrita foram muitas as sementes jogadas ao vento, sementes crioulas, híbridas, abertas a modificações a depender do solo em que se espalham e das outras sementes que encontram. Sementes jogadas por aí, cujas conclusões também são jogadas ao vento.

O sentido do ponto e da semente permanece, são potência-ativa a renovarem a esperança e a confiança no futuro, mesmo quando aparenta sombrio. Santo Agostinho fez a melhor síntese do significado da esperança e suas duas lindas filhas: a indignação e coragem. Curioso serem todas substantivas femininas, assim como a potência. Diz ele sobre as lindas filhas da esperança: “*a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem a muda-las*”. Viajar à semente é uma jornada de esperança, que só poderá brotar se houver indignação e coragem. Coragem para semear novas sementes que façam brotar novas plantas, árvores e flores. Indignação para não aceitar o mundo como ele está.

É tempo de colheita. A semente, quando lançada, já é. Agora precisamos recolher os frutos. É possível viver num mundo em abundância e gratidão, com justiça, beleza e verdade. Não são palavras vãs. Viemos ao mundo para uma vida alegre e feliz (que pode ser medida em *Felicidade Interna Bruta*). O que transforma o mundo injusto e desigual é a depressão da potência vital contida em cada ser, há que avivá-la para que a colheita seja farta. Tal qual o clima tem o ponto do não-retorno, produzindo mudanças qualitativas, para melhor ou pior, no seu equilíbrio, o mundo social também o tem. Saindo da metáfora.

Pela biomatemática da Cultura Viva é possível atingir um ponto de não-retorno que resultará em mudanças qualitativas emancipatórias, que acelerarão a potência-ativa. Darei apenas o exemplo brasileiro, pelos estudos anteriores e como resultado de minha observação contínua e comparada. Chegamos em 2010 a 3.500 Pontos de Cultura, involucrando entre oito e nove milhões de pessoas, 10% dessas em atividades culturais regulares (algum coletivo artístico, ou cursos e oficinas, cineclubes e clubes de leitura...). Como analisei, por incompreensões, incapacidade de diálogo e absorção da técnica como ideologia, houve um desmonte abrupto. Há que cuidar do solo para que as sementes cresçam livres das pragas e ervas daninhas. Caso no Brasil de 2023 houvesse a retomada dos Pontos de Cultura (agora em sentido alargado) e das Ações da Cultura Viva,

como política de Estado contínua e decidida, em 4 anos poderíamos alcançar o ponto do não-retorno, produzindo um salto quântico na sociedade brasileira. Um salto diverso, generoso e emancipador. É muito possível e a baixo custo unitário, e mesmo no custo total. Demonstro. O custo unitário para manutenção anual de um Ponto de Cultura seria suficiente, por todo arranjo comunitário agregado, no valor de R\$ 120.000,00 (importante que o valor seja igual a todos, pelo denominador comum). Começando com 5.000 Pontos, que são os que já existem e se mantem ao seu modo, a duras penas e sem auxílio governamental na quase totalidade desses. O custo em 2023 seria de R\$ 600 milhões. Muito pouco. Como ordem de proporção, isso representa 20% do total da lei Aldir Blanc 2, cujo orçamento e recursos já estão aprovados, ou seja, nem haveria novo custo adicional ao governo federal, bastando regulamentar essa destinação na lei. A este valor deveria ser acrescentado algo em torno de 50%, R\$ 300 milhões no valor total, para o conjunto das demais ações da Cultura Viva. Com isso, de imediato, 15 milhões de pessoas em cinco mil comunidades, de aldeias indígenas e comunidades rurais a favelas e coletivos de cultura digital e vanguardas artísticas, estariam envolvidas. A cada ano, mais 5.000 Pontos, até alcançar 20.000 Pontos e 60 milhões de pessoas em todo o país, em 2026. Esse seria o ponto de ebulição e de não retorno. Os demais habitantes seriam afetados por atração pelos Pontos, os “estranhos atratores” que mudam rotas, órbitas e caminhos, conforme a física quântica tem demonstrado. O custo em 2026: R\$ 3,6 bilhões (R\$ 2,4 bi para 20.000 Pontos e R\$ 1.2 bi para as demais Ações – valores de 2023). É muito pouco em relação ao muito que essa vacina pode resultar. Em termos do PIB nacional: 0,036%. Relativo ao orçamento federal: 0,2%; se houver uma distribuição junto aos entes federados estaduais e municipais, menos ainda. Esperança requer coragem e ousadia, para além da indignação. É possível ir além. E se a cada Ponto for agregada capacitação continuada, em aprendizagem-serviço para 50 jovens por ano? Seria um milhão de jovens por ano a partir de 2026. Uma ação continuada, de acolhida e aprendizagem em serviço comunitário, e cada jovem receberia uma bolsa de R\$ 600,00 mensais.

Parêntese. Eu apresentei esse estudo na Academia de Ciências do Vaticano, diretamente ao Papa Francisco, em 2017. A ideia e o cálculo foram para uma ação global, com a criação de um Fundo Internacional, com aporte correspondente a 1,5% da soma das despesas militares de todos os países (à época usei como referência o ano de 2014, cujo total era de US\$ 1.8 trilhão; hoje, com todas essas guerras, o valor deve ser maior), que seria suficiente para assegurar 10 milhões de Agentes Jovens da Comunidade

recebendo uma bolsa mensal de US\$ 150, mais o funcionamento de 200.000 Pontos, em todo o mundo. O Papa aprovou a ideia, mas os Estados ainda não. Sigo na esperança de que algum dia algum governo decida encampá-la, quem sabe. Em 2018, realizamos um seminário internacional em Castelgandolfo (vila pontifícia, na Itália), para aprofundar a proposta. Fecho parêntese.

John Lennon, inspirado por Yoko Ono, compôs uma canção que encheu o mundo de esperança, *Imagine*. Foi um convite à imaginação coletiva. Imaginem. Um milhão de jovens por ano, ideal que não haja nenhum tipo de recorte, nem racial, de gênero ou de renda, bastando ser jovem entre 16 e 24 anos e estar disposta a realizar uma aprendizagem-serviço em comunidade. Como acontece com o serviço militar, quando se retira jovens para serem treinados para a guerra e as sociedades aceitam como uma aprendizagem natural. Agora seria inverso, para a paz, para a vida em comunidade, para a Cultura do Encontro, por isso importante juntar jovens de todas as origens. E a cada novo ano, outro milhão de jovens; no mundo, dez milhões, ou mais. Em vinte anos, 20 milhões de jovens terão passado por essa experiência no Brasil, 10% da população total. Imaginaram? Decidi fazer essa viagem à semente em um sonho. Por enquanto é só sonho e talvez eu nem consiga ver as sementes brotarem. Mas o compartilho, assim como as sementes. Paul Valery escreveu: “*Antes de sermos reais, somos sonhados*”.

É tempo de Urgência Histórica e Emergência Cultural. O tempo está se esgotando, os cataclismos e eventos climáticos extremos batem à porta. Nem batem, arrombam. O colapso civilizatório também. Não há mais tempo para a paciência histórica e as transformações de longo prazo. Se o desastre não for contido agora ele não será mais. As próximas gerações estarão condenadas a viver em um planeta inóspito à vida humana, em ambiente de desconfiança, violências e competições sem limite. É preciso deter o mundo do cada um por si, de todos contra todos. Essas questões não podem ser deixadas para serem resolvidas no futuro. Exigem ação imediata já, com mudança no modo de produção e na forma de ser e de estar no planeta. Desigualdades, racismo, mudanças climáticas, injustiça econômica e explorações sem fim precisam ter um fim. Não há mais tempo para adiar soluções, ou para medidas graduais e paliativas. Precisamos de soluções integradas se quisermos evitar os danos irreparáveis à sociedade e ao planeta. Isso diz respeito à Cultura Viva. É a filosofia da Cultura Viva. São novas formas de expressão cultural, inventivas e de raiz, produzidas em interações estéticas, éticas, desde abaixo da superfície aparente. A ideia da Cultura Viva reflete o desejo por uma nova consciência social e moral que está brotando a partir das comunidades, mas que segue invisibilizada.

Com o programa Cultura Viva foi possível regar, adubar, ver os brotos crescerem, que depois foram tolhidos. Mas agora há que emergir com mais força e beleza. Há um processo aquecido, que está em ponto de ebulição e que poderá produzir mudanças qualitativas no ambiente sociocultural; como quando a água sai do estado sólido para o líquido e do gasoso para o líquido. Escrevo por fé e também com base na verdade factual do que vi e vivi, combinando estudos e análise rigorosos; espero ter sido feliz ao apresentá-los. Chegou a hora de acelerar a emergência cultural sob o signo da urgência histórica. É o que tenho a dizer. E viva a cultura viva a unir os povos.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, Alberto – O BEM VIVER: uma oportunidade para imaginar outros mundos – Editoras Autonomia Literária e Elefante, 2016
- ALMEIDA, Silvio – RACISMO ESTRUTURAL – Pólen, 2019
- AMARAL LAPA, José Roberto – A CIDADE, OS CANTOS E OS ANTROS – Edusp, 1997
- AMIN, Samir – EUROCENTRISMO, Ed. Lavrapalavra, 2021
- ARISTÓTELES – POÉTICA – Nova Cultural, 1999
- ARISTÓTELES – ÉTICA A NICÔMACO – Martin Claret, 2003
- BAIRON, Sérgio – TEXTURAS SONORAS, áudio na hipermídia – HACKER Editores, 2005
- BAIRON, Sérgio – L’HABILATATION DU SENS COMMUN DANS LES SPHÈRES HÉTÉRARCHIQUES DE LA PRODUCTION DE CONNAISSANCE: L’ENVIRONNEMENT CULTUREL PALINODIQUE” in Sociétés, 2014/2 no. 124
- BAUDRILLARD, Jean – À SOMBRA DAS MAIORIAS SILENCIOSAS, Brasiliense, 1990
- BAUMAN, Zygmunt – ENSAIOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA – Zahar, 2012
- BAUMAN, Zygmunt – MODERNIDADE LÍQUIDA – Zahar, 2001
- BENJAMIN, Walter – O NARRADOR – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov *in*. OBRAS ESCOLHIDAS – Magia e técnica, arte e política – Editora Brasiliense, 1985
- BENJAMIN, Walter, SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA, *in*. OBRAS ESCOLHIDAS – Magia e Técnica, Arte e Política – Editora Brasiliense, 1985
- BENHABID, Diego VALORIZAR LO PROPRIO, POTENCIAR EL COMÚN, Gestión cultural para organizaciones Sociales, RGC-Argentina, 2019
- BERMAN, Marshall – TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR – Companhia das Letras, 1992
- BORDIEU, Pierre – A DISTINÇÃO – crítica social do julgamento – Edusp, 2007
- BORDIEU, Pierre – A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS – Editora Perspectiva, 2001
- BOTTOMORE, Tom – DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA – Jorge Zahar Editor, 1988
- BRESCIANI, Maria Stella – Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza – Editora Brasiliense, 1981
- BRUNO, Giordano – A CAUSA O PRINCÍPIO E O UNO – Istituto Italiano de Cultura, Brasil, 1988

BURKE, Peter org. – A ESCRITA NA HISTÓRIA – novas perspectivas – UNESP, 1992

CANCLINI, Nestor, org - A INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA E MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS, Instituto de Estudos Avançados/USP, 2021

CARNEIRO, Sueli – A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER (tese de doutorado) – Faculdade de Educação da USP, 2005

CERTEAU, Michel de – A INVENÇÃO DO COTIDIANO – E. VOZES, 2014

CHAUÍ, Marilena – POLÍTICA EM ESPINOSA, Companhia das Letras, 2003

CHAUÍ, Marilena - CONFORMISMO E RESISTÊNCIA-, Brasiliense, 1986

CHAPOUTOT, Johann – A REVOLUÇÃO CULTURAL NAZISTA- Da Vinci Editora, 2022

CLASTRES, Pierre - A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO – Francisco Alves Editor, 1990

DAVIS, Wade – LOS GUARDIANES DE LA SABIDURÍA ANCESTRAL – su importância em el mundo moderno – SILABA Editores, Medellín, Colombia, 2015

DEBORD, Guy – A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO – Contraponto Editora, 2004

DEWEY, John – ARTE COMO EXPERIÊNCIA – Martins Fontes Livraria Ltda, 2010

DIEGUEZ, Consuelo – O OVO DA SERPENTE, nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder- COMPANHIA DAS LETRAS, 2022

DUSSEL, Enrique – FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO na América Latina – Edições Loyola/Editora UNIMEP, Piracicaba/SP – 1998

DUSSEL, Enrique – FILOSOFIAS DEL SUR – descolonización y transmodernidade, Edicionesakal México, 2015

EAGLETON, Terry – A IDEIA DE CULTURA – Editora UNESP, 2003

EAGLETON, Terry – IDEOLOGIA – BOITEMPO Editorial/Editora UNESP, 1997

ELIAS, Norbert – O PROCESSO CIVILIZADOR – uma história dos costumes – Jorge Zahar Editor, 1990

ELIAS, Norbert – OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS – Jorge Zahar Editor, 2000

ELIAS, Norbert – A SOCIEDADE DA CORTE – Jorge Zahar Editor, 2001

ESTÉS, Clarissa Pinkola – MULHERES QUE CORREM COM OS LOBOS – Rocco, 1999

FANNON, Franz – OS CONDENADOS DA TERRA – Editora UFJF, 2010

FANON, Frantz – POR UMA REVOLUÇÃO AFRICANA, Textos políticos - 2021

FEATHERSTONE, Mike – O DESMANCHE DA CULTURA, globalização, pós-modernismo e identidade – Studio Nobel/SESC, 1997

FERNANDES, Florestan – FOLCLORE EM QUESTÃO – Martins Fontes, 2003

FISHER, Mark – REALISMO CAPITALISTA – Autonomia Literária, 2021

FOUCAULT, Michel – VIGIAR E PUNIR – Editora VOZES, 1999

FOUCAULT, Michel - MICROFÍSICA DO PODER – Edições Graal, 1984

FREUD, Sigmund – CINCO LIÇÕES DE PSICANÁLISE, O FUTURO DE UMA ILUSÃO, MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO – Coleção Pensadores – ABRIL CULTURAL, 1978

FREUD, Sigmund – SOBRE LOS RECURDOS ENCUBRIDORES. *In*: Sigmund Freud Obras Completas. Buenos Aires, Amorrortu, 1976

FROMM, Erich – PSICANÁLISE DA SOEDADE CONTEMPORÂNEA – Zahar Editores, 1959

FROMM, Erich – SER OU TER? – Zahar Editores, 1977

FROMM, Eric – CONCEITO MARXISTA DE HOMEM – Zahar Editores, 1964

FROMM, Eric – EL ARTE DE AMAR – Paidós – Espasa Libros, Barcelona, Espanha, 2014

GADAMER, Hans-Georg – VERDADE E MÉTODO – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica – Editora VOZES, 1997

GADAMER, Hans-Georg – A ATUALIDADE DO BELO, a arte como jogo, símbolo e festa – Ed. Tempo e Festa, 1985

GIDDENS, Anthony – MODERNIDADE E IDENTIDADE, Jorge Zahar Editor, 2002

GALEANO Eduardo - AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA – LPM Pocket, 2010

GINZBURG, Carlo – A MICRO-HISTÓRIA e outros ensaios – difel, Lisboa, Portugal, 1989

GINZBURG, Carlo – MITOS, EMBLEMAS E SINAIS – Companhia das Letras, 1989

GRAMSCI, Antonio – CADERNOS DO CÁRCERE – Civilização Brasileira, 2004

GRAMSCI, Antonio – O RESSURGIMENTO E A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA – Martins Fontes, 2015

GUERRERO ARIAS, Patricio – CORAZONAR, uma antropología con la vida – FONDEC-Paraguay, 2007

HABERMAS, Jürgen – TÉCNICA E CIÊNCIA COMO ‘IDEOLOGIA’ – Edições 70 – Lisboa, Portugal, 1968

HABERMAS, Jürgen – CONSCIÊNCIA MORAL E AGIR COMUNICATIVO – Tempo Brasileiro, 1989

HABERMAS,, Jürgen – MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA – Tempo Brasileiro, 2003

HALL, Stuart - A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE – DPA Editora, 2000

HARRIS, Jonathan – FEDERAL ART AND NATIONAL CULTURE the politics of identity in New Deal America – Cambridge University Press, 1995

HOBBSBAWM, Eric, org. - A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES - Paz e Terra, 1984

HOBBSBAWM, Eric – SOBRE HISTÓRIA, ensaios – Companhia das Letras, 1988

HUSSERL, Edmund – INVESTIGAÇÕES LÓGICAS (sexta investigação – elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento) – Coleção Pensadores, ABRIL CULTURAL, 1980

RIBEIRO, Katiúscia – O FUTURO É ANCESTRAL, in. *Le Monde Diplomatique-Brasil*, 19/11/2020

LE GOFF, Jacques – HISTÓRIA E MEMÓRIA – Editora UNICAMP, 1992

LERNER, Gerda – A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO – história da opressão das mulheres pelos homens – Editora Cultrix, 2019

LEVI, Giovanni – A HERANÇA IMATERIAL – Civilização Brasileira, 2000

LIBRANDI, Marília – ESCREVER DE OUVIDO – Clarice Lispector e os romances da escuta – Ed. Relicário, 2021

LOSURDO, Domenico – COLONIALISMO E LUTA ANTICOLONIAL, Boitempo, 2020

LÖWY, Michel – O QUE É CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO religião e política na América Latina – Expressão Popular, 2016

KANT, Immanuel – CRÍTICA DA RAZÃO PURA – col. OS PENSADORES, Editora Nova Cultural, 1999

MAFFESOLI, Michel – ELOGIO DA RAZÃO SENSÍVEL – Ed. VOZES, 2001

MARCUSE, Herbert – EROS E CIVILIZAÇÃO – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud – Zahar Editores, 1968

MARIÉTEGUI, José Carlos – EL HOMBRE Y EL MITO (1925) in. *El alma matinal* – Revista Amauta, Perú, 1971

MARX, Karl – O CAPITAL – Civilização Brasileira, 1974

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – TESES SOBRE FEUERBACH, MANIFESTO DE 1848, O DEZOITO BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE, CRÍTICA AO PROGRAMA DE

GOTHA, TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL, SALÁRIO, PREÇO E LUCRO in. TEXTOS 1, 2, 3 – Editora Alfa-Omega, 1977

MARTÍN-BARÓ, Ignacio – ACCIÓN E IDEOLOGÍA – psicología social desde centroamérica

MBEMBE, Achille – NECROPOLÍTICA – n-1 Edições, 2018

MELGUIZO, Jorge, org. – CULTURA VIVA COMUNITARIA: Convivência para el bien común – El Salvador, 2015

MEIKSINS WOOD, Ellen e BELLAMY FOSTER, John – EM DEFESA DA HISTÓRIA – marxismo e pós-modernismo – Jorge Zahar Editor, 1999

MERLEAU-PONTY, Maurice – FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO – Martins Fontes Livraria Ltda, 1999

MÉSZAROS, Istvan – O PODER DA IDEOLOGIA – Boitempo Editorial, 2004

MUDIMBE, V. Y. – A INVENÇÃO DA ÁFRICA – Gnose, filosofia e ordem do conhecimento – Editora VOZES, 2019

MUMFORD, Lewis – ARTE E TECNICA – Martins Fontes Editora/Edições 70, Lisboa, Portugal, 1952

NIETZSCHE, Friedrich – VONTADE E POTÊNCIA – Editora Escala, s/d

NOGALES, Ivan – LA DESCOLONIZACIÓN DEL CUERPO – arte que se hace abrazo – Teatro Trono – COMPA – La Paz, Bolívia, 2013

NUNES, Rodrigo – DO TRANSE À VERTIGEM – ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição – UBU Editora, 2022

OLIVEIRA, Manfredo A. – REVIRAVOLTA LINGUÍSTICO-PRAGMÁTICA NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA – Edições Loyola, 2015

FEATERSTONE, Mike – O DESMANCHE DA CULTURA, globalização, pós-modernismo e identidade – SESC/Studio Nobel, 1997

FREIRE, Paulo – PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, saberes necessários à prática da autonomia – PAZ e TERRA, 2004

OLIVEIRA, Dennis – PERIFERIAS INSURGENTES: os coletivos de cultura e comunicação nas periferias de São Paulo, ECA/USP, 2021

OLIVEIRA, Dennis – RACISMO ESTRUTURAL, uma perspectiva histórico-crítica – DANDARA, Editora, 2021

OLIVEIRA, Valdir – ELESBÃO. Edição do Autor, Campinas, São Paulo, 2016

- PARANÁ, Edemilson e TUPINAMBÁ, Gabriel – ARQUITETURA DAS ARESTAS, as esquerdas e a periferização do mundo – Autonomia Literária, 2021
- PIMENTA, José – “ALTERIDADE CONTEXTUALIZADA: variações ashaninkas sobre o branco” in. Anuário Antropológico I, 2015
- POPOL VUJ – libro sagrado de los Mayas – Ed. Artes de Mexico, 1999
- PRIGOGINE, Ilya – O FIM DAS CERTEZAS – tempo, caos e as leis da natureza – Editora UNESP, 1996
- QUIJANO, Aníbal – COLONIALIDADE DO PODER, eurocentrismo e América Latina in. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas – CLACSO, Buenos Aires, 2005
- RANCIÈRE, Jacques – A PARTILHA DO SENSÍVEL: estética e política – Editora 34, 2009
- RIBEIRO, Darcy – AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO – estudos de antropologia da civilização – Editora VOZES, 1977
- RIBEIRO, Darcy – O POVO BRASILEIRO – a formação e o sentido do Brasil – Companhia das Letras, 1995
- RIBEIRO, Djamila – LUGAR DE FALA – Pólen, 2019
- SADER, Emir e Junkings, Ivana – orgs. – LATINOAMERICANA – enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe – Boitempo Editorial e Laboratório de Políticas Públicas, UERJ, 2006
- SAID, Edward W. – CULTURA E POLÍTICA – Boitempo Editorial, 2003
- SAFATLE, Vladimir – O CIRCUITO DOS AFETOS – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo – Cosac Naify, 2015
- SANTINI, Alexandre – CULTURA VIVA COMUNITÁRIA, políticas culturais no Brasil e na América Latina, ANF, 2017
- SANTOS DE MIRANDA, Danilo, org. ÉTICA E CULTURA – Perspectiva/SESC 2004
- SANTOS, Milton, A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, Editora Hucitec, 1997
- SANTOS, Milton, DA TOTALIDADE AO LUGAR – Edusp, 2005
- SAN'TANA JÚNIOR, Horácio Antunes – FLORESTANIA: a saga acreana e os povos da floresta – EDUFAC, Rio Branco, 2004
- SLATER, Candace, A TRADIÇÃO DO NOVO, in. TEIA – rede de cultura e cidadania – Ministério da Cultura, Brasília, 2007
- S. FERRO, Lila Rosa (org) AWAPÁ, nosso canto – Fundação Nacional do Índio, 2008

- SOUSA SANTOS, Boaventura – O FIM DO IMPÉRIO COGNITIVO – afirmações das epistemologias do Sul – Autêntica, 2019
- SPINOSA, Baruch – TRATADO TEOLÓGICO-POLÍTICO – Alianza Editorial, Madrid, Espanha, 1986
- SPINOSA, Baruch – TRATADO BREVE – Alianza Editorial, Madrid, Espanha, 1990
- SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS – EL VIEJO ANTONIO – Ediciones EÓN, México, 1999
- TAKUÁ, Cristine – Teko Porã, o sistema milenar educativo do equilíbrio – *in*. Revista REBENTO, São Paulo, n. 9, 2018
- TEITELBAUM, Benjamin R. – GUERRA PELA ETERNIDADE – o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista – Editora UNICAMP, 2020
- THOMPSON, E. P. – A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA – a árvore da liberdade – Editora Paz e Terra, 1987
- THOMPSON, E. P. – COSTUMES EM COMUM – estudos sobre a cultura popular tradicional – Companhia das Letras, 2019
- XAVIER DE HOLANDA, Francisco Uribam – CRISE CIVILIZACIONAL E PENSAMENTO DECOLONIAL – Dialética Editora, 2021
- TAKUÁ, Cristine – Teko Porã, o sistema milenar educativo do equilíbrio – *in*. Revista REBENTO, São Paulo, n. 9, dezembro de 2018
- TURINO, Célio – NA TRILHA DE MACUNAÍMA, ócio e trabalho na cidade – Ed SENAC/SESC, 2005
- TURINO, Célio – PONTO DE CULTURA, o Brasil de baixo para cima – Ed. Anita Garibaldi, 2009
- TURINO, Célio – POR TODOS OS CAMINHOS, Pontos de Cultura na América Latina – SESC Edições, 2020
- URIBAM, Francisco – CRISE CIVILIZACIONAL E PENSAMENTO DECOLONIAL – Ed. Dialética, 2021
- URRY, John – O OLHAR DO TURISTA – lazer e viagens nas sociedades contemporâneas – Studio Nobel/SESC, 1996
- VÁRIAS – HACIA UNA PEDAGOGÍA FEMINISTA gêneros y educación popular – Pañuelos em rebeldia – Editorial El Colectivo, Argentina, 2007

VÁRIOS – PENSANDO EL MUNDO DESDE BOLIVIA – I Ciclo de Seminarios Internacionales – Álvaro Garcia Linera, org – Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, Bolivia

VÁRIOS – O OLHAR, Aداuto Novaes, org. – COMPANHIA DAS LETRAS, 1990

VÁRIOS – O DIREITO À MEMÓRIA – Dep. Patrimônio Histórico – Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, 1992

VIGOTISKI, L. S. – PSICOLOGIA DA ARTE – Martins Fontes, 2001

VOZA, Pasquale e LIGUORI, Guido – DICIONÁRIO GRAMSCIANO – Boitempo, 2017

VIGOTSKI, L. S. – A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE – Martins Fontes, 2003

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – A INCONSTÂNCIA DA ALMA SELVAGEM - Cosac e Naif, 2002

WILLIAMS, Raymond – PALAVRAS-CHAVE – UM VOCÁBULO DE CULTURA E SOCIEDADE – BOITEMPO Editorial, 2007

WILLIAMS, Raymond – CULTURA – Editora Paz e Terra, 1992

WHITE, Hayden – TRÓPICOS DO DISCURSO – ensaios sobre a crítica da cultura – EDUSP, 2001

WHITE, Hayden – META-HISTÓRIA, a imaginação histórica no século XIX – Edusp, 1992

WITTGENSTEIN, Ludwig – INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS – Os Pensadores, Abril Cultural, 1984

WOHLLEBEN, Peter – A VIDA SECRETA DAS ÁRVORES – Sextante, 2017

YÚDICE, George - A CONVENIÊNCIA DA CULTURA – Editora UFMG, 2006

APÊNDICES



CULTURAVIVA

Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania

Pontos de Cultura - Brasil - 2004



Para saber mais sobre o Cultura Viva, acesse o Portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) ou procure uma de nossas Representações Regionais:

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Telefones: (21) 2220-6590 - 2220-4189 - Fax: (21) 2220-7715
E-mail: dr@mincrj.gov.br

Minas Gerais

Telefones: (31) 3224-6785 - 3273-6415 - Fax: (31) 3213-4602
E-mail: minc.mgsimone@terra.com.br

Nordeste

Telefax: (81) 3424-7611
E-mail: nordeste@minc.gov.br

São Paulo

Telefax: (11) 5539-6304
E-mail: culturasp@superig.com.br



CULTURA VIVA

Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Juca Ferreira
Secretário-Executivo

Célio Turino
Secretário de Programas e Projetos Culturais

Orlando Senna
Secretário do Audiovisual

Sérgio Mamberti
Secretário da Identidade e Diversidade Cultural

Paulo Miguez
Secretário de Políticas Culturais

Sérgio Xavier
Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura

Márcio Meira
Secretário de Articulação Institucional

Letícia Schwarz
Diretora de Gestão Estratégica

Elaine Rodrigues Santos
Diretora de Gestão Interna

Luiz Artur Toribio
Assessor de Comunicação

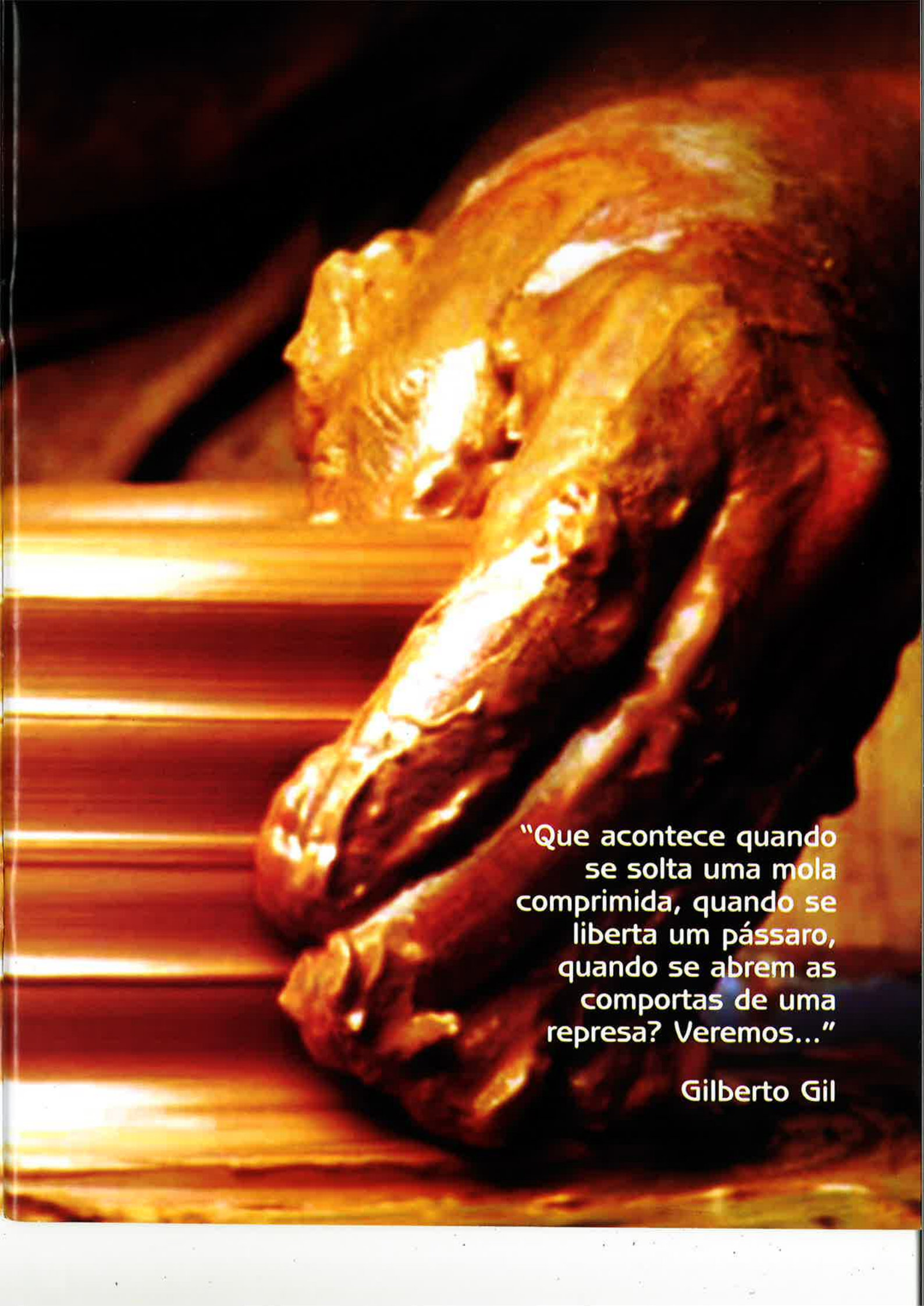
Nossos agradecimentos à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e aos demais Parlamentares, representantes das duas Casas, por colaborarem com a ampliação e o fortalecimento do Programa Cultura Viva, por meio de emendas que propiciaram maiores recursos aos Pontos de Cultura.

Sumário

- A verdadeira cultura transcende fronteiras (Luiz Inácio Lula da Silva), **6**
Que acontece quando se liberta um pássaro? (Gilberto Gil), **8**
Oportunidades de voz, de comunicação e de vida (Juca Ferreira), **10**
Desescondendo o Brasil profundo (Célio Turino), **14**
O que é o Cultura Viva?, **18**
Ponto de Cultura, **20**
 Para ser um ponto de cultura, **21**
 Após esses passos o ponto recebe, **21**
 Os Pontões, **21**
 Governos estaduais e prefeituras, **22**
 Pontos de Cultura no exterior, **22**
Outras Ações, **24**
 Agente Cultura Viva, **24**
 Cultura Digital, **24**
 Escola Viva, **26**
 Griôs – mestres dos saberes, **28**
 Investimentos Federais no Programa Cultura Viva, **29**
Avaliação e construção do programa, **30**
 Meios de difusão e comunicação, **30**
 Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva, **31**
 Revista Cultura Viva, **31**
 Expedições Cultura Viva, **31**
Gestão compartilhada e transformadora, **32**
 Potencialização e encantamento social, **32**
 Compartilhar e transformar, **33**
 Tradição, memória e ruptura, **36**
 Gestão em rede, **37**
 A dimensão do desenvolvimento na cultura, **38**
 Algo de novo é possível, **39**
Experimentação, memória e invenção (Gilberto Gil), **40**
Portaria de criação do Programa Cultura Viva, **46**
Edital de Divulgação nº 1, **48**
Pontos de Cultura selecionados, **52**







"Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos..."

Gilberto Gil

A verdadeira cultura transcende fronteiras*

“O que estamos celebrando hoje é, acima de tudo, o reconhecimento ao que temos de mais caro na alma nacional: nossa cultura - presente na grande arte do futebol, aqui representada pelo rei Pelé, na encantadora música de Caetano e no imenso legado de Orlando Villas Bôas, Fernando Sabino, Rachel de Queiroz e, ainda, de nosso querido Renato Russo.

A alma brasileira também está impressa nos gibis de Maurício de Sousa, nos quais nossos filhos lêem algumas de suas primeiras palavras - inclusive aprendendo errado, com o Chico Bento, algumas delas - e na forma pela qual cada uma das quarenta personalidades e dos grupos que hoje recebem a Ordem do Mérito Cultural reinventam e transfiguram o mundo com sua imaginação criadora.

E aqui incluo os homenageados e homenageadas que, embora tenham trabalhado com afinco e talento durante toda a sua vida, ainda não merece-

** Trechos do discurso proferido na cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural. Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2004.*



ram o devido reconhecimento nos grandes teatros, nas livrarias, no rádio ou na televisão. É o caso da Maria, da Regina e da Conceição das Neves, deficientes visuais que vieram de Campina Grande, lá na Paraíba, para nos brindar com a luz de suas vozes. Ou do Povo do Açude, da Serra do Cipó, em Minas, que mantém viva a dança do Candombe desde o tempo dos escravos.

Juntos, essas personalidades e esses grupos evidenciam a força de nossa identidade cultural. Uma identidade plural, nascida em meio à riqueza artística e imaginativa dos povos que deram origem à nação brasileira. E que sempre manteve fértil diálogo entre a arte popular e a erudita, entre as expressões genuinamente brasileiras e aquelas recebidas de outros países.

E nós sabemos que tudo isso só é possível porque a verdadeira cultura transcende fronteiras, sejam elas entre países, etnias, classes sociais e religiões.

Meus amigos e minhas amigas, estamos empenhados, governo e sociedade, em criar o máximo de possibilidades para expressar, cada vez mais, nossa criatividade. Uma política cultural contemporânea precisa ampliar o acesso aos bens e manifestações culturais, ao mesmo tempo expandindo a possibilidade de as pessoas darem vazão a seu espírito criador. Com os **Pontos de Cultura**, por exemplo, o companheiro Gilberto Gil e sua equipe começarão, em breve, a repassar às comunidades organizadas não só verba para seus projetos, mas também câmeras de vídeo e computadores.

Nosso objetivo é que os artistas populares consigam materializar sua criatividade também em produtos audiovisuais e digitais, usando a tecnologia como forma de divulgação. Duzentos e sessenta e dois **Pontos** já foram selecionados por meio de edital e os primeiros contratos estão sendo assinados. O que propiciará, não só às comunidades urbanas, mas também às

indígenas e quilombolas, acesso aos meios de produção e expressão de sua riqueza cultural. Em 2005, mil comunidades terão sido selecionadas.

Ao mesmo tempo, fortalecemos nossa política de incentivo à produção cultural, para que novos talentos tenham acesso a financiamentos, enquanto trabalhamos nos aperfeiçoamentos legislativos que têm por objetivo valorizar e apoiar a livre difusão cultural (...).

Com toda a sua autonomia, com liberdade e sem nenhuma obrigação propagandística, a arte tem uma capacidade quase mágica de falar às mentes e aos corações de cidadãos e cidadãs de qualquer nacionalidade, compartilhando sensibilidades. Por isso mesmo, constitui poderoso instrumento de construção da paz.

Todos os que estão sendo homenageados aqui, hoje, têm um importante papel nesse processo de construção. E é por isso que desejo agradecer a todos vocês pelo que têm feito por nosso País e dar-lhes os meus mais sinceros parabéns”.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



Imagem:
Grupo de Teatro Mamulengo Presepada
Projeto Oficina de Teatro Invenção Brasileira

Que acontece quando se liberta um pássaro?

O Ministério da Cultura lança seu programa mais abrangente e profundo do campo da cidadania cultural. Uma iniciativa de *do in antropológico* - expressão que utilizei em meu discurso de posse.

Nos primeiros dias de gestão, definimos que a ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia. Este programa se inclui na primeira e na terceira dimensões, mas diz respeito sobretudo à segunda. Os **Pontos de Cultura** são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a “pesca” que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. Ao

Pronunciamento sobre o Programa **Cultura Viva**
Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004.



contrário, elas crescem, elas se consolidam, elas se desdobram e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura da esfera midiática e nacional.

Cada **Ponto de Cultura** será um amplificador das expressões culturais de sua comunidade. Onde se faz (ou se quer fazer) música, haverá um estúdio de gravação digital, com capacidade para gravar, fazer uma pequena tiragem de CDs e botar na Internet o que foi gravado. Onde se faz (ou se quer fazer) vídeo, cinema ou televisão comunitária, haverá um estúdio de vídeo digital, com câmera, ilha de edição, microfones e maleta de luz. E mais: dança, teatro, leitura, artes visuais, *web*, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fizer, sonhar e materializar.

O Ministério da Cultura entra com os conceitos, os recursos, o acompanhamento, o treinamento dos monitores, a articulação institucional e a rede - aspecto vital do programa. Todos os **Pontos de Cultura** estarão em rede, a fim de trocar informações, experiências e realizações. Os parceiros locais, por sua vez, entram com os espaços, a gestão e um punhado de compromissos: responsabilidade, transparência, fidelidade aos conceitos, inserção comunitária, democracia, intercâmbio. Os **Pontos de Cultura** terão a cara de seus usuários.

Em alguns lugares, haverá também um **Ponto de Cultura** maior, a ser construído ou reaproveitado, o qual servirá de base para as demais intervenções em grandes regiões ou Capitais. Comunidades e criadores poderão escolher atividades, equipamentos, treinamentos. Serão, ao mesmo tempo, usuários e gestores, por intermédio de conselhos e de parceiros - ONGs ou poder público local.

Trata-se, pois, de um programa flexível, que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade. Um programa que será não o que o governante pensa ser certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada de grandioso, certamente. Mas sua multiplicação integrada, com banda larga e *sites*, emissoras de TV e rádio comunitárias, programas na TV pública e jornais



Imagem:
Grupo Cultural Afro
Reggae Projeto
Levantando a Lona

comunitários, deve produzir uma revolução silenciosa no País, invertendo o fluxo do processo histórico. Agora será da periferia à periferia: depois, ao centro.

Vale dizer que esperamos a adesão de parceiros empresariais - para, inclusive, viabilizar a criação de **Pontos de Cultura** no exterior, onde quer que exista expressivo número de brasileiros - e fechamos um acordo com o Ministério do Trabalho e outros parceiros, a fim de que os jovens monitores recebam uma bolsa mensal e tenham, no **Ponto**, uma referência de capacitação profissional e de formação para a cidadania.

O programa **Cultura Viva** é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, implica a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples "deixar fazer", pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio *do-in antropológico*. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações.

Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos...

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Oportunidades de voz, de comunicação e de vida

Diversas razões guiaram o Ministério da Cultura no objetivo de dotar o Brasil de um programa de cidadania realmente abrangente, ousado, do tamanho do País.

Ao fazer um exame cuidadoso da cena cultural brasileira, não poderíamos deixar de considerar o impacto, em todas as dimensões da experiência nacional, especialmente a cultural, da enorme dívida do Estado com as populações de baixa renda, desprovidas de acesso e usufruto de direitos elementares - especialmente as gerações mais jovens, mais claramente vulneráveis à violência. Por outro lado, não poderíamos deixar de considerar a significativa resistência, por meio de sistemas, práticas e valores culturais, destas comunidades. Iniciativas que fortaleceram, em vez de dissolver, os laços sociais de crianças, jovens e adultos.

Deslocando o MinC da posição marginal a que foi relegado em governos anteriores e ao colocar em prática a robusta - e necessariamente transversal - ação de inclusão social ora em curso, o Governo Lula optou por reconhecer a centralidade da cultura no impulso de um desenvolvimento sustentável e, em especial, a importância da cultura.



• Ao tomar posse, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, anunciou que haveria – como, de fato, houve – genuína transformação e ampliação do conceito de cultura nas ações de fomento e reconhecimento do Estado brasileiro. O intenso processo de redemocratização do País exigiu o abandono de histórica visão elitizada e concentradora. Visão que desembocava numa política cultural voltada para manifestações consagradas – atividades de pequena parcela da população. Ao formular programas inéditos, como o **Cultura Viva**, passou-se a incluir a diversidade cultural brasileira no escopo das ações de fomento, incluindo o complexo índio e o negro-mestiço e envolvendo todas as linguagens e formações.

O Ministério reconheceu a pluridimensionalidade da experiência cultural. De modo geral, são três as dimensões interdependentes. A dimensão simbólica, relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e práticas culturais; a cultura como cidadania, direito assegurado na Carta Magna, nas Declarações universais, condição indispensável do desenvolvimento humano; finalmente, a cultura como economia, geradora de crescimento, emprego e renda. O Programa **Cultura Viva**, assim como os **Pontos de Cultura**, atua nestas três dimensões.

Por meio do programa **Cultura Viva**, o MinC estará envolvendo milhões de jovens no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que, certamente, reverterá em benefício de toda a sociedade brasileira, eis que atuando em favelas e ajudando a cicatrizar nossas explosivas feridas sociais. Justamente por isso, um processo de inclusão social pela cultura não poderia ser programado no vazio – ou estaria condenado de antemão ao fracasso, em consequência do seu desenraizamento comunitário.

• Conforme Milton Santos, em sua inovadora geografia crítica, *“a utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível”*. Esta foi a direção da construção do programa: criar ampla linha de ação a partir do que já existe e já atua, com legitimidade comunitária. Refiro-me a entidades, órgãos locais e mecanis-

mos já existentes, que poderão ser fortalecidos, aperfeiçoados e continuamente avaliados.

O programa **Cultura Viva** traz, implícito, um movimento estratégico de interação e repactuação social e política. O programa promove e possibilita, em larga escala, o encontro entre a população de baixa renda e outra parcela que, acuada pela insegurança, filha da enorme desigualdade social, tem hoje mais acesso à Universidade, a serviços e bens culturais. Por meio de oficinas e outros meios, será possível restabelecer parte do que foi rompido, projetando um Brasil que não seja integrado apenas pela circulação – ainda que precária e não universal – de mercadorias, mas também pela circulação de valores, produções simbólicas e diálogo, acentuando o trânsito da cultura popular nos mercados de massa e o diálogo criativo entre a cultura local e a estrangeira. Uma redistribuição que também seja filha de efetiva interação, permeada de trocas reais e afetivas entre os brasileiros. O **Cultura Viva** pavimenta o caminho de reaproximação e repactuação entre os vários Brasis.

Muitos dos jovens que, ao longo dos anos, serão beneficiados pelo programa **Cultura Viva** hoje se encontram fora dos ambientes da educação pública ou privada, apartados do mundo do trabalho e, em muitos casos, já excluídos do tecido familiar. As linguagens artísticas podem desempenhar papel fundamental nesse processo de reintegração crítica, de recuperação da auto-estima e do sentimento de pertencimento comunitário dessas crianças e adolescentes, propiciando um reordenamento pessoal capaz de fazer frente à experiência desagregadora da rua.

Considero, nesse sentido, que o significado do programa está muito bem sintetizado. **“Cultura Viva”**. Com este foco bem nítido, trata-se de incluir no circuito de trocas simbólicas uma população que, sobrevivendo em meio a violentas contrariedades, oferece imprescindível contribuição à formação cultural de todos os brasileiros. Uma cultura viva, porque diminui a segregação social do País, multiplica os espaços e as chances reais de cada um. Oportunidades de voz, de comunicação e de vida.

Juca Ferreira
Secretário-Executivo do Ministério da Cultura







Imagem:
Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga - AGUA
Projeto ECOS - Escola de Comunicação da Serra

Desescondendo o Brasil profundo

Precisamos descobrir o Brasil!¹ Precisamos desesconder o Brasil, mostrá-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil: em lugar de conceitos rígidos, noções líquidas; em lugar da reta, a curva. Precisamos fundir-nos com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas². Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem em contato com a realidade viva. Para compreender o Brasil, precisamos nos transformar em poetas³. Precisamos transformar o Brasil!

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – **Cultura Viva**, nasce desse desejo. Por enquanto, o **Cultura Viva** é um programa do Ministério da Cultura, do Governo do Brasil, no entanto, nosso objetivo é consolidá-lo como política de Estado, desenvolvendo ações transversais entre os Ministérios, estados e municípios. A primeira ação foi assinada com o Ministério do Trabalho e Emprego e vai garantir 50.000 bolsas anuais para jovens do Primeiro Emprego. Na seqüência, parcerias com os Ministérios das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e

Telégrafos: ligação por internet em Banda Larga pelo Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (G-Sac) e distribuição de produtos culturais produzidos pelas comunidades; Ministério do Meio Ambiente (Salas Verdes); Ministério da Educação (Escola Viva); Ministério do Desenvolvimento Social (erradicação do trabalho infantil e o Fome Zero); Ministério da Ciência e Tecnologia (Casa Brasil e Telecentros) e todos os outros programas e ações onde a cultura couber (e a cultura cabe em todo lugar).

Para transformar o Brasil é preciso ir além de uma política de Estado, afinal, o Estado ainda é de tão poucos. É preciso transformar o **Cultura Viva** em política pública efetivamente apropriada por seu povo. “*A sociedade é produzida por nossas necessidades, o governo por nossa perversidade*” (Thomas Paine, *O Bom Senso*). Mais que oferecer serviços públicos “para” o povo, é preciso compartilhar, unir afeições, promover felicidade. “*A alegria é a prova dos nove*” (Oswald de Andrade, *Manifesto Antropofágico*). Qualidades que o povo brasileiro tem de sobra. Porém, o caminho não é fácil.

1. Verso extraído do poema Hino Nacional, de Carlos Drummond de Andrade.

2. “*Águas são muitas*”, da Carta do Descobrimento, de Pero Vaz de Caminha.

3. “*O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta*”, conclusão de Roger Bastide, sociólogo francês e um dos primeiros professores da Universidade de São Paulo, in. Prefácio ao livro *Brasil, país de contrastes*.

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, defrontamo-nos com iniquidade, injustiças, maus cheiros, maus tratos... Milhões habitando periferias, favelas e cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade; índios sem direitos; um povo mestiço mas sem igualdade racial; os esquecidos; os desvalidos... Os sem Estado.

Mesmo assim, o País resiste na solidariedade popular. Mães sem emprego cuidam das crianças de mães que encontram trabalho. Aos domingos, amigos fazem mutirão para construir casas. Ao final da jornada, churrasco, samba e cerveja. Os brasileiros são inventivos, empreendedores e alegres. *"Serão os atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo"* (José Bonifácio de Andrada e Silva, *Patriarca da Independência do Brasil*). Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo.

O **Cultura Viva** deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado ampliado. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia. Há muitas ações de combate à exclusão social, cultural e digital já acontecendo. Fala-se da criminalidade e do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro (e em todas as outras grandes cidades), mas as pessoas envolvidas com isso são minoria. Muito mais gente se mobiliza para recuperar os morros, desenvolver música, dança, teatro... E com estética inovadora! Quem assistiu ao filme *Cidade de Deus*, se impressiona com a narrativa ágil e atores vibrantes. Gente das favelas. Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, as casas estão sendo pintadas com cores vivas. Unindo a comunidade, um conceituado arquiteto e empresas. No campo, trabalhadores sem terra criam suas próprias escolas educando mais de 120.000

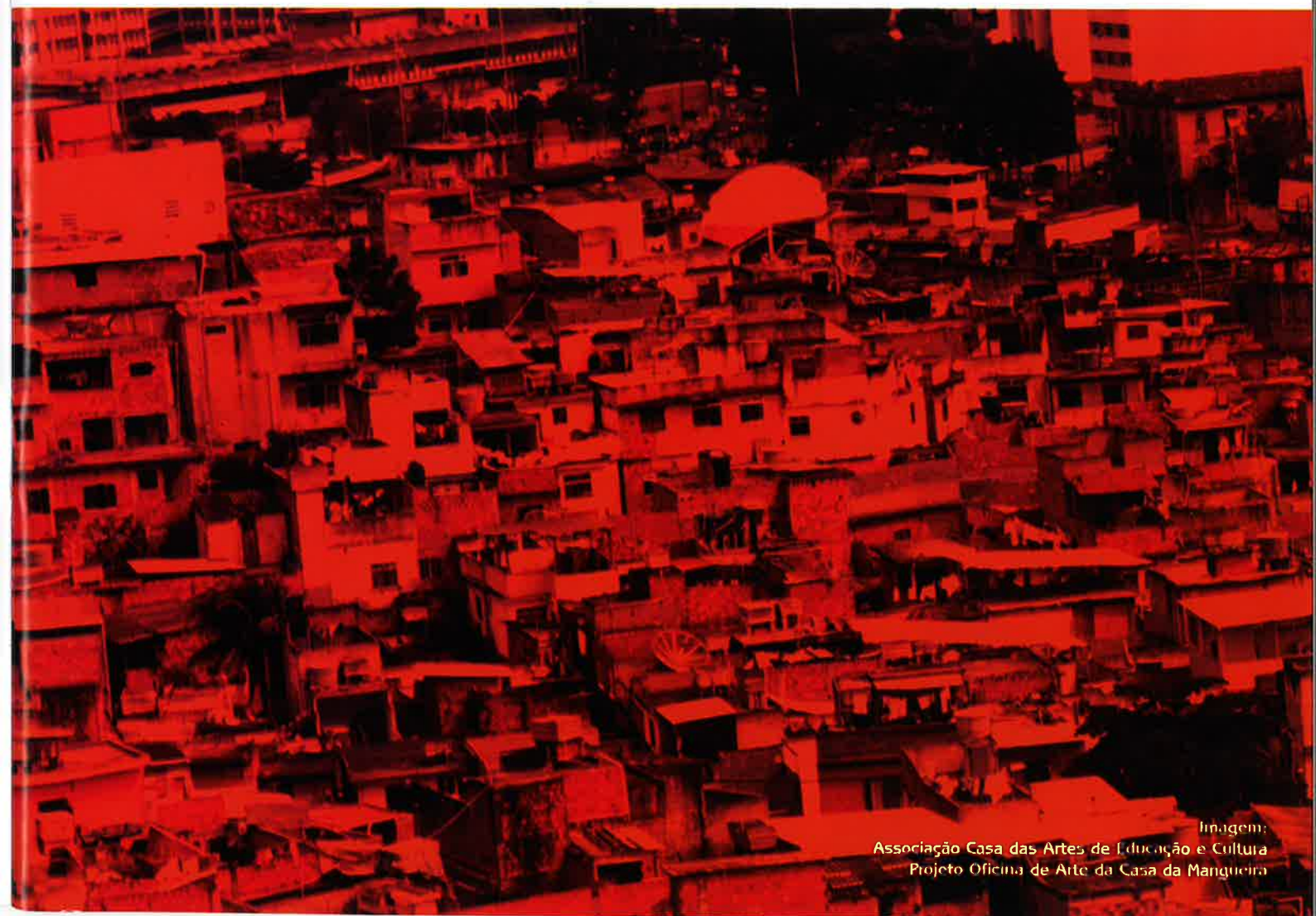


Imagem:
Associação Casa das Artes de Educação e Cultura
Projeto Oficina de Arte da Casa da Mangueira

crianças, além de alfabetizar jovens, adultos e idosos. Em um lixão de Maceió há um circo-escola e valentes guerreiras lutando contra a exclusão social. Uma nova postura vem sendo construída em um Brasil escondido.

Por isso pōtenciar o que já existe. Acreditar no povo, firmar pactos e parcerias com o que o Brasil tem de melhor: o brasileiro. "O melhor do Brasil é o brasileiro" (Câmara Cascudo, folclorista). Mas isso não significa um simples "deixar fazer", porque, neste caso, os gostos e imposições da indústria cultural acabariam por prevalecer. Da mesma forma, querer levar "luzes", selecionar cursos e espetáculos que julgamos mais adequados e sofisticados, também continuaria reproduzindo a mesma relação de dependência e subordinação e apenas trocaríamos o dirigismo de mercado pelo de Estado.

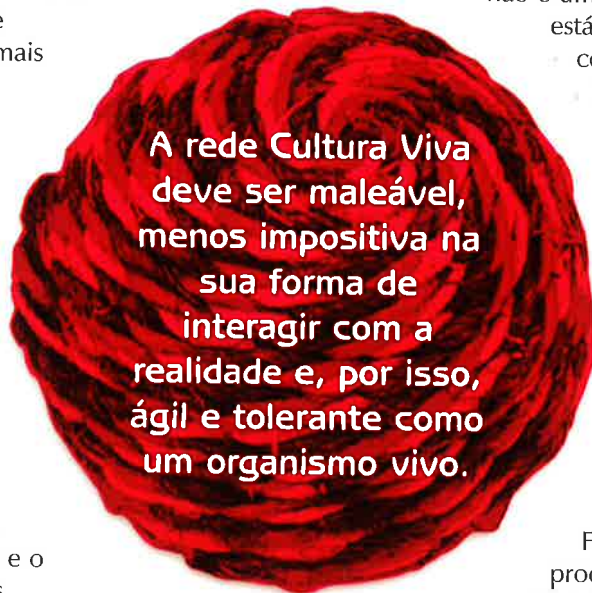
Com o **Cultura Viva** vamos experimentar uma outra alternativa, o **desenvolvimento aproximado** entre os **Pontos de Cultura**. Nossa idéia é a de que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteçam num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas. Um Ponto auxiliando outro Ponto. Alguns oferecem uma experiência mais avançada em teatro, outros em dança; ações sócio-educativas aprendem com a vanguarda estética que se encontra com a tradição e ajudam a construir o novo. Uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença.

O papel da coordenação do programa é o de localizar e formar **mediadores** na relação entre Estado e sociedade, aproximando as diferentes formas de expressão e representação artística, bem como diferentes visões de mundo. O programa **Cultura Viva** ainda não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se inicia, mas, tenta identificar caminhos. Ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados.

Na partida, evitamos uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública. Menos consensos fabricados (e sonhos roubados) e mais conexões de trabalho que respeitem a diversidade e a busca de micro-soluções para o fortalecimento de redes sociais. Para sedimentar a rede, os **Pontos de Cultura**.

O nome **Ponto de Cultura** surge do discurso de posse do ministro Gilberto Gil, "um do-in antropológico, um massageamento de pontos vitais da Nação". E que Nação é essa? De certo não é uma massa compacta e estática e muito menos um conjunto de estereótipos e tradições inventadas. A Nação para a qual olhamos precisa ser vista como um organismo vivo, pulsante, envolvido em contradições e que necessita ser constantemente energizado e equilibrado. Uma acupuntura social que vai direto ao Ponto. "Quando há vida, há inacabamento" (Paulo Freire, educador), mais processo e menos estruturas pré-definidas, menos fossilização e mais vida.

A rede **Cultura Viva** deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade, e por isso, ágil e tolerante como um organismo vivo. O objetivo é fazer uma **integração dos Pontos** em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. A interação entre o global e o local deve respeitar o crescimento das ações desenvolvidas em cada **Ponto de Cultura**, de modo que eles ganhem musculatura e estrutura óssea e conquistem sua sustentabilidade e emancipação. Tal modo de pactuar com a sociedade foi definido como **Gestão Compartilhada e Transformadora** e envolve os conceitos de **empoderamento, autonomia e protagonismo social**. Enquanto nos afastamos das velhas "neo" cartilhas, clareamos os conceitos, à medida que a experiência social avança e os fenômenos tornam-se explicitados. Menos *receitadores* e mais educadores, este parece ser um bom caminho.



A rede **Cultura Viva** deve ser maleável, menos impositiva na sua forma de interagir com a realidade e, por isso, ágil e tolerante como um organismo vivo.

Nesta publicação estão algumas idéias, conceitos e ações que nos permitiram iniciar a caminhada: o **Ponto de Cultura** como espaço de sedimentação da macro rede **Cultura Viva** - de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos, constituindo redes por afinidade; a **Cultura Digital** como um instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica); os **Agentes Cultura Viva** como protagonistas de um processo que integra inclusão social, econômica, cultural, digital e política na construção de uma **cidadania emancipatória**; a **Escola Viva** como uma ação que integra o **Ponto de Cultura** à escola, apontando para um outro modelo de envolvimento social com a educação, que vai além dos muros escolares e ganha a cidade.

Definidas estas quatro ações (Ponto de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva e Escola Viva) observamos que faltava uma integração dialética entre **tradição, memória e ruptura**. Tradição enquanto ponto de partida, memória enquanto reinterpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro. Assim, incluímos uma quinta ação, o **Griô**, que será lançada até o final de 2005 e oferecerá bolsas para os velhos mestres do saber popular: os organizadores de quadrilhas, de folias de reis, congadeiros, artesãos, paneleiras, rendeiras, repentistas, rabequeiros, contadores de histórias, construtores de brinquedos, baianas do acarajé,

mestres de capoeira... Velhos brasileiros que tanta sabedoria têm a nos oferecer. Cada um receberá um salário mínimo por mês para formar jovens aprendizes e continuar fazendo exatamente o que já fazem. **Griô** foi a forma abraçadeira que encontramos para a expressão em francês *Griot*, que designa artistas e narradores de história da África Ocidental, homens que caminhavam (e caminham) de aldeia em aldeia repassando a história de seu povo. Ao transformarmos o **Griô** em uma ação do **Programa Cultura Viva**, pretendemos nos aproximar ainda mais do saber popular e nos encontrar com a África.

Unindo o conjunto de ações, um programa na televisão, uma revista, cartazes murais e portal pela internet, efetivando a integração em rede e o protagonismo dos **Pontos de Cultura**. Assim, mergulhamos em um Brasil profundo, escondido. *"Um outro mundo é possível"* (Fórum Social Mundial). Esse é o caminho que escolhemos e para o qual convidamos todos aqueles, brasileiros ou não, a caminhar conosco, por uma **Cultura Viva**.

Célio Turino

*Secretário de Programas e Projetos Culturais
Coordenador do Programa Cultura Viva*

Imagem:
Associação Casa das Artes
de Educação e Cultura
Projeto Oficina de Arte da
Casa da Mangueira



O que é o Cultura Viva?

O programa **Cultura Viva** é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos **Pontos de Cultura**, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social.

Encantamento social pressupõe envolvimento intelectual e afetivo, criando uma mágica motivadora em que as pessoas cada vez mais são estimuladas a criar e participar. No entanto, "...se o povo sabe o que quer, ele também quer o que não sabe"*. Para saber é preciso conhecer, formar gosto, ganhar competência para interpretar signos e códigos. O papel da coordenação do programa será o de fomentar o processo de reinterpretação cultural, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo.

"Aqui se faz cultura" pode ser um dos lemas dos **Pontos de Cultura**, que, ao serem reconhecidos como sujeitos, também reconhecem os outros, intensificando a troca entre si. O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para

uma ação contínua junto às comunidades. São objetivos do Cultura Viva:

- ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo na cultura "a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente";
- incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo;
- potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- fomentar uma rede horizontal de "transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos";
- estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens

artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que em que os cidadãos se inserem;

- promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direitos e economia

QUAL O PÚBLICO PRIORITÁRIO DO CULTURA VIVA?

- Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;
- adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- estudantes da rede básica de ensino público;

- habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;
- agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural;
- e todo brasileiro que sonha com uma cultura viva.

O Programa Cultura Viva é constituído de cinco ações, descritas a seguir.

** Todas as expressões entre aspas pertencem ao discurso de posse do Ministro Gilberto Gil (constante no anexo).*

Imagem:
Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga - AGUA
Projeto ECOS - Escola de Comunicação da Serra



Ponto de Cultura

"Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio, e eu moverei o mundo".
Arquimedes (matemático grego – supostamente entre 287 a.C. e 212 a.C.)

O **Ponto de Cultura** é a ação prioritária do **Programa Cultura Viva** e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o **Ponto de Cultura** agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.

O **Ponto de Cultura** não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo.

A adesão à rede de **Pontos de Cultura** é voluntária e dá-se a partir de chamamento público, por edital. O Ponto pode ser instalado em uma pequena casa, ou barracão, em um grande centro cultural, ou museu... Basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam. A partir do Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos *pontos* de apoio: a escola mais próxima que mantém suas instalações e recursos fechados à comunidade do entorno, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, a garagem de algum voluntário que sonhou com (e fez) uma biblioteca comunitária. Até – por que não? – a sombra de uma árvore.

São inúmeras as possibilidades de combinação de ações a partir das disponibilidades vinculadas à dinâmica própria de cada comunidade. A partir dessa dinâmica, serão definidas as necessidades de instalação física e de equipamentos de cada **Ponto de Cultura**. Em um deles, o eixo pode ser a capoeira; em outro, um estúdio de gravação de hip-hop; em outro ainda, uma oficina de restauração, grupo de teatro ou de mímica, oficina de produção de textos e roteiros, atividades circenses, coral, círculo de leitura, cineclube, produção de programas para radiodifusão, balé moderno ou clássico, pólo de produção de vídeo digital, break ou danças regionais, oficina de escultura ou desenho, aula de violão ou percussão. Quem escolhe é o povo. Às escolhas, o Ministério da

Cultura agregará novas ações e circuitos culturais. Pontos de diferentes matizes estarão instigando seus pares. Até que o eixo de cada Ponto passe a agregar novos eixos e a partir de um ponto surja uma espiral.

Enfim, o **Ponto de Cultura** será “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (...)”; “será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço de disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção”*

Para ser um Ponto de Cultura:

- deve-se participar do edital de divulgação do Ministério da Cultura, enviando projeto para análise da Comissão Nacional de Avaliação,

composta por autoridades governamentais e personalidades culturais;

- havendo a inclusão por seleção, será celebrado convênio com o Ministério da Cultura.

Após esses passos, o Ponto recebe:

- até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto;
- 50 bolsas do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de 150 reais, para jovens de 14 a 25 anos. Cada bolsa tem a duração de seis meses. Findo o prazo, outro jovem é selecionado. O jovem ganha para desenvolver o projeto do Ponto e frequentar cursos que o capacitem para gerar renda própria a partir da cultura, e melhor exercer sua cidadania;

Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 25 mil reais, deverá ser utilizado para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar cd, câmera digital, ilha de imagem e o que seja importante para o Ponto. Os equipamentos conectam-se por meio de internet banda larga, tecendo uma grande rede de Pontos espalhados pelo Brasil e pelo exterior, na qual circularão imagens, sons e produtos – base de um sistema de produção material e imaterial compartilhada. Para o melhor desempenho dessa ação, há conversações em andamento entre o Ministério da Cultura e o Programa G-sac, do Ministério das Comunicações.

Os Pontões

Quando em uma localidade houver certa “densidade” de Pontos de **Cultura**, o Ministério da Cultura proporá a constituição de **Pontões**. Grupos de Pontos e governos locais também poderão fazê-lo.

Os Pontões serão espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos



Pontos de Cultura, que receberão recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dará por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e sua missão será a de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos.

Governos estaduais e prefeituras

A participação do poder público local no **Cultura Viva** poderá ser de três formas:

- como proponente de um ou mais **Pontos de Cultura**. Neste caso, deve-se participar de edital específico para instituições governamentais;

- como parceiro de um ou mais projetos, oferecendo apoio e orientando projetos no âmbito de sua comunidade. Neste caso, o proponente será uma entidade;
- como co-gestor com o Ministério da Cultura na seleção de projetos de **Pontos de Cultura** no âmbito de sua área administrativa. Neste caso, já não é proponente de projeto, nem parceiro de entidade: é concedente e disponibiliza parte de seus recursos para a implementação dos projetos.

Pontos de Cultura no exterior

Como parte integrante da política externa traçada pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, fundada na cooperação internacional e na afirmação do País como Nação soberana, o **Cultura Viva** planeja localizar **Pontos de Cultura** nas comunidades de brasileiros residentes no exterior, nos Países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Portugal, África e Ásia).

Cada Ponto receberá 30 mil dólares/ano, que serão captados junto a empresas, organismos multilaterais e governos amigos. Esses Pontos, conectados aos Pontos do território brasileiro, formarão uma rede internacional de produção compartilhada e de troca de produtos simbólicos, fortalecendo a relação sul-sul, horizontalizando a relação sul-norte e colaborando com a construção de uma corrente solidária e contra-hegemônica.

** Discurso de posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil.*



Imagem:
Associação Casa das Artes de Educação e Cultura
Projeto Oficina de Arte da Casa da Mangueira



Outras ações

Agente Cultura Viva

O **Agente Cultura Viva** é a ação que se articula ao **Ponto de Cultura** para incitar no jovem o interesse em iniciar, futuramente, uma profissão relacionada à cultura. Serão jovens de 16 a 24 anos que, durante seis meses, receberão um auxílio financeiro de 150 reais por mês para desenvolver ações previstas no projeto de seu **Ponto de Cultura**. Onde for Maracatu ou Escola de Samba: confecção de fantasias, oficinas musicais...; com Hip Hop, grafiteagem, DJ, organização de eventos; nos Pontos em que houver uma ação com o audiovisual: capacitação em roteiro, câmera... assim por diante. A capacitação específica é definida pelo **Ponto de Cultura** e a coordenação do programa contribui com o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. O objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária.

O **Agente Cultura Viva** é uma parceria com o programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego e beneficiará aproximadamente 100 mil jovens até 2006. Além das bolsas e dos cursos, eles terão acesso aos mecanismos que facilitem a emissão de carteira de trabalho e previdência social e a outros programas e ações promovidos pelo Governo Federal.

Cultura Digital

A ação **Cultura Digital** é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais *"palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial"* (discurso no ato de entrega do Prêmio Mérito Cultural – Ministro Gilberto Gil), dando visibilidade e circulação à produção dos **Pontos de Cultura**: os tambores do Tocantins, o samba do Recôncavo, a ciranda de Pernambuco, a viola do Brasil Central...

Com a **Cultura Digital**, as comunidades poderão gravar sua própria imagem, como acontece com o **Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias**, com os índios Ashaninka e Kaxinawá, no estado do Acre, em que há uma inversão no tradicional processo de registro da imagem audiovisual das manifestações populares. Ao invés de serem filmados por um olhar externo, os índios são capacitados para utilizar uma câmera de filmagem, fazer roteiros e edição, e assim, se apresentam por eles mesmos. Outro **Ponto de Cultura, Thydewá – índios on line**, apresenta um processo semelhante interligando em rede os índios do nordeste brasileiro, principalmente nos estados da Bahia e Alagoas; as comunidades estão sendo capacitadas para produzir a sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo o seu protagonismo.

Com a **Cultura Digital**, cada Ponto recebe um estúdio multimídia. Um equipamento nada sofisticado, quase caseiro (mesa em dois canais de áudio, filmadora, gravador digital e dois computadores que funcionam como ilha de edição), mas permite gravar um CD, produzir um vídeo, colocar uma rádio no ar e uma página na internet, tudo com programas em software livre. O equipamento digital deixa de ser apenas um meio, uma ferramenta e passa a ser entendido em sua dimensão filosófica, por isso o tratamos como cultura. Desta forma, cada comunidade pode gravar sua música, registrar sua imagem e colocá-las no ar, exercitando o processo de troca cultural entre os Pontos. Pela internet será possível produzir um programa de rádio com pessoas em diversas regiões do País (e mesmo em outros Países), ou então compor uma música coletivamente, experimentar novos sons, ritmos, timbres...; juntar tambores japoneses, o Taykô, com percussão baiana.

A manipulação destas tecnologias em software livre assume uma dimensão estratégica, não pela questão de custos dos programas, o que já seria justificável, mas pelo conceito. Operar em Software Livre significa que o código fonte dos programas estará aberto, podendo ser modificado e melhorado por toda a comunidade que o utiliza. Isto é autonomia, poder. Ao contrário de capacitar as pessoas apenas para aprender a "mexer" nos programas, tornando-as escravas da máquina (e dos donos dos programas), pretendemos que nos **Pontos de Cultura** elas se desenvolvam como sujeitos de sua própria transformação. O software

livre traz consigo conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo, estabelecendo um novo patamar de vida social.

Uma rede digital interligando todos os **Pontos de Cultura** viabilizará, em escala nacional, experiências de compartilhamento da gestão pública, inovando no processo de controle e participação em políticas públicas. Trata-se de uma tentativa de adotar uma concepção ampliada de política na qual a sociedade civil deve ocupar espaços participativos de deliberação pública, sem ter que assumir responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado, preservando sua autonomia.

SOFTWARE LIVRE

A concentração dos meios de produção nunca ocorreu de forma tão impositiva e centralizada como nos tempos atuais. Concentração que acontece a partir do aprisionamento do conhecimento e da transformação deste em instrumento para a acumulação do capital. Conhecimentos milenares são apropriados e patenteados por indivíduos e corporações, com o objetivo único de sua mercantilização, condenando, muitas vezes, milhões de pessoas à morte, como no caso da AIDS. A patente de sementes modificadas geneticamente, por exemplo, em poucas décadas poderá subtrair um direito humano básico, que é o de plantar e colher o seu próprio alimento, obrigando nova compra a cada colheita. Assim também acontece com o código fonte da tecnologia da



informação que é monopólio mundial de, praticamente, uma única empresa. Por isso o **Cultura Viva** desenvolve o exercício de práticas intelectuais colaborativas e mais generosas. Por isso o software livre, e o estímulo a um sistema de trocas mais equilibrado e feliz.

O saber científico e tecnológico é cumulativo e resulta de um conjunto de contribuições desenvolvidas ao longo da história. Nossos índios são excelentes farmacêuticos, mas o seu conhecimento sobre propriedades botânicas é continuamente expropriado por piratas da consciência humana. Entre os índios do norte da Amazônia, há o mito do gigante Piaimã, o comedor de gente, talvez esta seja uma boa definição para aqueles que transformam o acervo imaterial em mercadoria.

Aulas de música e de confecção de instrumentos. Uma das formas encontradas pela Casa de Cultura Tainã para democratizar a cultura e manter a tradição da comunidade.



A Era digital coloca o mundo diante de uma encruzilhada que envolve paradigmas éticos e sociais. Por um lado, podemos caminhar para um modelo de concentração de poder e capital nunca antes imaginados. Por outro, é possível fazer surgir novos processos de produção cultural e econômica cada vez mais descentralizados, baseados na colaboração e no compartilhamento veloz de informação. Optamos pelo segundo caminho.

Um caminho a ser observado dá-se em relação aos direitos autorais. No contexto digital, os direitos autorais concebidos sob a ótica de “todos os direitos reservados” se flexibilizam, permitindo a passagem para “alguns direitos reservados” ou mesmo “nenhum direito reservado” sobre as obras criadas, protegidas agora sob novas licenças de propriedade intelectual como Creative Commons e Copyleft. Assim, a Internet representa muito mais

que uma nova possibilidade interativa, onde todos podem se comunicar com todos. Ela promove profundas transformações sociais. A difusão e o acesso aos novos conhecimentos gerados local e globalmente se constituem práticas cada vez mais necessárias à cidadania do novo século. Mas, como dissemos, esta é apenas uma possibilidade, pois antes disso é necessário que a sociedade escolha qual o caminho ético que seguirá.

METARECICLAGEM

O processo de metareciclagem é um dos eixos temáticos da ação **Cultura Digital**. Seu principal objetivo é transformar equipamentos tidos como ultrapassados em tecnologias apropriadas ao desenvolvimento social. Por meio da reutilização de máquinas e componentes usados, várias comunidades podem se apropriar de forma criativa e soberana da tecnologia, decapando computadores, dominando seus códigos e fontes e até mesmo pintando o seu invólucro. Além de representar um reaproveitamento de máquinas e redução de custos, a metareciclagem visa a criação de identidade do usuário com a máquina, assegurando autonomia tecnológica voltada para o êxito e a continuidade dos **Pontos de Cultura**.



Sucata tecnológica transformada em ferramenta de inserção cultural e social.

Escola Viva

A ação **Escola Viva** tem como objetivo integrar os Pontos à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Desta forma, o programa estará contribuindo para a expansão do capital social brasileiro – primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimen-

to econômico, no qual o “saber-fazer” e o “saber-ser” de cada canto do País possa ser alargado e aprofundado, mantendo-se aberto à chegada de novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade – imprescindíveis à construção da cidadania.

Com esta ação poderemos resgatar a interação entre cultura e educação, sem que haja distinção de valor e de atitude entre emoções, sentimentos, pensamento e conhecimento, de modo que, a cultura seja praticada como uma forma de inteligibilidade da identidade nacional, da emoção. A cultura em suas diversas linguagens não será tratada apenas como representação, mas também como construção estética do ser brasileiro.

A intenção é atuar em duas frentes, transformando as experiências inovadoras das escolas em **Pontos de Cultura** ou transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira, lançando edital conjunto entre os Ministérios da Educação e da Cultura para incentivar e convidar escolas que já desenvolvem propostas inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais, a cultura seja elemento estruturante. Em linhas gerais, os editais poderão contemplar ações de:

- **conhecimento da cultura brasileira** – linguagens, arte, manifestações populares e de educação patrimonial;
- **integração artes, patrimônio, equipamentos culturais e escola**, conformando a cidade educativa;
- **criação do Prêmio Escola Viva**, para ações de educação cultural e lúdicas inovadoras, que estejam sendo desenvolvidas na comunidade escolar, inclusive, abrindo-se à comunidade em geral;
- **escola Aberta aos finais de semana**, podendo promover uma efetiva interligação com os **Pontos de Cultura**, em um processo de troca e abertura para as expressões vivas da cultura do entorno escolar e de toda a sociedade;
- **recreio nas Férias** com foco em ações que envolvem oficinas culturais e recreativas, brincadeiras, passeios a museus, parques, teatros e outros elementos de lazer, bem como a apresentação, em cada pólo, de pelo menos um espetáculo artístico.



A Casa dos Meninos oferece cursos profissionalizantes e práticas educativas – como esportes e artes plásticas - a cerca de 400 jovens e crianças por mês.

A outra frente será estabelecer parceria direta com as escolas. Cada Ponto pode se transformar em um “Parque da Escola”, resgatando a proposta original do educador Anísio Teixeira, em bases mais comunitárias, inclusive, fazendo uma integração com outro programa governamental, o Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes. Antes ou depois do horário das aulas, em um segundo turno, crianças e jovens participarão de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem o tema transversal cultura. No Jardim São Luís, na Zona Sul de São Paulo, ao lado do cemitério com a maior concentração de meninos assassinados em todo o Brasil, já acontece uma experiência semelhante no **Ponto de Cultura Casa dos Meninos**. Depois do horário das aulas eles se dirigem à Casa e tem aulas de artes, fazem jornal comunitário, mapeamento socio-econômico-cultural das ruas vizinhas em uma aprendizagem que interage com a realidade local.

Os Pontos que optarem por este tipo de ação, receberão preparo e acompanhamento pedagógico especializado. Desta forma, constituiremos um espaço de interação dialógica e vivencial, permitindo que a partir das experiências culturais desenvolvidas em cada Ponto, o aluno possa identificar os signos e códigos da cultura local, e na troca de experiência com outros Pontos, apropriar-se do conhecimento estético e ético do que é a cultura brasileira e de como ela se relaciona com as outras culturas.



Imagem:
União Nacional dos Estudantes
Projeto CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte - São Paulo

Griôs – mestres dos saberes

Márcio, conhecido como “Velho Griô”, é um contador de histórias, músico e poeta, que caminha pelos diversos vilarejos do sertão da Bahia “aprendendo e ensinando cultura”. Dona Severiana, em Trucanhém, interior de Pernambuco, dá forma ao barro, criando bichos, santos e figuras que contam a sua história e a de sua comunidade. Dona Noemiza é a mais conhecida paneleira do Vale do Jequitinhonha e, apesar do reconhecimento artístico, vive isolada e em condições financeiras difíceis. Mestre Didi, conhecido como “o guardião dos segredos da Bahia”, pinta as cores e a diversidade de seu povo.

Griô é o “abrasileiramento” da palavra francesa *griot*, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral (“a morte de um griot representa um incêndio em uma biblioteca”, diziam), consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo, também expressado na palavra *dielis*.

São pessoas que por diversas razões, circunstâncias e habilidades, acumularam conhecimentos que pertencem às suas comunidades e que podemos entender como “patrimônio cultural imaterial”. São as práticas, representações, expressões e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e

lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração a geração.

Aproximando-se do Programa “Living Human Treasures”, literalmente: Tesouros Humanos Vivos, da UNESCO, a ação **Griô – Mestres dos Saberes**, visa preservar esses bens, incentivando a transmissão desses conhecimentos acumulados, das habilidades, do “saber fazer”.

Como forma de potencializar essas ações que já ocorrem, o programa buscará parcerias com os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Educação para dar apoio financeiro e material a esses Mestres dos Saberes, para que continuem, com menos dificuldades, a preservar e reinventar nossa cultura.



Investimentos Federais no Programa Cultura Viva

Repasse direto para os Pontos de Cultura (entidades não governamentais)

2005	R\$ 32.000.000,00 (500 Pontos de Cultura)
2006	R\$ 54.000.000,00 (1000 Pontos de Cultura)
2007	R\$ 65.000.000,00 (1000 Pontos de Cultura)

Repasse direto para estados e municípios fomentarem redes locais de Pontos de Cultura

2005	R\$ 15.000.000,00
2006	R\$ 20.000.000,00
2007	R\$ 25.000.000,00

Gestão, capacitação e acompanhamento da rede Cultura Viva-Pontos de Cultura

2005	R\$ 14.000.000,00
2006	R\$ 14.000.000,00
2007	R\$ 14.000.000,00

TOTAL

2005	R\$ 61.000.000,00
2006	R\$ 88.000.000,00
2007	R\$104.000.000,00

TOTAL GERAL R\$253.000.000,00

1. O repasse para o segundo edital terá o valor máximo total de R\$ 185.000,00, por Ponto de Cultura, distribuídos em 5 parcelas semestrais, sendo R\$ 50.000,00 para o 1º semestre (inclusive repasse para compra de equipamentos de cultura digital), R\$ 30.000,00 no 2º semestre e R\$ 35.000,00 para os 3º, 4º e 5º semestres.
2. Pontão de Cultura – R\$ 500.000,00 por Pontão/ano
3. Ponto de Cultura no Exterior – US\$ 30.000,00 por Ponto/ano

Construção e avaliação do programa

“Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente.”

Marilena Chauí (1985)

Está, entre os objetivos do programa **Cultura Viva**, construir instrumentos de avaliação que contribuam para mensurar os impactos sociais e econômicos da cultura. A coleta dessas informações terá a finalidade de mensurar o potencial mercadológico, ou, o retorno financeiro da produção cultural dos Pontos. O interesse ao colher esse tipo de informação, é o de identificar o potencial da cultura para a formação humana e crítica dos indivíduos e detectar em que medida ela pode ser capaz de mudar as condições de vida dos sujeitos coletivos.

Para este tipo de avaliação os retornos econômicos são importantes, mas não podem ser tratados como relação custo/benefício, inclusive, porque pela própria escala do projeto e da produção cultural que dele resultar, seria pouco realista estabelecer parâmetros de comparação com outras formas de produção e disseminação de cultura, como as da indústria cultural. Assim sendo, em consonância com o tratamento dado à cultura, pode-se dizer que espera-se, a partir desses instrumentos, captar o alcance dos objetivos do programa em seus conceitos básicos: as trocas culturais, o fortalecimento de iniciativas culturais locais, e o desenvolvimento, nos indivíduos, da consciência crítica e do espírito solidário e cooperativo, incluindo o respeito às diferenças.

Meios de difusão e comunicação

O funcionamento da rede pressupõe, sobretudo, motivação e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas, o **Cultura Viva** envolve a potencialização das energias criadoras do nosso povo. O sucesso do programa envolve a interação, a troca de informações e a ampla distribuição de conhecimento que só pode se realizar plenamente por instrumentos de comunicação e difusão bastante eficazes.

Estes não podem ser confundidos com uma mera divulgação institucional. São parte fundamental e constitutiva do corpo de implantação do programa. A ação necessitará dos seguintes meios:

- Programa de TV **Cultura Viva** – Programa semanal que irá apresentar experiências e iniciativas das comunidades, debates conceituais, produtos visuais elaborados nas comunidades e agenda de atividades;
- Programa de rádio **Cultura Viva** – O mesmo conteúdo da TV adaptado à linguagem do rádio. O programa também deverá ser disponibilizado para transmissão via internet e oferecido para retransmissão por rádios locais ou comunitárias;
- Spots televisivos **Cultura Viva** – transmitidos na rede comercial;
- Portal **Cultura Viva** – para a apresentação de todas as iniciativas da rede, banco de dados sobre os projetos, esclarecimentos, discussão direta entre os Pontos, notícias;
- Série de Cartazes **Cultura Viva** – serão convidados artistas gráficos para desenvolver cartazes a partir de temas de interesse comum, orientando debates e ações integradas entre os diversos Pontos. Combinado à produção de cartazes por artistas gráficos consagrados, poderão ser abertos concursos de cartazes para talentos emergentes.

Pela especificidade, as ações exigem um detalhamento próprio, bem como a formação de conselhos editoriais. A médio prazo, o financiamento destas ações deverá ser garantido por contratos de patrocínio. Inicialmente, serão asseguradas pelo orçamento do programa.

Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva

O **Cultura Viva** prevê a formação de um Conselho Consultivo, composto por intelectuais, acadêmicos e artistas, com o objetivo de sistematizar e organizar conceitualmente os parâmetros de compreensão da cultura brasileira contemporânea a partir da experiência dos **Pontos de Cultura**. Caberá ao Conse-

lho identificar problemas e propor soluções ao desenvolvimento do programa, além de consolidar um suporte técnico e teórico para o **Cultura Viva**.

Revista Cultura Viva

A Revista Cultura Viva terá o caráter de ser, ao mesmo tempo, um instrumento de divulgação das ações e da produção artística dos **Pontos de Cultura**, e um instrumento de debate, crítica e formulação do conjunto das ações desenvolvidas pelo **Programa Cultura Viva**, interagindo diretamente com o Conselho Consultivo, além de conter matérias de interesse geral sobre arte e cultura.

Expedições Cultura Viva

Sob a inspiração das Missões Folclóricas, organizadas sob a batuta de Mário de Andrade em meados dos anos trinta, o programa **Cultura Viva** realizará, ao longo de 2005 e 2006, cinco **Expedições Cultura Viva**, divididas em roteiros que permitam visitar todos os Pontos. A proposta visa um acompanhamento qualitativo dos Pontos, e o mapeamento da cultura brasileira.

Imagem:
Grupo de Teatro Mamulengo Presepada
Projeto Oficina de Teatro
Invenção Brasileira



Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora

um conceito de política pública em construção

O **Cultura Viva** é um programa em construção, e sua própria definição metodológica e conceitual irá se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. Desta forma, os conceitos podem ser modificados, ou apurados durante o processo. No entanto, é possível levantar alguns aspectos essenciais para a construção de um diálogo comum entre coordenação do programa, Pontos de Cultura, Conselho Consultivo e todos os outros setores da sociedade que desejem participar da discussão. São eles:

Potencialização e encantamento social

"O Ponto de Cultura já é!" (Preto Ghoez – rapper). Esta afirmação, feita por um dos colaboradores iniciais do programa **Cultura Viva**, referia-se ao processo desencadeado pelo primeiro edital de chamamento público para a escolha de projetos para **Pontos de Cultura**. Para ele, o que mais importava era o processo de discussão que a idéia havia desencadeado, aglutinando energias, antes dispersas, e não o fato de uma proposta vir a ser aprovada, pois a ação antecedia o **Ponto**. Preto Ghoez era um dos organizadores do MHHOB – Movimento do Hip Hop Organizado do Brasil e vivia na periferia pobre de São Paulo. Ele procurava fundir o rap com as

expressões mais profundas de nosso povo, reencontrando-se com o Bumba meu Boi do Maranhão, seu estado natal. Infelizmente, uma fatalidade fez com que ele nos deixasse mais cedo.

A principal contribuição do **Cultura Viva** talvez, seja exatamente essa: potencializar aquilo que "já é". E fazê-lo numa perspectiva de repensar o Estado, ampliando suas definições e funções, escancarando as portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais, dividindo espaços e novas possibilidades. *"Quando os todos poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra"* (Terry Eagleton - A Ideologia da Estética). Com o Edital Público de Divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades.

Quem diz que o povo brasileiro é pouco organizado nunca viu uma escola de samba entrar na avenida. São centenas, milhares de pessoas (no Rio de Janeiro há Escolas de Samba com 5.000 integrantes) em um tumulto aparente. De repente, ao som de um apito, ao movimento de um único braço, elas se colocam em desfile, formando a maior ópera popular do mundo. Diversas alas,

alegorias, passistas, baianas, tudo em um movimento sincronizado, expressando a tradição e a memória do povo na rua. Por isso, potencializar e reencantar.

Compartilhar e transformar

Na busca por novos caminhos começamos a desenvolver a idéia de uma **gestão compartilhada e transformadora** para os **Pontos de Cultura**. A intenção é estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. Esta, em lugar de ser chamada apenas para dizer **o que quer**, começa a dizer **como quer**. Esse processo tem início com o Edital para seleção dos Pontos, numa situação em que o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e o movimento social diz como e em que utilizará os recursos.

A gestão do **Ponto de Cultura** começa a partir do convênio que é assinado entre o Ministério da Cultura e os proponentes, definindo responsabilidades e direitos, firmando um pacto entre Estado e sociedade. O modelo de gestão precisa ser flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um **Ponto de Cultura**. Durante o processo, sem dúvida, haverá uma tensão: por um lado, o movimento social apropriando-se de mecanismos de gestão, de recursos públicos - por outro lado, o Estado, com seu aparato burocrático, normas e regras rígidas.

A partir desta interação poderemos estar construindo um novo tipo de Estado, ampliado, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou. E o Estado não se enfraquece (como acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato.

Há o risco de que, neste processo, a sociedade vá se burocratizando, perdendo espontaneidade e até mesmo sendo cooptada. Diante desta perspectiva, o elemento político surge como o único capaz de evitar a cooptação das entidades que integram a sociedade civil, preservando relativamente sua autonomia. Nesse caso, entende-se por cooptação a contaminação do "mundo da vida" pelo "mundo dos sistemas" (Estado e mercado). Para se contra-



por a isso, poderemos encorajar uma ação, que desenvolva e fortaleça as estruturas que possam promover um melhor entendimento e uma melhor comunicação entre esses "mundos". Quem sabe o **Ponto de Cultura** seja um elo de "Ação Comunicativa", como na teoria de Jurgen Habermas?

AUTONOMIA

O **Ponto de Cultura** deve funcionar respeitando a dinâmica própria local, não importando se tem ou não um **Ponto de Cultura**, de ter ou não investimento do Estado. Alguns movimentos culturais de Pernambuco, por exemplo, apresentaram suas propostas vinculadas ao Maracatu, enfatizando o funcionamento de suas orquestras, que continuarão saindo pelas ruas ou fazendas, com o grande chapéu-de-sol vermelho, lembrando os reis da África, suas lanternaças, tambores,



Imagem:
Associação Casa das Artes de Educação e Cultura
Projeto Oficina de Arte da Casa da Mangueira

chocalhos e gonguês. Outros movimentos propuseram a criação de oficinas de aprendizado e criação da indumentária do Maracatu. São estas ações que garantem a vitalidade de cada grupo e de sua cultura. Com o Programa **Cultura Viva**, eles adquirem instrumentos mais estáveis para articular suas atividades, dando continuidade aos seus próprios saberes e fazeres.

Apenas este aspecto isolado não significa a conquista de uma autonomia plena. Nos últimos vinte anos, políticas públicas pensadas nos marcos do ideário liberal, têm se apropriado do vocabulário usado pelos movimentos sociais de resistência e combate ao autoritarismo de governo e propõem a autonomia como uma simples transferência de responsabilidades. Autonomia não se dá. Adquire-se no processo, na relação entre os pares (os outros **Pontos de Cultura**), na interação com a autoridade (sociedade-Estado) e na aquisição do conhecimento, incorporado ao patrimônio cultural.

Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural.

Nesse sentido, não é alguma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas a própria realização, os atos concretos de participação e afirmação social.

PROTAGONISMO

O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas. Entretanto, a gestão pública de cultura pensada nos marcos do liberalismo (*"cultura é um bom negócio!"*) e do iluminismo (*"levar luzes à inculta massa"*) não retira dos movimentos sociais apenas a sua autonomia, mas rouba-lhes o que talvez lhes seja ainda mais caro: o protagonismo.

Quando as políticas não reconhecem a criação cultural da paneleira de Goiabeira do Espírito Santo ou do mestre dos brinquedos do Vale do Jequitinhonha, excluindo-os de pronto de seus objetivos ou, no máximo, tratando como folclore (*"Cultura em conserva"*, segundo Roger Bastide), e como expressões *"simples"* da cultura, o

protagonismo das comunidades é abafado. Esse não reconhecimento tem por matriz um conceito de cultura vinculado ao de civilização. Cultura é aí pensada como o meio pelo qual se mede o “desenvolvimento” e o “progresso”, a modernização da Nação. E “os simples” precisam ser escondidos, colocados “em seu devido lugar”: uma peça de museu, um artesanato ingênuo.

Destas concepções, nasce o “dirigismo” na gestão pública de cultura. Quando são criados parâmetros de reconhecimento e validade para algumas manifestações culturais e não para outras, o patrimônio cultural da sociedade fica incompleto, apartando a imensa maioria da população do pleno exercício do poder. Apresentar a elite como única detentora de um saber e do bom gosto é uma forma de assegurar a sobrevivência de regimes sociais e formas de dominação, de legitimação de classe. Aos “outros”, aos “simples”, é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender necessidades e gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome.

Por isso, o protagonismo se faz tão essencial no processo de construção dos **Pontos de Cultura**, registrando uma marca, erguendo uma bandeira a ser exposta na frente de cada Ponto, e lembrando a todos que “*Aqui se faz cultura*”.

Imagem:
Cooperativa
Educativa e
Assistencial Casa
do Zezinho
Projeto Ateliês de
Arte da Casa do
Zezinho



EMPODERAMENTO

“Revogai da intolerância a lei, devolvi o chão a quem do chão foi tirado”. (Gilberto Gil - Oração pela libertação da África do Sul). O **Ponto de Cultura** da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas pode ser uma referência importante de empoderamento social. A comunidade foi criada por volta do século XVIII e viveu no isolamento, cercada por morros no interior de Pernambuco, até meados do século XX. Ainda no século XVIII, as crioulas emancipadas da escravidão adquiriram as terras em que viviam, porém a luta pela posse da terra dura até os dias de hoje. Havendo conseguido, em 2000, o título de posse, os quilombolas ainda reivindicam melhores terras, que foram tomadas por fazendeiros ao longo da história do quilombo, restando a eles apenas as encostas dos morros, impróprias para o cultivo agrícola. No final de 2004, sua sede sofreu uma tentativa de incêndio e seus membros sofrem ameaças até hoje. Com seu projeto integrando o Programa **Cultura Viva**, cujo objetivo é a capacitação de jovens quilombolas para a radiodifusão e produção cultural, a entidade conta agora com mais um instrumento na sua luta política: a participação na rede de **Pontos de Cultura**, alterando a relação com o poder local e reforçando a sua cidadania.

Entendido como um processo, o empoderamento social nos **Pontos de Cultura** pode ser caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder. Como o programa visa potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Da mesma forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e a reconhecê-los.

UNINDO OS CONCEITOS

Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos. São conceitos em construção e seus significados só ganham relevância na proporção em que se relacionam e quando expressam as experiências dos próprios **Pontos de Cultura**, contribuindo para a construção de uma **gestão compartilhada e transformadora**.

Tradição, memória e ruptura

A integração das noções e conceitos para uma gestão compartilhada e transformadora, não como amarração, mas como o início de um processo novo, se expressa na relação dialética aqui subjacente e pressuposta entre tradição, memória e ruptura. *“Tradição enquanto ponto de partida, memória como reinterpretção do passado e ruptura enquanto invenção do futuro”.*

Estudiosos e especialistas, recorrentemente, dividem os movimentos sociais entre duas categorias distintas. Os movimentos sociais definidos como “institucionalizados” abarcam os sindicatos, as associações de moradores, as associações estudantis, etc., que se expressam em sistemas de poder hierarquizado em graus e escalões, atribuições de postos, definição rígida de papéis e fluxos de relacionamento pré-estabelecidos; segmentação setorial e competitividade interna. Este modelo de organização social sofreu sério desgaste a partir dos anos 90 e tem encontrado muita dificuldade em responder às demandas dos próprios setores que pretendem representar.

Em uma outra categoria, são identificados os chamados “novos” movimentos sociais, cuja referência pode ser encontrada no movimento hip hop, nas rádios comunitárias, nas cooperativas; e nos de caráter *identitário*, como os movimentos de mulheres, de homossexuais, etc. Apesar de estarem enquadrados em uma mesma categoria, esses

movimentos têm origem social muito diferenciada, uns nasceram na periferia das grandes cidades em busca de conexões de solidariedade para um “mundo” excluído; outros nasceram na classe média em busca de conexões de identidade setorial. Ainda que possam ser vistos como momentos diferentes que congregam sujeitos sociais bem diferentes, podem ser referências importantes para a construção de novas relações entre Estado e sociedade.

Umã outra parcela das organizações sociais que, inclusive, tem respondido de forma original e imediata aos apelos do **Cultura Viva**, é vinculada às comunidades tradicionais e à iniciativas não propriamente de caráter reivindicatório definidas, como aquelas organizações das comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares como a capoeira, etc. Se por um lado, o “estar à margem” imunizou suas organizações dos dilemas dos movimentos sociais tradicionais, preservando sua fluidez e agilidade, por outro, guetizou-os e apartou-os de um movimento de mudanças mais largo.

Sem o diálogo com o entorno, muitos desses movimentos não se renovaram e permaneceram escondidos e ensimesmados. Convenientemente classificados na categoria *folclore* ou, ainda, como *movimentos populares*, permanecem inacessíveis e incompreensíveis a outros setores sociais, que muito têm a aprender com a leveza e a descomplicação de suas formas organizativas e com a dialética tradição-invenção que caracteriza suas ações. É, portanto, nesse sentido que o **Cultura Viva** busca articular tradição, memória e ruptura.



DESENVOLVIMENTO APROXIMAL

Na cultura, são velhas conhecidas as tentativas de dirigismo de Estado bem como as imposições do mercado. Por isso a busca de outros caminhos. A princípio, **Cultura Viva** pode soar redundante, afinal, toda cultura deveria ser viva. Mas nem sempre é assim. A cultura também se fossiliza, burocratizando o processo criativo e reafirmando preconceitos e segregações. Por exemplo: até o século XIX, a escravidão era um dado da cultura nacional, e agora, no século XXI, a presença de crianças abandonadas nas ruas é considerada natural. "Dar de ombros" a esta e a outras iniquidades é uma característica cultural de boa parte da elite brasileira, que só consegue se indignar com a pobreza quando esta se transforma em violência urbana. Por isso, faz-se tão necessário buscar uma cultura viva, pujante, que incorpore a idéia de mudança. Mudança que só será real se envolver uma efetiva transformação de conceitos e métodos. Principalmente, se for resultado de uma efetiva consciência da sociedade. E consciência não se impõe.

Aqui estamos tentando mais uma experimentação com o **Cultura Viva**. O educador russo, Vygotsky, no livro *A Formação Social da Mente*, propunha o **desenvolvimento aproximado** como uma nova abordagem para o processo de construção do conhecimento. Seu estudo original refere-se ao aprendizado infantil, mas pode ser transposto para a sociedade. A idéia é a de que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo, que produz, cria e transforma a cultura. O papel da coordenação neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos **Pontos de Cultura**, o de mediador.

Gestão em rede

O **Cultura Viva** é uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais inovadoras e o **Ponto de Cultura** é a ponta desta rede, um organizador da cultura em nível local, um centro de referência para novas conexões em rede. Enquanto o **Cultura Viva** pode ser identificado como uma macro-rede, o **Ponto de Cultura** pode ser definido como uma micro-rede. A capacidade para buscar micro-soluções a partir da construção de redes locais e a disposição para se conectar

em rede, foi um dos critérios para a escolha dos **Pontos de Cultura** e pode dar materialidade à expressão "*pense globalmente, aja localmente*".

Concebido de modo orgânico e dinâmico, o **Ponto de Cultura** pode acontecer em qualquer espaço, desde um pequeno espaço comunitário até um grande centro cultural, com cinema e sala de espetáculos. Entre os primeiros Pontos, há um que funcionará em uma Oca, outro em um coreto de uma Praça Pública, e até sob a sombra de uma árvore. Mas também entraram na rede, propostas instaladas em imóveis tombados pelo patrimônio histórico, que já dispõem de sala de cinema, sala de espetáculos, telecentro... O importante é a disposição de incorporar aqueles que raramente são lembrados. Por isso, as maiores favelas do Rio de Janeiro já contam com pelo menos um **Ponto de Cultura** em cada uma delas: na Mangueira uma Orquestra de Violinos, no Vidigal, teatro e cinema, em Padre Miguel, velhos sambistas se unem a crianças e jovens, na Rocinha, uma brinquedoteca. Também foram escolhidos Pontos na zona sul e no extremo leste de São Paulo, áreas mais pobres da mais rica cidade do País, ou então, em assentamentos rurais de brasileiros sem terra. E para a região Amazônica, em breve, estará funcionando um **Pontão** em um barco, e seu objetivo será auxiliar na abertura de novos Pontos junto às comunidades ribeirinhas.

Formada a rede, a comunicação entre os Pontos crescerá, pois todos eles recebem um equipamento de cultura digital e conexão por internet banda larga, além do Portal **Cultura Viva**. Com isso a aproximação fica mais ágil e os **Pontos** podem conversar entre si, trocar experiências, definir identidades. Um garoto do movimento Hip Hop na zona sul de São Paulo pode começar a perceber que não é só o rap que produz música com ritmo e poesia. Tem a palavra cantada dos repentistas do sertão nordestino, o coco de umbigada... Em suma, "*as redes são veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo*" (Milton Santos, *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*). E um novo tipo de troca se estabelece, tanto em redes locais a partir do Ponto, como globais por afinidade temática, territorial (rede estudantil, da terra, de percussão, de dança, literária). Por estados e regiões, como a bacia hidrográfica do São Francisco, o Recôncavo Baiano e todas as outras múltiplas possibilidades a serem inventadas quando as pessoas se unem.

Se os "dirigismos" de Estado e as imposições do mercado são nossos velhos conhecidos, a formação de uma equipe de "gestores" do programa vem se somar às possibilidades de reverter essas práticas. O referencial de trabalho dos gestores deve ser a demanda dos próprios **Pontos de Cultura**, invertendo o papel tradicional dos gestores como tutores de sujeitos coletivos, vistos como incapazes de realizar autonomamente suas ações.

O programa **Cultura Viva** procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os "pequenos" e localizados contextos sociais, ajudando a repensar os programas de políticas públicas que tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e de tendências anacrônicas. Um resultado correlato do programa é a experimentação de um processo que visa transformar o papel do Estado e de suas políticas públicas, quando este, paulatinamente, deixa de ser um controlador dos processos sociais para tornar-se um facilitador das demandas da sociedade civil.

GLOBAL/LOCAL

Da troca surge o novo. As culturas se desenvolvem desta forma. O problema é que os modelos mais comuns são os que estabelecem a troca de um modo desigual, por imposição. A cultura européia foi transposta para o continente que conhecemos por América pela força de uma ocupação que destruiu culturas e matou milhões de indígenas. Estados nacionais definiram objetivos que nem sempre foram ao encontro dos seus povos. E o mercado continua impondo, com mais força que os Estados, a uniformização e a pasteurização de gostos e estilos artísticos, com o único objetivo de maximizar lucros a partir da venda de produtos culturais em escala. É a globalização. O que se pretende, ao facilitar a aproximação entre os **Pontos de Cultura** é experimentar um modelo novo, em que a troca cultural se estabeleça com equilíbrio entre as partes.

A rede **Cultura Viva** possibilita (esse é o nosso desejo) o ensaio de um novo tipo de trocas simbólicas, onde a conexão local se articula com a global. Quem sabe com isso não estamos criando uma nova palavra, "glocal", que poderia expressar um conceito diferente de globalização, estabelecido a partir das necessidades e particularidades locais e não por imposição de um centro único. Uma globalização mais tolerante, onde o local definiria como e em que condições a conexão deve se dar.

A dimensão do desenvolvimento na Cultura

Num momento em que o combate à pobreza está ocupando o centro do debate político e econômico nacional, depois de décadas em que o problema permaneceu longe dos holofotes, o Governo Federal, em seus programas sociais, vem chamando a atenção para a cultura como importante fator de desenvolvimento social e econômico, como desenvolvimento humano. Esta preocupação se revela quando o Ministro Gilberto Gil chama a atenção para a "economia criativa" como sendo a que, conjugada à cultura, abre portas para novas perspectivas de desenvolvimento econômico, que leva em conta tanto o "capital humano", gerando emprego e renda, quanto as relações comerciais e de mercado, estabelecendo equilíbrio no conjunto.

É preciso rever o pensamento econômico convencional e avançar na idéia da construção do "capital social", reexaminando as relações entre cultura e desenvolvimento. O **Programa Cultura Viva** pretende discutir e encontrar alternativas de desenvolvimento humano sustentável junto às comunidades e movimentos sociais que visa atingir. O programa potencializa a criação e a produção local, gerando produtos culturais que vão do artesanato à produção de moda, da montagem de uma peça de teatro à produção de um audiovisual. Todos os Pontos terão condições de produzir o seu CD ou DVD, produtos que geram valor social e criam possibilidades de desenvolvimento econômico local. Caberá à rede colocar esses produtos em circulação, em um primeiro momento criando espaços de trocas desses bens e produtos culturais entre os **Pontos de Cultura**.

Mas é possível ir além. Cada Ponto estará capacitado para fazer a sua página na internet e divulgar a distribuição e venda de seus produtos culturais, materiais e imateriais; com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos fazendo a entrega direta, sem intermediações. Partindo deste processo, que envolve uma intensa circulação de bens culturais, podemos estar formando um mercado comercial de novo tipo, nascido do encantamento social. Da ampliação da solidariedade e da cooperação entre os brasileiros.

Algo de novo é possível

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi concebido com a idéia de que algo de novo é possível e que, a partir das experiências dos movimentos sociais, a novidade está em inventar, na prática, outras relações, outro jeito de olhar o mundo. Para alguns, isso pode parecer utópico, mas muitos outros ainda buscam a utopia e o fazem com generosidade.

Nem é necessário que todos escolham um caminho único, porque os caminhos também são muitos, como nossas águas, conforme observou Pero Vaz de Caminha. E foi mergulhando nas águas de nosso Brasil que procuramos encontrar um jeito mais equilibrado e generoso de estabelecer a troca entre seres humanos, de se fazer uma Cultura Viva. Descobrimos esse jeito logo na certidão de nascimento do que viria a ser esse imenso país. Sabemos que depois deste primeiro e luminoso momento muita coisa desandou (e como desandou), mas fica o registro do escrivão de El Rei de Portugal:

“Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio, Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito” (Carta do Descobrimento, abril de 1500).

E assim se deu a primeira troca simbólica no Brasil...



(Imagem)
Associação dos Amigos da Arte de Guararãatanga - A3UA
Projeto ECOS - Escola de Comunicação da Serra

Experimentação, memória e invenção*

(Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 2 de janeiro de 2003.)

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloqüente manifestação da Nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do País. O Ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro.

É também nesse horizonte que entendo o desejo do Presidente Lula, de que eu assumo o Ministério da Cultura. Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho *geracional* de transformação do País, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo.

Por isso mesmo, assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros. Porque quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Porque quero que esta aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira.

* Título elaborado pela equipe da SPPC.

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que – não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa – é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" – o que existe é cultura. Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura, como usina de

símbolos de um povo. Cultura, como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a Nação. Cultura, como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou *mentefatos*. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas, certamente, brilhantes e profundas – já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira.

É preciso ter humildade, portanto.

Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos *caprichos* do deus mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado – sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de

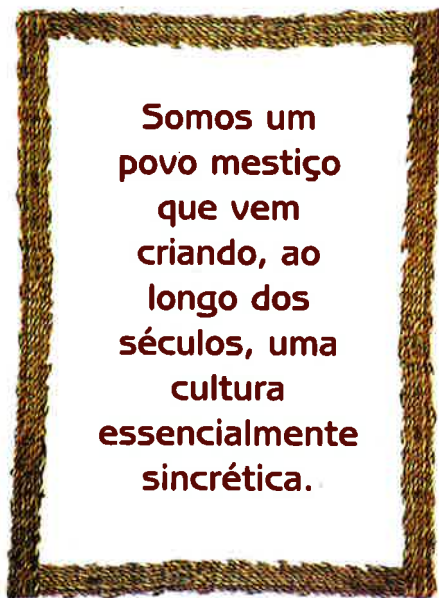


Imagem:
Cooperativa Educacional e
Assistencial Casa do Zezinho
Projeto Ateliês de Arte da
Casa do Zezinho

curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar, nunca, de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de *do-in antropológico*, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta.

Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma Nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de *radicalidade* social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.



Penso, aliás, que o presidente Lula está certo quando diz que a onda atual de violência, que ameaça destruir valores essenciais da formação de nosso povo, não deve ser creditada, automaticamente, na conta da pobreza. Sempre tivemos pobreza no Brasil, mas nunca a violência foi tanta como hoje. E essa violência vem das desigualdades sociais. Mesmo porque sabemos que o que aumentou no Brasil, nessas últimas décadas, não foi exatamente a pobreza ou a miséria. A pobreza até que diminuiu um pouco, como as estatísticas mostram. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil tornou-se um dos Países mais desiguais do mundo. Um País que possui, talvez, a pior distribuição de renda de todo o Planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da *bandidagem* brasileira.

Ou o Brasil acaba com a violência, ou a violência acaba com o Brasil. O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um País de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da Nação, incorporar os segmentos excluídos, reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como nos afirmar plenamente no mundo. Como sustentar a mensagem que temos a dar ao Planeta, enquanto Nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e, mesmo, com o contraditório. E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico - é central: o de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano.

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura - unidade básica, abrangente e profunda - também.



Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços *identitários* mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se - e, de fato, sejam - igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, "o Brasil não é o País do isto ou aquilo, mas o País do isto e aquilo". Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural, mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.

E não por acaso eu me referi, antes, ao plano internacional. Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais Ministérios. Algumas dessas parcerias se desenham de forma quase automática, imediata, em casos como os dos Ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional. Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto em que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Se há duas coisas que hoje atraem irresistivelmente a atenção, a inteligência e a sensibilidade internacionais para o Brasil, uma é a Amazônia, com a sua biodiversidade - e a outra é a cultura brasileira, com a sua *semiodiversidade*. O Brasil aparece aqui, com as suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização. Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula, com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário internacional. E, sobretudo, temos de saber que recado o Brasil - enquanto exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente - deve dar ao mundo, num momento em

que discursos ferozes e estandartes bélicos se ouriçam planetariamente. Sabemos que as guerras são movidas, quase sempre, por interesses econômicos. Mas não só. Elas se desenham, também, nas esferas da intolerância e do fanatismo. E, aqui, o Brasil tem lições a dar - apesar do que querem dizer certos representantes de instituições internacionais e seus porta-vozes internos, que, a fim de tentar expiar suas culpas raciais, esforçam-se para nos enquadrar numa moldura de hipocrisia e discórdia, compondo de nossa gente um retrato interessado e interesseiro, capaz de convencer apenas a eles mesmos. Sim: o Brasil tem lições a dar, no campo da paz e em outros, com as suas disposições permanentemente sincréticas e *transculturativas*. E não vamos abrir mão disso.

Em resumo, é com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o Presidente Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e mais profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção.

Muito obrigado.

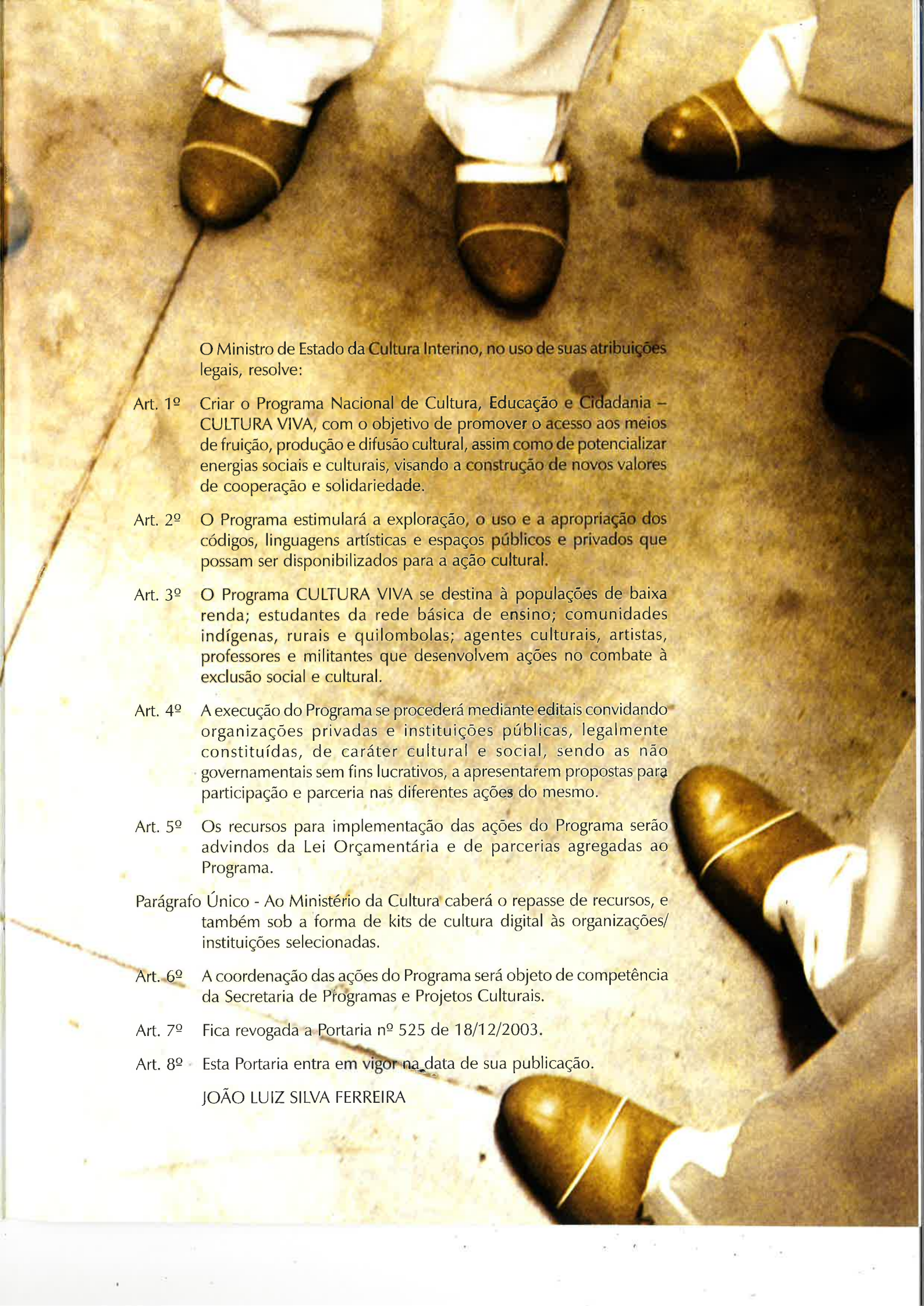




Imagem:
União Nacional dos Estudantes
Projeto Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) São Paulo



**PORTARIA
N.º 156 DE
06 DE JULHO
DE 2004 que
constitui o
Programa
Cultura Viva**



O Ministro de Estado da Cultura Interino, no uso de suas atribuições legais, resolve:

- Art. 1º Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.
- Art. 2º O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.
- Art. 3º O Programa CULTURA VIVA se destina à populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.
- Art. 4º A execução do Programa se procederá mediante editais convidando organizações privadas e instituições públicas, legalmente constituídas, de caráter cultural e social, sendo as não governamentais sem fins lucrativos, a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo.
- Art. 5º Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei Orçamentária e de parcerias agregadas ao Programa.
- Parágrafo Único - Ao Ministério da Cultura caberá o repasse de recursos, e também sob a forma de kits de cultura digital às organizações/instituições selecionadas.
- Art. 6º A coordenação das ações do Programa será objeto de competência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais.
- Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 525 de 18/12/2003.
- Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 1, DE 16 DE JULHO DE 2004

A União Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, através da Secretaria de Programa e Projetos Culturais, torna público, para conhecimento dos interessados, que está convidando todas as organizações/instituições que desenvolvam ações de caráter cultural e social, sem fins lucrativos, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria no Programa Nacional "Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA", visando a implantação de Pontos de Cultura, nos termos, da Lei nº 8.666/93, no que couber, Lei 8.313/91, IN/STN 01/97, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O Programa foi criado pela Portaria MinC nº 156, de 06 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital o apoio à ampliação e garantia do acesso aos meios de fruição, produção e formação cultural, através do repasse de recurso em dinheiro e equipamentos.

2.1.1. A temática utilizada para o desenvolvimento do Programa objeto deste edital deverá ter como referência o estímulo à exploração de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, bem como à

inclusão digital, percebendo a cultura em suas dimensões de construção simbólica, de cidadania e direitos e de geração e distribuição de renda.

2.1.2. Para um melhor conhecimento do programa do Ministério da Cultura, sugere-se a leitura do documento CULTURA VIVA, disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura.

3. DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado mediante requerimento dirigido à SPCC, conforme modelo constante do anexo I a este Edital, acompanhado das seguintes documentações: cópia do termo de posse do representante legal, acompanhada da respectiva cópia da Ata que o elegeu, devidamente registradas em cartório, bem como do comprovante do endereço da instituição, CPF, cédula de identidade do representante; cópia do estatuto/regimento interno e CNPJ da instituição/organização proponente e suas alterações, se houver, devidamente averbadas.

3.2. A solicitação de inclusão no Programa somente poderá se feita através dos serviços de postagem de correspondência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para a Caixa Postal nº 8775 – SHS – Qd. 02 – bloco B – CEP: 70.312-970 – Brasília/DF -Programa Cultura Viva, no período de 20 de julho a 16 de agosto de 2004, fazendo constar

no endereçamento: Participação no Programa Nacional CULTURA VIVA/Ponto de Cultura–2004.

3.3. Para participar deste edital, as organizações de natureza privada e as instituições públicas, devem comprovar ação relacionada à área cultural e social.

3.3.1. No caso das instituições de natureza pública, será respeitada a legislação no que diz respeito ao firmamento de convênio no período eleitoral.

3.4. Instituições e organizações de abrangência nacional, estadual ou regional poderão apresentar propostas e assumir a gestão de mais de um Ponto de Cultura.

3.5. A proposta postada após o período estabelecido no subitem 3.2 deste Edital será automaticamente invalidada.

3.6. A proposta encaminhada implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

4. DO PROJETO TÉCNICO

4.1. O projeto apresentado deverá conter os elementos abaixo relacionados:

- a) Plano de trabalho, com descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do projeto que integrará o convênio;
- b) Justificativa do projeto, enfocando significativas contribuições para a implantação do programa;
- c) Plano e cronograma de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e contrapartida do proponente;
- d) Declaração do proponente de que dispõe de espaço físico para implementação do projeto;
- e) Portfólio com apresentação de atividades e ações anteriores. O meio de apresentação pode ser por vídeo, fotografias, material jornalístico ou publicações que comprovem a experiência do proponente no desenvolvimento das ações propostas;
- f) Cronograma de metas a serem alcançadas dentro do prazo previsto neste Edital.

4.2. A falta de apresentação de qualquer dos itens elencados no subitem 4.1, ou em desacordo com o estabelecido, implicará no imediato indeferimento do requerimento, independentemente de notificação.

5. DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

5.1. A seleção das propostas será realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por pareceristas ad hoc e por técnicos e dirigentes do MinC, designada pelo Secretário da SPPC, a quem caberá a presidência e voto de qualidade.

5.2. Na avaliação dos projetos, a Comissão levará em conta propostas que atendam, ao menos, um dos seguintes públicos ou ações:

- a) estudantes da rede Pública de Ensino;
- b) adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- c) populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios;
- d) integração entre universidade e comunidade;
- e) habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio; histórico cultural e ambiental;
- f) habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais;
- g) portadores de necessidades especiais.

5.2.1–Também serão adotados critérios que identifiquem projetos que apresentem propostas inovadoras em relação aos seguintes aspectos:

- a) processos criativos continuados;
- b) interface com a cultura digital em software livre;
- c) ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam;
- d) geração de renda através da cultura;
- e) capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta;
- f) comprovação do espaço físico onde funcionará como sede e referência para o Ponto de Cultura.

5.3. Os projetos serão avaliados individualmente por membros da Comissão, enquadrando os seus termos nos quesitos dispostos no subitens 5.2 e 5.2.1.

5.3.1. Serão selecionados até 100 (cem) projetos dos que obtiverem, em ordem decrescente, a

maior pontuação. Esse quantitativo poderá ser ampliado caso haja disponibilidade de recursos.

5.3.2. Caberá à Comissão Julgadora promover uma equilibrada distribuição dos projetos contemplados pelas diversas regiões do território nacional.

5.3.3. Será invalidada a proposta da instituição que tiver pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público, ou deixar de cumprir total ou parcialmente o disposto no item 3.1.

5.4. A Secretaria de Programas e Projetos Culturais relacionará os projetos indicados para recebimento do apoio e procederá a sua publicação no Diário Oficial da União, com o nome da entidade selecionada, da cidade e unidade federada, do respectivo projeto e do valor do apoio.

6. DO APOIO FINANCEIRO E EM EQUIPAMENTOS

6.1. O repasse dos recursos às instituições/organizações que tiverem seus projetos selecionados será efetuado em cinco parcelas semestrais que perfazem o valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), após assinatura do convênio para a realização do projeto.

6.2. O cronograma de distribuição dos recursos dar-se-á da seguinte maneira:

Após a assinatura do convênio	R\$ 25.000,00
Primeiro Semestre de 2005	R\$ 30.000,00
Segundo Semestre de 2005	R\$ 30.000,00
Primeiro Semestre de 2006	R\$ 30.000,00
Segundo Semestre de 2006	R\$ 35.000,00

6.3. O apoio destinar-se-á exclusivamente à realização do projeto, conforme objeto deste Edital.

6.4. No plano de aplicação de recursos, de que trata a alínea c do subitem 4.1, a aplicação dos recursos será de acordo com as necessidades do proponente, devendo destinar-se, no mínimo, 75% para oficinas de criação e formação cultural ou investimentos em obras e equipamentos necessários à melhoria da intervenção cultural local. Os outros 25% poderão ser destinados a custeio e manutenção.

6.5. O valor correspondente à contrapartida mínima, definida pela Lei 8.313/91, que trata de projetos atendidos pelo Fundo Nacional de Cultura, mencionada na alínea c do subitem 4.1 deste Edital,

será de 20% (vinte por cento) do valor monetário repassado pelo Ministério.

6.5.1. A contrapartida dada como participação financeira, poderá ser em bens ou serviços, desde que possam ser medidos/avaliados economicamente, excetuando-se as instituições públicas.

6.6. Além de proceder ao repasse financeiro, o Ministério da Cultura doará equipamentos de cultura digital, quais sejam: computador com programa em software livre, microfones e amplificador para gravação musical e câmara de filmagem digital.

6.6.1. Os equipamentos doados serão adquiridos diretamente pelo Ministério da Cultura e as suas especificações detalhadas apresentadas posteriormente.

6.6.2. A utilização do equipamento será exclusiva para as atividades previamente previstas na proposta de cada proponente, sendo que a caracterização de desvio ou inutilização implicará na devolução do equipamento e no descredenciamento para os repasses monetários futuros.

6.7. A falta de assinatura do Convênio para a realização do projeto, no prazo de 20 dias úteis, da data da publicação do resultado final da seleção publicada no Diário Oficial, implicará na renúncia ao apoio.

6.8. As despesas deverão ser comprovadas mediante relatório detalhado das atividades realizadas, acompanhada de documentos fiscais (cópia autenticada em cartório) ou equivalentes, devendo as faturas, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da Conveniente, devidamente identificados com o título do projeto e o número do Convênio.

6.9. A liberação das parcelas subseqüentes só acontecerá após a efetiva comprovação de gastos e atividades da etapa anterior.

6.10. O não cumprimento das exigências constantes dos itens da obrigatoriedade de execução implicará na devolução dos recursos com os acréscimos legais e demais penalidades previstas na legislação vigente.

6.11. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro e a receita adicional deverá ser revertida integralmente para as atividades no o Ponto de Cultura.

7. DA OBRIGAÇÃO DA CONVENIENTE

7.1. Divulgar o nome do Ministério da Cultura/Governo Federal e do Programa Nacional Cultura Viva em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto do convênio, em destaque, no local do Ponto de Cultura e dos eventos e ações dele decorrentes.

7.1.1. As marcas do Ministério da Cultura/Governo Federal e do programa, deverão ser feitas de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, no ato da assinatura do Convênio, sendo vedada às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

7.2. Cumprir fielmente a proposta aprovada, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo, pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, de acordo com a legislação vigente.

7.3. Executar os projetos dentro da vigência do instrumento, conforme proposto no Plano de Trabalho apresentado, que será parte integrante do convênio.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. É expressamente vedada alteração que implique modificação dos documentos que compõem o item 4.

8.2. Os projetos não selecionados ficarão a disposição das Instituições Organizações, para retirada às suas expensas, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do resultado final da seleção, sendo inutilizados depois de vencido este prazo.

8.3. O presente Edital ficará à disposição dos interessados na Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura ou no portal www.cultura.gov.br.

8.4. Posteriormente, será aberto um novo edital, quando as propostas não contempladas por quaisquer motivos poderão ser reapresentadas em sua forma original ou com eventuais correções que se façam necessárias.

8.5. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones (61) 316-2282, 316 -2284 e 316-2219.

8.6. A Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8666/93).

8.7. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Avaliação.

Ministério da Cultura
Brasília , 16 de julho de 2004

CÉLIO ROBERTO TURINÓ DE MIRANDA
SECRETÁRIO DE PROGRAMAS
E PROJETOS CULTURAIS

Pontos de Cultura selecionados no 1º Edital

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
016/2004	Centro de formação e produção audiovisual dos Povos Indígenas do Acre	Vídeo nas Aldeias	Olinda/PE
446/2004	Inter-Arte-Ação - Inclusão e Cidadania	Federação de Teatro Amador do Acre	Rio Branco/AC
544/2004	Oficina Som da Floresta	Associação Vertente	Rio Branco/AC
726/2004	Joga Capoeira Camarada!	Associação Recreativa e Cultural Mameluco	Rio Branco/AC
773/2004	Lumiar	Associação Candeeiro Aceso	Arapiraca/AL
379/2004	Circo-Escola Guerreiros da Vila	Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu-CEASB	Maceió/AL
472/2004	Circo-Escola de Incentivo às Artes (C.E.I.A.)	Companhia Teatro da Meia-Noite Artistas Associados	Maceió/AL
509/2004	Cultura Viva nos Quilombos	Instituto de Pesquisas Etnicas-IPE	Maceió/AL
538/2004	Poleiro dos Anjos	Casa da Arte	Maceió/AL
744/2004	Ponto de Cultura Ideário	Ideário Comunicação, Cultura e Educação Popular	Maceió/AL
768/2004	Boi de Carnaval - Inclusão Social Através da Cultura	Círculo Cultural Anima Alagoana	Maceió/AL
770/2004	Ecomuseu Comunitário Graciliano é um Graça	Projeto Graciliano é um Graça	Maceió/AL
468/2004	Caminhos de São Francisco	Associação Amigos de Piaçabucu - Olha o Chico	Piaçabuçu/AL
416/2004	Cinema e Vídeo na Educação	AM Filmes Digitais	Manaus/AM
464/2004	Ponto de Cultura Pé na Taba	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA-Pé na Taba)	Manaus/AM
829/2004	Voz para Comunidades da Floresta	Grupo de Trabalho Amazônico	Brasília/DF
136/2004	Preservação do Patrimônio: inclusão social mediante produção e utilização de multimídia	CEFET-BA/Unidade de Ensino Descentralizada de Barreiras	Salvador/BA
598/2004	Programa Cultura Viva	Sociedade Litero Musical Minerva Cachoeirana	Cachoeira/BA
791/2004	Terreiro Cultural	Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Sócio-Cultural (CineClube & Cine Teatro Cachoeira)	Cachoeira/BA
373/2004	Preservação do Patrimônio: inclusão social mediante produção e utilização de multimídia	CEFET-BA/Unidade Metropolitana de Eunápolis	Eunápolis/BA
201/2004	Arte e Cultura Cidadã	Fundação Antonio Almeida e Silva - FUNDAL	Ipirá/BA
771/2004	Conexões: Ciberparque Anísio Teixeira - Irecê/BA	Fundação ADM	Salvador/BA
311/2004	Grãos de Luz e Grão: a Tradição Viva	Associação Grãos de Luz	Lençóis/BA
385/2004	Índios On-line	Thydêwá	Salvador/BA
386/2004	Agência Mandacaru de Comunicação e Arte	Movimento de Organização Comunitária-MOC	Feira de Santana/BA
024/2004	Eletrocooperativa: Inclusão Digital Musical	Instituto Eletrocooperativa	São Paulo/SP
039/2004	Arte Talento e Cidadania	Liceu de Artes e Ofícios da Bahia	Salvador/BA
078/2004	Telecentro de Protagonismo Juvenil e seu Teatro Ambulante - Ponto Múltiplo de Cultura	Centro de Estudos Socioambientais Pangea	Salvador/BA
247/2004	Estúdio Mix	Comunicação Interativa - CIPÓ	Salvador/BA

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
255/2004	Pierre Verger: no CENTRO da Cutura Afro - Brasileira	Fundação Pierre Verger	Salvador/BA
269/2004	Projeto Ubuntu na Federação - Novas Tecnologias, Arte e Educação	Instituto Casa Via Magia	Salvador/BA
341/2004	Centro de Cultura Liberdade	Centro de Cultura Liberdade é Barra	Salvador/BA
353/2004	Jovem Artista	ACAT - Associação de Comunitária de Apoio, Qualificação e Cultura dos Trabalhadores da Bahia	Salvador/BA
415/2004	Enter - Uma Proposta de Inclusão Sócio-Digital	Centro Projeto Axé de Defesa e de proteção à Criança e ao Adolescente	Salvador/BA
498/2004	Espaço CUCA - Salvador - Centro Universitário de Cultura e Arte	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
654/2004	Arte Viva	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Salvador/BA	Salvador/BA
720/2004	Preservação do Patrimônio: Inclusão Social Mediante Produção e Utilização de Multimídia	CEFET - BA / Sede	Salvador/BA
740/2004	Centro Cultural Parque Pituaçu	Escolgia	Salvador/BA
826/2004	SER-TÃO Brasil - Redes de Artes e Sentidos	Centro de Referência Integral de Adolescentes	Salvador/BA
372/2004	Preservação do Patrimônio: inclusão social mediante produção e utilização de multimídia	CEFET-BA/Unidade Metropolitana de Simões Filho	Simões Filho/BA
741/2004	Cultura: Direito de Todos	Fundação Terra Mirim	Simões Filho/BA
573/2004	Preservação do Patrimônio: inclusão social mediante produção e utilização de multimídia	CEFET-BA/Unidade de Ensino Descentralizada de Valença	Valença/BA
254/2004	Preservação do Patrimônio: inclusão social mediante produção e utilização de multimídia	CEFET - BA/ Unidade de Ensino Descentralizada de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista/BA
686/2004	música para todos	casa da cultura de vitória da conquista	Vitória da Conquista/BA
687/2004	abrindo velas, pescando culturas - caetanos de cima	associação dos pequenos agricultores e pescadores assentados do imóvel sabiaguaba	Amontada/CE
114/2004	Diversão e Arte	Escola de Dança Integração Social para Criança e Adolescente - EDISCA	Fortaleza/CE
177/2004	Artes de Verdes Mares - Ponto de Cultura de Encine	Núcleo Sócio-Cultural de Arte Audiovisual - ENCINE	Fortaleza/CE
273/2004	Centro Itinerante de Referência Cultural e Criação Coletiva	Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF	Fortaleza/CE
354/2004	Projeto Escola de Artes	Academia de Ciências e Artes	Fortaleza/CE
424/2004	Reis Assentados	Associação Educativa Cultural Teatro da Boca Rica	Fortaleza/CE
439/2004	Curso Profissionalizante de Desenho e Aaminação	AMANDA - Associação Mundo Animado das Artes	Fortaleza/CE
660/2004	Circuito NoAr	NoAr Alpendre - Casa de Cultura e Cidadania	Fortaleza/CE
682/2004	Mercado Alternativo e Centros de Empreendedorismo e Referência Cultural	Movimento HIP HOP Organizado do Brasil - MH2O do Brasil	Fortaleza/CE
745/2004	Casa de Cultura Popular "Fala Favela"	Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente - Fundação CEPEMA	Fortaleza/CE

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
507/2004	Projeto Arte na Praça (PAP)	Associação Cultural Arte na Praça-ACAP	Guaraciaba do Norte/CE
737/2004	ECOS - Escola de Comunicação da Serra	Associação dos Amigos da Arte de Guarimiranga-AGUA	Guarimiranga/CE
238/2004	Produção de Vídeo e Formação de Platéia	Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri	Nova Olinda/CE
465/2004	Som das Carnaubearas de Arte-Educação	Associação Carnaubeira de Arte-Educação	Russas/CE
595/2004	Abrindo Velas, Pescando Culturas - Flecheiras	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Flecheiras - ADCF	Trairi/CE
590/2004	Construção do Centro Cultural para fortalecimento da produção artística das comunidades camponesas e democratização da cultura brasileira	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
068/2004	Atitude Jovem	Organização Atitude	Ceilândia Sul/DF
099/2004	Espaço Cultural 100 Dimensão	Cooperativa Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos com Formação e Educação Ambiental	Riacho Fundo II/DF
014/2004	Oficina de Teatro Invenção Brasileira	Grupo de Teatro Mamulengo Presepada - Invenção Brasileira	Taguatinga/DF
382/2004	Ponto de Cultura do Varjão	Associação Olhos D'Água de Proteção Ambiental - AOPA	Varjão do Torto/DF
245/2004	Ponto de Cultura na Associação Salvamar	Associação Salvamar de Assistência à Criança e ao Adolescente	Guarapari/ES
585/2004	Centros de Formação e Cultura nas Áreas de Reforma Agrária	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
539/2004	Projeto Manguerê	Centro Cultural Caieiras	Vitória/ES
735/2004	Projeto CUCA (Centros Universitários Espírito Santo de Cultura e Artes)	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
017/2004	Ver e Ser Visto - Um pólo de produção de vídeo digital	Centro de Formação Integral - CENFI	Aparecida de Goiânia/GO
038/2004	Abrindo Janelas	Centro Cultural Eldorado dos Carajás	Goiânia/GO
579/2004	Protagonistas de cultura: sensibilização, participação participação e protagonismo cultural brasileiro, com assentados e acampados do Movimento Sem Terra em Goiás	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
220/2004	Incrementação do Núcleo de Arte e Informática da COEPI em Pirenópolis	Comunidade Educacional de Pirenópolis (COEPI)	Pirenópolis/GO
542/2004	Projeto Calu	Universidade Federal do Maranhão	São Luís/MA
583/2004	Estruturação do anfiteatro do Centro de Capacitação e Formação Padre Josimo Tavares	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
521/2004	Cultura da Gente	Instituto Sinergia: Gestão & Cidadania (OSCIP)	Imperatriz/MA
625/2004	Tambores do Quilombo Frechal	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - ACONERUQ	São Luís/MA
828/2004	Ponto na Quebrada - Ponto de Cultura /MHHOB/ Fome de Livro na Quebrada	Associação Estação da Arte, Cultura e Educação	São Paulo/SP

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
432/2004	Casa de Arte & Ofício Ponto de Partida e Bituca - Universidade de Música Popular	Associação Cultural Ponto de Partida	Barbacena/MG
015/2004	Cinema Meninos de Araçuaí	Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento	Belo Horizonte/MG
241/2004	Centro de Convergência de Novas Mídias- REDE.LE	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-FUNDEP	Belo Horizonte/MG
277/2004	A Fábrica - Reforma e Implantação	SeráQuê?Cultura	Belo Horizonte/MG
340/2004	Cine Aberto e Laboratório de Filmes do Aglomerado da Serra	CONTATO - Centro de Referência da Juventude	Belo Horizonte/MG
425/2004	De Gutemberg a Bill Gates	Memória Gráfica-typographia escola de gravura	Belo Horizonte/MG
019/2004	"Folclore nas Barrancas do São Francisco": retomando, refazendo e percebendo os caminhos da cultura	O movimento do Graal no Brasil	Belo Horizonte/MG
471/2004	Fábrica do Futuro	Instituto Cidade de Cataguases	Cataguases/MG
185/2004	Casa da Juventude	FUMCULT	Congonhas/MG
618/2004	Você é Cultura	Fundação Tijuco para o Desenvolvimento da Cultura, Educação, Esporte e Ação Comunitária	Diamantina/MG
691/2004	Ponto de Cultura - Nas Trilhas da Cidadania cultural	Fundação Educaional do Vale do Jetiquinhonha	Diamantina/MG
356/2004	Fiação e tecelagem em algodão	Associação dos Artesãos de Francisco Badaró	Francisco Badaró/MG
750/2004	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para a Casa de Drummond - Centro de Inclusão Digital	Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade	Itabira/MG
817/2004	Música e Artesanato: Cultura Tradicional no Norte de Minas	Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro	Rio de Janeiro/RJ
275/2004	Ponto Volante de Cultura	Serviço Social Da Indústria - SESI	Mariana/MG
483/2004	Centro Cultural Conscienciarte	Fundação Conscienciarte	Paracatu/MG
244/2004	Criação	Associação Pró-Desenvolvimento através da Arte -PRODARTE	Santa Rita do Sapucaí/MG
576/2004	Ponto Cultural e ambientalda Serra do Cipó	Associação Projeto Presente	Santana do Riacho/MG
271/2004	Raízes do Sertão	Associação de Desenvolvimento comunitário e Ação Social do Clube de Mães de São Gonçalo do Rio das Pedras	Serro/MG
125/2004	Moinho Cultural Sul Americano	Instituto Homem Pantaneiro	Corumbá/MS
192/2004	Casa da Cultura "Nänderetã"	Associação "Amigo do Índio"	Dourados/MS
581/2004	Arte, Cultura, Cidadania e Geração de Renda	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
184/2004	AVE - Arte, Vida e Esperança	Associação Popular de Cultura Cacerense - APCUCA	Cáceres/MT
035/2004	Ciranda Digital	Projeto Ciranda - Música e Cidadania	Cuiabá/MT
190/2004	Ponto de Cultura Norte de Mato Grosso	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e Coletivo Regional da Rede GTA Norte Mato-grossense (Grupo de Trabalho Amazônico)	Lucas do Rio Verde/MT
084/2004	Rio Pela Arte	União de Mulheres de Belém	Belém/PA

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
754/2004	Laboratório de MDB - Música Digital Brasileira	Sociedade Visconde Inhauma	Belém/PA
473/2004	COMVIDA Ponto de Cultura	CONVIDA - Associação Cultural Caminho de Vida	Rondon do Pará/PA
436/2004	Espaço Cultural na Amazônia - Investindo na Cultura e no Conhecimento para Preservar a Floresta	Grupo de Ação Ambiental Vila Viva	Santarém/PA
442/2004	Cultur Ribeirinha de Santarém	Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém	Santarém/PA
350/2004	Multivisual.NET - Bananeiras Brejo da Paraíba	Paraíba - Coletivo de Assessoria e Documentação	João Pessoa/PB
345/2004	Espaço CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte / Campina Grande	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
257/2004	Oficina Escola - Patrimônio Histórico e Cultura	Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa	João Pessoa/PB
351/2004	PARAÍWA - Multivisual Net	Paraíba - Coletivo de Assessoria e Documentação	João Pessoa/PB
649/2004	Centro de Cultura Popular Piollin	Escola Piollin	João Pessoa/PB
651/2004	Urbe Audiovisual	Associação Brasileira de Documentaristas, Seção Paraíba (ABD-PB)	João Pessoa/PB
790/2004	Rede de Comunicação e Cultura do Semi-árido	Centro de Cultura Luiz Freire/TV Viva	Olinda/PE
315/2004	Ponto de Cultura - Estrela de Ouro	Grupo Cultural Maracatu Estrela de Ouro	Recife/PE
532/2004	Estação da Cultura	Associação Estação da Cultura	Arcoverde/PE
204/2004	Cultura Viva: Jovens Comunicadores na Era da Inclusão Digital	Centro de Mulheres do Cabo	Cabo de Santo Agostinho/PE
592/2004	Centro de Cultura e da Cultura Camponesa e de Reforma Agrária do Agreste Pernambucano	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
679/2004	Arte Afro Menina Mulher	Casa Menina Mulher	Recife/PE
701/2004	Encontro Cultural - Jovem Cidadão	Associação Musical e Cultural de Cavaleiro	Jaboatão dos Guararapes/PE
066/2004	Carnaval da Ala Alafin Mimi	Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó	Olinda/PE
074/2004	Projeto Memorial Severina Paraíso da Silva - Mãe Bui	Associação dos Amigos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	Recife/PE
098/2004	Nossos Patrimônios Vivos	Associação Veredas: cidadania, cultura e patrimônio	Olinda/PE
408/2004	De Antena Ligada	C.A.I.S. do Parto: Centro Ativo de Integração do Ser	Olinda/PE
534/2004	Núcleo de Memória e Produção de Cultura Popular Coco de Umbigada - Djumbay	Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável	Recife/PE
545/2004	Cinema de Animação	Centro de Cultura Popular Viva Arte	Olinda/PE
591/2004	Centro de Cultura da Reforma Agrária e Cidadania do Centor Francisco Julião - Olinda-PE	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
695/2004	OCAS - Oficinas Culturais de Artes e Saúde	GRAÚNA - Juventude, Gênero, Arte e Desenvolvimento	Olinda/PE
147/2004	Implantação do Centro Cultural Forte de Pau Amarelo	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico	Recife/PE
112/2004	Versos do Semi-Árido	Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC)	Recife/PE

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
249/2004	Projeto CUCA (Centro Universitários de Cultura e Arte) Pernambuco	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
258/2004	Pilares de Um Recife	Centro de Diversidade Cultural Teatro Armazém	Recife/PE
280/2004	Protagonizando o Espetáculo da Vida!	Grande Circo Arraial - Escola Pernambucana de Circo	Recife/PE
398/2004	Auto-estima	ONG Alto Falante	Recife/PE
418/2004	Voz da Criança pelo Maracatu	Maracatu de Baque Virado Encanto da Alegria	Recife/PE
627/2004	Núcleo de Comunicação Comunitária do Recife	Associação das Entidades Coordenadoras e Usuárias do Canal Comunitário do Grande Recife - Canal Capibaribe	Recife/PE
784/2004	Jovens Quilombolas: Voz e Resistência	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	Olinda/PE
458/2004	Cultura ao Alcance de Todos	Escandalo Legalizado Teatro	Florianópolis/PI
664/2004	Projeto Cultural "O Grito do Ipiranga"	Fundação Cultural Enéas de Carvalho	Ipiranga do Piauí/PI
404/2004	Ponto de Cultura Quilombo Rosário Oeiras Piauí	Fundação Dom Edilberto Dinkelborg	Oeiras/PI
157/2004	Cordel nas Escolas	Fundação Nordestina do Cordel	Teresina/PI
587/2004	Resgate e Conhecimento da Cultura do Meio Rural	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
037/2004	Estúdio Livre	Comitê para Democratização da Informática no Paraná	Curitiba/PR
512/2004	Projeto CUCA (Centros Universitários de Cultura e Arte) Paraná	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
548/2004	Caravana da Alevria - 2ª Etapa	Companhia de Teatro Amadeus	Foz do Iguaçu/PR
079/2004	Vivenciando a Cultura	Centro de Produtores Independentes de Arte e Cultura - CEPIAC	Londrina/PR
588/2004	Resgate e Conhecimento da Cultura Camponesa	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
589/2004	Resgate e Conhecimento da Cultura Camponesa	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
113/2004	Pólo APAC de Artes Visuais e Música	Associação de Proteção à Arte e à Cultura de Sertãoópolis	Sertãoópolis/PR
380/2004	Instituto Cultural Martinho da Vila - Inclusão Social e Cidadania Cultural	Instituto Cultural Martinho da Vila	Duas Barras/RJ
025/2004	América: Arte e Cultura na Baixada	Associação dos Amigos do América-Baixada - AMAB	Mesquita/RJ
108/2004	Programa de Inclusão Audiovisual e Digital na Oficina do Parque	Oficina do Parque	Niterói/RJ
535/2004	Oficina de Comunicação Comunitária Cultural e Ambiental do Barreto	Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto	Niterói/RJ
205/2004	Oficina Permanente de Teatro e Circo	Casa do Menor de São Miguel Arcanjo	Nova Iguaçu/RJ
675/2004	Vídeo - Cultura e Trabalho	Centro de Integração Social Amigos de Nova Era	Nova Iguaçu/RJ
450/2004	Patrimônio Imaterial e Geração de Renda em Paraty	Instituto Tannus Assistencial Educacional	Paraty/RJ
519/2004	Projeto Cultural Manoel Martins	Associação de Moradores de Campinho	Paraty/RJ
072/2004	Ponto de Cultura Estação Barão de Mauá	Serviço Social das Estradas de Ferro- Seseff	Rio de Janeiro/RJ
110/2004	Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha	Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI	Rio de Janeiro/RJ

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
128/2004	Casa da Música	Associação de Moradores do Jacarezinho	Rio de Janeiro/RJ
137/2004	Tá na Rua Brasil - Escola Carioca de Espetáculo	Instituto Tá Na Rua, para Artes, Educação e Cidadania	Rio de Janeiro/RJ
141/2004	Oficina de Arte da Casa das Artes de Vila Isabel	Associação Casa das Artes de Educação e Cultura	Rio de Janeiro/RJ
180/2004	Ponto de Cultura Memória de Santa	Viva Santa	Rio de Janeiro/RJ
181/2004	Projeto CUCA (Centros Universitários de Cultura e Arte) Rio de Janeiro	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
216/2004	Ponto de Cultura Papo Cabeça	Viva Rio	Rio de Janeiro/RJ
217/2004	Projeto As Novas Ondas da Maré	Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro - ACB/RJ	Rio de Janeiro/RJ
225/2004	Arte Ponto a Ponto em Padre Miguel	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável	Rio de Janeiro/RJ
235/2004	Casa do Teatro do Oprimido	Centro de Teatro do Oprimido-CTO-RIO	Rio de Janeiro/RJ
343/2004	Centro Interativo de Circo	Centro Interativo de Circo	Rio de Janeiro/RJ
433/2004	Oficinas de Arte da Casa das Artes da Mangueira	Associação Casa das Artes de Educação e Cultura	Rio de Janeiro/RJ
449/2004	Pólo de Cultura Centro Cultural Roda Viva	Associação Projeto Roda Viva	Rio de Janeiro/RJ
463/2004		Central Única das Favelas - CUFA	Rio de Janeiro/RJ
470/2004	Espaço de Construção da Cultura	Associação Comitê da Ação da Cidadania	Rio de Janeiro/RJ
493/2004	Orquestra de Violinos	Centro Cultural Cartola	Rio de Janeiro/RJ
502/2004	Oficina de Samba Escola da Vida	ONG Projeto Liberdade	Rio de Janeiro/RJ
533/2004	Ponto de Cultura Sinval Silva de Memória e Criação Musical da Tijuca	Instituto Trabalho e Cidadania	Rio de Janeiro/RJ
594/2004	Ponto de Cultura CIDS-VG	Ação Social Frei Gaspar	Rio de Janeiro/RJ
626/2004	Damas da Camélia	AMOCVIM - Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa	Rio de Janeiro/RJ
655/2004	O Som das Comunidades	Grupo de Formação de Educadores Populares - GEFEP	Rio de Janeiro/RJ
671/2004	Escola de Jongo da Serrinha	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	Rio de Janeiro/RJ
760/2004	Núcleo de Produção Audiovisual do Grupo Nós do Morro	Grupo Nós do Morro	Rio de Janeiro/RJ
763/2004	Museu da Maré: Identidade e Cultura	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré	Rio de Janeiro/RJ
819/2004	Levantando a Lona	Grupo Cultural Afro Reggae	Rio de Janeiro/RJ
279/2004	Arte Educação no Ponto	Centro Ativo de Programas Sociais	São Gonçalo/RJ
307/2004	Juventude Viva - Protagonismo, Casa da Cultura Arte e Cultura da Paz	Centro de Formação Artística e Cultura da Baixada Fluminense	São João de Meriti/RJ
823/2004	Casa do Compositor	Faculdades Católicas	Rio de Janeiro/RJ
248/2004	Projeto Integração pela Música - PIM	Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição	Vassouras/RJ
100/2004	Fotografia e Identidade	Galeria ZooN de Fotografia	Natal/RN

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
506/2004	Sons da Vila	Centro de Cultura da Vila de Ponta Negra	Natal/RN
602/2004	Ruas da Memória - Diversidade Cultural das Rocas/RN	Espaço Cultural Casa da Ribeira	Natal/RN
639/2004	A Arte Transformando Vidas	Casa Renascer	Natal/RN
499/2004	Art Total	Associação de pais e professores da Escola Estadual de Ensino fundamental Jardim das Pedras	Ariquemes/RO
792/2004	Voz para Comunidades da Floresta	Grupo de Trabalho Amazônico	Brasília/DF
090/2004	De Olho na Cultura	Associação Integração de Radiodifusão Comunitária	Alvorada/RS
176/2004	Chibarro	Universidade Federal de Pelotas	Capão do Leão/RS
676/2004	Rede de Pontos de Cultura do Município de Pelotas	Universidade Católica de Pelotas	Pelotas/RS
056/2004	Ponto de Cultura Campo da Tuca	Associação Comunitária do Campo da Tuca	Porto Alegre/RS
065/2004	Jovem Comunicador	Fundação de Atendimento Sócio-educativo	Porto Alegre/RS
196/2004	CUCA/UNE (Centro Universitários de Cultura e Arte) Rio Grande do Sul	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
355/2004	Espelho da Comunidade	Oficina de Vídeo - TV OVO	Santa Maria/RS
624/2004	Ponto a Ponto Tecendo Cidadania	Programa de Apoio a Meninos e Meninas - Centro de Defesa Bertoldo Weber	São Leopoldo/RS
580/2004	Partilhando Arte e Cultura	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
582/2004	Biblioteca do Centro de Formação de Trabalhadores do MST	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
616/2004	Circo-Escola de Barra Velha	Grupo Circo escola e Teatro de Lona Cultural de Santa Catarina	Barra Velha/SC
666/2004	Portal Cultural O Contestado	Agência de Desenvolvimento Regional Integrado do Planalto Norte Catarinense-ADR-PLAN	Canoinhas/SC
659/2004	Se Essa Mídia Fosse Minha...	Cia. de Cultura	Florianópolis/SC
010/2004	Cultura Nativa no Caminho das Tropas	Centro de Tradições Gaúchas Anita Garibaldi	Lages/SC
229/2004	Loja de Artesanato- Museu nacional do Mar	Associação Amigos do Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	São Francisco do Sul/SC
376/2004	Escolinha de Artes Infantil	Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul	São Francisco do Sul/SC
412/2004	Nosso Palco é a Rua	Imbuça Produções e Artísticas	Aracaju/SE
520/2004	Figuras em Trânsito	Centro de Estudos Casa CURTA-SE	Aracaju/SE
586/2004	Valorização e Conhecimento da Cultura no Meio Rural	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
497/2004	Centro Cultural Pioneiros de Andradina - Ponto de Cultura de Todos Nós!	Instituto Cultural Orensy Rodrigues da Silva - ICOROS	Andradina/SP
126/2004	Tradição e Tecnologia no Vale do Ribeira - uma alternativa para a inclusão	Instituto Arte Sustento - Planejamento Sócio-Artístico Cultural	São Paulo/SP
105/2004	Casa da Ecologia: Ponto de Cultura Ambiental	Instituto Pau Brasil de História Natural	Arujá/SP

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
063/2004	Casa de Cultura Tainã -Projeto Mocambos	Casa de Cultura Tainã	Campinas/SP
620/2004	Cinema em Palavras	Centro Cultural Louis Braille de Campinas	Campinas/SP
076/2004	Culturando	Instituto Casa da Gente	Carapicuíba/SP
400/2004	Cineclube - Diversão e Arte para qualquer parte	Centro de Educação e Formação de Carapicuíba	Carapicuíba/SP
712/2004	OCA - Escola Cultural	OCA - Associação da Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba/SP
584/2004	Equipamentos Pedagógicos-Escola Nacional Florestan Fernandes	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
467/2004	Centro de Cultura Caiçara da barra do Riberia (Juréia)	Associação dos Jovens de Juréia - AJJ	Iguape/SP
023/2004	Arquitetando Idéias	Sociedade Olimpiense de Educação e Cultura LTDA - Faculdade Ernesto Riscali	Olímpia/SP
155/2004	Conexão Planeta Piracicaba	Centro Comunitário do Parque Piracicaba	Piracicaba/SP
234/2004	Dança Cida	Associação Dança Vida	Ribeirão Preto/SP
647/2004	Resgate da Cultura Camponesa como Instrumento de Identidade do Homem do Campo	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
095/2004	Rio Claro Cidade Viva	Centro Voluntariado de Rio Claro	Rio Claro/SP
077/2004	Santo André Cultura Viva	Escola Sindical São Paulo - CUT	São Paulo/SP
619/2004	Laboratório de Produção Audiovisual	Ação Jovem de Apoio a Eduação, Cultura e Pesquisa - AJA	Santo André/SP
096/2004	Arte no Dique	Instituto Elos - Brasil	Santos/SP
441/2004	Ponto de Cultura - São José dos Campos	Associação Cultural e Ecológica ao Renascimento das Artes	São José dos Campos/SP
044/2004	Galpão Arte em Construção	Instituto Pombas Urbanas	São Paulo/SP
051/2004	Ponto de Cultura UNEGRO/SP	União de Negros pela Igualdade - UNEGRO	São Paulo/SP
092/2004	Sementeira Cultural	Clube Desportivo Municipal do Parque América	São Paulo/SP
131/2004	Ateliês de Arte da Casa do Zezinho	Cooperativa Educacional e Assistencial Casa do Zezinho	São Paulo/SP
138/2004	Policultural	Instituto do Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação Cursinho da Poli - USP	São Paulo/SP
164/2004	Projeto CUCA (Centro Universitários de Cultura e Arte) São Paulo	União Nacional dos Estudantes - UNE	São Paulo/SP
182/2004	Oficina de Sonhos	Fundação Projeto Travessia	São Paulo/SP
237/2004	Atuação do Parque CienTec no Projeto Ciência Móvel	Universidade de São Paulo - USP	São Paulo/SP
239/2004	Cultura na Vila	G.R.C.S.E.S. Unidos da Vila Maria	São Paulo/SP
319/2004	Ponto de Cultura na UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo-UMES	São Paulo/SP

Nº de Ordem	Título do Projeto	Entidade Proponente	Cidade/UF
389/2004	Ponto de Cultura da Vila Buarque	Instituto de Pesquisa e Projetos Sociais e Tecnológicos-IPSO	São Paulo/SP
422/2004	Escola de Samba e Choro da Zona Leste	Grêmio Recreativo e Cultural Bloco Carnavalesco Mocidade Independente da Zona Leste	São Paulo/SP
438/2004	Núcleo de Ação Cultural CEDECA Interlagos	CEDECA Interlagos - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	São Paulo/SP
516/2004	Núcleo de Cultura Chico Mendes	Sampa.org	São Paulo/SP
528/2004	Núcleo de Cultura Biboca	Sampa.org	São Paulo/SP
615/2004	Formação de agente comunitário de comunicação	Associação Cultural e Educativa Ética e Arte na Educação	São Paulo/SP
631/2004	De Olho na Tela - Projeto Casulo	ICE - Instituto de Cidadania Empresarial	São Paulo/SP
685/2004	centro de formação campo cidade - preservando a identidade cultural	Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA	São Paulo/SP
713/2004	Rede de Cultura Sem Teto	Instituto Sincronicidade para a Interação Social	São Paulo/SP
719/2004	A Margem de Sampa Cultural Heliópolis Meio&intrameios	UNAS - União de Núcleos Ass. Soc. Heliópolis	São Paulo/SP
721/2004	TO AÍ (Time de Oficinas Artíficas Integradas)	Associação Comunitária Cultural Constelação - ACCC	São Paulo/SP
725/2004	Formação de Educadores Brincantes	Teatro Escola Brincante	São Paulo/SP
764/2004	Brincando na Universidade: LABRIMP e MEB como Espaços de Cultura	FAFE - Fundação Apoio a Faculdade de Educação	São Paulo/SP
789/2004	Projeto Multiplicação e Cultura	CaSa dos Meninos	São Paulo/SP
825/2004	Produtora Junior Novolhar	Associação Novolhar	São Paulo/SP
827/2004	Agência Cultural Templo da Cidadania	Cineclubes Cauim	São Paulo/SP
047/2004	Núcleo de Cultura e Educação dos Povos do Mar	Centro Cultural São Sebastião Tem Alma	São Sebastião/SP
454/2004	CulturAtiva Camará	Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência	São Vicente/SP
013/2004	Ponto de Cultura Gaivota Ubatuba	Associação Cultural Comunitária Gaivota	Ubatuba/SP
678/2004	Tambores do Tocantins	COMSAUDE - Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação	Porto Nacional/TO

Participações

Comissão Julgadora do Primeiro Edital

Célio Roberto Turino de Miranda
Presidente da Comissão

Elder Vieira dos Santos
Chefe de Gabinete da SPPC

Álvaro Pontes de Magalhães
Gerente de Projetos da SID

Ranulfo Alfredo Manevy
Assessor Especial da SE

Ana Paula Dourado Santana
Coordenadora de Mostras e Festivais/SAV

Maristela Debeneste
Gerente de Documentação e Informação da SPC

Miguel Ribeiro Neto
Gerente da SAI

Adair Leonardo Rocha
Assessor Especial do Ministro da Cultura

Marta Rosa Figueira Queiroz
Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares

Equipe da Secretaria de Programas e Projetos Culturais

Elder Vieira
Chefe de Gabinete

EQUIPE

Eric Meireles de Andrade
Ana Paula Palamartchuk
Elisiário Palermo Júnior
Antônio de Pádua de Lima Brito
Marianne Nassuno
Aldo de Miranda Rocha
Cláudio Prado
Marcos Verlaine da Silva Pinto
Eliete do Carmo Braga
Fabiana Teixeira Barbosa
Danielle dos Santos Miranda
Regina Célia Rodrigues Neto
Danielle Rodrigues de Sousa
Gicelda Ferreira da Silva
Oswaldo Henrique Pinto de Farias
Ana Maria Moreira de Alvarenga Nascimento

Célia Maria Santos Moreira Barbosa
Maria Irislene Marques da Silva
Paulo de Queiroz Maia
Anete Vidal
Antônio Carlos Ziza
Fátima Aparecida de Mello
Vitor Cheregati
Leandro Carneiro Fossá
Uiraporã Maia do Carmo
Ananias Pereira Batista Filho
Fernando Rodrigues Paiva
Leonardo Mattos
Ralf Rodrigues
Luciana Oliveira Alves de Souza
Juliana Oliveira
Sheila Soares Santana
Terezinha Nobre da Silva
Paula Sabrina de Oliveira Souza
Flávia Novaes
Daniel Ilirian de Carvalho

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Fábia Galvão Costa Machado
Mariana Alencar Dornelles

Representantes Regionais

Mirane Girão Albuquerque
Representante Regional do
Rio de Janeiro e Espírito Santo

Simone Maria Barbosa Silva Araújo
Representante Regional de Minas Gerais

Tarciana Gomes Portella
Representante Regional do Nordeste

José Roberto Aguiar
Representante Regional de São Paulo

Rozane Maria Dalsasso
Representante Regional do Rio Grande do Sul



Imagem:
Grupo Cultural
Afro Reggae
Projeto Levantando
a Lona

Coordenação editorial
DMF Congressos, Planejamento e Assessoria Ltda
dmf@dmf-eventos.com.br

Impressão
Estação Gráfica Ltda
estagraf@estagraf.com.br

Fotografias
Arquivo do Ministério da Cultura e Banco de Imagens *Royalty Free*





Ministério
do Trabalho
e Emprego

Ministério
da Cultura





1 CAPÍTULO

GEOMETRIA E EQUAÇÃO PARA A CULTURA VIVA, POR CÉLIO TURINO¹

A ideia de Ponto de Cultura parte de um conceito matemático. Pela natureza de sua abstração, desencadeia um conjunto de relações sociais e criativas, na lógica da potencialização dos desejos, da inventividade das pessoas, e de processos de desenvolvimento desencadeados a partir de contatos com o “outro”, na forma de afetos, encantamento e magia, reflexão e organização. O que seria um Ponto como conceito matemático? A unidade, a base de uma rede, sem dimensões ou forma predeterminadas. O Ponto independe da forma, mas se realiza no espaço e tem que ser, portanto, localizável e identificável no território. Como Cultura também é uma abstração, Ponto de Cultura foi o nome que melhor sintetizou essa abstração “concreta”, que é o fazer cultural no território, dando unidade para a relação entre espaço (território) e tempo (memória). Mais precisamente, *punctos*, que, no latim, refere-se a um lugar determinado em que ocorre a intersecção de condições para realizações específicas. Basta um pequeno sinal para que a cultura aconteça, mas, como ela também é infinita, seria necessária a utilização de um “ponto de partida” que representasse esse sinal sem limites e que, ao mesmo tempo, fosse constituído por infinitas partes. Seria a base para uma geometria da vida; do grego, *geo* (terra) e *métron* (medida, medição), de modo a identificar posição e forma. Assim, um Ponto de Cultura é a expressão da microrrede, realizada nos territórios, sejam físicos ou simbólicos.



Célio Turino na exposição da Teia Campinas, Estação Cultura no dia 29/03/2020. Crédito: Neander Heringer.

¹ Texto originalmente publicado com o título “Geometria e equação para a Cultura do Encontro e a Cultura Viva Comunitária” p. 31-33 no livro do autor intitulado: “Cultura a unir os Povos: A arte do encontro” (1ª Ed, São Paulo: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, 2017).

Um Ponto de Cultura condensa a cultura viva na medida em que suas ações se desenvolvem com autonomia e protagonismo. Não é um simples ponto de conexão, como um ponto de recepção e irradiação de cultura; inicialmente sim, mas, com a observação do fenômeno, denota-se que o Ponto vai se constituindo enquanto um espaço livre para a interpretação e realização da cultura, uma zona simbólica libertada, por assim dizer. Também um ponto de ebulição, em que ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas, a depender das condições de pressão e temperatura. Desse modo, cada Ponto é diferente do outro, pois, em cada qual, as realidades são distintas. As pessoas, as histórias, os recursos, o ambiente, as condições, tudo é diferente; mas, ao mesmo tempo, igual, tornando-os "iguais na diferença".

Se, na forma, cada Ponto de Cultura é diferente entre si, na essência todos são muito parecidos. Há que se ter alguém (ou alguéms) com muita potência, com muito desejo, com muito compromisso. Não importa se esse alguém é local ou não, o que importa é o compromisso, a disposição e a perseverança (há que perseverar). Também há que se encontrar pessoas dispostas a dar e receber, abertas para o encontro. Quando alguém chega pensando que sabe tudo e que vai ensinar aos outros, já chegou errando. Quando alguém recebe pensando que não há nada a receber, a ebulição também não acontece. Igualmente, não cabe se conformar ou se acomodar. Há que se existir permanência, continuidade e há que se inventar, criar; afinal, cultura é uma linha tênue que separa (e une) permanência e criação. Essas são as condições básicas para a equação, tornando simples um problema intrincado, de modo a alcançarmos uma solução clara.



Ainda sobre as condições para identificar um Ponto de Cultura; do abstrato ao concreto. Um Ponto de Cultura pode acontecer em um coreto de uma Praça, à sombra de uma árvore, em uma garagem, um quiosque, um espaço adaptado, uma casa ou edifícios abandonados, que se recuperam no uso da cultura; também em centros culturais bem equipados, teatros, museus, bibliotecas comunitárias ou

bibliotecas-parque, em espaços multimídia com muitos recursos. O mesmo em relação a recursos; primeiro, sempre, os recursos internos, de dentro da própria comunidade, as vontades, a criatividade; mas também há que se colocar o Estado a serviço de seu povo, e cultura é um direito básico, por isso os governos precisam assegurar orçamento para o fazer cultural autônomo, e que esses recursos não venham em formatos prontos, elaborados por quem mal conhece a realidade das comunidades, a realidade vivida.

Também é fundamental que se instiguem processos de intercâmbio e novas miradas. Sem intercâmbio, sem troca, a cultura não se realiza, não progride e só regride; há que se ter disposição para, além de fortalecer a identidade, também exercitar a alteridade. Trocas por todos os lados, com todos e de todos os modos, de todas as formas, com todas as gentes; foi assim que nos realizamos como humanidade, será assim que recuperaremos nossa humanidade. Não há como falar em troca sem falar em comunicação, pois comunicação é um fato cultural, assim como a cultura só se realiza quando comunicada, seja uma simples palavra, expressão ou desejo desenhado em uma caverna, para que gerações futuras soubessem que alguém viveu por ali, como uma mensagem ao tempo. Comunicação é mensagem e mensagem é cultura. Nesse caminhar junto entre cultura e comunicação encontra-se a chave-mestra para a transformação da cultura do encontro em um intenso processo de instigação, curiosidade e criação; sem esse caminhar junto, ou a comunicação se torna reles ou a cultura se torna morta, exatamente porque não conseguirão estabelecer sozinhas um processo cultural e comunicativo ao mesmo tempo. Juntando esses elementos, pessoas, espaços, recursos materiais e financeiros, conhecimentos, criatividade, curiosidade, intercâmbios e comunicação, a cultura se coloca em movimento. Como são recursos concretos, não conceituais, um ou outro pode faltar, ou um novo recurso pode ser acrescentado, sem que a ordem dos fatores altere substancialmente o resultado, que é colocar a cultura em movimento. Que movimento seria esse? Preferencialmente, o ciclo completo do processo criativo, com memória e patrimônio, preservação e invenção, formação, produção, criação e difusão.



Cultura é partilha, é participar de algo, é tornar comum. O êxito de um Ponto de Cultura está na simplicidade, de modo que possa ser espalhado por todos os lugares, junto a todas as pessoas, em todos os corações e mentes. Se o planeta é a estrutura de nossa Casa Comum, a cultura é o fluxo, o sopro que mantém viva a Casa Comum, e o Ponto de Cultura compõe as partículas desse sopro. E essas partículas são divisíveis, como o átomo. Como partículas essenciais: a autonomia e o protagonismo das comunidades. Só assim um Ponto de Cultura poderá realizar a sua Potência, tornando-se vivo e não comandável. Enquanto o Poder é um instrumento de comando e ordem, regulando o fluxo da Potência, a Potência é liberadora de energias e da capacidade de agir, tendo, portanto, um papel subversivo na relação com o Poder. O Poder, retrai e subtrai; a Potência libera, estando mais afeita, nos tempos atuais, a uma reinvenção da política a partir de processos mais horizontais e compartilhados, isso porque múltipla, enquanto o Poder é unidirecional.

Autonomia é a capacidade de autogoverno pelos próprios meios, incluindo a capacidade de conhecer e interpretar as regras e normas. É a própria realização da liberdade e da vontade humana, a realização do dom divino do livre-arbítrio. É a capacidade de conceber, imaginar e criar, e também de realizar. Seguramente, há limitadores a essas capacidades, por isso o entendimento de autonomia como partícula essencial, mais como conceito que como recurso, ou extração de meios, até porque, quanto mais as civilizações avançam no controle e exploração dos recursos, mais a humanidade, como conjunto, se afasta da autonomia. Associar cultura a autonomia seria inadequado, porque cultura nem sempre é sinônimo de libertação; há a cultura que aprisiona, que oprime, que subjuga e coloniza. A dominação sobre a América Latina é prova viva dessa heteronímia, que seria o oposto da autonomia, em que indivíduos ou coletividades se sujeitam à vontade de terceiros, perdendo a condição de arbítrio ou de expressão livre da vontade. Uma cultura que liberta persiste na busca por autonomia e carrega os componentes da descolonização, da despatriarcalização, da desmercantilização, e da desantropocentralização. Sem essas desconstruções não há construção da autonomia, nem da liberdade. Isso porque a vontade externa se imporá na elaboração da cultura, matando, de forma inconsciente, a autonomia e a liberdade nos processos de criação. Como se denota, alcançar a autonomia (no sentido cultural, de desembaçar camadas de percepção) não é algo fácil, por isso a necessidade de perseverar e cultivar os meios para que as pessoas exercitem suas próprias escolhas e tenham condições de gerir suas vidas.

O protagonismo seria a outra partícula a potenciar um Ponto de Cultura. Do grego *protos* (principal, primeiro) e *agonistes* (ator, competidor). Desconstrução não significa destruição, e sim desmontagem, decomposição; para reconstruir, é necessário desconstruir, conforme a fenomenologia aponta. É necessário observar os fenômenos, decompor para compreender, e depois recompor. Não se trata de um método, conforme Jacques Derrida, o filósofo da desconstrução, apontou, e sim um conceito a buscar lacunas para compreender a própria existência do fenômeno. Isso implica nos indivíduos e coletividades assumirem o palco, falarem na própria voz, tomando a narrativa da história "para si". No início pode até ser uma narrativa aparentemente desconexa, desconstruída, mas há que se estimular a fala na primeira voz, do contrário jamais se estabelecerá um processo emancipador. Também não significa que todos tenham que subir ao palco ao mesmo tempo, pois, em uma situação dessas, as vozes se transformariam em ruído, barulho. Protagonismo pressupõe um exercício entre atuar e ser espectador, falar e escutar, estar no palco e na plateia. Isso é pura cultura do encontro, é diálogo, é capacidade de observação e interpretação do mundo. Como exemplo de meio a fomentar o protagonismo: estúdios multimídia (no Brasil era a única obrigatoriedade aos Pontos de Cultura), equipamentos audiovisuais e de edição que permitam às coletividades falarem na própria voz, contarem as próprias histórias, registrarem as próprias imagens, não pelo "olhar de fora", mas pelo próprio olhar. Só assim se consegue restabelecer linhas narrativas que permitam a projeção de roteiros futuros, em processos de sensibilização e reflexão.

Do jogo, ou da combinação, entre Autonomia e Protagonismo, as comunidades podem começar a se apoderar dos seus meios narrativos. Nesse sentido, autonomia e protagonismo são condições indispensáveis para quebrar hierarquias sociais e a construção de novas legitimidades, isso porque, nas sociedades pós-industriais, os serviços culturais substituem os bens materiais como a base da acumulação de valor. É na disputa pelo domínio do território narrativo que vai se concentrando a nova etapa da luta de classes, daí sua importância estratégica. Da combinação entre autonomia e protagonismo um Ponto de Cultura alcança a sua potência. Mas há uma terceira partícula a possibilitar o salto quântico: a articulação em rede.

O que é uma rede? Um entrelaçamento de linhas, formadas por pontos, que dão padrão e estrutura ao processo de entrelaçamento e ligação de pontos. Ao ligarem pontos, vão criando novos sentidos, uma vez que esses pontos se afetam mutuamente, e se modificam. O desafio está em achar o fio da meada. Tem sido comum as pessoas considerarem que o fenômeno Rede é algo recente, mais identificado com a sociedade da informação, as redes sociais. Mas não é, redes são parte da própria aventura humana, desde quando os primeiros hominídeos decidiram ir além da savana africana. A humanidade só existe porque se fez em rede, e a própria mente humana é resultado de processos de conexões em rede. Vygotsky, ao estudar o desenvolvimento mental das crianças bem pequenas, isso na Rússia pós-revolução de 1917, procurou compreender os processos dinâmicos de desenvolvimento da mente e sua maturação. É quando ele descobre e conceitua a “zona de desenvolvimento proximal”, em que a evolução mental das crianças dá saltos quando elas são colocadas em contato umas com as outras. Quem tem ou teve filhos pequenos percebe facilmente esse fenômeno. Uma criança com dois anos de idade, por exemplo, e que só viveu aos cuidados da família, sem intensos contatos com outras crianças, de repente, quando colocada junto a outras crianças, em uma sala de pré-escola, em menos de um mês desembesta a falar e a se comunicar. Esse seria o desenvolvimento proximal, o desenvolvimento a partir dos próximos, em zonas de intersecção. “A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento, em vez de ‘frutos’ do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente”². Aplicando essa teoria aos Pontos de Cultura, foi possível desencadear processos intensos de desenvolvimento entre os Pontos, e de forma horizontal, uma vez que Pontos diferentes contribuíam com outros, e não mais o Estado, que passou a ser um facilitador na aceleração de processos. É a articulação em rede que permite que Pontos, antes isolados, ganhem força a fazer frente aos reguladores do mundo dos sistemas, isso porque a vida, ela própria, dá saltos quando se encontra com outras vidas.

O Ponto de Cultura seria uma microrrede, atuando no território (físico ou virtual), junto às comunidades e nas diferentes formas de expressão, linguagens artísticas ou grupos identitários. A busca e fortalecimento da peculiaridade, da singularidade. Com a intervenção no território, e no campo da memória comunitária, o Ponto de Cultura vai se empoderando de processos de construção narrativa, com autonomia e protagonismo, bem como desencadeando processos formativos e de criação. Como macrorrede, a Cultura Viva, interligando Pontos, ampliando sua sustentabilidade e dando sentido às ações comunitárias, antes circunscritas às comunidades e, com isso, afetando outras comunidades, formando uma nova unidade de comunidades da vida. Como mesorredes, intensificando os Pontos de Cultura como espaços de recepção e irradiação de formação, criação e difusão cultural, um conjunto de ações, por vezes não imaginadas, nem experimentadas no âmbito da comunidade. As Interações Estéticas, a aproximar artistas profissionais de comunidades, de modo a produzirem novas

² VIGOSTKI, L. S. – “A formação social da mente” – Martins Fontes Ed., 2003, pg. 113



criações, artísticas; Griôs e mestres da cultura tradicional, para processos de transmissão de cultura pela oralidade; Pontinhos de Cultura, para a cultura lúdica e infantil; Cultura e Saúde; Economia Viva, para novas formas de economia, com vínculo comunitário e popular; Pontos de Memória; Pontos de Leitura; Agentes Jovens da Cultura Viva³. O objetivo foi que Um Ponto de Cultura aprendesse com outro, de forma horizontal, formando redes próprias, por aproximação. Com quanto mais redes o Ponto de Cultura se articula, mais empoderado ele estará, tanto do ponto de vista social, econômico e político, como nos aspectos criativos e artísticos.

A partir do conceito de “zona de desenvolvimento proximal” podemos estabelecer uma geometria para o processo de contato e encontro entre Pontos, em forma de círculos. Essa geometria também pode ser aplicada à Cultura do Encontro, de modo a potencializar processos comunicativos e de transformação de realidades, sempre em uma perspectiva de desenvolvimento horizontal, entre pares. Desse processo de desenvolvimento e interação entre pontos, e lembrando que a geometria não é plana, e sim tridimensional e orgânica, se extrai a equação que define o que é um Ponto de Cultura, que também pode expressar a Cultura do Encontro, em sentido emancipador, e a própria Cultura Viva Comunitária.

³ Essas ações estão mais bem detalhadas e analisadas em outro livro do autor, “PONTO DE CULTURA: O Brasil de baixo para cima”, Ed. Anita Garibaldi, 2009, acessível gratuitamente por meio digital, também em edição em espanhol e inglês.

PONTO DE CULTURA

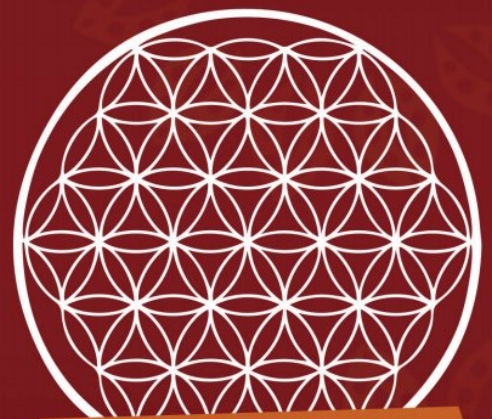
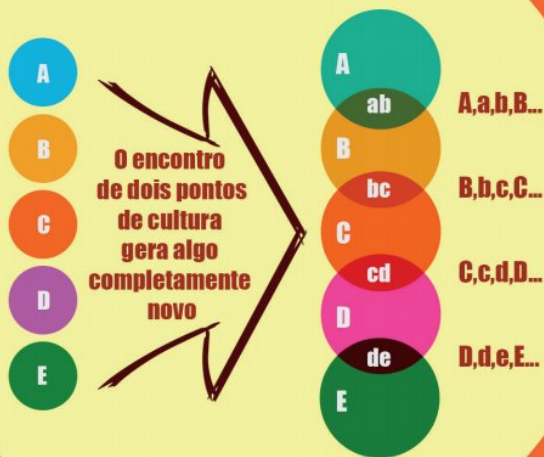
AUTONOMIA

PROTAGONISMO



**ENCANTAMENTO
+
TRABALHO
=**

TRANSFORMAÇÃO



**Inteligência coletiva
entre pontos conectados
em diversidade**

“Dá-me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo”

- Arquimedes



**CULTURA
+
NATUREZA
=**

CULTURA VIVA



$$S=I+A$$

Solidariedade = Identidade + Alteridade

MUNDO DA VIDA

REGULADORES DA VIDA

NECESSIDADES BÁSICAS

(comer, beber, respirar, escutar, sexo, descanso/ócio)

DESEJOS

(sexo, comer, beber, sonhar, trabalhar, contemplar)

SENTIMENTOS E SENSACIONES

(amor, ódio, paixão, solidariedade, egoísmo, compaixão, luxúria, preguiça, ira, bondade, maldade, vingança)



MUNDOS DOS SISTEMAS

REGULADORES DOS SISTEMAS HISTÓRICOS

Mercado = Dinheiro
Estado = Poder



**(Des)Envolver +
(Re)Envolver =
(Com)Viver**

$$PC=(A+P)^R$$

Ponto de cultura igual a autonomia
mais protagonismo elevado a potência
das redes.



≠



**E PONTO,
Mas o Ponto não é o fim, é só o começo.**